

# ANAIIS

IV

SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
INTERDISCIPLINAR SOBRE  
DESENVOLVIMENTO E  
SOCIEDADE



## O IMPERATIVO DA SUSTENTABILIDADE



**ORGANIZADORES**

Levi Hülse

Joel Haroldo Baade

Rosana Claudio Silva Ogoshi

Anais do IV  
Seminário Internacional Interdisciplinar  
em Desenvolvimento e Sociedade

**O IMPERATIVO DA  
SUSTENTABILIDADE**

# EXPEDIENTE

---

## **Reitor**

Neoberto Geraldo Balestrin

## **Vice-Reitor Acadêmico**

Prof. Dr. Joel Haroldo Baade

## **Pró-Reitor do Campus de Fraiburgo**

Prof. Me. Aldair Marcondes

## **Secretária Geral**

Suzana Alves de Moraes Franco

## **Secretária Acadêmica**

Marissol Aparecida Zamboni

## **Bibliotecária**

Célia de Marco

## **Conselho Curador**

Alcir Irineu Bazanella

André Peruzollo

Daniel Tenconi

Eduardo Seleme

Gilberto Seleme

Gustavo Ganz Seleme

Ivano João Bortolini

João Luiz G. Driessen

Joran Seiko Aguno

José Carlos Tombini

Leonir Antonio Tesser

Luiz Eugenio Rossa Beltrami

Maria Fernanda Francio Parisotto

Moacir José Salamoni

Rui Caramori

Telmo Francisco Da Silva

Victor Mandelli

Vitor Hugo Balvedi

Vitor Hugo Bazeggio

## **Conselho Fiscal**

Auri Marcel Bau

Julio Henrique Berger

Solano Hass

Reno Luiz Caramori

Mauricio Carlos Grandó

Mauricio Busato



## **Projeto Editorial**

Acauê Zanella

## **Capa e Diagramação**

André Leonardo Radeck Maia

Acauê Zanella

## **Conselho Editorial da Uniarp (Ediuniarp)**

Editor-Chefe: Prof. Dr. Levi Hülse

## **Membros**

Dr. Adelcio Machado dos Santos – Uniarp

Dr. Anderson Antônio Mattos Martins – Uniarp

Dr. André Trevisan – Uniarp

Dra. Ivanete Schneider Hahn – Uniarp

Dra. Rosana Claudio Silva Ogoshi – Uniarp

Dr. Joel Haroldo Baade – Uniarp

Dra. Marlene Zwierewicz – Uniarp

Dr. Ricielli Endrigo Ruppel da Rocha – Uniarp

Dr. Saturnino de la Torre - Universidad de Barcelona – ES

Dra. Maria Antònia Pujol Maura - Universidad de Barcelona – ES

Dr. Juan Miguel Gonzales Velasco - Universidad 3

Mayor de San Andres – BO

# FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP - Caçador/SC.

---

U58a

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Seminário de Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão.

Anais [recurso eletrônico] do 4º Seminário Internacional Interdisciplinar em Desenvolvimento e Sociedade: o imperativo da sustentabilidade. Caçador – SC, 2024, Organizadores: Levi Hülse; Joel Haroldo Baade; Rosana Claudio Silva Ogoshi. Caçador: EdUniarp, 2024.

403 p.: il.

1 E-book

ISBN: 978-65-88205-47-1

1. Anais – Seminário Interdisciplinar - Desenvolvimento - Sociedade. 2. Sustentabilidade. I. Hülse, Levi. II. Baade, Joel Haroldo. III. Ogoshi, Rosana Claudio Silva. IV. Título.

CDD: 300

---

## Sumário

Levi Hülse	11
Joel Haroldo Baade	11
Rosana Claudio Silva Ogoshi	11
MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESASTRES SÓCIOAMBIENTAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A ECONOMIA	13
Katiuscia Marcon Romão Torezan	13
Tatiane Atanásio dos Santos Bernardy (bolsista CNPQ)	13
Juciele Marta Baldissarelli	13
Cleverson Lima da Silva	13
Anderson Antônio Mattos Martins	13
ENTRE O MITO DE SÍSIFO E O HERCULES DE GIAMBATTISTA VICO: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA TERRA	24
Lúcio Flávio de Sousa Costa	24
INOVAÇÃO INCREMENTAL EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA BRASIL MAIS	37
Isabel Cristina Cordeiro de Souza	37
Leandro Hupalo	37
PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NAS EMPRESAS DA REGIÃO SUL PARTICIPANTES DO PROGRAMA BRASIL MAIS PRODUTIVIDADE	50
Leandro Hupalo	50
A LUDICIDADE NO PROCESSO DE INCLUSÃO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO	66
Eliana Aparecida Esganzela Raldi	66
Ruth Inês Dotta Godoy Goulart	66
Inês Maria Gugel Dummel	66
Elis Regina Mazzurana	66
EMPREGABILIDADE DE EGRESSOS DO CURSO DE JORNALISMO DE UMA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	81
Fernanda Patrícia da Silva	81
Ester Marques da Silva	81
Juciele Marta Baldissarelli	81
Claudio Antonio Klaus Junior	81
PROPUESTA DE MODELO DE OPEN GOVERNMENT PARA IMPULSAR LA GOBERNANZA EN LOS GOBIERNOS REGIONALES DEL PERÚ	100
Fiorella Francia Vega	100

INUNDAÇÕES EM BLUMENAU: UM ESTUDO SOBRE MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	128
Karina Bruch de Albuquerque	128
Iasmin Tassi Grott	128
Nicolau Cardoso Neto	128
ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS E SUA RELAÇÃO COM AS DOENÇAS CARDIOVASCULARES	143
Ana Claudia Lunelli Moro	143
Rosana Claudio Silva Ogoshi	143
Caroline de Fátima Esperança	143
Josiane Goularte Pinheiro	143
ATIVISMO JUDICIAL E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	156
Otávio Machado Batalha	156
Mariana de Azevedo Ramos	156
Levi Hülse	156
MANEJO E EFICÁCIA DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL: UMA ANÁLISE DE MÚLTIPLOS CASOS	169
Felipe Locatelli Kosciow	169
Nicole Graeff Marques	169
Samantha John Correa	169
Marileia Batista Fertig	169
PROPUESTA DE MODELO DE OPEN GOVERNMENT PARA IMPULSAR LA GOBERNANZA EN LOS GOBIERNOS REGIONALES DEL PERÚ	183
Fiorella Francia Vega	183
TEMAS TRANSVERSAIS: ABORDANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE POR MEIO DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS	211
Ana Júlia Fagundes	211
Marileusa Cecilia Carvalho	211
TEMAS TRANSVERSAIS E SUSTENTABILIDADE: ABORDANDO A SAÚDE POR MEIO DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS	220
Ricardo Tavares Camargo Martins	220
Marileusa Cecilia Carvalho	220
PLANT BASED: UMA ALIMENTAÇÃO “IN NATURA” QUE PODE INFLUÊNCIAR NA SAÚDE E SUSTENTABILIDADE	228
Carolina Azeredo Silva	228
Solange de Bortoli Beal	228
Ana Paula Ludwig do Amaral	228

Eliana Rezende Adami	228
TRANSIÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR AO LONGO DOS ANOS E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO DE SÍNDROME METABÓLICA ASSOCIADA A DOENÇAS CARDIOVASCULARES	235
Julia Tristão de Souza	235
Eduardo Sttocco da Silva	235
Fabio Hegert Pitanga	235
Matheus Zanella	235
Claudriana Locatelli	235
SUSTENTABILIDADE NO SETOR IMOBILIÁRIO: EXPLORANDO OS BENEFÍCIOS DA ECOCONSTRUÇÃO PARA O MEIO AMBIENTE	242
Acauê Zanella	242
Sabrina Frigotto	242
Levi Hulse	242
O QUE JÁ SE SABE SOBRE O PAPEL DAS LIDERANÇAS NO DESEMPENHO INOVADOR DAS ORGANIZAÇÕES EM ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO?	250
Marileia Batista Fertig	250
Ivanete Schneider Hahn	250
A CAPACITAÇÃO DOS FUTUROS PEDAGOGOS PARA O TRABALHO COM OS TEMAS TRANSVERSAIS E COM A SUSTENTABILIDADE	258
Marileusa Cecilia Carvalho	258
Elis Regina Mazzurana	258
Talize Foppa	258
Deize Maria Baretta	258
CONSUMIDOR VERDE: A INFLUÊNCIA DAS PREFERÊNCIAS SUSTENTÁVEIS NO MERCADO DE COSMÉTICO	267
Natan Veiga	267
Karine Luz	267
Claudriana Locatelli	267
CONTRATOS DO FUTURO: COMO OS SMART CONTRACTS PODEM IMPULSIONAR A SUSTENTABILIDADE GLOBAL	276
Pedro Henrique Willimann dos Anjos	276
Jociane Machiavelli	276
Sabrina Frigotto	276
Levi Hülse	276
ECOLOGIA INTEGRAL EM VISTA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	284
Élcio Alberton	284

AUTONOMIA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA DOAÇÃO DE IMÓVEIS COMO FORMA DE FOMENTO DA ATIVIDADE ECONÔMICA: UM ESTUDO SOBRE O DISTRITO INDUSTRIAL DE FRAIBURGO	291
Marco Antonio Córdova Ransolin	291
Jociane Machiavelli	291
Levi Hulse	291
Adelcio Machado dos Santos	291
SUSTENTABILIDADE E OS DESAFIOS DA INVISIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO CONTEXTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO	301
Junior Corrêa De Mello	301
O COSMOPOLITISMO COMO INSTRUMENTO À JUSTIÇA GLOBAL	307
Lucia Helena Santana Ferreira	307
Maria Rafaela Ferreira Sena	307
PATENTES NA INDÚSTRIA DE JOGOS DIGITAIS: INOVAÇÃO OU OBSTÁCULO À LIVRE INICIATIVA?	313
Lucas Pimenta Alampe	313
Thales Rodrigo Alves Borceda	313
Vinicius Fernandes Ormelesi	313
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC): UMA ALTERNATIVA PARA ENFRENTAR A CRIMINALIDADE E A REINICIDÊNCIA PENAL NO BRASIL	325
Victor Jorge Lugnani Chamorro	325
Gilson Batista de Oliveira	325
Daniel Teotonio do Nascimento	325
ANÁLISE DO ESTADO NUTRICIONAL DE ESCOLARES DO FUNDAMENTAL II DE UM MUNICÍPIO DO MEIO OESTE CATARINENSE	335
Diego André Bridi	335
Caroline Neris Bridi	335
Marcio Zancanaro	335
Ricelli Endrigo Ruppel da Rocha	335
APROVEITAMENTO INTEGRAL DE ALIMENTOS: IMPACTOS NA SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA.	339
Josiane Goularte Pinheiro	339
Ana Claudia Lunelli Moro	339
Rosana Claudio Silva Ogoshi	339
(IN)SUSTENTABILIDADE: OS SERES HUMANOS AFETADOS PELA PRODUÇÃO CANAVIEIRA	346



Ana Carolina da Silva	346
A MUDANÇA NA ALIMENTAÇÃO AO PASSAR DO TEMPO ASSOCIADA A ESTEATOSE HEPÁTICA E A SÍNDROME METABÓLICA	352
Eduardo Sttocco da Silva	352
Julia Tristão de Souza	352
Fabio Hegert Pitanga	352
Matheus Zanella	352
Claudriana Locatelli	352
PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO: INSTRUMENTOS PARA SUA PRESERVAÇÃO	358
José Antônio de Albuquerque Neto	358
A PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 POR FREQUENTADORES DE ACADEMIAS DE GINÁSTICA: UMA REVISÃO NARRATIVA	364
Pedro Henrique Schaefer	364
Ricelli Endrigo Ruppel da Rocha	364
SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA: INSEGURANÇA E MEDO NA VIDA ESCOLAR	372
Allan Henrique Gomes	372
Amanda Ponciano	372
José Isaías Venera	372
Maria Claudia Ferreira Barbosa	372
O PAPEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO COADJUVANTE NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	377
André Leonardo Radeck Maia	377
Rosana Claudio Silva Ogoshi	377
IMPLEMENTAÇÃO DE CIDADES INTELIGENTES EM PEQUENOS CENTROS URBANOS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS	384
Felipe Pasqualin	384
CONEXÃO ENTRE O 5º OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL	389
Nathalia Cristina Pontes	389
Joel Haroldo Baade	389
LIBERDADE E SEGURANÇA NAS RELAÇÕES	396
Adriana Pereira Benjamini	396
Sandra Mara Bragagnolo	396
Joel Haroldo Baade	396

UM RETRATO NATURAL: IMPACTOS DAS MUDANÇAS AMBIENTAIS NO POTENCIAL TERAPÊUTICO DO CERRADO	405
Larissa Gonçalves Cotrim	405
Wisley Micael Soares da Silva	405

## APRESENTAÇÃO

Levi Hülse<sup>1</sup>

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

Joel Haroldo Baade<sup>2</sup>

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

Rosana Claudio Silva Ogoshi<sup>3</sup>

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

É com grande entusiasmo que apresentamos os Anais do IV Seminário Internacional Interdisciplinar em Desenvolvimento e Sociedade: O Imperativo da Sustentabilidade.

Realizado entre 20 e 24 de maio de 2024, este evento marca um marco importante na evolução das pesquisas e no fortalecimento das redes do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS) da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). O seminário reuniu destacados pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, além de profissionais dedicados à busca de soluções para os desafios contemporâneos do desenvolvimento sustentável.

O IV Seminário Internacional Interdisciplinar proporcionou um espaço acadêmico de alto nível, permitindo a transcendência das barreiras disciplinares para uma compreensão mais completa das complexas questões que envolvem a sociedade atual. Esta edição do evento também promoveu o avanço da internacionalização

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI - SC, na área de concentração em Constitucionalismo, Transnacionalidade e Produção do Direito (CAPES CONCEITO 6). Mestre em Ciência Jurídica pela UNIVALI (CAPES CONCEITO 6). Professor na Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP no curso de Direito, membro do CONSUN (Conselho Superior), professor na pós-graduação *latu senso*, professor titular nos Mestrados em Desenvolvimento e Sociedade PPGDS-UNIARP e professor titular no Mestrado em Educação Básica PPGEB-UNIARP. Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade. Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Direito da UNIARP (Caçador e Fraiburgo). Membro do Comitê de Ética em Seres Humanos (CEP) da UNIARP. Editor-chefe da EDIUNIARP - Editora da Uniarp.

<sup>2</sup> Docente e Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe-Uniarp; Líder do Grupo de Pesquisa em Ética, Cidadania e Sustentabilidade (CNPq); Editor-chefe da Revista Visão de Gestão Organizacional; Membro da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) e Coordenador geral do programa de Educação a Distância do Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE). E-mail: baadejoel@uniarp.edu.br, Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7353-6648>, Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/6630678639154905>.

<sup>3</sup> Doutora em Produção e Nutrição de Não-Ruminantes pela Universidade Federal de Lavras. Mestre em Produção e Nutrição de Não-Ruminantes pela Universidade Federal de Lavras. Graduada em Zootecnia pela Universidade Federal de Lavras. Professora na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4383-8236>. E-mail: rosana.ogoshi@gmail.com.

institucional, com a participação de pesquisadores portugueses e a presença de um público global que acompanhou as palestras ao vivo pela plataforma de streaming YouTube.

Durante os dias de intensos debates, reflexões e trocas de experiências, foram abordadas diversas dimensões do desenvolvimento, indo além do crescimento econômico para incluir qualidade de vida, justiça social, equidade, preservação ambiental e bem-estar humano. A abordagem interdisciplinar é reconhecida como essencial para enfrentar os desafios contemporâneos em diversos contextos, sejam eles organizacionais, individuais ou comunitários.

O desenvolvimento sustentável, tema central deste seminário, é mais do que uma meta aspiracional; é uma necessidade urgente diante das mudanças climáticas, das desigualdades crescentes e das ameaças à biodiversidade. Os trabalhos compilados neste volume refletem o compromisso dos participantes em promover um futuro mais justo, equitativo e sustentável. As pesquisas apresentadas abrangem desde políticas públicas e inovações tecnológicas até questões sociais, econômicas e ambientais. Cada artigo oferece valiosos insights, análises, críticas e recomendações, contribuindo para a tomada de decisões e ações em uma sociedade em constante evolução.

Agradecimentos são direcionados aos palestrantes, autores, revisores, comitê organizador e todas as pessoas envolvidas na realização deste seminário, pois sem a dedicação de cada uma, o evento não seria possível. Em especial, agradece-se à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina pelo financiamento ao evento por meio do EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA FAPESC Nº 23/2022 PROEVENTOS 2023 - FASE I. Espera-se que os Anais do IV Seminário Interdisciplinar em Desenvolvimento e Sociedade sirvam como um recurso valioso para todos aqueles que buscam compreender e enfrentar os desafios do tempo presente em busca de um futuro mais sustentável e inclusivo.

Que este seja apenas uma etapa de uma jornada contínua de pesquisa, diálogo e ação em prol do desenvolvimento e da sociedade.

## **MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESASTRES SÓCIOAMBIENTAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A ECONOMIA**

- Katiuscia Marcon Romão Torezan  
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, <https://orcid.org/0009-0007-2104-9187>, [katiuscia@uniarp.edu.br](mailto:katiuscia@uniarp.edu.br)
- Tatiane Atanásio dos Santos Bernardy (bolsista CNPQ)  
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, <https://orcid.org/0009-0008-7831-1841>, [tatiane@uniarp.edu.br](mailto:tatiane@uniarp.edu.br)
- Juciele Marta Baldissarelli  
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, <https://orcid.org/0000-0003-2021-9547>, [juciele.marta@uniarp.edu.br](mailto:juciele.marta@uniarp.edu.br)
- Cleverson Lima da Silva  
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, <https://orcid.org/0009-0006-5975-7392>, [cleverson.silva@uniarp.edu.br](mailto:cleverson.silva@uniarp.edu.br)
- Anderson Antônio Mattos Martins  
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, <https://orcid.org/0000-0001-6812-4219>, [aammartins@icloud.com](mailto:aammartins@icloud.com)

### **INTRODUÇÃO**

A mudança climática entrou definitivamente na agenda política mundial a partir de 1992 onde houve uma preocupação com a trajetória acelerada do clima do planeta e para tanto, reuniu-se 197 países (196 Estados e uma organização de integração econômica regional) para ratificarem a convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o tema (KLUG, MARENGO, LUEDEMAN, 2015web).

Mudanças climáticas, como o próprio nome indica, são alterações expressivas no clima que estão ocorrendo em todo o planeta devido a ação humana imprudente, negligente e inconsequente. O efeito estufa é o responsável pelo aquecimento global e suas consequências, infelizmente já podem ser visualizadas no derretimento das geleiras, extinção de várias espécies e aumento do nível do mar, estas são apenas algumas das consequências desencadeadas pelo aumento da temperatura global (MUNDO E EDUCAÇÃO, 2023web).

O aumento da temperatura global é uma intensificação do chamado efeito estufa que é um fenômeno natural importante para o planeta, porém sua intensificação é prejudicial. O efeito estufa é responsável para manter o aquecimento do planeta através da presença de gases os quais garantem que parte do calor que chega ao planeta fique retido. “O aumento desses gases leva a uma maior retenção de calor e, portanto, ao aumento da temperatura”. Ao falarmos em aquecimento global referimo-nos

ao aumento anormal da temperatura média no nosso planeta (MUNDO E EDUCAÇÃO, 2023web).

A temperatura média global de superfície aumentou aproximadamente 0,74 °C nos últimos 100 anos, e pesquisas indicam que esse aumento está muito relacionado à ação do ser humano, que, ao longo dos anos, aumentou suas emissões de gases do efeito estufa, como o gás carbônico (MUNDO E EDUCAÇÃO, 2023web).

Observou-se que nos países latino-americanos, as alterações no clima apresentaram consequências prejudiciais sobre o desenvolvimento econômico e social. As reduções da renda monetária induzidas pelo clima não são homogêneas. “As mudanças climáticas irão beneficiar algumas regiões frias no curto prazo, porém, atingirão outras regiões de modo severo, principalmente as mais pobres” (HALLEGATTE et al., 2015).

“Em 2080, a média dos declínios da renda monetária estimados de todos os modelos climáticos é bastante significativa, em torno de 14% para a América Latina” (HALLEGATTE et al., 2015).

Não é surpreendente que desastres naturais sejam investigados e denotem resultados que agravam ou pioram as condições socioeconômicas. Nos municípios mexicanos, de 2000 a 2005, inundações e secas aumentaram os níveis de pobreza de 1,5% até 3,7% (RODRIGUEZ-OREGGIA et al., 2013 apud BENTO et al., 2024).

Em termos de longo prazo, para os países latino-americanos, espera-se a expansão de áreas de sequeiro e mais períodos de seca extrema, principalmente, no México e no Nordeste do Brasil. Ademais, para a população mais pobre, com o aumento do volume de chuvas, os influxos negativos ocorrem no abastecimento de água local, na pecuária e na produção de pequenos agricultores (HALLEGATTE et al., 2015 apud BENTO et al., 2024).

Estamos cientes de que as mudanças climáticas afetam diretamente a nossa saúde física e financeira e promove a insegurança alimentar pois prejudica a capacidade de cultivar alimentos uma vez que o cultivo depende diretamente da ação do clima. Com isso pergunta-se: o que está faltando para agirmos firmemente para frear os riscos e as consequências que nós mesmos provocamos?. Mexemos com a natureza e agora estamos provando do “nosso veneno”. Precisamos urgente agir para que possamos retardar os efeitos e deixar um planeta saudável para as futuras gerações.

## **AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E SEUS EFEITOS**

As alterações climáticas são uma ameaça para a futura expansão das liberdades das pessoas e culmina no retrocesso do desenvolvimento humano. É necessário que se reconheça as formas que a mudança climática influencia no bem-estar humano. Tais mudanças intervêm na saúde, educação e na longevidade das pessoas (CORREA; COMIM, 2023web).

A mudança climática incide no bem-estar e afeta diretamente a vida das pessoas, eleva a mortalidade e morbidade causada pelo aumento da temperatura e corrobora para que eventos como inundações, secas e tormentas ocorram com maior frequência e intensidade (CORREA; COMIM, 2023web).

No entendimento de Correa e Comim (2023):

Indiretamente, as alterações climáticas afetam os elementos constitutivos e a capacitação para funcionar dos seres humanos, colocando em risco a saúde e os meios de subsistências dos indivíduos, através dos impactos sobre os serviços dos ecossistemas e dos quais as pessoas dependem para viver. Assim, espera-se que, relacionado a eventos climáticos, haja maior desnutrição devido aos impactos sobre o solo e a produção agrícola, aumento de doenças relacionadas a crises da água e redução dos ativos de sobrevivência devido aos impactos sobre a biodiversidade e em todos os recursos naturais. A mudança climática também deve reduzir as liberdades “como meio”, pois reduz os direitos e intitamentos das pessoas e, portanto, diminui os instrumentos que promovem o DH. Impede desfrutar do direito a um ar e um ambiente limpo, a contar com um mínimo de disponibilidade de água fresca, a estar bem nutrido e contar com boa saúde.

E ainda há a redução dos rendimentos econômicos impactando ainda mais a população rural, uma vez que estes dependem do que plantam para sobreviver e sendo as plantações devastadas por esses eventos extremos como por exemplo chuva de granizo, não há o que vender, logo, não há meios de subsistência. Esta situação também incidirá na economia, pois a mesma é voltada pela lei da oferta e da procura, com isso teremos também impacto no custo de vida da população.

A população torna-se mais vulnerável ao ficar exposta aos extremos de temperatura e chuva, fato estes que têm aumentado significativamente,

pois desastres naturais deflagrados por chuvas intensas, na forma de enxurradas, inundações e deslizamentos de terra continuam afetando áreas urbanas, com dezenas de fatalidades todos os verões” (MARENGO, 2019web).

Um clima mais quente traz implicações terríveis em “todos os aspectos da vida humana, expondo populações vulneráveis a extremos climáticos, alterando padrões de

doenças infecciosas e comprometendo a segurança alimentar, a água potável e o ar limpo”. O aquecimento agrava as secas em lugares que são normalmente secos e cria condições para incêndios florestais e ondas de calor (MARENGO, 2019web).

## **CONSEQUÊNCIAS DAS ALTERAÇÕES DO CLIMA PARA A ECONOMIA E A SOCIEDADE**

A ONU estabeleceu 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, entre eles está a proteção ao meio ambiente que exige a colaboração entre o setor público e o privado para que se transforme o modelo produtivo e assim impulse o desenvolvimento e o crescimento econômico sustentável (IBERDROLA, 2024web).

As consequências das mudanças climáticas vão além de traumas físicos, psicológicos e financeiro das pessoas. A mudança climática é também uma das maiores ameaças para a estabilidade econômica.

As ondas de calor reduzem a capacidade de trabalho e a produtividade. Os furacões, ciclones e tufões deixam milhões de pessoas na mais absoluta pobreza após arrasar cidades com total indiferença. As secas reduzem as colheitas, dificultando cada vez mais a árdua tarefa de alimentar uma população mundial que chegará a 10 bilhões de pessoas em 2050 (*Perspectivas da População Mundial 2019*, ONU). O Banco Mundial adverte: se não adotarmos medidas de caráter urgente, os impactos causados pela mudança climática poderão levar mais 100 milhões de pessoas à pobreza até 2030 (IBERDROLA, 2024web).

Eventos climáticos extremos, como secas, enchentes, furacões e incêndios florestais, causam danos significativos à infraestrutura, agricultura e indústria, resultando em grandes perdas econômicas. O aumento da temperatura afeta produtividade agrícola, dissemina pragas nas culturas fazendo com que o produtor perca seu plantio e por consequência tem-se o aumento dos preços nas prateleiras dos mercados. Também afeta a disponibilidade de água, a saúde pública e o turismo, impactando setores-chave da economia.

Atualmente temos a situação ocorrida no Rio Grande do Sul como exemplo de eventos climáticos extremos e com resultados catastróficos para a população em termos de saúde, infraestrutura e economia. A população gaúcha está amparada em abrigos, sem água potável, energia e principalmente, sem suas casas que ficaram todas submersas.

Sabe-se que o Rio Grande do Sul é propenso a inundações devido a uma combinação de fatores geográficos e meteorológicos. A topografia do estado, com



muitas áreas baixas e próximas a rios, torna-o suscetível a inundações, especialmente durante períodos de chuvas intensas. Além disso, a localização geográfica do Rio Grande do Sul, o expõe a sistemas meteorológicos que podem trazer chuvas volumosas, como frentes frias e sistemas de baixa pressão.

Outro fator que contribui para as inundações é o desmatamento e a urbanização desordenada, que aumentam a impermeabilização do solo e diminuem a capacidade natural de absorção de água, levando a um aumento do escoamento superficial e conseqüentemente, inundações, nesse caso específico, enchente de grandes proporções.

**Figura 1** - Imagens de drone mostram dimensão da enchente em Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul



**Fonte:** (CNN, 2024web).

As enchentes atingiram 461 municípios do Rio Grande do Sul e a Defesa Civil informou que “82.666 pessoas e 12.108 animais foram resgatados. A equipe de resgate conta com efetivo de 27.688 militares, 4.085 viaturas, 21 aeronaves 289 embarcações” (CORREIO BRASILIENSE, 2024WEB).

De acordo com o balanço mais recente da Confederação Nacional de Municípios, 106,5 mil habitações foram impactadas com as chuvas e inundações no Rio Grande do Sul, sendo que 97,3 mil foram danificadas e 9,2 mil destruídas, **o que representa um prejuízo estimado em R\$ 4,6 bilhões** (CORREIO BRASILIENSE, 2024WEB).

A Vigilância Epidemiológica está em alerta pois há uma possibilidade de o estado ser acometido por uma epidemia de leptospirose, pois já há casos confirmados

e aproximadamente outros 200 estão sob investigação (CORREIO BRASILIENSE, 2024WEB).

A responsável pela Vigilância Epidemiológica adverte:

O risco é para as pessoas que se expuseram tanto para serem salvas, quanto para os socorristas que fizeram os salvamentos. Quanto maior o tempo de exposição às águas, maior o risco de contaminação. Quanto mais parada, sem correnteza, maior a probabilidade de contaminação (CORREIO BRASILIENSE, 2024WEB).

Os custos crescentes associados a esses desastres naturais são evidentes para a esfera econômica. Eventos extremos e recorrentes, como tempestades, inundações e ondas de calor, geram custos significativos na saúde, reparação de danos, reconstrução de infraestruturas e assistência às comunidades afetadas. As consequências desses eventos recaem na economia, pois sobrecarrega orçamentos públicos e privados, comprometendo o crescimento econômico e a estabilidade financeira.

**Figura 2** – Cães Ajudam a Resgatar Cavalos da Enchente no Rio Grande do Sul



**Fonte:** (GLOBO RURAL, 2024web).

**Figura 3** – Vista do Bairro de São José Coberto de Lama após as Enchentes que Atingiram Lageado no Rio Grande do Sul



**Fonte:** (CORREIO BRASILIENSE, 2024web)

## **AÇÕES PROPOSTAS PARA MINIMIZAR OS EFEITOS CLIMÁTICOS E IMPULSIONAR A ECONOMIA**

As mudanças climáticas se manifestam de diferentes formas e cada país precisa antecipar a ocorrência desses fenômenos, para lidar com essa situação é necessário tomar medidas de adaptação (MARENGO, 2019web).

De enchentes a episódios de calor extremo, 10 dos piores desastres climáticos de 2018 causaram o equivalente a pelo menos 84,8 bilhões de dólares em prejuízos, segundo estudo publicado pela organização britânica de caridade Christian Aid em dezembro 2018. Este relatório informa que os desastres provocados pelas mudanças climáticas custaram às nações pelo menos US\$ 100 bilhões (cerca de R\$ 390 bilhões) em 2018, e que a série de incêndios florestais, enchentes e tempestades seriam uma amostra do que acontecerá se as emissões de gases do efeito estufa não forem reduzidas. Na COP-24 na Polônia de dezembro 2018, a organização alemã Germanwatch, que reúne dados climáticos e socioeconômicos de 181 países, conclui que o Brasil está entre os 18 países com mais perdas econômicas decorrentes de desastres climáticos (MARENGO, 2019web).

Marengo (2019) explica que a redução do desmatamento de florestas tropicais é uma questão urgente “principalmente no que se refere ao seu importante papel na regulação do clima global e ao seu impacto na diversidade cultural e biológica”.

Na Amazônia brasileira uma série de políticas e medidas para reduzir o desmatamento na região foi estabelecida pelo governo brasileiro desde 2004, conhecida como Plano de Proteção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm). Uma maior compreensão dos fatores por trás do sucesso inicial e das falhas atuais nas políticas destinadas a conter o desmatamento na Amazônia brasileira pode apoiar a formulação de políticas de conservação, bem como orientar os esforços de outros países na redução de suas taxas de desmatamento (MARENGO, 2019web).

A Organização das Nações Unidas (ONU) propôs, aos seus países membros, em 2015 uma agenda de desenvolvimento sustentável a ser cumprida nos próximos 15 anos. Trata-se da Agenda 2030 que é composta por 17 ODS, sendo a ODS13 responsável pela adoção de medidas urgentes para combater as alterações climáticas e seus impactos (ONU, 2023web).

As ODS buscam assegurar os direitos humanos, erradicar a pobreza, lutar contra a desigualdade e a injustiça, alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres, agir contra as mudanças climáticas, bem como enfrentar outros dos maiores desafios de nossos tempos. O setor privado tem um papel crucial nesse processo, pois é “o grande detentor do poder econômico, propulsor de inovações e tecnologias, influenciador e engajador dos mais diversos públicos – governos, fornecedores, colaboradores e consumidores” (ONU, 2023web).

São objetivos da ODS13:

- ✓ Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países;
- ✓ Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais;
- ✓ Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima;
- ✓ Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível;
- ✓ Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas (ONU, 2023web).

Segundo o relatório do IPCC (2018), este é o momento de aliar governos, empresas e outros setores da sociedade para que foquem o lado positivo das oportunidades (MARENGO, 2019web).

O Brasil possui uma matriz energética das menos intensivas em carbono fóssil do mundo e é um dos países com maior produtividade de biomassa. Essas características trazem a competitividade brasileira no mercado global e reforçam a posição de liderança do Brasil no movimento pela economia de baixo carbono e o que necessitamos fazer de forma rápida e urgente é justamente reduzir a emissão de carbono (MARENGO, 2019web).

A mudança climática já está acontecendo e já está produzindo impactos, quanto maior for o aquecimento, maiores serão os impactos futuros e riscos que a humanidade vai enfrentar, incluindo a possibilidade de danos irreversíveis em ecossistemas, na biodiversidade, na produção agrícola e na economia e sociedade em geral. A inclusão efetiva de adaptação às mudanças de clima pode ajudar a construir uma sociedade mais resiliente no médio prazo (MMA, 2015web).

Vemos uma necessidade urgente de formular políticas públicas baseadas em ciência, em questões como a disponibilidade de água, para garantir a segurança energética, hídrica, alimentar e de saúde, a necessidade premente de adaptação às mudanças climáticas e de mitigação de emissões de gases de efeito estufa (MARENGO, 2019web).

Contudo, as mudanças climáticas também podem criar oportunidades para a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções sustentáveis como: investimentos em energias renováveis, eficiência energética, agricultura resiliente e adaptação climática, estas soluções podem não apenas mitigar os impactos econômicos das mudanças climáticas, mas também impulsionar a economia e criar empregos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÃO**

O mundo está passando por uma crise climática como nunca vista antes e as consequências que nos atingem não são apenas as propagações de doenças, as ondas de calor e frio e desastres extremos, temos também que enfrentar os desastres econômicos que advém da crise climática que foi agravada pelo ser humano. As mudanças climáticas sempre existiram, porém, a forma agravada e rápida deu-se pelas



ações humanas onde, para sobreviver em um mundo capitalista corta-se e queima-se florestas de forma desenfreada e inconsequente.

Constroem-se cada vez mais “selvas de pedras” fazendo com que não se tenha para onde escoar a água das chuvas e para completar, joga-se lixo em rios, mares e matas eis a receita perfeita para enchentes e alagamentos. Todos esses fatores ligam o clima aos desastres ambientais provocados pelo homem e na selvageria capitalista que leva a população ao empobrecimento e a miséria.

Precisamos agir rapidamente para conseguir reverter esta situação, para que o ser humano possa conviver em harmonia com o meio ambiente, afinal fazemos parte do meio, então, como podemos destruir a nós mesmos? É tempo, aliás é passado o tempo do homem tomar atitudes que iniciam na educação mas não só, necessitamos de atitudes mais invasivas, mais promissoras, afinal, há como desenvolver a economia sem precisar desmatar tantos hectares da Amazônia, há como plantar sem queimar e poluir o ambiente.

Se o ser humano não tomar uma providência em suas próprias atitudes com o meio ambiente, daqui há pouco tempo teremos dinheiro mas não teremos comida para comprar, tão pouco casa para morar e aí, será que é esse o mundo que queremos deixar para nossos filhos e netos? Pensar menos e agir mais....

## REFERÊNCIAS

BENTO, J. A. N.; ARAUJO, J. A.; TABOSA, F. J. S., & Justo, W. R. (2024). Impacto das mudanças climáticas sobre o nível de renda na América Latina. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 62(2), e268031. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.268031>

CNN BRASIL. Imagens de Drones mostram a Dimensão da Enchente no Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/imagens-de-drone-mostram-dimensao-da-enchente-em-venancio-aires-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em 17. Mai. 2024.

CORREA, Esmeralda; COMIM, Flávio. Impactos potenciais da mudança climática no desenvolvimento humano. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211226430-.pdf>. Acesso em 13 jul. 2023.

CORREIO BRASILIENSE. Tragédia no Rio Grande do Sul, número de Mortes sobe para 154 e o de desaparecidos Cai. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2024/05/6859175-tragedia-no-rs-numero-de-mortes-sobe-para-154-e-o-de-desaparecidos-cai.html>. Acesso em 17 mai. 2024.

CORREIO BRASILIENSE. Tragédia no Sul, Leptospirose é a Nova Ameaça dos Gaúchos. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2024/05/6859036-tragedia-no-sul-leptospirose-e-a-nova-ameaca-aos-gauchos.html>. Acesso em 17 mai. 2024.

GLOBO RURAL. Cães ajudam a resgatar cavalor no Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://globo.rural.globo.com/pecuaria/noticia/2024/05/caes-ajudam-a-resgatar-cavalos-de-enchente-no-rio-grande-do-sul-assista.ghtml>. Acesso em 17 mai. 2024.

IBERDROLA. Sustentabilidade, consequências das mudanças climáticas. Disponível em: <https://www.iberdrola.com/sustentabilidade/consequencias-das-mudancas-climaticas>. Acesso em 07 mar. 2024.

KLUG, Letícia; MARENGO, José A; LUEDMANN, Gustavo. Mudanças climáticas e os desafios brasileiros para implementação da nova agenda urbana. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9184/1/Mudan%C3%A7as%20clim%C3%A1ticas.pdf>. Acesso em 13 jul. 2023.

MARENGO, José A. (2019). Disponível em:

<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/mudancas-climaticas-impactos-e-politicas-publicas-para-reduzir-impactos/>. Acesso em 13 jul.2023

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (2015) Plano Nacional de Adaptação, MMA, Brasília DF, 394 pp.

MUNDO E EDUCAÇÃO. Disponível em:

<https://mundoeducacao.uol.com.br/biologia/mudancas-climaticas.htm>. Acesso em 13 jul. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. ODS13 (2023). Disponível em:

<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/13>. Acesso em 13 jul.2023.

## ENTRE O MITO DE SÍSIFO E O HERCULES DE GIAMBATTISTA VICO: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA TERRA

Lúcio Flávio de Sousa Costa, Universidade Federal de  
Uberlândia, Instituto de Filosofia, lucio.sousa@ufu.br

### INTRODUÇÃO

O planeta enfrenta um desafio de grande magnitude em curto prazo. A questão é o seguinte: o modo de produção atual tem causado danos ao planeta? Se sim. Esse modo de produção requer novas tecnologias e novas fontes de energia? Há maneiras de impedir o aquecimento global, mesmo somente considerando o modo de produção vigente? De que maneira o Mito de Sísifo<sup>4</sup> pode servir para ilustrar o caso entre o modo de produção e o aquecimento global? O personagem Sísifo das mitologias gregas pode ser usado, mesmo que adotado como exemplo negativo<sup>5</sup>. Esse exemplo pode servir de uma mudança de percurso, ou uma nova tomada de rumo, tendo em vista o desenvolvimento sustentável da Terra como uma condição inegociável. Existe um esgotamento de agir do personagem, um agir sem propósito, como uma morte

---

<sup>4</sup> O Mito de Sísifo é uma condição atípica de um arquétipo que apresenta um movimento em círculo contínuo, uma punição de uma divindade sob um tempo eterno como um eterno retorno, uma situação de não alcance do fim proposto como um objetivo que não ultrapassa o inalcançável, somente faz o que está determinado. Há um esforço inútil e sem criatividade para mudar a condição adversa. Esse arquétipo não se limita somente ao Mito de Sísifo. Seguem inúmeros personagens como exemplos similares, conforme ao arquétipo de Sísifo como: Íxion lá estava, preso a uma roda que girava incessantemente, e Sísifo, cuja tarefa consistia em rolar uma enorme pedra até o alto de um morro, mas quando já se encontrava bem avançado na encosta, a pedra, impelida por uma força repentina, rolava de novo para a planície. Sísifo a empurrava de novo morro acima, coberto de suor, mas em vão. Tântalo, de pé dentro de uma lagoa, com queixo ao nível da água, sentia, no entanto, uma sede devoradora, e não encontrava meios de saciá-la, pois, quando abaixava a cabeça, a água fugia, deixando o terreno sob os seus pés inteiramente seco. Frondosas árvores carregadas de frutos, peras, romãs, maçãs e apetitosos figos abaixavam seus galhos, mas quando ele tentava agarrá-los, o vento empurrava os galhos para fora de seu alcance. (BULFINCH, 2002, p. 321). Para contextualizar, o Mito de Sísifo quanto o motivo e o desenrolar da punição. Conferir a obra *A Mitologia dos Gregos* (1973) de Karl Kerényi entre as páginas 79-83.

<sup>5</sup> Esse arquétipo foi apropriado pela contemporaneidade como símbolo crítico e contrário ao dos sistemas religiosos, dos ideológicos, dos políticos, dos tecnológicos e dos filosóficos da modernidade. Uma das características da modernidade dos séculos XVII, XVIII e, até a metade do século XX foi, na maior parte, a defesa da Filosofia e da Ciência de conteúdo universal, matematizado. Não era unanimidade. Nos mesmos séculos, as vozes dissonantes também eram presentes entre perspectivas filosóficas. Nesse sentido, vale mencionar uma passagem da obra *A Fragmentação da Cultura e o Fim do Sujeito* (2012) de Almeida para situar o sentido desse arquétipo na modernidade que: É bem verdade que durante esse período, houve vozes discordantes como as de Pascal, Rousseau, Schiller, Goethe, F. Schlegel, Baader, Schleiermacher, Kierkegaard, Feuerbach e Schopenhauer, que, analisando as impulsões elementares da vontade, ou deslocando o acento para o plano da estética e do sentimento, protestavam, explícita ou implicitamente, contra os sistemas que privilegiam a *ordem universal* e os aspectos racionais da indagação. Daí também poder-se melhor entender as críticas e os ataques que, nas últimas décadas do século XIX, dirigirá Nietzsche contra as categorias e os conceitos de sistema, de razão, de ciência, de metafísica, de progresso, de finalidade, de historicismo, de evolução, de objetividade, de igualdade, de emancipação e de democracia. (ALMEIDA, 2012, p. 255). O esgotamento do sentido da vida (existência) que, representável desse arquétipo do Mito de Sísifo, passa ser a condição para repensar a si mesmo, ou como fim em si mesmo, fora dos sistemas definidos.



anunciada ou desejada, sem um espelho conectivo para identificar a própria existência, e a linguagem e o trabalho estão separados um do outro. Na era moderna, a *matéria* (*res extensa*) ou o planeta está posta indiferente para o Homem como somente uma mera matéria, destituída de pensamento (subjetividade), imperfeita, finita e dependente<sup>6</sup>. Como se não fosse o responsável pelo novo tempo, o Homem com ressentimento e indiferença do planeta, ele devolveu na mesma moeda, buscando o controle desmedido e destrutivo. Nesse quadro, a simetria da simbologia do Mito de Sísifo faz sentido. E por isso, o personagem principal desse mito é apropriado para ilustrar um caminho estéreo do modo de produção sobre o planeta, ou como queira, sobre o mundo natural. Esse ilustre mito caracteriza um homem como o mais astuto e inteligente dos mortais. Sísifo foi rei e fundador de um local conhecido por Corinto, na região do Peloponeso. Ele foi condenado por tirar proveito de um ato de Zeus e por enganar os deuses (Tânatos – o deus da Morte e Hades - o deus da Guerra). A punição foi um trabalho exaustivo e sem propósito, rolando uma pedra até a ponta da montanha. Quando chegava à ponta, devido ao cansaço, Sísifo não conseguia segurar a pedra que rolava para o mesmo lugar. Essa punição pós-morte implicava em um esforço exaustivo e sem propósito pela eternidade. Ele ficou incapaz de modificar a própria condição de eterna punição, pois sabia que, até o momento, a pedra retornaria ao seu estado original, assim como há um prenúncio apocalíptico sobre o planeta. Uma história cíclica está presente, determinada. Não há somente uma linha religiosa que compartilha pelo fim trágico do planeta como no Capítulo o *Apocalipse* da *Bíblia do Novo Testamento*<sup>7</sup>. Na *Ciência*, o que se presume pelo estudo climático é a possibilidade de uma catástrofe natural planetária no que diz respeito ao aquecimento global, caso não mude o modo de produção e, conseqüentemente, as tecnologias e as fontes de energia. A comunicação deve ser emergida pela inquietação científica que considera a necessidade de mudança do modo

---

<sup>6</sup> Na obra *Producción, Ciência y Sociedad: de Descartes a Marx* (1971) de Jaime Labastida, ele sintetiza bem o pensamento da modernidade sobre a matéria que passa ser uma criação de Deus e ocupante de todo o espaço, sem vazio. Como o autor diz: Um espaço absolutamente contínuo em oposição de um tempo descontínuo. (LABASTIDA, 1971, p. 186, tradução nossa). No mundo cartesiano, a constituição se apresenta na matéria e no movimento como algo homogêneo e uniforme como *res extensa*. Um mundo matematizado, geometricamente, conferido na realidade. Esse mundo representa a modernidade, um mundo indiferente, visto que: Racionalismo e determinismo são extremos que se tocam em sua origem: a mecânica. Tanto é assim, que depois a mecânica racional será a primeira física matemática que se há de estabelecer. A natureza há de conceber-se agora como *absolutamente racional*, e este racionalismo natural se há de expressar como leis. Porém a natureza, a rigor, não é racional; ou, melhor dito, é tão “racional” como “irracional”. (LABASTIDA, 1971, p. 197, tradução nossa e itálico do autor).

<sup>7</sup> Na obra *Bíblia do Novo Testamento*, o Capítulo - *Apocalipse* de João que revela um evento planetário futuro do fim dos tempos como catástrofes naturais. Esse evento conheceríamos pelo anúncio das setes trombetas do *vers.* 8-11 como os dos setes flagelos *vers.* 15-16.

de produção ser pertinente como um dos indicativos para evitar o aquecimento global. Na contemporaneidade, o termo criado foi *desenvolvimento sustentável* pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland que expressaria um temor de algo como se fosse as sete trombetas da *Bíblia*? Desenvolver e Sustentar o quê e como? Qual é a pedra que o Homem da contemporaneidade deveria sustentar como Sísifo, mesmo que não seja para chegar a lugar algum? São várias perguntas que podem ser feitas e permanecem como o peso da pedra de Sísifo, rolando para cima da montanha, sabe-se que ela retornará como um bumerangue, ou como queira, que as perguntas não terão respostas prontas. Esse trabalho exaustivo e sem propósito caracteriza por gerar repetição ou fazer tudo igual, nada de novo, inapto para a mudança, incapaz de escapar da punição, de um labirinto sem saída, um vazio existencial. Em tempos de necessidade por mudança, o Mito de Sísifo revela a falha ontológica de permanecer eternamente no plano celestial, repetindo o mesmo ato num local de punição. A questão é que, no mundo natural, transitório, perecível e esgotável, não cabe agir eternamente sob o arquétipo de Sísifo. O mundo natural não suportaria a condição de Sísifo como exploração do modo de produção, um modo de vida desmedido e inesgotável como impõe o sistema capitalista, pois é renovável até um limite. A drenagem contínua dos recursos naturais pelo modo de produção atual, sem tempo para regeneração natural de um estado minimamente sustentável, é ruim para a sobrevivência do gênero humano e de outras espécies. A humanidade é posta em risco iminente, bem como o planeta e todas as espécies.

Nesse sentido, o texto tem como objetivo sobrepor o Mito de Sísifo e anunciar um Hércules<sup>8</sup>, personagem herói das mitologias gregas, sob a perspectiva de Giambattista Vico na obra *Ciência Nova* (1744), como um tema central no debate sobre o *desenvolvimento sustentável* da Terra. Um personagem que está presente na multipolaridade expressa no mundo natural. Esse herói que superou a *grande selva*

---

<sup>8</sup> O herói Hércules esteve no meio de vários lugares, inaugurando formas de convivência social. Essa noção do herói fundador do mundo social está presente em Vico que interessa para o entendimento entre o Mito de Sísifo e Hércules. É possível conferir a genealogia do herói nas obras *A Mitologia dos Gregos* (1973) de Karl Kerényi (pp. 128-132) e *Mitologia* (1992) de Edith Hamilton (pp. 233-253). O que vale apontar é o Hércules espalhado pelo planeta, realizando temporalmente e espacialmente modos de vida, existências como existências coletivas. Uma das obras que entende o Hércules como os Hércules está presente na obra *Hinos Homéricos* (2010) de Wilson Alves Ribeiro Jr. (organizador) e, especificamente, no capítulo 15, sob o subtítulo *Héacles, Matador de Monstros* (pp.388-403), alentando que Hércules é conhecido também por Héacles (glória de Hera). Nesse capítulo, a autora Silva Maria Schmuziger de Carvalho menciona uma das pesquisadoras como Colette Jourdain-Annequin, especialista do herói, que defende Hercules pelo planeta, o homem Neolítico, ou melhor, o homem agricultor.

*antiga da terra*, não é visto como um herói da guerra, mas sim como um herói político que ateou fogo e a transformou numa terra cultivada, bem como ele inaugurou com grande trabalho o princípio dos tempos cultivados, tendo em vista o sucesso da produção agrícola. A Terra, o palco do herói, foi transformada num espaço poeticamente habitável sob diversas formas de ocupação do gênero humano, produzindo grão de trigo para alimentação de cada sociedade. O tempo de cultivo foi considerado como a primeira *idade de ouro*. Esse herói, que pode ser denominado como o primeiro agricultor do mundo e, possivelmente, esteve espalhado no planeta e isolado, sem conhecer um do outro. Ele produziu modos de vida, sentido existencial como fim coletivo. Como o próprio autor napolitano indica na obra principal que há um Hércules para cada nação gentil. Esse herói esteve conectado ao mundo natural (planeta) que é perecível, realizando tarefa a partir desse mundo, não no mundo celeste como Sísifo. A construção inicial do mundo social foi realizada poeticamente, um laço criado, por intermédio da *poesia*, em busca de *sentido comum* para a segurança do próprio gênero. Foi o modo de ocupação do Homem sobre a Terra, sob uma força não de deterioração do mundo natural. Hércules fez um grande trabalho para garantir a manutenção do gênero humano. A transmutação expressa do *sentido comum* (*senso comum*) pelas faculdades da *fantasia* e do *engenho* tornou possível o trabalho do herói. Há uma humanização do mundo natural como realidade útil para o próprio gênero, conferindo sentido diverso e usando do seu sentido para um determinado fim a ser alcançado. O trabalho de Hércules não foi uma expressão exclusiva de atividade mecânica nem de técnica sobre o mundo natural, ou, mais especificamente, sobre a Terra. Caso fosse, o trabalho de Hércules recaria no Mito de Sísifo, desvinculado do agir humano (do sentido humano) como uma vontade espontânea e criativa da sua necessidade, passando a ser uma mera atividade punitiva, exaustiva e sem sentido, além de devastadora sobre o mundo natural<sup>9</sup>. Na concepção do Hércules de Vico, o significado do trabalho é representado como uma grande obra de superação pelas faculdades da *fantasia* e do *engenho*, visto que as duas

---

<sup>9</sup> A questão do significado do trabalho é foco principal para adotar o modo de produzir condição de vida, tendo em vista o saciamento da necessidade humana para conduzir a vida em comum e justiça. Nessa direção, o autor Ernesto Grassi na obra *Vico y el Humanismo: Ensayos sobre Vico, Heidegger y la Retórica* (1999) define o significado do trabalho, assim ele diz: O trabalho de Hércules pressupõe um interpretação da natureza anterior a sua humanização, isto é, como uma realidade útil à humanidade, assim como um visão antecipada do êxito do ato em questão. Assim pois, há que entender o trabalho como uma função tanto de conferir significado como de usar um significado, nunca como uma atividade puramente mecânica ou como uma alteração puramente técnica da natureza à margem do contexto general das funções humanas. Do contrário, o trabalho seria simplesmente um ato inexplicável de violência para devastar a natureza. (GRASSI, 1999, p. 28, tradução nossa)

faculdades criaram sentimento comum de convivência humana (*senso comum*) entre a necessidade humana e o que o seu sentido transmutado significa sobre o mundo natural, uma sinergia entre o Homem e o mundo natural. No mundo social, a realização da necessidade humana depende das condições concretas do mundo natural, o que definirá se é realizável ou não. Assim sendo, a criação no nosso tempo do conceito *desenvolvimento sustentável* é possível adotar para o mundo natural, ou seja, sobre a Terra, caso o Homem se recolha no mundo social, ressignificando um desafio na ordem da necessidade humana, uma certa provocação inventiva e de sentido para cuidar do mundo natural que o contorne e o comungue numa ordem de equilíbrio entre o modo de produção e a necessidade humana. Defender um planeta sustentável é ordem do nosso tempo, que seja acessível e compartilhado por todos, como um trabalho de Hércules. Uma busca de ordem semelhante à de Hércules nos tempos longínquos, repleta de possibilidade do mundo social e de condições concretas, atendo para o *desenvolvimento sustentável* sobre o mundo natural, ou melhor, sobre a Terra. É um exemplo positivo de arquétipo (Hércules), que pode ser apropriado como uma eterna possibilidade de transformação de sentido a partir das relações entre o mundo natural e o Homem para as gerações futuras. A ressignificação poética<sup>10</sup> se faz necessário para continuar a vida plena como um perpétuo caminho em construção do mundo natural e do mundo social, a preservação desses dois mundos deve ser considerada fundamental.

### **ENTRE UMA TAREFA DE SÍSIFO E AS DOZES TAREFAS DE HÉRCULES: O TRABALHO COMO TRANSFORMADOR DA NATUREZA**

Na busca possível de um sentido do trabalho como transformação da natureza, o Mito de Sísifo pode ser apropriado como abertura de um debate. Esse mito pode representar uma tarefa cansativa e inútil na atualidade, restando uma vida sem sentido e atemporal como uma vida celestial e eterna. Há correntes que acreditaram na falta de sentido do mundo terreno, uma espécie de esgotamento existencial que expressa um mundo indiferente ao Homem. Nesse contexto, a procura por sentido fez do mundo natural um trampolim para a defesa do *nada* existencial. Essas correntes filosóficas

---

<sup>10</sup> Essa ressignificação poética compartilha com a noção da função da *poesia* de Vico na obra *Ciência Nova* que prevê aglomerar o Homem num sentido comum para agir, uma tarefa de Hércules. Vejam as três funções da *poesia*: “[...] os três trabalhos que deve fazer a grande poesia, isto é, encontrar fábulas sublimes apropriadas ao entendimento popular e que perturbem excessivamente, para conseguir o fim, a que ela se propôs de ensinar o vulgo a agir virtuosamente, como eles a si mesmos o ensinaram; [...]” (VICO, 2005, p. 214, §376)

recusaram como fundamento adotar a metafísica de todas as tradições filosóficas, todas as religiões, todos os sistemas científicos e todos os sistemas ideológicos políticos, inviabilizando qualquer cooptação. Elas acreditaram que há uma separação da vida existencial do mundo natural e do mundo social, devido a adoção incondicionalmente de valores absolutos que, por sua vez, é o que gera a descrença de algum propósito da vida e, conseqüentemente, é o que se apresenta como o sentido do *nada* que o *nada* tem sentido. Essa imposição de valores defende uma alma sem corpo, a defesa de um mundo ideal além desse, a defesa de sistema ideológico absoluto e científico, almeja uma vida futura em detrimento da vida atual. Na linha da recusa dessas variações de corrente, o Mito de Sísifo é a expressão máxima de quem defende o *nada existencial* como método, desde o campo da literatura, da arte, das ciências humanas e da Filosofia, um caminho metodicamente escolhido sem sentido para busca de um novo sentido. No caso da Filosofia, as correntes que mais permearam a busca do *nada existencial* foi o niilismo de Friedrich Nietzsche (1844-1900), o existencialismo de Jean-Paul Sartre (1905-1980) e o absurdismo de Albert Camus (1913-1942)<sup>11</sup>. Há uma citação que possibilita apontar uma menção de Nietzsche na obra *O Nascimento da Tragédia, ou Helenismo e Pessimismo* (1872) sobre a existência do Homem no mundo terreno, uma disputa de dois polos (Apolo/razão e Dionísio/impulsos da paixão). O autor alemão menciona antigo rei (Rei Midas) que pergunta, insistentemente, na floresta a um sábio demônio e companheiro de Dionísio sobre o que seria melhor e preferível para o Homem. Assim o personagem responde:

“[...] Estirpe miserável e efêmera, filhos do acaso e do tormento! Por que me obrigas a dizer-te o que seria para ti mais salutar não ouvir? O melhor de tudo é para ti inteiramente inatingível: não ter nascido, não ser, nada ser. Depois disso, porém, o melhor para ti é logo morrer [...]” (NIETZSCHE, 1992, p. 36)

Nessa polêmica citação do autor alemão, o que está posto é a descrença no propósito da própria existência, ainda que precedesse a *essência*, o autor alemão se recusa adotar, incondicionalmente, valores estabelecidos que ultrapassem a própria existência da vida, sem medir as conseqüências, ele busca o *nada existencial* como

---

<sup>11</sup> O absurdismo de Camus é um contraponto ao existencialismo e suas variações da época. Nesse sentido, o autor argelino apropria do Mito de Sísifo, publicando em 1942 como obra *O Mito de Sísifo*, em reposta a um mundo absurdo que busca clarividência a todo custo, ou melhor, sentido em algo que, no entendimento do autor argelino não tem para produzir conhecimento humano e da natureza. Para o autor argelino, o absurdo do mundo é um drama insolúvel, maior que a própria existência. A autonegação do pensamento se faz necessária para constatar a absurdidade do mundo. Conferir a reflexão detalhada de Camus sobre a única questão filosófica (CAMUS, 1965, p. 99).

método. No aprofundamento dessa questão existencial, o Mito de Sísifo de Camus foi apropriado como fonte de discussão crítica da Filosofia, mesmo que a punição represente um trabalho exaustivo e sem propósito, rolando uma pedra até a ponta da montanha. Parece que Camus ignora, por uma escolha metodológica, o sofrimento absurdo do personagem para defender uma ideia posterior que precisa imaginar ele feliz na punição. Esse sofrimento ignorado fica ilustrativo dos contos poéticos no instante quando Sísifo parou de rolar a pedra para ouvir Orfeu no submundo e outros personagens que enfrentavam a mesma punição eterna. Orfeu, num momento infortúnio da vida, ele foi ao submundo sob um canto e acompanhado da sua lira, procurando resgatar a amada Eurídice, ali passou pelos condenados, causando sentimento de compaixão em relação ao sofrimento do herói, apesar da condição sofrível deles, assim cito:

“[...] os próprios fantasmas derramavam lágrimas. Tântalo, apesar da sede, parou, por um momento seus esforços para conseguir água, a roda de Íxon ficou imóvel, o abutre cessou de despedaçar o fígado do gigante, as filhas de Danaus descansaram do trabalho de carregar água em uma peneira e *Sísifo sentou-se em seu rochedo para escutar [...]*” (BULFINCH, 2002, p. 226, *Itálico nosso*)

A punição eterna é uma condição do malfeito de cada de um dos personagens que, por sua vez é similar na questão do serviço repetitivo e sem propósito. Em tempos de necessidade por mudança, o Mito de Sísifo revela uma falha ontológica, ele é determinado agir assim pela eternidade, uma repetição interminável e desgaste num mundo celeste e homogêneo. O planeta é finito, diverso e apresenta limitação, caso os modos de vida parassem de produzir, a sociedade entraria num colapso social. A solução não é parar de produzir e retornar um modo de vida pré-histórico, nem continuar uma produção insustentável, esgotando o planeta com a homogeneização do modo de produção e causando grande danos ambientais irreversíveis. Todas as nações devem respeitar os modos de vida, sem ignorar o mundo natural. Criar possibilidade de viver modos diferentes pelo mundo natural é uma chance de escapar da homogeneização do modo de produção. Sendo assim, a recusa pela repetição do trabalho enfadonho de Sísifo é para cuidar do planeta, protegendo todas as formas de vida como biomas, faunas e floras. O trabalho enfadonho não aceita viver num mundo multipolar de vidas. É uma escolha de vida entre adoção de Sísifo ou de Hércules, entre um mundo unipolar ou um mundo multipolar, entre uma vida de esgotamento ou uma vida criativa e vigorosa. Vale mencionar a Agricultura utilizada como uma parte do mundo natural, que foi tomada criativamente pelo Homem para tornar possível o seu mundo próprio, o mundo social. A

natureza historicamente do Homem deve ser respeitada, bem como o seu momento de modo de desenvolvimento cognitivo, produtivo e social. A Agricultura sempre foi um dos pilares do mundo social, que surgiu como a primeira organização de trabalho sob diversos modos de produção da vida na Terra que deve ser pensada como oportunidade de desenvolvimento humano na sua diversidade ambiental para a conservação do gênero e de outras espécies de vida. Na obra *História das Agriculturas no Mundo: Do Neolítico à Crise Contemporânea* (1993) de Marcel Mazoyer, o autor credita a crise atual do modo de produção está vinculada à eliminação gradual das culturas agrárias e, conseqüentemente, a eliminação de diversos modos de vida no planeta. Isso inclui os modos de vida do Homem e do mundo natural. Essa crise decorre devida à promoção massiva de um modo de homogeneização produtiva, causando grande desajuste social e ambiental. Uma imensa população de miserável e uma minoria de bilionários, usufruindo dos recursos naturais e ditando um modo de poder unipolar de produção. O autor dessa obra não sugere o retorno para as cavernas, ele reforça a defesa das culturas agrárias como ponto de proteção ambiental e social. Fica clara na expressa hipótese dele que:

Se o homem abandonasse todos os ecossistemas cultivados do planeta, estes retomariam rapidamente a um estado de natureza próximo daquele no qual ele se encontrava há 10 mil anos. As plantas cultivadas e os animais domésticos seriam encobertos por uma vegetação e por uma fauna selvagem infinitamente mais poderosas que hoje. Os nove décimos da população humana pereceria (*sic*), pois, neste jardim do Éden, a simples predação (caça, pesca e colheita) certamente não permitiria alimentar mais de meio milhão de homens. Se tal “desastre ecológico” acontecesse, a indústria -- que não está à altura de sintetizar em grande escala a alimentação da humanidade e não o fará tão cedo --- seria um recurso paupérrimo. Tanto para alimentar vinte milhões de homens como para alimentar cinco, não há outra via senão continuar a cultivar o planeta multiplicando as plantas e os animais domésticos, dominando a vegetação e a fauna selvagem. (MAZOYER, 1993, p. 41)

A hipótese de Mazoyer como uma possibilidade de retorno compulsório para pré-histórica, ao renunciar ganho acumulativo de desenvolvimento técnico e social, ele denuncia um possível desastre social, muito acima do desastre ambiental. Essa hipótese diz muito sobre o caminho a ser perseguido que Vico buscou pela realidade histórica dos primeiros povos gentios, o começo do mundo social. No surgimento do mundo social, a Agricultura foi apontada pelo autor napolitano a partir de dois signos zodiacos o do *Leão* e a da *Virgem* para significar a própria obra-mestra, seguidos por princípios sociais (*ideia de divindade, cerimônia de casamento e ritual fúnebre*<sup>12</sup>), como fator

---

<sup>12</sup> A obra-mestra de Vico tomou como conhecimento a observação da realidade histórica dos tempos longinquos e não precisou formular uma hipótese como sugere Mazoyer a partir de uma situação

fundante do mundo social. Enquanto um representa a delimitação do campo cultivado, o outro representa o início do tempo da humanidade. Essa obra significa que:

“[...] contempla primeiramente Hércules (porquanto se comprova que toda a nação gentia antiga refere um, que a fundou); e contempla-o no maior dos seus trabalhos, que foi aquele em que matou o leão que, vomitando chamas, incendiou a selva némea, e de cuja pele ornado, Hércules foi elevado às estrelas [...]” (VICO, 2005, pp. 5 ou § 3)

Essa citação é uma das diferenças do Mito de Sísifo, porque o Hércules foi considerado como um herói que oportunizou o mundo social, humanizando o mundo natural, e criando modos de vida em diversas conexões a partir das faculdades da *fantasia* e do *engenho*, que trouxe à luz um mundo multipolar. Na obra *Hinos Homéricos* (2010), a pesquisadora Colette Jourdain-Annequin aponta que o Hércules esteve presente nas culturas antigas, alentando um processo de contínuo ressignificação do sentido das figuras poéticas que possibilitaram adentrar nos modos de organização de interesse comum. Há descrições de cada organização social como a Paleolítica, a Neolítica e o Período Micênico. Para a autora francesa, o Hércules é um homem neolítico quando transformou a *Floresta* em campo cultivado, uma terra ocupada para garantir a manutenção do gênero humano, visto que ele é o:

“[...] defensor da agricultura e do pastoreio, como colonizador, representando a Grécia em oposição ao que os gregos designavam como “barbárie”, ele é a expressão de uma ideologia que chamaríamos de neolítica, dos agricultores, em oposição à paleolítica, dos caçadores-coletores.” (RIBEIRO JR., 2010, p. 402)

Ao inaugurar a Agricultura pelo planeta sob diversos biomas, o avanço do cultivo permitiu diversas organizações do mundo social sob forma de disputa de poder na política. O desenvolvimento de tecnologia, a descoberta de recursos naturais e o uso de fontes de energia aumentaram a produção e, conseqüentemente, o comércio global. No entanto, o momento favorável de desenvolvimento do tempo moderno não impediu uma disputa desigual entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. O que

---

compulsória. No entanto, o autor napolitano buscou a origem do mundo social como seu possível surgimento a partir de três princípios sociais. Assim ele observou: “[...] que todas as nações, tanto bárbaras como humanas, se bem que fundadas separadamente, afastadas entre si por imensos espaços de lugares e tempos, conservavam estes três costumes humanos: que todas têm alguma religião, todas contraem matrimônios solenes, todas sepultam os seus mortos; nem entre as nações, mesmo as selvagens e cruéis, se celebram acções humanas com mais requintadas cerimónias e mais consagradas solenidades do que religiões, matrimônios e sepulturas. Porque, pela dignidade de que <ideias uniformes, nascidas em povos desconhecidos entre si, devem ter um princípio comum de verdade>, deve ter sido ditado a todas: destas três coisas começou em todas a humanidade e, por isso, devem ser santissimamente conservadas por todas, para que o mundo não se enfureça e se torne de novo selvagem. Por isso, tomámos estes três costumes eternos e universais como os primeiros três princípios desta Ciência.” (VICO, 2025, pp.172-173 ou § 333)



dificulta negociar equilíbrio quando o assunto é defender o planeta na questão do *aquecimento global*. O aprofundamento do conhecimento científico, da tecnologia e da economia, sob modelo do sistema capitalista e um modo de produção, não criou o equilíbrio entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. A pobreza dos países em desenvolvimento e o consumismo desmedido dos países desenvolvidos são consideradas as causas das condições desiguais para negociar um equilíbrio no modo de produção. O surgimento da discussão sobre a questão climática como interesse comum, alavancou para o primeiro relatório coordenado pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland. Esse relatório de Brundtland foi intitulado *Nosso Futuro Comum* em 1987. O principal conceito é o *desenvolvimento sustentável* que prevê com a atenção como interesse comum “[...] às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.” (BRUNDTLAND, 1991, p. 46). Os tempos presente e futuro são levados em consideração, bem como o espaço em comum do Homem, ou melhor, o campo cultivado, ocupado por uma sociedade campestre. Nesse sentido, a complexidade só aumenta para mudança efetiva quando se pretende buscar um modelo ou modelos de produção sustentável. E por isso, faz sentido mencionar mais uma das passagens desse relatório que:

A interdependência local aumentou, quando muito, devido à tecnologia empregada na agricultura e na manufatura modernas. Mas por causa do progresso técnico, do “cerco” das terras comuns, do desgaste dos direitos comuns sobre florestas e outros recursos, e da intensificação do comércio e da produção para o mercado, as responsabilidades quanto às decisões estão sendo retiradas dos grupos e dos indivíduos. Essa mudança ainda está em processo em muitos países em desenvolvimento. (BRUNDTLAND, 1991, p. 50).

Esse relatório continua atual. O esvaziamento do poder político de grupos e de indivíduos é sinal de ausência do autor principal, ficando somente sob interesses mercantis de corporação tanto nacional como internacional. O que cria impasse ou esgotamento para a busca de equidade no tratamento dos afetados pela questão climática. Todos os seres deveriam ser reconhecidos importantes como permanentes existências para tomada de decisão ou levado em consideração, tendo em vista o presente e o futuro como busca de regulação da ação governamental, social e não-governamental.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Mito de Sísifo representa um tormento na concepção sobre o conceito de trabalho, um homem sem propósito, sem glória, uma existência inautêntica, abaixo do solipsismo cartesiano. O *eu* de Sísifo passaria ser um mero ser que o objetivo final não é o pensamento como busca de conhecimento, melhoria e firmação nos mundos (natural e social), ele se projeta desconectado do mundo natural, o único espelho que poderia se conectar para o entendimento de si mesmo e projetar um mundo social possível. Ele se tornaria um *eu* apático e desinteressado (depressivo) diante de uma constatação de um mundo absurdo, o que lhe restaria apenas o desejo de não sentir, ou como preferir, o desejo de alcançar a sua própria morte que, por sua vez, ela é almejada conseguir o mais rápido possível. Não é à toa que o *suicídio* vira como tema de Camus o problema filosófico na atualidade. Um *eu* que prefere o não pensar, criticamente. Ele acredita que seja possível, depois de constatar o absurdo do mundo, retomar uma vida passivamente, sem consequência, um Sísifo feliz. É como se fosse o pensamento de um adolescente no corpo de um velho, esgotado e cansado. Nesse sentido, o trabalho de Sísifo passa ser a defesa da não resignificação e, conseqüentemente, a não mudança de algo; ele se recusa ir ao encontro do mundo natural e vive como não estivesse vivo; realiza uma ficção de um *eu*, descompromissado e não aceita as intempéries do mundo natural ou da convivência social, pensando somente além delas. No caso do trabalho de Hércules, o mundo natural passa ser um espelho para a conexão existencial do herói, por meio de diversos biomas, o trabalho dele torna-se o meio que apresenta o ateste (assinatura) da presença humana por todo o planeta de modo variado.

O Homem, inventivamente, busca continuamente sentido como interesse comum para saber o que deve fazer a partir de um *eu* no mundo que precisa ressignificar quando o significado se perde, ele se coloca numa tarefa de existência de firmação do seu *ser*, retomando poeticamente a sua conexão com o mundo natural. É uma deixa de Vico da condição humana, que “[...] a mente humana, devido à sua natureza indefinida, quando cai na ignorância, faz de si regra do universo no que respeita a tudo aquilo que ignora.” (Vico, 2005, p. 125 ou §181). A defesa de um mundo multipolar perpassa pela relação entre o Homem e o mundo natural. Proteger o mundo natural é defender a biodiversidade da Terra que consiste no próprio mundo, e permitir que a vida social multipolar exista. Na concepção de Vico, o mundo natural torna-se uma entidade sensível provocadora às faculdades da *fantasia* e do *engenho* do Homem, que quer saber o que significa o aparecimento repentino dos fenômenos naturais. Sem entender

o que dizer o fenômeno do mundo natural como ignorante de tudo, ele faz de si, como *natureza indefinida*, regra de si mesmo, ou melhor, transmuta o seu próprio significado no mundo natural, transformando-o num mundo multipolar como *regra do universo*. Por causa disso, o autor napolitano entende as faculdades da *fantasia* e do *engenho*, dialeticamente, como sempre uma nova força motriz e criativa (poética), uma conexão criada entre o Homem para com o mundo natural. Um mundo novo surge, o mundo social. Ao defender o mundo social, o Homem também precisa defender normativamente o mundo natural, um depende do outro para existir, não filosoficamente e sim socialmente. Em grau, o Homem depende mais do que o mundo natural depende do Homem. No entanto, um não faz sentido sem outro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rogerio Miranda de. **A Fragmentação da Cultura e o Fim do Sujeito**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

BULFINCH, Thomas. **O Livro de Ouro da Mitologia: (Idade da Fábula): Histórias de Deuses e Heróis**. 27ª ed. Ediouro: Rio de Janeiro, 2002.

CAMUS, Albert. **Le Mythe de Sisyphe**. Essais. Paris: Gallimard, 1965.

\_\_\_\_\_. **O Mito de Sísifo**. Trad. Ari Roitman e Paulina Watch. Rio de Janeiro: Record, 2004.

CMMAD (1991), Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, **Nosso Futuro Comum** (Relatório Brundtland). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

GRASSI, Ernesto. **Vico y el Humanismo: Ensaio sobre Vico, Heidegger y la Retórica**. Rubi (Barcelona): Anthropos, 1999.

LABASTIDA, Jaime. **Producción, Ciencia y Sociedad: de Descartes a Marx**. México: Siglo XXI Veintiuno Editores, 1971.

VICO, Giambattista. **Ciência Nova**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

MAZOYER, Marcel. **História das Agriculturas no Mundo: do Neolítico à Crise Contemporânea**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. **O Nascimento da Tragédia: ou Helenismo e Pessimismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NOVO TESTAMENTO. **Bíblia da Família**. Barueri/SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2007.

RIBEIRO JR., Wilson Alves. **Hinos Homéricos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.



## **INOVAÇÃO INCREMENTAL EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA BRASIL MAIS**

Isabel Cristina Cordeiro de Souza  
SEBRAE, <https://orcid.org/0009-0004-8362-8668>, [isabelcristinasouza@hotmail.com](mailto:isabelcristinasouza@hotmail.com)  
Leandro Hupalo  
UNIARP, <https://orcid.org/0000-0002-8914-577X>, [leandrohupalo.lh@gmail.com](mailto:leandrohupalo.lh@gmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

A inovação é um elemento fundamental para o desenvolvimento e crescimento das organizações, independentemente de seu tamanho ou setor de atuação. No contexto das micro e pequenas empresas, a implementação da inovação incremental tem se mostrado uma estratégia promissora para impulsionar a competitividade e o aprimoramento dos processos internos.

Segundo o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), as micro e pequenas empresas desempenham um papel fundamental na economia, representando a grande maioria dos negócios no Brasil (Sebrae, 2022). No entanto, essas empresas enfrentam desafios peculiares, como recursos limitados e a necessidade de se adaptarem rapidamente às mudanças do mercado. Diante disso, a adoção da inovação incremental pode ser uma abordagem viável e eficaz para impulsionar o crescimento e a sobrevivência dessas empresas.

De acordo com Schumpeter (1934), a inovação incremental é percebida como um processo pelo qual as empresas buscam melhorias graduais e contínuas em produtos, processos ou serviços existentes. Essa forma de inovação pode ser fundamental para a competitividade das empresas a curto prazo, permitindo-lhes otimizar recursos e atender às demandas do mercado de maneira mais eficiente.

No entanto, apesar dos benefícios potenciais, a implementação da inovação incremental em micro e pequenas empresas enfrenta desafios específicos. A falta de recursos financeiros, a resistência à mudança e a falta de conhecimento sobre práticas de inovação são obstáculos comuns que podem limitar a adoção efetiva dessas estratégias. Desta forma, o estudo tem como pergunta norteadora: Como a implementação da inovação incremental pode contribuir para o aprimoramento dos processos, produtos ou serviços em micro e pequenas empresas?

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo principal analisar como a implementação da inovação incremental pode contribuir para o aprimoramento dos processos, produtos ou serviços em micro e pequenas empresas, tendo, ainda, como objetivos específicos: (a) identificar o perfil das empresas atendidas pelo Programa Brasil Mais; (b) avaliar o processo de implementação da inovação incremental nas micro e pequenas empresas participantes do Ciclo 1 do programa e; (c) relacionar as ações implantadas pelas empresas e o desempenho das mesmas com os indicadores de produtividade e do radar da inovação.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa. Para Godoy (1995), a pesquisa quali-quantitativa é uma abordagem que busca integrar tanto métodos qualitativos quanto quantitativos em um único estudo. Essa integração pode ser feita de várias maneiras, como coletar dados qualitativos para aprofundar a compreensão de fenômenos antes de medir quantitativamente variáveis relacionadas.

Quanto à natureza, o estudo configura-se como uma pesquisa aplicada. De acordo com Roesch (1999), a pesquisa aplicada está fundamentada em problemas humanos e busca compreender sua natureza, além de encontrar soluções que possam ser aplicadas em cenários reais. Neste contexto, o presente estudo concentra-se em identificar o perfil das empresas participantes e seus desafios e aplicar estratégias de inovação incremental para abordar esses desafios em contextos empresariais reais.

Quanto aos procedimentos o estudo caracteriza-se como um estudo de caso. De acordo com Gerring (2019), um estudo de caso envolve uma investigação profunda de uma situação específica, como um evento, pessoa, empresa ou problema. Esse método nos permitiu coletar informações detalhadas sobre as três empresas selecionadas, participantes do Programa Brasil Mais e analisar como a implementação de estratégias de inovação incremental afetou sua produtividade e radar de inovação.

O Programa Brasil Mais, uma iniciativa realizada pela Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia em colaboração com parceiros-chave como a ABDI, Sebrae, Senai e BNDES, será apresentado com detalhes na seção seguinte. No entanto, cabe destacar que o referido programa concentra-se em

melhorar a produtividade de micro e pequenas empresas (ME e EPP) no Brasil através da aprimoração de práticas de gestão, eficiência produtiva e adoção de tecnologias digitais. Um ciclo estruturado de nove etapas foi destacado, delineando o processo pelo qual as empresas passam para alcançar esses objetivos, como demonstra na Figura 1.



Fonte: Adaptado de Sebrae (2022).

As empresas apresentadas neste estudo, foram escolhidas com base em seu comprometimento e entusiasmo em adotar ferramentas de inovação. Ambas têm suas sedes na Região de Lages/SC, localizada na Serra Catarinense. Duas delas atuam na área da construção civil, enquanto a terceira pertence ao setor imobiliário. Todas elas participaram ativamente do Ciclo 1 do Programa Brasil Mais durante o segundo semestre de 2022 e os resultados de seu desempenho foram avaliados através da ferramenta Radar da Inovação e da mensuração do indicador de produtividade no mês de abril de 2023.

Na seção seguinte discutiremos os impactos das inovações incrementais implementadas pelas empresas, utilizando-se de gráficos do Radar da Inovação e de dados do índice de produtividade, demonstrando seus resultados e comparando o crescimento das empresas após a participação do programa.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

## **PROGRAMA BRASIL MAIS**

O Programa Brasil Mais é um programa realizado pela Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, em colaboração com importantes parceiros, incluindo a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O programa tem como objetivo, elevar a produtividade das microempresas (ME) e pequenas empresas (EPP) do Brasil, concentrando-se na melhoria das práticas de gestão, eficiência produtiva e adoção de tecnologias digitais, se destacando por sua abordagem de implementação ágil e econômica, proporcionando suporte e capacitação às empresas, por meio dos Agentes Locais de Inovação, com o propósito de melhorar a gestão, promover a inovação, reduzir custos e impulsionar vendas.

O programa segue um ciclo estruturado, composto por nove etapas bem definidas, cada uma com um objetivo específico. A primeira etapa é a adesão da empresa ao programa, seguida pela aplicação do diagnóstico radar de inovação. Na etapa 2 ocorre o mapeamento de problemas e soluções e a etapa 3 introduz-se os empresários aos indicadores de desempenho.

A etapa 4 foca na compreensão de métodos de testagem e protótipos, enquanto a etapa 5 envolve o desenvolvimento de protótipos com base nos problemas e soluções identificados, acompanhado pela medição inicial da produtividade. A etapa 6 concentra-se na testagem e validação dos protótipos, seguida pela implantação dessas soluções na etapa 7.

A etapa 8 marca o encerramento da jornada, e, por fim, a etapa 9, a qual ocorre três meses após o encerramento, possui o propósito de comparar os resultados do Radar da Inovação aplicado no início e no final do programa, bem como avaliar os indicadores de produtividade. Esse ciclo estratégico visa orientar as empresas rumo à inovação e ao aprimoramento contínuo de suas operações.

## **PERFIL DAS EMPRESAS AVALIADAS E AS AÇÕES IMPLEMENTADAS**

Para uma melhor análise, foram selecionadas três empresas participantes do Ciclo 1 do Programa Brasil Mais durante os meses de julho e dezembro de 2022



localizadas na Região da Serra Catarinense, de modo que todas as empresas concluíram todas as etapas da jornada. Para fins de organização do estudo, as empresas serão identificadas como A, B e C com o objetivo de proteger a identidade e os dados das mesmas.

A Empresa A opera na indústria da construção civil e possui sede localizada em Lages/SC, oferecendo serviços em toda a Região da Serra Catarinense. Atualmente, a empresa emprega aproximadamente 9 funcionários, demonstrando uma sólida estrutura organizacional com atribuições bem definidas. Por outro lado, a Empresa B está no setor imobiliário, sendo especializada em aluguéis e administração de condomínios. Ela possui uma equipe enxuta de apenas 2 colaboradores e presta serviços exclusivamente na cidade de Lages/SC. A Empresa C, também voltada para a construção civil, concentra sua atividade na fabricação de construções pré-moldadas na Região da Serra Catarinense. Com um quadro de pessoal composto por 35 colaboradores, a empresa oferece seus serviços em toda a Região da Serra Catarinense, destacando-se pela especialização em sua área de atuação. No Quadro 1 são apresentados o porte e os principais gargalos das empresas participantes do estudo.

**Quadro 1** - Porte e principais gargalos das empresas participantes do estudo

Empresa	Porte	Principais Gargalos
Empresa A	EPP	Falta de organização e planejamento de tarefas
Empresa B	EPP	Falta de ferramentas ágeis para gestão financeira
Empresa C	EPP	Baixa produtividade no setor de obras pré-fabricadas

**Fonte:** os autores (2023).

No Quadro 1 é possível identificar que as empresas selecionadas pertencem ao segmento de empresas de pequeno porte (EPP). No caso da Empresa A, o principal obstáculo identificado reside na deficiência em termos de organização e planejamento de tarefas. Este problema surge como resultado da ausência de utilização de ferramentas de gestão organizacional, bem como da falta de priorização e adoção de *checklists*.

Para abordar essa questão, a empresa implementou a ferramenta Kanban como solução. O Kanban é um sistema visual de gestão que ajuda a empresa a organizar as tarefas de forma mais eficiente, permitindo que todos os membros da equipe tenham uma visão clara do fluxo de trabalho. Com a implementação da nova ferramenta, a Empresa A pode priorizar tarefas com mais eficácia, monitorar o progresso de cada

etapa do processo e garantir que os *checklists* sejam devidamente seguidos. Essa abordagem se mostrou eficaz na melhoria da gestão organizacional, permitindo à empresa otimizar seus processos e melhorar sua produtividade.

No contexto da Empresa B, o desafio primordial está relacionado à gestão financeira. Isso decorre da falta de utilização de ferramentas ágeis e do monitoramento insuficiente de indicadores financeiros em detalhes. Além disso, a gestão inadequada do tempo e das demandas da empresa impactam diretamente na atualização das planilhas financeiras e no sistema de gestão existente.

Para resolver esse desafio, a Empresa B implementou um sistema de gestão financeira mais ágil e eficaz, simplificando o processo de entrada e análise de indicadores financeiros. Isso oferece uma visão mais clara e detalhada da situação financeira da empresa. Além disso, a empresa adotou uma abordagem inovadora para lidar com as demandas dos clientes, utilizando etiquetas no *WhatsApp*. Isso permitiu que a equipe de gestão financeira acompanhasse de perto as solicitações dos clientes, priorizasse tarefas e respondesse de forma mais eficiente. A combinação desse sistema de gestão financeira com a utilização das etiquetas no *WhatsApp* tem sido essencial para melhorar a eficiência da Empresa B tanto no atendimento ao cliente quanto na gestão financeira como um todo.

Por fim, na Empresa C, o problema identificado consiste na baixa produtividade no setor de obras pré-fabricadas. Essa questão surge devido ao baixo desempenho por parte dos colaboradores e a falta de líder na equipe do setor, resultando em atrasos consideráveis nas entregas finais das obras. Inicialmente, foi implementado o Diagrama de Ishikawa, uma ferramenta de análise que permitiu investigar as principais razões por trás do baixo desempenho dos colaboradores.

Através dessa análise, a equipe descobriu que a causa principal estava relacionada à forma como o *layout* do setor estava setorizado, o que impactava negativamente no desempenho e na eficiência dos colaboradores. Com base nessa descoberta, a Empresa C desenvolveu e implementou um projeto de realocação de maquinários e melhorias nos processos do setor. Essas mudanças visaram otimizar o fluxo de trabalho, reduzir os gargalos de produção e melhorar as condições de trabalho para os colaboradores. Além disso, a empresa também trabalhou na nomeação de um líder para a equipe do setor, proporcionando uma maior orientação e direção para os

colaboradores, o que contribuiu para o aumento do engajamento e do desempenho geral da equipe.

A implementação de inovação incremental desempenha um papel vital no êxito das pequenas empresas, como demonstrado nos exemplos apresentados. Essas melhorias graduais e flexíveis são fundamentais para lidar com desafios específicos que possam surgir durante as operações comerciais. A adoção de abordagens inovadoras, como a implementação de ferramentas de gestão, sistemas financeiros avançados e estratégias de melhoria do desempenho da equipe, demonstra a capacidade das pequenas empresas de se adaptarem e superarem obstáculos, promovendo o crescimento sustentável e a eficiência operacional.

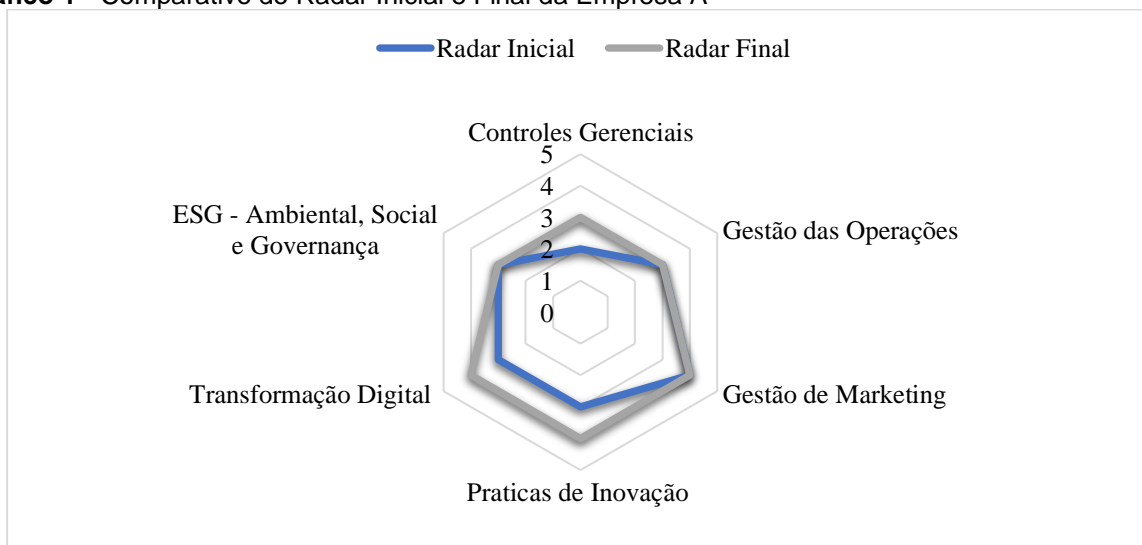
Esses exemplos destacam a importância da inovação incremental para abordar problemas específicos e impulsionar o desenvolvimento contínuo das pequenas empresas, permitindo-lhes ajustar-se de maneira ágil às demandas do mercado e às suas próprias necessidades internas em constante evolução.

### **IMPACTO DAS INOVAÇÕES INCREMENTAIS IMPLANTADAS**

Inicialmente, as empresas A, B e C possuíam desafios específicos, abrangendo desde deficiências na organização dos processos até questões financeiras e de produtividade. À medida que o programa avançou, a introdução de soluções inovadoras se revelou bastante eficaz, evidenciando melhorias tanto na produtividade quanto no Radar da Inovação.

Nos Gráficos 1, 2 e 3 serão apresentadas comparações entre as medições inicial e final do Radar da Inovação aplicados na primeira e na última etapa da jornada, com ênfase no papel fundamental desempenhado pela inovação incremental nesse processo.

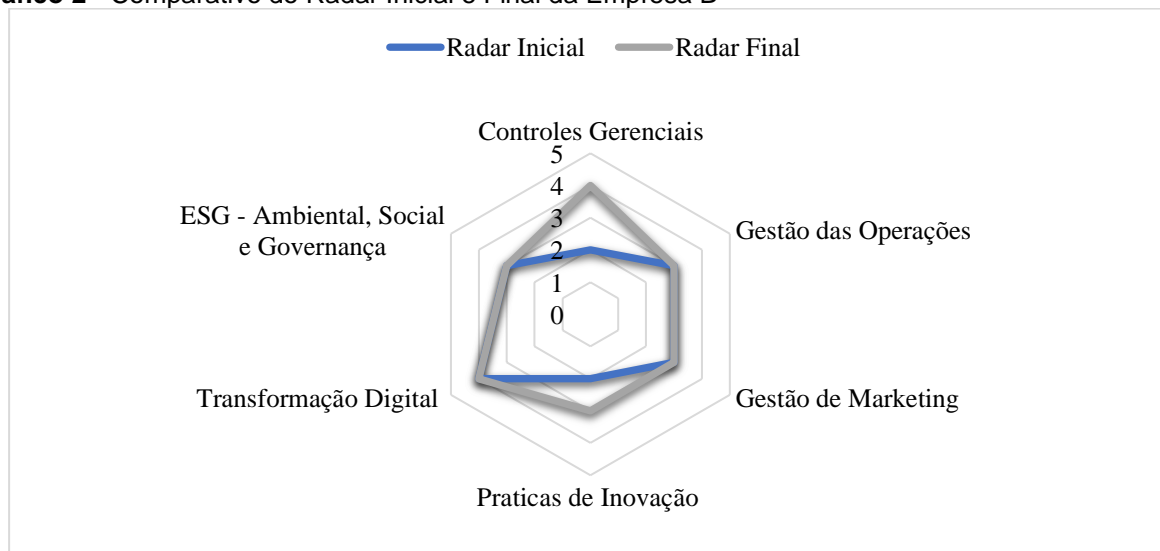
**Gráfico 1** - Comparativo do Radar Inicial e Final da Empresa A



**Fonte:** os autores (2023).

O Gráfico 1 sugere que a Empresa A apresentava no Radar Inicial 2 pontos em Controles Gerenciais, 3 pontos em Gestão das Operações, 3 pontos em Práticas de Inovação, 3 pontos em Transformação Digital, 3 pontos em ESG e 4 pontos em Gestão de Marketing. A partir das soluções implementadas, foi possível perceber uma melhoria considerável nos indicadores de Controles Gerenciais, Práticas de Inovação e Transformação Digital.

**Gráfico 2** - Comparativo do Radar Inicial e Final da Empresa B

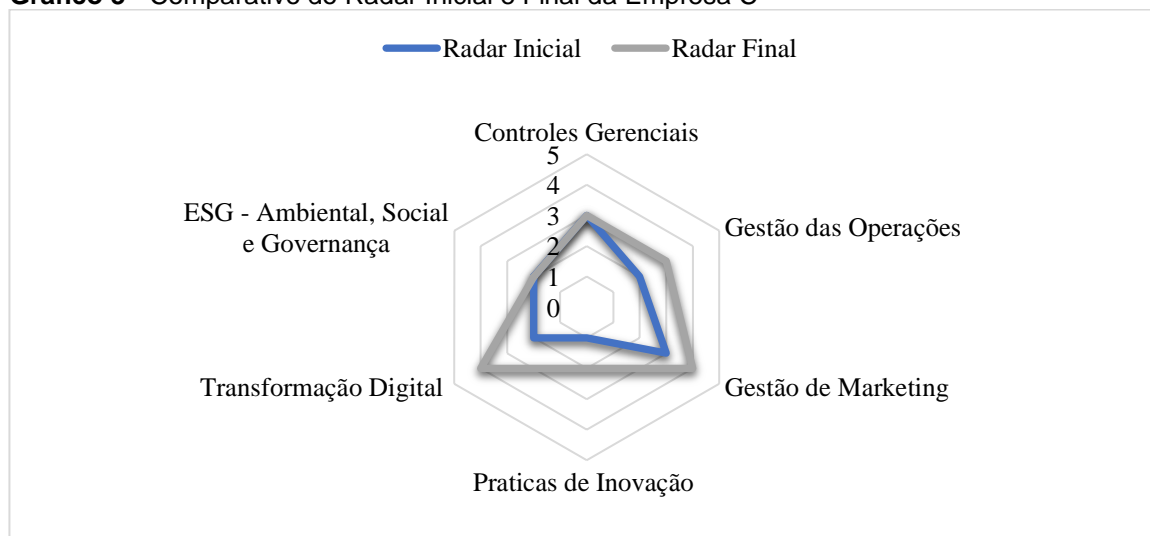


**Fonte:** os autores (2023).

A Empresa B, apresentava no Radar Inicial, 2 pontos em Controles Gerenciais, 2 pontos em Práticas de Inovação, 3 pontos em Gestão das Operações, 3 pontos em Gestão de Marketing, 3 pontos em ESG e 4 pontos em Transformação Digital. Após as

ações implementadas, a empresa teve um aumento significativo de 2 pontos em Controles Gerenciais e de 1 ponto em Práticas de Inovação.

**Gráfico 3** - Comparativo do Radar Inicial e Final da Empresa C



**Fonte:** os autores (2023).

O Radar Inicial da Empresa C apresentava 3 pontos em Controles Gerenciais, 3 pontos em Gestão de Marketing, 2 pontos em Gestão das Operações, 2 pontos em Transformação Digital, 2 pontos em ESG, e 1 ponto em Práticas de Inovação. Após as implementações realizadas o Radar Final teve aumento de 1 ponto em Gestão das Operações, Gestão de Marketing e em Práticas de Inovação e de 2 pontos em Transformação Digital.

Comparando os gráficos acima, nota-se que todos os Radares de Inovação, tiveram aumento em múltiplos temas, sendo que o indicador Práticas de Inovação foi impactado com 1 ponto a mais em todos os radares. Esses avanços também tiveram impacto no índice de produtividade, o qual é aferido através de um cálculo que considera o faturamento bruto, os custos variáveis e número de pessoas ocupadas na empresa, como demonstrado na Equação 1.

**Equação 1** - Cálculo de produtividade por pessoa ocupada

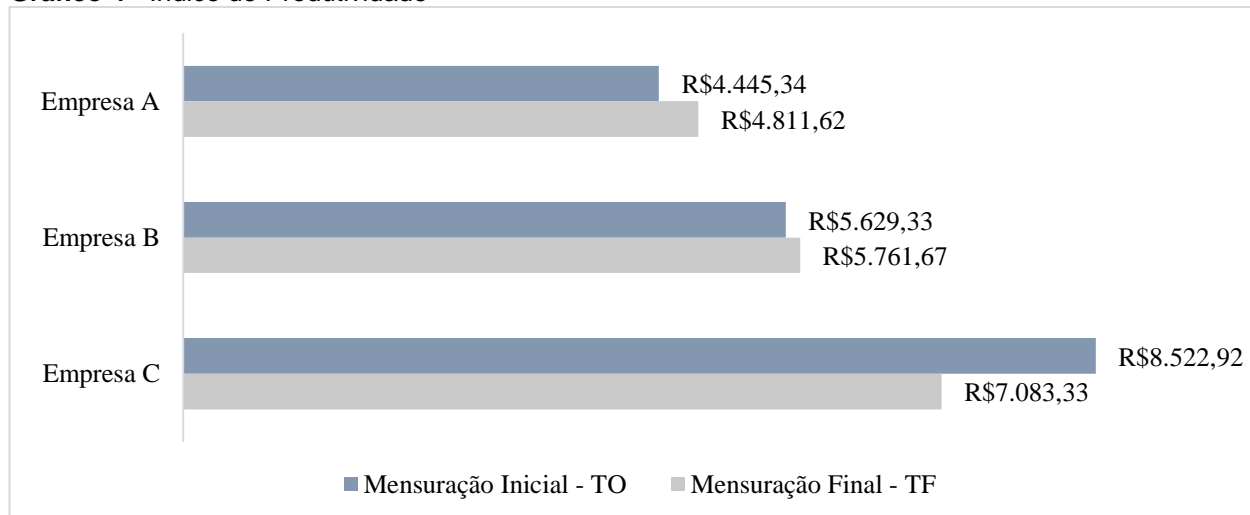
$$\text{Produtividade} = \frac{\text{Faturamento Bruto} - \text{Custos Variáveis}}{\text{Número de Pessoas Ocupadas}}$$

**Fonte:** Adaptado de Sebrae (2022).

A partir da aplicação da Equação 1 é possível determinar o índice da produtividade por pessoa ocupada na empresa. Esse cálculo é efetuado na Etapa 5 do

programa e, posteriormente, na Etapa 9, que ocorre três meses após a conclusão do acompanhamento do Agente Local de Inovação (ALI). O objetivo da metodologia é avaliar os resultados e determinar se as ações implementadas durante o programa tiveram impacto na produtividade, conforme os resultados demonstrados no Gráfico 4.

**Gráfico 4** - Índice de Produtividade



**Fonte:** os autores (2023).

Nos casos analisados acima, a avaliação dos resultados ocorreu após um período de três meses a partir da implementação das soluções. Nesse período, observou-se um aumento de 8,24% na produtividade da Empresa A e um aumento de 2,35% na Empresa B. No entanto, a Empresa C apresentou um cenário diferente, registrando uma queda de 16,89% na produtividade.

É importante ressaltar que essa redução pode estar relacionada a fatores externos, como variações sazonais no faturamento e aumentos nos custos variáveis da empresa, uma vez que a empresa também empreendeu esforços para melhorar o *layout* e realizar reformas em suas instalações. Embora os resultados no Radar de Inovação tenham sido positivos para a Empresa C, esses desafios operacionais impactaram temporariamente na sua produtividade.

Conforme discutido anteriormente, a inovação incremental é um processo gradual de melhoria nas operações empresariais. Embora seus benefícios possam levar tempo para se manifestar completamente, é importante reconhecer que essa abordagem pode gerar melhorias significativas a curto e longo prazo. Ao longo do tempo, essas melhorias podem aprimorar a eficiência, a qualidade e a competitividade no mercado. A inovação incremental, mesmo que não produza impactos imediatos

evidentes, estabelece uma base sólida para o crescimento sustentável e vantagens competitivas duradouras, tornando-se um investimento estratégico valioso para as empresas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo ressalta a vital importância da inovação, com foco especial na inovação incremental, no contexto do desenvolvimento e aprimoramento de micro e pequenas empresas. As empresas investigadas neste estudo participaram do Ciclo 1 do Programa Brasil Mais estão localizadas na Região da Serra Catarinense e alcançaram resultados notáveis, conforme evidenciado pelas análises realizadas.

Os resultados obtidos a partir da adoção de soluções inovadoras indicam que a inovação incremental se configura como uma estratégia eficaz para enfrentar desafios como falta de organização, deficiências na gestão financeira e baixa produtividade. Por meio da incorporação de ferramentas que promovem a inovação e táticas direcionadas para aprimorar o desempenho das equipes, as empresas apresentadas, conseguiram superar obstáculos e promover o crescimento sustentável.

Além disso, os resultados apresentados no Radar da Inovação e no índice de produtividade refletem o impacto positivo da inovação incremental nas empresas. Em todos os casos, observou-se um aumento notável nos indicadores, com o indicador Práticas de Inovação sobressaindo em relação aos demais e recebendo uma classificação superior em todos os radares das empresas. Isso evidencia que a implementação dessas soluções contribuiu para o aprimoramento e crescimento das empresas. Contudo, é fundamental ressaltar que os resultados obtidos através do cálculo de produtividade variaram de uma empresa para outra. Enquanto as Empresas A e B experimentaram aumentos na produtividade, a Empresa C registrou uma queda temporária, qual pode ter sido atribuída a fatores sazonais e melhorias operacionais específicas implementadas.

Em resumo, a inovação incremental desempenha um papel vital no sucesso das micro e pequenas empresas, permitindo que elas superem desafios e promovam o crescimento sustentável. Mesmo que seus benefícios não se manifestem imediatamente, essa abordagem estabelece uma base sólida para o crescimento a longo prazo e a vantagem competitiva duradoura. A inovação incremental é um

investimento estratégico valioso para as empresas, pois contribui para a melhoria contínua da eficiência, qualidade e competitividade.

## REFERÊNCIAS

- AUDY, Jorge. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos avançados**, v. 31, p. 75-87, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/rtKFhmw4MF6TPm7wH9HSpFK/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2023.
- BAGNO, Raoni Barros; FARIA, Adriana Ferreira de. O modelo das duas rodas: uma referência para o sistema de gestão da inovação em pequenas e médias empresas. Viçosa, Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa, 2017.
- BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e Empreendedorismo**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.
- DISTRITO. **Inovação Radical: tudo o que você precisa saber**. 2022. Disponível em: <https://distrito.me/blog/inovacao-radical/>. Acesso em: 20 ago. 2023. [e-inovacao/](https://www.distrito.me/blog/inovacao-radical/). Acesso em: 20 agosto. 2023.
- ESCOBAR, Fernando *et al.* Modelo CEK (Canvas+ EAP+ Kanban): Integração de Ferramentas de Gestão para transformar ideias em projetos colaborativos, ágeis, controláveis e efetivos. **Sociedade Brasileira de Computação**, 2019. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/livros/index.php/sbc/catalog/download/43/183/368-1>. Acesso em: 20 set. 2023.
- GERRING, John. **Pesquisa de estudo de caso: princípios e práticas**. Editora Vozes, 2019.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2023.
- LIGA VENTURES. **Inovação Radical x Inovação Incremental**: entenda o que é e como implementar. 2022. Disponível em: <https://liga.ventures/insights/artigos/inovacao-radical-x-inovacao-incremental-entenda-o-que-e-e-como-implementar/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20Inova%C3%A7%C3%A3o%20Radical,entre%20mercado%20e%20consumidores%20Fusu%C3%A1rios>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- LIMA, Jeane Firmo; SILVA, Glessia. Desafios para inovar na micro e pequena empresa. **Revista Da Micro e Pequena Empresa**, v. 13, n. 2, p. 85-97, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7056410>. Acesso em: 12 set. 2023.
- MANUAL DE OSLO. **Manual de Oslo**. 2005. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2023.



ODA, Luciana Sayuri. **Empreendedorismo e inovação**: a moeda para o sucesso nos negócios. 2017. Disponível em: <http://blog.sebrae-sc.com.br/empreendedorismo->

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHUMPETER, Joseph. The Theory of Economic Development. Harvard University Press, Cambridge Massachusetts, 1934.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Inovação incremental como um diferencial competitivo**. 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/inovacao-incremental-como-um-diferencial-competitivo,0f8632d6fda32810VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 19 ago. 2023.

SENRA, Clarice Parreira; BRAGA, Marco. Inovação disruptiva: um olhar sobre os ambientes educativos inovadores. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 10, n. 4, p. 101-115, 2019. Disponível em: <https://revistapos.cruzeirosul.edu.br/index.php/rencima/article/view/2388>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SILVA, Glessia; DACORSO, Antonio Luiz Rocha. Perspectivas de inovação na micro e pequena empresa. **Revista Economia & Gestão**, v. 13, n. 33, p. 90-107, 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/P.1984-6606.2013v13n33p90>. Acesso em: 09 set. 2023.

SOUZA, Vânio Berlin de; AZEVEDO, Anibal Tavares de. **Proposta de um modelo de análise de decisão na manutenção utilizando o Diagrama de Ishikawa com o Método Multicritério Promethee em equipamentos**. In: XIX SIMPÓSIO DE PESQUISA OPERACIONAL E LOGÍSTICA DA MARINHA, 19, 2019, Rio de Janeiro: Spolm2019, 2019. v. 1, p. 1-16. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/87661118/167.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

## **PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NAS EMPRESAS DA REGIÃO SUL PARTICIPANTES DO PROGRAMA BRASIL MAIS PRODUTIVIDADE**

Leandro Hupalo

UNIARP, <https://orcid.org/0000-0002-8914-577X>, leandrohupalo.lh@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

Na era da informação, a sustentabilidade emerge como um imperativo social. Empresas enfrentam o desafio de equilibrar eficiência de recursos e demandas do mercado, enquanto mantêm responsabilidade econômica, social e ambiental. Pressionadas por expectativas sociais e regulatórias, buscam produzir de forma mais sustentável, preservando a competitividade e contribuindo para empregos e impostos.

O Programa Brasil Mais Produtividade do Governo Federal apoia essas iniciativas, oferecendo soluções para gestão, inovação e redução de desperdícios. Assim, empresas são incentivadas a adotar práticas que promovam a sustentabilidade, essenciais para garantir um futuro próspero para as próximas gerações (Sebrae, 2023).

As empresas, principalmente pequenas e médias, têm investido na criação de ambientes mais colaborativos e criativos, a fim de absorver o melhor de cada colaborador, se beneficiando com o aumento da capacidade de cooperação, além de profissionais mais motivados a crescer e inovar. Tendo como base os conceitos apresentados, o presente estudo tem como pergunta norteadora: Qual a importância atribuída pelas empresas da Região Sul participantes do Programa Brasil Mais Produtividade às práticas sustentáveis para o aumento da produtividade?

Para responder à pergunta definiu-se como objetivo principal identificar a importância atribuída pelas empresas da Região Sul participantes do Programa Brasil Mais Produtividade às práticas sustentáveis para o aumento da produtividade. O estudo tem ainda como objetivos específicos: a) caracterizar o Programa Brasil Mais Produtividade; b) apresentar o perfil das empresas participantes do estudo e os indicadores do radar da Inovação e; c) relacionar a variação do indicador produtividade com as soluções implantadas pelas empresas.

Desta forma, o estudo justifica-se pela possibilidade de elevar competitividade das empresas dos segmentos atendidos pelo Sebrae, que dispõe de ferramentas de gestão e acompanhamento através dos Agentes Locais de Inovação (ALIs) vinculados

ao Programa Brasil Mais Produtividade, sobretudo em empresas de pequeno e médio porte.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O estudo caracteriza-se por uma abordagem predominantemente quantitativa. Para Fonseca (2002), a pesquisa quantitativa se centra na objetividade, pois, ao ser influenciada pelo positivismo considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa caracteriza-se, ainda, como aplicada com objetivos para a aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos que envolvem verdades e interesses locais (Gerhardt; Silveira, 2009).

No que refere-se aos objetivos a pesquisa caracteriza-se como descritiva. De acordo com Triviños (1987), este tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade, exigindo do pesquisador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar. Em relação aos procedimentos, a pesquisa caracteriza-se como de levantamento, geralmente utilizado em estudos exploratórios e descritivos. Segundo Fonseca (2002), através da pesquisa de levantamento obtém-se dados agrupados em tabelas que possibilitam uma riqueza na análise estatística.

Os dados que originaram as análises foram obtidos através de relatórios gerenciais internos do Sebrae Nacional obtidos a partir da solicitação à Coordenação Estadual do Programa Brasil Mais de Santa Catarina referentes aos Ciclos 1 e 2 do Programa Brasil Mais Produtividade realizado entre julho de 2022 e junho de 2023 nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, compreendendo a Região Sul do Brasil. Os dados foram coletados a partir das ações de acompanhamento às empresas participantes do programa realizadas pelos Agentes Locais de Inovação.

Como categorias de análise utilizadas no estudo considerou-se: (a) as empresas participantes dos Ciclos 1 e 2; (b) as empresas enquadradas como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) e; (c) as empresas não desistentes, ou seja, que realizaram as medições inicial e final do radar da Inovação tendo participado de todas as etapas do Programa Brasil Mais Produtividade. Nesse sentido, considerou-se para o

estudo 5.042 empresas distribuídas nos setores da agropecuária, comércio, construção civil, indústria e serviços.

Para a análise dos resultados relacionados à sustentabilidade das empresas foi utilizado o Radar da Inovação, sendo este um instrumento que tem o objetivo de medir a maturidade no grau de inovação das Micro e Pequenas empresas, com base em alguns fatores que visam à competitividade (Carvalho *et al.*, 2016). Essa ferramenta é utilizada pelos Agentes Locais de Inovação para realizar a medição na maturidade das empresas atendidas pelo Programa Brasil mais Produtividade, com o intuito de identificar as reais necessidades da empresa quanto a inovação, e assim, elaborar um plano de ação com sugestões práticas para a empresa com soluções inovadoras. Para o tratamento dos dados foram utilizadas ferramentas de planilhas eletrônicas através de estatística descritiva.

## **O PROGRAMA BRASIL MAIS PRODUTIVIDADE**

O Programa Brasil Mais, uma iniciativa conjunta do Ministério da Economia (ME) em colaboração com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), tem como objetivo fundamental elevar a competitividade e a eficiência das empresas brasileiras. Para alcançar esse fim, foca em implementar melhorias rápidas, de alto impacto e baixo custo, visando à gestão eficaz, inovação de processos e redução de desperdícios para microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) (Krumenauer; Hupalo, 2022)

Nesse contexto de transformação digital, o Programa Brasil Mais evoluiu a partir dos êxitos do programa Brasil Mais Produtivo e expandiu sua atuação, contando com a expertise, estrutura e abrangência do Senai e Sebrae. A meta é atender até 120 mil empresas até dezembro de 2022, como parte de uma estratégia mais ampla para modernizar o setor produtivo (Sebrae, 2020).

A iniciativa busca aprimorar as competências gerenciais das empresas, desenvolvendo habilidades como percepção, pensamento crítico, planejamento a curto e longo prazo, liderança, controle, capacidade decisória, reorganização produtiva, estabelecimento de uma cultura de melhoria contínua e identificação de oportunidades de investimento. Isso ocorre por meio do desenvolvimento de capacidades de gestão

em áreas cruciais para o bom funcionamento das empresas, abrangendo gestão de desempenho, indicadores, operações, vendas, qualidade, estratégia, produção, capital humano, digitalização, entre outras (Gasser, 2020).

As atividades do Programa Brasil Mais foram retomadas em outubro de 2020, visando impulsionar a produtividade e competitividade das empresas em meio ao cenário de transformação digital, após uma pausa causada pela pandemia. Dirigido aos setores da indústria, comércio e serviços, o programa proporciona ferramentas para aprimorar a gestão e inovar processos, embasando-se nas melhores práticas globais (Hupalo, 2022).

Essa iniciativa tem como foco principal a elevação da produtividade das empresas, aprimorando suas competências gerenciais e digitais por meio de intervenções rápidas e acessíveis. Desde conteúdos digitais na plataforma do programa até assistência direta, o Brasil Mais atende empresas de diversos setores, incluindo comércio, serviços e indústria (Sebrae, 2020).

A metodologia adotada se desdobra ao longo de seis meses, com o Agente Local de Inovação (ALI) mantendo contato com os empresários inscritos e qualificados para atendimento. Durante esse período, é aplicada uma metodologia específica do programa, focalizada na identificação e solução dos problemas empresariais por meio da aplicação de ferramentas de gestão. Segundo Vanucci, Ferreira e Da Silva (2023), os motivos de maior relevância relacionados à mortalidade das empresas estão relacionados à gestão empresarial exercida na empresa e à forma como são conduzidas as ferramentas de gestão nas organizações.

## **PERFIL DAS EMPRESAS**

Entre as empresas analisadas a maioria concentra-se em Santa Catarina (53,61%), seguido do Rio Grande do Sul (27,57%) e do Paraná (18,82%). Ao todo, 175 ALIs realizaram o trabalho de campo de acompanhamento das empresas encontrando um problema e propondo uma solução aos empresários durante cada ciclo. Em relação aos ciclos, 2.338 empresas participaram do Ciclo 1 e 2.704 do Ciclo 2, apresentando um aumento de 15,65% de atendimentos entre o 2º semestre de 2022 e o 2º semestre de 2023. Em média, cada ALI atendeu 28,81 empresas durante o período analisado, com destaque para Santa Catarina, com uma média de 31,80 atendimentos.

Uma das características do Programa Brasil Mais Produtividade é atender pequenos e médio empresários, independentemente região onde se encontra em cada estado e da natureza de seu negócio. Nesse sentido, cabe destacar que 366 (30,73%) municípios da Região Sul do país tiveram, ao menos, uma empresa atendida no período analisado, com destaque para Santa Catarina que atingiu a maior capilaridade de atendimentos em relação aos demais estados, com 41,36% dos municípios atendidos, demonstrando a importância do programa em regiões interioranas. A Tabela 1 apresenta a distribuição das empresas de acordo com o setor econômico a que pertencem.

Tabela 1 – Distribuição das empresas de cada estado por setor econômico

Estado	Agropecuária		Comércio		Construção civil		Indústria		Serviços	
PR	1	0,11%	435	45,84 %	21	2,21%	127	13,38 %	365	38,46 %
SC	3	0,11%	1.278	47,28 %	81	3,00%	397	14,69 %	944	34,92 %
RS	3	0,22%	605	43,53 %	37	2,66%	214	15,40 %	531	38,20 %
Total	7	0,14%	2.318	45,97 %	139	2,76%	738	14,64 %	1.840	36,49 %

Fonte: o autor (2024).

A partir da Tabela 1 evidencia-se que o setor econômico com o maior número de atendimentos na Região Sul é o comércio (45,97%), seguido do setor de serviços (36,49%) e da indústria (14,64%). Os setores de agropecuária e construção civil, juntos, correspondem a 2,90%. Ainda em relação ao setor de comércio, proporcionalmente aos seus atendimentos, Santa Catarina destaca-se com 47,28% das empresas, ou seja, quase a metade, demonstrando a importância do setor econômico para o estado em relação aos pequenos e médios empresários.

No que tange ao porte das empresas participantes do estudo, 83,26% são MEs e 16,74% EPPs, o que evidencia a importância do programa no auxílio ao crescimento dos pequenos negócios a partir da implantação de soluções de baixa complexidade em com resultados significativos. Segundo Braz *et al.* (2023), uma ME possui faturamento anual de até R\$ 360 mil, enquanto uma EPP fatura, por ano, entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões. A Figura 1 apresenta as etapas da jornada do ALI no Programa Brasil Mais Produtividade.

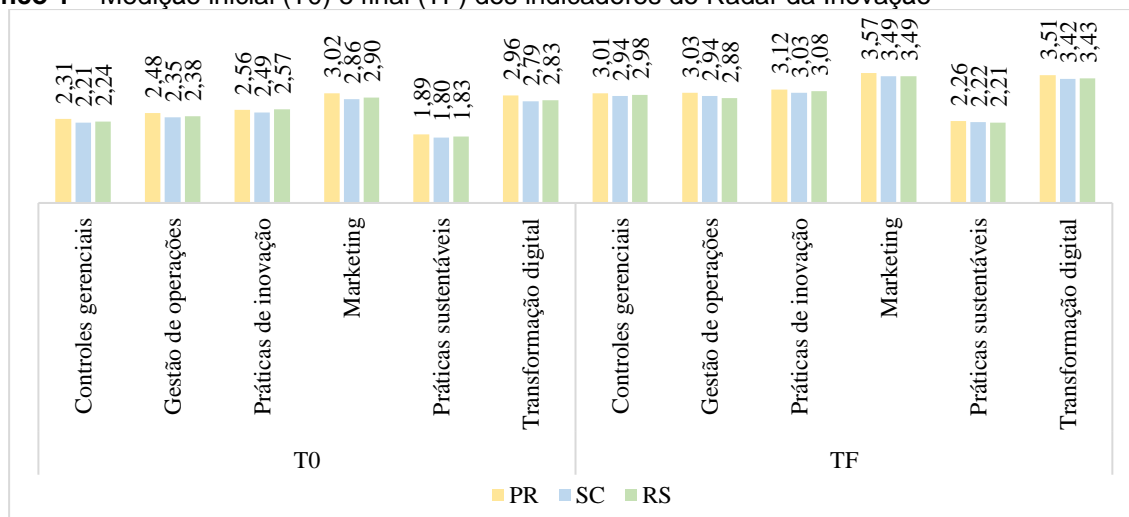
Figura 1 – Jornada do ALI no Programa Brasil Mais Produtividade



Fonte: Sebrae (2022).

Conforme a Figura 1 apresenta, a jornada do ALI, também chamado de ciclo do programa, é dividida em quatro etapas: a identificação do problema, a definição da solução do problema, a implantação da solução do problema e a avaliação da implantação da solução. Ao todo, são realizados nove encontros com os empresários, sendo seis individuais e três coletivos, com outros empresários que estão sendo acompanhados pelo mesmo ALI no ciclo. No início do ciclo ocorre a medição inicial (T0) e, ao término, a medição final (TF) com uso da ferramenta Radar da Inovação com o objetivo de demonstrar ao empresário os pontos fortes e fracos de sua empresa, bem como as oportunidades de melhoria que podem ser implantadas (Sebrae, 2020). O Gráfico 1 apresenta a medição inicial e final dos indicadores do radar da Inovação das empresas participantes do estudo.

Gráfico 1 – Medição inicial (T0) e final (TF) dos indicadores do Radar da Inovação



Fonte: o autor (2024).

No Gráfico 1 são apresentadas as medições T0 e TF do Radar da Inovação de acordo com a metodologia do Programa Brasil Mais Produtividade do Sebrae. O ALI, em sua atividade de campo junto aos empresários, realiza duas medições relacionadas aos indicadores de controles gerenciais, gestão de operações, práticas de inovação, marketing, práticas sustentáveis e transformação digital. A primeira medição ocorre no primeiro encontro em que é realizado o diagnóstico da empresa antes da definição do problema da mesma e a segunda medição ocorre ao final do período de acompanhamento do ALI, quando a solução definida já foi ou está em processo de implantação, gerando, desta forma, em uma pontuação que varia de 1 a 5 para cada indicador, de modo que quanto maior o indicador, em melhores condições a empresa se encontra naquele indicador.

Nesse sentido, a partir do Gráfico 1, percebe-se que, de modo geral, em todos os indicadores avaliados houve evolução entre o T0 e o TF, com destaque para o indicador controles gerenciais que na Região Sul apresentou elevação de 32,65%. O segundo indicador com maior evolução entre as medições foi gestão de operações, com um aumento de 23,52% e o terceiro foi o indicador práticas sustentáveis, subindo 22,30%.

Ainda segundo o Gráfico 1, percebe-se que o indicador com melhor avaliação na medição T0 na Região Sul é o marketing, com destaque para o Paraná com a marca de 3,02 no Radar da Inovação. Nesse sentido, evidencia-se que há uma pré-disposição dos empresários a conhecerem ou até mesmo utilizarem ferramentas de gestão e realizarem práticas empresariais relacionadas ao marketing em seu negócio, seja ele digital ou físico. Em contrapartida, o indicador de práticas sustentáveis possui a menor avaliação inicial no Radar da Inovação, com apenas 1,82. Tal indicador possui relação direta com os temas gestão de energia, gestão de água e redução de desperdícios que, associados, compõem uma escala de práticas sustentáveis adotadas pela empresa. O Quadro 2 apresenta as perguntas de diagnóstico do radar da Inovação realizadas ao empresário para a aferição do grau do indicador de práticas sustentáveis.



**Quadro 2** – Diagnóstico do indicador práticas sustentáveis

Pergunta	Padrão de resposta
Sua empresa adota boas práticas para evitar desperdício de água, energia, materiais de consumo?	a) Não. b) Sim, mas não realizamos medições para saber se as medidas são efetivas. c) Sim, realizamos medições para acompanhar as reduções e quanto economizamos com as medidas adotadas.
Sua empresa prioriza materiais, produtos, embalagens e equipamentos eco-responsáveis?	a) Não, esta não é uma questão priorizada para nossa empresa. b) Às vezes. Não é uma rotina ou não está sistematizado. c) Sim, temos política para buscarmos ser eco-responsáveis.

**Fonte:** Sebrae (2022).

Cabe destacar, desta forma, que em relação ao demais indicadores do Radar da Inovação, o de práticas sustentáveis é o mais negligenciado pelas empresas participantes do estudo, pressupondo que o empresário pouco tem se preocupado com questões relacionadas ao uso correto de recursos energéticos e naturais e à redução de desperdícios, dando mais atenção à divulgação de seu negócio através do marketing, por exemplo.

Para Lima, Da Silva Costa e Da Silva Pereira (2020), existe uma correlação positiva entre o desenvolvimento das atividades de inovação e a adoção de ações sustentáveis, de modo que a inovação pode ter um papel importante no reforço da sustentabilidade, minimizando, por sua vez, o impacto ambiental e trazendo vantagens competitivas para as empresas. Nesse sentido, empresas que adotam práticas sustentáveis tendem a se destacar no cenário empresarial, seja pela visibilidade da marca ou pelos aspectos econômicos.

## **AUMENTO DA PRODUTIVIDADE**

Além dos indicadores relacionados ao Radar da Inovação, também é aferido nas empresas participantes do programa o indicador de produtividade composta por três variáveis: custos variáveis, faturamento e número de pessoas ocupadas, conforme a Equação 1.

**Equação 1** – Indicador de produtividade

$$\text{Produtividade} = \frac{\text{Faturamento bruto} - \text{Custos variáveis}}{\text{Número de pessoas ocupadas}}$$

**Fonte:** Sebrae (2022).

A partir da Equação 1 obtém-se o indicador de produtividade das empresas, sendo calculado, no início do acompanhamento do ALI o indicador inicial (T0) e o final (TF), ao término do programa. A Tabela 2 apresenta a medição inicial e final do indicador produtividade.

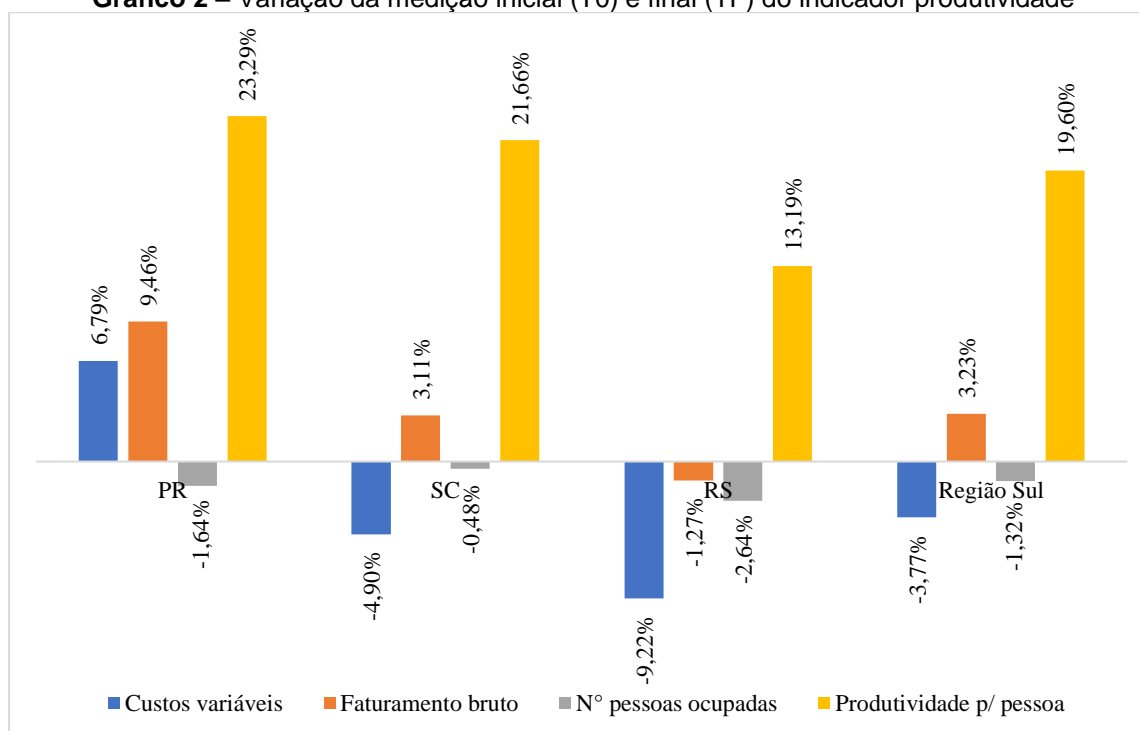
**Tabela 2** – Medição inicial (T0) e final (TF) do indicador produtividade

Estado	Custos variáveis (R\$)		Faturamento bruto (R\$)		Nº pessoas ocupadas		Produtividade (R\$)	
	T0	TF	T0	TF	T0	TF	T0	TF
PR	49.125,20	52.458,59	89.707,66	98.190,94	6,10	6,00	6.359,42	7.840,38
SC	55.311,20	52.601,32	101.201,38	104.345,64	6,28	6,25	7.144,26	8.691,79
RS	42.647,46	38.713,37	79.498,67	78.485,97	5,68	5,53	6.947,64	7.863,90
Total	50.656,65	48.746,26	93.056,69	96.059,52	6,08	6,00	6.942,41	8.303,41

Fonte: o autor (2024).

A partir da Tabela 2 evidencia-se que as empresas participantes do estudo da Região Sul atingiram o indicador produtividade de R\$ 8.303,41 por pessoa, com destaque para Santa Catarina, que atingiu o maior índice do referido indicador. Para que o aumento do indicador produtividade tenha condições de ocorrer, de acordo com a Equação 1, o cenário ideal é a queda dos custos variáveis, aumento do faturamento e manutenção ou queda do número de pessoas ocupadas, corroborando com os dados da Tabela 2. O Gráfico 2 apresenta a variação do indicador produtividade entre a medição inicial e final.

**Gráfico 2** – Variação da medição inicial (T0) e final (TF) do indicador produtividade



Fonte: o autor (2024).

O Gráfico 2 aponta para uma queda dos custos variáveis, exceto o Paraná, que elevou seus custos em 6,79%; para um aumento do faturamento bruto, exceto o Rio Grande Sul, que reduziu em 1,27% o faturamento e; para uma leve queda no número de pessoas ocupadas nas empresas. De modo geral, na Região Sul, o indicador produtividade por pessoa ocupada na empresa obteve um aumento de 19,60%, com destaque para o Paraná, que elevou sua produtividade em 23,29% no período analisado.

Conforme a metodologia do Programa Brasil Mais Produtividade, após ser identificado o problema é definida e implantada a solução do mesmo. Nesse sentido, as principais categorias de problemas identificados foram processos internos, faturamento e marketing/divulgação, estando presentes em mais da metade das empresas. E, para a solução dos problemas identificados, as principais categorias foram processos internos, marketing e divulgação e gestão financeira, sendo adotada por quase a metade das empresas.

Nesse sentido, embora o objetivo deste estudo não seja analisar as soluções implantadas, percebe-se que tratam-se de problemas de fácil resolução que, muitas vezes, estão associados à falta de conhecimento do empresário. Segundo Vanucci, Ferreira e Da Silva (2020), o perfil empreendedor pouco desenvolvido entre a maioria dos que abrem uma empresa, a falta de planejamento do negócio antes de sua abertura, a má gestão empresarial durante os primeiros anos de atividade e a má gestão financeira na empresa estão entre os principais motivos que levam as empresas à mortalidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo apresentado buscou analisar a importância atribuída pelas empresas da Região Sul participantes do Programa Brasil Mais Produtividade às práticas sustentáveis para o aumento da produtividade. Ao longo da pesquisa, foi possível observar um cenário desafiador em que as organizações se encontram, buscando equilibrar a eficiência operacional, a competitividade no mercado e a adoção de práticas sustentáveis em suas operações.

A análise do perfil das empresas participantes revelou que a maioria delas concentra-se nos setores de comércio, serviços e indústria, com destaque para Santa

Catarina como o estado com maior número de atendimentos, demonstrando a capilaridade do programa nas regiões interioranas. Além disso, observou-se que a grande maioria são microempresas, evidenciando a relevância do programa no auxílio ao crescimento desses pequenos negócios.

Ao analisar os resultados relacionados aos indicadores do Radar da Inovação, foi possível constatar uma evolução significativa em áreas como controles gerenciais, gestão de operações e práticas sustentáveis. No entanto, chama atenção a baixa priorização das práticas sustentáveis pelas empresas, indicando uma lacuna na conscientização e na implementação de ações voltadas para a redução de impactos ambientais e a gestão eficiente de recursos naturais.

Outro aspecto relevante foi a análise do indicador de produtividade, que evidenciou um aumento expressivo na produtividade das empresas da Região Sul, principalmente associado à redução dos custos variáveis e ao aumento do faturamento bruto. Contudo, é importante ressaltar que, apesar do avanço na produtividade, alguns setores ainda enfrentam desafios em termos de custos e faturamento.

As soluções implantadas pelas empresas, identificadas por meio do programa, destacaram problemas principalmente relacionados a processos internos, faturamento e marketing/divulgação. A implementação dessas soluções revelou-se de importância estratégica para a melhoria dos processos e da gestão empresarial, embora muitas vezes estivessem associadas à falta de conhecimento ou planejamento dos empresários.

Diante desses resultados, percebe-se a relevância do Programa Brasil Mais Produtividade como uma ferramenta eficaz para o aprimoramento das empresas. No entanto, ainda há espaço para a conscientização e o desenvolvimento de práticas sustentáveis. A relação entre inovação, produtividade e sustentabilidade se mostra como um caminho promissor para o crescimento empresarial, fornecendo não apenas benefícios econômicos, mas também contribuindo para a preservação do meio ambiente e a construção de uma sociedade mais sustentável.

Portanto, recomenda-se que as empresas continuem investindo não apenas em melhorias de gestão e inovação, mas também na adoção de práticas sustentáveis, buscando um equilíbrio entre o crescimento econômico e a responsabilidade

socioambiental, contribuindo assim para um desenvolvimento mais equitativo e duradouro. Sugere-se, ainda, que o estudo tenha continuidade analisando com maior profundidade as soluções implantadas para o aumento da produtividade e a relação com as ações de práticas sustentáveis adotadas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Editora Abril, 2012.

AMORIN, Andréia Silva da Rosa de. **Sustentabilidade: entre a utopia, a prática e a estratégia empresarial**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis. p. 158. 2009. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00006c/00006ccf.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2023.

BAÑALES, Dora Luz González; ADAM, Manuel Rodenes. Factores críticos de éxito de la industria del software y su relación con la orientación estratégica de negocio: un estudio empírico-exploratorio. **JISTEM-Journal of Information Systems and Technology Management**, v. 4, p. 47-70, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jistm/a/CTt9ktrqswHFzzyZwQCc6yq/>. Acesso em: 12 dez 2023.

BARAIBAR-DIEZ, Elisa; SOTORRÍO, Ladislao Luna. O efeito mediador da transparência na relação entre responsabilidade social corporativa e reputação corporativa. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 20, p. 05-21, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgn/a/dkyG6XcG9dW9RgckjJRRq8d/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030**. Editora Vozes, 2020.

BRAZ, Camila S. et al. Análise de irregularidades em licitações públicas com foco em empresas de pequeno porte. In: **Anais do XI Workshop de Computação Aplicada em Governo Eletrônico**. SBC, 2023. p. 94-105. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/wcge/article/view/24868>. Acesso em: 07 jan. 2024.

DE BENEDICTO, Samuel Carvalho et al. Sustentabilidade: um fenômeno multifacetário que requer um diálogo interdisciplinar. **Sustentabilidade: diálogos interdisciplinares**, v. 1, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/sustentabilidade/article/view/5168>. Acesso em: 01 jan. 2024.

CARVALHO, Gustavo Dambiski Gomes de et al. Estrutura de agrupamento das dimensões do radar da inovação de micro e pequenas empresas no Brasil. **Revista ESPACIOS**, v. 37, n. 26, n.p, 2016. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a16v37n23/16372319.html>. Acesso em: 12 dez. 2023.

DIAS, Lucas Seolin; MARQUES, Maurício Dias. Organizações e sustentabilidade: aproximações, cooperação e distanciamentos. **Gestão. Org**, v. 15, n. 1, p. 73-85,

2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7336163>. Acesso em: 30 dez. 2023.

ELKINGTON, John et al. Triple bottom line revolution: reporting for the third millennium. **Australian CPA**, v. 69, n. 11, p. 75-76, 1999. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/document?vid=7ef4b115-f046-435a-ae0e-d2cf1ab2ca8f>. Acesso em: 01 jan. 2024.

ELKINGTON, John. 25 years ago I coined the phrase “triple bottom line.” Here’s why it’s time to rethink it. **Harvard business review**, v. 25, p. 2-5, 2018. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4898833/mod\\_resource/content/1/25%20Years%20Ago%20I%20Coined%20the%20Phrase%20E2%80%9CTriple%20Bottom%20Line.%E2%80%9D%20Here%E2%80%99s%20Why%20It%E2%80%99s%20Time%20to%20Rethink%20It\\_.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4898833/mod_resource/content/1/25%20Years%20Ago%20I%20Coined%20the%20Phrase%20E2%80%9CTriple%20Bottom%20Line.%E2%80%9D%20Here%E2%80%99s%20Why%20It%E2%80%99s%20Time%20to%20Rethink%20It_.pdf). Acesso em: 18 dez. 2023.

FAHY, Frances; RAU, Henrike. **Methods of sustainability research in the social sciences**. Sage, 2013.

FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos Ebape. BR**, v. 15, p. 667-681, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/hvbYDBH5vQFD6zjC9zHc5g/>. Acesso em: 02 jan. 2024.

FONSECA, João José Saraiva da. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. 2002. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

GASSER, L. C. **Reorganização das cadeias globais de valor**: impactos para os investimentos estrangeiros no Brasil. Simpósio em Negócios Internacionais da Apex-Brasil, 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2023.

HUPALO, Leandro. Eficiência do Programa Brasil Mais a partir da Análise Envoltória de Dados. **Cadernos de Inovação em Pequenos Negócios: comércio e serviços**, v. 1, n. 2, p. 61-78, 2022. Disponível em: [https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Arquivos/Revista-Cadernos-de-Inova%C3%A7%C3%A3o-Com%C3%A9rcio\\_e\\_Servi%C3%A7os\\_Setembro\\_2022.pdf](https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Arquivos/Revista-Cadernos-de-Inova%C3%A7%C3%A3o-Com%C3%A9rcio_e_Servi%C3%A7os_Setembro_2022.pdf). Acesso em: 02 jan. 2024.

IPIRANGA, Ana Sílvia Rocha et al. Introdução. **Revista de Administração Mackenzie**. v. 12, n. 3, p. 13-20, 2011. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/3197/2811>. Acesso em: 02 jan. 2024.

KRUMENAUER, Eliziane; HUPALO, Leandro. Impactos do Programa Brasil Mais nas empresas da Região do Extremo Oeste de Santa Catarina. **Revista Sítio Novo**, v. 6,

n. 4, p. 94-103, 2022. Disponível em:

<https://sitionovo.ifto.edu.br/index.php/sitionovo/article/view/1251>. Acesso em: 02 jan.2024.

LIMA, Marcus Vinicius Andrade et al. Fatores críticos de sucesso na educação superior brasileira. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 5, n. 3, p. 245-263, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3193/319327516013.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2023.

LIMA, Váldeon Amaro; DA SILVA COSTA, Esdras; DA SILVA PEREIRA, Raquel. Inovação e sustentabilidade em pequenas empresas: um estudo com participantes do programa agentes locais de inovação em Rondônia (Brasil). **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 10, n. 1, p. 43-54, 2020. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/685>. Acesso em 07 jan. 2024.

LOVISCEK, Vittoria. Triple bottom line toward a holistic framework for sustainability: A systematic review. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 25, p. e200017, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/dQWB6Px4YpFjX9yRvvRJZsh/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

MARIOSIA, Duarcides Ferreira et al. Study on the sustainable indicators and research methodology in the context of the sustainable development reserve of TUPÉ, AMAZONAS-BRAZIL. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 8, n. 3, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/15756>. Acesso em: 17 dez. 2023.

MARTUCHELLI, Rodrigo Salgado; GOLDMAN, Fernando Luiz. Fatores críticos de sucesso no brasil: um panorama na pesquisa em engenharia de produção. In: MACHADO, Marcos William Kaspchak (Org.) **Engenharia de produção: what's your plan?**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. p. 1-16. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/fatores-criticos-de-sucesso-no-brasil-um-panorama-na-pesquisa-em-engenharia-de-producao>. Acesso em: 02 jan. 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. 2015. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 01 jan. 2024.

OLIVEIRA, Marcia Maria Dosciatti de et al. (Orgs.) **Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade**. Caxias do Sul: Educs, 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Alexandre-Pedrini/publication/314100615\\_Percepcao\\_publica\\_e\\_educacao\\_ambiental\\_no\\_enfrentamento\\_das\\_mudancas\\_climaticas\\_globais\\_antropogenicas\\_no\\_Brasil\\_uma\\_proposta/links/58b581b745851591c5d18027/Percepcao-publica-e-educacao-ambiental-no-enfrentamento-das-mudancas-climaticas-globais-antropogenicas-no-Brasil-uma-proposta.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Alexandre-Pedrini/publication/314100615_Percepcao_publica_e_educacao_ambiental_no_enfrentamento_das_mudancas_climaticas_globais_antropogenicas_no_Brasil_uma_proposta/links/58b581b745851591c5d18027/Percepcao-publica-e-educacao-ambiental-no-enfrentamento-das-mudancas-climaticas-globais-antropogenicas-no-Brasil-uma-proposta.pdf). Acesso em: 30 dez. 2023.

ROCKART, John Fralick. **A new approach to defining the chief executive's information needs**. 1978. Disponível em: <https://dspace.mit.edu/bitstream/handle/1721.1/1942/SWP-1008-04219611-CISR-037.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 dez. 2023.

RODRIGUEZ SERNA, Lil et al. Management control systems. A non-family stakeholder perspective on the critical success factors influencing continuous stakeholder support during businesses succession. **Journal of Small Business and Enterprise Development**, v. 29, n. 6, 2022. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JSBED-09-2021-0364/full/html>. Acesso em: 26 dez. 2023.

ROMA, Júlio César. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e sua transição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Ciência e Cultura**, v. 71, n. 1, p. 33-39, 2019. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252019000100011](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011). Acesso em: 30 dez. 2023.

ROSATI, Francesco; FARIA, Lourenço G. D. Addressing the SDGs in sustainability reports: The relationship with institutional factors. **Journal of cleaner production**, v. 215, p. 1312-1326, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652618338150>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Editora Garamond, 2000.

SEBRAE. **Unidade de Gestão Estratégica**: o impacto da pandemia de coronavírus nos Pequenos Negócios – 2ª edição. 2020. Disponível em: [https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Imagens%20SebraeNA/Pesquisa%20O%20impacto%20do%20Coronav%20C3%ADrus%20nos%20pequenos%20neg%C3%B3cios%20-%20Pesquisa%20completa%20n%C2%BA2%20\(09042020\).pdf](https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Imagens%20SebraeNA/Pesquisa%20O%20impacto%20do%20Coronav%20C3%ADrus%20nos%20pequenos%20neg%C3%B3cios%20-%20Pesquisa%20completa%20n%C2%BA2%20(09042020).pdf). Acesso em: 02 jan; 2024.

SEBRAE. **ALI produtividade**: guia metodológico. 2022. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2021/07/ANEXO-10-REFERENCIAL-ALI-PRODUTIVIDADE.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2024.

SEBRAE. **O que é tripé da sustentabilidade e qual a sua importância para empresas**. 2023. Disponível em: <https://blog.sebraealagoas.com.br/inovacao/o-que-e-tripe-da-sustentabilidade-e-qual-a-sua-importancia-para-empresa/>. Acesso em: 01 jan. 2024.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2018.

SILVA, José Kennedy Lopes; SIENA, Osmar. Environmental conceptions and the ideological commitments that guide the management of the environmental organizations. **Revista de Administração da UFSM**, v. 13, n. 1, p. 20-39, 2020. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/10fe/01b09fd5e6299f3e49cf0b7dc1141c94c1e5.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SILVA, Luiz Henrique Vieira da. **Aplicação e impactos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em grandes empresas privadas do setor industrial no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) – Pontifícia Universidade



católica de Campinas (PUC-Campinas). Campinas. p. 157. 2021. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/15255>. Acesso em: 02 dez. 2023.

SILVEIRA, Lauana Lobo et al. Sustentabilidade empresarial estratégica: estudo de fatores críticos de sucesso. **Revista de Administração da UFSM**, v. 15, p. 760-780, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/69205>. Acesso em: 01 jan. 2024.

SUGAHARA, Cibele et al. Mudanças climáticas e veículos elétricos: alternativas para o desenvolvimento sustentável. **Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação**, v. 7, n. 1, p. 26-50, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/reni/article/view/655>. Acesso em: 11 dez. 2023.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VANNUCCI, Isabella Miguel; FERREIRA, Mônica Aparecida; DA SILVA, Vanessa Ramos. Influência da Gestão Empresarial na Taxa de Mortalidade das Micro e Pequenas Empresas de Uberlândia. **RAGC**, v. 11, n. 46, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/3073/1882>. Acesso em: 07 jan. 2024.

## **A LUDICIDADE NO PROCESSO DE INCLUSÃO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO**

Eliana Aparecida Esganzela Raldi

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, [eliana.raldi@hotmail.com](mailto:eliana.raldi@hotmail.com)

Ruth Inês Dotta Godoy Goulart

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, [goulart@uniarp.edu.br](mailto:goulart@uniarp.edu.br)

Inês Maria Gugel Dummel

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, <https://orcid.org/0000-0001-8279-7508>, [ines.maria@uniarp.edu.br](mailto:ines.maria@uniarp.edu.br)

Elis Regina Mazzurana

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, [elis.regina@uniarp.edu.br](mailto:elis.regina@uniarp.edu.br)

### **INTRODUÇÃO**

Ainda no século XXI, a educação inclusiva é vista como um dos maiores desafios para o sistema educacional, pois se baseia em incluir os alunos com deficiência intelectual ao espaço escolar regular com igualdades sociais e de aprendizagem.

Sabe-se que cada criança é única e possui suas especificidades, seja dentro do âmbito educacional, emocional ou social, mas todos possuem habilidades e limitações, logo, é preciso ter um olhar especial para cada uma delas. Compreender e aceitar essas especificidades são atos de inclusão, a qual baseia-se na dimensão humana e sociocultural (Camargo, 2017).

Nessa perspectiva, este objetiva analisar a importância da utilização da ludicidade como estratégia didática no processo de inclusão e aprendizagem da criança com transtorno do espectro do autismo. Como objetivos específicos, buscou-se aprofundar os conhecimentos teóricos sobre as políticas e o processo de educação inclusiva, como também compreender o histórico evolutivo sobre o autismo no Brasil.

Para enriquecer o estudo serão identificadas as principais ferramentas metodológicas que auxiliam na aquisição do saber no processo ensino e aprendizagem de crianças com autismo, com o intuito de fornecer subsídio para o docente apropriar-se das técnicas do lúdico e dinamizar o trabalho pedagógico, assim favorecer a criança autista um aprendizado aprazível.

### **POLÍTICAS E PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Historicamente, tem-se um grande desafio: efetivar a prática inclusiva nas escolas, visto que ela faz parte do sistema social, pois pode significar o desenvolvimento

da educação para todos, colaborando na construção da sociedade mais justa e igualitária. Para isso acontecer é necessária uma mudança de prática com a consolidação de um sistema educacional inclusivo que promova a transformação das relações sociais e históricas que produziam discriminação e exclusão durante muitos anos (Camacho, 2018).

A inclusão é um processo que visa a igualdade de gênero, classe social, raça, etnia, religião. É a inserção da igualdade a todas as pessoas, indiferentes de suas peculiaridades e diferenças. Melo (2021, p. 2) defende que “A inclusão é uma reestruturação da prática, da cultura e das políticas vivenciadas nas escolas de forma que estas respondam à diversidade dos alunos”.

O conceito de inclusão para Tédde (2012, p. 33) “se refere à vida social e educativa e todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares e não somente colocados na ‘corrente principal’”. O objetivo é incluir os alunos ao ensino regular desde o início da vida acadêmica. Educação inclusiva é um dos maiores desafios do sistema educacional, onde propõe a incluir de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular, com o intuito de desenvolver nas crianças a respeitabilidade bem como a anuência ao diferente.

No entanto, para a constituição das escolas inclusivas, é preciso modificações na parte organizacional, estrutural, na maneira de pensar e de agir, na filosofia e na

prática. “É importante que cada escola aprenda a identificar seus problemas e necessidades, planejar soluções e construir estratégias para colocá-las em prática, principalmente quando se trata da inclusão” (Santos, 2020, p. 3).

Segundo o portal Agência Brasil, “de acordo com o último Censo Escolar da Educação Básica, em 2022 eram quase 1,3 milhão de estudantes, e a maior parte tem deficiência intelectual, seguida de pessoas com autismo e deficiência física” (Pessoa, 2023, p. 1).

Até 2012, o termo Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD) era também referido ao autismo, ano em que foi reconhecido pelo Decreto Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, através da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, chamada Lei Berenice Piana (Brasil, 2012). A partir

da edição do DSM-V (2014, p. 32), “o autismo passou a ser denominado Transtorno do Espectro Autista, onde não há classificações, mas sim níveis: leve, moderado e grave”.

Através do Decreto n. 8.368, de 2 de dezembro de 2014 foi regulamentado usar o termo Transtorno do Espectro Autista (TEA) (BRASIL, 2014), essa lei tornou-se um marco para a denominação, constando em documentos oficiais e instituindo a política nacional de proteção aos direitos das pessoas com autismo. Em seu art. 1º, parágrafo 1º, essa Lei considera pessoa com TEA quem possui tal síndrome e que se caracteriza nos itens a seguir:

- Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
- Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (Brasil, 2014, p. 1).

Desta forma, é um Transtorno que “ocasiona leves ou graves prejuízos na interação social, restrição de interesses e atividades, adesão aparentemente inflexível a rotinas e rituais, alteração da prosódia (entonação da fala) e comportamentos repetitivos” (Schwartzman, 2015, p. 10).

Em publicação do Ministério da Saúde, a designação TEA igualmente consta nas Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (Brasil, 2014). A esse respeito, explicam Lemos, Salomão e Agripino-Ramos (2014, p. 118),

[...] o termo espectro autista remete às particularidades das respostas inconsistentes aos estímulos e às diferenças quanto às habilidades e aos prejuízos, compondo um quadro de características muito abrangentes. Assim pessoas com características muito diferentes, com maior ou menor grau de comprometimento ou habilidades, estão classificadas sob uma mesma denominação.

Segundo o Portal do Autismo de Santa Catarina (2023, p. 1), em janeiro de 2023 “havia 6.898 estudantes com diagnóstico de TEA matriculados na rede estadual de ensino de Santa Catarina. Destes, 4.882 estão no ensino fundamental, 1.977 no ensino médio e 36 estão em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA)”.

De acordo com Marques (2023), a estimativa é de que haja aproximadamente 2 milhões de autistas no Brasil. Informa o Portal do Autismo que, “por força da Lei

13.861/2019, que obrigou o IBGE a incluir as especificidades inerentes ao TEA no censo populacional. A partir de então, será possível saber qual a população de autistas em cada região do país” (Portal do Autismo, 2023, p. 1).

A lei é chamada de Lei Berenice Piana, n. 12.764/2012, em seu Art. 3º, preconiza que toda pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem direitos:

- A vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
  - A proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
  - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:
    - o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
    - o atendimento multiprofissional;
    - a nutrição adequada e a terapia nutricional;
    - os medicamentos;
    - informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;
  - IV - O acesso:
    - à educação e ao ensino profissionalizante;
    - à moradia, inclusive à residência protegida;
    - ao mercado de trabalho;
    - à previdência social e à assistência social.
- Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante

Em Santa Catarina, a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista foi instituída pela Lei n. 17.292/2017, em seu Art. 22. “Fica instituída, no Estado de Santa Catarina, a Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. § 1º A pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada, para todos os efeitos legais, pessoa com deficiência” (Santa Catarina, 2017, p. 1).

Percebe-se, portanto, que a principal conquista da Lei Berenice Piana foi o reconhecimento de pessoas autistas como pessoa com deficiência, preconizado em seu Art. 1º, § 2º.

## **A LUDICIDADE NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM**

Tem-se o entendimento de que todas as crianças, de todas as épocas, e de diferentes classes sociais, têm em comum o brincar, e possuem um anseio natural pelo ato de brincar, isto é, pôr em prática habilidades que descobrem de muitas maneiras para descobrir-se a si mesma e o ambiente em que está inserida.

Ao utilizar-se dos jogos e brincadeiras, o professor motiva seus alunos a participar ativamente do processo ensino e aprendizagem de uma forma prazerosa, fazendo com que os mesmos interajam e assimilem os conteúdos e informações tratadas (Vanzella, 2017).

A ludicidade é um verdadeiro exercício na vida, com as quais as crianças podem medir e expressar suas possibilidades, se descobrirem e também aos outros, desenvolvendo um papel estimulador do aprendizado. A atividade lúdica pode ser considerada um instrumento mediador para a apropriação de diversos hábitos e saberes sociais e curriculares (Oliveira, 2018, p. 203 *apud* Pereira, 2021, p. 24).

“O lúdico, relativo ao jogo e ao brinquedo está presente em todas as atividades que despertam o prazer” (Tomaz; Tomaz, 2015, p. 11 *apud* Kegler, 2016,

p. 19). Percebe-se que a ludicidade é um conceito amplo, mas é sentido, vivido e reconhecido em muitas de nossas práticas culturais, está presente diariamente em nossas vidas e, através do jogo, estaremos educando de forma lúdica, permitindo que a criança possa ter seu pensamento criativo. Desse modo, de acordo com Costa (2017) o lúdico no ensino promove à criança um espaço de imaginação, criatividade, diversão, fantasia e curiosidade, assim ela aprende e se desenvolve.

As metodologias inovadoras devem colaborar para o desenvolvimento dos educandos, formando sujeitos capazes de planejar o caminho do seu próprio aprendizado, mudando algumas práticas da educação tradicional, onde os exercícios eram repetitivos e decorados, sendo o professor o ponto central da educação, assim o educador deve estar atento aos seus métodos de ensino. (Andrade; Felipe; Medeiros, 2020).

Dessa forma, o professor é o mediador do conhecimento, ele deve fazer uso de metodologias de ensino embasado nas experiências do cotidiano dos alunos, deve também criar métodos que estimulam a curiosidade da criança. Essas metodologias têm o objetivo de tornar os alunos mais participativos e trazer o conteúdo de uma forma mais lúdica e dinâmica (Pesente, 2019).

## **ESTADO DA QUESTÃO: PESQUISAS CORRELATAS**

Menezes, Nóbrega-Therrien e Luz (2011) mencionam que o estado da questão tem como propósito mostrar ao pesquisador como elaborar registros de uma pesquisa bibliográfica, tendo como investigação o tema escolhido para sua investigação.

Para a elaboração deste artigo realizou-se pesquisas com o intuito de esclarecer as questões sobre a ludicidade, autismo e inclusão escolar para crianças com TEA. Na plataforma do Google Acadêmico foram digitadas as palavras ludicidade, autismo e inclusão escolar, obtendo-se 3.210 artigos, monografias, trabalhos de conclusão de curso, etc. Destes foram selecionados alguns trabalhos apresentados a seguir, que vieram de encontro ao objetivo proposto neste artigo.

“A ludicidade no processo de inclusão de alunos especiais no ambiente educacional” foi o tema escolhido por Soares (2010, p. 7), no qual salienta que neste caso, a educação física, objeto de seu estudo, “[...] os alunos interagem, se divertem, cooperam uns com os outros, desenvolvem suas habilidades, e socializam-se através da brincadeira ou jogo mediado pela professora, contribuindo para o processo de inclusão por meio da ludicidade”.

Oliveira e Strohschoen (2019, p. 157) apresentam o artigo “A importância da ludicidade para inclusão do aluno com transtorno do espectro autista (TEA)”. Seus resultados apontam que [...] “as intervenções abordadas destacam a escola como um ambiente com grande potencial para o desenvolvimento e inclusão do indivíduo com TEA, visto que observamos sua completa inserção e participação dos alunos em todas as etapas da proposta”.

“Alfabetização e letramento de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)” foi o título do artigo de Barreto (2021, p. 55) no qual salienta que “[...] conseguiu atingir os objetivos propostos, na medida em que mostrou a possibilidade da alfabetização do aluno com autismo e da sua inclusão na classe comum, sendo necessário que a escola e a família acreditem no potencial do aluno”.

Em sua monografia “A importância da ludicidade no desenvolvimento de crianças autistas”, Mendes (2015, p. 45) observou que “é possível ter um novo olhar na aprendizagem das crianças autistas, com a utilização adequada dos jogos, desenvolvendo atividades lúdicas prazerosas que motivem e ativem a aprendizagem”, no entanto, percebeu que “a aprendizagem deve ser também diferenciada, configurada em um ambiente estimulador, de interação com outros colegas, tornando-os todos participativos Minerva e Leal (2023, p. 86), estudaram “Estratégias, metodologias e intervenção para a inclusão e aprendizagem da criança com o transtorno do espectro autista”, seus estudos foram direcionados a três metodologias mais conhecidas: o ABA,

PECS e TEACCH, e salientam que, “apesar de serem conhecidas e utilizadas, nem sempre estão disponíveis para professores de escola regular”, portanto é imprescindível que o professor regente, apoiado pelo professor “da sala de recursos e da equipe escolar, escolher uma metodologia de acordo com a necessidade da criança com transtorno autista”.

Sousa, Rodrigues e Santos (2022, p. 55) estudaram “A importância da ludicidade no processo de aprendizagem do aluno com transtorno do espectro autismo – TEA”, sua pesquisa bibliográfica revelou que é muito importante introduzir em salas de aulas jogos e brincadeiras que favoreçam a inclusão, no entanto, “os processos inclusivos ainda precisam se efetivar na prática e que os professores ainda se sentem despreparados para receber os alunos com deficiências” (Souza; Rodrigues; Santos, 2022, p. 55).

Oliveira e Albrecht (2021, p. 16), estudaram em uma pesquisa de cunho bibliográfico cujo tema foi “Ludicidade: a importância dos jogos e brincadeiras na inclusão escolar dos alunos com transtorno do espectro do autismo (TEA) no ensino fundamental”. Afirmaram que a criança não deve ser privada do contato com jogos e brincadeiras “como colaboração do processo de ensino e aprendizagem, pois vem proporcionar aos alunos autistas, o desenvolvimento nas habilidades que são primordiais para que se tornem cada vez mais independentes” (Oliveira; Albrecht, 2021, p. 16).

## **DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS**

Marconi e Lakatos (2017, p. 200), afirmam que: “a pesquisa bibliográfica, abrange toda a bibliografia já tornada pública, em relação, ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos impressos ou eletrônicos, etc.”.

A referida pesquisa também é documental respaldada na abordagem qualitativa. A pesquisa documental é de fundamental importância, em especial quando se trata do assunto relacionado à educação e novas formas de educar. Segundo Lüdke e André (2015 p. 45), “a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse”.



A coleta dos dados e pesquisa desenvolveu-se nos meses de maio a setembro de 2023, abordando obras de escritores renomados da área, tais como: Santos (2020); Barreto (2021); Diniz (2021); Moreira *et al.* (2016); Guimarães (2021) e outros. Com isso, o trabalho possui cunho científico de dados comprovadamente verídicos, pois mostra a contribuição de diversos autores com ideias e opiniões que se complementam e auxiliam na ampliação do conhecimento referente ao tema deste artigo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa foram esclarecedores e estão evidenciados por todo o trabalho. Como forma de auxiliar na ampliação do leque de conhecimento e incentivar a pesquisa pós-trabalho, apresenta-se os quadros com obras e artigos de autores disponíveis na internet, que contribuíram com a ampliação do conhecimento:

### Quadro 1 – Análise da categoria Inclusão

Unidades de Análise	CATEGORIA DE ANÁLISE: INCLUSÃO
Melo (2021)	Inclusão é a reestruturação da prática, cultura e políticas educacionais buscando responder à diversidade.
Tédde (2012)	Inclusão é vida social e educativa para todas as crianças em escolas regulares.
Santos (2020)	Incluir é construir uma escola democrática, reconhecendo a diversidade comocaracterística de cada ser humano.
Pimenta; Garcia;	Para que a inclusão escolar aconteça é necessárias transformações na política educativa inclusiva qualificada, na formação de todo corpo docente, funcionários
Silva (2020)	das escolas, bem como mudança de atitudes em relação às pessoas com deficiência intelectual.

**Fonte:** A autora (2023).

Educação inclusiva, portanto, é um dos maiores desafios do sistema educacional, onde propõe a inclusão de alunos com deficiência intelectual na escola regular, com o intuito de desenvolver nas crianças o respeito e a aceitação do diferente. No entanto, para a construção de uma escola inclusiva, é preciso modificações na parte organizacional, estrutural, na forma de pensar e agir, na filosofia e na prática.

### Quadro 2– Análise da categoria Autismo

#### Unidades de Análise

#### CATEGORIA DE ANÁLISE: AUTISMO

Neumann <i>et al.</i> (2017)	O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) pode ser de origem genética, de onde provêm as alterações do cérebro. O diagnóstico baseia-se em observações dos profissionais.
DSM-V (2014)	O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais classifica o TEA em níveis, sendo leve, moderado e grave, sendo prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social, padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Tais sintomas permanecem desde o início da infância,

## Anais do IV Seminário Internacional Interdisciplinar em Desenvolvimento e Sociedade: O Imperativo da Sustentabilidade

---

limitando /ou prejudicando o funcionamento diário.

Souza; Gonçalves; Cunha (2019) Da mesma forma esses autores confirmam que o TEA se caracteriza por dificuldades comunicativas, no domínio da linguagem, na imaginação para lidar com jogos simbólicos, de socialização e também de comportamentos restritivos e repetitivos.

Brasil (2014) O uso do Termo do Transtorno do Espectro Autista foi regulamentado em 2014 pelo Decreto n. 8368.

Lei n. 12.764 (Brasil,2012) Essa Lei específica chama-se Berenice Piana, a qual preconizou que todo TEA tem direitos como a vida digna, a integridade física e moral, a segurança e o lazer, atenção à saúde, etc., bem como acesso à educação integral, à residência protegida, mercado de trabalho, inclusão nas classes comuns de ensino regular com direito a acompanhante especializado em casos de necessidade.

Guimarães (2021) Esse autor esclarece que essa lei foi um avanço incalculável na história do autismo no Brasil, trazendo a estes, benefícios e direitos que antes não haviam especificamente, tornando-se a principal ferramenta para combater as desigualdades, e um avanço na luta das famílias pela garantia de melhor qualidade de vida.

Lei n. 7.853 (Brasil,1989) Lei assegura a todos os portadores de deficiência intelectual o exercício de seus direitos básicos, à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição Federal e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

**Fonte:** A autora (2023).

Segundo a literatura, a gravidade do transtorno em cada indivíduo diagnosticado com TEA é variável. O Transtorno do Espectro do Autismo tem sido muito estudado nas últimas décadas e por várias perspectivas, neurológicas, genéticas, psiquiátricas, psicológicas e pedagógicas com objetivo de fazer um diagnóstico correto e intervenções adequadas que possibilitem contemplar as especificidades do transtorno. Os transtornos do espectro do autismo ocorrem em todos os grupos étnicos, raciais e econômicos. Embora possam durar toda a vida, os tratamentos e serviços podem melhorar os sintomas e a capacidade de funcionamento de pessoas com TEA.

**Quadro 3** – Análise da categoria Ludicidade no Ensino Aprendizagem

### Unidades

#### de Análise CATEGORIA DE ANÁLISE: LUDICIDADE NO ENSINO APRENDIZAGEM

Diniz *et al.*, (2021) O brincar é espontâneo da criança e a ludicidade promove a interação das crianças no ambiente escolar, fazendo com que se sintam integradas, aceitas e respeitadas por todos.

Kishimoto(2017)

Pereira(2021)

Com a brincadeira, a criança estimula o prazer de aprender.

A ludicidade permite às crianças expressar suas possibilidades, se descobrirem etambém aos colegas, desenvolvendo um papel estimulador do aprendizado.

Prado(2019)

Por meio do jogo, a criança pensa, se comunica, faz estratégias, meios para a vitória, pois os jogos promovem uma pedagogia diferenciada, permitindo ao professor criar e gerir situações de aprendizagem dinâmicas e atrativas.

Vanzella(2017)

Esse autor frisa como a brincadeira, o lúdico, contribuem de forma excepcional para o entendimento da criança sobre o mundo e para a sua compreensão das próprias emoções e particularidades.

**Fonte:** A autora (2023).

A ludicidade está presente diariamente em nossas vidas e, através do jogo, estaremos educando de forma lúdica, permitindo que a criança possa ter seu pensamento criativo. Portanto, o lúdico incentiva o desenvolvimento e a formação dapersonalidade, mostra valores, podendo ser direcionado para a aquisição de conhecimentos das crianças. O desenvolvimento da criança em relação à construção de sua aprendizagem em sala de aula depende da atuação do educador. O professor é o mediador do conhecimento, ele deve fazer uso de metodologias de ensino embasado nas experiências do cotidiano dos alunos, deve também criarmétodos que estimulem a curiosidade da criança.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÃO**

A pesquisa realizada evidenciou que a legislação brasileira garante os direitos fundamentais à pessoa humana, designadamente, em relação aos autistas, existe a Lei 12.764 de 2012 instituindo a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Também se verificou que a legislações garante os direitos aos autistas, no entanto, para além

das afirmações da literatura é passível de observação no dia a dia escolar e em diálogo com estes, que nem sempre apresentam sua eficácia e execução integral, revelando que se trata de um processo vagaroso de conquistas de espaços na sociedade dessa população.

A literatura estudada demonstrou como a educação inclusiva é de fundamental importância e deve sempre buscar abranger a todos os estudantes que dela necessitem. Nesse procedimento, a ludicidade é uma importante ferramenta para auxiliar na aprendizagem, pois estimula a criança por meio de jogos e brincadeiras a descobrir o mundo e entender as coisas ao seu redor. É imprescindível que pais, docentes e colegas entendam como a criança gosta e se desenvolve de melhor maneira com a inclusão de atividades lúdicas em seu repertório, em especial crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Com isso, espera-se que este estudo possa contribuir para que pedagogos, pais, colegas e todas as pessoas envolvidas no processo de aprendizagem possam expandir seu leque de conhecimentos, tanto sobre a inclusão das crianças autistas quanto sobre a ludicidade e sua fundamental importância no processo de desenvolvimento e aprendizado dos mesmos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Carolina de; FELIPE, Edmáisson; MEDEIROS, Simone Alves de. Da pedagogia tradicional: a uma aprendizagem significativa. **Revista Episteme Transversalis**, Volta Redonda-RJ, v. 11, n. 2, p. 69-95, 2020.

Disponível em:

<http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/episteme/article/view/2146>. Acesso em: 05out. 2023.

BARRETO, Mayra Ferreira. Alfabetização e letramento de alunos com transtorno do espectro do autismo (TEA). **Revista Amor Mundi**, Santo Ângelo, v. 2, n. 4, p. 45-56, abr. 2021. Disponível em:

<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/45-56.pdf>. Acesso em: 09 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014**. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Disponível em: <https://encurtador.com.br/ijul2>. Acesso em: 05 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em: 7 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7853.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm). Acesso em: 7 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde/ Secretaria de Atenção à Saúde. **Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/diretrizes\\_atencao\\_reabilitacao\\_pessoa\\_autismo.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/diretrizes_atencao_reabilitacao_pessoa_autismo.pdf). Acesso em: 06 out. 2023.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Reflexões acerca da educação especial e da educação do campo numa perspectiva inclusiva. **Interfaces da Educ.**, Paranaíba, v. 9, n.27, p.443-464, 2018. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/3003/2638>. Acesso em: 05 out 2023.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlases e desenlases. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/HN3hD6w466F9LdcZqHhMmVq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2023.

DINIZ, Glauco José Rocha *et al.* A importância da ludicidade no processo de inclusão de crianças com deficit intelectual. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 9, p. 93358-93372, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/admin,+art.+482+BJD.pdf>. Acesso em: 10 out.2023.

DSM-V - American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://abre.ai/jtEP>. Acesso em: 08 out. 2023.

GUIMARÃES, Luiza Ribeiro. **A lei como instrumento de proteção à pessoa com transtorno do espectro autista**. Monografia Jurídica (Curso de Direito) - Escola de Direito e Relações Internacionais, Curso de Direito, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGOIÁS), Goiânia, 2021. Disponível em: <https://abre.ai/jtEL>. Acesso em: 06 out. 2023.

KEGLER, Natália Alessandra. **O aspecto lúdico presente nos projetos pedagógicos de cursos de licenciatura em matemática no estado do Rio Grande do Sul**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Ensino de Física) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/17704>. Acesso em: 10 out. 2023.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação** [livro eletrônico]. Org. São Paulo: Cortez, 2017. Disponível em: <https://abre.ai/jtEH>. Acesso em 10 out. 2023.

LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shirley. Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escola. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 1, p. 117-130, 2014. Disponível em: <https://abre.ai/jtEC>. Acesso em 10 out. 2023.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2015. Disponível em: <https://abre.ai/jtEA>. Acesso em: 14 out. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. (livro eletrônico). 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/nqEHK>. Acesso em: 14 out. 2023.

MARQUES, Isabela. **Qual a prevalência do autismo no Brasil?** 2023. Disponível em: <https://shie.ink/8jad>. Acesso em: 05 out. 2023.

MELO, Elciane Francisca Bezerra Reges de. **A perspectiva da educação inclusiva na sociedade, dentro e fora da escola**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Palmares 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/iyzU0>. Acesso em: 10 out. 2023.

MENDES, Maria Aline Silva. **A importância da ludicidade no desenvolvimento de crianças autistas**. 2015. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) – Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB. Brasília, 2015. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15863/1/2015\\_MariaAlineSilvaMendes\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15863/1/2015_MariaAlineSilvaMendes_tcc.pdf). Acesso em: 09 out. 2023.

MENEZES, Eunice Andrade de Oliveira; NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia M; LUZ, Carolina Nóbrega Sabóia. Estudos sobre pesquisa e reflexão na formação docente: o estado da questão. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 23, n. 2, 2018. Disponível em: <https://abre.ai/jtEx>. Acesso em: 12 out. 2023.

MINERVA, Camilla Zacharias; LEAL, Luciana Ferreira. Estratégias, metodologias e intervenção para a inclusão e aprendizagem da criança com o transtorno do espectro autista. **Revista Tema Online**, [s.l.], 1, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://abre.ai/jtEt>. Acesso em: 09 out. 2023.

NEUMANN, Débora Martins Consteila *et al.* **Avaliação neuropsicológica do transtorno do espectro autista**. Psicologia.pt - Portal dos Psicólogos, 2017. Disponível em: <https://abre.ai/jtEq>. Acesso em: 08 out. 2023.

NÓBREGA-THERRIEN, Sílvia Maria; THERRIEN, Jacques. O estado da questão: aportes teóricos-metodológicos e relatos de sua produção em trabalhos científicos. In: FARIAS, Isabel Sabino de; NUNES, João Batista de Carvalho;

NÓBREGA- THERRIEN, Sílvia Maria. **Pesquisa científica para iniciantes: caminhando no labirinto**. Fortaleza, EdUECE, 2011. Disponível em: <https://encurtador.com.br/bxKU9>. Acesso em: 12 out. 2023.

OLIVEIRA, Aldeni Melo de; STROHSCHOEN, Andreia Aparecida Guimarães. A importância da ludicidade para inclusão do aluno com transtorno do espectro autista (TEA). **Rev. Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 11, n. 23, p.127-139, jan-abril.2019. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/unisantos\\_seer,+ARTIGO+08.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/unisantos_seer,+ARTIGO+08.pdf). Acesso em: 09 out. 2023.

OLIVEIRA, Rosenna Carvalho; ALBRECHT, Ana Rosa Massolin. **Ludicidade - a importância dos jogos e brincadeiras na inclusão escolar dos alunos com transtorno do espectro do autismo (TEA) no ensino fundamental**. 2021. Centro Universitário Internacional UNINTER. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gmtCU>. Acesso em: 10 out. 2023.

PEREIRA, Luana Moreira. **Ludicidade no processo de inclusão de crianças com deficiência intelectual no ensino fundamental**. 2021. Trabalho Conclusão de Curso (Licenciatura Pedagogia) – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. Fraiburgo, 2021. Disponível em: <https://abre.ai/jtEI>. Acesso em: 10 out. 2023.

PESENTE, Guilherme Moraes. **O ensino de matemática por meio da linguagem de programação Python**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://abre.ai/jtEj>. Acesso em: 05 out. 2021.

PIMENTA, Adelino Candido; GARCIA, Fabiana Leal Nascimento; SILVA, Julia Márcia da. Ensino colaborativo: estratégia inclusiva para estudantes com deficiência intelectual em escola de tempo integral. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza (CE), ano 42, n. 81, p. 85-102, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/52207>. Acesso em: 11 out. 2023.

PORTAL DO AUTISMO DE SANTA CATARINA. **O que é o Autismo?**. Disponível em: <https://autismo.fcee.sc.gov.br/autismo/dados/>. Acesso em: 06 out. 2023.

PRADO, Laíse Lima do. Jogos de tabuleiro modernos como ferramenta pedagógica: pandemic e o ensino de ciências. **Revista eletrônica Ludus Scientiae - RELuS**, Foz do Iguaçu, v. 2, n. 2, p. 26-38, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/relus/article/view/1485>. Acesso em: 10 out. 2023.

SANTA CATARINA. **Lei n. 17.292, de 19 de outubro de 2017**. Instituída, no Estado de Santa Catarina, a Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com

Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: <https://abre.ai/jtEa>. Acesso em: 08 out. 2023.

SANTOS, Fábio Junio da Silva *et al.* **Transtorno do espectro autista (TEA): desafios da inclusão**, volume 2. Gláucia Rosana Guerra Benute (Org.). São Paulo: Setor de Publicações – Centro Universitário São Camilo, 2020. – (Coleção Ensaio sobre Acessibilidade). 50 p. Disponível em: <https://abre.ai/jtEf>. Acesso em: 11 out. 2023.

SCHWARTZMAN, José Salomão. Transtornos do Espectro do Autismo: características gerais. *In*: M. E. F. D’Antino, D. Brunoni, & J. S. Schwartzman (Org.). **Contribuições para inclusão escolar de alunos com necessidades especiais: estudos interdisciplinares em educação e saúde em alunos com Transtornos do Espectro do Autismo no município de Barueri, SP.** São Paulo: Memnon, 2015. Disponível em: <https://abre.ai/jtEd>. Acesso em: 08 out. 2023.

SOARES, Edna Machado. A ludicidade no processo de inclusão de alunos especiais no ambiente educacional. 2010. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://abre.ai/jtEh>. Acesso em: 06 out. 2023.

SOUSA, Anderson de Jesus; RODRIGUES, Maria Conceição Nascimento; SANTOS, Tatiane Barreto. A importância da ludicidade no processo de aprendizagem do aluno com Transtorno do Espectro Autismo – TEA. *In*: **Os desafios das políticas sociais, inclusão e o trabalho em rede na promoção da qualidade de vida** [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Epitaya, 2022. Disponível em: <https://abre.ai/jtEk>. Acesso em: 10 out. 2023.

SOUZA, Amâncio Rabelo de; GONÇALVES, Dalila Mateus; CUNHA, Daniele R. da Silva. Transtorno do espectro autista: uma introdução. **Seminário Científico e Cultural da AJES - Faculdade do Norte de Mato Grosso**, 2019. Disponível em: <https://abre.ai/jtEi>. Acesso em: 03 out. 2023.

VANZELLA, Carla Moreira. A importância dos jogos e brincadeiras na educação infantil. **Rev. Eletr. Cient. Inov. Tecnol**, Medianeira, v. 8, n.15, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/4781-32147-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023



## **EMPREGABILIDADE DE EGRESSOS DO CURSO DE JORNALISMO DE UMA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Fernanda Patrícia da Silva<sup>13</sup>  
Ester Marques da Silva<sup>14</sup>  
Juciele Marta Baldissarelli<sup>15</sup>  
Claudio Antonio Klaus Junior<sup>16</sup>

**Resumo:** O presente estudo analisa a empregabilidade de egressos do curso de Jornalismo de uma universidade localizada no meio oeste de Santa Catarina, explorando a relevância da formação acadêmica para o desenvolvimento profissional e social. Com uma abordagem quantitativa, baseada em questionários aplicados de forma online, avalia-se a inserção desses profissionais no mercado de trabalho e sua satisfação com a educação recebida. Os resultados indicam uma satisfatória empregabilidade, com uma parte dos egressos expressando contentamento com a formação, enquanto outros apontam para a necessidade de atualizações curriculares e metodológicas. A pesquisa revela desafios relacionados à valorização profissional e expectativas financeiras, sugerindo uma reflexão sobre o papel das universidades na preparação de profissionais capazes de enfrentar as demandas contemporâneas do mercado de trabalho e da sociedade.

**Palavras-chave:** Empregabilidade, Jornalismo, Formação Acadêmica, Mercado de Trabalho, Universidades.

---

<sup>13</sup> Acadêmica de Jornalismo na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

<sup>14</sup> Acadêmica de Jornalismo na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

<sup>15</sup> Doutora em Contabilidade e Administração pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Mestre em Desenvolvimento e Sociedade. Especialista em Formação Pedagógica para a Docência no Ensino Superior, especialista em Comunicação, Informação e Cultura pela Universidade do Contestado. Graduada em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo pela UNC e administração pela UNIARP. É professora na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) em Caçador/SC e professora do SENAC em Videira/SC. juciele.marta@uniarp.edu.br. <https://orcid.org/0000-0003-2021-9547>.

<sup>16</sup> Mestre em Desenvolvimento e Sociedade. Bacharel em Direito. Bacharel em Relações Internacionais. *International Visiting Research Trainee* na Osgoode Hall School of Law, York University, Toronto, Canadá. Professor na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). claudio.antonio@uniarp.edu.br. <https://orcid.org/0000-0003-3298-7818>.

## **EMPLOYABILITY OF JOURNALISM GRADUATES FROM A UNIVERSITY IN THE MIDWEST OF SANTA CATARINA**

**Abstract:** This study investigates the employability of Journalism graduates from a university in the mid-western region of Santa Catarina, examining the significance of academic training for professional and social development. Utilizing a quantitative approach through surveys, the study assesses these professionals' integration into the labor market and their satisfaction with the education received. The findings indicate satisfactory employability, with some graduates expressing satisfaction with their training, while others highlight the need for curricular and methodological updates. The research also unveils challenges related to professional valuation and financial expectations, prompting a reassessment of the universities' role in preparing individuals to meet the contemporary demands of the job market and society.

**Key words:** Employability, Journalism, Academic Training, Labor Market, Universities.

### **INTRODUÇÃO**

Nas últimas décadas, o papel das universidades na sociedade contemporânea experimentou transformações profundas, refletindo mudanças nas demandas sociais, avanços tecnológicos e desenvolvimentos culturais. Este artigo visa explorar a evolução das universidades, particularmente focando na sua adaptação e resposta às necessidades emergentes da sociedade moderna (BALDISSARELLI et al, 2019).

Tradicionalmente, as universidades eram percebidas como bastiões do conhecimento elitizado, acessíveis apenas a uma minoria privilegiada. Contudo, a democratização do ensino superior, impulsionada por um reconhecimento crescente da educação como um direito fundamental, desencadeou uma expansão sem precedentes do acesso à educação universitária. Essa transformação não só aumentou a diversidade dentro das instituições de ensino superior, mas também expandiu suas funções para além do ensino tradicional, abrangendo pesquisa e extensão com o objetivo de atender às demandas sociais em um espectro global (BALDISSARELLI et al, 2019).

A legislação brasileira, reconhecendo a tríade de ensino, pesquisa e extensão como pilares fundamentais da universidade, reflete a crescente compreensão do papel multifacetado dessas instituições na promoção do desenvolvimento social e econômico. As universidades, portanto, não são apenas centros de aprendizado, mas também agentes de mudança social, comprometidas com a formação de profissionais capacitados para contribuir com a sociedade de maneiras significativas. Este artigo argumenta que a universidade contemporânea é um espaço dinâmico de inovação e interação com a comunidade, posicionando-se na vanguarda do desenvolvimento social e cultural (NUNES, 2019).

Ainda há muito a descobrir sobre como os formados pelas universidades se integram ao mercado de trabalho, tanto do ponto de vista de números quanto de impactos mais profundos, especialmente no que tange ao desenvolvimento local impulsionado pela expansão do ensino superior. O monitoramento dessa integração é complexo, e são poucas as instituições ou pesquisadores que se dedicaram a esse tema. Além disso, raramente as universidades brasileiras organizam essas informações de forma sistemática (NUNES, 2019).

A interação entre universidades e sociedade é complexa e multifacetada. Este estudo explora essa interação, destacando como as instituições de ensino superior respondem e contribuem para o atendimento das necessidades sociais e econômicas. Através da análise de programas de extensão e pesquisa, além do *feedback* de egressos, examinamos a eficácia das universidades em preparar indivíduos não apenas para o mercado de trabalho, mas também como cidadãos ativos e conscientes dentro de suas comunidades.

Este trabalho se baseia em um estudo de caso de uma universidade brasileira, localizada na região do meio oeste de Santa Catarina, oferecendo uma perspectiva sobre como os contextos locais influenciam e são influenciados pelas atividades universitárias. A metodologia adotada inclui uma análise quantitativa e qualitativa das trajetórias profissionais de egressos, avaliando a relevância da formação acadêmica no desenvolvimento de competências profissionais e sociais.

Ao situar o desenvolvimento das universidades dentro de um contexto histórico e social mais amplo, este artigo contribui para o entendimento de como as instituições de ensino superior podem e devem evoluir para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea. Busca-se, assim, fomentar um diálogo sobre o papel das universidades como catalisadoras de mudança social, promovendo uma reflexão sobre as práticas educacionais em face às demandas dinâmicas do século XXI.

Como situado por Mariano (2021), o futuro dos jornalistas enfrenta desafios significativos diante das mudanças no mercado de trabalho, especialmente em um contexto marcado por crises econômicas e reformas trabalhistas, assim, o autor destaca a discrepância entre o número de jornalistas formados e as vagas disponíveis no mercado, ilustrando um cenário de saturação educacional que não corresponde às oportunidades de emprego formal.

Além disso, argumenta ainda Mariano (2021), que as mudanças tecnológicas e a evolução dos meios de comunicação impõem a necessidade de adaptação e aquisição de novas habilidades, como a competência em ferramentas digitais e a capacidade de gerenciar conteúdo multimídia. Este panorama sugere uma realidade onde os jornalistas precisam ser versáteis, explorando campos fora da mídia tradicional e adaptando-se às formas alternativas de emprego, incluindo a informalidade crescente e oportunidades em comunicação corporativa, assessoria de imprensa e conteúdo digital. O futuro do jornalismo, portanto, exige uma contínua requalificação e adaptação às novas realidades do mercado de trabalho.

## **A EVOLUÇÃO DAS UNIVERSIDADES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

Até certo período da humanidade, as universidades eram vistas como formadoras de membros da elite, ou seja, poucos tinham acesso ao ensino. Entretanto, os tempos mudaram e a evolução cultural e tecnológica a que o mundo está constantemente sujeito, implicou em mudanças significativas na sociedade e, contudo, a busca por profissionais nas diversas áreas de trabalho. Como diversos setores econômicos, o ensino universitário também necessitou

de aprimoramento se tornando lugar privilegiado de conhecimento, baseado em ensino, cultura e extensão (GADOTTI, 2017).

De acordo com a legislação no Brasil, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. As universidades são espaços que preparam pessoas para atender as demandas sociais em escalas locais e até globais. Por isso, estas instituições formam profissionais pensando num bem maior e não apenas no indivíduo, mas na coletividade, ou seja, no que esse profissional formado pela IES pode contribuir com a sociedade em geral. Uma universidade é formada por três pilares básicos para formar profissionais que contribuam ativamente em prol de uma sociedade, que são a pesquisa, o ensino e a extensão (NUNES, 2019).

No tripé de pesquisa, as universidades fomentam, nos acadêmicos, o entusiasmo e o dinamismo pelo conhecimento produzido por meio da busca por novos saberes além daqueles que são reproduzidos em sala de aula. Durante a história da sociedade, vários conhecimentos foram adquiridos e as universidades repassam esses saberes utilizando o tripé de ensino, enquanto na extensão, os estudantes colocam em prática os saberes adquiridos, seja pelo pilar de ensino ou mesmo pelo de pesquisa. Nesta etapa é que as universidades se relacionam com a comunidade externa, oportunizando aos acadêmicos a prática de desenvolverem trabalhos em prol da sociedade e com isso, tanto os estudantes universitários quanto a comunidade acabam sendo beneficiados pelos pilares essenciais de uma universidade (NUNES, 2019).

A integração da universidade no tecido social representa um vetor fundamental para o delineamento das interações entre as expectativas comunitárias e as soluções educacionais disponibilizadas. Conforme apontado por Chauí (2001), a entidade educacional é um espelho das necessidades e condições de sua era e localização, mantendo-se em um diálogo contínuo com seu entorno. Portanto, a análise das funções e impactos universitários surge como ferramenta crucial para compreender tanto os desejos da sociedade em relação ao ensino superior quanto às contribuições concretas dessa esfera.

Dentro desse panorama, o estudo sobre as trajetórias profissionais dos ex-alunos emerge como um instrumento significativo para mensurar a eficácia e pertinência da formação oferecida. Informações provenientes desses ex-alunos fornecem pistas importantes para o refinamento e sustentação de políticas educativas no contexto do ensino superior.

Lousada e Martins (2005) sublinham que uma visão aprofundada sobre as carreiras e o impacto dos formados nos variados campos de atuação possibilita uma crítica construtiva do currículo e de sua adequação às demandas do mercado laboral. Os autores veem na pesquisa com egressos uma ferramenta para apurar a eficácia dos programas de graduação universitários, avaliando sua contribuição não apenas na formação de profissionais capacitados, mas também no atendimento às necessidades socioculturais e econômicas mais amplas.

Além disso, a legislação nacional, especificamente por meio da Lei 10.861/04, estabeleceu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), cujo artigo 3º esboça os parâmetros avaliativos, abarcando a responsabilidade social das instituições de ensino superior. Tal legislação salienta a relevância da inclusão social, avanço econômico e social, proteção ambiental, conservação do legado cultural, promoção artística e preservação do patrimônio cultural como elementos essenciais na apreciação das universidades (BRASIL, 2004).

Ao preparar os acadêmicos, por meio dos cursos de graduação ofertados, a universidade assume uma responsabilidade com a formação da mão de obra para atendimento aos setores econômicos e se responsabiliza pela preparação de cidadãos capazes de assumir, com ética e senso de justiça, os diversos papéis sociais. Mediante a perspectiva apresentada, a referida proposta de pesquisa, pretende avaliar os aspectos da inserção de egressos de uma Universidade situada no meio oeste de Santa Catarina e avaliar a mobilidade no mercado de trabalho dos ex-alunos.

## **CONTEXTO REGIONAL E BREVE HISTÓRICO DO CURSO DE JORNALISMO NA REGIÃO ESTUDADA**

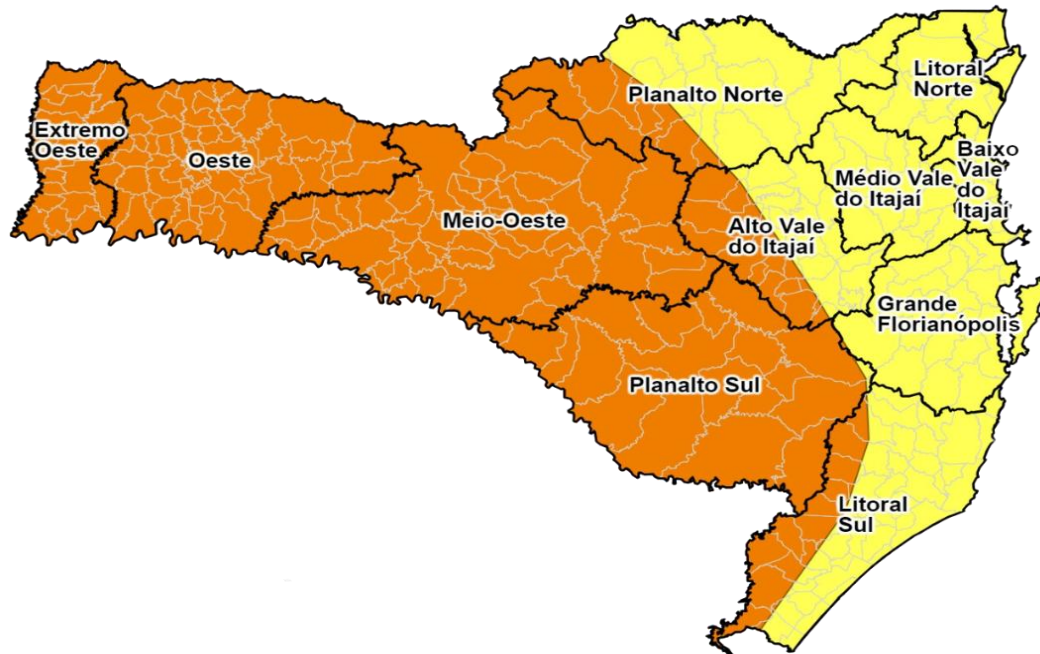
A Guerra do Contestado, um conflito que se desenrolou entre 1912 e 1916 nos sertões dos pinhais, entre Paraná e Santa Catarina, atravessando o vale do Rio do Peixe, constitui um episódio marcante na história do Brasil, refletindo uma complexa malha de disputas territoriais, econômicas, culturais e sociais. O confronto, que colocou caboclos locais contra as forças do exército brasileiro, foi desencadeado por uma série de fatores, incluindo disputas territoriais decorrentes da indefinição de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina em uma região valorizada pela abundância de erva-mate e araucária, a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul com o objetivo de conectar o sudeste ao sul do país, a exploração das terras e florestas pela *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, uma empresa norte-americana, e a desapropriação de terras ocupadas por caboclos, em virtude da legislação fundiária de 1850, que consolidou o monopólio político e econômico nas mãos de coronéis e proprietários de grandes fazendas. Este contexto foi ainda agravado por questões religiosas e a difusão de ideais libertários por monges errantes (KARASINSKI et al, 2020).

A guerra não apenas deixou marcas profundas na estrutura social, política e econômica da região, mas também promoveu uma reorganização territorial que beneficiou corporações e colonizadores em detrimento das populações locais. Hoje, mais de um século após o término do conflito, as consequências dessa guerra ainda reverberam nos municípios do meio-oeste catarinense, que apresentam algumas das condições socioeconômicas mais desafiadoras do estado. A região, marcada por histórias de resistência e conflitos, continua a enfrentar desigualdades acentuadas, demonstrando a necessidade urgente de políticas públicas que promovam o desenvolvimento equilibrado e atendam às necessidades de suas comunidades, garantindo acesso à educação, saúde, emprego e justiça social, de modo a mitigar as vulnerabilidades e desigualdades que persistem (KARASINSKI et al, 2020).

Para fins de análise geográfica, a região do meio-oeste catarinense é frequentemente delimitada por 28 municípios, conforme se incluem Água Doce, Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Fraiburgo, Herval d'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Iomerê, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Lebon Régis, Luzerna, Macieira, Matos Costa, Ouro, Pinheiro Preto, Rio das Antas,

Salto Veloso, Tangará, Treze Tílias, Vargem Bonita, Videira e Zortéa. Contudo, é relevante observar que divergências podem surgir na demarcação de regiões geográficas, mesorregiões e microrregiões dentro do estado de Santa Catarina.

**Figura 1:** Mapa de Santa Catarina com Divisão por Regiões



**Fonte:** Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina

O jornalismo no meio oeste catarinense carrega em sua essência uma rica tapeçaria de histórias, marcada por uma profunda intersecção entre a política, a cultura e o desenvolvimento tecnológico. Desde os primórdios na década de 1940, a imprensa da região foi forjada sob a influência de motivações político-partidárias, com jornais nascendo das mãos de líderes influentes, destinados a serem veículos de ideologias específicas. Esta origem delineia uma característica distintiva do jornalismo local: sua proximidade com o poder público e sua instrumentalização como ferramenta para a disputa e manutenção de influências. A natureza desses primeiros jornais, servindo tanto como bastiões de ideais políticos quanto como registros das aspirações sociais, estabeleceu o alicerce sobre o qual o jornalismo na região evoluiu (PEREIRA, 2012).

A evolução da linguagem e práticas jornalísticas no meio oeste de Santa Catarina reflete a jornada do próprio jornalismo brasileiro, de uma abordagem



mais subjetiva e partidária para uma que aspira aos princípios de objetividade e profissionalismo modernos. A transição gradual para a inclusão de recursos visuais e a adoção de uma linguagem informativa na década de 1970 sinaliza uma era de modernização, impulsionada tanto pela necessidade de renovação quanto pela chegada de novas tecnologias. Este desenvolvimento não apenas alterou a estética e o conteúdo dos jornais, mas também começou a redefinir o relacionamento entre a imprensa e seu público, apontando para um futuro onde a proximidade e relevância local se mantêm como pilares da produção jornalística na região (PEREIRA, 2012).

No contexto do desenvolvimento educacional e profissional do meio oeste catarinense, a implementação do curso de Jornalismo constitui um marco relevante. A instituição desse curso não somente evidencia a expansão acadêmica na área de comunicação, mas igualmente reflete as dinâmicas transformações sociais, culturais e tecnológicas inerentes à era contemporânea. Situando-se em uma região até então desprovida de oferta acadêmica especializada em jornalismo, o curso veio ao encontro de uma demanda preexistente dos meios comunicativos locais, que almejavam a integração de profissionais qualificados capazes de corresponder às novas necessidades do setor comunicacional e jornalístico (BADISSARELLI et al, 2019).

A história do ensino formal de jornalismo no Brasil tem seu marco inicial com a criação do curso pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, em 1947, na cidade de São Paulo, em um período no qual a prática jornalística não possuía regulamentação e era exercida por profissionais de variadas formações. A importância de um embasamento educacional formal para o jornalismo ganhou proeminência nacional a partir de 1808, com a iniciativa de Gustavo Larcerda no Rio de Janeiro, que culminou na fundação da Associação Brasileira de Imprensa. No território catarinense, a primazia na oferta de um curso de jornalismo coube à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no ano de 1978, precedendo a criação de cursos similares em outras instituições, o que denota um progressivo reconhecimento da relevância educacional voltada ao jornalismo (BALDISSARELLI et al, 2019).

A Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), com sede no município de Caçador, ao introduzir o seu curso de Jornalismo em 2011, buscou preencher uma lacuna essencial na formação profissional específica para a região do meio oeste catarinense. Esse curso foi cuidadosamente estruturado sob uma metodologia pedagógica inovadora, destinada a capacitar profissionais para atenderem às demandas tanto do mercado de trabalho local quanto nacional, dotando-os de competências técnicas, tecnológicas e humanísticas abrangentes. O programa curricular priorizou a versatilidade midiática, capacitando os estudantes para a atuação em múltiplos canais de comunicação, incluindo plataformas digitais emergentes, ao passo que fomentou uma consciência crítica e humanista, fundamentais para a promoção da cidadania e para um desempenho profissional ético e responsável (BALDISSARELLI et al, 2019).

Importante destacar, o curso salientou a necessidade de desenvolver habilidades que permitissem aos egressos analisar e estruturar informações com significância social, sublinhando a importância de uma percepção refinada capaz de discernir, no vasto volume de dados, aquilo que é genuinamente relevante. Dessa maneira, a UNIARP almejou prover uma formação que transcende as competências técnicas convencionais, incentivando a capacidade analítica e crítica dos alunos, visando sua contribuição efetiva ao desenvolvimento sustentável e ao progresso social da região e além (BALDISSARELLI et al, 2019).

### **DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO,**

No cenário educacional brasileiro, a Resolução N° 1, de 27 de setembro de 2013, emitida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, define com clareza a estrutura curricular que deve ser adotada pelas instituições de ensino superior, enfatizando uma formação que não só aborda as competências técnicas e teóricas essenciais, mas também as habilidades humanísticas e críticas necessárias para o exercício profissional do jornalismo. A resolução enfoca o desenvolvimento de um currículo que integra teoria e prática, promove a interdisciplinaridade, e incentiva a participação ativa dos

estudantes na construção de seus conhecimentos. Este enfoque é crucial, considerando o papel dinâmico e influente do jornalismo na sociedade (BRASIL, 2013).

De acordo com as diretrizes, espera-se que os estudantes de jornalismo desenvolvam habilidades essenciais que vão além do domínio técnico da escrita e reportagem. Eles devem ser capazes de pensar criticamente, analisar e interpretar informações complexas, e abordar suas reportagens com um rigor ético e um compromisso com a precisão e a justiça. A formação deve prepará-los para interagir de forma eficaz com diferentes culturas e perspectivas, refletindo a diversidade e o pluralismo da sociedade (BRASIL, 2013).

Além disso, a resolução encoraja as instituições a oferecerem experiências práticas desde o início do curso, permitindo que os estudantes se envolvam com profissionais da área e com o público em geral, em variados cenários jornalísticos. Isto é complementado pela exigência de que o currículo contemple atividades de pesquisa e extensão, integrando o ensino ao serviço comunitário e ao desenvolvimento de uma consciência cívica e social (BRASIL, 2013). A normativa indica:

Art. 4º A elaboração do projeto pedagógico do curso de bacharelado em Jornalismo deverá observar os seguintes indicativos:

I - formar profissionais com competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão, de modo responsável, produzindo assim seu aprimoramento;

II - enfatizar, em sua formação, o espírito empreendedor e o domínio científico, de forma que sejam capazes de produzir pesquisa, conceber, executar e avaliar projetos inovadores que respondam às exigências contemporâneas e ampliem a atuação profissional em novos campos, projetando a função social da profissão em contextos ainda não delineados no presente;

III - orientar a formação teórica e técnica para as especificidades do jornalismo, com grande atenção à prática profissional, dentro de padrões internacionalmente reconhecidos, comprometidos com a liberdade de expressão, o direito à informação, a dignidade do exercício profissional e o interesse público;

IV - aprofundar o compromisso com a profissão e os seus valores, por meio da elevação da autoestima profissional, dando ênfase à formação do jornalista como intelectual, produtor e/ou articulador de informações e conhecimentos sobre a atualidade, em todos os seus aspectos;

V - preparar profissionais para atuar num contexto de mutação tecnológica constante no qual, além de dominar as técnicas e as ferramentas

contemporâneas, é preciso conhecê-las em seus princípios para transformá-las na medida das exigências do presente;

VI - ter como horizonte profissional o ambiente regido pela convergência tecnológica, em que o jornalismo impresso, embora conserve a sua importância no conjunto midiático, não seja a espinha dorsal do espaço de trabalho, nem dite as referências da profissão;

VII - incluir, na formação profissional, as rotinas de trabalho do jornalista em assessoria a instituições de todos os tipos;

VIII - atentar para a necessidade de preparar profissionais que possam exercer dignamente a atividade como autônomos em contexto econômico cuja oferta de emprego não cresce na mesma proporção que a oferta de mão-de-obra;

IX - instituir a graduação como etapa de formação profissional continuada e permanente (BRASIL, 2013, p. 2).

O documento também estabelece a necessidade de adaptabilidade às mudanças tecnológicas, refletindo a convergência dos meios de comunicação e a importância crescente das plataformas digitais no jornalismo moderno. Portanto, os estudantes devem ser equipados com as competências para navegar e influenciar o cenário midiático emergente, garantindo que eles possam responder de forma proativa às evoluções contínuas na tecnologia e na comunicação (BRASIL, 2013).

A pesquisa Mariano (2021) sobre o mercado de trabalho para jornalistas em São Paulo revela uma saturação significativa na referida região, com um número de formandos que excede as vagas disponíveis, refletindo desafios na absorção de novos profissionais. Este cenário reforça a importância das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, que enfatizam a necessidade de adaptabilidade e competências empreendedoras para navegar em um ambiente de trabalho marcado pela precarização e pela informalidade crescente. As diretrizes também apontam para a preparação de jornalistas para atuar de forma autônoma, o que é crucial dado o limitado crescimento de empregos formais no setor.

Além disso, tanto o estudo de Mariano (2021) quanto as diretrizes curriculares destacam a importância de um compromisso ético e crítico no jornalismo, essencial para manter a integridade profissional em um campo onde a verdade e a responsabilidade são constantemente desafiadas. A formação em jornalismo é delineada não apenas para equipar os estudantes com habilidades técnicas, mas também para desenvolver um senso crítico que os prepare para

lidar com a complexidade das informações e as diversas perspectivas da sociedade. Isso ressalta a necessidade de uma educação contínua, visto que as habilidades adquiridas devem ser constantemente atualizadas para corresponder às mudanças tecnológicas e às novas demandas do mercado.

Deste modo, o desafio de inserção no mercado de trabalho ressalta a importância de uma formação jornalística que transcenda a aquisição de conhecimento técnico, abordando a capacidade de transformar ferramentas e plataformas contemporâneas em resposta às necessidades atuais. A visão das diretrizes sobre o jornalista como um intelectual produtor de conhecimento é crucial para manter a relevância profissional em um ambiente dinâmico. Portanto, a graduação em jornalismo deve ser vista como o começo de um processo de aprendizado contínuo e adaptativo, essencial para que os profissionais permaneçam pertinentes e eficazes em sua atuação (MARIANO, 2021).

## **METODOLOGIA**

A metodologia empregada no estudo foi delineada com o intuito de compreender a inserção desses profissionais no mercado de trabalho, bem como avaliar sua satisfação com a formação acadêmica recebida. O estudo adotou uma abordagem quantitativa, utilizando como instrumento principal um questionário estruturado, o qual foi desenvolvido com base nas dimensões de interesse da pesquisa: demografia dos respondentes, período de graduação, experiência de trabalho durante a graduação, empregabilidade após a conclusão do curso, satisfação com a formação recebida e sugestões de melhorias para o curso.

O questionário foi elaborado considerando aspectos essenciais para o entendimento da trajetória profissional dos egressos, incluindo questões fechadas sobre sexo, etnia, período de início e conclusão da graduação, experiência de trabalho prévia e subsequente à graduação, e questões de avaliação sobre a satisfação com a formação recebida em uma escala Likert. Além disso, foram incluídas questões abertas para coletar sugestões de melhorias para o curso, permitindo que os respondentes expressassem livremente suas percepções e recomendações.

A coleta de dados foi realizada por meio da distribuição eletrônica do questionário aos egressos do curso de Jornalismo da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). O contato com os potenciais participantes foi efetuado utilizando-se bases de dados disponíveis na universidade, por onde foram enviados convites via e-mail, contendo informações sobre o propósito da pesquisa e um link direto para o questionário online. Para incentivar a participação, enfatizou-se a importância das contribuições dos egressos para o aprimoramento contínuo do curso e da instituição. No entanto, foi garantido aos participantes o anonimato e a confidencialidade das informações fornecidas. A aplicação do questionário se deu no primeiro semestre de 2024.

O universo da pesquisa compreendeu os egressos do curso de Jornalismo da universidade que concluíram a graduação entre os anos de 2011 a 2015. A seleção desse período específico visou captar as experiências de profissionais que já estavam inseridos no mercado de trabalho há um tempo considerável, permitindo assim uma avaliação mais robusta da empregabilidade e da satisfação profissional pós-graduação. A amostra final contou com 13 respondentes, o que, embora limitado, proporcionou dados iniciais relevantes para a compreensão do objeto de estudo.

Os dados coletados foram submetidos a uma análise quantitativa, utilizando-se estatísticas descritivas para examinar a distribuição das respostas em relação às variáveis demográficas, ao período de graduação, à empregabilidade e à satisfação com a formação recebida. As respostas às questões abertas foram analisadas qualitativamente, identificando-se temas recorrentes e sugestões específicas para melhorias no curso. Além disso, foram tomadas todas as precauções éticas para assegurar o anonimato e a privacidade dos participantes, com a pesquisa sendo conduzida em conformidade com as diretrizes éticas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A análise dos resultados obtidos da pesquisa com egressos do curso de Jornalismo revela insights detalhados sobre as trajetórias profissionais e a satisfação com a formação acadêmica, apoiada em dados concretos de um grupo demográfico composto por cinco mulheres (38,46%) e oito homens

(61,54%) e que todos se identificam como brancos. O foco em egressos que concluíram seus estudos entre 2011 e 2015 oferece uma perspectiva de médio prazo sobre a empregabilidade e o desenvolvimento profissional pós-graduação.

A análise dos dados coletados revela uma realidade desafiadora para os egressos em relação à inserção no mercado de trabalho dentro de suas áreas de formação. Observa-se que 53,85% dos respondentes indicaram não ter atuado na área de formação após a graduação, o que está em consonância com o fato de que 69,23% dos participantes atualmente não estão inseridos no mercado de trabalho na área em que se formaram. Por outro lado, 38,46% dos egressos já estavam atuando na área de formação antes mesmo da conclusão do curso, refletindo em apenas 30,77% dos indivíduos que afirmam estar atualmente trabalhando em sua área de formação. Além disso, uma minoria de 7,69% relatou um intervalo superior a três anos entre a formatura e o início da atividade profissional, destacando um caminho árduo para uma parcela dos graduados.

**Tabela 1:** Análise da Transição da Formatura para o Mercado de Trabalho na Área de Formação

<b>Tempo decorrido da formatura ao início da atividade profissional</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>Inserção no mercado de trabalho na área de formação</b>	<b>Porcentagem</b>
Não atuei na área de formação	53,85%	Não	69,23%
Já estava atuando na área de formação	38,46%	Sim	30,77%
Mais de três anos	7,69%	-	-

**Fonte:** dados da pesquisa de campo.

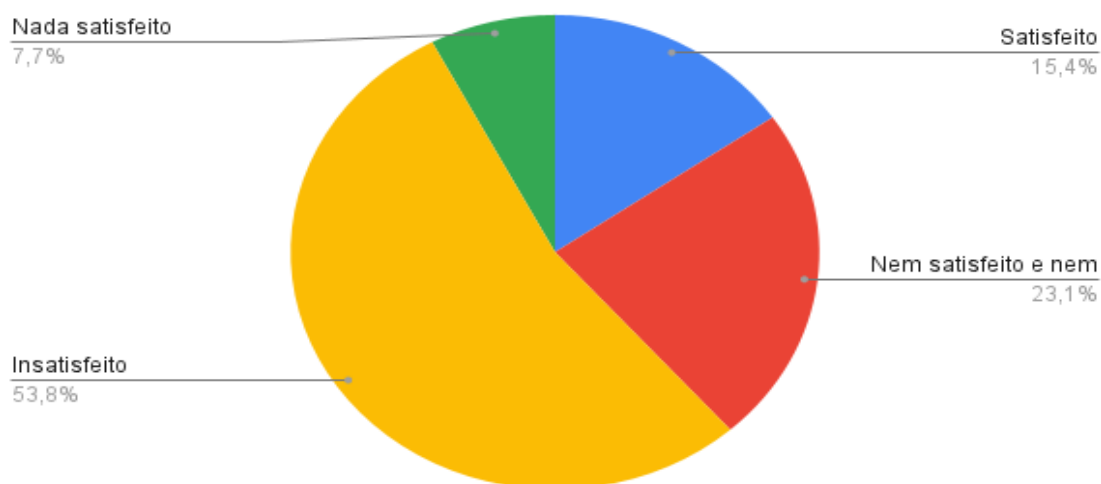
As sugestões de melhorias apontadas reforçam o apelo por uma atualização do currículo e uma maior sinergia com as necessidades do mercado de trabalho, embora provenientes de uma amostra de apenas 13 respondentes.

Essas indicações são preciosas para aprimorar a abordagem pedagógica e a relevância prática do curso.

A média de indicação da universidade para amigos ou familiares foi alta, situando-se entre 7 e 9 em uma escala de 1 a 10, o que reflete um nível de confiança e satisfação geral com a instituição. Esse dado é especialmente relevante para compreender a percepção de valor da formação recebida.

No que diz respeito à satisfação profissional, observa-se uma insatisfação financeira significativa, com aproximadamente 53,85% dos egressos se declarando insatisfeitos, enquanto apenas cerca de 15,38% expressaram satisfação com sua atual situação financeira. Essa tendência contrasta com a satisfação social e de autorrealização, onde 69,23% dos respondentes situaram-se como nem satisfeitos nem insatisfeitos, e aproximadamente 23,08% manifestaram satisfação, indicando uma percepção mais equilibrada em relação ao impacto social e pessoal da formação recebida.

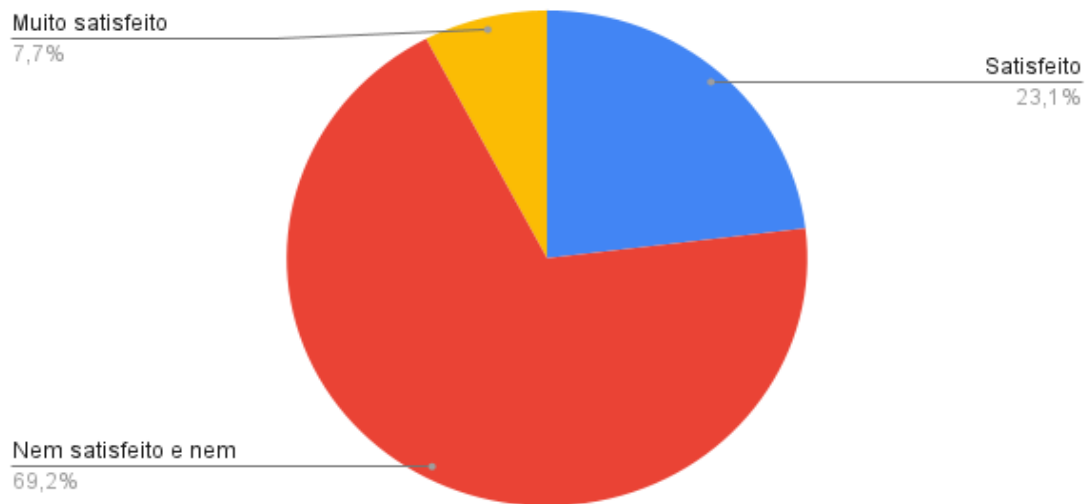
**Gráfico 1:** Contagem de “Qual é o seu nível de satisfação na sua situação profissional atual no aspecto financeiro?”



**Fonte:** dados da pesquisa de campo.



**Gráfico 2:** Contagem de “Qual o seu nível de satisfação na sua situação atual, no aspecto social e autorrealização?”



**Fonte:** dados da pesquisa de campo.

Esses dados revelam um cenário complexo, em que, apesar de uma avaliação positiva geral da formação acadêmica e da instituição, emergem desafios significativos relacionados à valorização profissional e às expectativas financeiras. O número limitado de respondentes restringe a capacidade de generalização desses resultados, mas oferece uma base sólida para investigações futuras que busquem compreender e atender melhor às necessidades dos egressos do curso.

## **DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES PARA NOVAS PESQUISAS**

A análise dos dados coletados dos egressos, embora revele informações valiosas, está fundamentada em uma amostra restrita de apenas 13 respondentes. Este número limitado impõe cautela na interpretação dos resultados e na extensão das conclusões para o universo total de egressos. A participação restrita reflete os desafios inerentes ao engajamento de ex-alunos em pesquisas deste tipo, especialmente quando consideramos variáveis como o tempo decorrido desde a graduação e o dinamismo do mercado de trabalho atual.

A limitação na quantidade de dados coletados destaca a necessidade de estratégias mais eficazes para aumentar a taxa de resposta em futuras

pesquisas. Isso pode incluir abordagens como a diversificação dos canais de comunicação, a utilização de incentivos para a participação e a realização de esforços contínuos de atualização dos contatos dos egressos. Além disso, a sensibilização sobre a importância da contribuição dos egressos para o aprimoramento contínuo do curso e da instituição pode estimular um maior envolvimento.

Diante desses desafios, recomenda-se para futuras pesquisas a expansão do escopo de participantes, buscando abranger um número maior de egressos e possivelmente incluir turmas de diferentes períodos de graduação. Isso permitiria uma análise mais abrangente das trajetórias profissionais e das percepções sobre a formação recebida, contribuindo para uma compreensão mais rica e diversificada das experiências dos ex-alunos. A utilização de métodos mistos, combinando questionários quantitativos com entrevistas qualitativas, poderia enriquecer os dados coletados, proporcionando insights mais profundos sobre as motivações, desafios e satisfações dos egressos.

Além disso, uma análise longitudinal, acompanhando os egressos em diferentes estágios de suas carreiras, ofereceria uma perspectiva valiosa sobre a evolução da empregabilidade e do desenvolvimento profissional ao longo do tempo. Isso ajudaria a identificar tendências emergentes no mercado de trabalho, bem como as competências e habilidades cada vez mais valorizadas no campo do Jornalismo.

## **FINANCIAMENTO**

Fundo de Apoio à Pesquisa - FAP da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP.

## **REFERÊNCIAS**

BADISSARELLI, Juciele Marta et al. O novo processo comunicacional instaurado pelos jornalistas formados pela UNIARP. **Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S.l.], jun. 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/atlante/2019/06/novo-processo-comunicacional.html>. Acesso em: 3 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, 15 abr. 2004. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm). Acesso em: 3 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category\\_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 23 abr. 2024.

CHAUI, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-\\_Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf). Acesso em: 3 mar. 2024.

KARASINSKI, E. N. et al. A rede de educação, ciência e tecnologia no Contestado e a atuação para redução das desigualdades. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 11, n. 1, p. 33-46. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/11252/pdf>. Acesso em: 3 mar. 2024.

MARIANO, Jefferson. Formação e mercado de trabalho dos jornalistas. **Revista de Comunicação da FAPCOM**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 86-100, jan./jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31657/rcp.v5i9.161>. Acesso em: 23 abr. 2024.

LOUSADA, Ana Cristina Zenha; MARTINS, Gilberto de Andrade. Egressos como fonte de informação à gestão dos cursos de ciências contábeis. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 16, n. 37, p. 74-85, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcf/v16n37/v16n37a06.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2024.

PEREIRA, Jorge. Aspectos formadores da cultura jornalística no Oeste de Santa Catarina. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 25, n. 36, 2012. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1155>. Acesso em: 4 mar. 2024.

NUNES, Teresa. **Ensino, pesquisa e extensão: do que estamos falando?**. 2019. Disponível em: <https://posgraduando.com/ensino-pesquisa-extensao/>. Acesso em: 3 mar. 2024.

## **PROPUESTA DE MODELO DE OPEN GOVERNMENT PARA IMPULSAR LA GOBERNANZA EN LOS GOBIERNOS REGIONALES DEL PERÚ<sup>17</sup>**

Fiorella Francia Vega

Universidad Continental, <https://orcid.org/0000-0002-7360-9875>,  
ffrancia@continental.edu.pe

### **INTRODUCCIÓN**

El desarrollo de la tecnología es un fenómeno multifacético que impulsa avances significativos en diferentes áreas de la ciencia. La aplicación de nuevos conocimientos en ingeniería, ciencias de materiales e informática ha estimulado la innovación en este proceso desde la revolución industrial hasta la actual era digital.

La disponibilidad global de información y la optimización de los procesos de producción y comunicación han sido las características distintivas de las transformaciones que las tecnologías emergentes han provocado en cada fase histórica.

El proceso de desarrollo implica una relación directa entre ciencia y tecnología. El desarrollo de innovaciones científicas fundamentales como la teoría cuántica en física o la biotecnología en biología molecular, han allanado el camino para la creación de nuevas tecnologías como las computadoras cuánticas y la edición de genes.

Estas nuevas tecnologías no sólo desafían el conocimiento humano, sino que también ofrecen soluciones innovadoras a problemas importantes que actualmente no somos capaces de resolver.

El progreso tecnológico tiene un impacto significativo en la economía y la vida diaria, más allá de los laboratorios y las fábricas. La naturaleza cambiante de los roles laborales y las interacciones sociales a través de la tecnología, desde la automatización en los procesos industriales hasta la inteligencia artificial en los servicios financieros cambia constantemente. Sin embargo, este desarrollo no está exento de obstáculos éticos y sociales, como la privacidad de los datos,

---

<sup>17</sup> El trabajo de investigación se encuentra publicado en el repositorio de la Universidad Continental y puede verse en el siguiente link:  
[https://repositorio.continental.edu.pe/bitstream/20.500.12394/5831/2/IV\\_FDE\\_312\\_TE\\_Francia\\_Vega\\_2019.pdf](https://repositorio.continental.edu.pe/bitstream/20.500.12394/5831/2/IV_FDE_312_TE_Francia_Vega_2019.pdf)

la ciberseguridad y la desigualdad digital, que requieren un examen cuidadoso y una gestión adecuada.

La tecnología siempre está cambiando y tenemos que mantenernos al día aprendiendo cosas nuevas y adaptándonos a nuevas formas de hacer las cosas. Nuevas tecnologías como la impresión 3D y las energías renovables están revolucionando las industrias y abriendo posibilidades interesantes para las empresas y la economía. Trabajar junto con otros países e invertir en investigación y desarrollo es muy importante para mantenerse a la vanguardia en un mundo donde todo está conectado y depende de nuevas tecnologías.

En las últimas décadas, la tecnología ha cambiado por completo la forma en que hacemos las cosas en medicina, ingeniería y arquitectura. Ha generado nuevas ideas e inventos sorprendentes que han cambiado por completo la forma en que pensamos y trabajamos en estos importantes campos. La medicina es la ciencia y la práctica del diagnóstico, tratamiento y prevención de enfermedades. Gracias a la tecnología, los médicos ahora pueden realizar diagnósticos más precisos y adaptar tratamientos específicamente a las necesidades de cada paciente. Las imágenes médicas han recorrido un largo camino, desde rayos X básicos hasta técnicas avanzadas como la resonancia magnética y la tomografía por emisión de positrones (PET), que proporcionan imágenes detalladas del interior de nuestro cuerpo. Además, la genómica y la biotecnología han allanado el camino para tratamientos personalizados y edición genética, dando esperanza a quienes padecen enfermedades genéticas y cánceres específicos.

En el campo de la ingeniería, la tecnología ha impulsado la construcción de estructuras más seguras, eficientes y sostenibles. La utilización de materiales avanzados de alta resistencia ha permitido la creación de rascacielos que desafían los límites de altura y resistencia estructural. Además, la integración de sistemas de modelado y simulación por computadora ha optimizado el diseño de infraestructuras complejas, como puentes y túneles, mejorando la eficiencia durante la fase de construcción y minimizando los riesgos para los trabajadores.

En arquitectura, la tecnología ha facilitado la creación de diseños arquitectónicos innovadores y sostenibles. La introducción de software de diseño asistido por computadora (CAD) y técnicas de modelado paramétrico ha

permitido a los arquitectos explorar formas y estructuras que antes eran difíciles de concebir y construir. Además, la incorporación de materiales ecológicos y técnicas de construcción modular ha mejorado la eficiencia energética de los edificios y reducido su impacto ambiental, promoviendo un desarrollo urbano más sostenible y resiliente.

De este modo, la tecnología se percibe en muchas ciencias como la medicina, la ingeniería, la arquitectura y otras; sin embargo, cabe preguntarnos ¿son las Administraciones Públicas ajenas a este proceso de modernización tecnológica?, la respuesta depende del contexto geográfico en que nos encontremos; ya que en EE.UU y en Europa, la Administración Pública se ha dinamizado bajo la premisa del *open government*, el cual busca fortalecer mecanismos de participación y colaboración electrónica que incluyan a diversos actores, tales como los ciudadanos, las empresas, agencias públicas nacionales e internacionales y otros –conocidos como *stakeholders*-. La Administración moderna entiende que se necesita la confluencia de todos los *stakeholders* a fin de mejorar las decisiones políticas, normativas, jurídicas, económicas, etc.

Asimismo, los *stakeholders* entienden el papel que representan, no sólo el de fiscalización, sino de control y colaboración para con sus naciones, promoviendo la gobernanza con participación de todos.

En el caso latinoamericano, específicamente para el caso peruano, si bien existen esfuerzos normativos desde la inclusión del Perú en el 2011 a la Alianza para el Gobierno Abierto AGA, la realidad es diferente, ya que nos encontramos en un estado de transición al *open government*; con algunos esfuerzos por buscar la transparencia y promover la lucha contra la corrupción.

Tras la revisión de la literatura, se observa que existen investigaciones relacionadas a los ejes del *open government* o a los planes de acción aplicados por los gobiernos alrededor del mundo; empero, existen muy pocas que desarrollan propuestas de modelos de *open government*. Por tanto, el objetivo de la presente investigación, es establecer un modelo que dirija la implementación del *open government* a fin de lograr la participación y colaboración de diversos *stakeholders*, logrando con ello una mejora significativa en la gobernanza pública.

En ese sentido, la contribución de esta investigación es doble, ya que por un lado, se realiza la propuesta de un modelo de *open government* para el contexto peruano, el cual permite el análisis y valoración de los datos publicados on-line, modelo que es aplicado a las 26 regiones del Perú. Por otro lado, a través de los resultados y la aplicación de métodos estadísticos, podemos determinar las falencias y debilidades que presentan las regiones del Perú, identificando con claridad las categorías que necesitan ser implementadas.

Para la consecución del objetivo, la presente investigación se organiza de en cuatro capítulos.

El Capítulo I, aborda el planteamiento del problema de investigación, el cual contiene la descripción del problema, la formulación del problema y los objetivos, tanto general como específicos, la justificación e importancia de la investigación, el planteamiento de hipótesis general y específicas.

El Capítulo II, aborda el marco teórico, desarrollando los antecedentes internacionales y nacionales, detallando los principales aportes de autores internacionales y nacionales, así como sus aproximaciones y aportes importantes.

En el Capítulo III, se desarrolla la metodología de la investigación; abordando los métodos de investigación, el diseño metodológico que a su vez analiza el tipo, enfoque, nivel y diseño de la investigación, se determina la población y muestra y se describen las técnicas de recolección de información. Finalmente, se presenta el proceso de construcción del instrumento, el procedimiento de recolección de datos y el plan de análisis e interpretación de datos.

En el Capítulo IV, se aborda los resultados y la discusión de la investigación, para lo cual se disgrega el análisis en función los dos grupos del modelo, primero, se presentan los resultados del contexto de la información divulgada, y las categorías que lo integran, nos referimos al diseño y navegabilidad y a la usabilidad, después se presentan los resultados del contexto de la información divulgada, teniendo en cuenta las categorías de transparencia,

participación, colaboración y rendición de cuentas. Finalmente se presentan las conclusiones y recomendaciones del presente trabajo.

## **CAPÍTULO I**

### **PLANTEAMIENTO DEL PROBLEMA DE LA INVESTIGACIÓN**

El presente capítulo aborda la problemática de la investigación. Para ello, se hace una descripción detallada del problema de investigación, analizando la situación actual de los gobiernos regionales frente al *open government* (em adelante OG), así como el uso de las TICs para este propósito. Posteriormente se presenta la formulación del problema general y los problemas específicos, para continuar con la formulación del objetivo general y específicos; asimismo, se presenta la justificación e importancia de la investigación, para continuar luego con las hipótesis tanto general como específicas. Finalmente, se presentan las variables e indicadores.

### **DESCRIPCIÓN DEL PROBLEMA DE INVESTIGACIÓN**

La idea del OG nace inicialmente como respuesta al secretismo del Estado en situaciones de interés público y a los problemas de corrupción que aquejan a las naciones. El OG se vale de las innovaciones tecnológicas que dan paso a la adopción de nuevos valores en el funcionamiento del sector público, uno mucho más horizontal, abierto y con una clara orientación a la innovación Criado I. (2016), todo ello con el objetivo de implementar la transparencia, la participación, la colaboración y la rendición de cuentas. Las Administraciones Públicas alrededor del mundo, muestran preocupación por la integración de estos temas en sus agendas y políticas. Y es que el uso de las TICs en la Administración Pública, tiene como objetivo principal la mejora en el rendimiento de los servicios públicos como destaca Hartley J. (2005).

Para el caso peruano, la adopción de estas nuevas tecnologías se han convertido en una herramienta esencial, especialmente en lo que respecta a la satisfacción de las necesidades de la colectividad y la promoción de la participación ciudadana en la formulación de políticas públicas que permitan el cumplimiento de las demandas sociales de eficiencia y efectividad en el uso de



los recursos; sin embargo, cabe preguntarnos ¿En qué medida las políticas de OG se aplican en las regiones con el fin de viabilizar la transparencia, la participación, la colaboración y la rendición de cuentas? ¿Existe acaso algún modelo o directriz que guíe la aplicación del OG para estos fines? La respuesta es negativa, ya que en la actualidad observamos que los gobiernos regionales no tienen una idea clara de OG y, en consecuencia, se carece de políticas orientadas a la aplicación del OG. En este contexto, se hace necesaria la propuesta de un modelo de OG que permita, por un lado, controlar el contexto de la información divulgada, es decir, las herramientas que los gobiernos regionales ponen a disposición para la publicación de la información y por otro lado, el contenido de la información divulgada, ya que son los gobierno regionales los que disponen de esta información en una suerte de monopolio. Una vez finalizada esta etapa, se debe evaluar si los gobiernos regionales poseen medios o canales dentro de la página web que permitan la participación y colaboración, a fin de promover y desarrollar los ejes del OG, asegurando la gobernanza, entendida como la implicancia de todos los actores entre ellos y principalmente los ciudadanos para la aplicación, evaluación y toma de decisiones en los gobiernos regionales.

Si bien la implementación del modelo de OG incidirá en la mejora de la gobernanza pública, también podría reducir significativamente la corrupción, al brindar canales electrónicos de denuncia que permitan al ciudadano efectivizar en tiempo real denuncias *on-line*. Como se señala anteriormente, los ejes del OG buscan un acercamiento al ciudadano brindando mecanismos que permitan una mayor transparencia; posibilitando de forma indirecta la reducción de la corrupción.

## FORMULACIÓN DEL PROBLEMA

### Problema General

¿La implementación de un modelo *open government* contribuye al fortalecimiento de la gobernanza en los gobiernos regionales?

### Problemas Específicos

a) ¿Cuál es el grado de desarrollo de las políticas de *open government* en los gobiernos regionales del Perú?

b) ¿Qué tipo de gobernanza desarrollan los gobiernos regionales del Perú?

c) ¿Qué modelo de *open government* es aplicable para el fortalecimiento de la gobernanza en los gobiernos regionales del Perú?

d) ¿Existen otras políticas que viabilicen la aplicación del *open government* y en consecuencia la mejora de la gobernanza en los gobiernos regionales del Perú?

## OBJETIVOS

### Objetivo General

Determinar si la implementación de un modelo de *open government* contribuye al fortalecimiento de la gobernanza en los gobiernos regionales

### Objetivos Específicos

a) Determinar el grado de desarrollo de las políticas de *open government* en las regiones del Perú.

b) Determinar el tipo de gobernanza que desarrollan los gobiernos regionales del Perú.

c) Describir que modelos de *open government* existen y determinar cuál es el más viable para el fortalecimiento de la gobernanza en los gobiernos regionales del Perú.

d) Definir que políticas viabilizan la aplicación del *open government* y en consecuencia la mejora de la gobernanza en los gobiernos regionales del Perú.

## JUSTIFICACIÓN E IMPORTANCIA

Existen diversas normativas que pretenden la implementación del OG, la modernización, la mejora en la gobernanza pública y la gestión pública en el Perú, así podemos citar el Decreto Supremo N ° 060-2001-PCM a través del cual se crea el Portal del Estado peruano, la Ley No. 27658, Ley Marco para la Modernización de la Administración del Estado, que establece políticas orientadas hacia el gobierno electrónico y la transparencia, la Resolución Ministerial N ° 274-2006-PCM, a través del cual se aprueba la estrategia del gobierno electrónico nacional, el Decreto Supremo No. 066-2011-PCM, mediante el cual se aprueba el "Plan de Desarrollo para la Sociedad de la Información en Perú - La Agenda Digital Peruana 2.0, el Decreto Supremo No. 081 -2013-PCM que aprueba la Política Nacional de Gobierno Electrónico 2013-2017, más recientemente, mediante Decreto Supremo DS-016-2017-PCM, se aprueba la "Estrategia de Datos Abiertos de Gobierno Nacional de Perú 2017-2021" y el "Modelo de Datos Abiertos de Gobierno de Perú", que crea el Portal de Datos Nacional Abierto, un sistema informático que facilita el acceso al catálogo nacional de datos abiertos de la Administración Pública. Dichos dispositivos legales no hacen más que demostrar la preocupación del Estado por consolidar una Administración más dinámica y participativa. Sin embargo, es de resaltar que pese a éstos esfuerzos se carece de un sistema automatizado que permita evaluar los parámetros de la información que las Administraciones divulgan, es por ello, que la presente investigación se justifica en la necesidad de implementación de un modelo de OG que evalúe las principales características de los portales web que las Administraciones Públicas ofrecen, así como el contenido de la misma, permitiendo un mayor acceso y participación de los diversos *stakeholders* en la gobernanza pública de los gobiernos regionales en el marco de la Alianza para el Gobierno Abierto – AGA al que nuestro país se encuentra suscrito desde el 2011.

La importancia de la investigación radica en la propuesta del modelo contribuyendo a la literatura de dos maneras. Primero, la metodología utilizada para la elaboración del modelo propuesto, constituye un nuevo instrumento con elementos que analizan el uso de herramientas básicas y específicas para la difusión de información en los gobiernos regionales, siendo útil su aplicación en la valoración y evaluación del OG en las diversas instituciones del Estado. En

segundo lugar, el modelo aplicado a los 26 gobiernos regionales del Perú, presenta resultados sobre los aspectos menos desarrollados y en los que se debe trabajar intensamente a fin de fortalecer la gobernanza pública, teniendo en cuenta la prestación de servicios en atención a las necesidades de los ciudadanos en el marco del OG.

Por otro lado, la presente investigación cuenta con implicancias prácticas, ya que el modelo propuesto nos ayuda a implementar las políticas de OG en los gobiernos regionales, logrando con ello una mejor gobernanza; haciendo posible la materialización de la transparencia, participación y colaboración.

## HIPÓTESIS

### Hipótesis General

La implementación del modelo de *open government* propuesto contribuyen al fortalecimiento de la gobernanza en los gobiernos regionales.

### Hipótesis Específicas

#### A. Hipótesis Específica 01

Las regiones del Perú se encuentran en la fase inicial del desarrollo de las políticas de *open government*, concretamente se denota un desarrollo inicial del eje de la transparencia, careciendo de mecanismos de participación, colaboración y rendición de cuentas.

#### B. Hipótesis Específica 02

El tipo de gobernanza que se desarrolla en los gobiernos regionales del Perú es la gobernanza centralizada, que tiene como único protagonista a la Administración Pública.

#### C. Hipótesis Específica 03

El modelo de *open government* que mejor se adapta a las necesidades y al contexto de las regiones del Perú es el modelo de OG propuesto en la presente investigación, con dos estadios bien definidos, el contexto de la información divulgada y el contenido de la información.

#### D. Hipótesis Específica 04

Las políticas que contribuirían a viabilizar la aplicación del *open government* y en consecuencia la mejora de la gestión pública en los gobiernos regionales del Perú, son las orientadas a la implementación y fortalecimiento del gobierno electrónico, así como las que impulsen un mayor desarrollo de infraestructura tecnológica.

## CAPÍTULO II

### MARCO TEÓRICO

El presente capítulo hace un esbozo de la literatura en relación a los modelos y propuestas de *open government*. Para ello, se ha utilizado cuatro antecedentes internacionales que ofrecen importantes aproximaciones al objeto de estudio; asimismo, se tuvo en cuenta tres antecedentes nacionales, que ofrecen una visión más genérica de los modelos de OG y *e-government*. Por otro lado, se hace un recuento de las bases teóricas científicas, en relación al OG y a la gobernanza, teniendo en cuenta la revisión de la literatura, así como las diversas teorías que sustentan los modelos de OG. Por último, se ofrece un listado de definiciones de conceptos y términos que ayudarán a una mejor comprensión de la investigación.

#### Antecedentes

##### Internacional

Lee & Kwak (2012) en su investigación titulada “Un modelo de madurez de gobierno abierto para la participación pública en redes sociales” proponen un modelo de madurez de gobierno abierto basado estudios campo de las agencias de administración de salud en EE. UU. Este modelo está específicamente

desarrollado para evaluar y guiar al gobierno abierto, a través del compromiso público transparente, interactivo, participativo y colaborativo que son en gran parte habilitados por tecnologías emergentes como las redes sociales. El modelo consta de cinco niveles: condiciones iniciales (Nivel 1), transparencia de datos (Nivel 2), participación abierta (Nivel 3), colaboración abierta (Nivel 4), y compromiso ubicuo (Nivel 5). Los autores señalan que existe una secuencia lógica para aumentar el compromiso público basado en los medios sociales y las agencias deben centrarse en lograr un nivel de madurez a la vez. El modelo de madurez de gobierno abierto ayuda a las agencias gubernamentales a implementar sus iniciativas de gobierno abierto efectivamente construyendo capacidades organizativas y tecnológicas de manera ordenada.

El estudio de este modelo incluyó múltiples entrevistas de campo con ejecutivos del gobierno, gerentes, contratistas, y análisis de datos de archivo. Cada entrevista fue semi-estructurada con preguntas orientadoras y los entrevistados hablaron sobre sus planes de gobierno abierto de la agencia, estado actual del gobierno abierto e iniciativas, desafíos, riesgos, beneficios, mejores prácticas y métrica.

Solar, Meijueiro, & Daniels (2013) en su investigación titulada “Una guía para implementar datos abiertos en agencias públicas” , se propone una guía para implementar datos abiertos en agencias públicas, dicha guía se estructura en base a un modelo de madurez propuesto por los autores que se aplicó en tres países de América Latina (Chile, Colombia y El Salvador). La metodología consistió principalmente en construir una encuesta cuyas preguntas en su mayoría fueron cerradas; y para las preguntas abiertas que eran opcionales, se brindó la posibilidad de responder directamente en la web. El segundo paso fue la identificación de un grupo de expertos en *Open government data*, para la encuesta entrega.

Los autores sostienen que estos beneficios deben ir de la mano con algunos de los principios y criterios como la simplicidad, el Quick-Win que es un principio de desarrollo inicial rápido con algunos elementos visibles, el nivel de madurez, a fin de un implementando nuevos elementos, el compartir experiencia,

relacionado al intercambio de experiencias entre países e instituciones para avanzar y finalmente la liberación de datos.

Muñoz, Sánchez, & Bolívar (2012) en su investigación titulada “La transparencia de las entidades de fiscalización autonómicas en España. Un estudio empírico” se analiza si las entidades de fiscalización españolas han implementado las nuevas tecnologías de la información - más concretamente Internet-, como un medio para mejorar tanto la transparencia de sus actuaciones como la interacción con sus *stakeholders*. Para ello los autores teniendo en cuenta los principios rectores de la Organización Internacional de las Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI) elaboran un modelo de evaluación de la divulgación de información que proporcionan las Cámaras de Cuentas examinando los principales aspectos a tener en cuenta, tanto en el contenido como en la forma y contexto en que se produce dicha divulgación.

Este modelo contribuye fundamentalmente a la organización de los ítems de evaluación de la información divulgada, pero sobre todo ofrece un análisis que incluye a los *stakeholders* y la relación de éstos frente a las innovaciones tecnológicas, resaltando que atrás quedó el papel de las Administraciones Públicas como meras transmisoras de información vía web, para pasar a un modelo en el que los propios usuarios dejan de asumir un rol pasivo, y participan, conversan, comparten, generan contenidos y, en definitiva, lideran la comunicación y adoptan un papel protagonista en las iniciativas promovidas en la web.

Blasio & Selva, (2016) en su investigación titulada “¿Por qué elegir el gobierno abierto? Motivaciones para la adopción de políticas de gobierno abierto en cuatro países europeos” se realiza un análisis cualitativo de políticas que incluyen a Francia, Italia, España y el Reino Unido, se mapean los diferentes significados de abierto gobierno, examinando las medidas específicas y las motivaciones clave para su adopción con el fin de descubrir cómo diferentes gobiernos nacionales enmarcan las variables de gobierno abierto. Este estudio muestra el surgimiento de modelos competitivos de gobierno abierto: por un lado, el modelo hegemónico de gobierno abierto que enfatiza la innovación y la apertura en el sentido de una mayor transparencia, y en ocasiones de

colaboración público-privada, pero no logra el proceso de decisión abierta. Las autoras ponen de manifiesto la existencia de una paradoja en la implementación de Gobierno abierto: la lente económica, aunque suavizada por un impulso hacia la innovación, ancla el proceso de formulación de políticas en mecanismos ya consolidados, en lugar de en cambios sustanciales. Por otro lado, el estudio detecta el surgimiento de una perspectiva diferente sobre el gobierno abierto, que proporciona un marco de políticas adecuadas para que se desarrollen las innovaciones democráticas. Asimismo, el estudio demuestra la escasa atención prestada a los ejes de participación y colaboración en comparación con la transparencia. Las autoras proponen el siguiente modelo de OG que fue aplicado a los 4 países de la Unión Europea.

#### Nacional

Molina J. (2014) en su tesis titulada “Un modelo de e-Gobierno para el Sector Economía basado en componentes de la Web 2.0”, busca identificar un modelo de *e-government* que incluya herramientas colaborativas y modernas en el diseño de los portales de las entidades del Sector Economía, para ello, propone el uso de herramientas tecnológicas modernas que maximizan el uso del Internet (Web 2.0), a fin de desarrollar la etapa de “Transacción” del Gobierno Electrónico.

Esta investigación, también compara los portales de los Ministerios de Economía (o su equivalente) de los países desarrollados (Estados Unidos, Japón y Alemania). Acorde a Molina J. (2014) los resultados indican que Estados Unidos cuenta con el mayor grado de acercamiento al uso de Gobierno Electrónico bajo las premisas de la Web 2.0, por poner a disposición del usuario mecanismos de autogeneración de información, acercamiento y conversación, redes sociales y manejo de una política de OG. Asimismo, Molina J. (2014) sostiene que Perú no está muy lejos de alcanzar el mismo nivel de los Estados Unidos, por ello, el autor considera necesario el seguimiento de un modelo que cumpla con desarrollar los componentes que estén alineados a los elementos claves del concepto de Gobierno Electrónico, orientados al uso de la Web 2.0, bajo una filosofía de servicio basado en Gobierno Abierto y enmarcados en el



cumplimiento de las características propias de la etapa de Transformación de Gobierno Electrónico.

Daza J. (2017) en su tesis titulada “Propuesta modelo de Gobierno Abierto para mejorar la gestión municipal en el distrito de Jazán – provincia de Bongará – Región Amazonas” hace un recuento de las dimensiones de la gestión municipal, y centra su modelo en la dimensión política, para ello tiene en consideración los ejes del OG.

El autor hace uso de una Matriz Modificada de Autoevaluación de la Dimensión Política de la Gestión Municipal y además utiliza encuestas de percepción para conocer los problemas más importantes que demanda la población tales como los servicios públicos que oferta la municipalidad, el uso y frecuencia del internet y redes sociales por parte de la población, y la percepción de cuan transparente, participativo es el gobernó local.

Velazco S. (2017) en su tesis titulada “Gobierno abierto y gestión municipal desde la percepción de los contribuyentes en el distrito de San Martin de Porres” analiza la relación del gobierno abierto y gestión municipal desde la percepción de los contribuyentes en el distrito de San Martin de Porres, para ello, hace uso de la encuesta, y aplica un cuestionario tipo Lickert. Los resultados muestran que existe relación entre las variables y por lo tanto el gobierno abierto en sus ejes de transparencia, participación y colaboración constituye una parte fundamental para la gestión municipal.

### CAPITULO III

#### METODOLOGÍA DE LA INVESTIGACIÓN

El presente capítulo aborda la metodología usada en la investigación. Para ello, se hace una descripción detallada del método científico y el diseño metodológico, especificando el tipo, enfoque, nivel y diseño de la investigación. Posteriormente, se presenta la población y muestra del estudio, las técnicas de recolección de datos; describiendo la técnica y el instrumento utilizado, en este último acápite se detallan las valuaciones usadas; asimismo, se presenta el

proceso de construcción del instrumento, el cual cuenta con 2 grupos, 6 categorías y 118 ítems. F

### Métodos de la Investigación

El método utilizado en la presente investigación es el método científico, entendido como aquel proceso utilizado para validar observaciones y minimizar sesgo del observador. El objetivo es que la investigación se lleve a cabo de manera justa, imparcial y repetible Ryan & O'Callaghan, (2002). El método científico, describe una secuencia de acciones que constituyen una estrategia para lograr uno o más objetivos de investigación. En relación a esto, la metodología científica condena el estudio general de los métodos científicos y forma la base para una comprensión adecuada de esos métodos Haig. B.D. (2010).

### Diseño Metodológico

#### Tipo de Investigación

La presente investigación es de tipo prospectivo-transversal. Según la planificación de la toma de datos, el estudio es prospectivo, ya que los datos utilizados en la investigación son primarios, es decir, se obtuvieron como resultado de las valuaciones hechas por la investigadora. Según el número de ocasiones en que se mide la variable de estudio, la investigación es transversal, ya que los datos fueron recolectados en un momento y tiempo únicos, en septiembre del 2018.

#### Enfoque de la Investigación

La presente investigación tiene un enfoque cuantitativo, para Hernández R., Fernández-C. & Baptista P. (2006) este enfoque se caracteriza por el uso de la recolección de datos para probar las hipótesis, con base en la medición numérica y el análisis estadístico, para establecer patrones de comportamiento y probar teorías. Los autores citados refieren que este enfoque posibilita la generalización de los resultados más ampliamente, otorgando el control sobre los fenómenos, así como un punto de vista de conteo y las magnitudes de éstos;

además, brinda la posibilidad de réplica y un enfoque sobre puntos específicos de tales fenómenos, facilitando la comparación de estudios similares.

#### Nivel de Investigación

El nivel de la investigación es aplicada. Siguiendo a Vargas Z. (2009) este nivel de investigación se caracteriza por buscar la aplicación o utilización de los conocimientos adquiridos, después de implementar y sistematizar la práctica basada en investigación. La citada autora, hace hincapié en la existencia de particularidades metodológico-estructurales y documentales de la investigación aplicada, ya que en ellas se sigue una lógica diferente a la de enfoques de investigación de las otras fases de desarrollo de la ciencia, sin que por ello deje de cumplir con la necesaria rigurosidad teórico metodológica, que subyace al quehacer científico. Por otro lado, Lozada J. (2014) refiere que la investigación aplicada tiene por objetivo la generación de conocimiento con aplicación directa y a mediano plazo en las sociedades en el sector productivo. Este tipo de estudios presenta un gran valor agregado por la utilización del conocimiento que proviene de la investigación básica. En la presente investigación, se busca aplicar los conocimientos del OG adquiridos, con el objetivo de proponer un modelo de OG que contribuya a la implementación de estas políticas, permitiendo una mejora en la gobernabilidad.

#### Diseño de la Investigación

El diseño es no experimental, del tipo transversal-exploratorio, ya que los datos para la presente investigación fueron recogidos en septiembre del 2018. Como menciona Hernández Sampieri et al., (2006) los diseños de investigación transeccional o transversal recolectan datos en un solo momento, en un tiempo único. Su propósito es describir variables y analizar su incidencia e interrelación en un momento dado. Es como tomar una fotografía de algo que sucede. Siguiendo a Hernández Sampieri et al. (2006), los diseños no experimentales – transversales - exploratorios pretenden comenzar a conocer una variable o un conjunto de variables, una comunidad, un contexto, un evento, una situación. Se trata de una exploración inicial en un momento específico. Por

lo general, se aplican a problemas de investigación nuevos o poco conocidos, como el OG para la presente investigación.

## Población y muestra de la investigación

### A. Población

La población está compuesta por las 24 regiones del Perú, además de Lima metropolitana y la provincia constitucional del Callao, dando un total de 26 circunscripciones, que serán llamadas en adelante “los gobiernos regionales”.

### B. Muestra

El modelo se aplicará a los 26 gobiernos regionales.

## Técnicas de recolección de la información

### A. Técnica

Evaluación en página web oficial, se analizó si cada ítem propuesto en el modelo de OG estaba presente o no en las 26 páginas web de los gobiernos regionales.

### B. Instrumento

Se hizo uso del instrumento propuesto, el cual cuenta con 118 ítems de valuación, agrupados en dos grupos de seis categorías. El primer grupo, es el del contexto de la información divulgada, el cual cuenta con las categorías de a) diseño y navegabilidad, compuesto de 9 ítems y b) usabilidad, compuesto por 15 ítems. El segundo grupo versa sobre el contenido de la información divulgada, este grupo cuenta con cuatro categorías a) transparencia, conformada por 16 ítems, b) participación, con 7 ítems y finalmente rendición de cuentas con 60 ítems. En relación a la valoración de cada uno de los ítems del modelo de OG propuesto y considerando los estudios previos de Garde, Rodríguez & López Hernández (2013) y Muñoz et al., (2012) optamos por una valuación dicotómica binaria (0/1) teniendo en cuenta la ausencia o presencia de cada ítem. Empero, es de destacar algunas excepciones; en el primer grupo, sobre el contexto de la

información divulgada, en la categoría de usabilidad, para los formatos electrónicos del procesamiento de la información, se asignó 0,2 a los formatos que permiten el procesamiento de la información y de 0,06 a los que sólo presentan la información, sin embargo, la sumatoria del valor asignado al total de los formatos es 0.98, con redondeo a 1. Del mismo modo, para el ítem de búsqueda se consideraron 3 ítems cuya sumatoria es 0.99, con redondeo a 1. Para las características de accesibilidad, se consideraron 2 ítems con puntuación de 0,5 cuya sumatoria es 1. Finalmente, para el caso de los idiomas, se consideró 0,25 por los principales idiomas: español, quechua, aimara e inglés, con una sumatoria total es 1. En cuando al grupo del contenido de la información divulgada, también se presentan ítems que se dividirán proporcionalmente hasta que la suma de los mismos sea 1. Siendo fundamental destacar que, en la categoría de colaboración, se asigna una valuación de 1 si se trata de *open participation* o 0,5 si se trata de *selected participation*, en este caso se asigna un mayor valor al ítem de open participation, pero que en ningún momento no supera la puntuación planteada en el modelo, que es 1.

## CAPÍTULO IV

### RESULTADOS Y DISCUSIÓN DE LA INVESTIGACIÓN

Este capítulo versa sobre los resultados obtenidos tras la aplicación del modelo. Para ello, en la evaluación de los ítems propuestos se hace un recuento de los grupos y categorías que conforman el modelo, para luego presentar los resultados del primer grupo en relación al contexto de la información divulgada, analizando el diseño y la navegabilidad así como la usabilidad; asimismo, se presentan los resultados del segundo grupo en relación al contenido de la información divulgada, haciendo un análisis detallado de la transparencia, participación, colaboración y la rendición de cuentas.

### EVALUACIÓN DE LOS ÍTEMS PROPUESTOS

Para la elaboración del modelo de OG propuesto se tuvo en cuenta el tratamiento de la información en dos grandes grupos y seis categorías. El primer grupo referido al contexto de la información divulgada, en este grupo se analiza

la facilidad de acceso a la página web, así como las herramientas que ofrecen las páginas web oficiales a los usuarios, este grupo se encuentra integrado por dos categorías el de diseño y navegabilidad compuesto por 09 ítems y la categoría de usabilidad, conformado por 15 ítems. El segundo grupo se refiere al contenido de la información divulgada, el cual se encuentra conformado por cuatro categorías, la transparencia con 16 ítems, la participación con 07 ítems, la colaboración con 11 ítems y la categoría de rendición de cuentas con 60 ítems.

Los porcentajes de la aplicación del modelo propuesto fueron obtenidos teniendo en cuenta el máximo número ideal – en caso de que cada una de regiones cumpliera con todos los aspectos- para la investigación propuesta este número es 26 y al número de ítems evaluados en cada categoría, este número varía en atención a los diversos aspectos de evaluación; así sin embargo, la puntuación máxima independientemente del número de categorías es siempre uno.

Con la explicación precedente, presentamos el análisis de los resultados obtenidos tras la aplicación del modelo de OG, teniendo en cuenta los dos grandes grupos antes mencionado. Así tenemos:

## PRIMER GRUPO

Contexto de la información divulgada En este grupo la categoría con mayor puntuación es la de usabilidad con un 52,07%, seguida del diseño y la navegabilidad con un 50%.

### Usabilidad

En relación a la usabilidad, el ítem con mayor puntuación es el referido a los hipervínculos, el cual, presenta una puntuación de 26, alcanzando con ello el 100% de su implementación y cumplimiento, ello se verificó tras la revisión de las 26 web oficiales, ya que éstas no presentan ningún problema al acceder a los links que se ofrecen en ellas, puesto que los links se redireccionaban automáticamente. Por otro lado, con una puntuación de 15,18 se encuentra el ítem de búsqueda, siendo que las herramientas de búsqueda avanzada fueron las que mejor puntuación obtuvieron, al respecto, consideramos que se deben

implementar herramientas de búsqueda básica, ya que en muchos casos la búsqueda avanzada está orientada al conocimiento de datos u expedientes específicos, que facilitan el acceso a funcionarios o personas con cierto conocimiento especializado, pero no así para la ciudadanía en general, quienes se ven incluso con menores posibilidades de acceso ante la reducida presencia de las herramientas de búsqueda básica.

Siguiendo con esta categoría, los ítems que obtuvieron menor puntuación fueron; de un lado, el formato electrónico para el procesamiento de la información con una puntuación de 6,52 y por otro, el referido a los idiomas con una puntuación de 7. En atención al primero, es de resaltar que el formato de mayor uso entre las 26 regiones del Perú es el xls y el PDF, respectivamente. Este resultado muestra los esfuerzos de las Administraciones Públicas peruanas por el uso de datos, sin embargo, aunque notamos la presencia del uso de la información en formato CSV en la región de la Libertad, cabe resaltar que ninguna región hizo uso de formatos JSON; ya que la mayoría de las regiones presenta información escaneada y subida en formato PDF., lo que dificulta su tratamiento. En relación a los idiomas, notamos que las 26 regiones presentan información en español, pero ninguna en los idiomas originarios como el quechua y el aimara; asimismo, sólo dos regiones La Libertad y Tacna, poseen la información en inglés; este último aspecto es de vital importancia, ya que permite la evaluación y acceso de instituciones y personas más allá de nuestras fronteras.

#### Diseño y navegabilidad

En relación al diseño y navegabilidad, el ítem con mayor puntuación fue el contenido comprensible y de fácil acceso, con un desarrollo del 98,07% mostrando con ello que las regiones cuentan con un contenido comprensible; además, esta práctica resulta ser homogénea entre las regiones, ya que la desviación típica es de 0,14.

Por otro lado, los ítems con menor puntuación fueron los referidos a las notificaciones de trámite o proceso y las aplicaciones de técnicas SEO con una puntuación de 0 y 3 respectivamente. En atención a las notificaciones de trámite

y proceso observamos que en ninguna de las 26 páginas web analizadas se presentan cuadros de diálogos o alertas que notifiquen acerca del abandono de un trámite o proceso, por lo que es fácil y recurrente perder un procedimiento por error o con sólo salir de la página. Con relación a las técnicas SEO, debemos manifestar que son técnicas orientadas al posicionamiento web; es decir, al digitar una determinada palabra en un buscador, nos ayuda a saber cuál es la lista de prelación que se ofrece. En el caso peruano, solo tres regiones se presentan entre las cinco primeras posiciones de Google Chrome y son: La Libertad, Lima Metropolitana y Ucayali.

## SEGUNDO GRUPO: Contenido de la información divulgada

Con la aplicación de la fórmula propuesta para fines comparativos, vemos que la categoría que presenta un mayor desarrollo en este grupo es la transparencia con un 59,69%, seguida de la participación con un 19,23% y la rendición de cuentas con un 13,07% y finalmente la colaboración con un 7,41%.

### Transparencia

En relación a la transparencia, los ítems que presentan una mayor puntuación fueron la publicación de los datos gubernamentales, seguido de la publicación de la legislación aplicable, con una puntuación de 26. En cuanto a la publicación de los datos gubernamentales, los ítems que obtuvieron una mayor presencia entre las regiones, fueron los relativos a la publicación de datos institucionales y organizativos; es decir, que todas las páginas web presentan visión, misión de la organización, la estructura orgánica de la misma y en algunos casos esquemas que permitían el acceso de forma más detallada, este comportamiento resulta ser homogéneo entre las regiones, con una desviación típica de cero. Asimismo, dentro de la publicación de datos, todas las regiones cumplen con publicar datos referidos a la legislación vigente, esto es, datos relativos a la normativa regional.

En cuanto al uso limitado de las redes sociales, se observó que las publicaciones de actualidad –entendida ésta como la publicada dentro de los tres meses anteriores a la fecha de la investigación- fueron difundidas en Facebook,



ya que esta red social para el caso peruano es más usada que Twitter, Youtube, Whatsapp u otras.

Por otro lado, el ítem con la puntuación más baja fue la publicación de información acerca de los procesos gubernamentales vigentes y el estado actual situacional, este ítem sólo fue desarrollado en una región alcanzando el 3,84% de desarrollo a nivel global.

### Participación

En relación a la participación, la mayor puntuación la obtuvo el ítem referido al uso de redes sociales con una puntuación de 16,50 y dentro de ella las subcategorías de divulgación de información y solicitar información, es decir, que las redes sociales se encuentran orientadas a estas 2 actividades principalmente, dejando de lado la participación de la ciudadanía en la toma de decisiones. Por otro lado, el ítem con menor puntuación fue el relativo a los contenidos creados por los usuarios, con una puntuación de 0, es decir, que las regiones del Perú no promueven ninguna forma el feedback o contribuciones por parte del público, ello se contrasta con la baja puntuación en el ítem de crowd-sourcing para aprovechar las experiencias, ideas y experiencia del público, ascendente a 0,5; donde una vez más, los canales que viabilizan el aporte público son muy pocos y casi nulos.

### Colaboración

En relación a la colaboración, el ítem con mayor puntuación, la obtuvo la colaboración en la preparación, concertación, coordinación y formalización de los presupuestos participativos, siendo que todas las regiones permiten la participación de un grupo con determinadas condiciones de acuerdo a Ley, siendo *selected participation*. Las categorías de colaboración institucional, colaboración abierta al público, colaboración entre los sectores público y privado, colaboración abierta para la elaboración de políticas, así como colaboración abierta para la elaboración de políticas, obtuvieron puntajes de 0, demostrando con ello, que la colaboración en sí misma es una característica poco desarrollada por las 26 regiones.

## Rendición de cuentas

Esta categoría se encuentra referida fundamentalmente a las características cualitativas de la información financiera y presupuestaria; con la evaluación de ocho subcategorías que son: fiabilidad, carácter completo, comparabilidad, comprensibilidad, accesibilidad, oportunidad y relevancia de la información; y, finalmente, comentarios del público sobre la utilidad y calidad de los datos. Teniendo en cuenta que la cantidad de elementos difiere en cada grupo, tomamos en cuenta las puntuaciones de cada uno de ellos y la cantidad total de elementos para cada grupo. Así, el grupo con el mayor desarrollo fue la relevancia de la información con un 55,76%, seguido de la fiabilidad de la información con un 14,83%, la oportunidad con un 12,39%, luego, el carácter completo de la información y la comparabilidad, con la misma puntuación de 11,53%, seguido de los comentarios del público sobre la utilidad y calidad de los datos, con un 10,57%, la accesibilidad con 6,15% y, finalmente, comprensibilidad de la información con 1,92% de desarrollo.

En relación con la relevancia de la información, todos los sitios web presentan información adicional y desagregada, pero la región de La Libertad cuenta con información sobre gobierno abierto y datos abiertos; siendo la única región que ofrece este tipo de información desagregada. Las otras regiones presentan información adicional como agendas regionales; con el objetivo principal de promover la transparencia en las actividades de los funcionarios públicos.

En cuanto a la fiabilidad de la información, el ítem con la mejor puntuación fue la publicación de mecanismos de seguimiento sobre las recomendaciones, las observaciones de las entidades auditoras y la justificación en caso de omitir el cumplimiento; este elemento estuvo presente en casi todas las regiones, excepto en el Callao, Huancavelica y Huánuco. Sin embargo, existe una falta de información sobre el uso de indicadores de desempeño para evaluar el valor del trabajo de auditoría, la identificación del procesador de información financiera y el servicio de consulta, la diferenciación entre la información auditada y la no auditada; y además, no hay ninguna pista de si la información y los datos ofrecidos por el sitio web son auditados o no.

Respecto a la oportunidad de la información; se dividió en 4 grupos pequeños. En atención a la fecha en que se presentó la información; mensual, trimestral, semestral y anual. Después de la evaluación, la información con la mayor divulgación fue la información mensual y trimestral entre las regiones; destacando que las regiones muestran información presupuestaria actualizada en mayor proporción que la información financiera.

Sobre el carácter completo de la información solo cinco regiones; Arequipa, Ayacucho, Cajamarca, Huancavelica y Lambayeque, ofrecen la posibilidad de descargar información financiera y presupuestaria, así como un resumen de los mismos.

En relación a la comparabilidad de la información; Las regiones que presentan diseminación de la información financiera correspondiente a varios periodos financieros son Arequipa, Ayacucho, Cajamarca, El Callao, Huancavelica y Lambayeque. Además, debe tenerse en cuenta que la publicación de los criterios utilizados para preparar la información financiera y el uso del formato XLS, XBRL, CSV, JSON para todos los documentos financieros y presupuestarios fue nula.

En cuanto a los comentarios del público sobre la utilidad y calidad de los datos, solo la región de Cajamarca publica las opiniones de los usuarios; del mismo modo, ninguna de las páginas web tiene herramientas que permitan calificar la experiencia del usuario.

Respecto a la accesibilidad de la información, el único ítem presentado fue la identificación de la ubicación de la información financiera y presupuestaria, presente en Arequipa, Ayacucho, Cajamarca, Callao, Cusco, Ica, Junín y Lambayeque, el resto de regiones presentan solo una de las siguientes: información financiera o presupuestaria o ninguna. Además, cualquier región presenta la identificación del procesador de la información financiera y presupuestaria y también el servicio de consultoría o el uso de formatos electrónicos utilizados en la divulgación de información financiera y presupuestaria, el uso de diferentes idiomas en la divulgación de información financiera y presupuestaria. Informaciones ni notificaciones electrónicas.

Con respecto a la comprensión de la información, observamos que solo la región de Ayacucho utiliza proporciones y gráficos en la presentación de los datos, mientras que ninguna de las regiones presenta comentarios explicativos sobre la interpretación de los datos cuantitativos.

## CONCLUSIONES

1) La implementación del modelo de *open government* propuesto en la presente investigación contribuye a la mejora de la gobernanza en los gobiernos regionales, ya que por un lado ofrece la identificación de ítems en relación al contexto de la información divulgada, que contribuye a la organización y la presentación de las páginas web oficiales y por otro, contribuye a la implementación del contenido de la información divulgada, es decir, que contribuye a la implementación de los ejes del OG, nos referimos a la transparencia, participación, colaboración y rendición de cuentas. Con la aplicación de estas categorías se fortalece la gobernanza basada en la participación de diversos actores como los ciudadanos, las demás instituciones públicas, las empresas, entre otros.

2) Tras la evaluación de los resultados en la presente investigación podemos concluir que las regiones del Perú se encuentran en una fase inicial de aplicación de las políticas de *open government*, concretamente en la fase de transparencia, que muchas veces es confundida por los gobiernos regionales como la difusión de información.

3) Las regiones presentan falencias como la no utilizan los formatos JSON y CSV para el tratamiento de la información, lo que denota la dificultad para el procesamiento de datos y el análisis de comparabilidad. Asimismo, las páginas web no ofrecen el uso de notificaciones electrónicas sobre los diversos aspectos en los que los usuarios están interesados, lo que reduce el alcance de la transparencia. De la misma manera, ningún sitio web tiene herramientas que permitan calificar la experiencia del usuario; asimismo, no se observan estadísticas de satisfacción, lo que demuestra una vez más que las Administraciones Públicas son las únicas que controlan no solo la divulgación de información, sino también el control de los mecanismos de opinión por parte de

los usuarios, eliminando así cualquier tipo de retroalimentación y convirtiéndose en pequeños monopolios en relación al tratamiento de información.

4) En base a los resultados obtenidos, se observa que existe un alto porcentaje de las regiones con un desarrollo incipiente especialmente en lo referente a la rendición de cuentas, ya que la información y los datos ofrecidos por el sitio web no se auditan, lo que hace que las regiones peruanas sean las únicas entidades que controlan la información, imposibilitando el control y la evaluación, evitando así la posibilidad de juzgar las decisiones y estrategias de las políticas adoptadas. Por otro lado, no hay identificación del procesador de información financiera y tampoco hay servicio de consulta; asimismo, la publicación de los criterios utilizados para preparar la información financiera no es evidente, lo que limita la comprensión y evaluación de la ciudadanía. Por otro lado, los indicadores de desempeño no se utilizan para evaluar el valor del trabajo de auditoría, por lo que no es posible analizar las pautas seguidas por los auditores, reduciendo la transparencia y los mecanismos para la rendición de cuentas.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguilar Villanueva, L. (2014). Las dimensiones y los niveles de la gobernanza. Cuadernos de Gobierno y Administración Pública, 1, 11-36. Recuperado de [http://dx.doi.org/10.5209/rev\\_CGAP.2014.v1.n1.45156](http://dx.doi.org/10.5209/rev_CGAP.2014.v1.n1.45156)

Attard, J., Orlandi, F., Scerri, S., & Auer, S. (2015). A systematic review of open government data initiatives. Government Information Quarterly, 32(4), 399- 418. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2015.07.006>

Barria Traverso, D., Gonzalez-Bustamante, B., & Cisternas Guasch, C. (2019). The literature on open government in spanish. Analysis of the dynamics of production and citation. Noesis-Revista De Ciencias Sociales Y Humanidades, 28(56), 22-42. <https://doi.org/10.20983/noesis.2019.2.3>

Blasio, E. D., & Selva, D. (2016). Why Choose Open Government? Motivations for the Adoption of Open Government Policies in Four European Countries. Policy & Internet, 8(3), 225-247. <https://doi.org/10.1002/poi3.118>

Criado, J. I. (2016). Las administraciones públicas en la era del gobierno abierto. Gobernanza inteligente para un cambio de paradigma en la gestión pública. Revista de Estudios Políticos, 0(173), 245-275. <https://doi.org/10.18042/cepc/rep.173.07>

Criado, J. I., & Corojan, A. (2010). ¿Pueden las TIC cambiar la transparencia, lucha contra la corrupción y rendición de cuentas en los gobiernos latinoamericanos? Un enfoque comparado sobre los países centroamericanos (p. 37). Presentado en XIV Encuentro de Latinoamericanistas Españoles, Universidad de Santiago de Compostela. Recuperado de <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs00531527>

Daza, J. (2017). Propuesta de Modelo de Gobierno Abierto para mejorar la gestión municipal en el Distrito de Jazán - Provincia de Bongará - Región Amazonas. Recuperado de <http://repositorio.ucv.edu.pe/handle/UCV/18905>

De Blasio, E., & Sorice, M. (2016). Open Government: A Tool for Democracy? *Medijske Studije*, 7(14), 14-30. <https://doi.org/10.20901/ms.7.14.3> Estudios de la OCDE sobre Gobernanza Pública: Perú: Gobernanza integrada para un crecimiento inclusivo. (2016). Éditions OCDE. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1787/9789264265226-es>

Garde Sánchez, R., Rodríguez Bolívar, M. P., & López-Hernández, A. M. (2013). Divulgación online de información de responsabilidad social en las universidades españolas. *Revista de Educación, N o Extraordinario 2013*, 177-209. <https://doi.org/10.4438/1988-592X-RE-2013-EXT-246>

Haig, B. D. (2010). *Encyclopedia of research design. Scientific method (Vol. 3)*. Sage Thousand Oaks. Recuperado de [www.researchgate.net/publication/315643846\\_Scientific\\_method](http://www.researchgate.net/publication/315643846_Scientific_method)

Hartley, J. (2005). Innovation in governance and public services: Past and present. *Public Money & Management*, 25(1), 27-34.

Hernández Sampieri, R., Fernández-Collado, C., & Baptista Lucio, P. (2006). *Metodología de la Investigación (Cuarta)*. México: McGraw-Hill.

Lee, G., & Kwak, Y. H. (2012). An Open Government Maturity Model for social media-based public engagement. *Government Information Quarterly*, 29(4), 492-503. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2012.06.001>

Lozada, J. (2014). Investigación Aplicada: Definición, Propiedad Intelectual e Industria. *CIENCIAMÉRICA*, 3, 34-39. Molina, J. A. (2014). Un modelo de e-gobierno para el sector economía basado en componentes de la web 2.0. Recuperado de <http://cybertesis.unmsm.edu.pe/handle/cybertesis/3743>

Muñoz, L. A., Sánchez, R. G., & Bolívar, M. P. R. (2012). La transparencia de las Entidades de Fiscalización autonómicas en España. Un estudio empírico. *Revista española de control externo*, 14(42), 117-143. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5240647>

Ramírez Placencia, J., & Lozano Martínez, F. (2018). *Conceptos claves en ciencias sociales. Definición y aplicaciones*. Guadalajara, Jalisco, México: Universidad de Guadalajara. Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades.

Rodríguez, H. A. R., & Rojas, M. N. M. (2011). La organización: los stakeholders y la responsabilidad social. Documento de investigación, 97, 36. Recuperado de [http://www.urosario.edu.co/urosario\\_files/a0/a019d4bc-3670-4966-881cccaabf47d85c.pdf](http://www.urosario.edu.co/urosario_files/a0/a019d4bc-3670-4966-881cccaabf47d85c.pdf)

Ryan, M., & O'Callaghan, A. (s. f.). The Scientific Method. Recuperado de <https://www.unce.unr.edu/publications/files/cd/2002/fs0266.pdf>

SGP 1, U. (2018). Programa de fortalecimiento de capacidades en materia de Gobierno Abierto dirigido a gobiernos regionales y locales: Transparencia. Facículo I. Recuperado de <http://sgp.pcm.gob.pe/wpcontent/uploads/2015/01/Fasciculo-1-Transparencia.pdf>

SGP 2, U. (2018). Programa de fortalecimiento de capacidades en materia de Gobierno Abierto dirigido a gobiernos regionales y locales: Participación ciudadana y rendición de cuentas. Facículo 3. Recuperado de <http://sgp.pcm.gob.pe/wp-content/uploads/2015/06/F3-ParticipacionCiudadana-y-Rendicion-de-Cuentas.pdf>

Solar, M., Meijueiro, L., & Daniels, F. (2013). A Guide to Implement Open Data in Public Agencies. En M. A. Wimmer, M. Janssen, & H. J. Scholl (Eds.), *Electronic Government* (Vol. 8074, pp. 75-86). Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg. [https://doi.org/10.1007/978-3-642-40358-3\\_7](https://doi.org/10.1007/978-3-642-40358-3_7)

Slovak, M., Unt, T., Rozgonjuk, D., Vörk, A., Veskimäe, M., & Vassil, K. (2019). E-governance diffusion: Population level e-service adoption rates and usage patterns. *Telematics and Informatics*, 36, 39-54. <https://doi.org/10.1016/j.tele.2018.11.005>

Valenzuela Mendoza, R. (2013). Delimitar Gobierno Abierto para ampliar la Colaboración con una Sociedad más Abierta. *Revista Estado, Gobierno y Gestión Pública*, 0(21). <https://doi.org/10.5354/0717-6759.2013.29403>

Vargas Cordero, Z. R. (2009). La investigación aplicada: Una forma de conocer las realidades con evidencia científica. *Revista Educación*, 33 (1), 155-165.

Velazco, S. (2017). Gobierno abierto y gestión municipal desde la percepción de los contribuyentes en el distrito de San Martín de Porres. Recuperado de <http://repositorio.ucv.edu.pe/handle/UCV/7363>

Whittingham Munévar, M. (2011). ¿Qué es la gobernanza y para qué sirve? *Revista Análisis Internacional (Cesada a Partir de 2015)*, 2, 219-235. Recuperado de <https://revistas.utadeo.edu.co/index.php/RAI/article/view/24>

## **INUNDAÇÕES EM BLUMENAU: UM ESTUDO SOBRE MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL**

Karina Bruch de Albuquerque

Universidade Regional de Blumenau, 0009-0006-8737-7696,  
kalbuquerque@furb.br

Iasmin Tassi Grott

Universidade Regional de Blumenau, 0000-0002-4412-780X, igrott@furb.br

Nicolau Cardoso Neto

Universidade Regional de Blumenau, 0000-0002-9463-0673, ncardoso@furb.br

### **INTRODUÇÃO**

Grandes volumes de precipitação, seja em um curto ou longo período, podem exceder a capacidade de canais de rios, ocasionando eventos de inundações (Tucci, 2004). Além do aumento de volume de água, as inundações podem ser geradas ou potencializadas devido a impermeabilização do solo, ocupação do solo e redes de drenagem insuficientes/ineficientes em áreas urbanas (Tucci; Bertoni, 2003).

Os efeitos desses eventos variam de acordo com a frequência e grau de urbanização da região, ocasionando perdas socioeconômicas significativas, principalmente para a população mais vulnerável, devido ao alagamento de residências, alterações na dinâmica de ocupação de uso do solo, alterações na paisagem, assoreamento de rios, entre outros (Andrade, 2006).

No Brasil, o processo de urbanização acelerado contribui para o cenário de ausência de planejamento urbano, dificultando o uso e ocupação organizados do solo e potencializando os efeitos de eventos climáticos como as inundações (Tasca et al., 2018). Na região sul do Brasil, e em especial no estado de Santa Catarina, é uma das regiões mais afetada por enxurradas, inundações e alagamentos devido a características geológicas, geomorfológicas, meteorológicas e climatológicas que combinadas com a ocupação de áreas de inundações nas bacias hidrográficas, sofre com grandes impactos socioeconômicos (Pompilio, 1990; CEPED, 2013).

Ainda que boa parte dos gatilhos de eventos denominados “desastres naturais” não sejam possíveis de serem controlados, há como minimizar os impactos desses eventos através da gestão de uso e ocupação do solo mais



assertivas e com adoção de medidas de mitigação e prevenção (Alcantara-Ayala, 2002; Andrade, 2006; Assumpção et al., 2017; Santos; Vieira, 2021).

O município de Blumenau, cidade catarinense que está inserida dentro da bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu e cortado pelo rio que dá o nome à bacia possui um histórico extenso de convivência com inundações (De Paula et al., 2014; Santa Catarina, 2018; Kormann, 2022). Além da ocupação das planícies de inundação, com o desmatamento de mata ciliar das margens fluviais, a dinâmica de urbanização da cidade foi condicionada pelo grande número de encostas em sua fundação (De Paula et al., 2014; Kormann, 2022).

Em 2008, Blumenau decretou estado de calamidade pública, com registro de 24 óbitos e grandes perdas econômicas, devido a uma condição de precipitação intensa na região que desencadeou inundações e diversos deslizamentos de terra (Mattedi et al., 2009; Kormann, 2022). Após a reincidência de outro evento significativo em 2011, Blumenau foi incluída no Registro Nacional dos Municípios com áreas suscetíveis a movimentos de massa e inundações repentinas, além de outros eventos hidrológicos e geológicos associados.

Apesar disso, a postura do município frente a questões de ocupação e gerenciamento de ocupação e uso do solo têm sido contraditórias e, muitas vezes destoante da legislação ambiental federal, como é possível analisar a partir da Lei Complementar nº 1.469/2022, que promove a ocupação de áreas de risco e reduz Áreas de Preservação Permanente (APPs) (Ludwig et al., 2015; Blumenau, 2022). Esta norma altera e acrescenta redação do Código do Meio Ambiente do Município de Blumenau, Lei Complementar nº 747, de 23 de março de 2010 (Blumenau, 2022).

Portanto, neste trabalho, busca-se avaliar a evolução da legislação municipal atrelada a legislação federal e aos eventos de inundações no município de Blumenau, destacando a importância da integração entre políticas ambientais e evidenciando a urgência de uma abordagem eficaz na gestão do uso e ocupação do solo.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

A pesquisa foi desenvolvida através de revisão bibliográfica de publicações científicas, em diferentes plataformas, utilizando palavras-chave como enchente, gestão, legislação, políticas públicas, Blumenau, Santa Catarina. Além disso, foram consultadas as legislações federais e municipais sobre o tema, e dados da Defesa Civil do município de Blumenau (AlertaBlu). Assim, foi possível elaborar uma linha do tempo dos fatos e comparar com a evolução da legislação ambiental em uma esfera nacional e municipal.

Neste trabalho foi adotado o conceito de enchente ou inundação, em relação ao transbordamento periódico do leito do curso d'água do rio Itajaí-Açú, acima da cota de 8m, segundo o AlertaBlu.

## **RESULTADO E DISCUSSÃO**

O registro de enchente em Blumenau se iniciou em 1852, ainda como colônia (AlertaBlu, 2024). Nesta época a legislação federal estabelecia critérios de ocupação do solo e sanções para atividades predatórias através da Lei nº 601/1850, intitulada Lei de Terras do Brasil (Brasil, 1850).

Em 1880, Blumenau evoluiu de colônia para município (Lei nº 860/1880) e é então que há o primeiro registro municipal de enchente, que atingiu cerca de 17m (De Paula et al., 2014). Cerca de 31 anos depois, em 1911, Blumenau é atingida por outra grande enchente, chegando a 16,90m, causando impactos econômicos bastante consideráveis devido ao maior desenvolvimento urbano nessa época, em comparação a enchente do ano de 1880 (De Paula et al., 2014).

Ainda que, em 1916 houve o estabelecimento do Código Civil Brasileiro e, em 1934, a sanção do Código Florestal e Código de Águas, o crescimento urbano da cidade seguiu de maneira desordenada e a sua transformação em polo industrial, gradualmente causou ainda mais impactos ambientais na região com o desmatamento de grandes áreas para construção de rodovias que seguiam próximas às margens dos rios (Siebert et al., 2009).

Isso se deve principalmente ao caráter de formulação das legislações, visto que o Código Civil Brasileiro ainda apresentava uma visão individualista e patrimonial dos recursos ambientais. Além disso, o Código Florestal ainda não

trazia delimitações claras acerca da ocupação de leitos e margens de rios e o Código de Águas era voltado principalmente para a exploração dos recursos aquáticos (Souza et al., 2019).

Em 1957, ocorreram quatro enchentes consecutivas que obrigaram o poder público a tomar iniciativas em relação a gestão das cheias e, portanto, é publicado o Decreto nº 42.423/1957 que estabelecia a nomeação de um Grupo de Trabalho responsável pela realização de estudos para elaboração de medidas que minimizassem a ocorrência das inundações na região (Brasil, 1957; De Paula et al., 2014). A nível municipal, houve a criação da Lei nº 802/1957, de cunho assistencialista, com a abertura de crédito especial para os atingidos pelas inundações (Blumenau, 1957).

Em decorrência dos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho e após diversas discussões e pressão popular, em 1964 é iniciada a construção da barragem de Taió, concluída em 1973, seguida pelas barragens de Ituporanga e José Boiteux em 1976 e 1992, respectivamente (Frank; Filho, 1995). Nesse período, temos adições importantes à legislação ambiental brasileira com a promulgação da Lei 4.504/1964 que trata do Estatuto da Terra que estabelece diretrizes para propriedades rurais, no intuito de fomentar a Reforma Agrária (Brasil, 1964).

Em 1965, há alterações do Código Florestal por meio da Lei nº 4.771/1965, com a ampliação de políticas de proteção e conservação da flora com o estabelecimento das APPs (Brasil, 1965). O novo Código Florestal de 1965, estabelecia critérios específicos de delimitação de APPs ao longo de cursos d'água, onde a supressão total ou parcial da vegetação é vedada com exceção dos casos em que há necessidade da execução de intervenções previamente autorizadas pelo Poder Executivo Federal, e que sejam de interesse público (Souza et al., 2019).

Em Blumenau, no entanto, ainda não havia diretrizes acerca da organização e planejamento da cidade até o ano de 1977, quando houve a criação do primeiro Plano Diretor de Blumenau, através da Lei nº 2.235/77 (Blumenau, 1977). No entanto, o Plano Diretor dispunha apenas sobre a ocupação dos terrenos condicionando os equipamentos de recreação da

edificação às cotas nos intervalos de até 10, 10 a 25 e maior que 25, sem restrição de ocupação em áreas de risco (Blumenau,1977).

Em 1981, é decretada a Lei Federal nº 6.938/81, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA e apresenta o meio ambiente como objeto específico de proteção (Brasil, 1981). A PNMA traz como princípios a ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser zelado pelo bem do uso coletivo, racionalização dos usos dos recursos ambientais, recuperação de áreas degradadas, proteção de áreas ameaçadas de degradação, entre outros, que reforçava o Código Florestal vigente na época (Brasil, 1981).

Em 1983 e 1984, Blumenau é atingida por duas grandes enchentes (De Paula et al., 2014). Na verdade, no ano de 1983, ocorreram seis enchentes no período de julho a agosto, atingindo a cota de 15,34m (AlertaBlu, 2024). Por conta da intensidade e duração do evento, causou grandes impactos econômicos na cidade e atingiu cerca de 90 mil moradores (Frotscher, 1997).

Após a sequência de eventos catastróficos seguidos de uma nova enchente com cota de 15,46m em 1984 (AlertaBlu, 2024), criou-se uma tendência de ocupação das áreas acima da cota de 16m para o município, comportamento que foi responsável pela aceleração do desmatamento de encostas que, por sua vez, aceleram o processo de escoamento superficial devido a ampliação de superfícies impermeáveis (Mattedi, 1994; Frotscher, 1997). Basicamente, a água proveniente de precipitação intensa se acumula mais rapidamente, devido a impermeabilidade do solo, nos pontos mais baixos da bacia, retroalimentando o processo de inundação na região.

Ainda, segundo Mattedi (1994), foi a partir das enchentes de 1983 e 1984, que uma visão sistêmica da problemática de inundações passou a ser estimulada. No entanto, não houve nenhuma alteração ou novo marco legal após esses eventos, a nível municipal.

Em 1989 ocorreu a revisão do Plano Diretor de Blumenau (Lei nº 3.652/89) e a instituição do Código de Zoneamento e Uso do Solo (Lei nº 3.650/89), dessa vez com parâmetros específicos para áreas marginais de

corpos d'água fluviais (Blumenau, 1989a; 1989b). O Plano Diretor especificava áreas não edificáveis e/ou aterráveis em todo o talude do Rio Itajaí-Açu com faixa mínima de 33 metros e faixas que variam de 5-15m de acordo com o tamanho da área de drenagem (Blumenau, 1989a).

Na Lei nº 3.652/89, também é incentivava o crescimento urbano da cidade para a região norte, devido a condições geológicas e topográficas serem melhores, a verticalização controlada em áreas já consolidadas e o controle de ocupação das áreas mais suscetíveis a inundações (Blumenau, 1989b). Complementando o Plano Diretor e o Código de Zoneamento e Uso do Solo, a Lei nº 139/96, dispunha sobre o código de parcelamento da terra no município de Blumenau.

Um marco legal nacional importante para a gestão de recursos hídricos ocorreu em 1997, com a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos a partir do decreto da Lei nº 9.433/97. A água é considerada como bem público e a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos é um dos objetivos dessa política pública. Além disso, a PNRH cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e regulamenta o inciso XIX do Art.º 21 da Constituição Federal, entre outras tratativas. Este marco legal contribuiu para o aprimoramento da governança dos recursos hídricos, descentralizando e tornando mais participativa a gestão deste recurso (Wolkmer; Pimmel, 2013).

No mesmo ano, ocorreu a terceira revisão do Plano Diretor de Blumenau e aprovação da Lei Complementar nº 142/1997 que instituiu um novo Código de Diretrizes Urbanísticas, revogando as Leis nº 3.650/1989 e nº 3.652/1989, mas mantendo os Art. 7, 57 e 60 (Blumenau,1997). Também destacava a preservação dos mananciais e encostas do município.

Como reflexo da PNMA, em 1998 é sancionada a Lei Complementar nº 205/1998, que instituiu a Política Municipal do Meio Ambiente em Blumenau, representando um avanço na questão ambiental da cidade já que traz uma visão sistêmica do meio ambiente, buscando aprofundar o conhecimento e definições das características ambientais do município, além da criação de diversos instrumentos de gestão ambiental (Blumenau 1998).

Nos anos 2000, é criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) através da Lei nº 9.985/2000, que prevê mecanismos para a defesa dos ecossistemas naturais e da preservação dos recursos naturais provenientes destes ecossistemas (Brasil, 2000). Nessa época, Blumenau já possuía algumas Unidades de Conservação (UCs) como a Área de Preservação Ambiental São Francisco de Assis, criada através da Lei Complementar nº 98/1995 (Blumenau, 1995). As UCs são importantes ferramentas de proteção da fauna e flora, mas também para a proteção de mananciais (Pereira-Silva et al., 2011).

Em 2001, é sancionado o Estatuto das Cidades Lei nº 10.257/01 (Brasil, 2001), que atribui uma série de mecanismos aos municípios, visando seu desenvolvimento em equilíbrio com o meio ambiente e buscando o bem coletivo.

Em 2004 há uma nova alteração dos dispositivos códigos de parcelamento da terra, de edificações e de diretrizes urbanísticas do município através da Lei Complementar nº 478/2004 (Blumenau, 2004a). Também é sancionada a Lei Complementar nº 491/2004 que dispõe sobre o código de zoneamento, uso e ocupação do solo no município de Blumenau e dá outras providências, como o estabelecimento de Zonas de Proteção Ambiental (ZPA) em áreas com declividade média superior a 45° e em áreas onde suas “características geológicas, geomorfológicas e ecológicas determinem sua preservação” (Blumenau, 2004b). No entanto, essa subseção da Lei nº 491/2004 foi revogada pela sanção da Lei Complementar nº 573/2006, sem compensação equivalente na legislação em termos de estabelecimento de outras diretrizes voltadas para a proteção do meio ambiente (Blumenau, 2006a).

Na quarta revisão do PD de Blumenau, Lei Complementar nº 615/2006, houve o incentivo a estudos ambientais, criação de UCs e corredores ecológicos, criação da Lei de Educação Ambiental de Blumenau. Apesar disso, colocava a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) sob avaliação da sua necessidade ou não (Blumenau, 2006b).

Dois anos depois, em novembro de 2008, a cidade de Blumenau e região, foram acometidas por um período de precipitação intensa. Apesar do Rio Itajaí-açu ter atingido a cota de 11,2m, sendo inferior a outros eventos de

enchente em Blumenau, os impactos gerados por esse evento foram históricos devido a grandes movimentos de massa do solo ocasionados por intensa precipitação ocorrida na região (Jacobi et al., 2013; Severo, 2009). Cerca de 103 mil pessoas foram atingidas, com ocorrência de 24 mortes e 2.383 pessoas feridas (Jacobi et al, 2013). Foi um fenômeno diferente dos anteriores, em razão do alto volume de chuva ser mais localizado a região de Blumenau e não na Bacia Hidrográfica como um todo, com em eventos passados. Por isso a altura do rio Itajaí não foi o principal problema, mas a grande precipitação local.

O impacto desse evento foi avassalador devido ao processo histórico de ocupação de áreas de inundação e de áreas de encostas, fazendo com que populações de ambas as áreas fossem atingidas simultaneamente (Mattedi et al., 2009; Siebert et al., 2009). Em virtude do grau da calamidade que atingiu diversos municípios do estado de Santa Catarina, em dezembro de 2008, o Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (CONSEMA), aprovou a Resolução CONSEMA/SC nº 18/2008, que autorizava o licenciamento ambiental simplificado (Santa Catarina, 2008).

Nessa configuração de licenciamento, havia dispensa do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), dispensa de consultas e audiências públicas e dispensa de aprovação em instâncias deliberativas, ou seja, descaracterização de boa parte dos dispositivos vigentes na legislação urbana e ambiental, sendo necessária apenas a expedição da Autorização Ambiental (AuA) para o estabelecimento de empreendimentos e atividades que estivessem localizados em municípios em Estado de Calamidade Pública (Jacobi et al., 2013).

Com vigência de 1 ano, essa resolução foi aprovada no intuito de possibilitar obras de caráter emergenciais, como a construção de pontes, rodovias e obras de contenção de encostas (Jacobi et al., 2013; Schiochet et al., 2009). No entanto, em junho do mesmo ano, Blumenau havia apresentado o plano Blumenau 2050, que compreende uma série de objetivos e planejamento territorial a serem implementados até 2050 no município (Blumenau, 2008).

Nesse planejamento, havia uma série de pontos críticos como o Projeto Circuito Ciliar, que previa intervenções nas áreas de margem, em especial a Margem Esquerda, do Rio Itajaí-Açu, com instalação de ciclovias e calçadas que

implicavam na supressão da vegetação ciliar e impermeabilização de encostas (Jacobi et al, 2013). Assim, através da Resolução CONSEMA/SC nº 18, a Prefeitura Municipal de Blumenau justificou que a urbanização da Margem Esquerda era crucial para a contenção da encosta e que se tratava de uma obra de macrodrenagem. Por conta disso, o projeto foi aprovado sem EIA e sem participação de entidades públicas e da população (Jacobi et al, 2013).

A ausência dos dispositivos legais ambientais para a execução de obras previstos em lei é preocupante, por se tratar de uma área de margem onde a ocupação por construções podem causar o efeito oposto do desejado e acelerar os processos de deslizamento de terra, aumentando o assoreamento do Rio Itajaí-Açu (Machado, 2004). Além da supressão da vegetação ciliar, essa intervenção intervia em uma APP e não havia qualquer plano de medidas de compensação do impacto ambiental gerado (Jacobi et al, 2013).

Por conta de pressões sociais e de grupos interessados como o Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (NEUR) da Universidade Regional de Blumenau (FURB), o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) - Seção Blumenau, Associação de Catarinense de Preservação da Natureza (Acaprena), Projeto PIAVA, o projeto de urbanização da Margem Esquerda foi questionado e várias tentativas de remodelar o projeto foram realizadas. Vale destacar que até o Comitê de Bacia do Itajaí foi contra a intervenção em toda a margem, aprovando em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2010, a intervenção apenas nos pontos que escorregaram (Comitê do Itajaí, 2010).

Porém, no ano de 2022, a reurbanização da margem esquerda do Rio Itajaí-Açu, no trecho entre a Prainha e a Ponte de Ferro, se tornou uma realidade, com um repasse de R\$ 25,5 milhões do governo de Santa Catarina ao município de Blumenau, tendo a ordem de serviço assinada no ano de 2023 (Borghelotti, 2022; Blumenau, 2023).

## **CONCLUSÃO**

Sendo assim, a análise histórica dos eventos de enchente no município de Blumenau revela uma complexa relação entre o desenvolvimento urbano, a legislação ambiental e o meio ambiente. Apesar do histórico de enchentes, a



legislação ambiental evoluiu pouco em relação à proteção de margens e mananciais e o crescimento urbano acelerado potencializa os efeitos dessa deficiência.

As tragédias de 2008 e 2011 destacam a necessidade de revisão constante das leis para equilibrar desenvolvimento urbano e preservação ambiental. Acontecimentos recentes como a reurbanização de 2022, que ainda está em obra até os dias atuais (junho de 2024), indicam que o cenário ainda precisa sofrer alterações que busquem, de fato, a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população.

## REFERÊNCIAS

ALCANTARA-AYALA, I. Geomorphology, natural hazards, vulnerability and prevention of natural disasters in developing countries. **Geomorphology**, v.47, n. 2-4, p.107 – 124. 2002.

ALERTABLU. Defesa Civil de Blumenau. Enchentes registradas. Disponível em: <https://alertablu.blumenau.sc.gov.br/p/enchentes>. Acesso em: 25 de jun de 2024.

ANDRADE, C. F. **Estudo de planícies de inundação através da análise dos parâmetros hidráulicos do canal principal e sua influência na avaliação do risco fuzzy de enchentes**. 2006. Tese (Doutorado) - Recursos Hídricos, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

ASSUMPÇÃO, R. F.; SÉGUIN, E.; KLIGERMAN, D. C.; COHEN, S. C. Possíveis contribuições da integração das políticas públicas brasileiras à redução de desastres. **Saúde em Debate**, v. 41, n. 2, p. 39-49, jun. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042017s204>.

BLUMENAU, Prefeitura de. Reurbanização da Margem Esquerda tem ordem de serviço assinada. Secretaria de Planejamento Urbano. 2023. Disponível em: <https://www.blumenau.sc.gov.br/secretarias/secretaria-de-desenvolvimento-urbano/seplan/reurbanizaacao-da-margem-esquerda-tem-ordem-de-serviaco-assinada90>. Acesso em: 15 de jan de 2024.

BLUMENAU. Lei Complementar nº 1.469/22. Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 747/10, que institui o Código do Meio Ambiente do município de Blumenau e dá outras providências. Blumenau, 2022. Disponível em: <http://leismunicipa.is/08jvt>. Acesso em: 25 de jun de 2024.

BLUMENAU. Lei complementar nº 139/96. Dispõe sobre o código de parcelamento da terra no município de Blumenau e dá outras providências. Blumenau, 1996. Disponível em: <http://leismunicipa.is/nhgdf>. Acesso em: 25 de jun de 2024.

BLUMENAU. Lei Complementar nº 142/97. Dispõe sobre o Código de Diretrizes Urbanísticas no município de Blumenau e dá outras providências. Blumenau, 1997. Disponível em: <http://leismunicipa.is/gdnhf>. Acesso em: 26 de jun de 2024.

BLUMENAU. Lei Complementar nº 205/98. Institui a Política Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências. Blumenau, 1998. Disponível em: <http://leismunicipa.is/hagfn>. Acesso em: 25 de jun de 2024.

BLUMENAU. Lei Complementar nº 478/04. Altera dispositivos dos códigos de parcelamento da terra, de edificações e de diretrizes urbanísticas do município e dá outras providências. Blumenau, 2004a. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ndiec>. Acesso em: 25 de jun de 2024.

BLUMENAU. Lei Complementar nº 491/04. Dispõe sobre o código de zoneamento, uso e ocupação do solo no município de Blumenau e dá outras providências. Blumenau, 2004b. Disponível em: <http://leismunicipa.is/iecdn>. Acesso em: 25 de jun de 2024.

BLUMENAU. Lei Complementar nº 573/06. Altera e acrescenta dispositivos nos códigos de parcelamento; de edificações; de diretrizes urbanísticas; de zoneamento, uso e ocupação do solo e de posturas, e dá outras providências. Blumenau, 2006a. Disponível em: <http://leismunicipa.is/neaib>. Acesso em: 25 de jun de 2024.

BLUMENAU. Lei Complementar nº 615/06. Dispõe sobre o Plano Diretor do município de Blumenau. Blumenau, 2006b. Disponível em: <http://leismunicipa.is/nfbci>. Acesso em: 25 de jun de 2024.

BLUMENAU. Lei Complementar nº 747/10. Institui o Código do Meio Ambiente do Município de Blumenau e dá outras Providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/cndif>. Acesso em 25 de jun de 2024.

BLUMENAU. Lei Complementar nº 98/1995. Declara área de proteção ambiental no município de Blumenau, fixa critérios para a sua implantação e dá outras providências. Blumenau, 1990. Disponível em: <http://leismunicipa.is/gnfch>. Acesso em: 26 de jun de 2024.

BLUMENAU. Lei Complementar nº 98/95. Declara Área de Proteção Ambiental no município de Blumenau, fixa critérios para a sua implantação e dá outras providências. Blumenau, 1995. Disponível em: <http://leismunicipa.is/gnfch>. Acesso em: 25 de jun de 2024.

BLUMENAU. Lei nº 2.235/77. Institui o Plano Diretor físico territorial de Blumenau. Blumenau, 1977. Disponível em: <http://leismunicipa.is/einga>. Acesso em: 25 de jun de 2024.

BLUMENAU. Lei nº 3650/89. Institui o Código de Zoneamento de Uso do Solo no município de Blumenau, e revoga a Lei nº 2242/77. Blumenau, 1989a. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ihneb>. Acesso em: 25 de jun de 2024.

BLUMENAU. Lei nº 3652/89. Institui o Código de Diretrizes Urbanísticas, e revoga a Lei nº 2235/77. Blumenau, 1989b. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ihebn>. Acesso em: 25 de jun de 2024.

BLUMENAU. Lei nº 802/77. Abre crédito especial de CR\$ 200.000,00 para ajuda aos flagelados da enchente. Blumenau, 1957.

BORGHELOTTI, E. Em Blumenau, Governo anuncia mais de R\$ 130 mi em investimentos para infraestrutura e mobilidade. 2022. Secretaria de Estado de Comunicação – Secom. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/em-blumenau-estado-anuncia-investimentos-de-mais-de-r-130-milhoes-em-obras-de-infraestrutura-e-mobilidade/#:~:text=Governo%20anuncia...- ,Em%20Blumenau%2C%20Governo%20anuncia%20mais%20de%20R%24%20130%20mi%20em,investimentos%20para%20infraestrutura%20e%20mobilidade&text=A%20t%C3%A3o%20esperada%20reurbaniza%C3%A7%C3%A3o%20da,de%20Ferro%2C%20se%20tornar%C3%A1%20realidade>. Acesso em: 25 de jun de 2024.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso em: 25 de jun de 2024.

BRASIL. Lei nº 4.504/64. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1964. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm). Acesso em: 25 de jun de 2024.

BRASIL. Lei nº 4.771/65. Institui o novo Código Florestal. Diário Oficial da União, Brasília, 1965. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4771.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm). Acesso em: 25 de jun de 2024.

BRASIL. Lei nº 6.938/81. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1981. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm). Acesso em: 25 de jun de 2024.

BRASIL. Lei nº 9.985/00. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm). Acesso em: 25 de jun de 2024.

BRASIL. Decreto nº 42.423/57. Constitui um grupo de trabalho incumbido de estudar a situação econômica da Bacia Hidrográfica do rio Itajaí no Estado de Santa Catarina e de propor as medidas necessárias a seu desenvolvimento. Diário Oficial da União, Brasília, 1957. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42423-7-outubro-1957-381138-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 de jun de 2024.

CEPED - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES. Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2012: volume Brasil. 2 ed. rev. ampl. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

COMITÊ DO ITAJAÍ, ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA NÚMERO VINTE E QUATRO DO COMITÊ DO ITAJAÍ, realizada em 25 de fevereiro de 2010. Disponível em:

[https://www.aguas.sc.gov.br/jsmallfib\\_top/Comite%20Rio%20Itajai/Legislacoes/Comite/atas/2010/ASSEMBLEIAS%20GERAIS/ATA\\_24\\_AGO\\_2010.pdf](https://www.aguas.sc.gov.br/jsmallfib_top/Comite%20Rio%20Itajai/Legislacoes/Comite/atas/2010/ASSEMBLEIAS%20GERAIS/ATA_24_AGO_2010.pdf). Acesso em: 25 de jun de 2024.

DE PAULA, S. M.; NODARI, E. S.; ESPÍNDOLA, M. A. O crescimento urbano e as enchentes em Blumenau (SC). **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, p. 201, 2014.

FRANK, B.; FILHO, J. S. M.. **Uma abordagem para o gerenciamento ambiental da bacia hidrográfica do Rio Itajaí com ênfase no problema das enchentes**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/157941>. Acesso em: 07/01/2024.

FROTSCHER, M. **Blumenau nas enchentes de 1983 e 1984 e o imaginário da “Cidade do Trabalho”**. Esboços: Histórias em contextos globais, v.5, n5. Programa de pós-graduação em história, v.5, n.5, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/526>. Acesso em: 25 de jun de 2024.

JACOBI P. R.; MOMM-SCHULT, S. I; BOHN, N. Ação e reação. Intervenções urbanas e a atuação das instituições no pós-desastre em Blumenau (Brasil). **Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales**, v. 39, n. 116, pp. 243-261, Santiago, 2013.

KORMANN, T. C. **Construção socioespacial da vulnerabilidade a movimentos de massa no município de Blumenau - SC**. 2022. 208 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

LUDWIG, L.; CAPARELLI, C.M.; SEIBT, C. Transgredindo paradigmas: o habitar e as cheias em Blumenau (SC). **Revista Confluências Culturais**, v. 4, n.1, p. 51-61. Blumenau, 2015.

MACHADO, S. **Margens de rios, córregos e canais de drenagem: reflexos da aplicação do Código Florestal e resoluções do CONAMA em área urbana**. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

MATTEDI, M. A. ENCHENTES EM BLUMENAU: Um Estudo Sobre o Comportamento do Sistema Político no Período de 1983-1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

MATTEDI, M. A.; FRANK, B.; SEVEGNANI, L. O desastre se tornou rotina. Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política. Blumenau, **Agência de Água do Vale do Itajaí**, 2009.

POMPILIO, M. J. **Homem e as inundações na Bacia do Itajaí: uma contribuição aos estudos da geografia do comportamento e da percepção, na linha da percepção ambiental** (1990). Tese - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

SANTA CATARINA. Recursos Hídricos de Santa Catarina. Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável. Santa Catarina, [2018]. Disponível em: <https://www.aguas.sc.gov.br/base-documental/bacias-hidrograficas-do-estado>. Acesso em: 13/01/2023.

SANTA CATARINA. Resolução CONSEMA nº 18/08. Aprova o licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos e atividades localizadas em municípios que tenham declarado o Estado de Calamidade Pública, por meio de expedição de Autorização Ambiental – AuA, e estabelece outras providências. Florianópolis, 2008. Disponível em: [https://fundai.sc.gov.br/files/legislacoes/legislacao\\_98.pdf](https://fundai.sc.gov.br/files/legislacoes/legislacao_98.pdf) Acesso em: 25 de jun de 2024.

SANTOS, K.; VIEIRA, P. B. de H. G. Análise do uso e ocupação do solo em áreas de preservação permanente no trecho entre as divisas intermunicipais de Blumenau e Gaspar-SC. In: LADWIG, Nilzo Ivo; CAMPOS, Juliano Bitencourt (org.). Planejamento e gestão territorial: áreas protegidas. Criciúma, SC: UNESC, 2021. Cap. 2.

SCHIOCHET, V; FRANK, B.; SEVEGNANI, L. A ação governamental frente aos desastres. Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política. Blumenau. **Agência de Água do Vale do Itajaí**, 2009.

SEVERO, D. A meteorologia do desastre. Em B. Frank, L. Sevegnani, Desastre de 2008 no Vale do Itajaí. Água, gente e política. Blumenau: **Agência da Água do Vale do Itajaí**. 2009.

SIEBERT, C. BEATE, F.; SEVEGNANI, L. (Des)controle urbano no Vale do Itajaí. Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política, Blumenau. **Agência de Água do Vale do Itajaí**, 2009.

SOUZA, K. I. S.; CHAFFE, P. L. B.; PINTO, C. R. S. C. **Delimitação de área de preservação permanente em faixa marginal de cursos d'água: histórico e lacunas técnicas atuais**. XXIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <https://anais.abrhidro.org.br/jobs.php?Event=107&fPalavra=delimita%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 13/01/2023.

TASCA, F. A.; POMPÊO, C. A.; FINOTTI, A. R. Evolução da gestão da drenagem urbana na bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu. **Revista de Gestão e Sustentabilidade**, v.7, n. 2, p. 264-283. São Paulo, 2018.

TUCCI, C. E. M (org.); BERTONI, J. C (org.). Inundações Urbanas na América do Sul. Associação Brasileira de Recursos Hídricos. Porto Alegre, 2003.

TUCCI, C. E. M. Hidrologia: Ciência e Aplicação. 3. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

WOLKMER, F. S. PIMMEL, N. F. Política Nacional de Recursos Hídricos: governança da água e cidadania ambiental. **Sequência**, n. 67, p. 165-198. Florianópolis, 2013.

## **ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS E SUA RELAÇÃO COM AS DOENÇAS CARDIOVASCULARES**

Ana Claudia Lunelli Moro<sup>1</sup>

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, <https://orcid.org/0000-0001-6315-6844>, [analunellimoro@hotmail.com](mailto:analunellimoro@hotmail.com)

Rosana Claudio Silva Ogoshi<sup>2</sup>

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, <https://orcid.org/0000-0003-4383-8236>, [rosana.ogoshi@uniarp.edu.br](mailto:rosana.ogoshi@uniarp.edu.br)

Caroline de Fátima Esperança<sup>3</sup>

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, <https://orcid.org/0000-0002-4876-5825>,  
Josiane Goularte Pinheiro<sup>4</sup>,

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, <https://orcid.org/0009-0001-5646-9743>, [josiane.goularte@uniarp.edu.br](mailto:josiane.goularte@uniarp.edu.br)

### **INTRODUÇÃO**

As doenças cardiovasculares (DCV) representam a principal causa de mortalidade no mundo e aproximadamente três quartos dos óbitos por DCV ocorrem em países de baixa e média renda. Dentre os fatores de risco para DCV incluem os comportamentais, como alimentação não saudável, tabagismo, inatividade física e uso abusivo de álcool (WHO, 2018; Thomas H., 2018).

Como resultado dos fatores comportamentais de risco, as condições cardiometabólicas mais frequentes são pressão arterial elevada (hipertensão), dislipidemias, hiperglicemia, excesso de peso e obesidade (WHO, 2018; Thomas H., 2018).

Por outro lado, sabe-se que alimentação adequada e saudável de uma população envolve aspectos biológicos, ambientais, sociais, demográficos e econômicos (Santos FS, 2020). Essa compreensão torna-se relevante na observação das alterações dos hábitos alimentares

Observam-se alterações dos hábitos alimentares em nível mundial, com maior consumo de alimentos provenientes da indústria alimentícia e que não fazem parte dos sistemas de classificação de alimentos tradicionais. Isto torna-se problemático porque quando o alimento é incluído na classificação tradicional, que se restringem às propriedades biológicas da alimentação, ou seja, agrupam os alimentos em conformidade com os nutrientes neles presentes. O monitoramento do consumo alimentar colabora para execução do diagnóstico da

situação alimentar e nutricional das populações e fornece subsídios para o planejamento e a organização dos serviços de saúde e a formulação de políticas e ações no âmbito da saúde pública (Monteiro AS, 2018; BR, 2019).

Segundo o Guia Alimentar para a população brasileira (2014) os alimentos ultraprocessados (AUP) são alimentos com um número elevado de ingredientes (cinco ou mais) e a presença de nomes pouco familiares (gordura vegetal hidrogenada, xarope de frutose, espessante, aromatizante, corante...) indicam que o produto é um ultraprocessado.

Existem classificações de alimentos fundamentadas no processamento, mas não há uma síntese de evidências sobre a associação do consumo alimentar avaliado a partir dessas classificações e os fatores de risco para DCV, as quais são um grupo de enfermidades de extrema relevância mundial (Santos FS, 2020).

Dessa forma, o objetivo desse estudo é elucidar as questões presentes na literatura que permeiam os riscos para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares, através da relação com o consumo de alimentos ultraprocessados, conforme classificação do Guia Alimentar para a população brasileira.

## **IMPACTOS NA SAÚDE**

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) são representadas pelas doenças do aparelho circulatório (DAC), neoplasias (NEO), diabetes mellitus (DM) e doenças respiratórias crônicas (DRC). Em geral, caracterizam-se por longo período de latência e evolução, lesões irreversíveis e complicações que acarretam diferentes graus de incapacidade ou óbito, e são consideradas um grande problema de saúde pública, por representarem as principais causas de morte e incapacidade prematura em todo o mundo (Jardim, LV, 2017).

Em 2015, foram estimados 41 milhões de óbitos por DCNT no mundo, 36,6% destes em pessoas com idade entre 30 e 69 anos, e mais de 85% dessas mortes prematuras ocorreram em países de baixa e média renda, causando impacto no desenvolvimento econômico e no sistema de saúde. No Brasil, o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), em 2019,



atribuiu às DCNT mais de 734 mil óbitos, o que representou 55% de todas as mortes ocorridas no país. As DAC, representadas principalmente pelas doenças isquêmicas do coração (DIC) e pelas doenças cerebrovasculares (DCBV), ocupam o primeiro lugar, com mais de 362 mil óbitos nesse período (WHO, 2020; Marmot M, Bell R., 2019).

São vários os fatores de risco comuns às DCNT. Além dos fatores de riscos clássicos – modificáveis ou comportamentais, existem os determinantes da saúde, que são fatores sociais, econômicos, culturais, educacionais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais e influenciam de forma indireta nas condições de saúde da população, e são interdependentes para a ocorrência de doenças (Feliciano et al., 2023).

Indivíduos com sobrepeso ou obesidade, quando comparados aos indivíduos com eutrofia, apresentam maior risco de desenvolver doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como doenças cardiovasculares, diabetes e hipertensão arterial. As doenças cardiovasculares são as principais causas de óbito em todo o mundo. No Brasil, a hipertensão arterial e o diabetes atingem, respectivamente, 24,5 e 7,4% dos adultos residentes nas capitais. A cidade do Rio de Janeiro-RJ, se destaca neste sentido, apresentando prevalências de hipertensão e diabetes superiores ao conjunto das 27 capitais brasileiras (28 e 8,3%, respectivamente) (BRASIL, 2020).

Sobre as preferências alimentares, os AUP vêm sendo bastante consumidos. O ultra processamento dos alimentos visa conveniência, durabilidade e o fácil consumo, utilizando formulações da indústria com alta palatabilidade, como refrigerantes, bolachas recheadas e salgadinhos, alimentos muito consumidos por crianças. Alguns tipos de AUP, especialmente balas, chicletes, chocolates, sucos artificiais e refrigerantes podem ser ofertados às crianças precocemente e têm baixo conteúdo de fibras, alta densidade energética, alta carga glicêmica, elevados níveis de gorduras saturadas e hidrogenadas, além de aditivos sintéticos, como corantes e aromatizantes, impactando negativamente o desenvolvimento infantil (Louzada et al., 2015).

Diferentes fatores socioeconômicos e ambientais podem estar relacionados à escolha desses produtos em detrimento dos *in natura* ou

minimamente processados. Entre eles, o ritmo de vida acelerado, o poder de compra, a publicidade infantil, o acesso às orientações de saúde na primeira infância e a escolaridade materna (Scully et al., 2016).

O aumento do consumo de AUP por crianças influencia no estilo de vida dela e aumenta as taxas de sobrepeso, obesidade e alterações no perfil lipídico na faixa etária pediátrica, como relatado na literatura. Portanto, evitar seu consumo é muito importante para que o futuro adulto mantenha hábitos saudáveis adotados na infância, como forma de prevenção primária da morbimortalidade por doenças crônicas não transmissíveis (Scully et al., 2016).

Compreender a prevalência desse consumo é essencial para que profissionais de saúde, pais e educadores adotem medidas individuais e coletivas com atenção ao desenvolvimento na primeira infância. Assim, torna-se necessário conhecer a situação do consumo de AUP em diferentes populações infantis, uma vez que a literatura nacional ainda é escassa frente ao potencial dano causado pelo consumo precoce e inadvertido desses alimentos, especialmente em diferentes etapas da infância (Karnop et al., 2017).

Adotar uma alimentação saudável não é meramente questão de escolha individual. Localidades que possuem estabelecimentos que comercializam AIN/MP influenciam positivamente na adoção de padrões saudáveis de alimentação, entretanto, outros fatores podem dificultar a adoção desses padrões, como o custo elevado dos alimentos e a exposição intensa à publicidade de alimentos não saudáveis (Karnop et al., 2017).

A oferta de alimentos apresenta diferenças relacionadas à fatores socioeconômicos. Localidades com população de mais alta renda e com maiores escolaridades tendem a ter maiores ofertas de AIN/MP enquanto áreas com populações mais pobres, em especial aquelas com maior prevalência de negros e migrantes tendem a ter maior oferta de alimentos não saudáveis. Possivelmente a promoção dos alimentos nas redes de supermercados siga a mesma lógica (Scully et al., 2016).

Os supermercados são os principais locais de acesso aos alimentos. Em 2013 no Brasil, 49,0% dos alimentos disponíveis nos domicílios foram adquiridos

nestes locais. Sendo estes estabelecimentos reconhecidos como um importante fator de influência nas escolhas e comportamentos alimentares. Estes utilizam estratégias de venda que influenciam no acesso, disponibilidade, preços e desejo pelos alimentos, podendo trazer implicações nutricionais para a população (Pulker, 2018).

Dentre essas estratégias destacam-se os encartes promocionais. São uma ferramenta popular de varejo, utilizada para a veiculação de propaganda sobre os produtos comercializados com o objetivo de influenciar o comportamento dos consumidores e aumentar a venda nas lojas. Faz uso de uma ampla gama de táticas como a oferta de descontos, redução temporária no preço, promoções baseadas em volume, dentre outras. Os encartes são amplamente lidos e atualmente estão disponíveis tanto na forma on-line e impressa. São tão eficazes em estimular a demanda, que é difícil um supermercado que não os utilize como estratégia (Pulker, 2018).

Estudos têm avaliado quais alimentos são frequentemente promovidos pelos encartes, apontando uma menor frequência de AIN/MP em comparação aos AUP, Dammero et al. (2019) descreveram a promoção, considerando apenas os grandes grupos de processamento dos alimentos e coletaram encartes por um curto período, em torno de dois meses, não levando em consideração a possível sazonalidade dos encartes e promoção dos alimentos.

Destaca-se ainda que, restringiram a fazer comparações entre AIN/MP e AUP contidos somente na seção de alimentação saudável dos encartes. O estudo desenvolvido por Marque *et al*(2022). foi o único a apresentar coleta de dados durante um ano e descrever a proporção dos subgrupos de AIN/MP, mas sem se aprofundar nas considerações sobre diferenças encontradas nos subgrupos. Nenhum dos estudos avaliou a promoção de alimentos considerando a tipologia dos encartes veiculados pelas redes (Karnop et al., 2017).

## **GUIAS ALIMENTARES**

O Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) apresenta diretrizes alimentares oficiais para uma alimentação adequada e saudável. Uma alimentação saudável, nutricionalmente balanceada, deve ser baseada em

alimentos *in natura* ou minimamente processados (AIN/MP) como raízes e tubérculos, leguminosas, oleaginosas, farinhas, frutas, legumes e verduras, leite, ovos, carnes e pescados. Alimentos de origem animal são boas fontes de proteínas, além de vitaminas e minerais, com baixa quantidade de fibra e, em alguns casos, elevada quantidade de gordura, os alimentos de origem vegetal são boas fontes de fibras e micronutrientes, como as vitaminas e minerais e as leguminosas, por sua vez, também são fontes de proteínas. A alimentação baseada em AIN/MP é considerada um dos principais fatores de prevenção de doenças com destaque para as crônicas não transmissíveis (BRASIL, 2014).

Mudanças no padrão alimentar estão ocorrendo rapidamente na maioria dos países, em particular nos de média/baixa renda, como o Brasil. As principais mudanças envolvem a substituição de AIN/MP e preparações culinárias à base desses alimentos por alimentos ultraprocessados (AUP) (OPAS, 2018).

Embora o GAPB recomende que AIN/MP sejam a base da alimentação, não é o que se tem observado no Brasil. O padrão do consumo alimentar da população vem mudando rapidamente, em especial nos últimos 15 anos. A análise dos dados da aquisição de alimentos realizada pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), observou que os AUP subiram de 12,6% em 2002-2003 para 18,4% das calorias totais em 2017-2018. Já a aquisição de AIN/MP representava 53,3% das calorias totais em 2002-2003, caiu para 49,5% nesse período. O GAPB define que uma dieta saudável, além de ser predominantemente composta por AIN/MP, deve ser variada, culturalmente referenciada e composta, principalmente, por alimentos de origem vegetal (BRASIL, 2014).

Adotar uma alimentação saudável não é meramente questão de escolha individual. Localidades que possuem estabelecimentos que comercializam AIN/MP influenciam positivamente na adoção de padrões saudáveis de alimentação, entretanto, outros fatores podem dificultar a adoção desses padrões, como o custo elevado dos alimentos e a exposição intensa à publicidade de alimentos não saudáveis (HLPE, 2017).

A oferta de alimentos apresenta diferenças relacionadas à fatores socioeconômicos. Localidades com população de mais alta renda e com maiores

escolaridades tendem a ter maiores ofertas de AIN/MP enquanto áreas com populações mais pobres, em especial aquelas com maior prevalência de negros e migrantes tendem a ter maior oferta de alimentos não saudáveis. Possivelmente a promoção dos alimentos nas redes de supermercados siga a mesma lógica (HLPE, 2017).

## **RELAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO E AS DOENÇAS CARDIOVASCULARES**

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2024), a obesidade e o sobrepeso podem ser definidos como um excesso de adiposidade que aumenta os riscos à saúde, a medida que a adiposidade aumenta as consequências aumentam também, sendo classificada a partir do Índice de Massa Corporal (IMC), obtido pelo cálculo da massa corporal em relação a estatura, se o índice for acima de 25 kg/m<sup>2</sup>, este é classificado como sobrepeso, se o índice for acima 30 kg/m<sup>2</sup>, este é classificado como obesidade, sendo considerado um fator de riscos para desenvolvimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT).

O sobrepeso e a obesidade são causados por muitos fatores, para cada indivíduo, o peso corporal é determinado por uma combinação de influências genéticas, metabólicas, comportamentais, ambientais, culturais e socioeconômicas, fatores comportamentais e ambientais são grandes contribuintes para o excesso de peso e a obesidade, ações e intervenções destinadas à prevenção e conscientização ao tratamento devem ser contínuas a redução dos níveis de gordura corporal aparecem como estratégia para a diminuição de prejuízos e agravos em saúde, a redução do peso corporal é fundamental para que os fatores de risco sejam menores (Dammero, 2019).

Segundo Brasil (2024), algumas consequências do sobrepeso são bem conhecidas como doenças cardiovasculares, hipertensão, problemas nas articulações e até mesmo depressão, a causa primordial para o excesso de peso é um balanço energético positivo, ou seja, a pessoa gasta menos e consome mais energia.

Grande parte da população está utilizando fármacos que reduzam o apetite, com o intuito de uma perda de peso imediata, o tratamento

medicamentoso da obesidade só é prescrito quando o IMC for maior que 30 kg/m<sup>2</sup> ou 25 kg/m<sup>2</sup> associado à comorbidades e que não foi obtido um resultado a partir de técnicas baseadas em atividade física, reestruturação alimentar e mudanças comportamentais, a influência dos fatores étnicos e genéticos na variância dos mesmos (Magkos et al., 2020)

A adoção de uma vida mais saudável, a partir de uma alimentação baseada em alimentos in natura e minimamente processados e da prática regular de atividade física, são os pilares para um novo estilo de vida, uma vez que comer bem significa priorizar a comida de verdade, e manter o corpo em movimento com a prática de qualquer atividade física na frequência mínima de três vezes na semana, ainda podem ser contempladas nos momentos de lazer, no dia a dia com a família, na redução do comportamento sedentário (Magkos et al., 2020).

O sedentarismo e a diabetes mellitus são um fator de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares e acidente vascular cerebral. Uma vez diagnosticados com pré-diabetes, os pacientes devem monitorados periodicamente quanto à progressão para diabetes tipo 2. Mudanças no estilo de vida através de melhor nutrição e atividade física são o tratamento eficazes para prevenir a transição do prédiabetes para o diabetes, que pode chegar a 70% (Schlesinger S., et al, 2022).

O conceito de pré-diabetes é preocupante devido à sua alta prevalência e ao alto risco de progressão para diabetes mellitus (tipo 2), entre indivíduos com portadores. No entanto, várias anormalidades metabólicas já existem antes do início do diabetes e podem conferir um risco aumentado de múltiplas comorbidades e complicações crônicas (Schlesinger S., et al, 2022).

Adultos com pré-diabetes muitas vezes são assintomáticos, com níveis de açúcar no sangue superiores ao normal. O ideal é que a glicose no sangue esteja entre 70 mg/dl e 99 mg/dl. E em pacientes com pré-diabetes, estes níveis de glicose no sangue aparecem elevados entre 110 mg/dl e 125 mg/dl (Magkos et al., 2020).

A hipertensão arterial sistêmica é uma condição clínica multifatorial caracterizada por níveis elevados e sustentados de pressão arterial e associase a alterações funcionais e/ou estruturais dos órgãos-alvo (coração, encéfalo, rins e vasos sanguíneos) e a alterações metabólicas, com consequente aumento do risco de eventos cardiovasculares fatais e não fatais. E sua etiologia está associada a fatores externos (hereditariedade, idade, etnia e peso) e fatores internos (sedentarismo, alimentação inadequada, alto consumo de sal, álcool, tabagismo e estresse) (Dammero, 2019).

A dietoterapia objetiva ofertar uma dieta para diminuir os níveis pressóricos, eliminar ou minimizar a quantidade de medicamentos e controlar o peso do paciente, evitando a obesidade e ajudando a melhorar suas condições de vida (Dammero, 2019).

É comprovado que a junção entre o tratamento medicamentoso e medidas não farmacológicas, como o tratamento dietoterápico, podem trazer bons resultados no controle da pressão arterial (Magkos et al., 2020)

A hipertensão arterial (HA) e a obesidade são duas das doenças mais comuns e frequentemente podem ser inter-relacionadas, provocando danos cardiovasculares significativos. O excesso de peso normalmente aumenta a pressão arterial, e a perda de peso geralmente reduz a pressão arterial. Segundo a Sociedade Brasileira de Hipertensão, o termo Hipertensão Arterial Sistêmica

(HAS) se caracteriza como “ter a pressão arterial, sistematicamente, igual ou maior que 140mmHg por 90mmHg (Marques *et al.*, 2022).

A adoção de uma dieta tipo DASH (Dietary Approaches to Stop Hypertension) deve fazer parte do tratamento da HAS. A sua associação com um consumo reduzido de sódio potencializa o seu efeito hipotensor (Vieira, Gowdak e Klein, 2022). Sendo assim, constitui uma medida conservadora que propicia a melhora da qualidade de vida no paciente hipertenso, evitando em muitos casos a evolução de seu quadro (Rodrigues *et al.*, 2020).

A dieta do Mediterrâneo representa outro padrão alimentar associado à redução da PA. Algumas diretrizes, entretanto, apontam que o seu efeito

hipotensor é modesto quando comparado com a dieta DASH. A dieta DASH e do Mediterrâneo são similares quanto à recomendação de aumento do consumo de frutas e hortaliças, consumo preferencial de cereais integrais e maior consumo de peixe (Vieira, Gowdak e Klein, 2022).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A preocupação com a saúde esta em evidencia desde o fim da pandemia do COVID- 19 em 2022. Há uma preocupação tanto da população de modo geral quanto do sistema de saúde que respalda todo o sistema único de saúde do país nos tratamentos das principais doenças crônicas não transmissíveis, entre elas as doenças cardiovasculares. Sabe-se a relação direta que essas doenças tem com a qualidade na alimentação da população mundial.

O ministério da saúde apresentou um guia alimentar para a população brasileira que é reconhecido hoje mundialmente pela qualidade e pela nova classificação dos alimentos, contribuindo assim para a autonomia na escolha e na qualidade dos alimentos pela população.

Há a necessidade de mais pesquisas que consigam elucidar a relação dos diversos tipos de produtos ultraprocessados e seus componentes na saúde humana.

## **REFERÊNCIAS**

Alvarez S et al, Prediabetes. In: StatPearls. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing; July, 2023.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde.

Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira.

2a ed. Brasília: MS; 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gestaçao de alto risco: Manual técnico. In: Estratégias. 5 ed. Brasília, DF; 2012. p. 302. Acesso em 15/05/2024

Brasil. Ministério da Saúde. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico de 2019. Brasília: Ministério da Saúde; 2020.

DAMMERO, D. R. et al. Perfil e estado nutricional de pacientes hipertensos atendidos em um ambulatório de Nutrição do sul do Brasil. RBONE - Revista



Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento, v. 13, n. 77, p. 54-60, 11 fev. 2019.

Delai, Milena *et al.* Prevalência de sintomas de ansiedade e depressão em pacientes com diferentes graus de obesidade. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v. 49, n. 4, p. 86–97, 2021.

FELICIANO Sandra Chagas da Costa. VILELA Paulo Blanco. DE OLIVEIRA Gláucia Maria Moraes. Associação entre a Mortalidade por Doenças Crônicas Não Transmissíveis e o Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil entre 1980 e 2019. *Arq. Bras. Cardiol.* 120

(4) • 2023 • <https://doi.org/10.36660/abc.20211009>

Jardim, LV, Navarro D. Contribuição da ESF no controle de doenças crônicas não transmissíveis. *J Health Sci Inst.* 2017;35(2):122-6.  
<http://repositorio.unip.br/journal-of-the-health-sciences-institute-revista-doinstituto-de-ciencias-da-saude/contribuicao-da-esf-no-controle-de-doencascronicas-nao-transmissiveis/>

» <http://repositorio.unip.br/journal-of-the-health-sciences-institute-revista-doinstituto-de-ciencias-da-saude/contribuicao-da-esf-no-controle-de-doencascronicas-nao-transmissiveis/>

Louzada MLC, Martins APB, Canella DS, Baraldi LG, Levy RB, Claro RM, Moubarac JC, Cannon G, Monteiro CA. Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. *Rev Saude Publica* 2015; 49:38.

MAGKOS, Faidon; HJORTH, Mads F.; ASTRUP, Arne. Diet and Exercise in the Prevention and Treatment of Type 2 Diabetes Mellitus. *Nature Reviews Endocrinology*, [s. l.], v. 16, n. 10, p. 545–555, 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41574-020-0381-5>.

Marmot M, Bell R. Social determinants and non-communicable diseases: time for integrated action. *BMJ.* 2019 Jan 28;364:l251. doi: 10.1136/bmj.l251.

Marques, Leila Rodrigues *et al.* O papel da nutrição em estratégias alimentares no tratamento e prevenção da hipertensão arterial: uma abordagem teórico e prática sob a ótica da educação nutricional. **Revista De Trabalhos Acadêmicos–Universo Belo Horizonte**, v. 1, n. 5, 2022.

Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília, DF; 2014 [citado 25 abr 2019]. Disponível em:

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf)

Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica. Brasília, DF; 2015 [citado 25 abr 2019]. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/marcadores\\_consumo\\_alimentar\\_atencao\\_basica.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/marcadores_consumo_alimentar_atencao_basica.pdf)

Monteiro CA, Cannon G, Moubarac JC, Levy RB, Louzada MLC, Jaime PC. The UN Decade of Nutrition, the NOVA food classification and the trouble with ultra-processing. *Public Health Nutr.* 2018;21(1):5-17. <https://doi.org/10.1017/S1368980017000234>

OMS. Organização Mundial da saúde. Obesidade, 2024 Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/noncommunicable-disease/obesity#tab#tab>.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Alimentos e bebidas ultraprocessados na América Latina: tendências, efeitos na obesidade e implicações para políticas públicas. Brasília: OPAS; 2018.

Pulker CE, Trapp GSA, Scott JA, Pollard CM. What are the position and power of supermarkets in the Australian food system, and the implications for public health? A systematic scoping review. *Obes Rev* 2018; 19(2):198-218.

Santos FS, Dias MS, Mintem GC, Oliveira IO, Gigante DP. Processamento de alimentos e fatores de risco cardiometabólicos: revisão sistemática. *Rev Saude Publica.* 2020;54:70.

Schlesinger, Sabrina, et al. "Pré-diabetes e risco de mortalidade, complicações e comorbidades relacionadas ao diabetes: revisão abrangente de metaanálises de estudos prospectivos." *Diabetologia* (2022): 1-11

Scully P, Reid O, Macken A, Healy M, Saunders J, Leddin D, Cullen W, Dunne C, O'Gorman CS. Food and beverage cues in children's television programmes: the influence of programme genre. *Public Health Nutr* 2016; 19(4):616-624.

Silva, Deisiane dos Santos *et al.* Alterações metabólicas e cardiovasculares e sua relação com a obesidade em idosos / Metabolic and cardiovascular changes and their relationship with obesity in the elderly. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 3, p. 4357–4369, 2020.

Soeiro, Raquel Lima *et al.* Educação em saúde em grupo no tratamento de obesos grau III: Um desafio para os profissionais de saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, n.1, p. 681-691, 2020.

The High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition (HLPE).

Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: HLPE; 2017.

Thomas H, Diamond J, Vieco A, Chaudhuri S, Shinnar E, Cromer S, et al. *Global Atlas of Cardiovascular Disease 2000-2016: the path to prevention and*

control. Global Heart. 2018;13(3):143-63.  
<https://doi.org/10.1016/j.gheart.2018.09.511>

Vieira, Lis Proença; Marcia Maria Godoy Gowdak; Marcia Regina Simas Torres Klein. Abordagem nutricional na hipertensão arterial: recomendações das diretrizes Brasileira (DBHA), Americana (AHA), Internacional (ISH) e Europeia (ESC). **Hipertensão**, v. 24, n. 1, p. 1-12, 2022.

World Health Organization. Technical package for cardiovascular disease management in primary health care: healthy-lifestyle counselling. Geneva:

WHO; 2018 [citado 25 abr 2019]. Disponível em:  
<http://www.who.int/iris/handle/10665/260422> 2.

## **ATIVISMO JUDICIAL E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

Otávio Machado Batalha  
UNIARP, <https://orcid.org/0009-0008-6027-9468>,  
otaviomachadobatalha.adv@gmail.com

Mariana de Azevedo Ramos  
UNIARP, <https://orcid.org/0000-0002-1223-4352>,  
mariana\_aramos@hotmail.com

Levi Hülse  
UNIARP, <https://orcid.org/0000-0002-9974-6325>, levi@uniarp.edu.br

### **INTRODUÇÃO**

O presente resumo estendido busca promover uma breve análise da prática indevida do Ativismo Judicial e seus reflexos sobre o Estado Democrático de Direito, tendo em vista que tal comportamento cria um cenário de instabilidade onde não há um nível mínimo de previsibilidade no que tange as decisões adotadas pelo Poder Judiciário, bem como na sua usurpação de competência em relação aos Poderes Legislativo e Executivo, desrespeitando assim diversos princípios legais, em especial o da separação dos três Poderes previsto no artigo 2º da Constituição Federal de 1988, o que reflete diretamente não apenas na insegurança da preservação da forma de governo adotada pelo Estado, mas também na falta de previsibilidade das regras de comportamento que devem ser adotadas pela população na convivência em sociedade, inseguranças que por conseguinte produzem um sentimento de insatisfação popular não apenas contra os agentes que praticam o Ativismo Judicial, mas contra todas as instituições democráticas, resultando assim em injustificadas manifestações e ataques contra o Estado Democrático de Direito.

### **ATIVISMO JUDICIAL E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

Inicialmente, o Ativismo Judicial pode ser entendido como um fenômeno de caráter hermenêutico ou de interpretação, pois trata-se de: “toda decisão judicial que se fundamente em convicções pessoais ou no senso de justiça do intérprete, à revelia da legalidade vigente, entendida aqui como legitimidade do sistema jurídico” (PETENO MAGNUSSON, 2022, p. 271).

Logo, o ativismo do judiciário ocorre quando o magistrado ou tribunal julgam determinado caso com fundamentos em interpretações alheias ao que vem estritamente previsto no texto constitucional, se valendo de justificativas

como: “fazer justiça”, “atender o clamor público”, “combater à corrupção”, entre outras narrativas ideológicas que na realidade tem por função apenas o de dar um falso senso de legalidade ao senso subjetivo de justiça do aplicador da lei.

Dessa maneira, a prática do Ativismo Judicial fere o princípio da Segurança Jurídica, que busca proporcionar, na medida do possível, razoável previsibilidade, estabilidade, coerência e confiança nas decisões oriundas do Poder Judiciário – que por sua vez refletem diretamente no modo de vida em sociedade –, estabelecendo assim em certa medida, um sentimento coletivo de justiça nas relações políticas, institucionais, econômicas e etc.

Corroborando nesse sentido:

A segurança jurídica é obrigatória no estado de direito, de modo que está diretamente conectada à concepção de justiça, vez que visa afastar a imprevisibilidade do sistema jurídico no mundo. Válido trazer trecho do voto da Ministra Rosa Weber, no julgamento do HC 152.752, onde aduz que a segurança jurídica “mais do que um princípio, consiste em um valor ínsito à democracia, ao estado de direito e ao próprio conceito de justiça, além de traduzir, na ordem constitucional, uma garantia aos jurisdicionados” (FACCHI JR e SOUZA, 2022, p. 16). (Habeas Corpus disponível para consulta em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314692762&ext=.pdf>)

Portanto, o Ativismo Judicial acaba gerando efeito contrário ao pretendido pelo instituto da Segurança Jurídica, pois impede que os sujeitos jurisdicionados ao poder público tenham a oportunidade de regular seus comportamentos de acordo com o que – indevidamente – preceituam os membros do judiciário, que nesse contexto não estão mais condicionados aos textos da lei, considerando que podem interpreta-los livremente, mesmo quando em evidente contrariedade semântica.

O resultado dessa falta de previsibilidade em relação a aplicação do ordenamento jurídico é o sentimento de insegurança e temor social, pois em casos mais extremos torna-se impossível prever com alguma segurança o comportamento dos indivíduos dentro da sociedade, uma vez que o caráter pedagógico da legislação se torna demasiadamente aberto, considerando que os intérpretes da lei podem alterar a qualquer momento e sem critérios pré-definidos o sentido do texto normativo.

Ademais, além da mencionada questão hermenêutica, o fenômeno do Ativismo Judicial também resulta na usurpação de competência do Poder Legislativo, que através das suas decisões judiciais – as quais não seguem os mesmos rigores do processo legislativo previsto na Constituição Federal (CF) – podem despersonalizar por completo o objetivo pretendido de determinado dispositivo legal.

Nessa toada:

*Não obstante ser um fenômeno hermenêutico, deve-se levar em conta que há um outro critério para o ativismo judicial [...] que é, justamente, a usurpação de um poder legítimo sem razão jurídica suficiente. É quando o Tribunal, sobretudo o Supremo Tribunal Federal, legisla positivamente ou decide conforme sua vontade e forma de justiça em contraposição ao regime jurídico vigente, sobretudo a legitimidade para tomar tal decisão (PETENO MAGNUSSON, 2022, p. 271).*

Para melhor ilustrar tal cenário, podemos trazer dois exemplos sobre essa usurpação de função, o primeiro trata-se do recente caso do julgamento que está ocorrendo no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade da aplicação do artigo 28 da Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas) nos casos em que o indivíduo transporta consigo uma pequena quantidade de maconha (*cannabis sativa*) para consumo próprio.

Vale ressaltar, que até o momento três Ministros votaram contra e cinco votaram a favor da declaração de inconstitucionalidade do artigo 28 em relação à criminalização da posse ou porte de maconha para uso pessoal, quando em pequena quantidade (Supremo Tribunal Federal, 2024).

Entretanto, ocorre que o mencionado julgamento fez surgir um novo conflito institucional entre os Poderes Judiciário e Legislativo, pois segundo o entendimento do presidente do Senado Federal, a competência da discussão dessa matéria é prerrogativa do Congresso Nacional e não do STF. (Agência Senado, 2024).

Portanto, em resposta a esse julgamento os Senadores aprovaram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n. 45, de 2023, que agora está em tramitação na Câmara dos Deputados, onde caso aprovada, irá criminalizar a posse ou porte de qualquer quantidade de droga ou entorpecente (incluindo a

maconha), em contramão ao entendimento que os Ministros do Supremo Tribunal vêm adotando (Agência Senado, 2024).

Todavia, não cabe no presente estudo nos aprofundarmos sobre o debate deste tema, mas apenas observar o claro conflito institucional provocado pelo Ativismo Judicial do Poder Judiciário, que por meio do mencionado julgamento, incorreu na tentativa de usurpação de competência do Poder Legislativo.

No caso em comento, percebe-se que o STF interferiu institucionalmente no Congresso Nacional ao tentar decidir de forma unilateral se o indivíduo pode ou não ter posse ou portar livremente certa quantidade de entorpecentes, descriminalizando assim a conduta prevista no artigo 28 da Lei de Drogas, sem a participação do maior interessado no assunto que é o próprio povo – representado por meio dos candidatos eleitos dentro dos Poderes Executivo e Legislativo.

Agora no que tange ao segundo exemplo proposto, podemos trazer o caso da oscilação de entendimento do STF em relação a legalidade da prisão em segunda instância, ou seja, aquela promovida antes do trânsito em julgado da sentença – decisão final que declara se o investigado é ou não culpado das acusações e da qual não cabem mais recursos processuais.

Para contextualizar melhor essa oscilação de interpretação, vale trazer um breve resumo sobre seu histórico:

Quanto à viabilidade da prisão em segunda instância, em síntese, desde a proclamação da CF/88 até o ano de 2009, a jurisprudência entendia pela possibilidade da execução provisória da pena. Isso porque o entendimento era de que os recursos especial e extraordinário não dotam de efeito suspensivo. Dessa forma, por 21 (vinte e um anos) o STF entendeu que era viável a prisão posterior a condenação em segunda instância.

Do ano de 2009 ao ano de 2016 – com o julgamento do HC nº 84.078, predominou tese diversa, onde se exigia o trânsito em julgado para se encarcerar um indivíduo condenado. A exceção se dá, pois, pelas prisões cautelares. A partir do ano de 2016, o STF retorna ao entendimento anterior, através do julgamento do HC nº 126.292. Nele, o Ministro Teori Zavascki entendeu que a presunção de inocência não obriga que se opere o trânsito em julgado, por conta de que os recursos extraordinários, mas tão somente aqueles recursos que tratam de matéria fático-probatória [...].

Há pouco, no ano de 2019, a Suprema Corte, através do julgamento das ações declaratórias de constitucionalidade nº 43, 44 e 54, por maioria apertada, afirmou a constitucionalidade do artigo 283 do Código de Processo Penal, passando a barrar a execução da pena após a decisão de segunda instância. Portanto, diante desse “novo” quadro, somente mediante prisão cautelar é que

o réu, antes do trânsito em julgado de uma sentença penal condenatória, será capaz de ter a sua liberdade restrita (FACCHI JR e SOUZA, 2022, p. 16-17).

Todavia, o que mais chama atenção nessa histórica discussão é o fato de que ela vai frontalmente de encontro ao texto normativo presente no artigo 5º, inciso LVII da CF, que em observância ao princípio de presunção de inocência, prevê, sem margens para dúbias interpretações, que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

De mais a mais, para corroborar a afirmação de que o texto do artigo 5º, inciso LVII da CF goza de evidente clareza no que tange a proibição da prisão em segunda instância – salvo exceções legais como a prisão preventiva –, destaca-se o seguinte trecho do voto proferido pelo Ministro Lewandowski na Ação Declaratória de Constitucionalidade:

O Ministro Ricardo Lewandowski reforçou que não é possível criar interpretações que fogem do texto constitucional, visto que o texto da Lei Suprema é claro, cabendo aos magistrados seguir à risca o que está estipulado, criticando o posicionamento anterior adotado pela mesma Corte. Reforçou que o cumprimento instantâneo é uma regressão do poder judiciário, de modo que a lei existe para ser cumprida, não devendo ser utilizado como base questões políticas (FACCHI JR e SOUZA, 2022, p. 18).

É de todo oportuno ressaltar o adendo que o Ministro faz em relação as consequências políticas que advieram da operação denominada Lava-Jato e que influenciaram – indevidamente – na mudança de posicionamento do Tribunal no que tange ao tema.

Tais mudanças, ocorreram durante o julgamento de um candidato às eleições presidenciais do ano de 2018, cujo qual teve sua prisão decretada antes do trânsito em julgado da sentença condenatória do processo crime onde figurava como investigado – processo que, vale frisar, foi anulado posteriormente –, impedido assim que pudesse concorrer nas eleições presidenciais onde era considerado como o candidato favorito para se eleger a Presidente (segundo pesquisa do Datafolha divulgado pelo portal de notícias GLOBO).

Isto é dizer, que naquele ano o Poder Judiciário, através de uma interpretação conflituosa do artigo 5º, inciso LVII da CF, interferiu diretamente nos resultados da eleição do representante mais importante do Poder Executivo, tolhendo da população o pleno exercício do direito ao voto e da livre escolha do



seu representante, atentando claramente contra o Estado Democrático de Direito e intervindo de forma imprópria na composição do Poder Executivo.

Assim, percebe-se que tomadas de decisão como as do caso acima, são contrárias ao princípio da separação dos três poderes previsto no artigo 2º da CF, também conhecido como teoria dos freios e contrapesos ou *check and balances*, criado por Montesquieu para impedir abusos e desmandos estatais.

A mencionada teoria propõe a compartimentação do poder do Estado, dividindo as suas funções entre os órgãos Legislativo, Executivo e Judiciário, que respectivamente ficam incumbidos de criar as leis, executar as leis e aplicar leis, proporcionando a cada um deles a independência necessária para que exerçam suas atribuições sem que haja a interferência do outro.

Entretanto, para que não haja distorções, desmandos ou abusos nas atuações desses órgãos, ao mesmo tempo que são independentes, eles também são subordinados ao princípio da harmonia dos três poderes, ou seja, são independentes e harmônicos, devendo colaborar entre si ao mesmo tempo que fiscalizam uns aos outros.

De mais a mais, o Ativismo Judicial toma contornos ainda mais graves quando adentra na seara política, tal como no exemplo mencionado anteriormente e que não deve ser confundido com a legitimidade da judicialização política:

Assim, é preciso diferenciar o ativismo judicial da judicialização da política, questão que no Brasil foi examinada com pouca profundidade, como se os fenômenos tratassem da mesma coisa. Essa dificuldade conceitual deve ser enfrentada, especialmente porque vivemos sob um regime democrático, cujas consequências do ativismo podem ser muito prejudiciais. É nesse sentido que é possível afirmar que a judicialização da política é um fenômeno, ao mesmo tempo, inexorável e contingencial, porque decorre de condições sociopolíticas, bem como consiste na intervenção do Judiciário na deficiência dos demais Poderes. Por outro lado, o ativismo é gestado no interior da própria sistemática jurídica, consistindo num ato de vontade daquele que julga, isto é, caracterizando uma “corrupção” na relação entre os Poderes, na medida em que há uma extrapolação dos limites na atuação do Judiciário pela via de uma decisão que é tomada a partir de critérios não jurídicos (STRECK. 2017, p.87).

Portanto, percebe-se que a judicialização da política é uma atividade legítima, pois trata-se de um fenômeno necessário social e politicamente, uma vez que conforme preceitua o sistema de freios e contrapesos, esse é um dos meios pelo qual o Poder Judiciário promove o controle na deficiência dos demais

Poderes da União, assim como concomitantemente e através de outras medidas eles exercem de igual forma vigilância sobre o Judiciário.

Todavia, é importante observar que em comparação a judicialização política o Ativismo Judicial se mostra extremamente autoritário ao ignorar as delimitações constitucionais estabelecidas no que tange às funções do Poder Judiciário, percorrendo um caminho inverso ao da democracia e da autodeterminação dos povos ao usurpar as competências dos Poderes Legislativo e Executivo.

Insta ressaltar, que diferentemente do Judiciário os membros do Poder Legislativo, responsável pela criação das normas que regem a sociedade, é composto por pessoas eleitas democraticamente pelo povo, através do sufrágio universal e que foram escolhidos justamente para representar a vontade do seu eleitorado, especialmente nos momentos de tomadas de decisões em relação a temas que tratam sobre o interesse público – tais como políticos, financeiros, criminais, sociais, religiosos, morais e éticos.

Nessa toada, percebe-se que a indevida interferência do Judiciário no Legislativo gera um grave cenário de autoritarismo onde a vontade do povo é suprimida:

Sem delimitação, pautada pela Constituição, dos Direitos Fundamentais e da delegação de Poderes, o ordenamento jurídico e, conseqüentemente, toda a comunidade política, está à mercê de um poder que concede o que bem entende, não sendo a vontade do povo o que guia a democracia, mas uma restrita aristocracia, togada (PETENO MAGNUSSON, 2022, p. 276, apud PAGANI, 2022, p. 93).

Ainda em relação ao Ativismo Judicial:

(...) pura e simples, traz em seu bojo a insegurança jurídica e a violação das regras democráticas. Nos casos citados, além dos problemas mencionados, há outro não menos sério: a imposição a todos os indivíduos da sociedade da visão de mundo, moral, ética e religiosa de poucas pessoas, que não foram eleitas nem legalmente escolhidas para essa tarefa. O risco que se corre é a implantação de verdadeira teocracia constitucional (PETENO MAGNUSSON, 2022, p. 277, apud LOPES, 2021, p. 9).

Dessa maneira, percebe-se que em um Estado democrático cabe ao povo criar os direitos e obrigações que irão refletir em como a vida em sociedade deverá ocorrer – tarefa que não é da alçada dos poucos membros do poder judiciário –, por meio de políticos eleitos que representam à vontade da

população e os seus sentimentos morais, bem como as várias correntes político-filosóficas potencialmente existentes dentro da sociedade, tais como o liberalismo, o conservadorismo, o progressismo, o laicismo etc.

Por outra perspectiva, não se pode negar que historicamente esse exacerbado protagonismo Judiciário foi construído em cima da deficiência no exercício das funções dos Poderes Legislativo e Executivo, que não conseguem se adaptar e solucionar de forma célere às demandas apresentadas pela sociedade.

Para ilustrar esse contexto, podemos trazer como exemplo o caso da união homoafetiva no Brasil, que até hoje não foi regulamentada por lei e que foi reconhecida como entidade familiar apenas no ano de 2011, devido ao julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 132 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 4.277, momento no qual o STF estendeu à interpretação do artigo 1.723 do Código Civil (CC) para abarcar também a união homoafetiva.

Ocorre que tal tema se mostra extremamente relevante, uma vez que as uniões homoafetivas ocorrem há muito tempo, mas nunca foram tratadas juridicamente de forma adequada, diferentemente das uniões heteroafetivas que são asseguradas no artigo 226, §3º da CF:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado [...] § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

Portanto, há de se notar que nesse caso o Ativismo Judicial promovido em defesa de uma minoria, se mostrou adequado, considerando que a união homoafetiva não possui até o momento uma regulamentação legislativa expressa de direitos e garantias, o que impede que se viabilize a concretização de um planejamento familiar e parental apropriado – ferindo assim diversos princípios fundamentais, tais como o da dignidade da pessoa humana.

Todavia, também vale destacar que com exceção de casos que tratam sobre a garantia de direitos das minorias, não se pode falar em bom ou mau Ativismo Judicial, pois: “[...] o sequestro dos textos legais pelos intérpretes, a despeito das boas intenções de que é revestido, sempre será pernicioso para o

Estado de Direito e para a democracia” (MARTINS; MARTINS; VALIM. 2023, p. 30).

Assim, percebe-se que a invasão da competência entre os Poderes da União, mesmo quando bem intencionada, gera graves precedentes de interferência institucional, os quais a longo prazo se revelam prejudiciais sob o prisma da soberania da vontade popular, que é um corolário da Democracia.

Portanto, como visto no decorrer do presente trabalho, salvo nos casos de defesa das minorias, nem sempre o Poder Judiciário age acertadamente, gerando assim graves casos de conflitos institucionais que resultam no sentimento de insegurança da população em relação às instituições democráticas, como por exemplo a tentativa de golpe de Estado ocorrida recentemente no dia 08 de janeiro de 2023 (RÁDIO SENADO).

A mencionada tentativa de promover uma ruptura democrática e institucional do Estado, se deu uma semana após a posse do novo presidente eleito em 2022, por meio de manifestantes inconformados com os resultados das urnas (FOLHA DE S.PAULO).

Ocorre que, um dos principais motivos que deu causa a essas manifestações foi o sentimento de insegurança e descrença da população em relação às instituições públicas, sendo o resultado de dois quadros patológicos apresentados por Drummond e Manginelli: a) “tipo de personalidade do moralista desvinculado” e b) “aparição do terrorismo fundamentado na moral”.

Em linhas gerais, ambos os quadros patológicos se enquadram no comportamento do indivíduo em tentar produzir uma autolegislação moral desassociada das normas vigentes, que devido a sua descrença nas instituições democráticas ante as injustiças cometidas, busca promover a justiça do seu ponto de vista moral e generalizado, onde nega a validade de toda a regulação estatal existente (DRUMMOND e MANGINELLI, 2023, p. 9-10).

Nesse sentido, vale apresentar a relação entre o quadro patológico apresentado e a tentativa de golpe do dia 08 de janeiro efetuada pelos autores:

Resulta deste diagnóstico a incumbência de que o movimento organizado ataque o sistema social e reverta a situação de injustiça estabelecida. Esta

dinâmica apresentada por Honnethse assemelha às reivindicações bolsonaristas escatológicas de redenção da política nacional. Não faz muito tempo que os ideias de pureza dos procurados da Lava Jato também contribuíram para consolidação desta moralidade rígida e da consolidação de movimento sociais que a defendiam. Os ataques de 8 de janeiro de 2023 a símbolos das instituições políticas do país materializam este comportamento terrorista em busca de uma suposta redenção daqueles que se entendem como aviltados pelo sistema corrompido. O avanço e aprofundamento dos movimentos bolsonaristas que culminaram com as depredações do patrimônio público no centro do poder político são o ápice dos conflitos sociopolíticos contemporâneos abordados neste Grupo de Trabalho da ANPOCS 2023. Tanto a moralidade rígida como o terrorismo dela decorrente sinalizam a guerra cultural travada a partir da deslegitimação de diversos saberes, dentre eles o científico. Um dos exemplos que sustentam esta revolta é a negação do resultado das eleições em virtude de fraude nas urnas eletrônicas (DRUMMOND e MANGINELLI, 2023, p. 9-10).

Vale ressaltar a real gravidade dos atos cometidos pelos manifestantes no dia 08 de janeiro, que além de pedirem intervenção militar na atuação dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, também depredaram completamente as suas sedes, sendo que alguns dos manifestantes chegaram a planejar o enforcamento de um dos Ministros do STF na Praça dos Três Poderes (CNN BRASIL).

Por fim, percebe-se que houve uma trama organizada de tentativa de golpe de Estado, impulsionada por pessoas guiadas essencialmente sob a égide de motivações morais próprias, que são resultado da incredulidade cada vez maior da população em relação às instituições públicas e democráticas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÃO**

Diante do exposto, há de se notar que o Ativismo Judicial é um dos causadores do grave cenário que vivemos hoje, onde há um crescente e preocupante sentimento de incredulidade da população em relação as instituições democráticas que compõe o Estado, considerando que quando há mudança brusca de entendimento, especialmente em determinado cenário político, isso causa uma sensação de grave Insegurança Jurídica e de parcialidade do Judiciário por um candidato, pauta política ou convicção pessoal.

Logo, as narrativas de “fazer justiça”, “atender o clamor público”, “combater à corrupção”, devem ser observadas com cuidado, pois em que pese parecerem profícuas, elas podem estar sendo utilizadas apenas para dar um

falso senso de legalidade a uma pauta escusa do intérprete da lei, ferindo assim o princípio da Segurança Jurídica.

Exemplo disso é o icônico caso já citado anteriormente, em relação ao processo de persecução penal efetuado por meio da operação Lava-Jato, que além de interferir diretamente nos resultados das eleições presidenciais do ano de 2018, também foi utilizada como trampolim político pelo Juiz que coordenava o processo judicial que impediu o principal candidato das eleições presidenciais daquele ano a concorrer ao cargo.

É de todo oportuno salientar, que tal impedimento só foi possível devido ao decreto de prisão em segunda instância – que posteriormente foi anulado devido a incompetência territorial do julgamento e a comprovada parcialidade com a qual agiu o julgador durante todo o processo persecutório –, ordem promovida por um Juiz que pouco tempo depois e a convite do candidato de oposição que foi eleito naquele ano, afastou-se da carreira de magistratura e tornou-se Ministro da Justiça.

Vale frisar, que não se busca no presente estudo entrar no mérito da culpabilidade do candidato investigado em relação aos crimes que lhe foram imputados na acusação da operação Lava-Jato, mas apenas de analisar o Ativismo Judicial promovido pelo Juiz do caso, como forma de estratégia política em defesa de interesses próprios.

Dessa maneira, percebe-se que o Ativismo Judicial e sua interpretação subjetiva das leis, além de poder ser usado indevidamente para defesa de interesses pessoais do julgador, também gera uma grave erosão institucional e democrática, que são reflexos de uma sensação de descrença da sociedade em relação a falta de garantias mínimas de estabilidade e previsibilidade das decisões do Poder Judiciário.

Para ilustrar melhor esse cenário de descrença nos institutos democráticos, podemos observar o fato de que grande parcela da população não compreende que as diversas nulidades ocorridas na operação Lava-jato – que inclusive resultaram na soltura do candidato impedido de concorrer ao cargo de presidente no ano de 2018 e que venceu as eleições no ano de 2022 – não são

culpa da atuação do sistema judiciário como um todo, mas apenas da má atuação de um Juiz singular.

O resultado desse sentimento de insegurança é o fenômeno da regressão democrática, onde os indivíduos, através de manifestações ou do voto – quando elegem representantes antidemocráticos –, buscam desesperadamente a mudança do sistema vigente, sem ponderar sobre as consequências dessas escolhas.

Assim, diante desses sentimentos a sociedade abre caminho para a aparição de atores políticos que adotam práticas que vão até os limites da licitude, chegando por vezes a transcendê-la, para buscar benefícios próprios ou agir de acordo com sua concepção subjetiva de justiça ou moral, utilizando estrategicamente seus poderes para atacar a própria constituição, com discursos políticos populistas, autoritários e punitivistas cujo teor agrada o grande público.

Portanto, a atuação em defesa da democracia deve partir essencialmente da população e dos partidos políticos, quando da escolha de seus representantes para compor os Poderes Legislativo e Executivo, que são os órgãos competentes para fiscalizar e exercer certo controle sobre o Poder Judiciário, bem como são os responsáveis por combater outros fatores da erosão institucional, tais como a polarização política, o aumento da desigualdade e a perda na crença do governo, das instituições e da política.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. In: Senado aprova PEC sobre drogas, que segue para a Câmara, 2024. Disponível em: <[CNN BRASIL. In: Moraes diz que plano de manifestantes do 8/1 incluiu enforcá-lo na Praça dos Três Poderes, 2024. Disponível em: <\[167\]\(https://www.cnnbrasil.com.br/politica/moraes-diz-que-plano-de-manifestantes-do-8-1-incluiu-enforca-lo-na-praca-dos-tres-poderes/>. Acesso em 30 abr. 2024.</p></div><div data-bbox=\)](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/04/16/senado-aprova-pec-sobre-drogas-que-segue-para-a-camara#:~:text=O%20Plen%C3%A1rio%20do%20Senado%20aprovou,com%20determina%C3%A7%C3%A3o%20legal%20ou%20regulamentar%E2%80%9D.>. Acesso em: 30 abr. 2024.</p></div><div data-bbox=)

DRUMMOND, D., & MANGINELLI, F. (2023). **The Attack of January 8 on The Editorials of Brazilian Newspapers**. In SciELO Preprints. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7040>

ENTENDA: STF volta a julgar recurso sobre drogas para consumo pessoal. In Supremo Tribunal Federal, 2024. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=528669&ori=1>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

FACCHI JR, Edson Luiz, e SOUZA, André Peixoto de. **A Prisão em Segunda Instância**: uma insegurança jurídica que persiste. Prim@ facie 21.47 (2022): Prim@ facie, 2022-09, Vol.21 (47).

FOLHA DE S.PAULO. In: Entenda os ataques golpistas de 8 de janeiro e seus desdobramentos, 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/02/entenda-os-ataques-golpistas-de-8-de-janeiro-e-seus-desdobramentos.shtml>>. Acesso em 30 abr. 2024.

GLOBO. In: Pesquisa Datafolha: Lula, 39%; Bolsonaro, 19%; Marina, 8%; Alckmin, 6%; Ciro, 5%. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>>. Acesso em 30 abr. 2024.

LOPES, Flávio Humberto Pascarelli; BARBOSA, Rafael Vinheiro Monteiro. Ativismo Judicial e Teocracia Constitucional. **Revista de Processo**. vol. 316/2021, p. 319-337, Jun-2021, DTR/2021/8738.

MARTINS, Cristiano Zanin; MARTINS, Valeska Teixeira Zanin; VALIM, Rafael. **Lawfare**: uma introdução. São Paulo: Editora Contracorrente. Edição do Kindle, 2023.

PAGANI, Lucas Augusto Gaioski. **Os limites da atuação do Supremo Tribunal Federal**: controle de constitucionalidade, ativismo judicial e divisão de poderes. Orientador: Bruno Smolarek Dias, 2022. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Direito Processual e Cidadania, Universidade Paranaense, Umuarama, 2022.

PETENO MAGNUSSON, Leonardo, Lucas Augusto Gaioski Pagani, and Jônatas Luiz Moreira de Paula. **Supremo Tribunal Federal e a Função Iluminista dos Tribunais**: a questão dos desacordos morais razoáveis na arena política. Revista eletrônica direito e política 17.1 (2022): 267–295.

RÁDIO SENADO. In: 8 de janeiro - Democracia Restaurada, 2024. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/reportagem-especial/2024/01/04/8-de-janeiro-democracia-restaurada>>. Acesso em 30 abr. 2024.

STRECK. Lenio Luiz. **Verdade e Consenso**: constituição, hermenêutica e teorias discursivas. 6ª ed. São Paulo: Saraiva. 2017.



## **MANEJO E EFICÁCIA DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL: UMA ANÁLISE DE MÚLTIPLOS CASOS**

Felipe Locatelli Kosciow,  
Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP,  
felipelocatellikosciow@hotmail.com

Nicole Graeff Marques,  
Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP,  
nicole.g.marques.nm@gmail.com

Samantha John Correa,  
Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP,  
samantha.sjc@hotmail.com

Marileia Batista Fertig  
Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, <https://orcid.org/0000-0003-2819-539>, mbfertig@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

A Psicologia tem como principal objetivo acolher o sofrimento humano, considerando todas as suas experiências subjetivas e únicas, com o propósito de promover a saúde e a qualidade de vida. Nesse contexto, o presente artigo destaca a Terapia Cognitivo-Comportamental, uma abordagem psicológica relativamente recente, que ganhou reconhecimento devido à sua eficácia significativa, comprovada cientificamente. A Terapia Cognitiva teve seu surgimento no início da década de 1960, na Universidade da Pensilvânia, Estados Unidos. Foi desenvolvida por Aaron Beck como resultado de uma investigação que não obteve sucesso sobre os princípios psicanalíticos associados à depressão (Beck, 1997 *apud* Beck; Alford, 2000).

A Terapia Cognitivo-Comportamental parte do pressuposto de que as interpretações distorcidas sobre si mesmo, o mundo e o futuro podem influenciar diretamente os sentimentos e comportamentos das pessoas. Durante o processo terapêutico, o terapeuta cognitivo-comportamental trabalha em conjunto com o cliente para identificar esses padrões de pensamento negativos, desafiando-os de maneira colaborativa e auxiliando o indivíduo a substituí-los por pensamentos mais realistas e adaptativos. Essa abordagem tem o potencial de gerar mudanças nas emoções e comportamentos associados (Beck, 2022, p.13). A Terapia Cognitivo-Comportamental é uma abordagem terapêutica que se dedica à modificação de padrões de pensamento disfuncionais e comportamentos

desadaptativos, visando aprimorar a saúde mental e fomentar o bem-estar emocional e psicológico. Comprovadamente eficaz, a TCC tem se destacado no tratamento de uma ampla gama de problemas de saúde mental, abrangendo desde transtornos de ansiedade (como ansiedade generalizada, pânico e obsessivo-compulsivo), depressão, transtorno bipolar, transtornos alimentares, Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT), transtorno de personalidade borderline, entre outros.

Ademais, a ativação cerebral é observada em indivíduos submetidos à terapia cognitiva, como evidenciado em estudos que empregam tomografia computadorizada por emissão de pósitrons (PET-SCAN). Vários estudos têm investigado os efeitos da TCC na estrutura e função do cérebro. Peres *et al.* (2011 *apud* Stock; Barbosa, Kristensen, 2014) examinaram a atividade cerebral de indivíduos antes e depois da psicoterapia e observaram um aumento na atividade de áreas como o córtex pré-frontal esquerdo e o hipocampo após as sessões de TCC. Da mesma forma, Felmingham *et al.* (2007 *apud* Stock; Barbosa, Kristensen, 2014) notaram redução na atividade da amígdala em pacientes com TEPT após o tratamento. Além disso, estudos sobre transtorno depressivo maior mostraram aumento na ativação do córtex pré-frontal ventromedial e na discriminação de estímulos emocionais após a reestruturação cognitiva Ritchey *et al.* (2011 *apud* Stock; Barbosa, Kristensen, 2014). Esses achados indicam que a TCC pode influenciar o sistema neural, promovendo mudanças na atividade cerebral associadas à regulação emocional e ao processamento cognitivo. Além disso, estudos têm demonstrado que essa abordagem de terapia é pelo menos tão eficaz quanto a terapia medicamentosa para diversos tipos de transtornos de ansiedade e do humor (Abreu, 2016, p.171).

Deste modo, pode-se dizer que a abordagem cognitiva de Beck marca uma mudança significativa no entendimento e tratamento dos transtornos emocionais. Após mais de quatro décadas da publicação da teoria, a TCC se estabeleceu como a abordagem psicoterapêutica mais destacada e cientificamente respaldada. Com o aumento do movimento à prática baseada em evidências, a TCC tem ganhado reconhecimento significativo contribuindo para pesquisa e práticas relevantes para a área (Knapp; Beck, 2008).

Este estudo almeja investigar os transtornos de Anorexia Nervosa (AN), Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), Narcolepsia, o Transtorno de Personalidade Borderline e o Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), para embasamento teórico, comprovação da eficácia, contextualização de resultados e evidências de aplicações práticas. Por meio de revisão narrativa de literatura, buscou-se nas bases de dados, como *Google Acadêmico*, *SciELO* e *Scopus*, a identificação de estudos de caso das condições patológicas citadas, formas de manejo e tratamento considerando como base as teorias e técnicas psicoterápicas cognitivo-comportamental, como método para tratamento.

## ESTUDO DE CASOS

Camargos, Lopes e Bernardino (2020, p.115) apresentam os Transtornos Alimentares, como “uma soma de alterações no comportamento alimentar que levam ao consumo e/ou absorção inadequada dos alimentos, comprometendo a saúde física e psicossocial”. Mencionando a publicação “Terapia Cognitivo Comportamental Multicomponente para Adolescentes com Transtorno Alimentar: Um Estudo de Caso”, aborda-se o estudo de caso de uma menina de 13 anos diagnosticada com **Anorexia Nervosa** e a utilização da TCC como técnica efetiva para o sucesso na recuperação de hábitos alimentares saudáveis.

A intervenção psicoterápica para com os TA devem incluir abordagens voltadas “ao perfeccionismo extremo, às dificuldades em manejar emoções intensas, à baixa autoestima (principalmente em relação ao peso e à imagem corporal) e às dificuldades nos relacionamentos interpessoais” (Agras, 2019, p.115). O protocolo mais indicado para a proposta psicoterápica apresentada é a Terapia Comportamental Dialética (TCD), Terapia Cognitivo-Comportamental baseada em *Mindfulness* (TCCM), Terapia Cognitivo Comportamental Clássica (TCCC), Terapia de Reciclagem Infantil (TRI) e Terapia do Esquema (TE), de acordo com Camargos, Lopes e Bernardino (2020).

Utilizando o conceito de conceituação cognitiva, a paciente possuía crenças centrais de desamor, desvalor e desamparo; além dos pensamentos automáticos diretamente relacionados à dismorfia corporal e as estratégias de compensação afetando seu manejo nas habilidades sociais e acadêmicas.

Também possui Esquemas Iniciais Desadaptativos de privação emocional, percebendo-se inadequada e indesejada em comparação aos colegas. Então, “foram utilizadas técnicas da TRI, da TCD e da TCC baseada em *Mindfulness* para melhorar as habilidades de regulação emocional”. (Camargos; Lopes; Bernardino, 2020, p.119). Em seguida, para a modificação das crenças e dos EIDs, utilizou-se “técnicas vivenciais, cognitivas, narrativas e comportamentais” (Camargos; Lopes; Bernardino, 2020, p.118).

Esta forma de intervenção foi bem-sucedida, bem como a comprovação das técnicas da TCC clássica e de terceira onda como abordagens cabíveis para o tratamento de Anorexia Nervosa, atuando de forma promissora na modificação das crenças (Camargos; Lopes; Bernardino, 2020).

Outro artigo que traz como objeto de estudo o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), das autoras Gabriela Maffini e Paula Argemi Cassel, intitulado “Intervenções da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) para transtorno de estresse pós-traumático: estudo de caso” relata sobre um transtorno com características descritas como “desenvolvimento de sintomas característicos após a exposição ao trauma como ameaça de morte, lesão grave ou violência sexual” (Maffini; Cassel, 2021, p. 87), sintomas estes que Maffini e Cassel (2021) definem como lembranças angustiantes contínuas, sonhos recorrentes nos quais o conteúdo/sentimento está associado ao trauma, reações dissociativas, sofrimento psicológico intenso ou prolongado.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), o Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT), é um transtorno da classe de Traumas e Estressores, causando prejuízo significativo em diversas esferas da vida. Ainda em relação a publicação, Maffini e Cassel (2021) abordam o transtorno estudando o caso de uma mulher, 19 anos, iniciou sessões em um núcleo de psicologia sendo atendida por uma estagiária, que após quatro sessões constatou sintomas expressivos de TEPT, de forma que a paciente foi encaminhada ao psiquiatra como forma de auxiliar no tratamento e à terapia cognitivo comportamental (TCC). Inicialmente, foi aplicado o Inventário de Depressão de Beck para melhor entendimento do quadro depressivo.

As sessões seguintes foram utilizadas técnicas da TCC com o objetivo de “ressignificar as experiências para diminuição da sintomatologia do TEPT, utilizando a modificação da recordação do trauma” (Clark; Beck, 2012 *apud* Maffini; Cassel; 2021, p. 95), por meio de técnicas de exposição em imaginação repetida, discussão verbal e questionamento socrático. Conseqüente, foi utilizada a técnica de reestruturação cognitiva da qual Maffini e Cassel (2021) explicam sua utilização para identificar e modificar crenças relacionadas ao trauma que estão gerando prejuízo social.

Em decorrência do ano letivo, a paciente teve seu tratamento interrompido e recebeu encaminhamento para o próximo semestre continuar o processo terapêutico. A paciente, ao intervalo do tratamento, já relatava uma melhora significativa, como explicam Maffini e Cassel (2021) pode iniciar o processo de ressignificar experiências associadas ao abuso, ainda que seja de extrema necessidade à continuidade do tratamento.

Outro trabalho acadêmico que traz relevância às técnicas da TCC no tratamento de transtornos mentais é das autoras Nivaneide Ferreira Silva e Eliane Maria Bezerra, intitulado “Terapia Cognitivo–Comportamental e terapia comportamental dialética no tratamento do transtorno da personalidade borderline”, no qual é buscado entender as características desse transtorno e como a Terapia Cognitivo Comportamental pode auxiliar.

O Transtorno de Personalidade Borderline é definido pelos autores Silva e Bezerra (2021, p. 3) “como um alto padrão de instabilidade nos aspectos de relações interpessoais, afetos, autoimagem e uma impulsividade intensa. Surge no fim da adolescência/início da vida adulta”.

Dentro do que é conhecido sobre o transtorno, o comportamento do indivíduo que possui essa condição é o mais preocupante, Silva e Bezerra (2021) buscam evidenciar o uso da Terapia Comportamental Dialética e da TCC no tratamento e melhora das relações biopsicossociais do indivíduo.

Das técnicas utilizadas, são mais expressivas nessa condição, a psicoutroeducação; autorregulação de emoções; questionamento socrático; treinos de habilidades; o registro de pensamentos disfuncionais; as técnicas de

respiração; a reestruturação cognitiva; a conceituação cognitiva (Silva; Bezerra, 2021, p. 16). A psicoeducação busca ensinar o cliente o sentido e a importância da TCC, iniciando à habilitação do mesmo objetivando à alta terapêutica, aliado com auto regulação de emoções que busca desenvolver a inteligência emocional do paciente e o autocontrole, os treinos de habilidades para que o indivíduo possa levar uma vida social e com comportamento aceitável, o registro de pensamentos disfuncionais possibilitando um aumento da autoconsciência e possibilitando a reestruturação cognitiva e a conceituação cognitiva.

Além do uso de psicofármacos para auxiliar no tratamento, a aderência do paciente à terapia também é uma parte vital, ainda que Silva e Bezerra (2021) em seus estudos evidenciaram que as técnicas utilizadas da Terapia Dialética e Cognitiva Comportamental geram maior adesão ao tratamento e “alcance dos objetivos, principalmente em relação ao desenvolvimento de estratégias de enfrentamento e emissão de comportamentos e manifestações emocionais mais funcionais” (Silva; Bezerra, 2021, p. 18).

A respeito dos **Transtornos da Vigília e do Sono**, um artigo intitulado “Narcolepsia na Infância: A Atuação Multidisciplinar com a Psicologia do Sono do Diagnóstico ao Tratamento em um Relato de Caso” das autoras Melka Rodrigues Braúna Medeiros, Ralina Carla Lopes Martins da Silva e Katie Moraes de Almondes, traz os resultados da Terapia Cognitivo Comportamental no tratamento da Narcolepsia infantil, síndrome essa caracterizada por ser uma hipersonolência central, assim como “um quadro de sonolência excessiva afetando o sistema nervoso central de regulação do sono, com manifestações dissociativas do sono REM” (Medeiros; Silva; Almondes, 2022, p.3) caracterizada por dois sintomas essenciais: a sonolência diurna excessiva (SDE) e a cataplexia. Na infância esse comportamento ainda pode ser confundido, Medeiros, Silva e Almondes (2022) explicam que crianças que ainda cochilam durante o dia, ou ainda são acusadas de preguiça ou mal comportamento, apresentam também características irritadas, perturbação do humor ou agressividade. Com o passar do tempo e o avanço da idade, se continuado o comportamento sem explicação, “[...] em crianças mais velhas essa manifestação clínica já pode ser traduzida como a apresentação inicial da SDE” (Medeiros; Silva; Almondes, 2022. p. 4.)

O artigo explora o caso de uma criança de 10 anos, masculino, foi encaminhado ao Ambulatório de Narcolepsia e Apneia do Sono Infantil (AMBNAP) após a realização de exames clínicos ficou evidenciado o transtorno. Dentro do AMBNAP a criança é atendida por uma equipe multiprofissional, da parte dos psicólogos o uso da TCC para narcolepsia é um conjunto de técnicas que visa alterar cognições e comportamentos considerados desadaptativos e que perpetuam o quadro clínico (Medeiros; Silva; Almondes, 2022, p. 10). Dentro das técnicas empregadas, é citada a psicoeducação com pais e educadores para pleno conhecimento da condição e compreensão das mudanças que estavam vindo, também como auxílio no comprometimento e adesão do tratamento, cronogramas de cochilos para auxiliar na regulação do sono noturno adequado e energia produtiva da criança, estratégias de higiene do sono e mudanças comportamentais para auxiliar nas habilidades sociais e emocionais, bem como diminuir a irritabilidade e aumentar a aderência ao tratamento.

Seis meses se passaram do tratamento assistido por psicólogos e médicos, partindo do relato da mãe (Medeiros; Silva; Almondes, 2022). Os resultados indicam um maior nível de atenção e concentração em relação às atividades acadêmicas, acompanhado por um horário de sono consistente e maior adesão às práticas de cochilo. O desempenho acadêmico apresentou melhoras evidentes por meio de notas mais altas obtidas em várias disciplinas. Ademais, uma rotina diária estruturada foi adotada e foram observadas interações sociais aprimoradas entre a criança, colegas e educadores.

Da classe de transtornos da ansiedade, um artigo que nos traz as técnicas da TCC aplicadas em intervenções terapêuticas é o das autoras Mara Dantas Pereira e Cláudia Mara Oliveira Bezerra intitulado “Intervenções da Terapia Cognitivo-Comportamental para transtorno de ansiedade generalizada: estudo de caso”, Pereira e Bezerra abordam o **Transtorno de Ansiedade Generalizada**, caracterizado por:

ansiedade e preocupação excessivas, ocorrendo na maioria dos dias por pelo menos seis meses, com diversos eventos ou atividades; O indivíduo considera difícil controlar a preocupação; A ansiedade e a preocupação estão associadas com três (ou mais) dos seguintes sintomas, inquietação ou sensação de estar com os nervos à flor da pele, fadigabilidade, dificuldade em concentrar-se ou sensações de “branco” na mente, irritabilidade, tensão muscular, perturbação do sono; ansiedade, a preocupação ou os sintomas físicos causam sofrimento

cl clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo (APA, 2014, p. 222)

O estudo de Pereira e Bezerra (2023) apresenta o caso de Joy, 20 anos, mulher, solteira e estudante do curso de História, paciente relata que possui sintomas de ansiedade desde a adolescência, porém veio a piorar no início dos estágios curriculares da graduação, em algumas sessões se evidenciou os critérios básicos para o diagnóstico de Transtorno de Ansiedade Generalizada - TAG, a partir disso foi formulado um plano de ação objetivado a partir das queixas da paciente. Como objetivos traçados neste caso tem-se “[...] redução de sintomas ansiosos e normalização da preocupação; expressar sua opinião durante os encontros do grupo de estudo; organização do tempo para atividades acadêmicas; redução do medo de expressar sua opinião; redução dos pensamentos catastróficos” (Pereira; Bezerra; 2023, p. 111). As técnicas da TCC empregada com destaque no tratamento de Joy, foi a psicoeducação, possibilitando uma consciência da paciente sobre o TAG, sua cognição, crenças e afins.

Durante o tratamento ao fim, a paciente pode alterar seu modelo cognitivo de crenças disfuncionais, diminuindo significativamente os sintomas de ansiedade e possibilitando à reabilitação das suas relações sociais e profissionais de forma alegre e prazerosa, de acordo com Pereira e Bezerra (2023, p. 114), “Joy passou a ampliar e a nutrir relações sociais prazerosas, paciente aumentou a confiança em suas atividades acadêmicas, além de passar a apresentar um discurso positivo sobre suas aulas”.

## **ATUALIZAÇÕES NA TCC**

A recém e última onda da Terapia Cognitivo Comportamental é voltada à “emoção, *mindfulness*, aceitação, senso de self, metacognição, o relacionamento, flexibilidade de atenção e valores” (Hoffmann; Hayes, 2018, p.80) e conta com os seguintes métodos: “procedimentos baseados na aceitação; métodos de atenção plena (*mindfulness*); desfusão cognitiva; descentralização; valores; processos de flexibilidade psicológica” (Hoffmann; Hayes, 2018, p.80). Constata-se uma mudança na percepção dos eventos psíquicos interpessoais com o surgimento dessa Terceira Onda dentro da TCC,



de forma que anteriormente a experiência e a reação dos indivíduos era mais importante e notória do que de fato o conteúdo da experiência em si.

Assim, como propõe Hayes (2004), é uma teoria coerente, possui processos de mudança cuidadosamente avaliados e resultados empíricos sólidos, fazendo com que a interação dialética entre esses elementos emergja como um novo e proveitoso domínio para a pesquisa teórica e tecnológica na TCC. Conta também com manejos vistos em pensamentos e pressupostos filosóficos para fins de intervenção e investigação de sintomas, a *Inter-Organizational Task Force on Cognitive and Behavioral Psychology Doctoral Education* traz a luz da evidência (Klepac *et al.*, 2012, p.80) “que todos os programas de treinamento em TCC deveriam dar mais ênfase ao treinamento em filosofia da ciência para aumentar a progressividade e coerência dos programas de pesquisa”.

Além disso, podemos destacar a eficácia da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) na promoção de mudanças no comportamento e na estrutura neural de pacientes submetidos a estudos. Ao analisar os resultados de diversas pesquisas dos estudos de Stock; Barbosa e Kristensen, (2014), observa-se que a TCC demonstrou ser eficaz no tratamento de transtornos mentais, levando a alterações significativas em áreas específicas do cérebro. Por exemplo, Peres *et al.* (2007) e Felmingham *et al.* (2007 *apud* Stock; Barbosa, Kristensen, 2014) identificaram aumento da atividade em regiões como o córtex pré-frontal e o hipocampo, além de redução na atividade da amígdala, após sessões de psicoterapia com exposição e reestruturação cognitiva.

Essas mudanças foram associadas a melhorias na expressão narrativa da memória e na redução de sintomas relacionados ao medo e ao estresse pós-traumático. Além disso, estudos como os de Paquette *et al.* (2003) e Fumark *et al.* (2002 *apud* Stock; Barbosa, Kristensen, 2014) evidenciam a eficácia da TCC em reduzir a ativação de áreas cerebrais associadas ao medo e à ansiedade, contribuindo para uma melhora clínica dos pacientes. Assim, esses resultados indicam que a reestruturação cognitiva, uma das técnicas promovida pela TCC pode influenciar positivamente o sistema neural, proporcionando alívio dos sintomas e melhorando a qualidade de vida dos indivíduos afetados pelos

transtornos mentais. Estudos mais recentes, como o de Calixto e Pacheco (2024), destacam os resultados positivos da reestruturação cognitiva e outras técnicas da TCC para o tratamento do transtorno de ansiedade social. Além disso, pesquisas de Bronzatto e Lourenceti (2024) evidenciam a eficácia da TCC e seu respaldo por evidências científicas robustas, consolidando-a como uma ferramenta valiosa também no tratamento dos transtornos alimentares.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através da revisão dos princípios, bases teóricas, princípios fundamentais e técnicas empregadas na da Terapia Cognitivo-Comportamental, constata-se que esta abordagem além promover mudanças significativas nos pensamentos disfuncionais e comportamentos desadaptativos de clientes que buscam melhorar a própria qualidade de vida psíquica e emocional, consequentemente, aprimorando sua saúde mental, também demonstra um índice de eficácia satisfatoriamente comprovada (Beck, 2022, p.13). Apresenta resultados positivos em problemáticas envolvendo transtornos de ansiedade (Pereira; Bezerra; 2023, p. 111), transtornos de personalidade (Silva; Bezerra, 2021, p. 18) e transtornos alimentares (Camargos; Lopes; Bernardino, 2020).

Hoje, as evidências da eficácia da terapia cognitivo-comportamental (TCC) para uma grande variedade de quadros psiquiátricos são abundantes, e a TCC tornou-se um método de tratamento de primeira linha, que vem trazendo alívio dos sintomas a muitos milhares de pacientes em todo o mundo (Wright, 2019, prefácio).

Acerca do Transtorno Alimentar, especificamente a Anorexia Nervosa, a TCC impacta diretamente na flexibilização de crenças e esquemas que induzem aos pensamentos de perfeccionismo extremo, às dificuldades em manejar emoções intensas, à baixa autoestima (principalmente em relação ao peso e à imagem corporal) e às dificuldades nos relacionamentos interpessoais, sintomas típicos da Anorexia Nervosa (Camargos; Lopes; Bernardino, 2020).

Sobre o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), a TCC influencia na reestruturação cognitiva deficitária presente no TEPT, utilizando técnicas como a exposição em imaginação repetida, discussão verbal e reestruturação cognitiva, visando ressignificar as experiências traumáticas e reduzir os sintomas desse transtorno mental (Maffini; Cassel, 2021).

Em seguida, a Teoria Cognitivo-Comportamental também apresenta bons indícios na melhora da autorregulação de pacientes diagnosticados com Transtorno da Personalidade Borderline. Para tanto, a abordagem utiliza-se de técnicas como a psicoeducação; autorregulação de emoções; questionamento socrático; treinos de habilidades; o registro de pensamentos disfuncionais; as técnicas de respiração; a reestruturação cognitiva; a conceituação cognitiva, os possibilitando a vivência de comportamentos e pensamentos saudáveis (Silva; Bezerra, 2021).

O princípio básico de conceituação cognitiva também é visto nos Transtornos de Sono e Vigília. Em um diagnóstico de Narcolepsia Infantil, técnicas como auxílio no comprometimento e adesão do tratamento, cronogramas de cochilos para auxiliar na regulação do sono noturno adequado e energia produtiva da criança, estratégias de higiene do sono e mudanças comportamentais para auxiliar nas habilidades sociais e emocionais, bem como diminuir a irritabilidade e aumentar, organizando a rotina e a qualidade do sono de crianças acometidas pela Narcolepsia (Medeiros; Silva; Almondes, 2022).

Já em quadros que apresentam o diagnóstico do Transtorno de Ansiedade Generalizada, as técnicas mais utilizadas são as que visam alterar modelos cognitivos de crenças disfuncionais, diminuindo significativamente os sintomas de ansiedade e possibilitando à reabilitação das suas relações sociais e profissionais, resultando em um aumento na confiança de pacientes assistidos pela Teoria Cognitivo-Comportamental (Pereira; Bezerra, 2023)

Por fim, a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) tem testemunhado uma evolução marcante com o advento da Terceira Onda, a qual enfoca aspectos emocionais, *mindfulness*, aceitação, senso de *self* e outros elementos fundamentais para uma abordagem mais holística e eficaz. Essa mudança de paradigma tem sido impulsionada por uma nova compreensão dos eventos psíquicos interpessoais, onde a ênfase agora reside não apenas na experiência e reação dos indivíduos, mas também no conteúdo e na forma como essas experiências são processadas (Hoffmann; Hayes, 2018, p.80).

Atualmente, há centenas de metanálises de ensaios clínicos que comprovam a eficácia da TCC. As principais *guidelines* do mundo indicam a TCC

e suas vertentes como abordagens terapêuticas de primeira linha para uma diversidade de transtornos mentais (Cordioli, 2019, p. 34). A interação dialética entre teoria, prática, e filosofia da ciência abre novos horizontes para a investigação teórica e tecnológica na TCC (Hoffmann; Hayes, 2018, p.81). Essa vertente integrada promete e comprova a eficácia das intervenções para a redução de sintomas, ou remissão dos transtornos (Pereira, Donato-Olivia, Peluso, 2021, p.93) circunstanciados neste presente estudo.

## **INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS**

Agradecemos ao Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (Processo n. 140563/2024-5).

## **REFERÊNCIAS**

- ABREU, Cristiano Nabuco de. **Psicologia do cotidiano: como vivemos, pensamos e nos relacionamos hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al.. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Artmed Editora, 2014.
- AGRAS, William Stewart. **Cognitive behavior therapy for the eating disorders**. Psychiatric Clinics, v. 42, n. 2, p. 115, 2019.
- BECK, A.T; ALFORD, B. A. **O poder integrador da Terapia Cognitiva**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 2000.
- BECK, J. S. **Terapia Cognitiva: teoria e prática**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1997.
- \_\_\_\_\_, Judith S. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática**. 3. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2022.
- BRONZATTO, Jheniffer Amanda; LOURENCETI, Maria Dalva. **A eficácia da terapia cognitivo-comportamental (TCC) no combate aos transtornos alimentares: anorexia nervosa e bulimia nervosa**. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 7, n. 14, p. e14993-e14993, 2024. Disponível em: <http://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/993/867> Acesso em: 05/05/24
- CALIXTO, Gleiciane Rodrigues; PACHECO, Maria Eniana Gomes Araújo. **Terapia Cognitivo-Comportamental para o tratamento do Transtorno de Ansiedade Social**. **Revista Encontros Científicos UniVS| ISSN: 2595-959X|**, v. 6, n. 2, 2024. Disponível em: <https://rec.univs.edu.br/index.php/rec/article/view/265/212> Acesso em 05/05/24

CAMARGOS, Samara Pereira da Silva; LOPES, Renata Ferrarez Fernandes; BERNARDINO, Leonardo Gomes. **Terapia Cognitivo-Comportamental Multicomponente para adolescentes com transtorno alimentar: um estudo de caso.** Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, v. 16, n. 2, p. 114-121, 2020. Disponível em:  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1808-56872020000200008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808-56872020000200008). Acesso em: 01/04/2024

CORDIOLI, Aristides, V. e Eugenio H. Grevet. **Psicoterapias: abordagens atuais.** Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582715284/> , (4th edição). Grupo A, 2019. Acesso em: 05/05/2024

HAYES, Steven C. **Acceptance and commitment therapy, relational frame theory, and the third wave of behavioral and cognitive therapies.** Behavior therapy, v. 35, n. 4, p. 639-665, 2004. Disponível em:  
<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-56872018000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872018000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 01/04/2024

HOFMANN, Stefan G.; HAYES, Steven C. **TCC moderna CBT: Movendo-se em direção a terapias baseadas em processos.** Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, v. 14, n. 2, p. 80, 2018. Disponível em:  
<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-56872018000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872018000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 01/04/2024

HOFMANN, Stefan G.; HAYES, Steven C. TCC moderna CBT: Movendo-se em direção a terapias baseadas em processos. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 14, n. 2, p. 77-84, 2018. Disponível em:  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-56872018000200003&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-56872018000200003&script=sci_arttext). Acesso em: 06/05/2024.

KLEPAC, Robert K. et al. **Guidelines for cognitive behavioral training within doctoral psychology programs in the United States: Report of the Inter-organizational Task Force on Cognitive and Behavioral Psychology Doctoral Education.** Behavior Therapy, v. 43, n. 4, p. 687-697, 2012. Disponível em:  
<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-56872018000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872018000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 01/04/2024

KNAPP, Paulo; BECK, Aaron T. **Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva.** Brazilian Journal of Psychiatry, v. 30, p. s54-s64, 2008.

MAFFINI, Gabriela; CASSEL, Paula Argemi. **Intervenções da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) para transtorno de estresse pós-traumático: estudo de caso.** Revista Sociais & Humanas, v. 34, n. 1, 2021. Disponível em:  
<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/download/42659/pdf/285745>. Acesso em: 01/04/2024

MEDEIROS, Melka Rodrigues Braúna; SILVA, Ralina Carla Lopes Martins da; ALMONDES, Katie Moraes de. **Narcolepsia na infância: a atuação multidisciplinar com a psicologia do sono do diagnóstico ao tratamento em um relato de caso.** *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, p. e243224, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/yzpGRdW63cMNt78CFKW7cMm/abstract/?lang=pt>. Acesso em 01/04/2024

PEREIRA, Luisa Braga; DONATO-OLIVA, Angela; PELUSO, Marcelo Leonel. **Intervenções em TCC baseada na internet com adolescentes: uma revisão sistemática.** *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, v. 17, n. 2, p. 87-95, 2021. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-56872021000200003&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-56872021000200003&script=sci_arttext). Acesso em: 07/05/2024.

PEREIRA, Mara Dantas; BEZERRA, Cláudia Mara Oliveira. **Intervenções da Terapia Cognitivo-Comportamental para Transtorno de Ansiedade Generalizada: Estudo de Caso.** *REVISTA EIXO*, v. 12, n. 1, p. 108-117, 2023. Disponível em: <https://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/1010>. Acesso em: 01/04/2024

SILVA, Nivaneide Ferreira; BEZERRA, Eliane Maria. **Terapia cognitivo-comportamental e terapia comportamental dialética no tratamento do transtorno da personalidade borderline.** *Revista Hum@ nae*, v. 15, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.esuda.edu.br/index.php/humanae/article/view/776>. Acesso em: 01/04/2024

STOCK, Tatiana Otto; BARBOSA, Márcio Englert; KRISTENSEN, Christian Haag. **Evidências de alterações neurais na terapia cognitivo-comportamental: uma revisão da literatura.** *Contextos Clínic*, São Leopoldo, v. 7, n. 1, p. 27-36, jun. 2014. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-34822014000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822014000100004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 21 abr. 2024. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2014.71.03>.

WRIGHT, Jesse, H. et al. **Aprendendo a terapia cognitivo-comportamental: um guia ilustrado.** Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582715420/>. Acesso em: 05 mai. 2024., (2nd edição). Grupo A, 2019.

## **PROPUESTA DE MODELO DE OPEN GOVERNMENT PARA IMPULSAR LA GOBERNANZA EN LOS GOBIERNOS REGIONALES DEL PERÚ<sup>18</sup>**

Fiorella Francia Vega  
Universidad Continental, ffrancia@continental.edu.pe

### **INTRODUCCIÓN**

El desarrollo de la tecnología es un fenómeno multifacético que impulsa avances significativos en diferentes áreas de la ciencia. La aplicación de nuevos conocimientos en ingeniería, ciencias de materiales e informática ha estimulado la innovación en este proceso desde la revolución industrial hasta la actual era digital.

La disponibilidad global de información y la optimización de los procesos de producción y comunicación han sido las características distintivas de las transformaciones que las tecnologías emergentes han provocado en cada fase histórica.

El proceso de desarrollo implica una relación directa entre ciencia y tecnología. El desarrollo de innovaciones científicas fundamentales como la teoría cuántica en física o la biotecnología en biología molecular, han allanado el camino para la creación de nuevas tecnologías como las computadoras cuánticas y la edición de genes.

Estas nuevas tecnologías no sólo desafían el conocimiento humano, sino que también ofrecen soluciones innovadoras a problemas importantes que actualmente no somos capaces de resolver.

El progreso tecnológico tiene un impacto significativo en la economía y la vida diaria, más allá de los laboratorios y las fábricas. La naturaleza cambiante de los roles laborales y las interacciones sociales a través de la tecnología, desde la automatización en los procesos industriales hasta la inteligencia artificial en los servicios financieros cambia constantemente. Sin embargo, este desarrollo

---

<sup>18</sup> El trabajo de investigación se encuentra publicado en el repositorio de la Universidad Continental y puede verse en el siguiente link:  
[https://repositorio.continental.edu.pe/bitstream/20.500.12394/5831/2/IV\\_FDE\\_312\\_TE\\_Francia\\_Vega\\_2019.pdf](https://repositorio.continental.edu.pe/bitstream/20.500.12394/5831/2/IV_FDE_312_TE_Francia_Vega_2019.pdf)

no está exento de obstáculos éticos y sociales, como la privacidad de los datos, la ciberseguridad y la desigualdad digital, que requieren un examen cuidadoso y una gestión adecuada.

La tecnología siempre está cambiando y tenemos que mantenernos al día aprendiendo cosas nuevas y adaptándonos a nuevas formas de hacer las cosas. Nuevas tecnologías como la impresión 3D y las energías renovables están revolucionando las industrias y abriendo posibilidades interesantes para las empresas y la economía. Trabajar junto con otros países e invertir en investigación y desarrollo es muy importante para mantenerse a la vanguardia en un mundo donde todo está conectado y depende de nuevas tecnologías.

En las últimas décadas, la tecnología ha cambiado por completo la forma en que hacemos las cosas en medicina, ingeniería y arquitectura. Ha generado nuevas ideas e inventos sorprendentes que han cambiado por completo la forma en que pensamos y trabajamos en estos importantes campos. La medicina es la ciencia y la práctica del diagnóstico, tratamiento y prevención de enfermedades. Gracias a la tecnología, los médicos ahora pueden realizar diagnósticos más precisos y adaptar tratamientos específicamente a las necesidades de cada paciente. Las imágenes médicas han recorrido un largo camino, desde rayos X básicos hasta técnicas avanzadas como la resonancia magnética y la tomografía por emisión de positrones (PET), que proporcionan imágenes detalladas del interior de nuestro cuerpo. Además, la genómica y la biotecnología han allanado el camino para tratamientos personalizados y edición genética, dando esperanza a quienes padecen enfermedades genéticas y cánceres específicos.

En el campo de la ingeniería, la tecnología ha impulsado la construcción de estructuras más seguras, eficientes y sostenibles. La utilización de materiales avanzados de alta resistencia ha permitido la creación de rascacielos que desafían los límites de altura y resistencia estructural. Además, la integración de sistemas de modelado y simulación por computadora ha optimizado el diseño de infraestructuras complejas, como puentes y túneles, mejorando la eficiencia durante la fase de construcción y minimizando los riesgos para los trabajadores.

En arquitectura, la tecnología ha facilitado la creación de diseños arquitectónicos innovadores y sostenibles. La introducción de software de diseño



asistido por computadora (CAD) y técnicas de modelado paramétrico ha permitido a los arquitectos explorar formas y estructuras que antes eran difíciles de concebir y construir. Además, la incorporación de materiales ecológicos y técnicas de construcción modular ha mejorado la eficiencia energética de los edificios y reducido su impacto ambiental, promoviendo un desarrollo urbano más sostenible y resiliente.

De este modo, la tecnología se percibe en muchas ciencias como la medicina, la ingeniería, la arquitectura y otras; sin embargo, cabe preguntarnos ¿son las Administraciones Públicas ajenas a este proceso de modernización tecnológica?, la respuesta depende del contexto geográfico en que nos encontremos; ya que en EE.UU y en Europa, la Administración Pública se ha dinamizado bajo la premisa del *open government*, el cual busca fortalecer mecanismos de participación y colaboración electrónica que incluyan a diversos actores, tales como los ciudadanos, las empresas, agencias públicas nacionales e internacionales y otros –conocidos como *stakeholders*-. La Administración moderna entiende que se necesita la confluencia de todos los *stakeholders* a fin de mejorar las decisiones políticas, normativas, jurídicas, económicas, etc.

Asimismo, los *stakeholders* entienden el papel que representan, no sólo el de fiscalización, sino de control y colaboración para con sus naciones, promoviendo la gobernanza con participación de todos.

En el caso latinoamericano, específicamente para el caso peruano, si bien existen esfuerzos normativos desde la inclusión del Perú en el 2011 a la Alianza para el Gobierno Abierto AGA, la realidad es diferente, ya que nos encontramos en un estado de transición al *open government*; con algunos esfuerzos por buscar la transparencia y promover la lucha contra la corrupción.

Tras la revisión de la literatura, se observa que existen investigaciones relacionadas a los ejes del *open government* o a los planes de acción aplicados por los gobiernos alrededor del mundo; empero, existen muy pocas que desarrollan propuestas de modelos de *open government*. Por tanto, el objetivo de la presente investigación, es establecer un modelo que dirija la implementación del *open government* a fin de lograr la participación y

colaboración de diversos *stakeholders*, logrando con ello una mejora significativa en la gobernanza pública.

En ese sentido, la contribución de esta investigación es doble, ya que por un lado, se realiza la propuesta de un modelo de *open government* para el contexto peruano, el cual permite el análisis y valoración de los datos publicados on-line, modelo que es aplicado a las 26 regiones del Perú. Por otro lado, a través de los resultados y la aplicación de métodos estadísticos, podemos determinar las falencias y debilidades que presentan las regiones del Perú, identificando con claridad las categorías que necesitan ser implementadas.

Para la consecución del objetivo, la presente investigación se organiza de en cuatro capítulos.

El Capítulo I, aborda el planteamiento del problema de investigación, el cual contiene la descripción del problema, la formulación del problema y los objetivos, tanto general como específicos, la justificación e importancia de la investigación, el planteamiento de hipótesis general y específicas.

El Capítulo II, aborda el marco teórico, desarrollando los antecedentes internacionales y nacionales, detallando los principales aportes de autores internacionales y nacionales, así como sus aproximaciones y aportes importantes.

En el Capítulo III, se desarrolla la metodología de la investigación; abordando los métodos de investigación, el diseño metodológico que a su vez analiza el tipo, enfoque, nivel y diseño de la investigación, se determina la población y muestra y se describen las técnicas de recolección de información. Finalmente, se presenta el proceso de construcción del instrumento, el procedimiento de recolección de datos y el plan de análisis e interpretación de datos.

En el Capítulo IV, se aborda los resultados y la discusión de la investigación, para lo cual se disgrega el análisis en función los dos grupos del modelo, primero, se presentan los resultados del contexto de la información divulgada, y las categorías que lo integran, nos referimos al diseño y navegabilidad y a la usabilidad, después se presentan los resultados del contexto

de la información divulgada, teniendo en cuenta las categorías de transparencia, participación, colaboración y rendición de cuentas. Finalmente se presentan las conclusiones y recomendaciones del presente trabajo.

## CAPÍTULO I

### PLANTEAMIENTO DEL PROBLEMA DE LA INVESTIGACIÓN

El presente capítulo aborda la problemática de la investigación. Para ello, se hace una descripción detallada del problema de investigación, analizando la situación actual de los gobiernos regionales frente al *open government* (em adelante OG), así como el uso de las TICs para este propósito. Posteriormente se presenta la formulación del problema general y los problemas específicos, para continuar con la formulación del objetivo general y específicos; asimismo, se presenta la justificación e importancia de la investigación, para continuar luego con las hipótesis tanto general como específicas. Finalmente, se presentan las variables e indicadores.

#### 1.1. DESCRIPCIÓN DEL PROBLEMA DE INVESTIGACIÓN

La idea del OG nace inicialmente como respuesta al secretismo del Estado en situaciones de interés público y a los problemas de corrupción que aquejan a las naciones. El OG se vale de las innovaciones tecnológicas que dan paso a la adopción de nuevos valores en el funcionamiento del sector público, uno mucho más horizontal, abierto y con una clara orientación a la innovación Criado I. (2016), todo ello con el objetivo de implementar la transparencia, la participación, la colaboración y la rendición de cuentas. Las Administraciones Públicas alrededor del mundo, muestran preocupación por la integración de estos temas en sus agendas y políticas. Y es que el uso de las TICs en la Administración Pública, tiene como objetivo principal la mejora en el rendimiento de los servicios públicos como destaca Hartley J. (2005).

Para el caso peruano, la adopción de estas nuevas tecnologías se han convertido en una herramienta esencial, especialmente en lo que respecta a la satisfacción de las necesidades de la colectividad y la promoción de la participación ciudadana en la formulación de políticas públicas que permitan el

cumplimiento de las demandas sociales de eficiencia y efectividad en el uso de los recursos; sin embargo, cabe preguntarnos ¿En qué medida las políticas de OG se aplican en las regiones con el fin de viabilizar la transparencia, la participación, la colaboración y la rendición de cuentas? ¿Existe acaso algún modelo o directriz que guíe la aplicación del OG para estos fines? La respuesta es negativa, ya que en la actualidad observamos que los gobiernos regionales no tienen una idea clara de OG y, en consecuencia, se carece de políticas orientadas a la aplicación del OG. En este contexto, se hace necesaria la propuesta de un modelo de OG que permita, por un lado, controlar el contexto de la información divulgada, es decir, las herramientas que los gobiernos regionales ponen a disposición para la publicación de la información y por otro lado, el contenido de la información divulgada, ya que son los gobierno regionales los que disponen de esta información en una suerte de monopolio. Una vez finalizada esta etapa, se debe evaluar si los gobiernos regionales poseen medios o canales dentro de la página web que permitan la participación y colaboración, a fin de promover y desarrollar los ejes del OG, asegurando la gobernanza, entendida como la implicancia de todos los actores entre ellos y principalmente los ciudadanos para la aplicación, evaluación y toma de decisiones en los gobiernos regionales.

Si bien la implementación del modelo de OG incidirá en la mejora de la gobernanza pública, también podría reducir significativamente la corrupción, al brindar canales electrónicos de denuncia que permitan al ciudadano efectivizar en tiempo real denuncias *on-line*. Como se señala anteriormente, los ejes del OG buscan un acercamiento al ciudadano brindando mecanismos que permitan una mayor transparencia; posibilitando de forma indirecta la reducción de la corrupción.

## 1.2. FORMULACIÓN DEL PROBLEMA

### 1.2.1. Problema General

¿La implementación de un modelo *open government* contribuye al fortalecimiento de la gobernanza en los gobiernos regionales?

### 1.2.2. Problemas Específicos

a) ¿Cuál es el grado de desarrollo de las políticas de *open government* en los gobiernos regionales del Perú?

b) ¿Qué tipo de gobernanza desarrollan los gobiernos regionales del Perú?

c) ¿Qué modelo de *open government* es aplicable para el fortalecimiento de la gobernanza en los gobiernos regionales del Perú?

d) ¿Existen otras políticas que viabilicen la aplicación del *open government* y en consecuencia la mejora de la gobernanza en los gobiernos regionales del Perú?

### 1.3. OBJETIVOS

#### 1.3.1. Objetivo General

Determinar si la implementación de un modelo de *open government* contribuye al fortalecimiento de la gobernanza en los gobiernos regionales

#### 1.3.2. Objetivos Específicos

a) Determinar el grado de desarrollo de las políticas de *open government* en las regiones del Perú.

b) Determinar el tipo de gobernanza que desarrollan los gobiernos regionales del Perú.

c) Describir que modelos de *open government* existen y determinar cuál es el más viable para el fortalecimiento de la gobernanza en los gobiernos regionales del Perú.

d) Definir que políticas viabilizan la aplicación del *open government* y en consecuencia la mejora de la gobernanza en los gobiernos regionales del Perú.

### 1.4. JUSTIFICACIÓN E IMPORTANCIA

Existen diversas normativas que pretenden la implementación del OG, la modernización, la mejora en la gobernanza pública y la gestión pública en el Perú, así podemos citar el Decreto Supremo N ° 060-2001-PCM a través del cual se crea el Portal del Estado peruano, la Ley No. 27658, Ley Marco para la Modernización de la Administración del Estado, que establece políticas orientadas hacia el gobierno electrónico y la transparencia, la Resolución Ministerial N ° 274-2006-PCM, a través del cual se aprueba la estrategia del gobierno electrónico nacional, el Decreto Supremo No. 066-2011-PCM, mediante el cual se aprueba el "Plan de Desarrollo para la Sociedad de la Información en Perú - La Agenda Digital Peruana 2.0, el Decreto Supremo No. 081 -2013-PCM que aprueba la Política Nacional de Gobierno Electrónico 2013-2017, más recientemente, mediante Decreto Supremo DS-016-2017-PCM, se aprueba la "Estrategia de Datos Abiertos de Gobierno Nacional de Perú 2017-2021" y el "Modelo de Datos Abiertos de Gobierno de Perú", que crea el Portal de Datos Nacional Abierto, un sistema informático que facilita el acceso al catálogo nacional de datos abiertos de la Administración Pública. Dichos dispositivos legales no hacen más que demostrar la preocupación del Estado por consolidar una Administración más dinámica y participativa. Sin embargo, es de resaltar que pese a éstos esfuerzos se carece de un sistema automatizado que permita evaluar los parámetros de la información que las Administraciones divulgan, es por ello, que la presente investigación se justifica en la necesidad de implementación de un modelo de OG que evalúe las principales características de los portales web que las Administraciones Públicas ofrecen, así como el contenido de la misma, permitiendo un mayor acceso y participación de los diversos *stakeholders* en la gobernanza pública de los gobiernos regionales en el marco de la Alianza para el Gobierno Abierto – AGA al que nuestro país se encuentra suscrito desde el 2011.

La importancia de la investigación radica en la propuesta del modelo contribuyendo a la literatura de dos maneras. Primero, la metodología utilizada para la elaboración del modelo propuesto, constituye un nuevo instrumento con elementos que analizan el uso de herramientas básicas y específicas para la difusión de información en los gobiernos regionales, siendo útil su aplicación en la valoración y evaluación del OG en las diversas instituciones del Estado. En

segundo lugar, el modelo aplicado a los 26 gobiernos regionales del Perú, presenta resultados sobre los aspectos menos desarrollados y en los que se debe trabajar intensamente a fin de fortalecer la gobernanza pública, teniendo en cuenta la prestación de servicios en atención a las necesidades de los ciudadanos en el marco del OG.

Por otro lado, la presente investigación cuenta con implicancias prácticas, ya que el modelo propuesto nos ayuda a implementar las políticas de OG en los gobiernos regionales, logrando con ello una mejor gobernanza; haciendo posible la materialización de la transparencia, participación y colaboración.

## 1.5. HIPÓTESIS

### 1.5.1. Hipótesis General

La implementación del modelo de *open government* propuesto contribuyen al fortalecimiento de la gobernanza en los gobiernos regionales.

### 1.5.2. Hipótesis Específicas

#### A. Hipótesis Específica 01

Las regiones del Perú se encuentran en la fase inicial del desarrollo de las políticas de *open government*, concretamente se denota un desarrollo inicial del eje de la transparencia, careciendo de mecanismos de participación, colaboración y rendición de cuentas.

#### B. Hipótesis Específica 02

El tipo de gobernanza que se desarrolla en los gobiernos regionales del Perú es la gobernanza centralizada, que tiene como único protagonista a la Administración Pública.

#### C. Hipótesis Específica 03

El modelo de *open government* que mejor se adapta a las necesidades y al contexto de las regiones del Perú es el modelo de OG propuesto en la presente investigación, con dos estadios bien definidos, el contexto de la información divulgada y el contenido de la información.

#### D. Hipótesis Específica 04

Las políticas que contribuirían a viabilizar la aplicación del *open government* y en consecuencia la mejora de la gestión pública en los gobiernos regionales del Perú, son las orientadas a la implementación y fortalecimiento del gobierno electrónico, así como las que impulsen un mayor desarrollo de infraestructura tecnológica.

## CAPÍTULO II

### MARCO TEÓRICO

El presente capítulo hace un esbozo de la literatura en relación a los modelos y propuestas de *open government*. Para ello, se ha utilizado cuatro antecedentes internacionales que ofrecen importantes aproximaciones al objeto de estudio; asimismo, se tuvo en cuenta tres antecedentes nacionales, que ofrecen una visión más genérica de los modelos de OG y *e-government*. Por otro lado, se hace un recuento de las bases teóricas científicas, en relación al OG y a la gobernanza, teniendo en cuenta la revisión de la literatura, así como las diversas teorías que sustentan los modelos de OG. Por último, se ofrece un listado de definiciones de conceptos y términos que ayudarán a una mejor comprensión de la investigación.

#### Antecedentes

##### Internacional

Lee & Kwak (2012) en su investigación titulada “Un modelo de madurez de gobierno abierto para la participación pública en redes sociales” proponen un modelo de madurez de gobierno abierto basado estudios campo de las agencias de administración de salud en EE. UU. Este modelo está específicamente



desarrollado para evaluar y guiar al gobierno abierto, a través del compromiso público transparente, interactivo, participativo y colaborativo que son en gran parte habilitados por tecnologías emergentes como las redes sociales. El modelo consta de cinco niveles: condiciones iniciales (Nivel 1), transparencia de datos (Nivel 2), participación abierta (Nivel 3), colaboración abierta (Nivel 4), y compromiso ubicuo (Nivel 5). Los autores señalan que existe una secuencia lógica para aumentar el compromiso público basado en los medios sociales y las agencias deben centrarse en lograr un nivel de madurez a la vez. El modelo de madurez de gobierno abierto ayuda a las agencias gubernamentales a implementar sus iniciativas de gobierno abierto efectivamente construyendo capacidades organizativas y tecnológicas de manera ordenada.

El estudio de este modelo incluyó múltiples entrevistas de campo con ejecutivos del gobierno, gerentes, contratistas, y análisis de datos de archivo. Cada entrevista fue semi-estructurada con preguntas orientadoras y los entrevistados hablaron sobre sus planes de gobierno abierto de la agencia, estado actual del gobierno abierto e iniciativas, desafíos, riesgos, beneficios, mejores prácticas y métrica.

Solar, Meijueiro, & Daniels (2013) en su investigación titulada “Una guía para implementar datos abiertos en agencias públicas” , se propone una guía para implementar datos abiertos en agencias públicas, dicha guía se estructura en base a un modelo de madurez propuesto por los autores que se aplicó en tres países de América Latina (Chile, Colombia y El Salvador). La metodología consistió principalmente en construir una encuesta cuyas preguntas en su mayoría fueron cerradas; y para las preguntas abiertas que eran opcionales, se brindó la posibilidad de responder directamente en la web. El segundo paso fue la identificación de un grupo de expertos en *Open government data*, para la encuesta entrega.

Los autores sostienen que estos beneficios deben ir de la mano con algunos de los principios y criterios como la simplicidad, el Quick-Win que es un principio de desarrollo inicial rápido con algunos elementos visibles, el nivel de madurez, a fin de un implementando nuevos elementos, el compartir experiencia,

relacionado al intercambio de experiencias entre países e instituciones para avanzar y finalmente la liberación de datos.

Muñoz, Sánchez, & Bolívar (2012) en su investigación titulada “La transparencia de las entidades de fiscalización autonómicas en España. Un estudio empírico” se analiza si las entidades de fiscalización españolas han implementado las nuevas tecnologías de la información - más concretamente Internet-, como un medio para mejorar tanto la transparencia de sus actuaciones como la interacción con sus *stakeholders*. Para ello los autores teniendo en cuenta los principios rectores de la Organización Internacional de las Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI) elaboran un modelo de evaluación de la divulgación de información que proporcionan las Cámaras de Cuentas examinando los principales aspectos a tener en cuenta, tanto en el contenido como en la forma y contexto en que se produce dicha divulgación.

Este modelo contribuye fundamentalmente a la organización de los ítems de evaluación de la información divulgada, pero sobre todo ofrece un análisis que incluye a los *stakeholders* y la relación de éstos frente a las innovaciones tecnológicas, resaltando que atrás quedó el papel de las Administraciones Públicas como meras transmisoras de información vía web, para pasar a un modelo en el que los propios usuarios dejan de asumir un rol pasivo, y participan, conversan, comparten, generan contenidos y, en definitiva, lideran la comunicación y adoptan un papel protagonista en las iniciativas promovidas en la web.

Blasio & Selva, (2016) en su investigación titulada “¿Por qué elegir el gobierno abierto? Motivaciones para la adopción de políticas de gobierno abierto en cuatro países europeos” se realiza un análisis cualitativo de políticas que incluyen a Francia, Italia, España y el Reino Unido, se mapean los diferentes significados de abierto gobierno, examinando las medidas específicas y las motivaciones clave para su adopción con el fin de descubrir cómo diferentes gobiernos nacionales enmarcan las variables de gobierno abierto. Este estudio muestra el surgimiento de modelos competitivos de gobierno abierto: por un lado, el modelo hegemónico de gobierno abierto que enfatiza la innovación y la apertura en el sentido de una mayor transparencia, y en ocasiones de

colaboración público-privada, pero no logra el proceso de decisión abierta. Las autoras ponen de manifiesto la existencia de una paradoja en la implementación de Gobierno abierto: la lente económica, aunque suavizada por un impulso hacia la innovación, ancla el proceso de formulación de políticas en mecanismos ya consolidados, en lugar de en cambios sustanciales. Por otro lado, el estudio detecta el surgimiento de una perspectiva diferente sobre el gobierno abierto, que proporciona un marco de políticas adecuadas para que se desarrollen las innovaciones democráticas. Asimismo, el estudio demuestra la escasa atención prestada a los ejes de participación y colaboración en comparación con la transparencia. Las autoras proponen el siguiente modelo de OG que fue aplicado a los 4 países de la Unión Europea.

#### Nacional

Molina J. (2014) en su tesis titulada “Un modelo de e-Gobierno para el Sector Economía basado en componentes de la Web 2.0”, busca identificar un modelo de *e-government* que incluya herramientas colaborativas y modernas en el diseño de los portales de las entidades del Sector Economía, para ello, propone el uso de herramientas tecnológicas modernas que maximizan el uso del Internet (Web 2.0), a fin de desarrollar la etapa de “Transacción” del Gobierno Electrónico.

Esta investigación, también compara los portales de los Ministerios de Economía (o su equivalente) de los países desarrollados (Estados Unidos, Japón y Alemania). Acorde a Molina J. (2014) los resultados indican que Estados Unidos cuenta con el mayor grado de acercamiento al uso de Gobierno Electrónico bajo las premisas de la Web 2.0, por poner a disposición del usuario mecanismos de autogeneración de información, acercamiento y conversación, redes sociales y manejo de una política de OG. Asimismo, Molina J. (2014) sostiene que Perú no está muy lejos de alcanzar el mismo nivel de los Estados Unidos, por ello, el autor considera necesario el seguimiento de un modelo que cumpla con desarrollar los componentes que estén alineados a los elementos claves del concepto de Gobierno Electrónico, orientados al uso de la Web 2.0, bajo una filosofía de servicio basado en Gobierno Abierto y enmarcados en el

cumplimiento de las características propias de la etapa de Transformación de Gobierno Electrónico.

Daza J. (2017) en su tesis titulada “Propuesta modelo de Gobierno Abierto para mejorar la gestión municipal en el distrito de Jazán – provincia de Bongará – Región Amazonas” hace un recuento de las dimensiones de la gestión municipal, y centra su modelo en la dimensión política, para ello tiene en consideración los ejes del OG.

El autor hace uso de una Matriz Modificada de Autoevaluación de la Dimensión Política de la Gestión Municipal y además utiliza encuestas de percepción para conocer los problemas más importantes que demanda la población tales como los servicios públicos que oferta la municipalidad, el uso y frecuencia del internet y redes sociales por parte de la población, y la percepción de cuan transparente, participativo es el gobernó local.

Velazco S. (2017) en su tesis titulada “Gobierno abierto y gestión municipal desde la percepción de los contribuyentes en el distrito de San Martin de Porres” analiza la relación del gobierno abierto y gestión municipal desde la percepción de los contribuyentes en el distrito de San Martin de Porres, para ello, hace uso de la encuesta, y aplica un cuestionario tipo Lickert. Los resultados muestran que existe relación entre las variables y por lo tanto el gobierno abierto en sus ejes de transparencia, participación y colaboración constituye una parte fundamental para la gestión municipal.

### CAPITULO III

#### METODOLOGÍA DE LA INVESTIGACIÓN

El presente capítulo aborda la metodología usada en la investigación. Para ello, se hace una descripción detallada del método científico y el diseño metodológico, especificando el tipo, enfoque, nivel y diseño de la investigación. Posteriormente, se presenta la población y muestra del estudio, las técnicas de recolección de datos; describiendo la técnica y el instrumento utilizado, en este último acápite se detallan las valuaciones usadas; asimismo, se presenta el

proceso de construcción del instrumento, el cual cuenta con 2 grupos, 6 categorías y 118 ítems. F

### Métodos de la Investigación

El método utilizado en la presente investigación es el método científico, entendido como aquel proceso utilizado para validar observaciones y minimizar sesgo del observador. El objetivo es que la investigación se lleve a cabo de manera justa, imparcial y repetible Ryan & O'Callaghan, (2002). El método científico, describe una secuencia de acciones que constituyen una estrategia para lograr uno o más objetivos de investigación. En relación a esto, la metodología científica condena el estudio general de los métodos científicos y forma la base para una comprensión adecuada de esos métodos Haig. B.D. (2010).

### Diseño Metodológico

#### Tipo de Investigación

La presente investigación es de tipo prospectivo-transversal. Según la planificación de la toma de datos, el estudio es prospectivo, ya que los datos utilizados en la investigación son primarios, es decir, se obtuvieron como resultado de las valuaciones hechas por la investigadora. Según el número de ocasiones en que se mide la variable de estudio, la investigación es transversal, ya que los datos fueron recolectados en un momento y tiempo únicos, en septiembre del 2018.

#### Enfoque de la Investigación

La presente investigación tiene un enfoque cuantitativo, para Hernández R., Fernández-C. & Baptista P. (2006) este enfoque se caracteriza por el uso de la recolección de datos para probar las hipótesis, con base en la medición numérica y el análisis estadístico, para establecer patrones de comportamiento y probar teorías. Los autores citados refieren que este enfoque posibilita la generalización de los resultados más ampliamente, otorgando el control sobre los fenómenos, así como un punto de vista de conteo y las magnitudes de éstos;

además, brinda la posibilidad de réplica y un enfoque sobre puntos específicos de tales fenómenos, facilitando la comparación de estudios similares.

#### Nivel de Investigación

El nivel de la investigación es aplicada. Siguiendo a Vargas Z. (2009) este nivel de investigación se caracteriza por buscar la aplicación o utilización de los conocimientos adquiridos, después de implementar y sistematizar la práctica basada en investigación. La citada autora, hace hincapié en la existencia de particularidades metodológico-estructurales y documentales de la investigación aplicada, ya que en ellas se sigue una lógica diferente a la de enfoques de investigación de las otras fases de desarrollo de la ciencia, sin que por ello deje de cumplir con la necesaria rigurosidad teórico metodológica, que subyace al quehacer científico. Por otro lado, Lozada J. (2014) refiere que la investigación aplicada tiene por objetivo la generación de conocimiento con aplicación directa y a mediano plazo en las sociedades en el sector productivo. Este tipo de estudios presenta un gran valor agregado por la utilización del conocimiento que proviene de la investigación básica. En la presente investigación, se busca aplicar los conocimientos del OG adquiridos, con el objetivo de proponer un modelo de OG que contribuya a la implementación de estas políticas, permitiendo una mejora en la gobernabilidad.

#### Diseño de la Investigación

El diseño es no experimental, del tipo transversal-exploratorio, ya que los datos para la presente investigación fueron recogidos en septiembre del 2018. Como menciona Hernández Sampieri et al., (2006) los diseños de investigación transeccional o transversal recolectan datos en un solo momento, en un tiempo único. Su propósito es describir variables y analizar su incidencia e interrelación en un momento dado. Es como tomar una fotografía de algo que sucede. Siguiendo a Hernández Sampieri et al. (2006), los diseños no experimentales – transversales - exploratorios pretenden comenzar a conocer una variable o un conjunto de variables, una comunidad, un contexto, un evento, una situación. Se trata de una exploración inicial en un momento específico. Por

lo general, se aplican a problemas de investigación nuevos o poco conocidos, como el OG para la presente investigación.

### 3.2.5. Población y muestra de la investigación

#### A. Población

La población está compuesta por las 24 regiones del Perú, además de Lima metropolitana y la provincia constitucional del Callao, dando un total de 26 circunscripciones, que serán llamadas en adelante “los gobiernos regionales”.

#### B. Muestra

El modelo se aplicará a los 26 gobiernos regionales.

### 3.2.6 Técnicas de recolección de la información

#### A. Técnica

Evaluación en página web oficial, se analizó si cada ítem propuesto en el modelo de OG estaba presente o no en las 26 páginas web de los gobiernos regionales.

#### B. Instrumento

Se hizo uso del instrumento propuesto, el cual cuenta con 118 ítems de valuación, agrupados en dos grupos de seis categorías. El primer grupo, es el del contexto de la información divulgada, el cual cuenta con las categorías de a) diseño y navegabilidad, compuesto de 9 ítems y b) usabilidad, compuesto por 15 ítems. El segundo grupo versa sobre el contenido de la información divulgada, este grupo cuenta con cuatro categorías a) transparencia, conformada por 16 ítems, b) participación, con 7 ítems y finalmente rendición de cuentas con 60 ítems. En relación a la valoración de cada uno de los ítems del modelo de OG propuesto y considerando los estudios previos de Garde, Rodríguez & López Hernández (2013) y Muñoz et al., (2012) optamos por una valuación dicotómica binaria (0/1) teniendo en cuenta la ausencia o presencia de cada ítem. Empero, es de destacar algunas excepciones; en el primer grupo, sobre el contexto de la

información divulgada, en la categoría de usabilidad, para los formatos electrónicos del procesamiento de la información, se asignó 0,2 a los formatos que permiten el procesamiento de la información y de 0,06 a los que sólo presentan la información, sin embargo, la sumatoria del valor asignado al total de los formatos es 0.98, con redondeo a 1. Del mismo modo, para el ítem de búsqueda se consideraron 3 ítems cuya sumatoria es 0.99, con redondeo a 1. Para las características de accesibilidad, se consideraron 2 ítems con puntuación de 0,5 cuya sumatoria es 1. Finalmente, para el caso de los idiomas, se consideró 0,25 por los principales idiomas: español, quechua, aimara e inglés, con una sumatoria total es 1. En cuando al grupo del contenido de la información divulgada, también se presentan ítems que se dividirán proporcionalmente hasta que la suma de los mismos sea 1. Siendo fundamental destacar que, en la categoría de colaboración, se asigna una valuación de 1 si se trata de *open participation* o 0,5 si se trata de *selected participation*, en este caso se asigna un mayor valor al ítem de open participation, pero que en ningún momento no supera la puntuación planteada en el modelo, que es 1.

## CAPÍTULO IV

### RESULTADOS Y DISCUSIÓN DE LA INVESTIGACIÓN

Este capítulo versa sobre los resultados obtenidos tras la aplicación del modelo. Para ello, en la evaluación de los ítems propuestos se hace un recuento de los grupos y categorías que conforman el modelo, para luego presentar los resultados del primer grupo en relación al contexto de la información divulgada, analizando el diseño y la navegabilidad así como la usabilidad; asimismo, se presentan los resultados del segundo grupo en relación al contenido de la información divulgada, haciendo un análisis detallado de la transparencia, participación, colaboración y la rendición de cuentas.

### EVALUACIÓN DE LOS ÍTEMS PROPUESTOS

Para la elaboración del modelo de OG propuesto se tuvo en cuenta el tratamiento de la información en dos grandes grupos y seis categorías. El primer grupo referido al contexto de la información divulgada, en este grupo se analiza



la facilidad de acceso a la página web, así como las herramientas que ofrecen las páginas web oficiales a los usuarios, este grupo se encuentra integrado por dos categorías el de diseño y navegabilidad compuesto por 09 ítems y la categoría de usabilidad, conformado por 15 ítems. El segundo grupo se refiere al contenido de la información divulgada, el cual se encuentra conformado por cuatro categorías, la transparencia con 16 ítems, la participación con 07 ítems, la colaboración con 11 ítems y la categoría de rendición de cuentas con 60 ítems.

Los porcentajes de la aplicación del modelo propuesto fueron obtenidos teniendo en cuenta el máximo número ideal – en caso de que cada una de regiones cumpliera con todos los aspectos- para la investigación propuesta este número es 26 y al número de ítems evaluados en cada categoría, este número varía en atención a los diversos aspectos de evaluación; así sin embargo, la puntuación máxima independientemente del número de categorías es siempre uno.

Con la explicación precedente, presentamos el análisis de los resultados obtenidos tras la aplicación del modelo de OG, teniendo en cuenta los dos grandes grupos antes mencionado. Así tenemos:

## PRIMER GRUPO

Contexto de la información divulgada En este grupo la categoría con mayor puntuación es la de usabilidad con un 52,07%, seguida del diseño y la navegabilidad con un 50%.

### Usabilidad

En relación a la usabilidad, el ítem con mayor puntuación es el referido a los hipervínculos, el cual, presenta una puntuación de 26, alcanzando con ello el 100% de su implementación y cumplimiento, ello se verificó tras la revisión de las 26 web oficiales, ya que éstas no presentan ningún problema al acceder a los links que se ofrecen en ellas, puesto que los links se redireccionaban automáticamente. Por otro lado, con una puntuación de 15,18 se encuentra el ítem de búsqueda, siendo que las herramientas de búsqueda avanzada fueron las que mejor puntuación obtuvieron, al respecto, consideramos que se deben

implementar herramientas de búsqueda básica, ya que en muchos casos la búsqueda avanzada está orientada al conocimiento de datos u expedientes específicos, que facilitan el acceso a funcionarios o personas con cierto conocimiento especializado, pero no así para la ciudadanía en general, quienes se ven incluso con menores posibilidades de acceso ante la reducida presencia de las herramientas de búsqueda básica.

Siguiendo con esta categoría, los ítems que obtuvieron menor puntuación fueron; de un lado, el formato electrónico para el procesamiento de la información con una puntuación de 6,52 y por otro, el referido a los idiomas con una puntuación de 7. En atención al primero, es de resaltar que el formato de mayor uso entre las 26 regiones del Perú es el xls y el PDF, respectivamente. Este resultado muestra los esfuerzos de las Administraciones Públicas peruanas por el uso de datos, sin embargo, aunque notamos la presencia del uso de la información en formato CSV en la región de la Libertad, cabe resaltar que ninguna región hizo uso de formatos JSON; ya que la mayoría de las regiones presenta información escaneada y subida en formato PDF., lo que dificulta su tratamiento. En relación a los idiomas, notamos que las 26 regiones presentan información en español, pero ninguna en los idiomas originarios como el quechua y el aimara; asimismo, sólo dos regiones La Libertad y Tacna, poseen la información en inglés; este último aspecto es de vital importancia, ya que permite la evaluación y acceso de instituciones y personas más allá de nuestras fronteras.

#### Diseño y navegabilidad

En relación al diseño y navegabilidad, el ítem con mayor puntuación fue el contenido comprensible y de fácil acceso, con un desarrollo del 98,07% mostrando con ello que las regiones cuentan con un contenido comprensible; además, esta práctica resulta ser homogénea entre las regiones, ya que la desviación típica es de 0,14.

Por otro lado, los ítems con menor puntuación fueron los referidos a las notificaciones de trámite o proceso y las aplicaciones de técnicas SEO con una puntuación de 0 y 3 respectivamente. En atención a las notificaciones de trámite

y proceso observamos que en ninguna de las 26 páginas web analizadas se presentan cuadros de diálogos o alertas que notifiquen acerca del abandono de un trámite o proceso, por lo que es fácil y recurrente perder un procedimiento por error o con sólo salir de la página. Con relación a las técnicas SEO, debemos manifestar que son técnicas orientadas al posicionamiento web; es decir, al digitar una determinada palabra en un buscador, nos ayuda a saber cuál es la lista de prelación que se ofrece. En el caso peruano, solo tres regiones se presentan entre las cinco primeras posiciones de Google Chrome y son: La Libertad, Lima Metropolitana y Ucayali.

## SEGUNDO GRUPO: Contenido de la información divulgada

Con la aplicación de la fórmula propuesta para fines comparativos, vemos que la categoría que presenta un mayor desarrollo en este grupo es la transparencia con un 59,69%, seguida de la participación con un 19,23% y la rendición de cuentas con un 13,07% y finalmente la colaboración con un 7,41%.

### Transparencia

En relación a la transparencia, los ítems que presentan una mayor puntuación fueron la publicación de los datos gubernamentales, seguido de la publicación de la legislación aplicable, con una puntuación de 26. En cuanto a la publicación de los datos gubernamentales, los ítems que obtuvieron una mayor presencia entre las regiones, fueron los relativos a la publicación de datos institucionales y organizativos; es decir, que todas las páginas web presentan visión, misión de la organización, la estructura orgánica de la misma y en algunos casos esquemas que permitían el acceso de forma más detallada, este comportamiento resulta ser homogéneo entre las regiones, con una desviación típica de cero. Asimismo, dentro de la publicación de datos, todas las regiones cumplen con publicar datos referidos a la legislación vigente, esto es, datos relativos a la normativa regional.

En cuanto al uso limitado de las redes sociales, se observó que las publicaciones de actualidad –entendida ésta como la publicada dentro de los tres meses anteriores a la fecha de la investigación- fueron difundidas en Facebook,

ya que esta red social para el caso peruano es más usada que Twitter, Youtube, Whatsapp u otras.

Por otro lado, el ítem con la puntuación más baja fue la publicación de información acerca de los procesos gubernamentales vigentes y el estado actual situacional, este ítem sólo fue desarrollado en una región alcanzando el 3,84% de desarrollo a nivel global.

### Participación

En relación a la participación, la mayor puntuación la obtuvo el ítem referido al uso de redes sociales con una puntuación de 16,50 y dentro de ella las subcategorías de divulgación de información y solicitar información, es decir, que las redes sociales se encuentran orientadas a estas 2 actividades principalmente, dejando de lado la participación de la ciudadanía en la toma de decisiones. Por otro lado, el ítem con menor puntuación fue el relativo a los contenidos creados por los usuarios, con una puntuación de 0, es decir, que las regiones del Perú no promueven ninguna forma el feedback o contribuciones por parte del público, ello se contrasta con la baja puntuación en el ítem de crowd-sourcing para aprovechar las experiencias, ideas y experiencia del público, ascendente a 0,5; donde una vez más, los canales que viabilizan el aporte público son muy pocos y casi nulos.

### Colaboración

En relación a la colaboración, el ítem con mayor puntuación, la obtuvo la colaboración en la preparación, concertación, coordinación y formalización de los presupuestos participativos, siendo que todas las regiones permiten la participación de un grupo con determinadas condiciones de acuerdo a Ley, siendo *selected participation*. Las categorías de colaboración institucional, colaboración abierta al público, colaboración entre los sectores público y privado, colaboración abierta para la elaboración de políticas, así como colaboración abierta para la elaboración de políticas, obtuvieron puntajes de 0, demostrando con ello, que la colaboración en sí misma es una característica poco desarrollada por las 26 regiones.

## Rendición de cuentas

Esta categoría se encuentra referida fundamentalmente a las características cualitativas de la información financiera y presupuestaria; con la evaluación de ocho subcategorías que son: fiabilidad, carácter completo, comparabilidad, comprensibilidad, accesibilidad, oportunidad y relevancia de la información; y, finalmente, comentarios del público sobre la utilidad y calidad de los datos. Teniendo en cuenta que la cantidad de elementos difiere en cada grupo, tomamos en cuenta las puntuaciones de cada uno de ellos y la cantidad total de elementos para cada grupo. Así, el grupo con el mayor desarrollo fue la relevancia de la información con un 55,76%, seguido de la fiabilidad de la información con un 14,83%, la oportunidad con un 12,39%, luego, el carácter completo de la información y la comparabilidad, con la misma puntuación de 11,53%, seguido de los comentarios del público sobre la utilidad y calidad de los datos, con un 10,57%, la accesibilidad con 6,15% y, finalmente, comprensibilidad de la información con 1,92% de desarrollo.

En relación con la relevancia de la información, todos los sitios web presentan información adicional y desagregada, pero la región de La Libertad cuenta con información sobre gobierno abierto y datos abiertos; siendo la única región que ofrece este tipo de información desagregada. Las otras regiones presentan información adicional como agendas regionales; con el objetivo principal de promover la transparencia en las actividades de los funcionarios públicos.

En cuanto a la fiabilidad de la información, el ítem con la mejor puntuación fue la publicación de mecanismos de seguimiento sobre las recomendaciones, las observaciones de las entidades auditoras y la justificación en caso de omitir el cumplimiento; este elemento estuvo presente en casi todas las regiones, excepto en el Callao, Huancavelica y Huánuco. Sin embargo, existe una falta de información sobre el uso de indicadores de desempeño para evaluar el valor del trabajo de auditoría, la identificación del procesador de información financiera y el servicio de consulta, la diferenciación entre la información auditada y la no auditada; y además, no hay ninguna pista de si la información y los datos ofrecidos por el sitio web son auditados o no.

Respecto a la oportunidad de la información; se dividió en 4 grupos pequeños. En atención a la fecha en que se presentó la información; mensual, trimestral, semestral y anual. Después de la evaluación, la información con la mayor divulgación fue la información mensual y trimestral entre las regiones; destacando que las regiones muestran información presupuestaria actualizada en mayor proporción que la información financiera.

Sobre el carácter completo de la información solo cinco regiones; Arequipa, Ayacucho, Cajamarca, Huancavelica y Lambayeque, ofrecen la posibilidad de descargar información financiera y presupuestaria, así como un resumen de los mismos.

En relación a la comparabilidad de la información; Las regiones que presentan diseminación de la información financiera correspondiente a varios periodos financieros son Arequipa, Ayacucho, Cajamarca, El Callao, Huancavelica y Lambayeque. Además, debe tenerse en cuenta que la publicación de los criterios utilizados para preparar la información financiera y el uso del formato XLS, XBRL, CSV, JSON para todos los documentos financieros y presupuestarios fue nula.

En cuanto a los comentarios del público sobre la utilidad y calidad de los datos, solo la región de Cajamarca publica las opiniones de los usuarios; del mismo modo, ninguna de las páginas web tiene herramientas que permitan calificar la experiencia del usuario.

Respecto a la accesibilidad de la información, el único ítem presentado fue la identificación de la ubicación de la información financiera y presupuestaria, presente en Arequipa, Ayacucho, Cajamarca, Callao, Cusco, Ica, Junín y Lambayeque, el resto de regiones presentan solo una de las siguientes: información financiera o presupuestaria o ninguna. Además, cualquier región presenta la identificación del procesador de la información financiera y presupuestaria y también el servicio de consultoría o el uso de formatos electrónicos utilizados en la divulgación de información financiera y presupuestaria, el uso de diferentes idiomas en la divulgación de información financiera y presupuestaria. Informaciones ni notificaciones electrónicas.

Con respecto a la comprensión de la información, observamos que solo la región de Ayacucho utiliza proporciones y gráficos en la presentación de los datos, mientras que ninguna de las regiones presenta comentarios explicativos sobre la interpretación de los datos cuantitativos.

## CONCLUSIONES

1) La implementación del modelo de *open government* propuesto en la presente investigación contribuye a la mejora de la gobernanza en los gobiernos regionales, ya que por un lado ofrece la identificación de ítems en relación al contexto de la información divulgada, que contribuye a la organización y la presentación de las páginas web oficiales y por otro, contribuye a la implementación del contenido de la información divulgada, es decir, que contribuye a la implementación de los ejes del OG, nos referimos a la transparencia, participación, colaboración y rendición de cuentas. Con la aplicación de estas categorías se fortalece la gobernanza basada en la participación de diversos actores como los ciudadanos, las demás instituciones públicas, las empresas, entre otros.

2) Tras la evaluación de los resultados en la presente investigación podemos concluir que las regiones del Perú se encuentran en una fase inicial de aplicación de las políticas de *open government*, concretamente en la fase de transparencia, que muchas veces es confundida por los gobiernos regionales como la difusión de información.

3) Las regiones presentan falencias como la no utilizan los formatos JSON y CSV para el tratamiento de la información, lo que denota la dificultad para el procesamiento de datos y el análisis de comparabilidad. Asimismo, las páginas web no ofrecen el uso de notificaciones electrónicas sobre los diversos aspectos en los que los usuarios están interesados, lo que reduce el alcance de la transparencia. De la misma manera, ningún sitio web tiene herramientas que permitan calificar la experiencia del usuario; asimismo, no se observan estadísticas de satisfacción, lo que demuestra una vez más que las Administraciones Públicas son las únicas que controlan no solo la divulgación de información, sino también el control de los mecanismos de opinión por parte de

los usuarios, eliminando así cualquier tipo de retroalimentación y convirtiéndose en pequeños monopolios en relación al tratamiento de información.

4) En base a los resultados obtenidos, se observa que existe un alto porcentaje de las regiones con un desarrollo incipiente especialmente en lo referente a la rendición de cuentas, ya que la información y los datos ofrecidos por el sitio web no se auditan, lo que hace que las regiones peruanas sean las únicas entidades que controlan la información, imposibilitando el control y la evaluación, evitando así la posibilidad de juzgar las decisiones y estrategias de las políticas adoptadas. Por otro lado, no hay identificación del procesador de información financiera y tampoco hay servicio de consulta; asimismo, la publicación de los criterios utilizados para preparar la información financiera no es evidente, lo que limita la comprensión y evaluación de la ciudadanía. Por otro lado, los indicadores de desempeño no se utilizan para evaluar el valor del trabajo de auditoría, por lo que no es posible analizar las pautas seguidas por los auditores, reduciendo la transparencia y los mecanismos para la rendición de cuentas.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguilar Villanueva, L. (2014). Las dimensiones y los niveles de la gobernanza. Cuadernos de Gobierno y Administración Pública, 1, 11-36. Recuperado de [http://dx.doi.org/10.5209/rev\\_CGAP.2014.v1.n1.45156](http://dx.doi.org/10.5209/rev_CGAP.2014.v1.n1.45156)

Attard, J., Orlandi, F., Scerri, S., & Auer, S. (2015). A systematic review of open government data initiatives. Government Information Quarterly, 32(4), 399- 418. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2015.07.006>

Barria Traverso, D., Gonzalez-Bustamante, B., & Cisternas Guasch, C. (2019). The literature on open government in spanish. Analysis of the dynamics of production and citation. Noesis-Revista De Ciencias Sociales Y Humanidades, 28(56), 22-42. <https://doi.org/10.20983/noesis.2019.2.3>

Blasio, E. D., & Selva, D. (2016). Why Choose Open Government? Motivations for the Adoption of Open Government Policies in Four European Countries. Policy & Internet, 8(3), 225-247. <https://doi.org/10.1002/poi3.118>

Criado, J. I. (2016). Las administraciones públicas en la era del gobierno abierto. Gobernanza inteligente para un cambio de paradigma en la gestión pública. Revista de Estudios Políticos, 0(173), 245-275. <https://doi.org/10.18042/cepc/rep.173.07>



Criado, J. I., & Corojan, A. (2010). ¿Pueden las TIC cambiar la transparencia, lucha contra la corrupción y rendición de cuentas en los gobiernos latinoamericanos? Un enfoque comparado sobre los países centroamericanos (p. 37). Presentado en XIV Encuentro de Latinoamericanistas Españoles, Universidad de Santiago de Compostela. Recuperado de <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs00531527>

Daza, J. (2017). Propuesta de Modelo de Gobierno Abierto para mejorar la gestión municipal en el Distrito de Jazán - Provincia de Bongará - Región Amazonas. Recuperado de <http://repositorio.ucv.edu.pe/handle/UCV/18905>

De Blasio, E., & Sorice, M. (2016). Open Government: A Tool for Democracy? *Medijske Studije*, 7(14), 14-30. <https://doi.org/10.20901/ms.7.14.3> Estudios de la OCDE sobre Gobernanza Pública: Perú: Gobernanza integrada para un crecimiento inclusivo. (2016). Éditions OCDE. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1787/9789264265226-es>

Garde Sánchez, R., Rodríguez Bolívar, M. P., & López-Hernández, A. M. (2013). Divulgación online de información de responsabilidad social en las universidades españolas. *Revista de Educación, N o Extraordinario 2013*, 177-209. <https://doi.org/10.4438/1988-592X-RE-2013-EXT-246>

Haig, B. D. (2010). *Encyclopedia of research design. Scientific method (Vol. 3)*. Sage Thousand Oaks. Recuperado de [www.researchgate.net/publication/315643846\\_Scientific\\_method](http://www.researchgate.net/publication/315643846_Scientific_method)

Hartley, J. (2005). Innovation in governance and public services: Past and present. *Public Money & Management*, 25(1), 27-34.

Hernández Sampieri, R., Fernández-Collado, C., & Baptista Lucio, P. (2006). *Metodología de la Investigación (Cuarta)*. México: McGraw-Hill.

Lee, G., & Kwak, Y. H. (2012). An Open Government Maturity Model for social media-based public engagement. *Government Information Quarterly*, 29(4), 492-503. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2012.06.001>

Lozada, J. (2014). Investigación Aplicada: Definición, Propiedad Intelectual e Industria. *CIENCIAMÉRICA*, 3, 34-39. Molina, J. A. (2014). Un modelo de e-gobierno para el sector economía basado en componentes de la web 2.0. Recuperado de <http://cybertesis.unmsm.edu.pe/handle/cybertesis/3743>

Muñoz, L. A., Sánchez, R. G., & Bolívar, M. P. R. (2012). La transparencia de las Entidades de Fiscalización autonómicas en España. Un estudio empírico. *Revista española de control externo*, 14(42), 117-143. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5240647>

Ramírez Placencia, J., & Lozano Martínez, F. (2018). *Conceptos claves en ciencias sociales. Definición y aplicaciones*. Guadalajara, Jalisco, México: Universidad de Guadalajara. Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades.

Rodríguez, H. A. R., & Rojas, M. N. M. (2011). La organización: los stakeholders y la responsabilidad social. Documento de investigación, 97, 36. Recuperado de [http://www.urosario.edu.co/urosario\\_files/a0/a019d4bc-3670-4966-881cccaabf47d85c.pdf](http://www.urosario.edu.co/urosario_files/a0/a019d4bc-3670-4966-881cccaabf47d85c.pdf)

Ryan, M., & O'Callaghan, A. (s. f.). The Scientific Method. Recuperado de <https://www.unce.unr.edu/publications/files/cd/2002/fs0266.pdf>

SGP 1, U. (2018). Programa de fortalecimiento de capacidades en materia de Gobierno Abierto dirigido a gobiernos regionales y locales: Transparencia. Facículo I. Recuperado de <http://sgp.pcm.gob.pe/wpcontent/uploads/2015/01/Fasciculo-1-Transparencia.pdf>

SGP 2, U. (2018). Programa de fortalecimiento de capacidades en materia de Gobierno Abierto dirigido a gobiernos regionales y locales: Participación ciudadana y rendición de cuentas. Facículo 3. Recuperado de <http://sgp.pcm.gob.pe/wp-content/uploads/2015/06/F3-ParticipacionCiudadana-y-Rendicion-de-Cuentas.pdf>

Solar, M., Meijueiro, L., & Daniels, F. (2013). A Guide to Implement Open Data in Public Agencies. En M. A. Wimmer, M. Janssen, & H. J. Scholl (Eds.), *Electronic Government* (Vol. 8074, pp. 75-86). Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg. [https://doi.org/10.1007/978-3-642-40358-3\\_7](https://doi.org/10.1007/978-3-642-40358-3_7)

Slovak, M., Unt, T., Rozgonjuk, D., Vörk, A., Veskimäe, M., & Vassil, K. (2019). E-governance diffusion: Population level e-service adoption rates and usage patterns. *Telematics and Informatics*, 36, 39-54. <https://doi.org/10.1016/j.tele.2018.11.005>

Valenzuela Mendoza, R. (2013). Delimitar Gobierno Abierto para ampliar la Colaboración con una Sociedad más Abierta. *Revista Estado, Gobierno y Gestión Pública*, 0(21). <https://doi.org/10.5354/0717-6759.2013.29403>

Vargas Cordero, Z. R. (2009). La investigación aplicada: Una forma de conocer las realidades con evidencia científica. *Revista Educación*, 33 (1), 155-165.

Velazco, S. (2017). Gobierno abierto y gestión municipal desde la percepción de los contribuyentes en el distrito de San Martín de Porres. Recuperado de <http://repositorio.ucv.edu.pe/handle/UCV/7363>

Whittingham Munévar, M. (2011). ¿Qué es la gobernanza y para qué sirve? *Revista Análisis Internacional (Cesada a Partir de 2015)*, 2, 219-235. Recuperado de <https://revistas.utadeo.edu.co/index.php/RAI/article/view/24>.

## **TEMAS TRANSVERSAIS: ABORDANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE POR MEIO DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS**

Ana Júlia Fagundes 1

Uniarp, anajul21@hotmail.com

Marileusa Cecilia Carvalho

Uniarp, ORCID 0009-0006-4822-7054, marileusa@uniarp.edu.br

### **INTRODUÇÃO**

A educação ambiental tem ocupado o foco das atenções nos últimos dias, devido às tragédias naturais ocorridas no estado do Rio Grande do Sul. Destarte, iniciaram-se as discussões sobre como tal desastre poderia ter sido evitado, bem como sobre a importância do equilíbrio ambiental e da sustentabilidade para a vida na Terra hoje e no futuro. Entretanto, surge a seguinte inquietação: como desenvolver a educação ambiental como tema transversal desde o período da educação infantil?

A partir dela, encontra-se o objetivo principal desta pesquisa: elaborar uma proposta de trabalho sobre a temática da educação ambiental e da sustentabilidade, como um tema transversal, para alunos da educação infantil, com o apoio de obras literárias.

O momento para abordar tais questões não poderia ser mais propício, dada a repercussão da tragédia citada anteriormente. Porém, além disso, esse tema se mostra relevante academicamente, uma vez que é preocupação dos futuros pedagogos de que maneira deve ser desenvolvido o trabalho com os temas transversais, uma vez que já são numerosas as estimulações e habilidade a serem desenvolvidas no ambiente da educação infantil. Desse modo, entende-se a relevância social e acadêmica que a realização desta pesquisa possui.

### **OS TEMAS TRANSVERSAIS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE**

Os temas transversais abrangem diferentes áreas de conhecimento. São temas que não se limitam a uma única matéria, mas que se entrelaçam e podem ser abordados em muitas perspectivas. Sua integração no processo educativo busca proporcionar uma formação integral aos estudantes, que não aborda somente aspectos acadêmicos, mas também habilidades, atitudes e valores

necessários para seu desenvolvimento pessoal, social e como cidadão. Os temas transversais se fazem fundamentais para a preparação do estudante para que ocorra a contribuição ativa e responsável na sociedade.

Desta forma podemos ver o meio ambiente com um tema transversal de importância crucial, devido a sua grande relevância para com a humanidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) destaca a relevância da Educação Ambiental como tema transversal, devendo ser integrada às propostas pedagógicas das instituições de ensino. Essa transversalidade se traduz na incorporação de conteúdos, metodologias e valores relacionados à preservação ambiental em diversas áreas do conhecimento, desde as ciências naturais até as humanidades. Integrar o meio ambiente no currículo escolar, juntamente com temas, como a sustentabilidade, pode oferecer ao estudante inúmeros oportunidades de aprendizagem, com possibilidade de uso em sua vida social.

Como afirma Brasil (1998 p. 9) a educação ambiental é uma jornada ininterrupta que busca conscientizar, formar valores e impulsionar a ação transformadora do ser humano em relação ao meio ambiente.

Para que essa integração comece de forma precoce na vida dos discentes, pode ser feita a inserção dos temas transversais já na educação infantil com o uso de ferramentas lúdicas, acessíveis e criativas. A Educação Ambiental contextualizada conecta-se com as vivências da comunidade, tornando-se mais engajadora e significativa para a transformação socioambiental. (FREIRE, 1997).

A Educação Ambiental transcende os limites de uma disciplina curricular, assumindo um papel crucial como tema transversal que permeia todo o processo educativo. Essa abordagem holística reconhece a interdependência entre os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais, buscando formar cidadãos conscientes e engajados na construção de um futuro sustentável.

Em um mundo marcado por crescentes desafios socioambientais, a educação ambiental se torna crucial para a formação de cidadãos conscientes e engajados na construção de um futuro mais sustentável. Nesse contexto, o papel

do pedagogo assume relevância ímpar, pois ele atua como mediador fundamental entre as crianças e o meio ambiente.

Paulo Freire, em sua obra "Pedagogia da Esperança" (1997), destaca a importância da educação ambiental na formação de cidadãos críticos e transformadores. Segundo ele, "a educação ambiental é a chave para a construção de um futuro sustentável. Através dela, as crianças aprendem a amar e respeitar a natureza, desenvolvendo valores e atitudes que as tornarão cidadãos responsáveis."

Nesse sentido, o pedagogo deve ir além da mera transmissão de informações, conforme propõe Moacir Gadotti em "Perspectivas da Pedagogia Libertadora" (2006). Ele defende que "é fundamental que a educação ambiental vá além da simples transmissão de informações. Ela deve estimular o pensamento crítico e a reflexão sobre as causas e consequências dos problemas socioambientais."

Ao estimular o senso de responsabilidade pelas questões ambientais desde a infância, o pedagogo contribui para a formação de cidadãos ativos e engajados na construção de um futuro melhor. Como afirma Freire (1997), "as crianças são o futuro do planeta. É nosso dever educá-las para que se tornem agentes de transformação social, capazes de construir um mundo mais justo e sustentável."

A educação ambiental deve promover a mudança de hábitos e comportamentos, conforme defende Gadotti (2006). "A educação ambiental deve promover a mudança de hábitos e comportamentos, incentivando o consumo consciente, a reutilização, a reciclagem e a preservação dos recursos naturais." Através da educação ambiental, o pedagogo pode inspirar nas crianças atitudes e valores que contribuam para a construção de uma sociedade mais sustentável.

A escola, através da educação ambiental, pode ser um espaço de diálogo e construção coletiva de soluções para os problemas socioambientais, como propõe Freire (1997). "A escola, através da educação ambiental, pode ser um espaço de diálogo e construção coletiva de soluções para os problemas socioambientais." O pedagogo, nesse contexto, assume um papel fundamental

na promoção da colaboração entre os diferentes membros da comunidade escolar, fomentando a participação ativa das crianças na busca por soluções inovadoras para os desafios socioambientais.

Ao estimular a criatividade e a busca por soluções inovadoras, a educação ambiental pode contribuir para a construção de um futuro mais verde e sustentável, como defende Gadotti (2006). "A educação ambiental deve estimular a criatividade e a busca por soluções inovadoras para os desafios socioambientais. As crianças podem ser protagonistas nesse processo, desenvolvendo projetos e ações que contribuam para a preservação do planeta."

Ao investir na educação ambiental, estamos investindo no futuro da humanidade, como conclui Freire (1997). "Ao investir na educação ambiental, estamos investindo no futuro da humanidade. As crianças que hoje aprendem a amar e respeitar a natureza serão os adultos que construirão um mundo mais verde e sustentável para as próximas gerações."

## **A LITERATURA INFANTIL COMO ALIADA NO TRABALHO DOS TEMAS TRANSVERSAIS**

Em um cenário educacional em constante transformação, onde a busca por práticas inovadoras e engajadoras se torna cada vez mais crucial, a literatura infantil surge como um poderoso aliado no trabalho dos temas transversais no dia a dia do pedagogo. Por meio de histórias lúdicas e cativantes, o pedagogo pode transcender os limites do currículo tradicional, promovendo o desenvolvimento integral das crianças e construindo uma visão crítica e holística do mundo.

A literatura infantil, em sua essência, transcende os limites do real e do imaginário, criando um universo propício para a exploração de diversos temas e conceitos. Através de personagens cativantes, narrativas envolventes e ilustrações vibrantes, ela desperta a curiosidade das crianças, estimulando a imaginação e a criatividade (Kovalchuk, 2016). Como afirma a autora, "a literatura infantil oferece um espaço seguro onde as crianças podem explorar seus medos, sonhos e fantasias, desenvolvendo sua capacidade de pensar de forma criativa e solucionar problemas" (Kovalchuk, 2016, p. 23).

Além disso, a riqueza da literatura infantil oferece um leque amplo de possibilidades para o trabalho dos temas transversais. É possível abordar desde a ética e a cidadania até a preservação ambiental e a valorização da diversidade cultural, utilizando histórias que despertam reflexões e promovem o engajamento das crianças em questões relevantes para a sociedade. Solorzano (2008) destaca que

a literatura infantil pode ser um instrumento poderoso para promover a educação em valores, como a honestidade, o respeito ao próximo e a responsabilidade social, através de personagens que exemplificam esses valores em suas ações (Solorzano, 2008, p. 45).

Ademais, ao lerem histórias que exploram diferentes realidades e perspectivas, as crianças são incentivadas a desenvolver o pensamento crítico, questionar estereótipos e construir valores como a empatia, o respeito e a responsabilidade. A literatura infantil, nesse contexto, se torna um instrumento fundamental para a formação de cidadãos conscientes e engajados na construção de um mundo mais justo e sustentável. Carvalho (2010) afirma que "a literatura infantil pode contribuir para a formação de cidadãos críticos e reflexivos, através de histórias que abordam temas sociais relevantes e estimulam as crianças a questionarem o mundo ao seu redor" (Carvalho, 2010, p. 68).

Quando utilizado de forma adequada, o recurso literário pode tornar o aprendizado mais ativo e significativo para as crianças. Através da leitura de livros que despertam o interesse e a curiosidade, elas se tornam protagonistas do processo de aprendizagem, construindo seus próprios conhecimentos e significados a partir das histórias. Neiva (2005) destaca que "a literatura infantil pode ser uma ferramenta poderosa para promover o aprendizado ativo e significativo, pois permite que as crianças explorem conceitos de forma lúdica e conectem os conhecimentos adquiridos na escola com o seu mundo real" (Neiva, 2005, p. 38).

Além disso, trata-se de um recurso acessível e versátil para o pedagogo. É possível encontrar livros infantis que abordam diversos temas, com diferentes estilos literários e ilustrações para todas as idades, não se limitando à sala de aula, podendo ser utilizada em diversos contextos educativos, como bibliotecas,

brinquedotecas e até mesmo em casa. Enfim, Investir na utilização da literatura infantil no trabalho dos temas transversais é investir no futuro das crianças. Através da leitura, elas desenvolvem habilidades essenciais para o seu desenvolvimento integral, como a linguagem, a criatividade, o pensamento crítico e a capacidade de se relacionar com o mundo de forma crítica e responsável. Como afirma Eliane Debus (1996), "a literatura infantil cumpre um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes, pois contribui para o desenvolvimento do senso crítico, da empatia e da responsabilidade social desde a infância" (Debus, 1996, p. 58).

### **UMA PROPOSTA DE TRABALHO ACERCA DAS TEMÁTICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE POR MEIO DE RECURSOS DA LITERATURA INFANTIL**

É sabido que na educação infantil precisa-se trabalhar com a ludicidade para que de forma prazerosa possamos transmitir conhecimento. A literatura infantil é um mundo repleto de opções, nele podemos trabalhar os mais diversos temas.

Pensando desta forma, se faz a proposta de com a literatura infantil, proporcional a conscientização nas crianças já na fase da infância. Para isso ser possível, foi iniciada a busca por livros que abordassem de forma lúdica a sustentabilidade. Com êxito encontramos uma coleção de livros da autora Suelen Katerine Andrade Santos, intitulada a coleção de Riki & Gabi: Sustentabilidade, com os seguintes títulos:

- O mundinho agradece: Vamos plantar uma árvore?
- Acabou a água: Reaproveitamento da água
- Ajude a natureza: Sacolas de pano ou sacolas plástica?
- Jogue lixo no lixo: Reciclagem do lixo
- Meu brinquedo é diferente: criando com material alternativo

Os títulos apresentados acima, tratam a sustentabilidade de forma leve e divertida, abordando de uma forma que as crianças compreendem mesmo com pouca idade. Os livros também apresentam uma proposta de como devem ser apresentados, auxiliando quem irá contar a história. Para uma leitura agradável, deve sempre previamente conhecer a obra que se está apresentando, neste momento o foco principal deve ser a contação para que não aconteça da criança



perder o foco da narrativa. Com o livro *Meu brinquedo é diferente*: criando com material alternativo, a proposta poderia ser a produção pelas mãos das crianças de um brinquedo alternativo, assim como os personagens da história produziram.

A ludicidade é a alma da educação infantil, e a literatura infantil se revela como um poderoso aliado para transmitir conhecimento de forma prazerosa e significativa. Como destaca Carvalho (2010), "a literatura infantil é um convite à imaginação, à aventura e à descoberta, tornando a aprendizagem mais leve, divertida e engajadora" (Carvalho, 2010, p. 42).

Nesse contexto, a coleção de livros "Riki & Gabi: Sustentabilidade", da autora Suelen Katerine Andrade Santos, se configura como um recurso valioso para conscientizar as crianças sobre a importância da preservação ambiental desde a tenra idade. Através de personagens cativantes, histórias envolventes e ilustrações vibrantes, a autora aborda temas como o plantio de árvores, o reaproveitamento da água, a reciclagem e a criação de brinquedos com materiais alternativos.

Emilia Ferreiro (2001) enfatiza a relevância de trabalhar com a literatura infantil na educação infantil: "a literatura infantil contribui para o desenvolvimento da linguagem, da criatividade, do pensamento crítico e da imaginação das crianças, além de promover o gosto pela leitura" (Ferreiro, 2001, p. 28). Através da leitura dos livros da coleção "Riki & Gabi: Sustentabilidade", as crianças podem desenvolver esses conhecimentos e habilidades de forma lúdica e prazerosa, construindo uma relação positiva com a natureza e com o meio ambiente.

Por fim, Eliane Debus (1996) destaca o papel fundamental da literatura infantil na formação de cidadãos conscientes: "a literatura infantil pode ser um instrumento poderoso para promover a educação ambiental, pois conscientiza as crianças sobre a importância de preservar o meio ambiente e de construir um futuro mais sustentável" (Debus, 1996). Ao lerem os livros da coleção "Riki & Gabi: Sustentabilidade", as crianças podem aprender sobre a importância de cuidar do planeta e se tornarem agentes de transformação social, contribuindo para a construção de um mundo mais verde e sustentável.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste trabalho, mergulhamos no universo da educação ambiental na educação infantil, buscando desvendar como os temas transversais, com o apoio da literatura infantil, podem ser ferramentas poderosas na construção de uma consciência ambiental desde a tenra idade.

Percebemos que a literatura infantil se configura como um aliado valioso na jornada da educação ambiental, pois, através de histórias lúdicas e cativantes, despertamos nas crianças a curiosidade, a criatividade e o senso crítico, tornando a aprendizagem mais significativa e prazerosa. As obras literárias, com seus personagens encantadores, narrativas envolventes e ilustrações vibrantes, permitem abordar de forma leve e divertida temas como a preservação ambiental, a sustentabilidade e o respeito à natureza.

Ao investir na educação ambiental na educação infantil, estamos plantando as sementes para um futuro mais verde e sustentável. Ao conscientizar as crianças desde cedo sobre a importância de cuidar do planeta, estamos construindo uma geração de cidadãos críticos, responsáveis e engajados na construção de um mundo mais justo e equilibrado. A literatura infantil, nesse contexto, se torna um instrumento fundamental para semear valores como a empatia, a responsabilidade social e o amor à natureza, cultivando um futuro promissor para as próximas gerações.

## **REFERÊNCIAS**

- CARVALHO, M. H. C. de. (2010). **Literatura infantil e formação de leitores**. São Paulo: Cortez.
- DEBUS, E. (1996). **A escola e a literatura infantil**. Campinas, SP: Papyrus.
- FERREIRO, E. (2001). **Aprender a ler lendo**. São Paulo: Cortez.
- FREIRE, P. (1997). **Pedagogia da esperança: Uma revisão do método Paulo Freire**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GADOTTI, M. (2006). **Perspectivas da pedagogia libertadora**. São Paulo: Cortez.
- GOLDSTEIN, K. (2004). **A criança e o livro: uma mediação afetiva**. Porto Alegre: Artmed Editora.

KOVALCHUK, O. (2016). **A literatura infantil e a formação de leitores**. Curitiba: Positivo.

KRAMER, S. (2006). **Educação para a diversidade: teoria e prática**. São Paulo: Ática.

MELO, M. C. B. de. (2009). **Literatura infantil e a socialização da criança**. São Paulo: Martins Fontes.

NEIVA, A. M. B. de. (2005). **Aprender com a literatura infantil**. São Paulo: Paulus.

SOLORZANO, M. (2008). **Literatura infantil e formação de valores**. Porto Alegre: Penso.

## **TEMAS TRANSVERSAIS E SUSTENTABILIDADE: ABORDANDO A SAÚDE POR MEIO DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS**

Ricardo Tavares Camargo Martins 1  
Uniarp, navy9836@gmail.com  
Marileusa Cecilia Carvalho  
Uniarp, ORCID 0009-0006-4822-7054, marileusa@uniarp.edu.br

### **INTRODUÇÃO**

Os temas transversais são obrigatórios de acordo com a legislação educacional brasileira, tendo íntima ligação com a temática da sustentabilidade. Porém, tais temas nem sempre são abordados na educação infantil. A partir dessa inquietação, encontra-se o problema a ser avaliado por meio dessa leitura interdisciplinar: é possível utilizar uma obra de literatura infantil para abordar os temas transversal e sua aproximação com a sustentabilidade?

Desenvolve-se, também, o principal objetivo do estudo: desenvolver estratégias para o trabalho com temas transversais, com ênfase na saúde, por meio da leitura de obras da literatura infantil, fazendo conexão entre eles e a questão da sustentabilidade?

Tais temáticas mostram-se extremamente relevantes, uma vez que abordam temas indispensáveis e muito presentes em nosso dia a dia, tais como: saúde, meio-ambiente, ciência e tecnologia, diversidade cultural, educação ambiental, educação para o trânsito, dentre outros temas. Dentre os temas transversais citados anteriormente, a saúde pode ser considerada um dos mais importantes e com íntima ligação com o princípio da sustentabilidade - já que a um meio ambiente saudável é indispensável para o bem-viver; além disso, agrega várias esferas, desde saúde mental, higiene, prevenção de doenças, saneamento básico, considerando não somente o homem como indivíduo único, mas levando em consideração o grupo, a sociedade e o planeta como um todo.

### **OS TEMAS TRANSVERSAIS COM ÊNFASE NA SAÚDE**

A abordagem dos temas transversais remonta à Grécia Antiga, com a ideia de uma educação que transcende as disciplinas individuais e aborda questões fundamentais para a formação integral do ser humano. Platão, por

exemplo, enfatizava a importância de uma educação que cultivasse não apenas habilidades intelectuais, mas também virtudes morais e cívicas. No entanto, foi apenas no final do século XX que os temas transversais ganharam destaque nos sistemas educacionais, como uma resposta à necessidade de abordar questões complexas e interdisciplinares, como cidadania, saúde, meio ambiente e diversidade cultural, que não podem ser adequadamente exploradas em disciplinas isoladas."

Os temas transversais surgiram há muito tempo na Educação brasileira, e têm a função de abordar atitudes que devem ser desenvolvidas para que exista vida harmônica em sociedade (Figueiredo, E. & Andrade, R, 2004).

Dentre os temas que necessitam ser trabalhados em sala, temos os TCTs (Temas Contemporâneos Transversais), que perpassam sobre o conteúdo que deverá ser trabalhado durante o ano. Estes TCTs incluem diversos temas, tais como:

Ciência e Tecnologia; Direitos da Criança e do Adolescente; Diversidade Cultural; Educação Alimentar e Nutricional; Educação Ambiental; Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras; Educação em Direitos Humanos; Educação Financeira; Educação Fiscal; Educação para o Consumo; Educação para o Trânsito; Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; Trabalho; Saúde; Vida familiar e social (BNCC, 2018).

Um dos temas que é necessário realizar o trabalho em sala de aula, seria o cuidado com a saúde. Através dela abre-se uma série de alternativas para que consigamos trabalhar em sala. Podemos trabalhar a higiene do nosso corpo, onde também temos inúmeras opções de temas a serem trabalhados, temos aspectos da saúde mental e física que também podemos abordar em sala de aula.

Apesar de parecer ser algo simples do nosso cotidiano, o autocuidado pode passar despercebido com o passar dos anos. Simples hábitos como a escovação dos dentes, lavar o rosto ou até mesmo tomar banho podem acabar sendo esquecidos, fazendo com que deixemos de lado coisas básicas de nossas vidas.

Trabalhar os temas transversais em sala de aula tem como princípio estimular e relembrar estes cuidados básicos e conscientizar sobre a importância

dos mesmos. Smith (2017) comenta que a educação em saúde é essencial para promover hábitos saudáveis e prevenir doenças. Ao incorporar a higiene em sala de aula, os alunos não apenas aprendem a importância de lavar as mãos regularmente, manter a higiene bucal e corporal, mas também desenvolvem uma compreensão mais ampla sobre como esses hábitos afetam sua saúde geral. Além disso, a sala de aula oferece um ambiente propício para discutir e praticar comportamentos saudáveis, promovendo uma cultura de prevenção e cuidado com a saúde desde cedo.

Green (2019) também complementa sobre a importância de trabalharmos saúde em ambiente escolar. O ambiente escolar é um espaço crucial para promover a saúde e o bem-estar dos alunos. A educação em saúde na sala de aula não só ensina habilidades práticas de higiene, como também fortalece a conscientização sobre a importância de hábitos saudáveis para uma vida plena. Através da aprendizagem experiencial e discussões em grupo, os alunos podem internalizar conceitos de higiene e adotar comportamentos saudáveis, influenciando não apenas sua própria saúde, mas também a saúde de suas famílias e comunidades.

## **O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE E SUA LIGAÇÃO COM A SAÚDE**

O conceito de sustentabilidade é fundamental no contexto contemporâneo, sendo definido como a capacidade de atender às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de suprirem suas próprias necessidades (BRUNDTLAND, 1987). No Brasil, a sustentabilidade é entendida como uma abordagem que integra os aspectos ambientais, sociais e econômicos, promovendo um desenvolvimento equilibrado e consciente.

Segundo Silva (2015), a sustentabilidade está diretamente ligada à saúde, pois um ambiente saudável é essencial para o bem-estar humano. A degradação ambiental, como a poluição do ar e da água, o desmatamento e as mudanças climáticas, impactam negativamente a saúde das populações. Silva (2015) argumenta que práticas sustentáveis ajudam a prevenir doenças e a melhorar a qualidade de vida, ao promoverem um ambiente mais limpo e seguro.

A sustentabilidade social, que inclui a promoção da equidade, justiça social e melhoria da qualidade de vida, também está intimamente relacionada à saúde. Souza e Andrade (2018) demonstram que sociedades mais justas tendem a apresentar melhores indicadores de saúde, reforçando a ideia de que a justiça social e a sustentabilidade caminham juntas em prol do bem-estar coletivo. As políticas públicas de saúde devem, portanto, considerar a sustentabilidade como um princípio orientador para garantir que todas as camadas da sociedade tenham acesso a um ambiente saudável.

Na educação, a integração dos conceitos de sustentabilidade e saúde é essencial. Oliveira (2016) aponta que a educação para a sustentabilidade deve ser um processo contínuo de aprendizagem, capacitando os indivíduos a tomar decisões informadas e responsáveis, considerando as consequências ambientais, sociais e econômicas de suas ações. Nesse contexto, a educação em saúde, quando associada à sustentabilidade, não se limita a ensinar práticas de higiene e autocuidado, mas também incentiva comportamentos que respeitem o meio ambiente e promovam a justiça social.

### **UMA PROPOSTA DE TRABALHO PARA DESENVOLVER A SAÚDE COMO TEMA TRANSVERSAL POR MEIO DA OBRA HIGIENE, ORDEM E SAÚDE**

Com base na necessidade de trabalhar os temas transversais, com o foco na saúde, desejou-se criar uma estratégia, por meio dos recursos disponíveis no mundo da literatura infantil. Ela se configura como um instrumento fundamental no arsenal do pedagogo, abrindo portas para um mundo de possibilidades na educação infantil. Através de histórias lúdicas e cativantes, o pedagogo pode despertar a criatividade, a imaginação e o senso crítico das crianças, tornando a aprendizagem mais significativa e prazerosa. Como destaca Ana Lúcia Amaral de Carvalho (2010), "a literatura infantil é um convite à imaginação, à aventura e à descoberta, tornando a aprendizagem mais leve, divertida e engajadora" (Carvalho, 2010, p. 42).

A leitura de livros infantis proporciona às crianças diversos benefícios, como desenvolvimento da linguagem; estimulação da criatividade e da imaginação; aprofundamento do conhecimento; desenvolvimento do senso crítico e formação de leitores.

Ademais, pode-se, por meio desta poderosa aliada, trabalhar os temas transversais mais diversos, como a ética, a cidadania, o meio ambiente e a saúde. Através da leitura de histórias que abordam esses temas, o pedagogo pode promover a formação de cidadãos conscientes, críticos e responsáveis. Como afirma Eliane Debus (1996), "a literatura infantil pode ser um instrumento poderoso para promover a educação ambiental, pois conscientiza as crianças sobre a importância de preservar o meio ambiente e de construir um futuro mais sustentável" (Debus, 1996, p. 62).

Para utilizar a literatura infantil de forma eficaz no dia a dia do pedagogo, é importante que ele selecione livros adequados à faixa etária das crianças, leia os livros com entusiasmo e expressividade e, posteriormente, promova atividades interativas, como debates, dramatizações e desenhos, para que as crianças explorem o conteúdo da história.

Aliar o tema transversal saúde com uma atividade embasada em obra literária não foi uma decisão aleatória, já que despertar a curiosidade e o engajamento das crianças na educação infantil é um desafio constante para os educadores. Criar ambientes lúdicos e imersivos que possibilitem a aprendizagem de forma significativa e prazerosa é fundamental para seu desenvolvimento integral.

Para tanto, optou-se pela criação de um acampamento dentro da sala de aula, o que se configura como uma estratégia inovadora e eficaz para abordar a temática da saúde.

Transformando a sala de aula em um acampamento mágico, as crianças serão convidadas a se aventurarem em uma floresta encantada, onde a natureza se torna a protagonista da aprendizagem. Através da contação de histórias, como o livro "Higiene, Ordem e Saúde", os estudantes experimentam jornadas emocionantes, descobrindo a importância da saúde física, mental e social.

A saúde mental, em particular, assume um papel de destaque nesta aventura. Como afirma Ana Beatriz Silva Barbosa (2017), "a saúde mental na infância é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças, pois influencia o seu comportamento, suas emoções e suas relações sociais"



(Barbosa, 2017, p. 45). Através da contação de histórias e da criação de um ambiente lúdico e acolhedor, as crianças aprendem a reconhecer e expressar suas emoções, desenvolver habilidades de autocontrole e lidar com conflitos de forma positiva.

A fogueira, elemento central do acampamento, simboliza a união, o aconchego e a partilha de conhecimentos. As luzes apagadas, por sua vez, criam um clima de escuridão e mistério, que desperta a imaginação e a criatividade das crianças. É nesse ambiente mágico que a contação de histórias se torna ainda mais envolvente e transformadora.

Ao se sentarem em roda, em torno da fogueira, as crianças se conectam umas com as outras, criando um ambiente de confiança e colaboração. As histórias narradas, com suas personagens cativantes e ensinamentos valiosos, inspiram as crianças a adotarem hábitos saudáveis e a cuidarem de si mesmas e do próximo.

A ênfase nas ações e atitudes que devemos ter para cuidar da nossa saúde é fundamental para a construção de uma consciência crítica e responsável nas crianças. Através da contação de histórias, elas aprendem a importância da higiene, da alimentação saudável, da atividade física e do descanso. Além disso, desenvolvem valores como a empatia, o respeito e a responsabilidade social, essenciais para a construção de um mundo mais justo e saudável.

A ideia de transformar a sala de aula em um acampamento é uma iniciativa que vai além da simples brincadeira. É uma oportunidade de criar um ambiente lúdico e acolhedor que promove o desenvolvimento integral das crianças, conscientizando-as sobre a importância da saúde e do bem-estar. Através da contação de histórias e da imersão em um mundo de fantasia e aventura, as crianças aprendem de forma significativa e prazerosa, construindo memórias afetivas que as acompanharão ao longo da vida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Trabalhar os temas transversais é indispensável. Ao abordar inúmeros temas que temos presentes em nosso dia a dia, podemos auxiliar no desenvolvimento da criança para com rotinas simples, como a escovação dos

dentes ou até mesmo a boa alimentação. Podemos também aprofundar assuntos mais complexos de acordo com a faixa etária que estaria sendo realizado o trabalho, podendo trabalhar educação econômica com os adolescentes.

Na educação infantil uma das estratégias que podemos abordar é a contação de histórias, tendo o intuito de fazer com que a criança se sinta atraída por aquele assunto e demonstre interesse em aprender mais sobre e realmente fixe o que está sendo repassado. Tornando, o que parece ser apenas um ensinamento, em uma brincadeira divertida.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. B. S. (2017). Saúde mental na infância: um guia prático para pais e educadores. São Paulo: Cortez.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2018.

BRUNDTLAND, G. H. *Nosso Futuro Comum: Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1987.

CARVALHO, M. H. C. de. (2010). Literatura infantil e formação de leitores. São Paulo: Cortez.

DEBUS, E. (1996). A escola e a literatura infantil. Campinas, SP: Papirus.

Figueiredo, E. & Andrade, R. Os temas transversais e a educação para a cidadania: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. *Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 2004.

GREEN, J. et al. Health Education in Schools: A Vital Component of Comprehensive Health Promotion. *Health Education Journal*, 2019.

OLIVEIRA, M. R. Educação para a Sustentabilidade: um novo paradigma educacional. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21, n. 64, p. 475-496, 2016.

SILVA, P. R. Sustentabilidade e Saúde: uma abordagem integrada. *Revista de Saúde Pública*, v. 49, p. 78-85, 2015.

Smith, J. et al. The Importance of Health Education in the Classroom. *Journal of School Health*, 2017.

SOUZA, C. A.; ANDRADE, T. C. Justiça social e saúde: uma perspectiva sustentável. *Revista de Políticas Públicas de Saúde*, v. 22, n. 3, p. 123-140, 2018.

WOELLNER, Adélia Maria; GRUDZIEN, Heliana. **Higiene, Ordem e Saúde**. 2ª ed., rev. e atual. São Paulo: **Cortez Editora**, 2020. 224 p.

## **PLANT BASED: UMA ALIMENTAÇÃO “IN NATURA” QUE PODE INFLUENCIAR NA SAÚDE E SUSTENTABILIDADE**

Carolina Azeredo Silva<sup>1</sup>

Uniarp, 0009-0009-9137-4764, carolina\_azeredo@outlook.com

Solange de Bortoli Beal<sup>2</sup>

Uniarp, 0009-0000-1739-2790, Solange.bortoli@uniarp.edu.br

Ana Paula Ludwig do Amaral<sup>3</sup>

Uniarp, 0009-0009-7726-8869, ana.ludwig@uniarp.edu.br

Eliana Rezende Adami<sup>4</sup>

Uniarp, 0000-0003-3358-0550, eliana.rezende@uniarp.edu.br

### **INTRODUÇÃO**

A preocupação de alimentar-se melhor e ter maior qualidade de vida, aumentam a cada ano (STORZ, 2022) e verifica-se uma tendência de aumento para alimentação baseadas em vegetais e de forma sustentável (MARTINELLI; CAVALLI, 2019).

A alimentação Plant Based é uma estratégia de consumo alimentar que adota como principais alimentos frutas, vegetais, grãos e sementes, minimizando ou até mesmo excluindo alimentos de origem animal, como carne ovos e laticínios (SMIRMAUL, 2023). Demonstrando assim, uma alimentação mais benéfica ao ser humano e meio ambiente.

Assim o presente resumo pretende ressaltar sobre uma alimentação baseada em vegetais, Plant Based, elencando seus benefícios para a saúde humana e ambiental.

### **ALIMENTAÇÃO PLANT BASED**

Pedro Escudeiro, médico e nutrólogo, em 1934 declara as 4 leis da alimentação, as quais são definidas por: qualidade, quantidade, harmonia e adequação, ou seja, a alimentação deve ser aquela qualitativamente completa, suficiente em quantidade, harmoniosa em sua composição de macro e micronutrientes e adequada ao destino e correlacionado ao meio (ESCUDEIRO, 1934). A alimentação deve contemplar as 4 leis de Escudero (1934) e ir ao além, podendo ser sustentável, como a alimentação Whole-Food Plant Based (WFPB),

a qual é composta predominantemente de alimentos vegetais e integrais, sendo eles in natura ou minimamente processados (SMIRMAUL, 2023).

A alimentação WFPB, ou apenas Plant Based, ainda não possui composição 100% definida (LIMA et al., 2021), e alguns estudos sugerem que deve haver a redução do consumo de alimentos provenientes de origem animal, enquanto outros sugerem a exclusão dos mesmos (OSTFELD, 2017; WILLIAMS; PATEL, 2017), havendo consenso na ingestão de alimentos como frutas, legumes, cereais integrais, sementes e ervas (HARVARD, 2021) e diminuição do teor de lipídios (EUROPE, 2021). Independentemente da sua amplitude de abrangência, o princípio desta alimentação constituísse na ingestão de alimentos com menor processamento e prioridade de integrais (SMIRMAUL, 2023).

Uma alimentação baseada no “in natura” pode ser atrelada a benefícios como: possuir ingesta com quantidade significativa de nutrientes essenciais (FEHÉR et al., 2020; POMERLEAU et al., 2003), menor índice de gordura saturada (LEA; CRAWFORD; WORSLEY, 2006; LEA; WORSLEY, 2003), redução da incidência de doenças crônicas (AUNE, 2019; MASSERA et al., 2015; MELINA; CRAIG; LEVIN, 2016; QIAN et al., 2019), melhora da saúde cardiovascular (ALASMRE; ALOTAIBI, 2020; NAJJAR; MOORE; MONTGOMERY, 2018), conseqüentemente, melhora da qualidade de vida (MEYER et al., 2006; TOUMPANAKIS; TURNBULL; ALBA-BARBA, 2018) com melhora de humor (ARAB et al., 2019), e levando a melhores índices de diminuição de depressão (ALAMMAR; ALBEESH; KHATTAB, 2020; LIU et al., 2016) e ansiedade (BEEZHOLD et al., 2015; OLABI et al., 2014).

## **SUSTENTABILIDADE**

Com a criação de animais e cultivos envolvendo defensivos agrícolas, a estrutura agrária apresenta um desafio quando fala-se de sustentabilidade e diminuição de impacto ambiental (BARONI et al., 2007; MARTINELLI; CAVALLI, 2019). Algumas características que impactam diretamente no meio ambiente envolvem situações como alterações climáticas, emissão de gases, perda de biodiversidade, contaminação hídrica e aumento de cultivo de transgênicos (BARONI et al., 2007). A existência de alimentos transgênicos também causa desequilíbrio no ecossistema, uma vez que a modificação de genes confere

resistência a pragas e ervas daninhas, podendo desencadear perda de biodiversidade e cria um aumento da dependência do produtor rural (BONNY, 2016; CAMPOS et al., 2022).

Outro risco que deve ser ressaltado em relação a saúde humana, são os efeitos alérgenos, que são piorados em pessoas que já possuem predisposição, além de demonstrações de ganho de peso, alterações no pâncreas e rins, efeitos tóxicos ao sistema imunológico, alterações hematológicas, como evidenciado em estudos (KARALIS et al., 2020).

A fim de diminuir os impactos negativos ao meio ambiente e viabilizar um cultivo sustentável, estudos demonstram que a forma de cultivo pode diminuir a chamada poluição gênica, contaminação de culturas não geneticamente modificadas pelo pólen de cultivos geneticamente cultivados (CARRIÈRE; DEGAIN; TABASHNIK, 2021).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÃO**

Diante das contextualizações percebe-se que adotar bons hábitos alimentares, sendo eles mais saudáveis e sustentáveis, é uma escolha promissora. Priorizar alimentos de origem vegetal e reduzir o consumo de alimentos de origem animal não beneficia somente o individual, mas sim o coletivo, contribuindo com a preservação ambiental.

Evidências científicas demonstram os benefícios decorrentes de uma alimentação rica em vegetais, que associa-se com a redução de doenças crônicas, além da ênfase que produtos provenientes de plantas tem potencial de redução do uso de recursos naturais, assim diminuindo o estresse ambiental que causamos.

Conclui-se que a alimentação Plant-based movimenta-se em direção a um estilo de vida mais consciente e sustentável, e á medida que as pessoas se engajam mais nesta abordagem alimentar, contribuem para um futuro mais saudável.

## **REFERÊNCIAS**

ESCUADERO, P. Alimentação. Buenos Aires: Biblioteca Universitária Brasileira, 1934.

ALAMMAR, W. A.; ALBEESH, F. H.; KHATTAB, R. Y. Food and Mood: the Corresponsive Effect. *Current Nutrition Reports*, v. 9, n. 3, p. 296–308, set. 2020. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32623655/>.

ALASMRE, F. A.; ALOTAIBI, H. A. Plant-Based Diet: A Potential Intervention for Heart Failure. *Cureus*, v. 12, n. 5, p. e8282, [s.d.]. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7317137/>.

ARAB, A., MEHRABANI, S.; MORADI, S.; AMANI, R. The association between diet and mood: A systematic review of current literature. *Psychiatry Research*, v. 271, p. 428–437, jan. 2019. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30537665/>.

AUNE, D. Plant Foods, Antioxidant Biomarkers, and the Risk of Cardiovascular Disease, Cancer, and Mortality: A Review of the Evidence. *Advances in Nutrition (Bethesda, Md.)*, v. 10, n. Suppl\_4, p. S404–S421, 1 nov. 2019. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30537665/>.

BARONI, L.; CENCI, L.; TETTAMANTI, M.; BERATI, M.; Evaluating the environmental impact of various dietary patterns combined with different food production systems. *European Journal of Clinical Nutrition*, v. 61, n. 2, p. 279–286, fev. 2007. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17035955/>.

BEEZHOLD, B.; RADNITZ, C.; RINNE, A.; DIMATTEO, J.; Vegans report less stress and anxiety than omnivores. *Nutritional Neuroscience*, v. 18, n. 7, p. 289–296, out. 2015. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25415255/>.

BONNY, S. Genetically Modified Herbicide-Tolerant Crops, Weeds, and Herbicides: Overview and Impact. *Environmental Management*, v. 57, n. 1, p. 31–48, jan. 2016. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26296738/>.

LIMA, M.; COSTA, R.; LAMEIRAS, J.; BOTELHO, G.; Alimentação à base de plantas: uma revisão narrativa. *Acta Portuguesa de Nutrição* 2021, 26, 46-52, 27 fev. 2021. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://actaportuguesadenutricao.pt/edicoes/mixed-meal-tolerance-test-as-a-screening-method-for-gestational-diabetes-a-narrative-review-2-2-2-2-2-3/>.

CAMPOS, I. N. DE.; MARTINS, J. Y. B.; BARROS, M. M.; NASCIMENTO, G. M. V.; Percepção Pública dos Alimentos Transgênicos no Brasil: Uma Revisão da Literatura. *Epitaya E-books*, v. 1, n. 9, p. 239–254, 31 maio 2022. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/453>.

CARRIÈRE, Y.; DEGAIN, B. A.; TABASHNIK, B. E. Effects of gene flow between Bt and non-Bt plants in a seed mixture of Cry1A.105 + Cry2Ab corn on performance of corn earworm in Arizona. *Pest Management Science*, v. 77, n. 4, p. 2106–2113, abr. 2021. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33350567/>.

EUROPE, W. H. O. R. O. FOR. Plant-based diets and their impact on health, sustainability and the environment: a review of the evidence: WHO European Office for the Prevention and Control of Noncommunicable Diseases. 2021. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/349086>.

FEHÉR, A.; GAZDECKI, M.; VÉHA, M.; SZAKÁLY, M.; SZAKÁLY, Z.; A Comprehensive Review of the Benefits of and the Barriers to the Switch to a Plant-Based Diet. *Sustainability*, v. 12, n. 10, p. 4136, jan. 2020. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/12/10/4136>.

KARALIS, D. T.; KARALIS, T.; KARALIS, S.; KLEISIARI, A. S.; Genetically Modified Products, Perspectives and Challenges. *Cureus*, v. 12, n. 3, p. e7306, 2020. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7164548/>.

LEA, E. J.; CRAWFORD, D.; WORSLEY, A. Public views of the benefits and barriers to the consumption of a plant-based diet. *European Journal of Clinical Nutrition*, v. 60, n. 7, p. 828–837, jul. 2006. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16452915/>.

LEA, E.; WORSLEY, A. Benefits and barriers to the consumption of a vegetarian diet in Australia. *Public Health Nutrition*, v. 6, n. 5, p. 505–511, ago. 2003. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12943567/>.

LIU, X.; YAN, Y.; LI, F.; ZHANG, D.; Fruit and vegetable consumption and the risk of depression: A meta-analysis. *Nutrition (Burbank, Los Angeles County, Calif.)*, v. 32, n. 3, p. 296–302, mar. 2016. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26691768/>.

MARTINELLI, S. S.; CAVALLI, S. B. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, p. 4251–4262, 28 out. 2019. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/z76hs5QXmyTVZDdBDJXHTwz/?lang=pt>.

MASSERA, D.; ZAMAN, T.; FARREN, G.; OSTFELD, R. J.; A Whole-Food Plant-Based Diet Reversed Angina without Medications or Procedures. *Case Reports in Cardiology*, v. 2015, p. 978906, 2015. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4338379/#:~:text=A%20whole%2Dfood%20plant%2Dbased%20diet%20helped%20reverse%20angina%20with%20out,to%20further%20investigate%20this%20approach>.



MELINA, V.; CRAIG, W.; LEVIN, S. Position of the Academy of Nutrition and Dietetics: Vegetarian Diets. *Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics*, v. 116, n. 12, p. 1970–1980, dez. 2016. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27886704/#:~:text=It%20is%20the%20position%20of,and%20treatment%20of%20certain%20diseases>.

MEYER, T. E.; KOVÁCS, S. J.; EHSANI, A. A.; KLEIN, S.; HOLLOSZY, J. O.; FONTANA, L.; Long-term caloric restriction ameliorates the decline in diastolic function in humans. *Journal of the American College of Cardiology*, v. 47, n. 2, p. 398–402, 17 jan. 2006. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16412867/>.

NAJJAR, R. S.; MOORE, C. E.; MONTGOMERY, B. D. Consumption of a defined, plant-based diet reduces lipoprotein(a), inflammation, and other atherogenic lipoproteins and particles within 4 weeks. *Clinical Cardiology*, v. 41, n. 8, p. 1062–1068, 2018. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30014498/>.

OLABI, A.; LEVITSKY, D.; HUNTER, J.; SPIES, R.; ROVERS, A. P.; ABDOUNI, L.; Food and mood: A nutritional and mood assessment of a 30-day vegan space diet. *Food Quality and Preference*, v. 40, 28 set. 2014. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0950329314001888>.

OSTFELD, R. J. Definition of a plant-based diet and overview of this special issue. *Journal of Geriatric Cardiology: JGC*, v. 14, n. 5, p. 315, maio 2017. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5466934/>.

POMERLEAU, J.; MCKEE, M.; LOBSTEIN, T.; KNAI, C.; The burden of disease attributable to nutrition in Europe. *Public Health Nutrition*, v. 6, n. 5, p. 453–461, ago. 2003. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12943561/>. QIAN, F.; LIU, G.; HU, F. B.; BHUPATHIRAJU, S. N.; SUN, Q.; Association Between Plant-Based Dietary Patterns and Risk of Type 2 Diabetes: A Systematic Review and Meta-analysis. *JAMA Internal Medicine*, v. 179, n. 10, p. 1335–1344, 1 out. 2019. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31329220/>.

SMIRMAUL, B. P. C. Alimentação whole-food plant-based e saúde no contexto da medicina do estilo de vida. *Brazilian Journal of Lifestyle Medicine = Revista Brasileira de Medicina do Estilo de Vida*, v. 2, p. 1–23, 27 nov. 2023. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31329220/>.

STORZ, M. A. What makes a plant-based diet? a review of current concepts and proposal for a standardized plant-based dietary intervention checklist. *European Journal of Clinical Nutrition*, v. 76, n. 6, p. 789–800, jun. 2022. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41430-021-01023-z>.

TOUMPANAKIS, A.; TURNBULL, T.; ALBA-BARBA, I. Effectiveness of plant-based diets in promoting well-being in the management of type 2 diabetes: a

systematic review. *BMJ open diabetes research & care*, v. 6, n. 1, p. e000534, 2018. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://drc.bmj.com/content/6/1/e000534?hootPostID=a31ace58c641638d50d445be3b03c561>.

WILLIAMS, K. A.; PATEL, H. Healthy Plant-Based Diet: What Does it Really Mean? *Journal of the American College of Cardiology*, v. 70, n. 4, p. 423–425, 25 jul. 2017. Acesso em: 16 mai. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28728685/>.

**TRANSIÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR AO LONGO DOS ANOS E SUA  
RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO DE SÍNDROME METABÓLICA  
ASSOCIADA A DOENÇAS CARDIOVASCULARES**

Julia Tristão de Souza

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, <https://orcid.org/0000-0002-1023-9483>, [juliatristao1208@gmail.com](mailto:juliatristao1208@gmail.com)

Eduardo Sttocco da Silva

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, <https://orcid.org/0009-0004-3099-0188>, [eduardosttocco@hotmail.com](mailto:eduardosttocco@hotmail.com)

Fabio Hegert Pitanga

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, <https://orcid.org/0000-0002-2546-3242>, [fabio.pitanga@uniarp.edu.br](mailto:fabio.pitanga@uniarp.edu.br)

Matheus Zanella

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, <https://orcid.org/0000-0001-7132-297X>, [matheuszanellamfz@gmail.com](mailto:matheuszanellamfz@gmail.com)

Claudriana Locatelli

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, <https://orcid.org/0000-0003-4708-6641>, [claudriana@uniarp.edu.br](mailto:claudriana@uniarp.edu.br)

## **INTRODUÇÃO**

Alimentar-se é essencial para a saúde e sobrevivência humanas, fornecendo os nutrientes necessários ao corpo. Uma dieta equilibrada é fundamental para garantir que o corpo receba todos os nutrientes necessários para se manter saudável. A escassez de alimentos preocupava antigas sociedades, levando grupos a se deslocarem em busca de comida, consequentemente o nomadismo desses povos era o oposto do sedentarismo da sociedade moderna, em que o estilo de alimentação era outro (SILVA, 2023).

A transição nutricional é quando uma sociedade passa por mudanças em seus hábitos alimentares, resultando em alterações no estado de saúde das pessoas. Isso significa que, ao longo do tempo, as pessoas estão deixando de sofrer com a desnutrição e deficiências nutricionais para enfrentar problemas como obesidade, diabetes e problemas de colesterol. Essa mudança é influenciada por diversos fatores, como aspectos sociais, biológicos, demográficos e econômicos (MARTINS et al., 2021).

Nos últimos anos, mudanças nos padrões alimentares têm ocorrido devido a fatores como urbanização, aumento da produção de alimentos industrializados e mudanças nos papéis das mulheres. Isso leva mais pessoas a optarem por alimentos ultra processados e refeições fora de casa, por serem

mais práticos. No entanto, essa mudança resulta em uma dieta desequilibrada, com menos nutrientes e mais calorias, afetando negativamente a saúde (CECATTO et al., 2018).

A obesidade é causada por vários fatores, incluindo maus hábitos alimentares e sedentarismo, segundo nutricionistas e sociólogos. A Síndrome Metabólica (SM) é uma condição complexa caracterizada por uma combinação de fatores de risco cardiovascular, incluindo obesidade abdominal, resistência à insulina, dislipidemia e hipertensão arterial (NUNES et al. 2021).

Tendo em vista a obesidade como uma desordem mundial, pode-se através dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS's) criadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), tentar solucionar o problema através de seus objetivos e metas, mais especificamente a ODS 3, que diz a respeito de "Saúde e Bem Estar". Seu objetivo é garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Isso envolve o acesso a serviços de saúde de qualidade, prevenção de doenças transmissíveis e não transmissíveis, promoção da saúde mental e qualidade de vida (ONU, 2024).

## **METODOLOGIA**

Este trabalho é uma revisão integrativa composta por 4 etapas: formulação de pergunta, levantamento de evidências, resultados e discussão, e conclusão. O questionamento central foi sobre doenças cardiovasculares atreladas à síndrome metabólica. Foram consultadas bases de dados como SCIELO, LILACS, MEDLINE e PUBMED, entre março e abril de 2024, utilizando palavras-chave em português e inglês relacionadas ao tema. Foram incluídos estudos limitados a humanos, artigos originais e completos, publicados nos últimos 6 anos, totalizando 12 artigos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A transição nutricional está ligada ao estilo de vida urbano e industrializado, afetando o perfil de saúde e nutrição em vários países, inclusive no Brasil. Houve um aumento no consumo de calorias, açúcares e gordura saturada, e uma redução no consumo de alimentos naturais e fontes de fibra. Essas mudanças na alimentação, junto com o sedentarismo, levam a um

aumento significativo na prevalência da obesidade e outras Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), como Síndrome Metabólica, por exemplo (BARROS, 2021).

A obesidade é considerada um grave problema de saúde pública em nível epidêmico, pois sua prevalência tem aumentado constantemente. Esse aumento é atribuído a uma variedade de fatores determinantes e condicionantes da saúde, incluindo aspectos biopsicossociais. Tais fatores influenciam diretamente os hábitos alimentares das pessoas e contribuem para o aumento da obesidade (PAIXAO et al., 2024).

A obesidade é uma das principais causas de problemas de saúde e aumenta o risco de outras doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). Além disso, está se tornando um sério problema de saúde pública em idades cada vez mais jovens, incluindo crianças e adolescentes (WHO, 2016).

De acordo com dados do Ministério da Saúde, obtidos em um levantamento inédito, a obesidade afeta 6,7 milhões de pessoas no Brasil. Esses números destacam a gravidade do problema da obesidade no país. Em 2022, o número de brasileiros diagnosticados com obesidade mais grave chegou em 863.083, o que representa 4,07% da população. Além disso, a obesidade grau I afeta 20% da população, enquanto a obesidade grau II atinge 7,7%, totalizando 1,6 milhões de pessoas. O sobrepeso afeta atualmente 31% dos brasileiros, totalizando 6,72 milhões de indivíduos, de acordo com dados tabulados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), com a participação de 21,2 milhões de pessoas (BRASIL, 2023).

A Síndrome Metabólica é desencadeada pela combinação de vários fatores de risco cardiovascular, e sua causa é multifatorial. O diagnóstico da SM é feito quando um indivíduo apresenta pelo menos três dos seguintes fatores de risco: aumento da circunferência abdominal, pressão arterial elevada, níveis elevados de açúcar no sangue em jejum, níveis elevados de triglicerídeos e/ou baixos níveis de colesterol HDL (SANTOS et al., 2022).

Pessoas com SM geralmente experimentam uma qualidade de vida comprometida e têm um risco aumentado de complicações relacionadas a

doenças cardiovasculares e diabetes tipo 2, o que pode levar a um aumento da morbidade e mortalidade (SANTOS et al., 2022). A presença da SM aumenta consideravelmente o risco de desenvolver uma série de doenças cardiovasculares, como aterosclerose, AVC, doença cardíaca isquêmica, entre outras. Esse aumento do risco cardiovascular, especialmente em pacientes pediátricos, é uma preocupação adicional, pois eles enfrentam a possibilidade de desenvolver doenças cardiovasculares a longo prazo na vida adulta (JUNIOR et al., 2023).

Pacientes com Síndrome Metabólica apresentam maior risco de hospitalização por insuficiência cardíaca. A resistência à insulina, comum na diabetes tipo 2, pode acelerar essa progressão. A associação entre SM e diabetes tipo 2 resulta em um aumento de 1,3 a 5 vezes na incidência de eventos cardiovasculares, incluindo mortes por tais complicações. Isso se deve principalmente ao maior risco de desenvolvimento de doenças renais causadas pela progressão da albuminúria e piora da função renal associada à síndrome (FERREIRA et al., 2020).

A Dieta Mediterrânea é reconhecida como uma escolha alimentar saudável para prevenir doenças cardiovasculares e promover a saúde do coração. Ela enfatiza o consumo de frutas, vegetais, frutos do mar, nozes, legumes, grãos e azeite, com moderação no vinho durante as refeições. Reduz também o consumo de carnes vermelhas, gorduras saturadas, doces e bebidas açucaradas. Os compostos fenólicos presentes na dieta, como hidroxitirosol, resveratrol e quercetina, possuem propriedades antioxidantes e anti-inflamatórias que podem ajudar a reduzir o colesterol ruim, triglicerídeos e gordura abdominal. Além disso, esses compostos favorecem o crescimento de bactérias benéficas no intestino, contribuindo para a saúde em geral. Portanto, a Dieta Mediterrânea oferece uma abordagem nutricional completa que beneficia a saúde cardiovascular e o bem-estar global (PUGA et al., 2024).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A obesidade é um grave problema de saúde pública, associado a maus hábitos alimentares e estilo de vida sedentário. A SM, desencadeada por vários fatores de risco cardiovascular, é uma complicação comum da obesidade,

umentando o risco de doenças cardiovasculares e diabetes. A Dieta Mediterrânea surge como uma opção saudável, reduzindo o risco de doenças cardiovasculares devido aos seus compostos fenólicos antioxidantes. Essas mudanças alimentares podem ajudar a combater a epidemia de obesidade e suas complicações associadas.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à instituição Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), edital 54/2022, pela oportunidade, incentivo e financiamento à pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BARROS, D. de M.; et al. A influência da transição alimentar e nutricional sobre o aumento da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, [S. l.], v. 7, pág. 74647–74664, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n7-579. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/33526>. Acesso em: 27 abr. 2024.

BRASIL. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIRURGIA BARIÁTRICA E METABÓLICA. (org.). **Obesidade atinge mais de 6,7 milhões de pessoas no Brasil em 2022**. 2023. Disponível em: <https://www.sbcbm.org.br/obesidade-atinge-mais-de-67-milhoes-de-pessoas-no-brasil-em-2022/>. Acesso em: 30 mar. 2024

CECCATTO, Daiane et al. A influência da mídia no consumo alimentar infantil: uma revisão da literatura. **Conselho Editorial**, p. 140, 2018. Erechim, U. R. I. Disponível em: [https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/157\\_700.pdf](https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/157_700.pdf). Acesso em: 29 mar. 2024.

FERREIRA, João Pedro et al. “Metabolic syndrome in patients with type 2 diabetes and atherosclerotic cardiovascular disease: a post hoc analyses of the EMPA-REG OUTCOME trial.” **Cardiovascular diabetology** vol. 19,1 200. 26 Nov. 2020, doi:10.1186/s12933-020-01174-6 Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33243221/>. Acesso em: 30 mar. 2024

JUNIOR, Marcos Martins Ornelas et al. Prevenção das doenças cardiovasculares associadas à síndrome metabólica. **Revista Científica UMC**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. e080300020, 2023. Disponível em:

<https://seer.umc.br/index.php/revistaumc/article/view/1955>. Acesso em: 30 mar. 2024

MARTINS, K. P. dos S.; SANTOS, V. G. dos; LEANDRO, B. B. da S.; OLIVEIRA, O. M. A. de. Transição nutricional no Brasil de 2000 a 2016, com ênfase na desnutrição e obesidade. *Asklepion: Informação em Saúde*, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 2, p. 113–132, 2021. DOI: 10.21728/asklepion.2021.v1.n2.p113-132. Disponível em: <https://revistaasklepion.emnuvens.com.br/asklepion/article/view/22>. Acesso em: 29 mar. 2024.

NUNES, MILB; MATOS, AG de M.; LIMA, LE de M.; BRITO-NETO, JG de. Atividade física como prevenção da obesidade e síndrome metabólica na infância e adolescência: uma revisão integrativa. *Revisões Multidisciplinares*, [S. l.], v. e2021009, 2021. DOI: 10.29327/multi.2021009. Disponível em: <https://www.malque.pub/ojs/index.php/mr/article/view/30>. Acesso em: 29 mar. 2024.

Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>. Acesso em 27 abr. 2024.

PAIXÃO, M. S.; ARAÚJO, K. L. de; MARINHO, M. C. G.; SOUZA, M. C. de; OLIVEIRA, R. S.; QUEIROZ, G. M.; FRANÇA, S. L. G. Qualificação do cuidado às pessoas com sobrepeso e obesidade: olhares de profissionais da Atenção Básica. *Revista de Alimentação e Cultura das Américas*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 118–140, 2024. DOI: 10.35953/raca.v4i2.170. Disponível em: <https://raca.fiocruz.br/index.php/raca/article/view/170>. Acesso em: 29 mar. 2024.

PUGA, M. E. dos S.; CLAYTON PERSON, O.; CHEMIN SEABRA DA SILVA, S. M.; NAGIB ATALLAH, Álvaro. Dieta mediterrânea para prevenção de doenças cardiovasculares: overview de revisões sistemáticas. *Diagnóstico e Tratamento*, [S. l.], v. 28, n. 3, p. 126–32, 2024. Disponível em: <https://periodicosapm.emnuvens.com.br/rdt/article/view/276>. Acesso em: 31 mar. 2024.

SANTOS, Isleide Santana Cardoso; ARAÚJO, Wilkslam Alves de ; DAMACENO, Taynnan de Oliveira ; SOUZA, Andréa dos Santos ; BOERY, Rita Narriman Silva de Oliveira ; FERNANDES, Josicélia Dumêt . Intervenção educativa em qualidade de vida e conhecimento da síndrome metabólica. *Acta Paul Enferm*, v. 35, eAPE02982, fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/K334RLhCYR8r4PBMg4dmKPc/>. Acesso em 30 mar. 2024.

SILVA, Vanessa Rodrigues da. Arqueologia da alimentação: análise de isótopos estáveis para a identificação da dieta dos antigos moradores do Engenho Jaguaribe, litoral norte de Pernambuco, séculos XVI-XIX. 2023. Tese (Doutorado em Arqueologia) – **Universidade Federal de Pernambuco**, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/55608>. Acesso em: 29 mar. 2024.



WHO. Report of the commission on ending childhood obesity. World Health Organization, Geneva: **WHO**; 2016. Disponível em: [http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/204176/9789241510066\\_eng.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/204176/9789241510066_eng.pdf). Acesso em: 29 mar. 2024.

## **SUSTENTABILIDADE NO SETOR IMOBILIÁRIO: EXPLORANDO OS BENEFÍCIOS DA ECOCONSTRUÇÃO PARA O MEIO AMBIENTE**

Acauê Zanella

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, 0009-0009-5589-7234,  
acauezanella@hotmail.com

Sabrina Frigotto

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe,, <https://orcid.org/0000-0003-2968-1607>, [sabrinafrigotto19@gmail.com](mailto:sabrinafrigotto19@gmail.com)

Levi Hulse

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe,, <https://orcid.org/0000-0002-9974-6325>, [levi@uniarp.edu.br](mailto:levi@uniarp.edu.br)

### **INTRODUÇÃO**

Em um mundo cada vez mais preocupado com a preservação ambiental e o legado deixado para as próximas gerações, a sustentabilidade tornou-se uma prioridade inegável. No epicentro dessa transformação encontra-se a indústria da construção civil, um setor vital para o desenvolvimento, mas também um dos maiores desafios ambientais que enfrentamos hoje.

Apesar do papel crucial que desempenha no crescimento econômico, sendo grande contribuidor na criação de diversos novos empregos e atendendo ao direito básico universal a moradia, a construção civil também é responsável por uma parcela significativa da poluição ambiental. Além degradar o meio ambiente através da extração de matéria prima, acaba lançando resíduos de construção e demolição que comprometem a qualidade do ar, solo e água.

No Brasil, país em franco desenvolvimento, o desafio de diminuir a quantidade de resíduos que prejudicam o meio ambiente é ainda mais evidente. Considerando a poluição gerada através dos processos atuais de extração e construção, é necessário buscar a utilização de novas tecnologias e métodos construtivos que venham ao encontro da sustentabilidade.

### **METODOLOGIA**

O presente trabalho contará com o método dedutivo para sua elaboração, partindo-se de premissas abrangentes para a conclusão em um pensamento específico. A abordagem terá caráter qualitativo, já que busca analisar compreensões particulares e pontuais acerca do objeto investigado. Se

caracteriza como de natureza básica, pois busca questionamentos e reflexões, mas não ambiciona ser aplicado imediatamente no plano social real (Imaña-Encinas; Santana, 2019).

Quanto a pesquisa, esta será exploratória, visto que seu propósito é proporcionar ao pesquisador um maior entendimento quanto ao problema, o que pode auxiliar na formulação de hipóteses. Essa pesquisa se concentra em definir objetivos e adquirir informações adicionais sobre o tópico de estudo (Nunes, 2021).

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A sustentabilidade é um dos assuntos mais comentados da atualidade por sua relevância e impacto ímpares na busca por um ambiente equilibrado para as gerações vindouras. Assim, diversas áreas vêm tentando se adequar a práticas mais ecológicas em suas atividades (Haubrick; Gonçalves, 2020).

Um exemplo disso é a construção civil, setor de extrema importância e constante ascensão, sobretudo em países em desenvolvimento como o Brasil. Entretanto, ainda se destaca como um grande gerador de resíduos poluentes e degradantes do ambiente (Haubrick; Gonçalves, 2020). Segundo a Agência Câmara Brasileira da Indústria da Construção CBIC (2023), o setor de construção civil foi responsável por 16% dos novos empregos criados no país registrados com carteira assinada.

As práticas da construção atendem as demandas humanas básicas de moradia, utilizam o solo natural e transformam em um ambiente edificado capaz de atender os requisitos para se ter um espaço produtivo (Dias, 2004) Conforme o Art. 6.º da Constituição Brasileira o direito à moradia é assegurado.

As práticas de construção no Brasil são em sua grande maioria métodos antigos como a alvenaria tradicional, que para se fazer a passagem da infraestrutura, sendo ela dutos elétricos ou hidráulicos, é necessário quebrar partes existentes para depois fazer remendos. Esse método causa danos em todas as etapas, desde a extração da matéria prima não renovável, percorre o

uso indiscriminado de materiais devido a falta de projeto, até ao final da obra onde se é gerado uma grande quantidade de resíduos (Barreto, 2005).

O processo de extração dos recursos minerais cria áreas degradadas de tamanhos que dependem da quantidade de material que precisa ser extraído. Materiais que são extraídos para consumo como a areia, brita e argila tem cada vez mais esgotado algumas jazidas que entregam material para as principais regiões do país. Além de ser um grande consumidor de energia, a etapa de mineração aumenta as taxas de poluição do ar que contribuem com o aumento do aquecimento global (Brasil, 2007). A figura 01 a seguir mostra um exemplo de área degradada para mineração da areia:

**Figura 01:** Área degradada devido a mineração da areia.



Fonte: O Globo (2015).

Nas etapas de fabricação os impactos também são altos, o cimento que é o item principal nas obras de alvenaria, apresenta um percentual de 6% da geração total de CO<sub>2</sub> no Brasil (Brasil, 2007).

O uso indiscriminado dos materiais durante a etapa de construção usando o método de alvenaria tradicional, advém da falta de projeto e planejamento geral de muitas obras. Para ser feita a instalação da infraestrutura elétrica e hidráulica, os elementos já construídos como paredes e pisos, são quebrados para a passagem desses dutos e canos, o que gera desperdício de material já utilizado para construir, resíduos sólidos que geralmente não são descartados

corretamente e ao final é necessário utilizar novamente materiais novos para finalizar o serviço (Barreto, 2005).

Os resíduos sólidos descartados de uma obra não se limitam apenas a cimento e restos de tijolos, mas a vários outros materiais que podem ser divididos em classes. A classe A represente tijolos, telhas, areia e outros materiais trituráveis, classe B papel, papelão, plástico e madeira que podem ser reciclados, classe C gesso, isopor e outros que não são recicláveis e por fim classe D restos de tintas, vernizes e solventes, considerados resíduos perigosos. Além desses classificados também é considerado os lixos gerados pelos trabalhadores da obra, como restos de embalagens de comida e bebida, bitucas de cigarro, entre outras. A figura 02 a seguir apresenta um exemplo de resíduos sólidos após uma obra:

**Figura 02:** Resíduos sólidos da construção civil



**Fonte:** Residuo All (2017).

É possível medir a taxa de geração de resíduos da construção e demolição (RCD) através da comparação da quantidade de resíduos geradas com o tempo ou a área construída. Essa taxa pode ser calculada na etapa de projeto, e é possível chegar em um valor comparável para buscar melhorias no setor tanto nas etapas de construção quanto de demolição (Costa; Athayde Júnior; Oliveira, 2014).

Conforme destacado por Haubrick e Gonçalves (2020), a criação do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) em 1998 pelo Governo Federal representa um marco importante na busca por práticas mais sustentáveis na construção civil brasileira. As exigências propostas por esse e outros programas, fazem com que as empresas que têm interesse em participar de obras civis públicas sejam obrigadas a buscar certificações nacionais que comprovem sua preocupação pela construção sustentável.

Hoje é possível certificar uma empresa de construção civil com selos nacionais e internacionais para alcançar um patamar mais sustentável. Dentre eles existem o AQUA-HQE, AQUA Social, LEED, PROCEL Edifica e o selo Casa Azul. Todos esses selos apresentam requisitos que mostram que as empresas utilizam planejamento sustentável em todas as etapas. Dentre os aspectos requisitados se destacam qualidade do ciclo de vida dos edifícios, materiais ecologicamente corretos, eficiência energética e hidráulica em todas as etapas, conforto ambiental, acessibilidade, segurança e responsabilidade ambiental (Eduarda, 2024).

Entretanto, muito ainda precisa ser feito para se alcançar um impacto ambiental neutro. É crucial investir em sistemas de gestão avançados e tecnologias inovadoras que não apenas reduzam a geração de resíduos na construção, mas também incentivem a reutilização e reciclagem de materiais, como a água, transformando o ciclo de vida das estruturas.

Além disso, recentes estudos de avaliação térmica na cidade de Milão, na Itália, revelaram que a adoção de estratégias de design urbano também pode ser importante neste contexto. A presença de vegetação, o uso de materiais de superfície reflexivos e o planejamento adequado do sombreamento podem ajudar a mitigar os efeitos do calor urbano e melhorar o conforto térmico em ambientes densamente construídos (Kalogeropoulos; Tzortzi; Dimoudi, 2024).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em suma, a busca pela sustentabilidade na construção civil emerge como uma necessidade diante dos desafios ambientais enfrentados em âmbito nacional e global. Embora avanços já tenham sido atingidos, como a

implementação do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), este só foi o primeiro passo rumo a um equilíbrio ambiental satisfatório.

Selos mundiais foram criados para auxiliar no credenciamento de empresas que tem interesse ambiental, e o mercado indica uma tendência a buscar esse tipo de empresa. Selos com foco em eficiência energética, conforto ambiental, qualidade de recursos e mão de obra e responsabilidade ambiental, incentivam a busca por um futuro mais sustentável.

Para verdadeiramente transformar o setor, é indispensável a adoção de sistemas de gestão avançados novas práticas de construção, que minimizem a geração de resíduos, reutilizem e reciclem materiais, e promovam um menor desperdício de material e mão de obra. Assim é possível diminuir a poluição gerada na etapa da obra, e ao reduzir a utilização de material é possível mitigar os danos causados pela extração e transporte de matéria prima.

Além disso, os insights revelados por estudos em âmbito internacional podem ser utilizados pelo país na busca por estratégias já validadas em casos análogos. Como o realizado em Milão, no qual o design contribui para a diminuição das temperaturas e um maior bem-estar geral.

Somente com a adoção de abordagens integradas e inovadoras, aliadas a um compromisso contínuo com a sustentabilidade, pode-se aspirar a um futuro no qual a construção civil não apenas responda às demandas da sociedade, mas também contribua ativamente para a preservação do planeta para as gerações futuras.

## **AGRADECIMENTO**

Os autores agradecem ao CNPQ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela bolsa de mestrado através do edital 069/2022.

## **REFERÊNCIAS**

AGÊNCIA CBIC. Construção civil responde por 16% dos novos empregos criados no país. 2023. Disponível em: <https://cbic.org.br/construcao-civil->



responde-por-16-dos-novos-empregos-criados-no-pais/#:~:text=Nos%20primeiros%20oito%20meses%20de,novas%20vagas%20. Acesso em 27 jun. 2024.

Barbosa, Larissa Duarte Alves. (2021). Sustentabilidade na construção civil: reuso da água. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 7(7), 296–301. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i7.1685>. Acesso em: 25 mar. 2024.

BARRETO, I. M. C. B. do N. Gestão de resíduos na construção civil. Sergipe: Sinduscon, 2005. Disponível em: <https://www.sinduscon-se.com.br/sinduscon/arquivos/RELATRIO%20DIAGNOSTICO%20RESIDUOS.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria de Saneamento Ambiental. 2007. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=section&id=17&menupid=215&menutp=saneamento>. Acesso em: 27 jun. 2024.

COSTA, R. V. G.; ATHAYDE JÚNIOR, G. B.; OLIVEIRA, M. M. Taxa de geração de resíduos da construção civil em edificações na cidade de João Pessoa. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 127-137, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ac/a/QkC63LDYbbxpPkkKQ7sKW7Sv/>. Acesso em: 27 jun. 2024

EDUARDA, M. Selos de sustentabilidade na construção civil: Conheça os 5 principais. 2024. Disponível em: <https://cvcrm.com.br/blog/selos-de-sustentabilidade-na-construcao-civil/>. Acesso em 27 jun. 2024.

Haubrick, Suelen Oliveira; Gonçalves, José Roberto Moreira Ribeiro (2020). Medidas de redução de geração de resíduos sólidos na construção civil como atendimento dos requisitos de sustentabilidade do PBQP-H/SIAC. *Revista Augustus*, 25(50), 12-32. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.15202/1981896.2020v25n50p12>. Acesso em: 25 mar. 2024.

Imaña-Encinas, José; Santana, Otacílio Antunes. O trabalho científico na metodologia científica. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Engenharia Florestal. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34368>. Acesso em: 25 mar. 2024.

Kalogeropoulos, Georgios; Tzortzi, Julia; Dimoudi, Argiro (2024). Remote Sensing and Field Measurements for the Analysis of the Thermal Environment in the “Bosco Verticale” Area in Milan City. *Terra* 2024, 13(2), 182. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/land13020182>. Acesso em: 25 mar. 2024.

MILHORANCE, Flávia. Base da construção civil, areia é um dos recursos mais valiosos e explorados do mundo. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/sustentabilidade/base-da-construcao-civil->



areia-um-dos-recursos-mais-valiosos-explorados-do-mundo-14960573>.  
Acesso em: 27 jun. 2024.

Nunes, Martha Suzana Cabral. Metodologia científica universitária em 3 tempos. 3 Métodos De Pesquisa Científica. Sergipe: Repositório Institucional Universidade Federal do Sergipe (UFS), 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/14940>. Acesso em: 25 mar. 2024.

OSÓRIO, Letícia; SAULE JUNIOR, Nelson. Direito à moradia no Brasil. Relatório Nacional do Projeto de Relatores Nacionais do DhESC. São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/56121899/51267800-DIREITO-A-MORADIA-NO-BRASIL.pdf>. Acesso em 27 jun. 2024.

Residuo All. Resíduos sólidos da construção civil. O que fazer? Fale com a Resíduo All. 2017. Disponível em: <https://residuoall.com.br/2017/05/17/residuos-solidos-da-construcao-civil-o-que-fazer/>. Acesso em 27 jun. 2024.

## **O QUE JÁ SE SABE SOBRE O PAPEL DAS LIDERANÇAS NO DESEMPENHO INOVADOR DAS ORGANIZAÇÕES EM ECOSISTEMAS DE INOVAÇÃO?**

Marileia Batista Fertig  
Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, <https://orcid.org/0000-0003-2819-539>, [mbfertig@gmail.com](mailto:mbfertig@gmail.com)  
Ivanete Schneider Hahn  
Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, <https://orcid.org/0000-0003-0552-7496>, [ivischneider@hotmail.com](mailto:ivischneider@hotmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

Organizações, não são pautadas apenas em seu entorno, mas sim, de um sistema, e este por sua vez de um ecossistema que amplia a visão, sob a ótica da gestão, inovação e sustentabilidade. A inovação resulta de um processo em que o novo, o inovar faz-se presente a partir do momento em que é identificado e utilizado no processo de mudança (Godin, 2015). O conceito de ecossistema relacionado a negócios, inovação, empreendedorismo e ecossistema de conhecimento (Scaringella; Radziwon, 2018) diz respeito à [...] “todos os que partilham, a responsabilidade no desenvolvimento de ambientes e negócios (Scaringella; Radziwon, 2018, p. 63).

Esta visão ampla, traz todos os componentes de um sistema de ecossistema de inovação que pode ser definido como sendo “conjunto em evolução de atores, atividades e artefatos, e as instituições e relações, [...], que são importantes para o desempenho inovador de um ator ou de uma população de atores (Granstrand; Holgersson, 2020). O esforço de grupo e de vários fatores integrantes é evidente na inovação, pois não advém de inventores individuais (Sabel; Sabel; Preston, 2013).

Neste contexto “no nível mais fundamental, a inovação é feita por pessoas e não por estruturas ou organizações” (Sabel; Sabel; Preston, 2013, p 369). A Teoria Do Alto Escalão proposta pelos autores seminais, Hambrick e Mason (1984), sustenta que as características das lideranças, do *Top Management Team* (TMT) apresentam influência direta no desempenho organizacional. Esta teoria vem sendo amplamente estudada e estendida ao longo dos anos (Qiao; Yang, Yin, 2020).

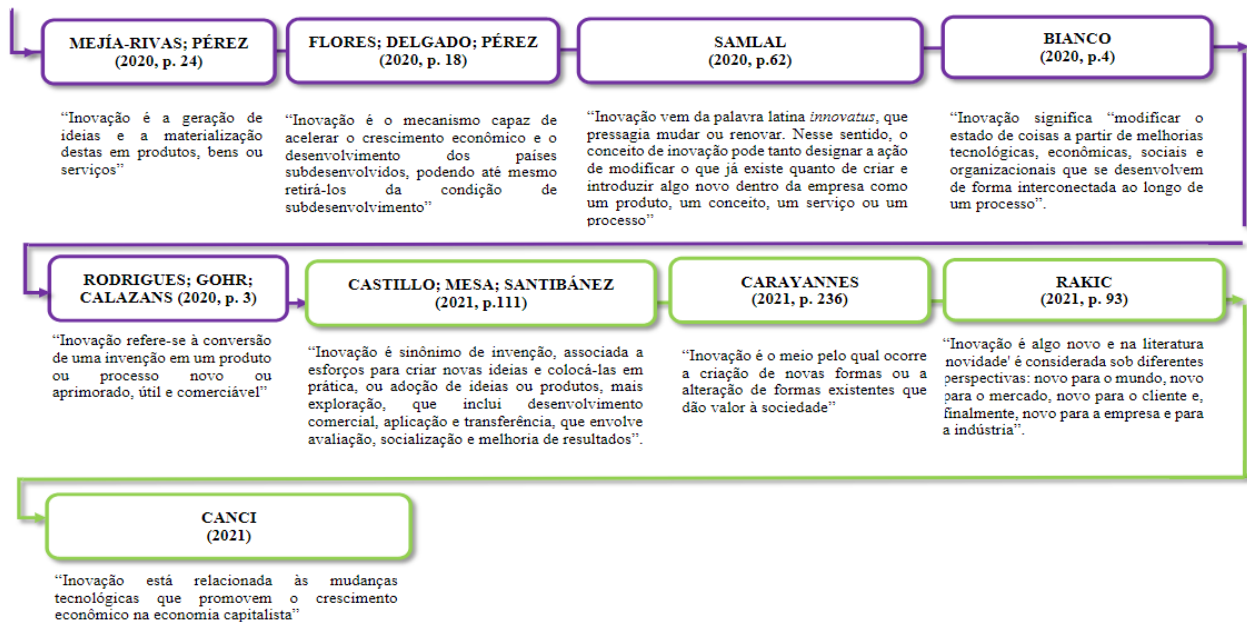
Na presente revisão, empreendeu-se uma análise crítica das contribuições existentes na literatura acerca do papel desempenhado por lideranças e sua influência no desempenho inovador de empresas situadas em ecossistemas de inovação. Esta investigação visa elucidar como as práticas de liderança impactam e fomentam a capacidade inovadora das organizações que participam desses ambientes dinâmicos e colaborativos.

## **INOVAÇÃO, ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO E O PAPEL DOS TIMES DE ALTO ESCALÃO NO DESEMPENHO INOVADOR**

A origem do termo inovação lançado por Schumpeter, deu-se no começo século XX, associando-o à concepção de novos mercados e ao ato de empreender (Schumpeter, 1934). Para o autor, a inovação diz respeito a “combinar materiais e forças que estão ao nosso alcance” (Schumpeter, 1934, p.76).

Na dinâmica da inovação, os modelos de hélices tripla, tem como proponentes a indústria, universidade e governo, que atuam na geração do conhecimento, riqueza. Diante das frequentes e notórias mudanças a nível globais, “novos modelos de geração do conhecimento, incluindo a sociedade (Hélice Quádrupla - HQ) e o ambiente (Hélice Quíntupla) são consideradas hélices importantes na dinâmica da inovação” (Mineiro et al., 2019, p. 70). A figura 1, apresenta a evolução no conceito de inovação, a partir de 2020, com base na revisão bibliométrica de Campos et al. (2022).

Figura 1 – Recorte de conceitos de inovação a partir de 2020



Fonte: Campos *et al.* (2022, p. 13487).

Kan 2018 (apud Campos *et al.* 2023 p.13492) apresenta a inovação classificada por quanto ao impacto, tipo e abordagem, quanto a abordagem, tem-se:

1. Inovação como resultado: Esta perspectiva enfoca o objetivo final da inovação, abrangendo diversas formas como inovação em produtos, processos, marketing, modelo de negócios, cadeia de suprimentos e estruturas organizacionais.
2. Inovação como processo: Concentra-se no modo organizacional pelo qual a inovação é estruturada e gerenciada para alcançar os resultados desejados. Isso engloba tanto a abordagem geral para o processo inovativo quanto o desenvolvimento de novos produtos.
3. Inovação como mentalidade: Refere-se à adoção e integração da inovação pelos indivíduos dentro da organização, promovendo uma cultura que não apenas nutre a inovação, mas também a incorpora de maneira profunda e sustentável, facilitando assim um ambiente onde a inovação pode prosperar.

Ao encontro com o conceito de inovação como mentalidade, explorar, criar, aplicar o conhecimento requer habilidades, tais pontos remetem-se à inovação (Jiménez-Jiménez; Sanz-Valle, 2011). A inovação tem atuado como

um mecanismo essencial para ampliar a presença no mercado e garantir a sustentabilidade das empresas diante da intensa concorrência, independentemente do setor de atuação (Fávero et al., 2020, p. 90).

A ampliação do conceito traz o ecossistema de inovação a partir da concepção de sistema, este composto por atores, artefatos e atividades (Granstrand; Holgersson, 2020). O papel humano nos ecossistemas de inovação compreende os diferentes atores que participam de seus nichos, com objetivos e papéis distintos (Durst; Poutanen, 2013). Os atores compreendem, indivíduos, empresas, organizações e agentes. (Granstrand, Holgersson, 2020). Nesta mesma direção Sabel, Sabel e Preston (2013, p. 371) apontam que “claramente, não é o dinheiro ou a estrutura que inova, é a equipe de inovação.” E, toda equipe emana de um líder.

Não obstante, as ideias criativas dos colaboradores e sua aplicação contribuem para o desenvolvimento inovador (Escandon-Barbosa; Salas-Paramo, 2023); embora a conformidade do trabalho com procedimentos, garanta a efetividade dos processos (Buhr, Funk; Owen-Smith, 2021). Sethi, Smith e Park (2001) apud Chang; Wannamakok e Lin (2023, p. 2) afirmam que os “[...] processos inovadores dependem das atitudes não conformes dos funcionários individuais, que beneficiam a sua cognição para a ideação criativa”, contribuindo para o sucesso organizacional.

Ainda, o estudo de Carmona e Gomes (2021, p.80), aponta que “as capacidades de aprendizagem e de inovação têm influência positiva na performance organizacional, sendo esta direta e indireta, ao alavancar o desempenho inovador”. Deste modo, para a sobrevivência, desenvolvimento e perenização das organizações, o desempenho inovador contempla produção, tecnologia inovadoras, conjuntamente necessita de seu entorno de diversas atividades relacionadas como a geração de ideias, criatividade e inovação (Coombs; Holladay, 1996).

O capital intelectual formado pelos times de gestão, assim como, a capacidade absorptiva das organizações na aquisição e aplicação do conhecimento, ambos apontados recursos estratégicos (Fávero et al., 2020). As características dos executivos e sua influência direta no desempenho, de acordo

com a Teoria do Alto-Escalão, uma vez que, a soma dos conhecimentos dos componentes de uma organização define o seu capital intelectual (Vaz; Selig; Viegas, 2019). Assim, tais recursos apresentam ligação com a inovação, com o aprendizado aplicado e com o desempenho inovador. O desempenho inovador, pode ser mensurado pela eficiência da inovação; eficácia em inovação de produtos; eficácia em inovação de processo (Carmona, Gomes, 2021).

Outrossim, há evidências de que “o capital intelectual influencia positivamente no desempenho inovador (Favero et al., 2020, p. 97). E ainda a pesquisa traz que “os resultados também indicam que as organizações se importam com o desenvolvimento do colaborador, para que ele, por meio de suas ideias, inicie e instrumente produtos e processos inovadores, constantemente” (Favero et al., 2020, p. 97).

## **DISCUSSÃO**

A partir do exposto, é possível tecer algumas discussões relevantes, às quais embasam e explicam a inovação, os ecossistemas de inovação e o papel dos times de alto escalão no desempenho inovador, sendo:

Há uma clara interconexão entre inovação, ecossistemas e os times de alto escalão: A noção de que organizações são parte de um sistema maior e interconectado de ecossistemas de inovação é apoiada por Scaringella e Radziwon (2018), que discutem a importância do compartilhamento de responsabilidades no desenvolvimento de negócios e ambientes inovadores. Essa perspectiva é ampliada por Granstrand e Holgersson (2020), que definem ecossistemas de inovação como conjuntos evolutivos de atores, atividades e artefatos.

Natureza multifacetada da inovação: A abordagem tridimensional da inovação - como resultado, processo e mentalidade - é delineada no estudo de Campos et al. (2023), refletindo uma compreensão abrangente da inovação que vai além de produtos e tecnologias para incluir processos organizacionais e culturais.

Importância das pessoas, especialmente dos times de alto escalão, na inovação: A centralidade das pessoas no processo de inovação é enfatizada por Sabel, Sabel e Preston (2013), que afirmam que a inovação é conduzida por indivíduos

e não por estruturas organizacionais. Essa visão é consistente com a Teoria do Alto Escalão de Hambrick e Mason (1984), que associa as características das lideranças ao desempenho organizacional.

Contribuição do capital intelectual e capacidade de aprendizagem: A influência positiva do capital intelectual e das capacidades de aprendizagem e inovação no desempenho organizacional é sustentada por estudos como Carmona e Gomes (2021) e Fávero et al. (2020), que destacam a importância desses fatores como recursos estratégicos para a inovação e competitividade.

Necessidade de uma abordagem integrada para o desempenho inovador: A complexidade do desempenho inovador, necessitando de eficiência e eficácia em várias dimensões da inovação, é refletida no trabalho de Buhr, Funk e Owen-Smith (2021) e no estudo de Sethi, Smith e Park (2001), apud Chang e Wannamakok e Lin (2023), que examinam a importância de atitudes não conformes e ideação criativa para o sucesso organizacional.

Portanto, a interconexão entre a gestão de alto escalão, a inovação contínua e a dinâmica dos ecossistemas de inovação constitui uma alavanca vital para o sucesso e a sustentabilidade organizacional em um ambiente de negócios cada vez mais competitivo e volátil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As características do *Top Management Team* (TMT) e sua natureza intrínseca à organização desempenham um papel crucial no desempenho inovador, conforme indicado por Bromiley e Rau (2016). A liderança emerge como um fator significativo, influenciando as etapas cruciais de criatividade e implementação no processo de inovação. A análise de Durst e Poutanen (2013) ressalta que o sucesso na implementação de ecossistemas de inovação depende de uma gama de fatores, incluindo recursos, governança, estratégia, liderança, cultura organizacional, gestão de recursos humanos, pessoal, parceiros, tecnologia e *clustering*. Esta abordagem enfatiza a preponderância do elemento humano e da liderança na orquestração do desempenho inovador.

A relação entre as características do TMT, sua liderança e o capital intelectual com a inovação, o ecossistema de inovação e o desempenho

inovador é amplamente reconhecida. Extensas pesquisas, como a revisão literária de Aboramadan (2020), que abrangeu 33 estudos empíricos, procuram clarificar essa influência. No entanto, permanece um desafio definir especificamente quais características são mais determinantes, devido à variedade de métodos, contextos e características consideradas. Portanto, ainda há um vasto campo de investigação aberto para explorar e entender melhor o impacto das lideranças no fomento à inovação e ao desempenho inovador das organizações.

## **INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS**

Agradecemos ao Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (Processo n. 140563/2024-5).

## **REFERÊNCIAS**

ABORAMADAN, Mohammed. Top management teams characteristics and firms performance: literature review and avenues for future research. **International Journal of Organizational Analysis**, v. 29, n. 3, p. 603-628, 2020.

BROMILEY, Philip; RAU, Devaki. Social, behavioral, and cognitive influences on upper echelons during strategy process: A literature review. **Journal of Management**, v. 42, n. 1, p. 174-202, 2016.

BUHR, Helena; FUNK, Russell J.; OWEN-SMITH, Jason. The authenticity premium: Balancing conformity and innovation in high technology industries. **Research Policy**, v. 50, n. 1, p. 104085, 2021.

CAMPOS, Juliana Alves et al. Conceitos e tipologias de inovação: uma revisão bibliométrica. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 8, p. 13477-13498, 2023.

CHANG, Yu-Yu; WANNAMAKOK, Wisuwat; LIN, Yi-Hsi. Work conformity as a double-edged sword: Disentangling intra-firm social dynamics and employees' innovative performance in technology-intensive firms. **Asia Pacific Management Review**, 2023.

DURST, Susanne; POUTANEN, Petro. Success factors of innovation ecosystems-Initial insights from a literature review. **Co-create**, v. 2013, p. 27, 2013.

ESCANDON-BARBOSA, Diana; SALAS-PÁRAMO, Jairo. The role of informal institutions in the relationship between innovation and organisational learning in export performance: A bidirectional relation? **Asia Pacific Management Review**, v. 28, n. 2, p. 185-193, 2023.



FÁVERO, Jéferson Deleon et al. Gestão do capital intelectual e da capacidade absorptiva como fundamentos do desempenho inovador. **Revista Gestão Organizacional**, v. 13, n. 2, p. 85-103, 2020.

GODIN, Benoît. **Innovation contested**: The idea of innovation over the centuries. Routledge, 2015.

GRANSTRAND, Ove; HOLGERSSON, Marcus. Innovation ecosystems: A conceptual review and a new definition. **Technovation**, v. 90, p. 102098, 2020.

HAMBRICK, Donald C.; MASON, Phyllis A. Upper echelons: The organization as a reflection of its top managers. **Academy of Management Review**, v. 9, n. 2, p. 193-206, 1984.

JIMÉNEZ-JIMÉNEZ, D.; SANZ-VALLE, R. Innovation, organizational learning, and performance. **Journal of Business Research**, v. 64, n. 4, p. 408-417, abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2010.09.010>

MINEIRO, A. A. Da Costa. et al. A systematic review from triple to quintuple helix. **EyG Economia e Gestão**, v. 18, n. 51, p. 77-93, 2018.

QIAO, Kun; YANG, Chen-Lu; YIN, Xue. The effects of CEO-TMT interaction on organizational performance. **International Journal of Organizational Analysis**, v. 29, n. 3, p. 585-602, 2021.

SABEL, B. A.; SABEL, K.; PRESTON, J. T. **Innovating with brains: the psychology of open innovation**. In: Open Innovation in the Food and Beverage Industry. Woodhead Publishing, 2013. p. 369-387.

SCARINGELLA, Laurent; RADZIWON, Agnieszka. Innovation, entrepreneurial, knowledge, and business ecosystems: Old wine in new bottles? **Technological Forecasting and Social Change**, v. 136, p. 59-87, 2018.

SCHUMPETER, J. The theory of economic development. **Harvard Economic Studies**, 1934.

VAZ, C. R.; SELIG, P. M.; VIEGAS, C. V. A proposal of intellectual capital maturity model (ICMM) evaluation. **Journal of Intellectual Capital**, v. 20, n. 2, p. 208-234, abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/JIC-12-2016-0130>.

## **A CAPACITAÇÃO DOS FUTUROS PEDAGOGOS PARA O TRABALHO COM OS TEMAS TRANSVERSAIS E COM A SUSTENTABILIDADE**

Marileusa Cecilia Carvalho

Uniarp, ORCID 0009-0006-4822-7054, marileusa@uniarp.edu.br

Elis Regina Mazzurana

Uniarp, ORCID 0009-0006-5835-3994, elis.regina@uniarp.edu.br

Talíze Foppa

Uniarp, ORCID0000-0002-7830-7542, talize@uniarp.edu.br

Deize Maria Baretta

Uniarp, ORCID 0009-0006-3050-0235, deize@uniarp.edu.br

### **INTRODUÇÃO**

Os temas transversais na educação, como ética, meio ambiente, saúde, pluralidade cultural, trabalho e consumo, estão diretamente ligados à sustentabilidade. Eles abordam questões fundamentais que permeiam diversas áreas do conhecimento e têm impacto direto na forma como interagimos com o mundo ao nosso redor.

Ao integrar esses temas na educação, promovemos uma compreensão mais ampla e holística da sustentabilidade, incentivando atitudes responsáveis e conscientes em relação ao meio ambiente, à sociedade e à economia. Essa integração contribui para a formação de cidadãos mais engajados e comprometidos com a construção de um futuro sustentável. Diante disso, surge o problema desta pesquisa: como dar ênfase aos temas transversais no caminho de formação do pedagogo? Além disso, define-se também que seu objetivo principal é discutir de que forma os temas transversais e a sustentabilidade podem ser abordados durante o percurso formativo dos acadêmicos do curso de Pedagogia.

Tal discussão justifica-se pela necessidade de abordar os temas transversais no curso de pedagogia, uma vez que preparam os futuros educadores para promover uma educação mais abrangente e alinhada com as demandas da sociedade contemporânea. Ao compreender e integrar esses temas em sua prática pedagógica, os professores podem ajudar os alunos a desenvolverem habilidades socioemocionais, críticas e reflexivas, além de promover valores como respeito, solidariedade, sustentabilidade e ética. Esses temas também capacitam os futuros pedagogos a lidarem com a diversidade

presente nas salas de aula, a promover a inclusão e a equidade, e a estimular o pensamento crítico em relação a questões ambientais, sociais e culturais.

## **A RELEVÂNCIA DOS TEMAS TRANSVERSAIS NA FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS**

No cenário educacional contemporâneo, os temas transversais assumem papel de destaque na formação de pedagogos, transcendendo a mera transmissão de conhecimentos e promovendo a formação integral do cidadão. Sua relevância se faz presente em três aspectos essenciais:

Primeiro, ao possibilitar a abordagem de questões sociais, culturais e éticas que permeiam a realidade dos alunos e que muitas vezes são negligenciadas pelos currículos tradicionais. Assim, os temas transversais contribuem para uma educação mais inclusiva e abrangente, permitindo que os estudantes compreendam e reflitam sobre a diversidade e as desigualdades presentes na sociedade.

Além disso, os temas transversais proporcionam a aproximação entre teoria e prática, estabelecendo conexões entre os conteúdos curriculares e a vida cotidiana dos alunos. Essa relação é fundamental para a construção de um conhecimento significativo, pois permite que os estudantes vejam a aplicabilidade do que aprendem na escola em situações reais e concretas. Ademais, contribuem para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais importantes, como a empatia, a resolução de conflitos e a colaboração. Ao lidar com questões que envolvem valores e atitudes, os alunos são desafiados a exercitar a reflexão crítica, a argumentação e o diálogo, o que fortalece o seu senso de autonomia e responsabilidade.

Assim, a inserção dos temas transversais na formação pedagógica se torna imprescindível, pois contribui não apenas para o desenvolvimento cognitivo dos alunos, mas também para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a transformação social. É por meio da abordagem transversal que a escola pode ser um espaço de diálogo, de respeito à diversidade e de construção coletiva do conhecimento, promovendo a

construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nos tópicos seguintes, serão explanados alguns dos pilares que embasam os temas transversais.

## **DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS**

A educação formal, para além da instrução, deve ser um espaço para o desenvolvimento da inteligência emocional dos alunos, preparando-os para lidar com as complexas emoções e desafios da vida em sociedade. Nesse contexto, os pedagogos assumem a função de mediadores nesse processo, conforme destaca Freire (1997, p. 45): "A educação dos sentimentos e valores é fundamental para o desenvolvimento da inteligência emocional e para a formação de cidadãos conscientes e atuantes."

Santos (2010) corrobora essa visão, enfatizando a necessidade de a escola ir além da instrução tradicional e formar indivíduos capazes de gerenciar suas emoções e construir relações interpessoais saudáveis. Essa perspectiva encontra respaldo em Coll (2010), que aponta para a relevância do desenvolvimento de habilidades socioemocionais para a tomada de decisões responsáveis e a resolução de conflitos.

Diversos estudos comprovam a relação entre inteligência emocional e sucesso profissional e pessoal, evidenciando a importância de sua inclusão na formação dos futuros pedagogos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça essa necessidade, orientando o trabalho pedagógico para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais em todos os níveis de ensino.

## **PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS**

A formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de participar ativamente da vida social e política, é um dos pilares da educação. Nesse sentido, os temas transversais se configuram como ferramentas valiosas para a promoção da cidadania e dos direitos humanos, como ressalta Saviani (2008, p. 31): "A educação para a cidadania e os direitos humanos é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária."

Kuenzer (2009), por sua vez, reforça tal visão, destacando o papel dos pedagogos na formação de cidadãos capazes de defender seus direitos e

contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária. Essa ideia é concluída por Moura (2011), o qual destaca a importância de a escola ser um espaço de promoção da diversidade, do respeito mútuo e da cultura de paz.

Além de direito, a cidadania é também garantida pela Constituição Federal e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, servindo como marco na luta pela dignidade humana e pela justiça social. A educação para a cidadania e os direitos humanos contribui para a prevenção da violência, da discriminação e do preconceito, construindo um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor para todos os alunos.

### **EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA**

A saúde, direito fundamental de todos os cidadãos, deve ser promovida desde a infância, e a escola assume papel crucial nesse processo. Campos (2012) destaca a importância da formação de hábitos saudáveis e da prevenção de doenças no ambiente escolar, enquanto Freire (2013) ressalta a contribuição da educação para a saúde para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade como um todo.

Uma das diversas conceituações de promoção da saúde reconhece a importância dos determinantes gerais da saúde, entendendo-as como resultado de fatores amplos que afetam a qualidade de vida. Esses fatores incluem: alimentação adequada, habitação e saneamento, boas condições de trabalho, ambiente limpo, apoio social, estilo de vida responsável e Educação Contínua (Pelicioni; Mialhe, 2019).

A Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que a educação para a saúde deve ser um componente curricular da educação básica, e o Ministério da Saúde disponibiliza diversos materiais e programas para auxiliar as escolas na promoção da saúde.

A BNCC traz como uma das dez competências gerais da Educação Básica: “Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas” (BNCC, 2017, p. 10).

Diante da importância da saúde como direito fundamental, é essencial que a promoção da saúde comece na infância, com a escola desempenhando um papel central. A formação de hábitos saudáveis e a prevenção de doenças no ambiente escolar são necessárias para o bem-estar dos indivíduos e da sociedade e devem ser trabalhadas durante toda a Educação Básica, visando o desenvolvimento integral do indivíduo. A LDB e a BNCC reconhecem essa necessidade. Assim, promover práticas pedagógicas de saúde no ambiente escolar pode melhorar a qualidade de vida dos estudantes e contribuir para uma sociedade mais saudável.

### **A SUSTENTABILIDADE COMO PILAR FUNDAMENTAL NA ATUAÇÃO DOS PEDAGOGOS**

Em um mundo marcado por desafios socioambientais, a educação para a sustentabilidade se torna cada vez mais relevante na formação de pedagogos. Conscientizar os alunos sobre a importância da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável é fundamental para a construção de um futuro mais justo e equilibrado.

Leff (2001) destaca o papel da educação ambiental na formação de cidadãos conscientes da importância de proteger o meio ambiente, enquanto Morocow (2012) ressalta a função dos pedagogos na conscientização dos alunos sobre os problemas ambientais e os desafios da sustentabilidade. A escola precisa ser um espaço de práticas sustentáveis, promovendo atitudes ecologicamente corretas no dia a dia, como a economia de água e energia, a reciclagem de materiais e a utilização de produtos biodegradáveis. Essa perspectiva encontra respaldo na Lei de Política Nacional de Educação Ambiental nº 9.799/1999, que define a educação ambiental como um processo contínuo e permanente que visa à formação de cidadãos conscientes e responsáveis com o meio ambiente.

A educação ambiental contribui para a preservação da biodiversidade, para o combate à poluição e para a mitigação das mudanças climáticas, garantindo um futuro mais sustentável para as próximas gerações. Entretanto, a escola não deve se limitar às suas paredes, mas sim se integrar à comunidade e promover o desenvolvimento sustentável local. Nesse contexto, os pedagogos

podem organizar projetos e atividades que envolvam alunos, pais, professores e demais membros da comunidade em ações que contribuam para a sustentabilidade da região.

## **COMO CAPACITAR OS FUTUROS PEDAGOGOS?**

O curso de Pedagogia, como pilar da formação de pedagogos para atuarem na promoção dos temas transversais e da sustentabilidade, deve desenvolver estratégias que possibilitem a construção de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para que entendam e saibam como desenvolver tais temas.

No curso de Pedagogia presencial da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - Uniarp, para atender esse requisito, estão presentes na matriz curricular do curso as disciplinas de “Direitos e Diversidades” e “Sociologia”, que são disciplinas obrigatórias; e no decorrer dos semestres, as Atividades Práticas Supervisionadas (APS), que propõem o estudo e a resolução de situações-problema relacionados a temas transversais, socioeducativos, debates sobre cidadania, ética, sustentabilidade, além de temáticas referentes ao aprimoramento de conhecimentos básicos, como leitura, escrita, entre outros. Os temas transversais também são abordados no ciclo de palestras do Programa Pesquisa em Foco, que é ministrado por professores doutores pesquisadores e está diretamente vinculado à disciplina de TCCI.

As Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores e implementadores do perfil do egresso, que permitem o desenvolvimento de competências do aluno, inclusive as adquiridas fora do ambiente acadêmico, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais e interdisciplinares, especialmente nas relações com o mercado de trabalho e com as ações sociais e de extensão na comunidade. Todos os acadêmicos devem cursar ao menos 200 horas de atividades complementares.

Além disso, a Uniarp promove eventos com abrangência regional e internacional, que abordam temas transversais, como por exemplo o Seminário Internacional Interdisciplinar sobre Desenvolvimento e Sociedade e o Congresso

Internacional de Educação e Saúde. Os acadêmicos têm a oportunidade de participar em todos os eventos, como ouvintes ou com submissão de trabalhos, melhorando ainda mais a formação em temas transversais.

Com o objetivo de qualificar futuros pedagogos do curso de Pedagogia presencial da Uniarp para atuarem na promoção dos temas transversais e da sustentabilidade, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) com apoio do Colegiado de curso, decidiu dedicar uma das disciplinas de práticas formativas ofertadas no ano letivo de 2024, especificamente uma das leituras interdisciplinares, para um momento de formação específica nos temas transversais e sustentabilidade. Nela, os acadêmicos realizaram leituras relacionadas às temáticas a seguir:

- Educação ambiental;
- Educação para a cidadania e os direitos humanos;
- Educação para a saúde;
- Desenvolvimento sustentável.

Posteriormente, foram desenvolvidas possibilidades e estratégias de ensino para sua abordagem em diversos momentos da formação dos futuros educandos da Educação Básica. Os acadêmicos poderão publicar os trabalhos produzidos nos eventos promovidos pela Uniarp.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os temas transversais são fundamentais na formação de pedagogos, pois promovem uma educação integral e crítica, conectada às reais necessidades e desafios da sociedade contemporânea. Através da abordagem de questões sociais, culturais e éticas, esses temas ampliam o currículo tradicional e tornam a educação mais inclusiva e significativa. Além disso, ao aproximar teoria e prática, desenvolvem habilidades socioemocionais essenciais para a vida em sociedade, como empatia, resolução de conflitos e colaboração. A inclusão desses temas na formação pedagógica é imprescindível para o desenvolvimento de cidadãos conscientes e comprometidos com a transformação social e a sustentabilidade.

Considerando o objetivo inicial deste trabalho sobre como dar ênfase aos temas transversais no caminho de formação do pedagogo, pode-se concluir que o curso de Pedagogia, ao incorporar estratégias e disciplinas que capacitem



futuros pedagogos a abordar temas transversais, prepara-os para promover uma educação que respeite a diversidade, os direitos humanos, a saúde e o meio ambiente. A escola, como espaço de diálogo e construção coletiva do conhecimento, deve ser um agente ativo na construção de uma sociedade mais justa e sustentável, e a formação de pedagogos deve refletir esse compromisso.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília: Presidência da República, 1999.

BRASIL. Lei nº 9.799, de 6 de janeiro de 1999. **Lei de Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília: Presidência da República, 1999.

CAMPOS, M. C. da S. **Educação para a saúde na escola: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2012.

COLL, C. **Educação socioemocional e aprendizagem: desenvolvendo competências essenciais para a vida.**\*\* Porto Alegre: Artmed, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_, M. S. **Educação para a saúde: promoção da saúde e da qualidade de vida**. São Paulo: Moderna, 2013.

KUENZER, A. **Educação para a cidadania e os direitos humanos: fundamentos e propostas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEFF, S. **Educação em tempos de risco**. São Paulo: Cortez, 2001.

MOROCOW, N. S. **Educação ambiental e sustentabilidade: novos desafios para a formação de professores**. Ijuí: Unijuí Editora, 2012.

MOURA, M. F. de. **Educação para a paz e os direitos humanos na escola**. São Paulo: Cortez, 2011.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; MIALHE, Fábio Luiz. **Educação e promoção da saúde: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Santos, 2019. E-book. ISBN 9788527734745. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527734745/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SANTOS, M. L. dos. **Educação socioemocional na escola: construindo competências para a vida**. São Paulo: Moderna, 2010.

SAVIANI, D. **Educação brasileira: história, fatos e reflexões**. São Paulo:  
Cortez, 2008.

## **CONSUMIDOR VERDE: A INFLUÊNCIA DAS PREFERÊNCIAS SUSTENTÁVEIS NO MERCADO DE COSMÉTICO**

Natan Veiga 1

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe- UNIARP, 0009-0005-2988-9143,  
natan.veiga@uniarp.edu.br

Karine Luz 2

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe- UNIARP, 0000-0002-2983-387X ,  
karine.luz@uniarp.edu.br

Claudriana Locatelli 3

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe- UNIARP, 0000-0003-4708-6641,  
claudriana@uniarp.edu.br

### **INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, o aumento da consciência ambiental e ética entre os consumidores tem influenciado profundamente o mercado de cosméticos. Esses consumidores, frequentemente referidos como “consumidores verdes”, demandam produtos que não apenas atendam às suas necessidades estéticas, mas também respeitem rigorosos padrões ambientais e sociais. Segundo Kureshi (2022), o comportamento do consumidor verde tem se tornado cada vez mais evidente na forma como esses indivíduos escolhem seus produtos, priorizando ingredientes naturais, práticas de produção ética e embalagens sustentáveis.

Os consumidores verdes estão cada vez mais cientes do impacto ambiental e social de suas escolhas de consumo. De acordo com Jouzdani e Ali (2020) a crescente demanda por produtos ecologicamente corretos reflete uma mudança significativa nas expectativas dos consumidores, que agora buscam alinhar seus hábitos de compra com seus valores pessoais de sustentabilidade. Este fenômeno tem levado as empresas de cosméticos a adotar práticas mais sustentáveis, tanto na produção quanto no marketing de seus produtos (Furman *et al.*, 2022).

A indústria de cosméticos, historicamente associada ao uso de químicos sintéticos e embalagens não recicláveis, está passando por uma transformação significativa. As empresas estão investindo em pesquisa e desenvolvimento para criar produtos que utilizem ingredientes naturais e sustentáveis, além de reduzir o uso de plástico e outros materiais não biodegradáveis (Teixeira *et al.*, (2023).

Essa mudança não é apenas uma resposta às demandas dos consumidores, mas também uma estratégia para se destacar em um mercado cada vez mais competitivo.

Este estudo visa explorar a intersecção entre o comportamento do consumidor verde e as práticas de mercado dos cosméticos sustentáveis. Vamos examinar como as preferências por produtos ecologicamente corretos estão remodelando o setor, influenciando desde a formulação dos produtos até as estratégias de marketing adotadas pelas empresas.

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada neste estudo foi a revisão integrativa da literatura, analisando artigos científicos publicados entre 2019 e 2024. Os descritores "consumidor verde", "cosméticos sustentáveis", "ética em consumo" e "impacto ambiental de cosméticos" foram utilizados nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *PubMed*<sup>®</sup>. Os critérios de inclusão foram artigos em inglês e português que apresentassem estudos empíricos sobre o comportamento do consumidor e práticas de sustentabilidade. Foram excluídos artigos que não focassem diretamente na interação entre consumidores verdes e a indústria de cosméticos.

## **CONCEITOS BÁSICOS**

### **COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR VERDE**

O comportamento do consumidor verde é caracterizado pela preferência por produtos que minimizam o impacto ambiental e promovem práticas éticas. De acordo com um estudo, os consumidores verdes valorizam a transparência das empresas e a autenticidade de suas práticas sustentáveis (Furman *et al.*, 2022). Esta tendência tem se intensificado com o aumento da informação disponível sobre os impactos ambientais e sociais dos produtos de consumo (Jouzdani e Ali 2020).

Kureshi (2022) destaca que o consumidor verde está mais informado e consciente sobre os ingredientes utilizados nos produtos, optando por aqueles que possuem certificações ecológicas e que são produzidos de forma ética. Essa

mudança no comportamento do consumidor tem levado as empresas a adotarem práticas mais transparentes e sustentáveis, como o uso de ingredientes naturais e a redução de embalagens plásticas.

Além disso, estudos apontam que a disposição dos consumidores a pagar mais por produtos sustentáveis tem aumentado significativamente. Por exemplo, Nor Fauzi e Hashim (2015) identificaram que a maioria dos consumidores verdes está disposta a investir em produtos que garantam a sustentabilidade ambiental e social, mesmo que isso implique em custos mais elevados. Esta disposição reflete um compromisso maior com a sustentabilidade e uma preferência por marcas que compartilhem desses valores.

A pesquisa de Askadilla e Krisjanti (2017) também destaca que os consumidores verdes tendem a ser mais leais às marcas que adotam práticas sustentáveis, o que indica uma relação direta entre práticas ambientais e fidelidade do cliente. Este achado é corroborado por outros estudos que mostram que a transparência e a responsabilidade ambiental são fatores decisivos para a construção de uma base de clientes fiéis e engajados (Silva e Razzolini Filho, 2023).

## **SUSTENTABILIDADE NA INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS**

A sustentabilidade na indústria de cosméticos envolve várias práticas, incluindo a utilização de ingredientes naturais, a redução de embalagens plásticas e a adoção de métodos de produção que reduzam a pegada de carbono. Segundo Teixeira *et al.* (2023) as empresas que incorporam a sustentabilidade em suas operações não apenas contribuem para a preservação ambiental, mas também conquistam a lealdade de um segmento crescente de consumidores conscientes.

Estudos mostram que a sustentabilidade na produção de cosméticos não se limita apenas aos ingredientes, mas também abrange todo o ciclo de vida do produto, desde a obtenção das matérias-primas até o descarte das embalagens. A implementação de práticas sustentáveis pode diminuir significativamente o impacto ambiental da produção de cosméticos. (Siphiwe Dlamini e Vimbai Mahowa, 2024).

Por exemplo, empresas renomadas no ramo dos cosméticos têm investido significativamente em práticas sustentáveis, como o uso de ingredientes de origem natural e a redução de emissões de CO<sub>2</sub> em seus processos de fabricação (Bom *et al.*, 2019). Essas práticas não apenas ajudam a mitigar os impactos ambientais, mas também atendem às demandas dos consumidores por produtos mais saudáveis e menos prejudiciais ao meio ambiente.

A utilização de ingredientes naturais e orgânicos é uma tendência crescente na indústria de cosméticos. De acordo com um estudo de Rawat e Garga (2012, p. 101), "os consumidores estão cada vez mais preferindo produtos que utilizam ingredientes naturais, evitando aqueles que contêm químicos sintéticos prejudiciais". Este movimento é impulsionado pela crescente conscientização sobre os impactos negativos dos químicos sintéticos na saúde e no meio ambiente.

## **IMPACTO AMBIENTAL DAS INOVAÇÕES EM COSMÉTICOS**

As inovações sustentáveis no setor de cosméticos têm um impacto significativo no meio ambiente. Iniciativas como a substituição de microplásticos por alternativas biodegradáveis e o desenvolvimento de embalagens recicláveis são exemplos de esforços da indústria para reduzir seu impacto ambiental. Estudos apontam que a adoção de tecnologias verdes na produção de cosméticos não só beneficia o meio ambiente, mas também melhora a imagem das empresas perante os consumidores (Jouzdani e Ali, 2020).

Kureshi (2022) afirma que "a inovação sustentável é crucial para a competitividade no mercado de cosméticos, pois os consumidores estão cada vez mais atentos às práticas ambientais das empresas". Além disso, a implementação de inovações sustentáveis pode levar a uma redução significativa nos custos operacionais a longo prazo, beneficiando tanto as empresas quanto os consumidores.

A substituição de microplásticos por alternativas biodegradáveis é uma das inovações mais significativas na indústria de cosméticos. Segundo Bom *et al.* (2019, p. 122), "os microplásticos têm sido amplamente utilizados em

produtos cosméticos, mas a crescente conscientização sobre os seus impactos negativos no meio ambiente tem levado as empresas a buscar alternativas biodegradáveis". Estas alternativas não apenas reduzem a poluição marinha, mas também são mais seguras para a saúde dos consumidores.

Outra inovação importante é o desenvolvimento de embalagens recicláveis. As embalagens contribuem substancialmente para o impacto ambiental dos produtos cosméticos, e a utilização de materiais recicláveis pode diminuir esse impacto de maneira considerável (Mohammad, 2018). Empresas têm investido em tecnologias que permitem a produção de embalagens totalmente recicláveis, alinhando suas práticas com os princípios da economia circular.

## **ESTRATÉGIAS DE MARKETING SUSTENTÁVEL**

O marketing sustentável é uma estratégia utilizada pelas empresas para comunicar suas práticas ecológicas e éticas aos consumidores. A pesquisa aponta que "o marketing sustentável não apenas aumenta a visibilidade das práticas ambientais das empresas, mas também educa os consumidores sobre a importância de escolhas conscientes" (Faizi *et al.*, 2022, p. 147).

Silva e Razzolini Filho (2023).destacam que as campanhas de marketing que ressaltam certificações ecológicas e o uso de ingredientes naturais são particularmente eficazes para atrair consumidores verdes. Além disso, as empresas que investem em marketing sustentável tendem a construir uma imagem de marca mais forte e a fidelizar seus clientes.

O marketing sustentável não se limita apenas à promoção de produtos ecológicos, mas também inclui a transparência nas práticas de produção e o engajamento dos consumidores em iniciativas ambientais. Por exemplo, algumas empresas são conhecidas por suas campanhas que promoviam práticas comerciais justas e sustentáveis, envolvendo os consumidores em suas iniciativas de proteção ambiental (Chhay *et al.*, 2015).

A utilização de rótulos e certificações ecológicas é uma prática comum no marketing sustentável. Segundo Ghazali *et al.* (2017), Cervellon e Carey (2011), Os rótulos ecológicos auxiliam os consumidores na identificação de

produtos sustentáveis, promovendo maior confiança e transparência no mercado. Estas certificações garantem que os produtos atendem a padrões específicos de sustentabilidade, o que é um fator decisivo para muitos consumidores verdes.

## **DESAFIOS E OPORTUNIDADES**

Apesar das oportunidades significativas, as empresas enfrentam desafios na implementação de práticas sustentáveis. Padilha (2024) destaca que os custos iniciais de transição para práticas sustentáveis podem ser altos, mas os benefícios a longo prazo, como a fidelização do cliente e a conformidade regulatória, compensam esses investimentos.

A inovação contínua e a adaptação às expectativas dos consumidores são essenciais para o sucesso no mercado de cosméticos sustentáveis. As empresas precisam estar dispostas a investir em pesquisa e desenvolvimento para permanecerem competitivas e satisfazerem as demandas dos consumidores que priorizam a sustentabilidade (Kureshi, 2022).

Um dos principais desafios enfrentados pelas empresas é a necessidade de equilibrar os custos de produção com a demanda por preços acessíveis. De acordo com Narula e Desore (2016, p. 27), "a produção sustentável pode ser mais cara, e as empresas precisam encontrar maneiras de repassar esses custos sem afastar os consumidores". Este equilíbrio é crucial para garantir que os produtos sustentáveis sejam acessíveis a uma ampla gama de consumidores. Outro desafio é a adaptação às regulamentações ambientais, que podem variar significativamente entre diferentes regiões. As empresas devem acompanhar as mudanças nas regulamentações ambientais para assegurar a conformidade e evitar sanções. (Khan; Salim, 2020, p. 74). Esta adaptabilidade é essencial para operar em um mercado globalizado onde as normas ambientais estão se tornando cada vez mais rigorosas.

No entanto, as oportunidades para inovação e crescimento no mercado de cosméticos sustentáveis são vastas. De acordo com Singh (2019). A crescente demanda por produtos sustentáveis está abrindo novas oportunidades para empresas que conseguem se adaptar e inovar. A capacidade de responder



rapidamente às mudanças nas preferências dos consumidores e nas regulamentações pode proporcionar uma vantagem competitiva significativa.

## **CONCLUSÃO**

Os resultados confirmam que a sustentabilidade se tornou um diferencial competitivo crucial no setor de cosméticos. As empresas devem intensificar suas práticas sustentáveis não apenas para atender à legislação e normas ambientais, mas também para alavancar a fidelidade dos consumidores e garantir uma vantagem competitiva. O alinhamento com os valores dos consumidores verdes é essencial para a sustentabilidade a longo prazo da indústria.

Este estudo destaca a importância de práticas sustentáveis e de marketing transparente para atrair e manter consumidores verdes. As empresas que conseguem incorporar essas práticas de forma eficaz não apenas contribuem para a preservação ambiental, mas também conquistam uma base de clientes leais e engajados. A inovação contínua e a adaptação às expectativas dos consumidores são essenciais para o sucesso no mercado de cosméticos sustentáveis.

Adicionalmente, é importante destacar que as práticas sustentáveis na indústria de cosméticos estão alinhadas com vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, como ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima) e ODS 15 (Vida Terrestre). Ao adotarem práticas sustentáveis, as empresas de cosméticos não apenas atendem às expectativas dos consumidores, mas também contribuem para um futuro mais sustentável e equilibrado globalmente. Assim, investir em sustentabilidade não é apenas uma estratégia de mercado, mas uma responsabilidade social e ambiental que contribui para o bem-estar coletivo.

## **REFERÊNCIAS**

ASKADILLA, W. L.; KRISJANTI, M. N. Understanding Indonesian Green Consumer Behavior On Cosmetic Products: Theory Of Planned Behavior Model. **Polish Journal of Management Studies**, v. 15, n. 2, p. 7–15, jun. 2017.

BOM, S. et al. A step forward on sustainability in the cosmetics industry: A review. **Journal of Cleaner Production**, v. 225, n. 0959-6526, p. 270–290, 10 jul. 2019.

CERVELLON, M.-C.; CAREY, L. Consumers' perceptions of "green": Why and how consumers use eco-fashion and green beauty products. **Critical Studies in Fashion & Beauty**, v. 2, n. 1, p. 117–138, 22 dez. 2011.

CHHAY, L.; MIAN, M. M.; SUY, R. Consumer Responses to Green Marketing in Cambodia. **Open Journal of Social Sciences**, v. 03, n. 10, p. 86–94, 2015.

FURMAN, A. C. et al. Sustentabilidade no processo produtivo da indústria cosmética: uma revisão da literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, p. e586111335852, 16 out. 2022.

GHAZALI, E. et al. Health and cosmetics: Investigating consumers' values for buying organic personal care products. **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 39, n. 1, p. 154–163, nov. 2017.

JOUZDANI, M.; ALI, E. The Investigation of Factors Affecting the purchasing decisions of consumers of green products. **Brazilian Journal of Operations & Production Management**, v. 17, n. 2, 2020.

KHAN, S.; SALIM, A. Saudi females' buying behavior of green cosmetics: A pertinent motivational aspect. **Journal of Marketing Communications**, v. 27, n. 6, p. 1–13, 4 fev. 2020.

KURESHI, B. Green Cosmetic Products -A Consumer perspective and preferences in the state. **Neuro Quantology**, v. 20, n. 22, p. 969–977, 2022.

MOHAMMAD, F. GREEN MARKETING Awareness Acceptance And Adoption Among Marketers And Prospects. **Inflibnet.ac.in**, v. 1, 2018.

NARULA, S. A.; DESORE, A. Framing green consumer behaviour research: opportunities and challenges. **Social Responsibility Journal**, v. 12, n. 1, p. 1–22, 7 mar. 2016.

NOR FAIRUZ, SYAZANA; RAEMAH, ABDULLAH HASHIM. Generation X and Purchase Intention Toward Green Cosmetic and Skin Care Products. **OUM International Journal of Business and Management**, v. 1, n. 2, 2015.

RAWAT, S. R.; GARGA, P. Understanding Consumer Behaviour Towards Green Cosmetics. **Journal of Cleaner Production**, 2012.

SILVA, R. F. DA; RAZZOLINI FILHO, E. Publicações científicas em marketing verde uma perspectiva bibliométrica. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 19, p. e021018, 9 jun. 2023.

SINGH, A. Green Cosmetics - Changing Young Consumer Preference and Reforming Cosmetic Industry. **International Journal of Recent Technology and Engineering**, v. 8, n. 4, p. 12932–12939, 30 nov. 2019.

SIPHIWE DLAMINI; VIMBAI MAHOWA. Investigating factors that influence the purchase behaviour of green cosmetic products. **Cleaner and responsible consumption**, v. 13, n. 2666-7843, p. 100190–100190, 1 maio 2024.

TEIXEIRA , S. et al. Understanding the Impact of Online Communication Strategies on Consumer Purchase Intention for Green Cosmetics. **Sustainability**, v. 15, n. 20, p. 14784–14784, 12 out. 2023.

PADILHA, V. G.; et al. Sustentabilidade como vantagem competitiva nas organizações: uma revisão bibliográfica. **Meio Ambiente (Brasil)**, v. 6, n. 1, p. 50-61, 2024.

## **CONTRATOS DO FUTURO: COMO OS SMART CONTRACTS PODEM IMPULSIONAR A SUSTENTABILIDADE GLOBAL**

Pedro Henrique Willimann dos Anjos

Uniarp, <https://orcid.org/0000-0003-0056-1679>, [pwillemann32@gmail.com](mailto:pwillemann32@gmail.com)

Jociane Machiavelli

Uniarp, <http://lattes.cnpq.br/3891885622419653>, [jociane@uniarp.edu.br](mailto:jociane@uniarp.edu.br)

Sabrina Frigotto

Uniarp, <https://orcid.org/0000-0003-2968-1607>, [sabrinafrigotto19@gmail.com](mailto:sabrinafrigotto19@gmail.com)

Levi Hülse

Uniarp, <https://orcid.org/0000-0002-9974-6325>, [levi@uniarp.edu.br](mailto:levi@uniarp.edu.br)

### **INTRODUÇÃO**

Os contratos inteligentes podem ser definidos como operações jurídicas contratuais realizadas pela manifestação de vontade de natureza jurídica ativa e passiva expressa eletronicamente no momento da formação (Rebouças, 2018).

Eliminam a necessidade de intermediários terceirizados. Isso torna a execução do contrato mais segura e confiável, o que, por sua vez, gera diversas vantagens econômicas. Algumas dessas vantagens incluem custos reduzidos ao fazer negócios e fraudes reduzidas ao executar contratos tradicionais. Além disso, é possível que os conflitos entre as partes possam ser resolvidos e os custos reduzidos (Porto; De Lima Junior; Silva, 2019).

Segundo Porto, De Lima Junior e Silva (2019), durante a vigência do contrato, circunstâncias imprevistas podem exigir a intervenção de terceiros. Isso porque as fases de execução dos contratos tradicionais incluem riscos potenciais que precisam ser tratados pela instituição responsável por fazer satisfeita o que foi acordado no contrato.

De acordo com as afirmações de Jerry Cuomo, que atua como vice-presidente de tecnologias de blockchain, é possível aplicar os contratos inteligentes em todos os segmentos dos serviços financeiros, incluindo áreas como saúde, seguros, registros, entre outras, todas de forma digital (Rosic, 2020 apud Pereira; Silveira, 2022, p. 10).

### **APLICABILIDADE DOS SMART CONTRACTS EM DIFERENTES ÁREAS**

No ambiente de contratos de adesão eletrônicos, os contratos inteligentes encontraram ampla área de atuação. Por serem escritos em código, os contratos inteligentes não estão sujeitos a diversas interpretações, ou seja, são o que são. Portanto, o contrato inteligente será amplamente utilizado pela empresa, que só precisa redigir o contrato uma vez, e cada usuário pode escolher se aceita os termos (Bueno, 2020).

Um contrato inteligente pode ser usado para registrar os direitos autorais da música de seu criador. Ao criar um contrato inteligente em uma rede Blockchain, todas as modificações futuras são registradas indefinidamente. Ao usar um contrato inteligente, os pagamentos de royalties são feitos automaticamente e registrados em tempo real. Os benefícios adicionais deste método incluem a transmissão do pagamento através do Blockchain e as contas de cada participante o refletem instantaneamente (Cardoso, 2018 apud Figueiredo; Lima, 2021).

Entrando no quesito financeiro, a ideia de aplicação dos smart contracts pode ser um princípio muito benéfico acerca da automatização do serviço. Além disso, não são retroativos, portanto todas as partes envolvidas em uma transação devem criar um novo contrato inteligente se quiserem reverter o negócio. Isso ocorre porque a reversão de uma transação requer a criação de um novo contrato inteligente com novos requisitos de possibilidade, determinação e economia (Almeida, 2020).

Abordando outro tema, Bueno (2020) trata sobre seguros, que ajudam a proteger os clientes contra quaisquer perdas financeiras. Na hora de comprar uma casa, um carro ou uma moto, o cliente precisa ter total segurança financeira. Eles não querem se preocupar com bens danificados ou roubo. Embora o seguro possa ser necessário em certas cidades do Brasil, a maioria das pessoas não percebe até que já tenha sido assaltado ou seu veículo roubado.

Na sociedade moderna, os contratos de seguro são onipresentes na cobertura de uma variedade de ativos, incluindo bens pessoais, imóveis e seguros de vida. O objetivo destes contratos é transferir a responsabilidade por quaisquer perdas financeiras incorridas para um terceiro, nomeadamente a

seguradora. Isto é conseguido através de um pagamento mensal ou conforme descrito no contrato (Torres, 2021).

As seguradoras podem usar contratos inteligentes para lidar com muitas possibilidades diferentes. Uma ideia que muitas pessoas acham muito promissora é usá-los para lidar com desastres naturais na indústria agrícola. Um oráculo relacionado ao clima está incluído no contrato entre o produtor e o contratante do oráculo. Se o oráculo detecta uma seca severa ou precipitação excessiva, ele aciona automaticamente as cláusulas do contrato para transferir fundos para o contratante do oráculo (Bueno, 2020).

Ao utilizar uma cadeia interligada, torna-se fácil estabelecer a extensão dos danos, o seu valor e os fatores que levaram a eles. Tomemos, por exemplo, um acidente de carro em que o veículo sofre danos. Se o carro for levado a uma oficina ligada à seguradora por meio de um contrato inteligente, juntamente com acesso a boletins de ocorrência que identifiquem o autor do ato, a seguradora poderá liberar rapidamente o valor devido em questão de dias ou até horas. Graças à disponibilidade desta informação, a seguradora pode evitar qualquer manipulação do contrato e manter a segurança da cadeia (Torres, 2021).

No tocante a eleições, a mudança pode trazer facilidade para os eleitores, que teriam a possibilidade de exercerem seu dever do sofá de sua casa, o que possivelmente poderia gerar mais votantes e votos contabilizados (Bueno, 2020).

## **OS SMART CONTRACTS E SEU PAPEL SUSTENTÁVEL**

Na forma mais simples do termo, a sustentabilidade reflete-se nas necessidades vitais, “o ar que respiramos a água que bebemos o solo que fornece o nosso alimento são essenciais para nossa sobrevivência. A regra básica da existência humana é manter a sustentabilidade das condições de vida de que depende” (Bosselmann, 2015, p 25).

De outro norte, a sustentabilidade pode ser complexa como é a ideia de justiça, pois evoca sentimentos semelhantes, no entanto a sustentabilidade, muitas vezes, parece ainda mais distante:

Muitas das sociedades de hoje podem ser descritas como justas, pelo menos no sentido de prover os meios para a resolução pacífica de conflitos. Em contraste, nenhuma sociedade de hoje é sustentável. [...] em segundo lugar, a ausência de justiça é mais difícil de suportar do que a ausência de sustentabilidade (Bosselmann, 2015, p.28).

Originária do Iluminismo, a sustentabilidade corresponde a uma corrente da filosofia moral, preocupando-se com a igualdade de oportunidades e com o nível de desigualdade dos resultados no plano intergeracional e não apenas preocupando-se com a igualdade de oportunidades (Tonnera Junior, 2016).

A origem da sociedade está na natureza humana, já que o indivíduo é essencialmente social e não consegue viver de forma isolada. Ao decidir se unir em comunidade, o ser humano estabelece um pacto social no qual são definidos objetivos em comum, valores compartilhados e padrões de comportamento aceitáveis (Boff, 2015).

Impossível falar-se em sociedade sem refazer o equilíbrio dos seus eixos estruturantes da convivência social: “em sociedades sadias a economia está submetida à política, a política se orienta da ética, e a ética se inspira em valores intangíveis e espirituais que dão sentido à vida e à história” (Boff, 2015, p. 126).

A sustentabilidade é uma ideia que abrange diversos significados, podendo ser enxergada sob um viés ecológico, político, como um modo da sociedade se estruturar para se desenvolver de forma a utilizar os recursos naturais disponíveis e tecnologias, visando o bem-estar coletivo (Tonnera Junior, 2016).

Pode-se destacar, ainda:

A notável interligação existente entre a ética que subjaz à ideia da sustentabilidade e o princípio da dignidade da pessoa humana, pois quando se afirma que os seres humanos constituem o centro e a razão de ser do processo de desenvolvimento da sociedade significa advogar um novo estilo de desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável no acesso e no usos de recursos naturais, socialmente sustentável na redução da pobreza e das desigualdades sociais, promotor da justiça e da equidade e politicamente sustentável ao aprofundar a democracia garantindo o acesso e a participação de todos nas decisões de ordem pública (Tonnera Junior, 2016, p. 13).

Nas discussões ocorridas durante os encontros em Estocolmo (1972) e Rio (1992), surge a percepção de que o avanço envolve não apenas

questões ambientais, mas também aspectos sociais. Dentro desse contexto, surge a ideia de que a pobreza está ligada a danos ao meio ambiente e, por conseguinte, a sustentabilidade deve incluir a equidade social e a melhoria da qualidade de vida das atuais e futuras gerações. A preocupação com o bem-estar das próximas gerações introduz, de maneira abrangente, a questão ética.

No Brasil, Machado (2005) defende que o Desenvolvimento social é um discurso, conforme a proposição de Foucault; enquanto outros doutrinadores afirmam que é um conceito político-normativo, noção que já estava presente no Relatório Brundtland. Veiga (2008), no entanto, constrói uma defesa interessante, de que se trata, antes de tudo, de um novo valor. Na sua assimilação pela sociedade, encontra-se a possibilidade da adoção de medidas que venham efetivamente a mudar o rumo do desenvolvimento, levando-o da jaula do crescimento econômico material para a liberdade do desenvolvimento humano, enquanto ampliação das oportunidades (Sen, 2000).

A primeira dimensão do desenvolvimento sustentável normalmente citada é a ambiental. Ela supõe que o modelo de produção e consumo seja compatível com a base material em que se assenta a economia, como subsistema do meio natural. Trata-se, portanto, de produzir e consumir de forma a garantir que os ecossistemas possam manter sua autorreparação ou capacidade de resiliência. A segunda dimensão, a econômica, supõe o aumento da eficiência da produção e do consumo com economia crescente de recursos naturais, com destaque para recursos permissivos como as fontes fósseis de energia e os recursos delicados e mal distribuídos, como a água e os minerais. Trata-se daquilo que alguns denominam como ecoeficiência, que supõe uma contínua inovação tecnológica que nos leve a sair do ciclo fóssil de energia (carvão, petróleo e gás) e a ampliar a desmaterialização da economia.

A terceira e última dimensão é a social. Uma sociedade sustentável supõe que todos os cidadãos tenham o mínimo necessário para uma vida digna e que ninguém absorva bens, recursos naturais e energéticos que sejam prejudiciais a outros. Isso significa erradicar a pobreza e definir o padrão de desigualdade aceitável, delimitando limites mínimos e máximos de acesso a bens materiais. Em resumo, implantar a velha e desejável justiça social (Nascimento, 2012, p. 5).

A sustentabilidade social se define como uma extensão do princípio do bem-estar universalista no sentido de garantir como um direito a todos os cidadãos presentes e aos que estão por vir o bem-estar como garantia de uma vida digna (Tonnera Junior, 2016).

Uma sociedade pode ser considerada sustentável quando, através das gerações, consegue garantir a vida dos cidadãos e dos ecossistemas nos quais está inserida, isto é, se por seu trabalho e sua produção tornar-se mais



autônoma, superando níveis de pobreza ou conseguir de forma crescente diminuí-la; se seus cidadãos estiverem ocupados em trabalhos significativos, com seguridade social garantida; se a desigualdade social, política e de gênero for continuamente trabalhada e a desigualdade econômica reduzida a níveis aceitáveis (Boff, 2015).

Do ponto de vista social, a sustentabilidade envolve a forma como as pessoas interagem em sociedade, valorizando a liberdade, a segurança, o bem-estar, o progresso, a igualdade e a justiça. Esses princípios são essenciais para construir uma sociedade solidária e participativa, comprometida em garantir o bem-estar não apenas das gerações atuais, mas também das futuras (Bosselmann, 2015).

Não é mais possível conceber contratos que não estejam em conformidade com os princípios da sustentabilidade. Em setembro de 2015, houve um avanço significativo na promoção de um mundo mais sustentável e globalizado com o lançamento da Agenda 2030, que estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como metas globais a serem atingidas.

Dentre as propostas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), encontra-se o ODS 16 que prevê: Paz, Justiça e Instituições Eficazes, tendo como objetivo: “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”.

Os *smart contracts* podem ser considerados meios eficazes de criar novas instituições capazes de trazer sustentabilidade para a sociedade na realização de negócios jurídicos capazes de serem mais céleres e justos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Acerca da aplicabilidade dos *smart contracts*, torna-se evidente que essa tecnologia inovadora oferece uma ampla gama de benefícios em diversos setores, desde o financeiro até o artístico, passando pelo segurador e eleitoral. A promessa de eficiência, transparência e segurança proporcionada pelos contratos inteligentes é indiscutível, representando uma mudança acordos comerciais e operações cotidianas são executadas.

No entanto, é crucial reconhecer que essa promessa de progresso não está isenta de desafios e preocupações. À medida que os *smart contracts* são adotados como uma solução para simplificar e agilizar processos, deve-se atentar aos potenciais impactos sociais, econômicos e ambientais associados à sua implementação.

Ao conceber e colocar em prática os *smart contracts*, é essencial realizar uma análise do impacto ambiental de todo o processo desses contratos. Isso envolve avaliar como a tecnologia é fabricada, utilizada e descartada. É fundamental assegurar a transparência nas negociações e na elaboração dos *smart contracts*, de modo a possibilitar auditorias independentes e garantir sua execução de maneira justa e sustentável. A inserção da sustentabilidade nos *smart contracts* não apenas contribui para a conservação do meio ambiente, como também promove uma imagem positiva e confiável para as empresas e projetos envolvidos.

Citações diretas com menos de 3 (três) linhas são transcritas no corpo de texto entre aspas. Citações com mais de 3 (três) linhas devem figurar em parágrafo próprio, com fonte arial 10, entre linhas simples, com recuo de 4 cm da margem esquerda e espaços duplos em relação aos parágrafos anterior e posterior. Para todas as citações diretas deve-se mencionar autor, ano e página de onde foram extraídas conforme exemplos a seguir.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bianca Santos Cavalli. Aplicabilidade dos *Smart contracts* nas Instituições Financeiras. **Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 28-38, 2020. Disponível em: <https://revistapgbc.bcb.gov.br/revista/article/view/1067>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: O que é – O que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BOSELNANN, Klaus. **O Princípio da Sustentabilidade**: Transformando Direito e Governança. São Paulo: RT, 2015.

BUENO, Hugo Carvalho. CONTRATOS INTELIGENTES: USO DO BLOCKCHAIN PARA FORMULAÇÃO DE CONTRATOS. **Intertem@ s ISSN 1677-1281**, [S.l.], v. 40, n. 40, 2020. Disponível em:

<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Direito/article/view/8949>. Acesso em: 05 out. 2023.

FIGUEIREDO, Jordan; LIMA, Iremar. Contratos Inteligentes com *Ethereum*. **Journal of Innovation and Science: research and application**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 11 p., 2021. Disponível em: <https://joins.emnuvens.com.br/joins/article/view/98>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PEREIRA, Juliana de Oliveira; SILVEIRA, Maria Eliane Blakesi. *SMART CONTRACTS EM BLOCKCHAIN E SEUS REFLEXOS NO AMBITO JURÍDICO BRASILEIRO*. **Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade**, v. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/view/7379>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PORTO, Antônio Maristrello; DE LIMA JUNIOR, João Manoel; SILVA, Gabriela Borges. Tecnologia *Blockchain* e direito societário: aplicações práticas e desafios para a regulação. **Revista de Informação Legislativa**, [S.l.], v. 56, n. 223, p. 11-30, 2019. Disponível em: [http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/56/223/ril\\_v56\\_n223\\_p11](http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/56/223/ril_v56_n223_p11). Acesso em: 16 out. 2023.

REBOUÇAS, Rodrigo Fernandes. **Contratos Eletrônicos: Formação e Validade: Aplicações Práticas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Almedina Brasil, 2018.

TONNERA JUNIOR, João. **Sustentabilidade (s) e os direitos sociais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

TORRES, Thiago Menossi. CONTRATOS INTELIGENTES REALIZADOS POR MEIO DA TECNOLOGIA BLOCKCHAIN E OS EMPECILHOS PARA IMPLEMENTAÇÃO. **Interthem@ s ISSN 1677-1281**, [S.l.], v. 42, n. 42, 2021. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Direito/article/view/9325>. Acesso em: 04 set. 2023.

## **ECOLOGIA INTEGRAL EM VISTA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Élcio Alberton<sup>19</sup>  
Diocese de Caçador – SC  
padreelcioalberton@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

Uma das premissas fundamentais da governança sustentável se baseia em duas palavras-chave: garantia de sucessão. Quando abordamos o tema da sustentabilidade, nem sempre a visão defendida pelos empreendedores é apresentada com essa clareza. No contexto da governança para a sustentabilidade, é crucial considerar a perspectiva de mundo vigente e, conseqüentemente, qual é a missão daqueles que buscam alcançar determinados objetivos. Para responder a essa questão e propor alternativas viáveis para uma governança com sustentabilidade, os interessados precisam ser capazes de identificar quais valores fundamentam a vida social dos envolvidos no processo. Além disso, é necessário responder a algumas perguntas cruciais que permeiam a existência humana: Qual é o propósito da nossa espécie? Por que os seres humanos trabalham? Quem depende de quem: os humanos da terra ou a terra dos humanos? Se essas reflexões não estiverem presentes na consciência coletiva da atualidade, parece improvável que qualquer abordagem sobre governança esteja verdadeiramente preocupada com a sustentabilidade. Quando falamos de sucessão no sentido de assegurar a sobrevivência da espécie e a qualidade de vida para as futuras gerações, é necessário considerar uma mudança de curso ou direção, se preferir. Trata-se de assumir com responsabilidade o cuidado com o nosso planeta, nossa casa comum. Governança para a Sustentabilidade não se limita a regras e conceitos de preservação, mas também envolve sensibilidade e ética no cuidado na perspectiva da ecologia integral. A catástrofe ambiental que assolou o Rio Grande do Sul no final de abril e início de maio de 2024, trouxe à baila a questão do desenvolvimento com sustentabilidade como garantia de preservação da vida humana e de todas as espécies vivas no planeta terra.

---

<sup>19</sup> Padre do Clero da diocese de Caçador SC. Professor aposentado da Rede Estadual de Santa Catarina, Mestre em Educação, autor de 12 livros sobre diversos temas ligados ao assunto.

## **VISÃO DO PAPA FRANCISCO SOBRE O TEMA**

Dentre as personalidades que se debruçaram sobre a questão da sustentabilidade vamos apresentar nesse artigo a preocupação defendida por Jorge Mário Bergoglio, o Papa Francisco. Desde o início do seu ministério como Bispo de Roma e chefe da Igreja Católica Apostólica Romana, o argentino tem apresentado grande preocupação com o futuro do planeta. Em 2015 ele escreveu um documento na forma de Encíclica, que trouxe como título: *Laudato Si*, que traduzido significa: Louvado Sejas. Este Francisco buscou inspiração em São Francisco de Assis que chamava o planeta de Irmã Terra. Em 2018 Francisco convocou o Sínodo da Igreja Católica, a mais alta instância de reflexão sobre temas que preocupam a Igreja, e na ocasião os participantes trataram das questões relativas a preservação da Amazônia cujo resultado foi compilado pelo Papa numa Exortação Apostólica chamada: Querida Amazônia. Para o ano 2020, e adiado em função da pandemia, Bergoglio convidou jovens universitários do mundo todo para discutir sobre uma nova forma de economia com sustentabilidade. Também este evento inspirado nos santos de Assis foi intitulado a Economia de Clara e Francisco. Em 2023 o Papa publicou mais um documento desta vez com o título: Louvado Seja Deus! Todos tendo como foco a questão do desenvolvimento e da sustentabilidade.

No seu primeiro documento em 2015, Francisco cunhou a expressão: Ecologia Integral cujo conceito consiste compreender que tudo está intimamente relacionado e integrado e que todos os problemas contemporâneos precisam ser tratados no contexto de uma crise que afeta o mundo todo.

Para Francisco, governança com sustentabilidade exige preocupação com uma ecologia ambiental, econômica, social, cultural, que envolva a pessoa e suas relações por inteiro e no seu cotidiano, insistindo que desenvolvimento sustentável implica preocupação com o bem comum e com o cuidado do que ele chamou também de Casa Comum. Sob esta ótica a governança com sustentabilidade precisa ter uma preocupação unificadora e produtora de justiça intergeracional.

O começo do documento de 2015 faz uma ligação precisa com o pensamento de Francisco de Assis que chamava a Terra de mãe e de irmã

justificando sua afirmação a partir da própria constituição do corpo humano na sua indispensável troca de sinais vitais com a Casa Comum (cf. LS2). Esta interdependência entre as espécies vivas pode ser percebida desde as menores partículas subatômicas que embora sendo isoladas não podem ser consideradas separadamente e esta interligação forma uma trama indispensável para uma governança sustentável. Não deixa de ser um sinal de ignorância querer tratar da relação entre os humanos e as demais espécies vivas sem essa visão ampla da realidade, uma vez que o existir humano não pode ser individuado como se estivesse emoldurado e não incluído no ambiente como um todo.

### **OS FATOS SOBRE A QUESTÃO**

Não são necessários muitos argumentos para compreender que a espécie humana tem uma certa superioridade intelectual e de mobilidade em relação às demais espécies. Superioridade que a filosofia chama de inteligência abstrata e que por causa dessa condição a pessoa pode criar, reelaborar e transformar todas as demais realidades e existências, mas essa verdade não pode ser considerada como situação de dominação sobre as demais realidades vivas, antes como responsabilidade de cuidar de todas as demais formas de vida. Sempre que a criatura humana se coloca na condição de dominação sobre os demais em lugar de externar sua condição de governança sustentável abre um fosso que desmorona a base da própria existência, realidade que pode ser percebida em todas as situações de catástrofes e calamidades que estão se repetindo seja em nível global como foi o caso da pandemia da COVID 19 ou localizada como a presente tragédia gaúcha.

Sob o horizonte do desenvolvimento sustentável nada justifica o domínio abusivo da pessoa sobre as demais criaturas, nada justifica as guerras, a injustiça, a violência, a imigração forçada, a pobreza. Pelo contrário, na condição de criaturas que compreendem a sua estreita interligação planetária comportar-se como guardiães e cuidadores da própria e de todas as espécies vivas é condição *sine qua* para o existir humano no presente e no futuro.

### **PERSPECTIVAS DE SOLUÇÃO**

O desenvolvimento sustentável exige a superação de um modelo de pensar e conceber a vida e a ação humana pautada num paradigma tecnocrático que tem se mostrado dominante nos últimos tempos sendo esse paradigma a razão da crise ecológica cuja raiz está no coração do ser humano. A homogeneização global desse estilo de vida coloca a espécie humana como se pudesse apropriar-se de tudo o que está fora de si estabelecendo uma relação de posse e de domínio desenfreado e manipulador das realidades.

Francisco não se limita em apresentar o problema, mas na condição de pastor e líder máximo da parcela católica da população escreveu o documento *Laudato Si* endereçado as todas as criaturas de boa vontade e a todos conclamou fazer uma conversão interior pessoal, comunitária e duradoura. Aos cristãos por vezes pragmáticos e bastante vezes passivos diante dessa realidade o Papa chama atenção dizendo que ambos os comportamentos são características de quem não percebeu que uma existência virtuosa exige um contínuo processo de conversão ecológica o qual não se limita a gestos de solidariedade diante das catástrofes já acontecidas, mas da construção de mecanismos que evitem o aparecimento destas situações ameaçadoras e destrutivas da vida e das relações vividas. Tomar consciência da nossa origem comum e da pertença recíproca num futuro sustentável e partilhado por todos consiste em construir novos estilos de vida capazes de regenerar o que de algum modo foi comprometido pelas relações consumistas e técnico-econômicas.

Garantir desenvolvimento com sustentabilidade começa pela luta em favor da justiça, da paz e da valorização da vida. Dentre as atitudes indispensáveis Francisco pede aos cristãos que tenham a coragem profética e contemplativa de não se deixar levar pelo consumismo desenfreado e pela cultura do descartável que transforma objetos e a natureza em bens de consumo mais ou menos duráveis e que também faz da pessoa com quem partilha o seu cotidiano uma fonte de consumo por quem não tem apreço além daquele limite do que lhe serve, interessa e produz.

A superação deste utilitarismo desenfreado gerador de exclusão e desigualdade que se concretiza num colonialismo insuportável implica na criação

de mecanismos de governança sustentável inclusivas e solidárias sustentadas pela equidade, igualdade e cidadania ao alcance de todos.

## **INICIATIVAS E ENVOLVIMENTO**

Na esteira e fazendo eco aos apelos do Papa Francisco, a Igreja Católica no Brasil por iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tem realizado diversas iniciativas com foco na preservação e na sustentabilidade. Dentre as iniciativas e com inspiração na carta do Papa, com o lema: “A terra está ferida e seu lamento clama de nós outro rumo” (Cf. LS 19), a CNBB desenvolveu a campanha para alterar a Política Nacional de Educação Ambiental instituindo a celebração do mês temático como parte das atividades educativas. Esta atividade redundou na aprovação da Lei 14.393/2022. Segundo Dom Valmor de Oliveira, Arcebispo de Belo Horizonte e então Presidente da Conferência a aprovação desta lei é uma conquista a ser comemorada, mas que a eficácia desta legislação acontecerá quando os cidadãos exigirem dos seus governantes mais compromisso com a garantia de cuidado com os bens naturais e nesse o processo todas as instituições tem papel relevante nesse processo de cuidado com as crises sócio ambientais. A CNBB tem convicção que esta iniciativa é uma resposta da Igreja no Brasil no que diz respeito aos ensinamentos do Papa Francisco, para quem a falta de harmonia entre a criatura humana na sua relação com a Casa Comum está na contramão da vontade de Deus.

Compreender que a Natureza tem direitos e que a garantia de desenvolvimento sustentável depende de um novo paradigma que é também religioso, mas que se entrelaça com a ética e a justiça essa perspectiva que coloca o olhar da sociedade contemporânea para o futuro na mesma proporção nos faz sustentar os pés na sabedoria ancestral dos povos primitivos que reconhecia a interdependência entre todas as espécies vivas. Segundo o conhecimento dos povos originários a sustentabilidade futura implica reconhecer que a Mãe Natureza tem direitos e não pode ser vista e tratada como objeto de direitos da espécie humana e conseqüentemente passível de apropriação e exploração. Nessa perspectiva fica claro que todas as espécies vivas da Casa Comum tem direito ao que o Papa Francisco chama de Ecologia Integral capaz



de garantir um ambiente equilibrado com a manutenção dos ecossistemas que garantam a qualidade da vida no planeta.

Entre os dias 18 e 21 de maio de 2024 aconteceu em Roma os dias denominados Aldeia pela Terra o evento foi a culminância das celebrações iniciadas no dia da Terra, 22 de abril, e na ocasião o Papa Francisco declarou: “A nossa geração deixou em herança muitas riquezas, mas não soubemos salvaguardar o planeta e não preservamos a paz. Somos chamados a tornar-nos artífices e construtores da casa comum, a Terra, que está em ruínas”<sup>20</sup>. Sempre mais serão necessárias atividades que ajudem a criar iniciativas para colocar o mundo no caminho do desenvolvimento sustentável.

A preocupação do Papa Francisco ressoa no coração dos brasileiros e porque não dizer dos gaúchos que no final dos anos 1980 ajudaram o Brasil perceber que não basta polegar opositor e telencéfalo altamente desenvolvido<sup>21</sup> uma vez que as tragédias ambientais são reincidências e não meras coincidências e em grande parte se devem ao aquecimento global e todas as suas correlações que não foram tratadas com a seriedade que mereceram ao longo do tempo.

## **CONCLUSÃO**

Ter a coragem de tomar novos rumos para o desenvolvimento não é uma opção que pode ser feita como expressão de boa vontade de um determinado governante, mas uma questão de responsabilidade ética e política que se torne política pública. O que ocorreu no Rio Grande do Sul e quase simultaneamente em diversas partes do mundo pode ser comparado com uma pandemia que afeta e diz respeito a todas as pessoas por toda parte. É nesse sentido que as preocupações do Papa Francisco precisam ser mais e melhores ouvidas e implementadas por todas as pessoas de boa vontade.

## **REFERÊNCIAS**

---

<sup>20</sup> <https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2024-04/papa-dia-da-terra-maratona-multimedia-one-people-one-planet.html>

<sup>21</sup> Filme: Ilha das flores.

Ações na Amazônia celebram semana do meio ambiente e mobilizam dioceses para a campanha junho verde. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/acoes-amazonia-semana-meio-ambiente-junho-verde/> Acesso em 14/06/2024.

A Tragédia no Rio Grande do Sul e a urgência de políticas ambientais para o mundo. Disponível em: <https://blogfca.pucminas.br/ccm/a-tragedia-no-rio-grande-do-sul-e-a-urgencia-de-politicas-ambientais-para-o-mundo/> Acesso em 14/06/2024.

Campanha Junho Verde é dedicada à conscientização e à proteção do meio ambiente. Disponível em: <https://repam.org.br/campanha-junho-verde-e-dedicada-a-conscientizacao-e-a-protecao-do-meio-ambiente/> Acesso em 14/06/2024.

Carta encíclica *Laudato Si'* do santo padre francisco sobre o cuidado da casa comum. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html) Acesso em 14/06/2024.

CNBB lança logo para a campanha junho verde, ação de educação e sensibilização sobre o cuidado com a casa comum. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/cnbb-lanca-logo-para-a-campanha-junho-verde-acao-de-educacao-e-sensibilizacao-sobre-o-cuidado-com-a-casa-comum/> acesso em 14/06/2024.

Exortação apostólica *Laudate Deum* do Santo Padre Francisco. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost\\_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html) Acesso em 14/06/2024.

Exortação apostólica pós-sinodal *Querida Amazonia* do santo padre Francisco ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost\\_exhortations/documents/papa-francesco\\_esortazione-ap\\_20200202\\_querida-amazonia.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20200202_querida-amazonia.html) Acesso em 14/06/2024.

Laudate Deum: o apelo final do Papa Francisco para deter a catástrofe climática, disponível em: <https://pt.aleteia.org/2023/10/04/laudato-deum-o-apelo-final-do-papa-francisco-para-deter-a-catastrofe-climatica> Acesso em 14/06/2024.

O Papa: a terra está em ruínas, construamos a Casa comum. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2024-04/papa-dia-da-terra-maratona-multimedia-one-people-one-planet.html> Acesso em 14/06/2024.

O Papa Francisco confirma e reafirma o processo amazônico e anima a CEAMA e REPAM a seguir na caminhada sinodal. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/o-papa-francisco-confirma-e-reafirma-o-processo-amazonico/> Acesso em 14/06/2024.

**AUTONOMIA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA DOAÇÃO DE IMÓVEIS COMO FORMA DE FOMENTO DA ATIVIDADE ECONÔMICA: UM ESTUDO SOBRE O DISTRITO INDUSTRIAL DE FRAIBURGO**

Marco Antonio Córdova Ransolin  
UNIARP, <https://orcid.org/0009-0002-5091-2123>, [marcoransolin@gmail.com](mailto:marcoransolin@gmail.com)

Jociane Machiavelli  
UNIARP, [jociane@uniarp.edu.br](mailto:jociane@uniarp.edu.br)

Levi Hulse  
UNIARP, <https://orcid.org/0000-0002-9974-6325>, [levi@uiarp.edu.br](mailto:levi@uiarp.edu.br)

Adelcio Machado dos Santos  
UNIARP, <https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>, [levi@uiarp.edu.br](mailto:levi@uiarp.edu.br)

## **INTRODUÇÃO**

Levando em conta a persistente instabilidade econômica que tem impactado o Brasil e outras nações ao longo dos últimos anos, o empresário — peça chave na geração de empregos e movimentação econômica — encontra-se frequentemente restrito pelas adversidades e desafios inerentes ao empreendedorismo. Diante dessa realidade, cabe ao Poder Público a tarefa essencial de minimizar tais riscos, oferecendo incentivos variados que possam apoiar a atividade empresarial em todos os seus níveis e escalas (Okazaki; Espiga, 2019).

A doação com encargo apresenta-se como um mecanismo eficaz para promover a instalação de empresas de grande escala, através da qual o administrador público cede um imóvel que se encontra inutilizado pela Administração Pública, possibilitando ao empresário estabelecer a infraestrutura necessária para lançar empreendimentos significativos. Em troca, o empresário se compromete a cumprir metas específicas de criação de empregos e geração de atividade econômica dentro de prazos definidos pelo governo. Valendo frisar que a transferência definitiva do imóvel ao empresário só ocorre após o cumprimento integral desses encargos, consolidando a doação (Di Pietro, 2019).

Para viabilizar essa modalidade de incentivo, diversos municípios têm recorrido à utilização de extensas áreas de terra para a criação de distritos industriais, destinados especificamente à doação. Um caso exemplar é o município de Fraiburgo, que estabeleceu o Distrito Industrial da Liberata por meio da Lei nº 202, datada de 24 de setembro de 1974 (Fraiburgo, 1974).

As doações anteriormente mencionadas representam na prática o alcance da sustentabilidade, trazendo a possibilidade de desenvolvimento econômico, político e social.

Para alcançar os objetivos propostos, adotou-se a metodologia dedutiva aplicada a uma abordagem qualitativa do tema, permitindo uma análise extensiva do objeto de estudo. Recorreu-se à pesquisa explicativa para investigar as razões pelas quais a administração pública tem aplicado a doação com encargo de forma limitada nos últimos anos. Através da pesquisa exploratória, detalhou-se o processo pelo qual essa modalidade de doação pode ser implementada. A fundamentação teórica e empírica foi reforçada pelo uso de pesquisa bibliográfica e documental, complementadas por um estudo de caso focado no distrito industrial de Fraiburgo, a fim de contextualizar e exemplificar a aplicação prática do tema (Marconi; Lakatos, 2022).

Por fim, empregou-se uma abordagem quantitativa para analisar os casos concretos das empresas estabelecidas no distrito industrial de Fraiburgo. Essa etapa serviu para concluir o desenvolvimento do estudo, oferecendo uma base sólida para formular conclusões abrangentes sobre todos os aspectos abordados no tema. Esta análise quantitativa permitiu avaliar efetivamente o impacto e a eficácia das políticas de doação com encargo, consolidando as descobertas derivadas das etapas anteriores de pesquisa (Marconi; Lakatos, 2022).

## **A DOAÇÃO MODAL E SUA APLICAÇÃO POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A doação modal ou doação com encargo é o instituto pelo qual a transmissão de certo bem ou serviço, somente é perfectibilizada quando certas obrigações fixadas pelo doador, são atingidas pelo donatário (Donizetti; Quintella, 2021).

O encargo fixado somente é delimitado pela discricionariedade do doador em determinar quais seriam os objetivos a serem atingidos. Quando passamos a falar do encargo dentro de doações modais de imóveis pela Administração Pública, encontramos um conceito mais aprofundado:

Contudo, é preciso ter em mente que o sentido de contraprestação (encargo) não é o mesmo de pagamento, primeiro, porque não se está no âmbito de um contrato de compra e venda, nem de doação em pagamento, em que mais benéfico é o negócio que apresente maior valor pecuniário, maior diferença entre valor de avaliação do bem e o correspondente financeiro auferido, de modo que a vantajosidade seja medida em quantum pecuniário; segundo, porque pode inexistir (e geralmente inexistente) uma estrita equivalência econômica entre o bem doado e o encargo a ser adimplido, o que faz total diferença em matéria de contratação pública da doação com encargo. Neste tipo de contratação pública, há interesses maiores do que a simples transmissão do patrimônio e do auferir renda; busca-se, na verdade, o fomento de alguma atividade de interesse social, como o desenvolvimento industrial, educacional, comercial, habitacional, etc (Okazaki; Espiga, 2019, p. 124).

A doação com encargo feita pela administração pública pode ser efetuada sem a necessidade de licitação, desde que justificada pelo interesse público. Essa possibilidade está prevista tanto na antiga Lei de Licitações, nº 8.666/1993, quanto na mais recente, a Lei nº 14.133/2021:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

[...]

§ 4º **A doação com encargo** será licitada e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente os encargos, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, sendo dispensada a licitação no caso de interesse público devidamente justificado;

[...] (sem grifo no original) (BRASIL, 1993, n.p).

Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

[...]

§ 6º **A doação com encargo** será licitada e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente, os encargos, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, dispensada a licitação em caso de interesse público devidamente justificado.

[...] (sem grifo no original) (Brasil, 2021, art. 17).

Para regular especificamente o procedimento da doação modal em cada jurisdição, os municípios desenvolvem legislações próprias que detalham esse instituto. Essas leis locais definem, por exemplo, os métodos pelos quais as doações podem ser realizadas, os critérios para estabelecer os encargos e se estes serão registrados em um instrumento autônomo ou diretamente na matrícula do imóvel. Tais normativas são essenciais para assegurar que as doações ocorram de forma clara e estruturada, atendendo tanto às necessidades do desenvolvimento local quanto à observância dos princípios de legalidade e transparência (Okazaki; Espiga, 2019).

Portanto, com exceção das particularidades de cada legislação municipal, o procedimento comum envolve a apresentação de uma proposta de doação pelo empresário, que deve ser acompanhada de um plano de desenvolvimento econômico. Esta proposta é inicialmente analisada pelos órgãos administrativos do município para verificar a viabilidade e aplicabilidade do empreendimento proposto. Se considerada aplicável, a proposta é então encaminhada à Câmara Municipal. Lá, será submetida a uma votação que determinará a aprovação ou rejeição da doação. Em caso de aprovação, uma lei específica será criada para formalizar a doação com encargo. O empresário, por sua vez, se compromete a cumprir com os encargos estipulados e, ao satisfazê-los integralmente, adquirirá a propriedade do imóvel, consolidando assim a doação (Di Pietro, 2019).

Contudo, tem sido observado que doações deste tipo se tornaram raras em muitos municípios ao longo dos anos, resultando em grandes quantidades de terras devolutas que permanecem inutilizadas. Essa situação reflete uma série de desafios administrativos e estratégicos, pois, apesar do potencial para fomentar o desenvolvimento econômico local, a falta de uso efetivo dessas terras pode representar uma oportunidade perdida para a geração de empregos e crescimento econômico (Justem Filho, 2011).

Sobre isso, Justem Filho (2011, p.1025) afirma que:

O direito administrativo continua a conceber os bens públicos como uma espécie de patrimônio sagrado. Seriam bens intocáveis, vedando-se sua utilização instrumental para satisfação das necessidades humanas. Sob essa abordagem, a finalidade do regime jurídico dos bens públicos é protegê-los contra qualquer uso indevido e impedir a sua instrumentalização em favor da sociedade.

Essa concepção é incompatível com a ordem constitucional vigente. O Estado é um instrumento para promover e assegurar os direitos fundamentais. Os bens públicos são essencialmente um conjunto de instrumentos para que o Estado desempenhe os seus deveres. Os bens públicos devem ser utilizados, de modo direto, para a realização dos interesses da comunidade e para a obtenção das necessidades essenciais à dignidade humana.

Mas os bens públicos devem ser utilizados também de modo indireto para o fim da satisfação dos direitos fundamentais. Isso significa a necessária exploração de todos os potenciais econômicos dos bens públicos, visando a obter recursos financeiros para assegurar o custeio das atividades estatais.

A percepção atual sobre a gestão de bens públicos também é influenciada por atuações reiteradas do Ministério Público, que, ao longo do

tempo, adquiriu notoriedade por questionar intensamente as práticas dos administradores públicos, muitas vezes percebidas como buscando visibilidade e reconhecimento. Esse tipo de comportamento escalou até atingir seu ápice durante a "Operação Lava-Jato" no Brasil, um período marcado por controvérsias envolvendo membros do judiciário e do Ministério Público, que foram acusados de comprometer a imparcialidade e o interesse social em favor de um certo exibicionismo profissional. Essas ações intensificaram o debate sobre a transparência e a ética na administração pública, impactando diretamente as políticas de gestão de bens públicos, incluindo as práticas de doação de terras (Barbosa; Capua; Oliveira, 2021).

Esta atuação mais política provoca uma depreciação do instituto nas palavras de diversos autores:

A publicidade demasiada experimentada pelo Ministério Público não é saudável para a sociedade e para a democracia. É uma forma de comentar a atuação dos demais agentes do Estado e de interferir em suas funções, influenciando a opinião popular e fazendo política e lobby sem ter a legitimidade do voto.

Em outras ocasiões, o órgão, em uma tentativa desesperada de enquadrar determinada conduta como criminosa ou de condenar específica pessoa, utiliza-se de provas ilícitas, forjadas, propõe incessantes ações judiciais e inova em procedimentos e teorias para alcançar o objetivo almejado, lançando mão de uma verdadeira perseguição processual.

Essa atuação desvirtuosa está cada vez mais evidente no mundo jurídico e tem chamado a atenção do Poder Legislativo. Com o fim de reagir a tais abusos, foi apresentado o Projeto de Lei nº 6.745/200664 na Câmara dos Deputados, que visa impor regras à tramitação de inquéritos civis, sob a justificativa de que o Ministério Público, ao conduzir tais atos sem o controle do Poder Judiciário, tem exposto indevidamente detalhes da investigação para a imprensa, ofendendo sem qualquer justificativa e razoabilidade a imagem dos envolvidos (Bernardino, 2018, p. 100).

Essa situação faz com que as doações de imóveis realizadas pelos municípios se tornem um foco atraente para a atuação do Ministério Público, especialmente porque tais ações envolvem transferências significativas de patrimônio público e são efetuadas pela esfera executiva municipal. Isso representa uma oportunidade para que membros do parquet ganhem destaque ao fiscalizar e questionar essas transações, o que pode ser percebido como um meio de alcançar maior visibilidade e notoriedade. Assim, a doação de imóveis torna-se um ponto crítico, potencialmente exposto a investigações rigorosas, que ao invés de visarem garantir a integridade e a legalidade na administração e

disposição dos bens públicos, se tornam um palco para promoção pessoal (Bernardino, 2018).

O modus operandi destacado acaba por desencorajar a realização de doações de imóveis por parte dos administradores municipais, que frequentemente percebem o risco elevado de enfrentarem acusações de improbidade administrativa. Diante do temor de potenciais consequências legais e da publicidade negativa associada a tais acusações, muitos optam por não utilizar este instrumento de fomento econômico, mantendo-o estagnado. Essa cautela excessiva pode, portanto, impedir que os municípios aproveitem plenamente as oportunidades de desenvolvimento econômico que as doações de imóveis poderiam proporcionar, limitando assim a capacidade de impulsionar a geração de empregos e a movimentação econômica local (Okazaki; Espiga, 2019).

Portanto, fica evidente que o instituto da doação modal possui total validade e legalidade para ser implementado pelo administrativo municipal. No entanto, devido à conjuntura política e jurídica que o Brasil enfrenta atualmente, esse mecanismo permanece inerte e largamente subutilizado. As complexidades e os desafios decorrentes do ambiente jurídico e político atual têm impactado negativamente a disposição dos gestores municipais em empregar essa ferramenta, apesar de seu potencial significativo para estimular o desenvolvimento econômico local e regional.

## **O ESTUDO DO DISTRITO INDUSTRIAL DA LIBERATA**

O abandono e a inutilização desse instituto se tornam evidentes quando observados em contraponto à situação real do município de Fraiburgo. O estudo realizado envolveu a análise de mais de vinte leis municipais que tratavam da doação de imóveis no Distrito Industrial da Liberata. Esse exame minucioso revela a necessidade de uma avaliação detalhada dos resultados encontrados, proporcionando uma compreensão mais profunda das implicações práticas dessas políticas e da eficácia da doação modal como ferramenta de desenvolvimento (Okazaki; Espiga, 2019).



Da totalidade de leis municipais atingidas pelo presente estudo, podem aqui ser citadas as dez que tratam de doações do Distrito Industrial que tiveram seus encargos adimplidos, sendo estas dispostas na lista que segue:

- LEI Nº 851, DE 20 DE MARÇO DE 1991;
- LEI Nº 928/1992;
- LEI Nº 0.956, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1992;
- LEI Nº 0.961, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1992;
- LEI Nº 1.002, DE 24 DE JUNHO DE 1993;
- LEI Nº 1088 DE 13 DE OUTUBRO DE 1994;
- LEI Nº 1300, DE 25 DE MARÇO DE 1998;
- LEI Nº 1575, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001;
- LEI Nº 1677, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2003;
- LEI Nº 2131, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011.

A análise das leis referentes às doações de imóveis no Distrito Industrial da Liberata revela uma discrepância notável. Das dez doações cujos encargos foram cumpridos integralmente, resultando na perfectibilização dos atos, apenas três ocorreram nos últimos 22 anos. Embora essa situação não represente uma ilegalidade por parte do executivo municipal, ela destaca a falta de aplicação prática desse instrumento de fomento da atividade econômica. Este padrão sugere uma subutilização significativa do instituto da doação modal, indicando uma possível hesitação ou ineficácia nas políticas de desenvolvimento econômico implementadas, que poderiam, se mais ativamente utilizadas, impulsionar substancialmente a economia local (Justem Filho, 2011).

## **DOAÇÃO DE IMÓVEIS COMO GARANTIA DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL**

A sustentabilidade social se define como uma extensão do princípio do bem-estar universalista no sentido de garantir como um direito a todos os cidadãos presentes e aos que estão por vir o bem-estar como garantia de uma vida digna (Tonnera Junior, 2016).

Uma sociedade pode ser considerada sustentável quando, através das gerações, consegue garantir a vida dos cidadãos e dos ecossistemas nos quais está inserida, isto é, se por seu trabalho e sua produção tornar-se mais autônoma, superando níveis de pobreza ou conseguir de forma crescente diminuí-la; se seus cidadãos estiverem ocupados em trabalhos significativos, com seguridade social garantida; se a desigualdade social, política e de gênero

for continuamente trabalhada e a desigualdade econômica reduzida a níveis aceitáveis (Boff, 2015).

Sob a perspectiva social, a sustentabilidade consiste no modo de convívio social no qual a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade, e a justiça constituem os valores capazes de efetivar uma sociedade solidária e participativa, preocupada e atenta ao bem-estar, não só das atuais, mas das futuras gerações (Bosselmann, 2015).

Impossível falar-se em sociedade sem refazer o equilíbrio dos seus eixos estruturantes da convivência social: “em sociedades sadias a economia está submetida à política, a política se orienta da ética, e a ética se inspira em valores intangíveis e espirituais que dão sentido à vida e à história” (Boff, 2015, p. 126).

Por ser uma expressão com multiplicidade de sentidos, a sustentabilidade pode ser compreendida por meio de um conceito ecológico, político, através da qual a sociedade estabelece forma de organizar-se para seu crescimento, utilizando os recursos naturais existentes, os meios tecnológicos, buscando o bem-estar social (Tonnera Junior, 2016).

Desta forma é imperioso perceber que a possibilidade da doação com encargo pode ser utilizada como meio de estimular a atividade econômica e ter respaldo legal e regulatório, gerando capacidade de fomento de novos postos de empregos o que gerará desenvolvimento social, salutar, econômico e sustentável da sociedade como um todo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÃO**

Este estudo permitiu constatar que o instituto da doação com encargo possui total capacidade de ser empregado como um meio eficaz para o fomento da atividade econômica, contando com plena validade e respaldo jurídico. No entanto, também se destacou a marcante inutilização desse mecanismo nos últimos anos. A pesquisa enfatiza a necessidade de revisão e possivelmente de revitalização desse instrumento, para que possa realmente contribuir para o desenvolvimento econômico desejado, aproveitando as oportunidades que o ordenamento jurídico oferece para tal fim.

Com o estudo foi esclarecido que o abandono do uso deste instituto da doação com encargo pode ser justificado pela intensa fiscalização da Administração Pública pelo Ministério Público, aliada ao clamor social por uma abordagem punitiva. Esta dinâmica resultou em uma atitude prejudicial ao interesse social e ao desenvolvimento econômico, pois coibiu os chefes do executivo municipal de utilizar esse instrumento com eficácia. O medo de acusações de improbidade ou de má gestão por parte desses administradores os desencorajou de promover iniciativas que, embora legais e potencialmente benéficas, poderiam expô-los a críticas e investigações. Este cenário sublinha a necessidade de um equilíbrio entre a fiscalização rigorosa e a promoção de políticas públicas que efetivamente incentivem o crescimento e o bem-estar social.

Assim, em tempos de extremismos, onde prevalecem punições rigorosas ou a ausência delas, e onde o fanatismo político tanto de esquerda quanto de direita influencia as ações, o equilíbrio emerge como o único caminho viável para promover um desenvolvimento sustentável, possível e justo para a sociedade e para a humanidade. A busca por uma abordagem equilibrada é essencial para garantir que as políticas públicas não apenas respeitem os princípios legais e éticos, mas também sejam eficazes em atender às necessidades reais da população, trazendo o desenvolvimento sustentável, fomentando o crescimento econômico e a inclusão social de forma harmônica e duradoura.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M.; CAPUA, V.; DE OLIVEIRA, F. MINISTÉRIO PÚBLICO E O VIÉS NÃO ABSOLUTO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA OBRIGATORIEDADE. **Múltiplos Acessos**, v. 6, n. 1, p. 149-170, 9 jun. 2021. Disponível em: <http://142.93.150.88/multaccess/index.php/multaccess/article/view/197>. Acesso em: 14 out. 2022.
- BERNARDINO, Thalitha Braz. **Abuso de poder na atuação do Ministério Público**. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-15102020-195421/en.php>. Acesso em 25 out. 2022.

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: O que é – O que não é*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BOSELNANN, Klaus. **O Princípio da Sustentabilidade**: Transformando Direito e Governança. São Paulo: RT, 2015.

BRASIL. **LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993**. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm). Acesso em: 21 fev. 2022.

BRASIL. **LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm). Acesso em: 21 fev. 2022.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 34ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

DONIZETTI, Elpídio; QUINTELLA, Felipe. **Curso de Direito Civil**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

FRAIBURGO. **LEI Nº 202, DE 24 DE SETEMBRO DE 1974**. Autoriza o poder executivo municipal a criar o distrito industrial e dá outras providências. Fraiburgo, SC: Câmara Municipal, 1974. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/fraiburgo/lei-ordinaria/1974/21/202/lei-ordinaria-n-202-1974-autoriza-o-poder-executivo-municipal-a-criar-o-distrito-industrial-e-da-outras-providencias?q=Lei+202%2F1974>. Acesso em: 21 fev. 2022.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 7ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 8. ed. Barueri: Atlas, 2022.

OKAZAKI, Ana Caroline N. G.; ESPIGA, Valéria Bosque. Da possibilidade de doação de bens imóveis públicos para instalação de empresas privadas de fins lucrativos no município de Londrina - Paraná. **Revista Jurídica da UniFil**, [S.l.], v. 14, n. 14, p. 113-128, jun. 2019. ISSN 2674-7251. Disponível em: <http://periodicos.unifil.br/index.php/rev-juridica/article/view/1066>. Acesso em: 22 fev. 2022.

TONNERA JUNIOR, João. **Sustentabilidade (s) e os direitos sociais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

## **SUSTENTABILIDADE E OS DESAFIOS DA INVISIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO CONTEXTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO**

Junior Corrêa De Mello  
PPGDS – UNIARP

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2557-5946>

Email: [juniorcorreame1@gmail.com](mailto:juniorcorreame1@gmail.com)

### **RESUMO**

O trabalho aqui apresentado parte do pressuposto constitucional de que todos são iguais perante a lei. Além disso, a Constituição Federal compreende que ninguém deve ser discriminado por motivo de crença, raça, sexo ou cor. Desse modo, tanto os aspectos garantidores, no sentido positivo do Estado, quanto nos aspectos obrigacionais, ou seja, na atuação negativa do Estado, devem ser preservados no sentido da manutenção dos direitos de todos. Pelo menos é o que a Constituição Federal Brasileira buscou garantir no íntimo de seu espírito legal. Com esse ânimo é que se apresenta o importantíssimo princípio da isonomia, o que permite exigir um Estado atuante nas fragilidades sociais, inclusive em temas ainda incipientes, como o da sustentabilidade, no qual o público com deficiência não pode de maneira nenhuma permanecer invisível. Uma sociedade verdadeiramente inclusiva, como o proposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), não pode se pautar apenas no exercício de direitos e garantias legislativas, mas também promover a inclusão social por meio da cidadania. Com isso, a sustentabilidade é um elemento social tão importante quanto a garantia ao trabalho, o que certamente não pode ser obliterado por uma amnésia dos entes públicos, nem tão pouco dos agentes privados na participação efetiva da Pessoa com Deficiência (PcD) nos ambientes sustentáveis. Por esses e outros tantos motivos de relevante valor social é que os espaços institucionais devem ter a participação efetivamente coletiva, de forma acessível para garantir a igualdade aos membros sociais, inclusive do público PcD (Romani; Araújo; Barbosa, 2021), pois o espaço do trabalho deve permitir a convivência de todos sem mensurar os limites ou impedimentos que a presença de pessoas com quaisquer deficiências possam encontrar.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais; Pessoas com Deficiência; Estatuto da Pessoa Deficiente.

## INTRODUÇÃO

A Carta Magna, pressuposto de qualquer relação jurídica ou regulação social, prevê com diversas preocupações a questão da igualdade perante a lei de qualquer indivíduo residente ou não que esteja em território nacional. No preâmbulo, cita as questões inerentes a construção de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, além da liberdade, desenvolvimento e justiça (Brasil, 1988). Diante desses princípios, não deveriam existir pessoas invisíveis, no entanto, as minorias sofrem com uma solidão existencial no mundo social.

Um bom marco inicial para refletir a respeito desta invisibilidade, é observar a previsão constitucional de que ninguém deverá ser discriminado por motivo de crença, raça, sexo ou cor (Brasil, 1988). Essa previsão fixa uma proteção individual da pessoa humana, tanto em detrimento do Estado quanto da própria formação social, o que, por sua vez, repercute um posicionamento de prestação negativa do Estado. Mas também na mesma esfera normativa, ou seja, a própria Constituição Federal, existem conformidades legais que buscam uma prestação positiva por parte do ente público. Nesse diapasão, segundo tal ponto de interpretação legal, há uma obrigatoriedade do Estado em tornar a vivência social para além de igual, equivalente.

Nesse norte, o verdadeiro espírito do princípio da isonomia, considera que não trata-se de uma construção especificamente formal. Muito pelo contrário, vai bem além disso, pois busca fundamentos na História e nas ideologias predominantes. Portanto, o cerne a ser perseguido por tal princípio visa estimular políticas públicas, que exerçam a devida positivação do Estado, por meio de ações afirmativas que solidifiquem um *modus operandi* jurídico eficaz (Rothenburg, 2009). Por essa razão, deve-se então mencionar que a filosofia da sustentabilidade, apesar de hoje muito debatida, ainda é um assunto incipiente em termos globais, contudo, por certo, isso deve também visibilizar as pessoas com deficiência para sua completa e eficaz implantação.

Diante de tais reflexões, deve ser lembrado o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015). De modo geral, o estatuto assegura que a pessoa com deficiência é um indivíduo que possui impedimentos de longo prazo, podendo ser de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Comumente, ela é compreendida como uma pessoa que, quando em interação com as barreiras do dia a dia encontra impedimentos de participação de modo pleno e efetivo, de modo igual com os demais indivíduos da sociedade (Brasil, 2015). Assim, é preciso ponderar que todas as pessoas, em linhas gerais, encontram vários desafios e empecilhos para a realização de suas atividades cotidianas, mas os PcDs sofrem ainda mais com isso.

Nesse viés, a sustentabilidade é também uma ferramenta que pode ser utilizada na validação da isonomia. Mas, para isso, assim como na esfera do trabalho e da educação, dentre outros pontos previstos nos ODS, nem os agentes estatais, nem a iniciativa privada, podem ser acometidos de amnésias quando se fala em ambientes sustentáveis e o público PcD (Romani; Araújo; Barbosa, 2021). Nosso trabalho deve ser o de lembrar da existência e do reconhecimento de direitos deste público e de todos os outros que, por muitas vezes, são esquecidos ou negligenciados em sua dignidade.

Para superar esta inércia intelectual, é importante ainda estabelecer a ideia de sustentabilidade prevista na própria Constituição Federal, que no artigo 225, firma que todos têm direito a um meio ambiente equilibrado, pois este é um bem de uso comum. Então sob essa ordem, o poder público e a iniciativa privada devem utilizar os recursos presentes pensando nas gerações futuras (Brasil, 1988).

Partindo do princípio de que o meio ambiente é um patrimônio coletivo, infelizmente, observa-se que o público PcD acaba sendo invisível a mais essa modalidade de integração social. Os estudos feitos por Lucchini e Sanfelice (2023) dão conta de que a ausência de pessoas com deficiência nos espaços públicos sustentáveis é de ordem de acessibilidade. O que faz resplandecer uma grave falha no próprio interesse de tornar o espaço, seja ele qual for, sustentável. Basta recordar que o ODS 10 tem o objetivo de incluir a todos para que, de fato, exista a concretude do desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Contudo, apesar de exemplos pontuais, há motivos para acreditar na inclusão. Um bom exemplo é a criação de um jardim sensorial instalado no Parque de Ciências do Museu Câmara Cascudo, na UFRN, em Natal-RN. Ele mostra que é possível unir o binômio sustentabilidade/acessibilidade. Nesse projeto inovador, cabe o destaque da interdisciplinaridade, objeto indispensável para a inovação em nosso momento atual. Isso foi consequência da participação de diversos saberes para a sua elaboração. Na criação desse ambiente sustentável, desde a sua gestação, a acessibilidade de todos, incluindo as pessoas com deficiência é um exemplo de como devem ser pensados e executados novos projetos dessa finalidade. O jardim sensorial, possibilita a qualquer pessoa experimentar as sensações ao se integrar a espaços naturais sustentáveis (Romani; Araújo; Barbosa, 2021), conforme se pode ver na figura que segue:

**Figura 1:** Caminho sensorial desenvolvido para as ações educativas



**Fonte:** (Romani; Araújo; Barbosa, 2021, p. 177).

Diante disso, com projetos amplos e inteligentes de caráter interdisciplinar como esse, a invisibilidade PcD começa a se dissolver. Seguindo o fluxo de ambientes demarcados pela sustentabilidade, na busca pela acessibilidade, surge o *design* inclusivo, conceito esse não é tão recente, porém igualmente contemporâneo. Dentro deste espectro, o principal ponto de vista a ser considerado é simples, porém se levado à sério completamente



transformador. Trata-se de pensar não somente no coletivo, mas principalmente no indivíduo que dele necessita porque, dessa maneira, respeitando as individualidades nos ambientes, sejam eles públicos ou privados, físicos ou até mesmo digitais, o resultado final é surpreendente. Basta avaliar que pensando nas restrições de mobilidade ou sensoriais de pessoas com deficiência, e encontrando soluções para elas, o que se alcança é um ambiente surpreendentemente acolhedor que, por consequência, acaba por melhorar a experiência de todos os usuários dos espaços, sendo eles pessoas com ou sem deficiência (Watanabe, 2022).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse pequeno apanhado bibliográfico, que foi fundamentado na legislação e em trabalhos progressos sobre as pessoas com deficiência, a temática da sustentabilidade e sua invisibilidade percebe-se, primeiramente, que a construção livre, justa e solidária de uma sociedade brasileira (Brasil, 1988), é algo que passados mais de 35 anos ainda é incipiente. Por outro lado, as promoções de interpretações jurídicas acerca da igualdade e equidade, ou isonomia, apontam no sentido de humanização de políticas públicas afirmativas que, a passos lentos, promovem as minorias de acordo com sua desigualdade (Rothenburg, 2009).

O próprio desenvolvimento da sociedade pautada em uma economia canibalista, onde a eficiência é a obstinação de qualquer empreendimento (Watanabe, 2022), precisa ser confrontada por um viés altruísta, que possibilite promover a dignidade da pessoa humana, ainda que essa pessoa seja invisível em termos econômicos, porque, do contrário, os objetivos constantes dos ODS, bem como, todo o sentido de existir da sustentabilidade não se sustentará.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil** (1988). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 21 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) Acesso em: 2 maio 2023.

LUCCHINI, Marlon Luís; SANFELICE, Gustavo Roesse. Inclusão Social de Pessoas com Deficiência no Lazer e Sustentabilidade Ecológica. **Licere - Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S.L.], v. 25, n. 4, p. 137-153, 9 fev. 2023. Universidade Federal de Minas Gerais - Pro-Reitoria de Pesquisa. <http://dx.doi.org/10.35699/2447-6218.2022.44482>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/44482/36455> Acesso em: 26 mar. 2024.

ROMANI, Elizabeth; ARAÚJO, Magnólia Fernandes Florêncio de; BARBOSA, Luciano Cesar Bezerra. JARDIM SENSORIAL DA UFRN. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 169-178, 12 maio 2021. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. <http://dx.doi.org/10.21680/2448-296x.2021v6n2id23797>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/23797> Acesso em: 27 mar. 2024.

ROTHENBURG, W. C. IGUALDADE MATERIAL E DISCRIMINAÇÃO POSITIVA: O PRINCÍPIO DA ISONOMIA. **Novos Estudos Jurídicos, Itajaí-(SC)**, v. 13, n. 2, p. 77–92, 2009. DOI: 10.14210/nej.v13n2.p77-92. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/1441> Acesso em: 10 jun. 2024.

WATANABE, Alessandra Nardoni. **Design inclusivo e democracia: perceber o outro e influenciar o coletivo pela visibilidade de recursos assistivos digitais**. 2022. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Instituto de Artes, Departamento de Design, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: [http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/45296/1/2022\\_AlessandraNardoniWatanabe.pdf](http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/45296/1/2022_AlessandraNardoniWatanabe.pdf) Acesso em: 09 jun. 2024.

## O COSMOPOLITISMO COMO INSTRUMENTO À JUSTIÇA GLOBAL

Lucia Helena Santana Ferreira  
Universidade do Estado do Amazonas.  
E-mail: lucia.ferreira@ufv.br

Maria Rafaela Ferreira Sena  
OAB/PR  
E-mail:rafaelaf.diass@gmail.com

### INTRODUÇÃO

A pesquisa explorou as interações entre o direito global e o cosmopolitismo, oferecendo uma análise reflexiva do conceito de risco dentro do direito internacional dos direitos humanos. Na sociedade global contemporânea, as dinâmicas de interdependência, integração, fragmentação e antagonismo desempenham um papel central, ainda não completamente codificado em conceitos, categorias, leis ou explicações convencionais. Contudo, essas dinâmicas são de extrema relevância devido à sua influência nos níveis local, nacional e continental, refletindo movimentos originais muitas vezes subestimados devido às particularidades das forças sociais, econômicas, políticas e culturais que caracterizam a sociedade global como uma nova totalidade histórica.

À medida que o capitalismo continua a impulsionar a globalização, novas relações, processos e estruturas específicas desse contexto emergem e se desenvolvem (Keohane & Nye, 1989). Neste contexto, a abordagem do cosmopolitismo, conforme discutido por Lourme (2012), assume uma importância crucial para este estudo.

O objetivo deste estudo é analisar as interações entre o direito global e o cosmopolitismo, explorando a narrativa complexa que permeia a sociedade humana e não-humana, desafiando-nos a reorganizar nossa estrutura jurídica para garantir nossa coexistência. Partindo desses pressupostos iniciais, investigou-se o cosmopolitismo como um princípio orientador na abordagem dos desafios contemporâneos e na busca pela institucionalização do direito à cidadania universal.

Para alcançar esses objetivos, o estudo adotou uma abordagem hermenêutica constitucional, combinada com uma metodologia de pesquisa baseada em uma extensa revisão de literatura, incluindo livros, periódicos, artigos, doutrinas, leis e outros documentos relevantes.

### **O COSMOPOLITISMO COMO DIREITO GLOBAL**

Na última década do século XX, era comum admitir que um novo mundo estava surgindo- um mundo moldado por novas tecnologias, novas estruturas sociais, uma nova economia e uma nova cultura. Globalização tornou-se o termo usado para resumir as extraordinárias mudanças e o novo dinamismo, conforme o sentiam milhões de pessoas. Em poucos anos, habituamo-nos a muitas facetas da globalização. Em todas as partes do mundo, contamos com redes de comunicação globais e com a internet de através de inúmeras mídias sociais, permanecemos em contato diário com pessoas, mesmo quando estejam dispersos mundo afora.

Todavia, ao lado dessas características agradáveis da globalização, uma nova forma de

capitalismo global emergiu e seu impacto sobre o bem estar humano tem sido mais problemático em sua maior parte, uma vez que a característica mais importante deste modelo é o fato de ser global e não enfrentar, em nenhuma parte do mundo, uma alternativa que seja mais eficaz e organizada, revelando consequências interconectadas e nocivas da liberdade capitalista, entre elas podemos citar: aumento da desigualdade social e da exclusão social, o colapso da democracia e a deterioração do meio ambiente natural, além da pobreza e da alienação crescentes.

Aí está, pois a conotação do dano ambiental, ecologia, social, tecnológico, cultural, e principalmente o confronto que o capitalismo global impõe à sociedade globalizada, sendo oportuno citar Teixeira (2011, p.25) “o grande desafio é conseguir implementar as conquistas sociais e tecnológicas que os países desenvolvidos já conquistaram, nos quatro cantos do globo terrestre”, tal pensamento se coaduna com as novas noções de relativização da soberania estatal trazidas pelo mundo globalizado e ao Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, a transmutação de capital, conquistas sociais e tecnológicas em bens e recursos comuns, reconhece a importância do cosmopolitismo jurídico que objetiva interligar e manter a união dos povos independente dos laços religiosos, linguísticos, étnicos e culturais, lembrando que os indivíduos são partes da terra e não de estados particulares.

O problema do risco como governança global na transformação dos direitos humanos, torna-se um instrumento de reflexão sobre o conceito de risco no direito internacional dos direitos humanos, ao enfrentar o risco político e o seu gerenciamento no âmbito da governança global. Mas, existem, nesse contexto, o desenvolvimento da sociedade atual que requer mudanças de paradigmas globais, tendo a transnacionalidade e a complexidade como as principais características da globalização, uma vez que, a transnacionalidade se refere à interconexão entre países, à circulação de produtos, serviços, capital, pessoas e informações entre os países, criando uma rede de relações complexas entre diferentes atores, com diferentes agendas e interesses.

Ao analisarmos a temática cosmopolitismo encontramos em Lourme (2012) quatro modalidades de cosmopolitismo: a) cosmopolitismo como uma maneira de ser – significa viver como cidadão do mundo sem que necessariamente exista fundamento teórico para isso; b) cosmopolitismo como realidade sociológica – é coexistência, em um mesmo lugar, de comunidades ou indivíduos de culturas diferentes; c) cosmopolitismo como projeto político (e jurídico) – tentativas de construir, na esfera política e, por extensão, na esfera jurídica, quadros obedecendo a princípios cosmopolitas e d) cosmopolitismo como concepção de mundo – aquele em que a maneira como o indivíduo funda sua visão de justiça ou de moral se dá a partir de sua noção de pertencimento ao mundo.

Nesse contexto, o desenvolvimento da sociedade atual requer mudanças de paradigmas globais, tendo a transnacionalidade e a complexidade como as principais características da globalização, uma vez que, a transnacionalidade se refere à interconexão entre países, à circulação de produtos, serviços, capital, pessoas e informações entre os países, criando uma

rede de relações complexas entre diferentes atores, com diferentes agendas e interesses.

Tal narrativa se faz presente na complexidade da sociedade humana e não-humana ao carregar-se as sementes da crise e a pandemia trazem à tona reflexões que nos fornecem um poderoso instrumental para que possamos refletir sobre o significado da pandemia da COVID-19, os perigos e lições que ela traz para a humanidade, nos desafiando a reorganizar nossa sociedade do ponto de vista jurídico, para que possamos manter nossa existência. Então, existe um todo sistêmico muito frágil que está em constante movimento, uma presa fácil para novas crises.

As crises ambientais, econômicas e sociais que vivemos hoje, sempre estiveram presentes na sociedade, mas acentuaram-se com o fenômeno da globalização e sobretudo pela geração de perigos que caracterizam a tese desenvolvida por Beck (1986) que “preconiza que não vivemos mais em numa sociedade de classes, mas numa sociedade de risco”, ensejando a “modernidade reflexiva” que se precipita em forma de ameaças a todos os seres humanos em virtude de seu caráter globalizante (Beck, 1998, p. 13-29).

Com esse argumento, entende-se que as estruturas existentes já não operam da mesma forma, que os processos sociais e políticos anteriormente fundamentais perderam sua significância, abrindo caminho para novas dinâmicas, indicando uma reconceituação profunda dos fundamentos do sistema jurídico ocidental, uma revolução sistêmica do direito, com importantes implicações para o futuro da nossa espécie e compatível com os princípios ecológicos que sustentam a vida neste planeta.

Neste contexto, a função do Estado constitucional passa a ser a de garantir o respeito, o reconhecimento e a efetivação dos direitos fundamentais, assim como a implementação de políticas públicas que promovam a equidade e a justiça social. O Estado constitucional assume, portanto, um papel regulador e normativo, buscando promover um ambiente internacional justo e seguro, que possibilite a realização de metas de desenvolvimento humano e social.

O Estado constitucional assume, assim, uma função de proteção e de promoção dos direitos fundamentais, identificando-se como um agente ativo no processo de transnacionalização do direito. Conforme a concepção de Saldanha (2012), o ideal de estabelecer uma cidadania global, fundamento do cosmopolitismo moral, confronta-se com a perda, por parte do Estado, de sua posição exclusiva como sujeito do direito internacional, um fenômeno decorrente da globalização. Essa dinâmica suscita reflexões tanto no âmbito do cosmopolitismo político quanto sociológico, gerando questionamentos sobre como o direito e suas estruturas jurídicas respondem à emergência do cosmopolitismo e à sua difusão.

O objetivo deste estudo é analisar as interações entre o direito global e o cosmopolitismo, explorando a narrativa complexa que permeia a sociedade humana e não-humana, desafiando-nos a reorganizar nossa estrutura jurídica para garantir nossa coexistência. Partindo desses pressupostos iniciais, investigou-se o cosmopolitismo como um princípio orientador na abordagem dos desafios contemporâneos e na busca pela institucionalização do direito à cidadania universal.

Para alcançar esses objetivos, o estudo adotou uma abordagem hermenêutica constitucional, combinada com uma metodologia de pesquisa baseada em uma extensa revisão de literatura, incluindo livros, periódicos, artigos, doutrinas, leis e outros documentos relevantes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, considerando a temática desenvolvida, pode-se concluir que a crise global exigirá o desenvolvimento de novos modelos e mecanismos jurídicos e institucionais para garantir a proteção dos direitos humanos a nível global. Isso incluirá a criação de instrumentos internacionais para regulamentar questões como a migração, o refúgio, o meio ambiente, o terrorismo, o crime organizado, o direito à informação e à privacidade, a segurança alimentar, a saúde e a educação.

A resposta à crise global exigirá o desenvolvimento de novos modelos e mecanismos jurídicos e institucionais para garantir a proteção dos direitos humanos a nível global. Isso incluirá a criação de instrumentos internacionais

para regulamentar questões como a migração, o refúgio, o meio ambiente, o terrorismo, o crime organizado, o direito à informação e à privacidade, a segurança alimentar, a saúde e a educação. Além disso, é necessário desenvolver mecanismos para aumentar a responsabilização de governos, empresas e indivíduos, a fim de que os direitos humanos sejam cumpridos. A luta pelo direito internacional e pela globalização deve ser encarada como oportunidade para levar ao mundo um novo *ethos* e moralidade.

## REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. 1.ed. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELMAS-MARTY, Mireille. Três Desafios para um Direito Mundial. Tradução de Fauze Hassam Choukr. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

LOURME, L. **Qu'est-ce que le cosmopolitisme?** Paris: Vrin, 2012.

SALDANHA, Jânia Maria Lopes. As novas crises da era do antropoceno. Palestra no Seminário O risco como governança global: a transformação dos direitos humanos. São Leopoldo: Unisinos, 6 dez. 2023.

TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski. Constitucionalismo transnacional: por uma compreensão pluriversalista do Estado constitucional. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, vol. 3, n. 3, p. 141-166, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/48066>> . Acesso em: 01 maio.2024.

VOLPE, Valentina. Governança de segurança global por meio do gerenciamento de riscos: reformulando os direitos humanos. [Palestra de apoio à disciplina O risco como governança global: a transformação dos direitos humanos, lecionada na Unisinos], 6 dez.2023.



## PATENTES NA INDÚSTRIA DE JOGOS DIGITAIS: INOVAÇÃO OU OBSTÁCULO À LIVRE INICIATIVA?

Lucas Pimenta Alampe  
Universidade do Estado de Minas Gerais, 0009-0008-3651-1351,  
lucaspimentaalampe@gmail.com  
Thales Rodrigo Alves Borceda  
Universidade do Estado de Minas Gerais, 0009-0001-2166-9534,  
bio.thales@gmail.com  
Vinicius Fernandes Ormelesi  
Universidade do Estado de Minas Gerais, 0000-0002-6511-328X,  
vinicius.ormelesi@uemg.br

### INTRODUÇÃO

A indústria dos jogos digitais é um universo em constante expansão, com uma magnitude que transcende fronteiras geográficas e culturais. Seu mercado movimenta mais de 200 bilhões de dólares em todo o mundo, superando tanto a indústria cinematográfica quanto a fonográfica em termos de receita gerada (MARCIO; ZAMBON, 2023).

No Brasil, o setor não fica para trás, movimentando 13 bilhões de reais e gerando uma receita anual de 1,2 bilhão de dólares, evidenciando sua importância econômica e sua influência no mercado global de entretenimento (MARCIO; ZAMBON, 2023). Nesse sentido, os jogos digitais são extremamente complexos, haja vista que envolvem diversos elementos criativos, tais como: elementos de áudio, vídeo, mecânica e *software* (ROMAO, 2019).

Segundo Menezes e Bortoli (2016), os jogos digitais, para além de integrarem a indústria de alta tecnologia, também são expressões artísticas que demandam profissionais altamente qualificados para sua criação. A interação entre habilidades técnicas e artísticas é fundamental no desenvolvimento de sistemas complexos e seus diversos segmentos <sup>22</sup>.

Existem diversos aspectos de um jogo que podem ser protegidos por patentes. De modo geral, patente é um título de propriedade intelectual que

---

<sup>22</sup> O mercado de jogos digitais é composto por diversos segmentos: consoles, jogos casuais, mercados emergentes, jogos para dispositivos móveis, *Cloud Gaming*, jogos por download, o mercado "PC caixa" (jogos para PCs distribuídos em mídias físicas), jogos para TV digital e *serious games* (MENEZES; BORTOLI, 2016).

garante o uso, com exclusividade, para alguém que explora economicamente uma invenção ou melhoramento tecnológico (ROMAO, 2019).

Isto posto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o registro de patentes de mecânica nos jogos digital para compreender se este é um objeto de inovação no mercado ou um empecilho à livre iniciativa.

O trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa exploratória, bem como se valeu uma pesquisa qualitativa, direcionada para aspectos não quantitativos, visando aprofundar a compreensão desse fenômeno complexo. O método de abordagem foi indutivo, uma vez que partiu de uma premissa particular e colocou a generalização como um produto do trabalho, enquanto o método de procedimento foi o observacional (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Com o objetivo de levantar fundamentos e argumentos para o presente texto foi utilizado a técnica de pesquisa bibliográfica. Foram levantados livros, artigos e reportagens acerca do registro de patentes de jogos eletrônicos e suas respectivas consequências para indústria, além de temas correlacionados, buscando descrevê-los e contextualizá-los.

Em conjunto com a pesquisa bibliográfica desenvolveu-se a pesquisa documental, uma vez que foram analisados dados de diversos documentos e relatórios relacionados ao registro de patentes.

## **A PROPRIEDADE INTELECTUAL NA INDÚSTRIA DOS VIDEOGAMES**

Infere-se que o direito de propriedade intelectual permeia todas as partes que compõem os jogos digitais, abrangendo diversas categorias que podem ser reivindicadas. Na área de jogos, a propriedade intelectual envolve tanto ativos de propriedade industrial quanto ativos de direitos autorais.

No que diz respeito aos direitos autorais, pode-se apontar que eles tutelam programas de computador (*software*), elementos audiovisuais, enredos e personagens dos jogos digitais. Os *softwares*<sup>23</sup> têm como objeto de proteção o código-fonte, ou seja, o núcleo funcional do jogo digital. O código-fonte abrange

---

<sup>23</sup> Entende-se por software a obra intelectual de expressão linguística, que deve apresentar um certo nível de criatividade (SICCA, 1999).

todas as instruções e comandos que determinam o funcionamento do jogo, incluindo sua lógica interna e a interação com o usuário.

A proteção do código-fonte é essencial, pois ele representa a essência técnica do jogo. Este não apenas descreve como o jogo deve operar, mas também define todas as características que o tornam único e interativo como a interface gráfica do usuário (GUI) e os elementos artísticos da obra (GROSHEIDE; ROERDINK; THOMAS, 2014), sendo protegido como uma obra literária.

Ademais, destaca-se que com os avanços tecnológicos, oriundos da capacidade de processamento dos novos hardwares, os jogos digitais, que antes possuíam meros pretextos para justificar sua jogabilidade, passaram a desenvolver narrativas sólidas e profundas que englobam desde o desenvolvimento de enredos, diálogos até personagens, por meio de sua aparência visual (GOMES, 2006).

Neste sentido, por decorrência dessas narrativas os jogos digitais podem e são protegidos como obras literárias em si mesmos, assumindo originalidade suficiente (STEIN, 2015).

Além da proteção conferida ao *software* e aos elementos narrativos, outros aspectos dos jogos digitais também são tutelados pelo direito autoral como as trilhas sonoras e músicas desenvolvidas ou utilizadas no jogo.

No caso de uma música incluir uma parte textual, como uma letra, ela é protegida como obra literária, em contraste com os efeitos sonoros, que não se enquadram na definição de obra musical e, portanto, não são abrangidos pela proteção dos direitos autorais. Ainda, os direitos autorais sobre composições musicais reais são de propriedade, copropriedade e/ou administrados por editoras de música (GROSHEIDE; ROERDINK; THOMAS, 2014).

Mesmo que o amálgama desses conteúdos, por si só, seja suficiente para compor uma natureza jurídica própria, seu entendimento está longe de um consenso uníssono, sendo os jogos digitais, atualmente, protegidos como uma obra cinematográfica ou audiovisual (GROSHEIDE; ROERDINK; THOMAS, 2014).

Em contrapartida, no que diz respeito à propriedade industrial em jogos, destaca-se a Marca, o Desenho Industrial e as patentes.

Nos jogos, os registros das marcas <sup>24</sup> são fundamentais para garantir a identidade e a distinção dos jogos entre as diversas produções presentes no mercado <sup>25</sup>. Elas protegem nomes de jogos, logotipos e até nomes de personagens, garantindo que os consumidores possam identificar produtos autênticos e diferenciá-los de imitações.

Por sua vez, os desenhos industriais protegem a aparência ornamental de um objeto, incluindo elementos visuais de jogos digitais, cenários e interfaces gráficas. A proteção do desenho industrial garante que o *design* visual distintivo de um jogo não possa ser copiado ou utilizado sem autorização.

Ainda dentro do contexto de proteção da propriedade intelectual voltada para o mundo dos games destaca-se o registro de patentes de mecânicas de jogos. Define-se patentes como:

[...] um direito exclusivo concedido a uma invenção, que é um produto ou processo que proporciona, em geral, uma nova forma de fazer algo, ou oferece uma nova solução técnica para um problema. Para obter uma patente, as informações técnicas sobre a invenção devem ser divulgadas ao público em um pedido de patente (WIPO, 2024, tradução nossa) <sup>26</sup>.

O instrumento de proteção da propriedade intelectual, por meio das patentes, confere ao titular inúmeros direitos exclusivos de exploração, uso, produção e comercialização de uma invenção por um período determinado.

Essa proteção é territorial, sendo válida apenas no país ou região onde a patente foi registrada, e geralmente dura 20 anos a partir da data de depósito (WIPO, 2024). Após esse período, a invenção entra em domínio público, permitindo seu uso livre.

---

<sup>24</sup> Entende-se por marca as “expressões que identificam, direta ou indiretamente, produtos ou serviços” (COELHO, 2020).

<sup>25</sup> Estima-se que atualmente existem mais de 43 mil jogos eletrônicos registrados e catalogados (ALVES, 2023).

<sup>26</sup> “A patent is an exclusive right granted for an invention, which is a product or a process that provides, in general, a new way of doing something, or offers a new technical solution to a problem. To get a patent, technical information about the invention must be disclosed to the public in a patent application” (WIPO, 2024).

No cenário internacional, o Tratado de Cooperação de Patentes (PCT) possibilita a proteção simultânea em vários países com um único pedido internacional (NUNES, 2014). Contudo, embora a obtenção de patentes globais seja facilitada, o processo exige atenção aos critérios específicos de cada ordenamento jurídico.

Dentro da indústria dos videogames, as patentes desempenham um papel crucial e controverso na proteção de inovações tecnológicas. Elementos como novos algoritmos de inteligência artificial, técnicas de renderização gráfica, métodos de interação entre jogadores e mecanismos inovadores de jogabilidade podem ser patenteados, desde que cumpram os requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

### **PATENTES E O PROGRESSO DA INDÚSTRIA DOS JOGOS DIGITAIS**

No cenário contemporâneo da indústria de jogos digitais, o registro de patentes de mecânica tem sido uma prática recorrente, visando proteger os elementos distintivos e inovadores de um título.

A título de exemplo, destaca-se o recente caso da Nintendo, que registrou 31 patentes relacionadas ao jogo "Tears of the Kingdom" lançado em 2023 (XAVIER, 2023).

Segundo o relatório da Patent Result de (2022), a Konami Group Corporation conquistou a primeira posição com 343 patentes utilizadas para obstruir patentes de concorrentes durante o ano mencionado. A Bandai Namco Entertainment ficou próxima, acumulando 325 patentes, enquanto a Sony Interactive Entertainment ocupou o terceiro lugar, registrando um total de 236 patentes no mesmo período (PATENT RESULT, 2022).

O registro de patentes para uma ampla gama de tecnologias, desde mecânicas fundamentais até detalhes aparentemente insignificantes, como a tela de carregamento, demonstra a abordagem proativa da Nintendo, e de outros conglomerados empresariais, em proteger até mesmo os aspectos mais sutis de sua propriedade intelectual.

No entanto, embora essa medida possa ser compreendida como uma forma legítima de proteger os investimentos e a criatividade da empresa, ela

também implica em consequências significativas para a inovação e o progresso da indústria como um todo.

Por um lado, as patentes são uma forma de proteção do esforço intelectual dos inventores (MARQUES, 2016). O registro de patentes em mídias digitais oferece segurança jurídica para inventores e empresas, garantindo seus direitos exclusivos de exploração e comercialização de novas mecânicas.

De acordo com essa perspectiva, a proteção por patentes cria um ambiente mais seguro e estável para os negócios, permitindo que as empresas desenvolvam suas tecnologias sem o receio constante de concorrência desleal. Com a garantia de proteção, as empresas têm mais incentivo para trazer novas tecnologias, sabendo que sua propriedade intelectual está resguardada (MARQUES, 2016).

Sob outro ponto de vista, a imposição de medidas restritivas para proteger investimentos e propriedade intelectual pode ter um efeito inibidor sobre a competição no mercado, criando um ambiente em que empresas estabelecidas desfrutam de uma vantagem significativa sobre novas e pequenas empresas. De acordo com Guilherme Nunes (2021):

É o caso da propriedade industrial e o seu direito de exclusividade, que quando limitado a um só fornecedor (monopólio) causa efeitos danosos à Ordem Econômica, aos direitos dos cidadãos enquanto consumidores e até ao desenvolvimento científico de novas tecnologias de mercado (NUNES, 2021, p. 234).

A concessão de um direito exclusivo a um detentor específico, como é o caso das patentes, frequentemente resulta em um monopólio sobre uma tecnologia ou produto. Nesse contexto, o monopólio patentário pode gerar retenção de mercado, preços elevados e restrições de acesso ao produto patentado (NUNES, 2021).

No âmbito dos jogos digitais, com empresas que detém o monopólio das patentes de mecânicas, o acesso a tecnologias e ideias pode se tornar mais difícil para novos desenvolvedores interessados em criar mecânicas inovadoras e atraentes para os jogadores, o que prejudica a experiência do consumidor final.

Não obstante, existem, ainda, empresas que compram patentes de terceiros ou registram patentes amplas e genéricas que são vagamente definidas e difíceis de contestar. Estas entidades ou indivíduos, muitas vezes chamados de *Patent Trolls*, utilizam patentes de maneira predatória, sem a intenção de fabricar ou comercializar os produtos ou serviços cobertos pela patente.

Formalmente conhecidos como *Non-Practicing Entities*, essas entidades detêm patentes, mas não produzem bens ou serviços baseados nessas patentes. Em vez disso, seu modelo de negócios gira em torno da reivindicação de valores contra empresas que utilizam as tecnologias patenteadas (MANTOVANI, 2019). O objetivo é obter acordos financeiros significativos por meio de processos judiciais ou ameaças de litígio, explorando o alto custo e a complexidade do sistema jurídico de patentes.

O método das *Patent Trolls* é consubstanciado no envio de notificações extrajudiciais para outras empresas, alegando que elas estão infringindo a sua patente. Nessas notificações, é apresentada uma proposta de acordo para desistirem da ação judicial em que o valor solicitado costuma ser menor do que o custo de um processo. Ao tratar sobre o contexto das *Patent Trolls* nos Estados Unidos, o autor Lucas Smaniotto Mantovani (2019) aponta:

Os custos processuais são particularmente gravosos na área de litigação de patentes, tendo em vista fatores comuns a esta área de litigação, como prolongados e custosos procedimentos de investigação, e extensivas discussões sobre as questões e moções disputadas no processo. Estes fatores ocasionam em processos prologados e, conseqüentemente, custosos (MANTOVANI, 2019, p. 35).

Assim, por temerem uma batalha judicial na qual a derrota pode significar o pagamento de uma elevada indenização em favor da empresa detentora da patente, muitas empresas desenvolvedoras de jogos preferem pagar o valor solicitado.

Infelizmente, no mundo dos jogos digitais, essa prática está se tornando cada vez mais comum, visto que, como supracitado, patentes de *software* são mais amplas do que outras patentes no geral, podendo ser utilizadas com mais facilidade pelos *Patent Trolls*.

Não obstante a essa problemática, no Brasil, a questão do registro de patentes para mecânicas de jogos na indústria de games é bastante complexa e envolve vários aspectos legais e técnicos. A legislação atual não permite a patenteabilidade de programas de computador em si, incluindo seus códigos, conforme estabelecido pelo Art. 10 da Lei da Propriedade Industrial (BRASIL, 1996).

Isso significa que, para patentear uma inovação em jogos, é crucial focar em métodos e processos inovadores que não se restrinjam ao software em si, sendo este protegido como Direito autoral, mas sim na funcionalidade ou ao processo técnico subjacente à inovação.

A título de exemplificação, técnicas avançadas de renderização gráfica ou métodos inovadores de interação entre jogadores podem ser patenteados se forem descritos de maneira adequada, cumprindo os critérios estabelecidos pela legislação. Entretanto, simples regras de jogo ou métodos terapêuticos baseados em jogos não são passíveis de patente no Brasil, pois são classificados como itens não patenteáveis.

Esse cenário de privação resulta de falhas na redação das reivindicações de patentes, em que há a tentativa de patentear o software ou programa de computador em si, ao invés do método mais abstrato relacionado a ele, bem como no erro conceitual e deficitário atribuído a patenteabilidade pela legislação pátria (NUNES, 2014).

Neste ínterim, surge a questão da livre iniciativa no contexto das patentes de mecânicas de jogos digitais como uma preocupação central para o desenvolvimento do setor. As grandes corporações, ao registrarem um vasto número de patentes, muitas vezes abrangendo até os menores detalhes de um jogo, acabam estabelecendo um monopólio de fato sobre determinadas tecnologias e ideias.

Isso, atrelado as condutas de *patent trolls*, restringe a capacidade de novos desenvolvedores, sobretudo de comunidades de jogos *indies*<sup>27</sup>, de

---

<sup>27</sup> Define-se jogos *indies*, ou jogos independentes, como jogos desenvolvidos por pequenos estúdios ou por desenvolvedores individuais, geralmente com recursos limitados e fora do *mainstream* dominado pelos grandes desenvolvedores de games (PAULA; HILDEBRAND,



explorar, adaptar e expandir essas inovações, limitando a diversidade de experiências de jogo disponíveis no mercado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao patentear mecânicas interessantes e inovadoras, as empresas acabam restringindo a capacidade dos desenvolvedores de explorar e expandir essas ideias em seus próprios projetos. Essa abordagem limita a variedade de experiências disponíveis para os jogadores e pode até mesmo impedir o surgimento de novos gêneros e conceitos de jogos, uma vez que a interação e a adaptação de ideias existentes são elementos cruciais para o desenvolvimento da indústria de jogos, sobretudo para o desenvolvimento de jogos *indies*.

Além disso, o foco excessivo em proteger propriedades intelectuais por meio de patentes pode contribuir para a criação de um ambiente de negócios monopolista, em que as grandes empresas detêm o controle sobre as principais inovações e tecnologias do setor e, conseqüentemente, afetar a liberdade econômica de novos desenvolvedores.

Isso não apenas limita a concorrência, mas também prejudica os consumidores, que podem ser privados de acesso a novas e empolgantes experiências de jogo devido às restrições impostas pelas patentes.

A questão das patentes de mecânica nos jogos digitais levanta preocupações importantes sobre o equilíbrio entre a proteção da propriedade intelectual e a promoção da inovação e da concorrência saudável. Dentro de um contexto atual, é possível inferir a perpetuação de um modelo de negócios que prioriza a proteção dos interesses corporativos em detrimento da inovação e da diversidade na indústria de jogos eletrônicos.

Diante desse cenário, pequenos desenvolvedores enfrentam barreiras significativas quando confrontados com a necessidade de navegar por um ambiente repleto de patentes já registradas por grandes empresas ou controladas por *Non-Practicing Entities*. O custo elevado das licenças e o risco

---

2013). Exemplos notáveis incluem jogos como "Braid", "Flower" e "Journey", que não apenas ganharam prêmios e reconhecimento, mas também ajudaram a redefinir o que os jogos digitais podem alcançar em termos de expressão artística e emocional (PAULA; HILDEBRAND, 2013).

de litígio desmotivam esses novos participantes a investirem em novas ideias, limitando assim a diversidade e a inovação no mercado.

Os desenvolvedores independentes, em particular, são impactados negativamente, pois muitas vezes não possuem os recursos financeiros e jurídicos necessários para contestar patentes ou para licenciar tecnologias protegidas. Isso cria um ambiente em que a inovação é sufocada, e a criatividade é restrita, o que pode levar à estagnação no desenvolvimento de novos e inovadores conceitos de jogo.

No contexto brasileiro, a legislação que restringe a patenteabilidade de programas de computador direciona os desenvolvedores a buscar proteção em outras formas de propriedade intelectual, como o direito autoral. Isso não apenas influencia a estratégia de proteção de inovações na indústria de jogos, mas também impacta a competitividade e a inovação no mercado nacional, bem como no posicionamento de desenvolvedoras brasileiras frente ao mercado nacional.

A necessidade de equilibrar a proteção legal com a promoção de um ambiente inovador e acessível para novos desenvolvedores continua a ser um desafio significativo para o crescimento sustentável da indústria de jogos digitais no país.

A prática de registrar um grande número de patentes por grandes empresas, muitas vezes abrangendo aspectos muito específicos e variados de um jogo, reforça ainda mais essa barreira. A estratégia de proteger até mesmo as menores inovações, como telas de carregamento ou pequenos elementos de jogabilidade, pode ser vista como uma maneira de bloquear a entrada de novos concorrentes no mercado, consolidando ainda mais o poder das empresas estabelecidas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, C. Todos os jogos do mundo juntos? Site faz lista com games já lançados na história. **PRBK**, 2023. Disponível em: <https://www.purebreak.com.br/noticias/todos-os-jogos-do-mundo-juntos-site-faz-lista-com-games-ja-lancados-na-historia/4239>. Acesso em 25 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília: Presidência da República, 14 maio.

1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9279.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm). Acesso em: 26 jun. 2024.

COELHO, F. U. **Curso de direito civil: direito das coisas, direito autoral**, volume 4, 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

GOMES, R. O design da narrativa como simulação imersiva. **Narrativas Midiáticas Contemporâneas**, Porto Alegre, p. 69-81, 2006. Disponível em: [https://desdobramentos.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/01/rgomes\\_games.pdf](https://desdobramentos.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/01/rgomes_games.pdf). Acesso em: 26 jun. 2024.

GROSHEIDE, F. W.; ROERDINK, H.; THOMAS, K. Intellectual property protection for video games: A view from the European Union. **Journal of International Commercial Law and Technology**, v. 9, p. 1, 2014.

MANTOVANI, L. S. **PATENT TROLLS: desdobramentos e eventual atuação no cenário brasileiro**. 2019. 84 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MARQUES, João Paulo F. Remédio. Patentes de Programas de Computador e de Sistemas Informáticos de Jogos Eletrônicos / Patentes de Métodos de Exercício de Atividades Econômicas? **PIDCC**, Aracaju, v. 10, n. 01, p. 01-46, fev. 2016.

FILHO, M.; ZAMBON, P. Setor de games no Brasil movimentará R\$ 13 bilhões por ano, mas ainda sem uma política nacional adequada. **Carta Capital**, 22 de set. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/tecnologia/setor-de-games-no-brasil-movimentara-r-13-bilhoes-por-ano-mas-ainda-sem-uma-politica-nacional-adequada/>. Acesso em: 10 maio 2024.

MENEZES, C.; BORTOLI, R. Propriedade intelectual em jogos digitais: perspectiva do Brasil. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 30, n. 13, p. 187-206, jun. 2016.

NUNES, M. A. S. N. Propriedade Intelectual e Industrial em Jogos e noções sobre prospecção de tecnologia: em direção à apropriação nacional/internacional dos ativos brasileiros desenvolvidos para Jogos. **SBGAMES**, Porto Alegre, v.1, p. 1-35, 2014.

NUNES, G. A. I. O Monopólio como Consequência da Lei de Patentes: as Discordâncias do Direito à Exclusividade. **Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca**, Franca, v. 5, n. 1, p. 227-246, 23 abr. 2021.

NUNES, R. D. **Análise Econômica do Direito e o Sistema de Patentes como mecanismo de regulação da inovação**: Comentários às Corridas por Patentes. 2016. 104 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016.

PATENT RESULT. Classificação de capacidade de verificar outras empresas 2022 Os 3 principais são Konami, Bandai Namco e SIE. **Resultados de**

**patentes Co., Ltd**, 2022. Disponível em:

<https://www.patentresult.co.jp/ranking/fcit/2022/fcitgame.html>. Acesso em: 13 mai. 2024.

PAULA, B.H.; HILDEBRAND, H. R.. Potencial Expressivo nos Jogos Indie e Gamearte: Breve análise dos jogos Flower e Journey. **Obra digital: revista de comunicación**, Barcelona, n. 5, p. 98-113, set. 2013. Doi:

10.25029/od.2013.31.5. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4945220>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C.. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROMAO, C. B. A indústria dos jogos eletrônicos: novas tecnologias, propriedade intelectual e cenário mundial e brasileiro. **Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência**, v. 5, n. 1, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadipic/article/view/5394/pdf>. Acesso em: 12 mai. 2024.

SICCA, G. S. A proteção da propriedade intelectual dos programas de computador. **Revista de Informação Legislativa**, v. 142, n. 36, 1999.

STEIN, J. S. The legal nature of video games: Adapting copyright law to multimedia. **Press Start**, n. 1, v. 2, p. 43-55, 2015.

WIPO. What is a patent?. **World Intellectual Property Organization**, 2024.

Disponível em: <https://www.wipo.int/en/web/patents/>. Acesso em 25 jun. 2024.

XAVIER, L. B. Nintendo e suas patentes: inovando nos jogos ou estagnando a indústria? **Estadão**, 2023. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/nintendo-e-suas-patentes-iinovando-nos-jogos-ou-estagnando-a-industria/>. Acesso em: 13 mai. 2024.

**ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC): UMA ALTERNATIVA PARA ENFRENTAR A CRIMINALIDADE E A REINCIDÊNCIA PENAL NO BRASIL**

Victor Jorge Lugnani Chamorro  
Unioeste, ORCID 0000-0002-0828-6643, victorjorgetab@gmail.com.br

Gilson Batista de Oliveira  
Unila, ORCID 0000-0003-0816-4969, profgilsonoliveira@gmail.com

Daniel Teotonio do Nascimento  
Unila, ORCID 0000-0002-5872-7320, daniel.nascimento@unila.edu.br

## **INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa científica trata do processo de contenção humana em massa presente nas prisões brasileiras, fruto do recrudescimento penal e ampliação das atividades estatais de controle social, voltados à salvaguarda dos processos financeiros e de consumo; sem, no entanto, prover com o mesmo vigor o tratamento do criminoso que voltará à sociedade livre após o cumprimento da pena. As consequências principais desses problemas são a superlotação das penitenciárias com os 'indesejáveis sociais' (WACQUANT, 2001) e a reincidência criminal, em uma espiral insustentável, sem quaisquer impactos na redução da violência urbana. São as 'racionalidades governamentais' definidas por impulsos econômicos (GARLAND, 1999).

A trajetória teórica da pesquisa procura discutir como o aparato burocrático do Estado e todo o processo de simbolismo social é aplicado para garantir o livre mercado, com um modelo de segregação e punição dos crimes patrimoniais, tornando o Brasil um dos principais países em aprisionamento de pessoas no planeta.

São discutidos os principais estudos que comprovam o processo linear de aprisionamento no Brasil e, ao mesmo tempo, a escalada da violência, especialmente das taxas de homicídios e dos crimes patrimoniais, que demonstram a ineficácia do processo de encarceramento em massa, sem o devido tratamento do indivíduo preso.

Justamente a ausência de tratamento, aliado ao processo de estigma e simbolismo social, geram no subconsciente popular uma subclasse de indivíduos criminosos, fator que será determinante para a escalada dos números de

reincidência criminal e reentradas nos sistemas penitenciários, com a consequente retroalimentação da criminalidade, da ordem de 42,5%, segundo estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2019).

A partir da problematização da questão prisional brasileira, são debatidas as possíveis soluções, entre elas os mecanismos de inserção de egressos no mercado de trabalho, escolarização formal e profissionalizante, envolvimento da família e comunidade no tratamento penal e atividades de tratamento psicossocial.

Ao final, discute-se sobre um modelo não convencional que agrega todas essas questões supramencionadas, com resultados positivos no enfrentamento da reincidência criminal. Trata-se da metodologia penal desenvolvida pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), que aplica 12 elementos essenciais, operacionalizados de forma conjunta. Os elementos procuram centrar esforços em todas as vulnerabilidades ligadas aos processos de reincidência e estigma que levaram o indivíduo ao crime, ou que podem comprometer a sua plena reintegração após o cumprimento da pena. Os elementos são: participação da comunidade; o recuperando ajudando o recuperando; trabalho; espiritualidade e a importância de se fazer a experiência de Deus; assistência jurídica; assistência à saúde; valorização humana (base do Método APAC); a família – do recuperando e da vítima; o voluntário e o curso para sua formação; Centro de Reintegração Social – CRS; mérito; e a jornada de libertação com Cristo (OTTOBONI, 2001 e 1997) (BRASIL, 2019c).

A metodologia da APAC guarda características interessantes, distintas do método tradicional de prisão, destacando-se: o ingresso voluntário, participação social, voluntariado, populações limitadas em cada unidade (240 vagas) e cooperativismo de esforços (comunidade e presos).

## **METODOLOGIA**

No que concerne à metodologia, a pesquisa adotou características de estudo de caso (YIN, 2015), com abordagem mista (qualitativa e quantitativa), objetivando identificar alternativas para o enfrentamento da criminalidade e reincidência penal no Brasil. A investigação, sustentada em um paradigma

interpretativista, buscou compreender e estabelecer as relações das principais variáveis mensuráveis e empíricas dos problemas penitenciários na atualidade, em análise triangular com categorizações teóricas/documentais e dados coletados de questionário aplicado aos representantes da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC)<sup>1</sup>. O delineamento dessa trajetória científica procurou responder: há método viável para superar os altos índices de reincidência criminal e a superlotação carcerária no Brasil?

A análise crítica, agregando elementos qualitativos e quantitativos atuais, mesmo com todas as limitações e dicotomias que foram discutidas ao longo do artigo, proporcionou visões e avaliações multidimensionais sobre o problema penitenciário brasileiro, bem como procurou esquivar-se de avaliações setorizadas de cada componente: criminalidade, reincidência e reintegração, obtendo com isso respostas apropriadas para o questionamento da pesquisa. O conjunto desses elementos foram os principais diferenciais científicos apresentados, em relação aos outros estudos consultados.

As categorias e respectivas dimensões relacionadas ao referencial teórico surgiram como conteúdos ou discursos coincidentes e homogêneos dos diversos autores estudados (TEIXEIRA, 2003), no sentido de responderem à questão norteadora de classificação previamente definida em cada categorização. Foram adotadas as seguintes categorias: racionalidade governamental (dados obtidos com a revisão bibliográfica e pesquisa documental), efeitos práticos do modelo tradicional de prisão (dados obtidos com a revisão bibliográfica e pesquisa documental) e saída para o problema da reincidência criminal adotado pela APAC (dados obtidos com a aplicação de questionário a FBAC).

Especificamente quanto ao questionário, foram realizadas três perguntas abertas aos responsáveis da FBAC, em junho de 2022, no sentido de compreender a metodologia de construção e abrangência do índice de reincidência das APACs, bem como os custos empregados para medir os resultados da metodologia penal, variáveis não encontradas na literatura de forma completa. Abaixo, quadro com as perguntas aplicadas e respectivas finalidades.

No quadro abaixo são apresentadas as perguntas e as respectivas finalidades:

QUESTÕES	FINALIDADE
Com relação aos custos <i>per capita</i> (mensal) alcançados nas APACs, quais são os componentes ou subdivisões que englobam esse custo (exemplo: funcionários, saúde, alimentação, combustíveis, aluguel etc.) e como é feito esse cálculo?	Compreender a abrangência e metodologia do custo per capita APAC, a fim de avaliar possíveis comparações com a metodologia de obtenção dos custos per capita no modelo tradicional de prisão.
Com relação à média de reincidência, como é realizado esse cálculo e quais os dados são considerados?	Compreender a metodologia empregada para o cálculo da reincidência, anunciados pelo método APAC.
O conceito de reincidência utilizado para o cálculo da média de reincidência descrita no relatório APAC é o conceito legal do Art. 63 – do Código Penal brasileiro (conceito judicial) ou outro conceito como: reentrada penitenciária (quando o reeducando retorna para a unidade prisional sem condenação) ou reiteração penal (quando o reeducando comete novo delito é indiciado ou flagranteado), explique?	Conhecer o conceito de reincidência utilizado pelo método APAC.
Por último, a medição da média de reincidência descrita no relatório APAC refere-se apenas aos recuperandos que retornam às Unidades APAC ou abrange os recuperandos reincidentes que, em segunda ou posterior condenação, passam a cumprir pena em unidades convencionais, explique?	Compreender a abrangência do índice de reincidência calculado: se adstrita apenas a unidades APAC ou a todo o Sistema Penitenciário.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

## RESULTADOS E ANÁLISES

Os principais resultados foram expostos na pesquisa por categoria. Na categoria racionalidade governamental, constatou-se que o Estado neoliberal, desde os anos 1970, desenvolve ações de enfrentamento à criminalidade de forma reativa e com seletividade social (GARLAND, 1999 FOUCAULT, 2008), valendo-se materialmente do recrudescimento penal, no estilo lei e ordem (WACQUANT, 2001), com o conseqüente emprego generalizado do encarceramento em massa, como forma de manter o fluxo econômico e a proteção do capital (GARLAND, 1999).

Esta nova organização estatal requer a criação e estruturação uma realidade social homogênea, com sistemas simbólicos bem definidos, que conduzam a sociedade e as instituições ao apoio e reforço dos processos de seleção e encarceramento em massa (BOURDIEU, 1989), a fim de tornar 'normal' e até 'necessário' a segregação dos principais tipos de conduta desviantes que contrariem a ordem estatal, acarretando, em última análise, aspectos estigmatizantes que serão incorporados à vida dos segregados (GOFFMAN, 1980).

O Brasil, seguindo essa lógica, ocupa o 3º lugar em encarceramento mundial (WPB, 2019), contendo e tentando isolar mais de 918 mil presos (BRASIL, 2022c), com crescimento linear da ordem de 27,9% ao ano.

Com relação à categoria efeitos práticos do modelo tradicional de prisão, por sua vez, ficou evidenciado que os dados financeiros, criminais e de violência são os indicadores mais reveladores da materialização da política de mera contenção criminal, comprovando que o aparato estatal de quem prende, está muito mais estruturado do que o sistema de quem procura reintegrar socialmente.

O quadro abaixo compila os principais indicadores encontrados:

ÍNDICES	DESCRIÇÃO	AValiação
---------	-----------	-----------

Anais do IV Seminário Internacional Interdisciplinar em Desenvolvimento e Sociedade: O Imperativo da Sustentabilidade

27,9%	Taxa de crescimento da população carcerária. 90 mil presos (1990) para 918 mil (2022).	Aumento do encarceramento em massa, em 30 anos.
21,7%	Taxas de homicídios por 100 mil habitantes em 2019. Índice mundial 6% (UNODC, 2019).	Taxas muito acima da média mundial. Criminalidade em alta.
83%	Taxa de presos envolvidos nos crimes de homicídio, roubo e tráfico de drogas, referente a 2022.	Crimes ligados ao movimento lei e ordem. Principal motivo de encarceramento.
21%	Fatia do orçamento público que é destinada ao sistema penitenciário, referente a 2020. O restante vai para os órgãos de enfrentamento criminal.	Menos recursos para o processo de reintegração social.
12,7%	Taxa quantitativa de profissionais do sistema penitenciário. O restante compõe as forças de enfrentamento criminal, referente a 2020.	Mais encarceramento; menos tratamento.
42,5%	Índice de reincidência, medido em 2019. Seguindo a projeção e população atual (sentenciados e provisórios - Fonte BNMP 2022b). Dos 918.257 presos, nos próximos 4 a 15 anos, 390.259 voltarão a cometer crimes.	O Estado não trata e grande parte dos criminosos retornam ao sistema.
'31,19%	Déficit de vagas do sistema penitenciário. São 212.008	Superlotação carcerária.

	novas vagas necessárias para comportar todos os reclusos atuais (2022).	
--	---	--

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2022).

Mesmo com todo o aparato burocrático voltado para a repressão, expressos nos indicadores crescentes de aprisionamento no Brasil, os números da violência não recuam (CERQUEIRA et al. 2021), demonstrando que o processo de aprisionamento indiscriminado é incapaz de conter a criminalidade. A violência, em grande medida, é alimentada pela ausência de tratamento penal, cujas principais marcas evidenciam-se na reincidência criminal e no estigma.

Por fim, na categoria saída para o problema da reincidência criminal adotado pela APAC, foi possível obter elementos importantes que indicam o método APAC como uma alternativa promissora para o enfrentamento de reincidência criminal e da violência, mesmo considerando algumas incompletudes nos dados coletados.

As respostas ao questionário demonstram que a reincidência legal nas unidades APAC de Minas Gerais (paradigma utilizado pela FBAC), tomando como referência 2014 e 2015, é de 13,90%. Esse número está significativamente abaixo dos índices de reincidência penitenciária nacional que é de 42,5% (referente a 2019). Contudo, é importante esclarecer que tais índices são obtidos por meio de metodologias diferentes, bem como por métricas díspares e concentradas em dados de apenas das 11 unidades de Minas Gerais, considerando que existem outras 52 unidades em outros estados brasileiros. O índice da APAC utiliza o conceito de reincidência legal e tende a obter números menores na contagem da reincidência, tendo em vista o lapso processual da segunda condenação do recuperando, no período de 5 anos, nos termos dos artigos 63 e 64 do Código Penal. Por outro lado, o índice do CNJ (2019) utilizou o conceito de reincidência penitenciária (reentrada em unidade penal), que tende a alcançar valores maiores, visto que a reentrada em unidades penais pode acolher presos sem condenação definitiva, provisórios ou mesmo aqueles indivíduos que serão inocentados ou receberão algum benefício legal no curso do processo (indulto).

Outro resultado está relacionado ao custo per capita mensal com cada preso, em média de 1.171,62 reais no método APAC; em comparação aos valores despendidos no método tradicional de prisão, orçado em 2.430,89 reais, per capita, por mês (valor de referência dezembro 2021). Contudo, a pesquisa alerta quanto às diferenças metodológicas ou mesmo processos avaliativos que ainda estão em construção para obtenção de métricas, fórmulas e abrangência para aferição de tais valores, questões que devem ser mais aprofundadas em futuros estudos.

Em síntese, a pesquisa permitiu concluir que o Estado brasileiro e os seus aparatos burocráticos, sob forte influência econômica, vêm aplicando sistemático processo de encarceramento em massa, sempre com viés repressivo; sem, contudo, obter redução da criminalidade ou mitigar a reincidência criminal. Em movimento contrário, a metodologia APAC, com visão preventiva e tratamento humanizado, vem alcançando significativos resultados, mitigando a reincidência penal e o aumento da criminalidade, com custos inferiores aos despendidos nos modelos convencionais de prisão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Estado moderno é a força mais importante de transformação da realidade social, vez que dispõe de capacidade e estrutura para imprimir alterações profundas e duradouras nos aspectos mais complexos do cotidiano social.

No entanto, no que se refere ao problema penitenciário brasileiro, a solução estatal adotada foi canalizada, há mais de 30 anos, para o fortalecimento e ampliação do encarceramento em massa. Os resultados apresentados nesta pesquisa, em especial: os índices criminais, penitenciários e orçamentários; agregados aos recortes teóricos, permitem concluir que o atual processo de encarceramento em curso no Brasil não reduz a reincidência criminal, nem tampouco diminui a criminalidade. Conseqüentemente, permitiu concluir que o método APAC mitiga a reincidência criminal, sendo mais econômico e, de forma indireta, diminui a criminalidade e a superlotação carcerária.

Os assuntos debatidos não são novos no meio acadêmico nem no subconsciente social, pois correspondem a um dos maiores problemas das sociedades antigas e modernas, que sempre buscaram formas de enfrentamento da criminalidade e processos de punição. Porém, como demonstrado, outrora e na atualidade, esses temas vêm sendo tratados da mesma forma. Ora com novas nomenclaturas; ora com o emprego de tecnologias virtuais. Contudo, o discurso interno não muda e o corpo continua sendo o principal objeto de ação e intervenção (FOUCAULT, 2008 e 1999). A principal contribuição deste trabalho é trazer – com o recurso da triangulação dos resultados e generalizações mais aprofundadas – norteamento para tomadas de decisões ou mesmo subsidiar processos de criação de agendas para Políticas Públicas mais eficientes na seara penitenciária. Ou, pelo menos, possibilitar conscientização sobre o caminho insustentável que a sociedade brasileira e, em especial, o Estado, vem trilhando no enfrentamento da criminalidade, sem, no entanto, obter os resultados almejados de garantir a paz social, permitindo a conclusão que algo está equivocado nesse processo.

A pesquisa também demonstrou que o conjunto de dados públicos penitenciários, especialmente sobre as questões individuais dos tutelados do Estado, são deficitários e precisam ser aperfeiçoados, seja com padronização nacional, seja com recursos tecnológicos ou elementos jurídicos de comunicação compulsória, visando elementos informacionais para a avaliação de cenários e eventuais promoções de Políticas Públicas eficazes, rompendo com as limitações constatadas e discutidas nesta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre et al. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Reentradas e reinterações infracionais: um olhar sobre os sistemas socioeducativo e prisional brasileiros**/ Conselho Nacional de Justiça – Brasília: CNJ, 2019b.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional – **Estudo Preliminar. A metodologia APAC e a criação de vagas no sistema prisional a partir da implantação de Centros de Reintegração Social**. 2019c. Disponível em: <[https://www.gov.br/depen/pt-br/canais\\_atendimento/ouvidoria/EstudoPreliminarAMetodologiaAPACeCriaca](https://www.gov.br/depen/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria/EstudoPreliminarAMetodologiaAPACeCriaca)>

odevagasnoSistemaPrisonalpartirdaImplantacaodeCentrosdeReintegracaoSocialSITE.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2022.

CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021.

FBAC - Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC). **Relatório sobre as APACs**. Disponível em: <<http://www.fbac.org.br/infoapac/relatoriogeral.php>> . Acesso em 29 jun. 2022.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GARLAND, D. As contradições da "sociedade punitiva": o caso britânico. **Revista de Sociologia e Política**, n. 13, p. 59-80, 1999.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

OTTOBONI, M. **Ninguém é irrecuperável: APAC: a revolução do sistema penitenciário**. São Paulo: Cidade Nova, 1997.

OTTOBONI, M. **Vamos matar o criminoso?: método APAC**. São Paulo: Paulinas, 2001.

TEIXEIRA, E. B. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em questão**, v. 1, n. 2, p. 177-201, 2003.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Zahar, 2001.

WPB. World Prison Brief, Institute for Crime & Justice Policy **Research. World Prison Population List**. Thirteenth edition. Helen Fair and Roy Walmsley. 2019. Disponível em:<[https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world\\_prison\\_population\\_list\\_13th\\_edition.pdf](https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_prison_population_list_13th_edition.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2022.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015.

## **ANÁLISE DO ESTADO NUTRICIONAL DE ESCOLARES DO FUNDAMENTAL II DE UM MUNICÍPIO DO MEIO OESTE CATARINENSE**

Diego André Bridi

UNIARP, ORCID: 0000-0002-6356-849, dbridi@gmail.

Caroline Neris Bridi

UNIARP, ORCID: 0009-0004-8545-1130, caroline.neris@uniarp.edu.br.

Marcio Zancanaro,

UNIARP, ORCID: 0009-0006-0726-2152, marcio.zancanaro@sc.senac.br.

Ricelli Endrigo Ruppel da Rocha

UNIARP, ORCID: 0000-0002-4277-1407, ricellie@uniarp.edu.br.

### **INTRODUÇÃO**

A adolescência é marcada por mudanças corporais que podem impactar na saúde e aumentar o risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), principalmente o ganho de gordura corporal que aumenta as chances de adquirir a obesidade e alterar o estado nutricional (Arruda Neta et al., 2021).

Para avaliar o estado nutricional o índice de Massa Corporal (IMC) é uma importante ferramenta de medida amplamente utilizada nos estudos para classificar os indivíduos de acordo com o seu peso e altura. O IMC também é um parâmetro que auxilia no entendimento sobre a alimentação e o risco para o desenvolvimento de DCNT (Café et al., 2018).

Para Jampaulo Junior (2007), no que tange os direitos fundamentais que estão constitucionalmente previstos, é necessário pontuar o direito ao bem-estar, a integridade físico-corporal, e, principalmente o direito à vida, fonte primária de todos os outros direitos fundamentais e que juntos se correlacionam com a perspectiva do presente trabalho.

### **METODOLOGIA**

Esta pesquisa tem caráter descritivo, com abordagem quantitativa e delineamento transversal. As pesquisas descritivas buscam especificar as propriedades, as características e os perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer outro fenômeno que se submeta a uma análise. Ou seja, pretendem unicamente medir ou coletar informação de maneira independente ou conjunta sobre os conceitos ou as variáveis a que se referem,

isto é, seu objetivo não é indicar como essas se relacionam (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

A pesquisa realizou-se com escolares da rede municipal de ensino do município de Caçador – SC, localizado no Estado de Santa Catarina, na microrregião do Alto Vale do Rio do Peixe, com 73.720 habitantes (IBGE, 2023). A rede Municipal de Educação de Caçador é composta pela educação infantil (CMEI e Pré-escola), ensino fundamental com anos iniciais e finais, totalizando 8.804 alunos matriculados.

Participaram do estudo 661 alunos do 6º ano ao 9º ano do ensino fundamental II com idades entre 11 a 15 anos, representando 39,8% de um total de 1.626 alunos matriculados. Para participar da pesquisa, os seguintes critérios de inclusão e de exclusão foram utilizados:

- 1) Estar matriculado na rede municipal de ensino de Caçador/SC;
- 2) Estar cursando o Fundamental II – 6º ao 9º ano (séries finais);
- 3) Ter idade entre 11 a 15 anos no momento da coleta;
- 4) Ter entregado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) devidamente assinados pelos pais;
- 5) Não estar fazendo uso de medicamentos psiquiátricos nos últimos 30 dias que antecederam a pesquisa.

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê em Pesquisa (CEP) da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, com CAEE número 73144323.3.0000.0259.

## **RESULTADOS**

As características dos escolares do Ensino Fundamental II avaliados mostraram que a média de idade foi de 13,14 anos, peso médio de 54,0 kg e estatura média de 1,59 m, sendo 348 (53%) do sexo masculino e 313 (47%) sexo feminino.

Com relação a variável antropométrica totalizou que 157 (23,75%) sobrepeso e 89 (13,46%) obesidade para os escolares avaliados. Com os resultados coletados mostrou-se que 359 (54,31%) dos alunos então com a normalidade dentro do estado nutricional do seu peso relacionado à altura, e quando se fala sobre o baixo, apresenta-se os seguintes dados: Desnutrição leve



47 (7,11%), Desnutrição moderada 8 (1,21%) e por fim Desnutrição severa 1 (0,15%).

## **DISCUSSÃO**

No presente inquérito os principais agravos foram o sobrepeso e a obesidade o qual juntos correspondem 37,21% dos avaliados, em um estudo feito por Fantineli *et al.*, (2020), traz um número significativamente igual ao presente estudo de 39,69% dos escolares estarem sobrepeso ou obeso.

Para Conde *et al.*, (2018) a probabilidade de manter o excesso de peso adquirido na adolescência até a fase adulta é em média moderada, essa probabilidade se mostra mais elevada em homens, além disso, o atual patamar do excesso de peso, a sua probabilidade de persistência na vida adulta e os riscos de morbimortalidade associados a esse trajetória se somam a outros fatores observados na transição epidemiológica brasileira, pois esses fatores sugerem um aumento na carga de doenças crônicas não transmissíveis aos adultos ao longo das próximas décadas.

## **CONCLUSÃO**

Conclui-se que, atualmente, o aumento do peso entre os adolescentes no Brasil é uma questão muito forte de saúde pública, notando-se uma elevada taxa observada e à tendência de crescimento desses dados nos últimos levantamentos.

A persistência e também a repercussão na vida adulta, de vários problemas de saúde contraídos durante a adolescência faz aumentar a preocupação com a situação nutricional presente, mostrando a grande importância de intervenções que é necessário para prevenir o excesso de peso nessa fase da vida e assim promover hábitos saudáveis para que impactem na vida adulta desses adolescentes.

Evidências ligadas a esses problemas nutricionais e também o perfil de desigualdade social no Brasil também durante esse período etário destaca a urgência de aprofundar e ampliar as políticas públicas destinadas a saúde e a parte social, voltadas aos adolescentes do país.

## **REFERÊNCIAS**

ARRUDA NETA, Adélia da Costa Pereira de; STELUTI, Josiane; FERREIRA, Flávia Emília Leite de Lima; FARIAS JUNIOR, José Cazuza de; MARCHIONI, Dirce Maria Lobo. Padrões alimentares de adolescentes e fatores associados: estudo longitudinal sobre comportamento sedentário, atividade física, alimentação e saúde dos adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 2, p. 3.839-3851. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.2.24922019>  
Acesso em: 17 abr. 2024.

CAFÉ, Ana Carolina Corrêa; LOPES, Carlos Alexandre de Oliveira; NOVAIS, Rommel Larcher Rachid; BILA, Wendell Costa; SILVA, Daniely Karoline da; ROMANO, Márcia Christina; LAMOUNIER, Joel Alves. Associação com índice de massa corporal na adolescência: Uma revisão Sistemática. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 36, n. 1, p. 91-99. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0462/;2018;36;1;00010>  
Acesso em: 02 abr. 2024.

CONDE, Wolney Lisbôa; MAZZETI, Camila Medeiros da Silva Mazzeti; SILVA, Jéssica Cumpian; SANTOS, Iolanda Karla Santana dos; SANTOS, Aline Micaele dos Reis Santos. Estado nutricional de escolares adolescentes no Brasil: a Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares 2015. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 21, n. 1, p. e180008. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720180008.supl.1>  
Acesso em: 08 abr. 2024.

FANTINELI, Edmar Roberto; SILVA, Michael Pereira da; CAMPOS, Jhonatan Gritten; NETO, Nicolau Augusto Malta; PACÍFICO, Ana Beatriz e CAMPOS, Wagner de. Imagem corporal em adolescentes: associação com estado nutricional e atividade física. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n.10, p. 3.989-4.000. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.30442018>  
Acesso em: 19 abr. 2024.

JAMPAULO JUNIOR, João. Qualidade de vida, direito fundamental uma questão urbana: a função social da cidade. **Repositório PUCSP**. Disponível em <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/7534>.  
Acesso em 25 mar. 2024.

**APROVEITAMENTO INTEGRAL DE ALIMENTOS: IMPACTOS NA SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA.**

Josiane Goularte Pinheiro  
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, <https://orcid.org/0009-0001-5646-9743>  
[josiane.goularte@uniarp.edu.br](mailto:josiane.goularte@uniarp.edu.br)

Ana Claudia Lunelli Moro  
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, <https://orcid.org/0000-0001-6315-6844>, [analunellimoro@hotmail.com](mailto:analunellimoro@hotmail.com)

Rosana Claudio Silva Ogoshi  
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, <https://orcid.org/0000-0003-4383-8236>,  
[rosana.ogoshi@uniarp.edu.br](mailto:rosana.ogoshi@uniarp.edu.br)

## **INTRODUÇÃO**

A alimentação sustentável tem se tornado um tema central nas discussões sobre segurança alimentar e nutricional, especialmente diante dos desafios globais relacionados à produção de alimentos, desperdício e impactos ambientais (Rocha *et al*, 2022). Isto porque com o aumento da população mundial aumenta-se também a demanda da produção de alimentos (Silveira; Bedê; Nicomedes, 2021).

Dentre os desafios enfrentados pelo Brasil, a fome e o desperdício de alimentos representam um paradoxo significativo em um país que se destaca como um dos principais exportadores globais de alimentos, ao mesmo tempo em que quantidade de desperdício é relevante (Rocha *et al*, 2022).

É importante destacar que o desperdício de alimentos se configura como um sério problema a ser resolvido na produção e distribuição de alimentos, principalmente em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (Silva *et al*, 2020). Apesar da produção diária de alimentos, cerca de 26,3 milhões de toneladas de alimentos são desperdiçados por ano no Brasil, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (Santos *et al*, 2020)

Nesse contexto, o aproveitamento integral dos alimentos surge como uma abordagem promissora para promover a sustentabilidade ao reduzir o desperdício e ao mesmo tempo maximizar o valor nutricional dos alimentos consumidos (Silva *et al*, 2022), e na maioria das vezes uma economia financeira.

O conceito de aproveitamento integral envolve o uso de partes dos alimentos que são comumente descartadas, como cascas, talos, sementes e folhas. Tal descarte ocorre muitas vezes pela falta de conhecimento da população acerca do valor nutricional presente nestas partes menos atrativas dos alimentos, porém o reaproveitamento pode transformar esses subprodutos em ingredientes nutritivos e saborosos (Cardoso *et al*, 2015). É possível transformar muitas partes ignoradas destes alimentos em compostos funcionais com alto valor nutricional para a melhoria na qualidade de vida e prevenção de doenças crônicas na população (Silva *et al.*, 2022).

O aproveitamento integral dos alimentos apresenta uma série de benefícios significativos para a sustentabilidade e segurança alimentar e nutricional, sendo algumas das principais vantagens a redução do desperdício de alimentos, que contribui para a minimização dos impactos ambientais associados à produção, transporte e descarte de alimentos não aproveitados (Rodrigues *et al*, 2021).

No aspecto da insegurança alimentar, o aproveitamento integral dos alimentos oferece benefícios nutricionais, pois utiliza partes dos alimentos geralmente descartadas, as quais possuem bom teor de fibras, vitaminas e minerais, contribuindo para promoção de uma alimentação mais balanceada e saudável (Cardoso *et al*, 2015)

A crescente preocupação com a insegurança alimentar, o aumento da produção de resíduos e os desafios de acesso a alimentos nutritivos destacam a importância de abordagens inovadoras como o aproveitamento integral dos alimentos (Silveira; Bedê; Nicomedes, 2021).

O aproveitamento integral dos alimentos também tem seus benefícios bem esclarecidos quando se encontra diretamente relacionado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, em especial o ODS 2, Fome Zero e Agricultura Sustentável e ODS 12, Consumo e Produção Sustentáveis, reafirmando assim a sua contribuição no combate à fome, à desnutrição e à sustentabilidade das comunidades (ONU BR, 2015).

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo explorar os benefícios do aproveitamento integral dos alimentos para a sustentabilidade e segurança alimentar e nutricional, e as alternativas práticas para sua aplicação.

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada neste estudo baseia-se em uma revisão bibliográfica realizada nas bases de dados SciELO, PUBMed, BVS, em português, inglês e espanhol, publicados no período de 5 anos (2019 – 2024). Foram utilizadas as palavras chaves: "Sustentabilidade", "aproveitamento integral de alimentos" "desperdício" e "educação alimentar" para identificar estudos relevantes relacionados ao tema. Foram usadas ainda como fonte de pesquisa sites oficiais Governamentais e da Organização das Nações Unidas-ONU. A análise dos artigos incluiu a avaliação dos benefícios do aproveitamento integral dos alimentos para a segurança alimentar e nutricional, bem como sua contribuição para a redução do impacto ambiental associado ao desperdício de alimentos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Foi encontrada na literatura que o aproveitamento integral dos alimentos apresenta uma série de benefícios significativos para a sustentabilidade e segurança alimentar e nutricional. Uma das principais vantagens identificadas é a redução do desperdício de alimentos, contribuindo para a minimização dos impactos ambientais associados à produção, transporte e descarte de alimentos não aproveitados (Zaro, 2018).

Por outro lado, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, aproximadamente 1,3 bilhões de toneladas de alimentos são desperdiçadas globalmente todos os anos, sendo que o Brasil está entre os 10 países que mais desperdiçam alimentos no mundo (Silveira; Bedê; Nicomedes, 2021). Além da questão ambiental, o aproveitamento integral dos alimentos oferece benefícios diretos para a qualidade nutricional das dietas. Ao utilizar partes dos alimentos que geralmente são descartadas, como cascas, talos e folhas, é possível aumentar o teor de fibras, vitaminas e minerais nas refeições, promovendo uma alimentação mais balanceada e saudável. Isso é

especialmente relevante em contextos de insegurança alimentar, onde o acesso a alimentos nutritivos pode ser limitado (Silva *et al.*, 2022).

A diversificação da dieta e o incentivo ao consumo de alimentos locais e sazonais são fatores a serem considerados dentro do contexto do aproveitamento de alimentos. Além disso o aproveitamento integral estimula a criatividade culinária, possibilitando a elaboração de pratos saborosos e nutritivos a partir de ingredientes muitas vezes subutilizados (Zaro, 2018).

Esse aspecto também está alinhado com a valorização da cultura alimentar local e a promoção da agricultura familiar, fortalecendo vínculos comunitários e reduzindo a dependência de alimentos industrializados (Silva; Carneiro; Cardoso, 2022; Verthein; Santos, 2021)

Ao adotar práticas que reduzem o desperdício e promovem uma alimentação mais sustentável, contribui-se para a construção de um sistema alimentar mais equitativo, resiliente e ambientalmente responsável (Rocha *et al.*, 2022).

Além disso, ao minimizar o desperdício, as cadeias de abastecimento tornam-se mais eficientes, reduzindo os gastos com descarte de resíduos e transporte de alimentos não aproveitados (Rodrigues *et al.*, 2021), isso não apenas beneficia o meio ambiente, mas também pode resultar em economias significativas para produtores, varejistas e consumidores (Cardoso *et al.*, 2015).

Outro aspecto relevante é a promoção da segurança alimentar e nutricional em comunidades vulneráveis. O aproveitamento integral dos alimentos pode ser uma estratégia eficaz para ampliar o acesso a alimentos nutritivos em áreas onde a disponibilidade e a diversidade alimentar são limitadas (Silva *et al.*, 2020). O uso criativo de partes não convencionais dos alimentos pode enriquecer as dietas de forma acessível e sustentável, contribuindo para a redução da desnutrição e melhorando a qualidade de vida de populações em situação de vulnerabilidade (Brasil, 2013).

Além disso, a prática do aproveitamento integral dos alimentos está alinhada com princípios de alimentação consciente e sustentável, promovendo uma conexão mais profunda entre os indivíduos e os alimentos que consomem

Rodrigues *et al*, 2021). Ao reconhecer o valor de cada parte de um alimento e evitar o descarte desnecessário, cultiva-se uma consciência sobre o ciclo de vida dos alimentos e a importância de respeitar os recursos naturais que sustentam nossa alimentação (Lana, 2021; Rodrigues *et al*, 2021).

O aproveitamento integral dos alimentos também pode ser uma estratégia eficaz para a redução da insegurança alimentar o maximizar o uso de recursos disponíveis e minimizar o desperdício, as comunidades podem se tornar mais resilientes e capazes de enfrentar desafios alimentares de forma mais sustentável e equitativa (Amorim; Junior; Bandoni, 2021; Lana, 2021;)

## **CONCLUSÕES**

A partir da análise dos resultados encontrados, pode-se concluir que o aproveitamento integral dos alimentos é uma estratégia fundamental para promover a sustentabilidade e segurança alimentar e nutricional. Os benefícios identificados, como a redução do desperdício, melhoria na qualidade nutricional das dietas, diversificação da alimentação e alinhamento com os ODS, destacam a relevância dessa prática em diferentes contextos.

A redução do desperdício de alimentos é uma das principais contribuições do aproveitamento integral, tendo impactos significativos na preservação de recursos naturais, e na promoção de uma economia mais circular e eficiente. Além disso, ao aproveitar partes dos alimentos que normalmente são descartadas, podemos melhorar a oferta de nutrientes essenciais, contribuindo para uma alimentação mais saudável e equilibrada.

Sendo fundamental considerar a implementação de políticas e práticas que incentivem e facilitem o aproveitamento integral dos alimentos em diversos setores, desde o agrícola até o consumo doméstico. A educação alimentar e a conscientização da população sobre os benefícios dessa prática também são aspectos-chave para promover mudanças positivas e sustentáveis na cadeia alimentar.

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas foquem na avaliação de estratégias eficazes de promoção do aproveitamento integral dos alimentos, na análise do impacto socioeconômico dessa prática e na adaptação de técnicas

culinárias para facilitar sua implementação em diferentes contextos culturais e socioeconômicos.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Ana Laura Benevenuto *et al.* Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**. [S. l.], v. 54, n. 4 p. 1134. 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200349> Artigo recebido em 01 maio 2020 e aceito em 11 jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/3M5gJhkvYCFvmJKZqZyCYQ/?lang=pt>. Acesso em 28/04/2024.

BRASIL. Ministério da agricultura e pecuária. Sustentabilidade. **Perda e desperdício de alimentos**, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/perdas-e-desperdicio-de-alimentos> Acesso em: 29/04/2024.

CARDOSO, Fabiane Toste *et al.* Aproveitamento integral de Alimentos e o seu impacto na Saúde. **Sustentabilidade em Debate**, [S. l.], v. 3, pág. 131–143, 2015. DOI: 10.18472/SustDeb.v6n3.2015.16105. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/15776>. Acesso em: 30 abr. 2024.

LANA, Milza Moreira. **Hortaliça não é só salada: alimentação saudável sem desperdício** [recurso eletrônico]. Brasília, DF. Embrapa. 2021. ISBN 978-65-87380-14-8. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1131848>. Acesso em: 30/04/2024.

ONU BR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU BR. **A agenda 2030**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>.

RODRIGUES, Julia Hirano, *et al.* Contribuição do aproveitamento integral dos alimentos para saúde e meio ambiente. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, [S. l.], v.12, n.7, p.314-327, 2021. Doi: 10.6008/CBPC2179-6858.2021.007.0029. Disponível em: <https://sustenere.inf.br/index.php/rica/article/view/5912>. Acesso em: 29/04/2024.

SANTOS, Andreza Batista dos, *et al.* Os benefícios do aproveitamento integral dos alimentos: redução do desperdício alimentar. **Revista Coopex**, [S. l.], v. 15, n. 01, p. 4538–4550, 2024. DOI: 10.61223/coopex.v15i01.783. Disponível em: <https://editora.unifip.edu.br/index.php/coopex/article/view/783>. Acesso em: 28/04/2024.

SILVA, Beatriz de Luca *et al.* Sustentabilidade em unidades de alimentação e nutrição (UANs): aproveitamento integral dos alimentos. **Revista Saber Científico**, Porto Velho, v. 9, n. 2, p. 105 – 112. 2020. Doi: 10.22614/resc-v9-n2-1376. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/350237939\\_SUSTENTABILIDADE\\_E](https://www.researchgate.net/publication/350237939_SUSTENTABILIDADE_E)



M\_UNIDADES\_DE\_ALIMENTACAO\_E\_NUTRICAO\_UANS\_APROVEITAMENTO\_INTEGRAL\_DOS\_ALIMENTOS. Acesso em: 29/04/2024.

SILVA, Katrina Skolove *et al.* Environmentally sustainable practices in hospital foodservices. **Brazilian Journal of Food Technology**, [S. l.], n. 25. Doi: <https://doi.org/10.1590/1981-6723.09120>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bjft/a/hKTFnSVwDJmh6f7sNXCNVcx/?lang=pt#>. Acesso em: 25/04/2024.

SILVA, Paula Araújo Patriota Costa, *et al.* Aproveitamento integral dos alimentos: alimentos alternativos de baixo custo com alto valor nutricional na melhoria da qualidade de vida da população carente. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 10, p. 1466–1479, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i10.7249. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7249>. Acesso em: 28/04/2024.

SILVEIRA, Milena Silva da, *et al.* Aproveitamento Integral de Alimentos: Uma ferramenta possível de consumo sustentável / Uso integral de alimentos: Uma ferramenta possível para o consumo sustentável. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, [S. l.], v. 8, pág. 80561–80585, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n8-325. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/34453>. Acesso em: 28 abr. 2024.

VERTHEIN, Ursula Peres *et al.* A noção de cultura alimentar em ações de educação alimentar e nutricional em escolas brasileiras: uma análise crítica. **Ciência & Saúde coletiva**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 4849-4858. 2021. Doi:10.1590/1413-812320212611.3.01932020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34787180/>. Acesso em: 30/04/2024.

WILLET, Walter *et al.* Food in the Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. **Lancet**. London, England. vol. 393,10170, p. 447-492. 2019. Doi:10.1016/S0140-6736(18)31788-4 . Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30660336/>. Acesso em: 29/04/2024.

ZARO, Marcelo. **Desperdício de alimentos: velhos hábitos, novos desafios**. [recurso eletrônico] Caxias do Sul. RS. Educ. 2018. ISBN. 978-85-7061-917-4. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/e-book-desperdicio-de-alimentos-velhos-habitos.pdf>. Acesso em: 29/04/2024.

**(IN)SUSTENTABILIDADE: OS SERES HUMANOS AFETADOS PELA PRODUÇÃO CANAVIEIRA**

Ana Carolina da Silva  
UEG UnUCSEH, 0009-0007-6796-1315, anacarolinadasilva2805@gmail.com

**INTRODUÇÃO**

A expansão das plantações de cana-de-açúcar tem sido apresentada como um avanço positivo em direção à sustentabilidade, em especial porque a produção de etanol a partir dessa matéria prima efetivamente gerou uma redução da emissão de gás carbônico. Apesar disso, a produção canavieira afeta negativamente a biodiversidade nas regiões onde foi implantada, ao contaminar rios e lençóis freáticos, o que causa desequilíbrio agroecológico. A intensificação da produção agrícola como um todo intensifica também a necessidade de fertilizantes, adubos químicos e agrotóxicos, que causam forte degradação ambiental e danos à saúde daqueles que se expõe a elas.

Buscando focar nos danos causados aos seres humanos, deve-se pensar também na associação entre o plantio de cana e a insegurança alimentar, considerando que terras nas quais anteriormente era realizado o plantio de produtos alimentícios, agora é plantada a cana-de-açúcar. Isso sem falar nos povos indígenas, como por exemplo o povo Guarani e Kaiowá, que são expulsos de suas terras para que estas sejam ocupadas pela produção de commodities agrícolas, dentro das quais pode-se citar o açúcar. Além de ocorrer sobre terras tradicionais não demarcadas, o plantio da cana-de-açúcar ocorre muitas vezes com o uso de mão-de-obra barata ou até mesmo escrava dos Guarani e Kaiowá. Para que suas terras sejam liberadas para a produção, esses povos sofrem numerosos ataques e são assassinados.

Como é possível conciliar a expansão das plantações de cana-de-açúcar com a necessidade de preservação da biodiversidade, segurança alimentar, e proteção dos direitos humanos, especialmente das comunidades indígenas, considerando os impactos ambientais e sociais associados a essa prática agrícola?

**METODOLOGIA**

### 1. Análise de Dados Quantitativos

- Fontes de Dados: Utilização de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

- Parâmetros de Análise: Mudanças na área cultivada com cana-de-açúcar comparadas com outras culturas agrícolas ao longo dos anos.

- Ferramentas de Análise: Plataforma de análise estatística para interpretar e visualizar os dados.

### 2. Análise Documental e Bibliográfica

- Fontes Escritas: Autores e Obras de Referência.

- Fontes Orais: Entrevistas.

- Método de Análise: Contextualização das informações e sustentação teórica para interpretação dos dados.

- Integração de Fontes: Como os dados quantitativos, depoimentos orais e análises bibliográficas serão integrados na pesquisa.

## **IMPACTO NOS POVOS INDÍGENAS**

A desapropriação de terras tem causado a expulsão de povos indígenas, como os Guarani Kaiowá, de suas terras tradicionais para a expansão da produção de cana-de-açúcar. Além disso, há o uso de mão-de-obra indígena nas plantações de cana, muitas vezes em condições análogas à escravidão ou como mão-de-obra barata. A violência e os conflitos também são uma constante, com ataques e assassinatos de indígenas ocorrendo para liberar terras para a produção agrícola.

De acordo com a Funasa e a Funai, em 2008, havia aproximadamente 51.000 indivíduos Guarani no Brasil, dos quais 31.000 eram Kaiowá, 13.000 eram Nandeva e 7.000 eram Mbya, localizados principalmente no Mato Grosso do Sul. Nos últimos 12 anos, até 2015, 687 indígenas se suicidaram e 390 foram assassinados no Mato Grosso do Sul.

Nos últimos dois meses de 2015, os Guarani Kaiowá enfrentaram pelo menos 15 ataques paramilitares, realizados por milícias compostas por fazendeiros e seus jagunços. Esses ataques resultaram no assassinato de um líder, Simeão Vilhalva, e em vários casos de tortura, estupro coletivo e ferimentos em crianças e adultos, causados por projéteis de armas de fogo e balas de borracha.

Diante dessa situação alarmante e dos dados coletados, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) afirmou recentemente que está em andamento um processo de genocídio contra o povo indígena Guarani Kaiowá no Brasil.

## **SEGURANÇA ALIMENTAR**

A FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) determina que há segurança alimentar quando todas as pessoas, continuamente, tiverem acesso físico e econômico à alimentação suficiente e saudável, atendendo a preferências alimentares para uma vida ativa e saudável (OCDE-FAO, 2015).

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil encerrou o ano de 2023 com um crescimento de 2,9%, totalizando R\$ 10,9 trilhões. Esse crescimento foi fortemente impulsionado pela atividade agropecuária, que cresceu 15,1% de 2022 para 2023, marcando um aumento recorde no setor. Segundo dados da ComexStat, entre os 10 principais produtos exportados pelo Brasil em 2023 estavam: soja (2º lugar), açúcares e melaços (4º lugar, com um crescimento de quase 70% em 2023), farelos de soja (6º lugar) e milho (8º lugar).

Para entender melhor a ideia de segurança alimentar, Barrett (2010) menciona três pilares principais. O primeiro é a disponibilidade de alimentos, que se refere ao uso dos meios produtivos, como o solo, para oferecer alimentos à população. O segundo pilar é o acesso aos alimentos, relacionado ao poder aquisitivo das famílias e à distribuição de alimentos para as classes mais pobres, necessitando de programas e iniciativas públicas. O terceiro pilar é a utilização dos alimentos, que trata da adequação dos nutrientes ingeridos, uma vez que a falta de nutrientes pode causar desnutrição ou subnutrição, o que está ligado à insegurança alimentar.

Entre 1995 e 2001, houve um aumento significativo na produção e na área cultivada de soja e cana-de-açúcar, mas, ao mesmo tempo, houve uma redução na área destinada a culturas alimentares como arroz, feijão e milho. Isso poderia ter um impacto negativo na segurança alimentar.

De acordo com Matos et al. (2008), o agronegócio brasileiro é eficiente e dispõe de áreas suficientes, mostrando capacidade para expandir tanto a produção agropecuária quanto a de biocombustíveis. Estudos de Murillo Hernandez (2008), Matos et al. (2008), e Lessa (2007) indicam que a produção de biocombustíveis não prejudica a produção de culturas alimentares, não impactando negativamente a segurança alimentar.

No entanto, críticas feitas por Melo e Fonseca (1981) apontam que a expansão dos biocombustíveis entre 1976 e 1980 reduziu áreas de culturas alimentares em estados como São Paulo, Alagoas e Pernambuco, com um aumento na produção de cana-de-açúcar às custas de arroz, mandioca, milho e feijão. Sachs (2007) também destaca a preocupação com a competição por terras entre cultivos alimentares e agroenergéticos, alertando para o risco de deslocamento da fronteira agrícola.

Brack (2008) enfatiza a necessidade de uma política de zoneamento ecológico econômico para prevenir a expansão desordenada de monoculturas agroenergéticas. A falta de um zoneamento adequado pode levar a problemas na produção de culturas alimentares, potencial colapso econômico e elevação dos preços dos alimentos, aumentando assim o risco de insegurança alimentar e degradação ambiental.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO: INTEGRAÇÃO DOS DADOS E VOZES AFETADAS**

Para enfrentar os desafios associados ao crescimento econômico e à segurança alimentar, é crucial implementar políticas públicas e regulamentações mais rígidas. É necessário estabelecer um monitoramento contínuo dos impactos ambientais e sociais para garantir a sustentabilidade das atividades agropecuárias e a proteção das comunidades afetadas.

A inclusão dessas comunidades é essencial, deve haver o envolvimento das comunidades indígenas nas decisões que impactam suas terras e modos de vida. Além disso, o desenvolvimento de programas de compensação justa e adequada pode ajudar a mitigar os efeitos negativos dessas atividades nas populações.

A adoção de práticas agrícolas sustentáveis é outra medida importante. A redução do uso de insumos químicos pode diminuir os impactos ambientais negativos. Além disso, o incentivo à diversificação de culturas agrícolas pode contribuir para a segurança alimentar, reduzindo a dependência de monoculturas e aumentando a resiliência das produções agrícolas frente a adversidades climáticas e econômicas.

Implementando essas medidas, o Brasil pode buscar um desenvolvimento econômico que seja mais justo e sustentável, respeitando tanto o meio ambiente quanto as comunidades que dele dependem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A expansão da cana-de-açúcar pode ter efeitos negativos significativos, tanto na segurança alimentar quanto nos direitos humanos de indivíduos jogados para as margens da sociedade, especialmente para povos indígenas. É crucial considerar estratégias que equilibrem a produção agrícola com a preservação ambiental e o respeito aos direitos das comunidades afetadas. Políticas públicas e ações regulatórias são necessárias para mitigar esses impactos e garantir um desenvolvimento sustentável e socialmente justo, mas para isso é preciso que o lucro deixe de ser o foco e que os seres humanos passem a se enxergar como partes integrantes do planeta que ocupam, e como membros da mesma humanidade, conectados por sua existência humana e sua necessidade de direitos básicos para uma existência digna.

Neste texto, exploramos as ramificações ambientais, sociais e humanas do desenvolvimento atual no Brasil, a partir da indústria de cana-de-açúcar e do fetichismo atribuído às mercadorias (nesse caso etanol e açúcar) analisando as relações sociais que eles representam.

## **REFERÊNCIAS**

BUENO, S. Exportações no Brasil | Veja os principais produtos exportados. Fazcomex, 02 fev. 24, Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/exportacao/exportacoes-no-brasil/>, Acesso em: 23 mai. 24

BUZATTO, C. C., Os efeitos da cana-de-açúcar na vida dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul, CIMI - Conselho Indigenista Missionário, 26 nov. 15, Disponível em: <https://cimi.org.br/2015/11/37980/>. Acesso em: 23 mai. 24

COSTA, P. F. F., SILVA, M. S., SANTOS, S. L., O desenvolvimento (in)sustentável do agronegócio canavieiro. Ciência & Saúde Coletiva, 19 (10), Out. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320141910.09472014>. Acesso em: 12 mai. 24

CRUVINEL, P. E. Agronegócio e Oportunidades para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil. Embrapa Instrumentação Agropecuária, São Carlos, SP, 1 ed., set. 2009.

FOREST, R., et al., Segurança alimentar e sua relação com a expansão do programa de biocombustíveis, Revista de Política Agrícola, nº 3, Jul./Ago./Set. 2014

ISA, Guarani Kaiowá. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani\\_Kaiow%C3%A1#Popula.C3.A7.C3.A3o](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_Kaiow%C3%A1#Popula.C3.A7.C3.A3o). Acesso em: 23 mai. 24

OECD/Food and Agriculture Organization of the United Nations (2015), OECD-FAO Agricultural Outlook 2015, OECD Publishing, Paris. [http://dx.doi.org/10.1787/agr\\_outlook-2015-en](http://dx.doi.org/10.1787/agr_outlook-2015-en)

PERES, J. R. R. Transgênicos: os benefícios para um agronegócio sustentável. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 18, n. 1, p. 13-26, jan./abr. 2001

TARAPANOFF, K. M. A. Monitoramento do agronegócio brasileiro sustentável em relação ao mercado global, Ci.Inf., Brasília, DF, v.45 n.3, p.15-30, set./dez. 2016.

## **A MUDANÇA NA ALIMENTAÇÃO AO PASSAR DO TEMPO ASSOCIADA A ESTEATOSE HEPÁTICA E A SÍNDROME METABÓLICA**

Eduardo Sttocco da Silva

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, <https://orcid.org/0009-0004-3099-0188>, [eduardosttocco@hotmail.com](mailto:eduardosttocco@hotmail.com)

Julia Tristão de Souza

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, <https://orcid.org/0000-0002-1023-9483>, [juliatristao1208@gmail.com](mailto:juliatristao1208@gmail.com)

Fabio Hegert Pitanga

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, <https://orcid.org/0000-0002-2546-3242>, [fabio.pitanga@uniarp.edu.br](mailto:fabio.pitanga@uniarp.edu.br)

Matheus Zanella

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, <https://orcid.org/0000-0001-7132-297X>, [matheuszanellamfz@gmail.com](mailto:matheuszanellamfz@gmail.com)

Claudriana Locatelli

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, <https://orcid.org/0000-0003-4708-6641>, [claudriana@uniarp.edu.br](mailto:claudriana@uniarp.edu.br)

### **INTRODUÇÃO**

A síndrome metabólica (SM) é caracterizada por uma série de alterações metabólicas que aumentam o risco de desenvolvimento de doenças como diabetes mellitus tipo 2 e a esteatose hepática (Noronha et al, 2020). O desenvolvimento da SM é influenciado por diversos fatores, incluindo obesidade central, hipertrigliceridemia, baixos níveis de HDL, altos níveis de glicose, hipertensão arterial sistêmica entre outros. Estima-se que cerca de um quarto da população mundial seja afetado pela SM (Silva et al, 2021).

Segundo Silva e seus colaboradores (2021), dentre os principais elementos que influenciam a ocorrência da SM, destacam-se a predisposição genética, a alimentação inadequada e a falta de atividade física. A adoção de um novo estilo de vida é uma intervenção crucial, aliada ao uso de medicação, sob orientação médica, quando necessário.

Estudos apontam que a modificação dos hábitos alimentares ao longo do tempo pode ser correlacionada com o surgimento de condições como a esteatose hepática e a síndrome metabólica (Ma et al, 2020); além do compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da



Organização das Nações Unidas (ONU), em especial o terceiro, que prevê “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades”. Diante do exposto esta revisão narrativa tem por objetivo descrever a relação entre a mudança nos hábitos alimentares com o desenvolvimento de SM associada a esteatose hepática.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho trata-se de uma revisão narrativa ou descritiva, composta por quatro etapas: 1. Formulação de pergunta norteadora; 2. Levantamento de evidências; 3. Resultado e discussão; 4. Conclusão.

O trabalho foi pautado no seguinte questionamento: “Como mudanças nos hábitos alimentares influenciam no desenvolvimento de SM associada a esteatose hepática?”. A busca por palavras-chave foi aplicada em língua portuguesa, utilizando-se como descritores: mudança nos hábitos alimentares; síndrome metabólica; doença hepática gordurosa não-alcoólica.

Nos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos durante a seleção dos artigos pesquisados, foram incluídos artigos originais publicados nos últimos seis anos em bases de dados como PubMed, Periódicos CAPES e SciELO; na língua portuguesa e inglesa, utilizando desenhos observacionais e experimentais. Estudos que não atendiam a esses critérios foram excluídos. Inicialmente, foram encontrados 22 estudos publicados entre janeiro 2018 e 2023, dos quais foram selecionados oito artigos por meio de uma leitura exploratória direcionada ao tema de pesquisa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A partir do relatado por Queiroz e Menezes em 2023, entende-se a história da alimentação também como a história da humanidade. A alimentação sofreu transformações significativas tanto na obtenção quanto na preparação. O que antes dependia principalmente da interação direta entre o ser humano e a natureza, por meio de técnicas de sobrevivência, agora é influenciado pela indústria, ciência e informações disponíveis, ou seja, no ambiente rural, essa conexão é mais evidente devido à relação direta e horizontal entre o homem e a

natureza. Por outro lado, nas áreas urbanas, essa ligação está mais associada ao tempo de distribuição e abastecimento de mercadorias.

Os avanços científicos após a Segunda Guerra Mundial e a construção de infraestruturas industriais, como hidroelétricas e indústrias de base, impulsionaram a industrialização da cozinha, com o fogão a gás liderando essa transformação tecnológica. No entanto, as cozinhas modernas estão cada vez mais compactas, projetadas para otimizar espaços. A disseminação da internet também contribui para a subutilização da cozinha, com a ascensão do mercado de entrega de alimentos por meio de aplicativos, como o *iFood*. No século XXI, com apenas alguns cliques, é possível acessar uma variedade de opções culinárias, como chinesa, japonesa e mexicana, através de um único aplicativo e em aproximadamente 40 minutos, essas refeições podem ser entregues na porta de casa, resultando em um afastamento da culinária e do alimento, especialmente nas grandes cidades, onde a vida é mais acelerada e os restaurantes *fast food* predominam (Queiroz e Menezes, 2023).

O aumento da síndrome metabólica em adultos, crianças e adolescentes levanta preocupações sobre os riscos para as futuras gerações devido a mudanças nos hábitos alimentares e diminuição da atividade física, aumentando o risco de doenças como hipertensão e diabetes. Adotar uma dieta rica em frutas, vegetais e fibras, além de reduzir carboidratos e gorduras saturadas, é fundamental para promover um equilíbrio alimentar e qualidade de vida. Monitorar o peso e participar de programas de controle de peso são medidas eficazes para prevenir a síndrome metabólica (Silva et al, 2021).

A doença hepática gordurosa não-alcoólica (DHGNA) é definida pelo acúmulo excessiva de gordura nos hepatócitos (células do fígado), sem ser atribuída ao consumo de álcool, medicamentos ou outras condições como hepatites virais e doenças autoimunes. Sua prevalência nos países ocidentais atualmente varia entre 20% e 30%, destacando sua significância epidemiológica (Mesquita et al, 2019).

Segundo Mesquita e seus colaboradores em 2019, além da relevância epidemiológica, há uma proporção de pacientes em que a doença tem um caráter progressivo e, em alguns casos, grave. A acumulação de lipídeos, como

o diacilglicerol e ácidos graxos livres, parece desencadear vias inflamatórias, resultando em lipotoxicidade e estresse oxidativo. Esses processos contribuem para a progressão da doença para uma condição de hepatite crônica (esteato-hepatite não-alcóolica), cirrose e câncer de fígado.

A DHGNA está intimamente ligada ao estilo de vida e aos maus hábitos alimentares. De acordo com Liu X. et al. (2018), pacientes que consomem uma dieta rica em carne vermelha e refrigerantes têm maior probabilidade de desenvolver a síndrome, enquanto não foi observada associação significativa em pacientes que consomem uma dieta rica em grãos refinados, frutas e vegetais frescos.

Segundo a ONU (2024), o terceiro ODS prevê assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades; e em especial a quarta meta desse objetivo propõe em até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento. Entende-se que para alcançar essa meta pode-se relacionar a mudança no estilo de vida e os hábitos alimentares com intuito do não desenvolvimeto de doenças crônicas não trasnmissíveis como a SM e a DHGNA.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os maus hábitos alimentares e o fácil acesso aos alimentos *fast food* através de aplicativos têm contribuído para o aumento da incidência de síndrome metabólica e esteatose hepática em toda a população.

Limitações importantes desse estudo devem ser levados em consideração, sendo uma delas o caráter de resumo de publicação, que impõe restrições ao nível de detalhamento e abrangência das informações apresentadas. Outro ponto limitante é o número de artigos científicos utilizados da revisão bibliográfica. Embora tenham sido selecionados estudos relevantes e de qualidade metodológica, a inclusão de apenas um conjunto restrito de fontes pode resultar em uma visão parcial ou incompleta do tema em questão.

## **AGRADECIMENTOS**

Vale enfatizar que este resumo é resultado de uma pesquisa financiada pela aprovação do Edital de Chamada Pública 15/2021 (Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação de Apoio aos Grupos de Pesquisa da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE)) da FAPESC (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina-BR). E também realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## REFERÊNCIAS

CECCATTO, Daiane *et al.* A influência da mídia no consumo alimentar infantil: uma revisão da literatura. Conselho Editorial, p. 140, 2018. Erechim, U. R. I. Disponível em: [https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/157\\_700.pdf](https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/157_700.pdf). Acesso em: 29 mar. 2024.

LIRA, José Cláudio Garcia *et al.* Prevalência da síndrome metabólica e de seus componentes em pessoas com diabetes mellitus tipo 2. **Texto & Contexto-Enfermagem**, [s.l.], v. 27, p. 12-22, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/bk5RmNhTGzygMS6Fk7NDwPN/>. Acesso em 01 abr. 2024.

LIU, X. *et al.* An observational study on the association between major dietary patterns and non-alcoholic fatty liver disease in Chinese adolescents. **Medicine**, v. 97, n. 17, 2018.

MESQUITA, Aline Otoni *et al.* Esteatose hepática não alcoólica: uma análise dos seus fatores de risco. **RESU – Revista Educação em Saúde**: V7, suplemento 1, 2019.

NORONHA, Victor Fernando Costa Macedo *et al.* Doença Hepática Gordurosa Não Alcoólica e Síndrome Metabólica. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 57, p. e4095-e4095, 2020.

Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>. Acesso em 26 abr. 2024.

QUEIROZ, G. A.; MENEZES, S. S. M. A trajetória da alimentação: uma discussão sobre a técnica. **Boletim Campineiro de Geografia**, [S. l.], v. 13, n. 1, 2023. DOI: 10.54446/bcg.v13i1.3003. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/3003>. Acesso em: 1 abr. 2024.

SILVA, Myllena Figueira; SOUZA, Bianca Sales de; BRITO, Geovana Vitoria Paiano de; SILVA, Paulina Gomes da; STEFANELLO, Patrícia Cardoso Caldeira. PREVALÊNCIA DA SÍNDROME METABÓLICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA. **Scientia Generalis**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 298–306, 2021.

Disponível em: <https://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/204>.  
Acesso em: 1 abr. 2024.

## **PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO: INSTRUMENTOS PARA SUA PRESERVAÇÃO**

José Antônio de Albuquerque Neto  
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, ORCID 0009-0002-2615-7244, arquitetonetoalbuquerque@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

A ideia de patrimônio está sempre ligada a tudo que se relaciona com herança, seja ela coletiva ou individual, herdado de alguém e deixado a para as próximas gerações (OLIVEIRA; MUSSI; ENGERROFF, 2020). No Brasil, a palavra patrimônio, esteve muito tempo relacionado apenas aos três primeiros séculos de ocupação portuguesa, porém, a partir de 1970 essa noção foi ampliada passando a ser compreendida como algo bem mais amplo, valorizando outras manifestações arquitetônicas de outros períodos, resultando na ideia que a história é contínua e segue sendo produzida por diversas camadas da sociedade (COELHO; VALVA, 2001).

Segundo Santos (2011), o Patrimônio Histórico Arquitetônico representa um legado do passado, com edificações que refletem um estilo arquitetônico específico e uma técnica construtiva singular, detendo um imenso valor para a sociedade na qual estão inseridas. Sua preservação torna-se fundamental para a salvaguarda da memória coletiva à qual pertencem.

Para que um edifício histórico seja preservado é necessário que o mesmo sofra intervenções ao longo do tempo que garantirão seu bom funcionamento e conservação. Assim torna-se fundamental que documentos inerentes a este edifício como os projetos da época da sua execução e das alterações que o mesmo sofreu com os anos estejam disponíveis e bem protegidos para garantir que a memória desse edifício seja preservada (MARTINELLI, 2022).

Para Martinelli (2022), no que diz respeito à preservação dos edifícios históricos, percebemos que há lacunas no processo de produção de registros documentais detalhados das intervenções no patrimônio edificado no âmbito das Portarias do IPHAN, que versam sobre as intervenções em bens protegidos pela

instituição. Nos processos de concessão de autorização para intervenções em bens tombados, o único requisito é o projeto para aprovação, e os documentos relacionados à execução não são necessários. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é revelar o contexto geral do patrimônio arquitetônico brasileiro com foco nos instrumentos legais que visam garantir a salvaguarda do mesmo. Para isso, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, de caráter exploratório com abordagem qualitativa, realizada nos meses de outubro de 2023 a maio de 2024 com artigos disponíveis em base de dados.

## **PANORÂMIA SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO NO BRASIL**

A memória coletiva é uma aliada na confecção da identidade de um grupo social apoiando no entendimento da trajetória do homem ao longo dos séculos, com isso ajuda na compreensão do desenvolvimento urbano das cidades. Dessa maneira, atuar em prol da preservação é imprescindível para o entendimento da visão de mundo dos nossos antepassados, pois a arquitetura, tida como arte e patrimônio é reflexo dos sentimentos e pensamentos da sociedade (OLIVEIRA; MUSSI; ENGERROFF, 2020).

Acerca dessa temática, discorrem Oliveira e Callai (2018, p.143):

[...] políticas de preservação do patrimônio transformam-se em peças fundamentais e estratégicas, muitas vezes, identificadas como verdadeiros instrumentos de ordenamento da cidade. Proteger o patrimônio é manter vivas as marcas da história, assegurando a possibilidade de que as gerações futuras tomem conhecimento das manifestações produzidas socialmente ao longo do tempo, seja no campo das artes, nos modos de viver, nas crenças, lugares ou na paisagem da própria cidade, com seus atributos naturais, tangíveis e intangíveis.

Para Oliveira, Mussi e Engeroff (2020), preservar uma obra arquitetônica não significa engessar a mesma no sítio urbano a qual pertence, mas sim garantir sua continuação histórica, transformando-a em um local onde a população possa se beneficiar da mesma de forma lucrativa e cultural transmitindo conhecimento para toda a população. Preservar é manter viva e protegida a edificação para que a mesma possa ser estudada, vivida e observada, impedindo que seja descaracterizada, venham à ruínas ou até mesmo que desapareçam por completo sendo demolidas.

De acordo com Coelho (2019), no Brasil o órgão responsável pela proteção e preservação do patrimônio histórico a nível federal é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que foi fundado em 1937 e atualmente possui mais de 16 mil edificações tombadas. Podemos ter órgãos responsáveis por esta proteção a nível federal, estadual e municipal, porém a nível municipal, isso dependerá da importância que o governo local destinará a esta temática.

Diante da relevância do patrimônio histórico arquitetônico na preservação da identidade coletiva de uma comunidade, ao longo do tempo, surgiram instrumentos que visavam assegurar e garantir sua proteção. Entre eles, destacam-se as Cartas Patrimoniais, que consistem em documentos que estabelecem conceitos e diretrizes a serem seguidos, auxiliando os órgãos governamentais na elaboração de legislações que promovam a preservação do patrimônio arquitetônico de maneira segura e efetiva (SANTOS, 2011).

Resende (2018), afirma que a Constituição Federal de 1988 nos brinda com uma série de instrumentos que podem ser entendidos como ferramentas de proteção do patrimônio histórico e cultural. De acordo com o art. 216 da Constituição de 1988, o patrimônio cultural brasileiro será protegido através de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outros meios que visem à preservação.

Em relação ao tombamento, o mesmo está regulamentado no Decreto-Lei nº 25/37. Destinado apenas aos bens materiais, trata-se de uma restrição administrativa realizada pelo Estado e que proíbe a demolição ou a modificação de edifícios tidos como monumentos históricos. Por sua vez, o inventário visa à identificação e o registro dos bens culturais, fornecendo suporte primário às ações protetivas que competem ao poder público. (RESENDE, 2018).

Proteger, restaurar e preservar as edificações com valor histórico e arquitetônico além de ser uma responsabilidade da sociedade em geral, também é obrigação imposta por lei pelo poder público. Com intuito de garantir o direito ao patrimônio arquitetônico devem-se implantar propostas de gestão dos elementos culturais. Assim, caso seja detectado problemas que envolvam os instrumentos de proteção do patrimônio arquitetônico e as políticas públicas,



precisa-se ser fomentado um debate crítico em prol da consolidação da proteção dos direitos coletivos no que tange à salvaguarda dos bens patrimoniais (RESENDE, 2018).

A falsa ideia que o crescimento urbano, a modernização e grande valorização do mercado imobiliário trazem apenas benefícios para a cidade corrobora ainda mais para diminuir a percepção da sociedade acerca do seu patrimônio arquitetônico. Os empresários, proprietários de terras e políticos estão mais interessados em garantir locais na cidade que lhes possam ser lucrativos e proporcionar um lugar assegurado nas próximas eleições que trabalhar em prol da justiça social, equidade social e preservação do patrimônio cultural previstos na legislação. Essa realidade é mais acentuada em cidades pequenas, que não conseguem gerir de forma efetiva seus edifícios com valor arquitetônico, devido à falta de verba, de profissionais qualificados e agentes econômicos e políticos com interesse em trabalhar a favor da manutenção e preservação do patrimônio arquitetônico (FRANKLIN; STEPHAN; REIS, 2019).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÃO**

A memória coletiva ajuda a formar a identidade de um grupo social, possibilitando entender a trajetória humana ao longo dos séculos e ajudando a compreender o desenvolvimento urbano das cidades. Devido ao fato de que a arquitetura, tanto como patrimônio quanto como arte, reflete os pensamentos e emoções da sociedade, agir em prol da preservação é fundamental para entender a visão do mundo dos nossos antepassados.

Atualmente, as políticas de preservação do patrimônio, mesmo enfrentando desafios ainda são componentes importantes e estratégicos, e elas frequentemente são consideradas verdadeiros instrumentos para o gerenciamento dos bens patrimoniais. Proteger o patrimônio significa preservar as marcas da história para que as gerações futuras possam entendê-la. Sendo assim, torna-se fundamental que os órgãos de preservação continuem trabalhando em prol da salvaguarda dos bens com valor histórico arquitetônico e propicie a educação patrimonial para população instaurando a noção da responsabilidade de todos com esses bens edificados.

## REFERÊNCIAS

COELHO, Gustavo Neiva; VALVA, Milena D'Ayala. **Patrimônio Cultural Edificado**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

COELHO, Jessica. Patrimônio Histórico na Arquitetura: Grandes Clássicos. **Projetou Blog**, 2019. Disponível em: <https://www.projetou.com.br/posts/patrimonio-historico-na-arquitetura/> Acesso em: 10 de junho de 2023.

FRANKLIN, Arthur Zanuti; STEPHAN, Ítalo; REIS, Luiz Fernando. A municipalização das políticas de preservação do patrimônio cultural em Minas Gerais: uma análise da legislação de Manhumirim. *In: Simpósio Científico do ICOMOS Brasil*, 3º ed. 2019, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos [...]** Belo Horizonte (MG) Centro de Atividades Didáticas 2 - CAD2 | Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG | Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha - Belo Horizonte/MG, 2019. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/iisimposioicomosbrasil/154161-a-municipalizacao-das-politicas-de-preservacao-do-patrimonio-cultural-em-minas-gerais--uma-analise-da-legislacao-/-](https://www.even3.com.br/anais/iisimposioicomosbrasil/154161-a-municipalizacao-das-politicas-de-preservacao-do-patrimonio-cultural-em-minas-gerais--uma-analise-da-legislacao-/). Acesso em: 27 de dezembro de 2023.

MARTINELLI, Francesca Dalmagro. **Das intervenções ao arquivo: a memória arquitetônica do patrimônio cultural edificado**. 2022. Dissertação do Programa de Urbanismo – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/40551/34774>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

OLIVEIRA, Tarcísio Dorn de; CALLAI, Helena Copetti. **Cidade e arquitetura: (re) conhecer e preservar através da educação patrimonial**. Plures Humanidades, Ribeirão Preto, v. 19, ed. 1, p. 135-146, 2018.

OLIVEIRA, Tarcísio Dorn de; MUSSI, Andréa Quadrado; ENGENRROFF, Franciele Zientarsck. A preservação do patrimônio arquitetônico e suas relações com o planejamento e desenvolvimento urbano. **Missioneira**, 2020. Disponível em: <file:///D:/Documentos/Downloads/204-Texto%20do%20Artigo-452-1-10-20200815.pdf> Acesso em: 10 de junho de 2023.

RESENDE, Maria Antônia Botelho. **Os instrumentos legais de tutela do patrimônio cultural construído nas políticas públicas de preservação**. 2018. Dissertação (Especialista em Gestão Pública) – Universidade de São João Del-Rei, Araxá, Mg, 2018. Disponível em: <http://dspace.nead.ufsj.edu.br/trabalhospublicos/bitstream/handle/123456789/102/TCC%20vers%C3%A3o%20final%20-%20p%C3%B3s-banca%20-%20Maria%20Antonia%20Botelho%20de%20Resende.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20art,meios%20de%20acautelamento%20e%20preserva%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 27 dezembro de 2023.

SANTOS, M. A preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico: Reflexões sobre o papel das Cartas Patrimoniais. **Brapci**, Rio de Janeiro, 2011.

Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/108470>. Acesso em:  
julho de 2023.

## **A PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 POR FREQUENTADORES DE ACADEMIAS DE GINÁSTICA: UMA REVISÃO NARRATIVA**

Pedro Henrique Schaefer

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, <https://orcid.org/0009-0007-5273-0223>,  
phschaef@hotmai.com

Ricelli Endrigo Ruppel da Rocha

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, <https://orcid.org/0000-0002-4277-1407>,  
ricellie@uniarp.edu.br

### **INTRODUÇÃO**

No primeiro semestre do ano de 2020 foi confirmado o primeiro caso de contágio da Covid-19, com o agravamento das situações e o aumento de casos envolvendo a doença, dentro do mesmo período a Organização Mundial da Saúde (OMS) começou a dar recomendações para evitar a proliferação do vírus, sendo assim, foi declarado a Covid-19 como uma pandemia. Uma das medidas para conter o avanço da doença foi a implementação do distanciamento social, como uma das principais formas de suprimir a transmissão do vírus no Brasil, assim como nos outros países (Costa, et al., 2020). Durante o enfrentamento da pandemia da Covid-19, houve diversos momentos em que os espaços públicos e privados foram restritos ao público, como o caso das academias de ginástica, que foram tornadas como lugares impróprios para frequentar e que por muitas vezes, tiveram que fechar suas portas para cumprimento das leis, tornando restrita a prática de exercícios físicos durante esse período. A pandemia fez com que a frequência destes ambientes diminuísse muito, porém, após o enfrentamento da pandemia e com o controle da doença através da criação de vacinas e antídotos, foi possível regularizar a situação, acredita-se que a busca por exercícios físicos aumentou drasticamente depois disso, tendo em vista que a busca pela saúde e a priorização da ideia de que a atividade física está ligada a longevidade, fizeram com que muitas pessoas aumentassem a busca pelas academias de ginástica e ambientes mais saudáveis (De Lira, 2021).

### **DESENVOLVIMENTO**

Decretada a situação pandêmica pela OMS (Organização Mundial da Saúde) notou-se uma grande mudança em todos os setores, como na parte da saúde, segurança e no bem-estar da sociedade, o que causou uma grande

sensação de insegurança e estigma, vindos da sensação de isolamento social. Um ambiente confuso também atingiu a população em outros setores como também o da economia, com problemas causados pelo fechamento de diversos estabelecimentos e comércios que tinham atendimento ao público (Ramos, et al., 2022). O isolamento social foi imposto de maneira que o objetivo principal era achar uma maneira de disseminar o vírus, com isso as pessoas foram retiradas do meio social e com ordens vindas dos órgãos governamentais, tiveram de manter-se isoladas em suas próprias casas, muitas vezes adaptando-se a realizar suas tarefas de forma que não se tivesse contato com outras pessoas (Ramos, et al., 2022). O isolamento social fez com que a rotina das pessoas se tornasse mais restrita, com esse aumento da inatividade humana, reduziu-se também a quantidade de exercício físico, fato que contribuiu para o aumento de ganho de peso corporal e das comorbidades relacionadas a problemas de saúde como a obesidade, aumento da pressão arterial, intolerância à glicose e aumento do risco de doenças cardiovasculares (Ramos, et al., 2022). É visto que além de todos os prejuízos causados pela pandemia da Covid-19 dentro do meio social, com o corpo humano não foi diferente, mesmo com toda a atenção voltada para evitar o contágio ou eventual tratamento da doença, novos problemas surgiram com as drásticas nuances decorrentes do avanço do vírus no planeta. A saúde mental se viu em um colapso, tendo em vista o que as sequelas causaram, até mesmo em indivíduos que anteriormente ao período de pandemia se encontravam bem (Ramos, et al., 2022). Foi percebido um aumento da frequência de distúrbios e transtornos, envolvendo as condições de irritabilidade, ansiedade, angústia, sintomas de depressão, medo, pânico e estresse decorrentes das condições de enfrentamento à pandemia. Problemas causados pelo sedentarismo se tornaram mais frequentes, principalmente daqueles que não se mantiveram saudáveis e regularmente praticando exercícios, houve o aumento dos distúrbios músculo esqueléticos e dores nas articulações (Ramos, et al., 2022).

No início do período de pandemia, com a decisão dos órgãos governamentais os estabelecimentos tiveram que fechar suas portas, dentro das partes afetadas estavam as academias de ginástica, que tiveram que cessar seu fornecimento de serviço, nesse contexto, foi instaurado um debate sobre a

importância de se ter centros de exercício físico em funcionamento e sobre a essencialidade dos serviços a serem oferecidos à população, tendo em vista que o isolamento social estava acontecendo e as políticas do “Lockdown” estavam sendo implementadas para contenção do vírus. Os benefícios dos exercícios físicos para respostas imunológicas e para saúde mental eram discutidos como argumentos a favor da abertura das academias de ginástica e a designação desses locais como de caráter essencial. Aproximadamente um mês depois da decisão do fechamento das academias de ginástica, houve uma nova ordem que caracterizou as academias e centros esportivos de todos os tipos como um serviço essencial, porém algumas normas estaduais ou municipais ainda impediam a abertura das academias em alguns lugares. Levando em consideração que um país como o Brasil possui dimensões continentais, o processo de decisões sobre a abertura ou não das academias de ginástica se tornou mais difícil, visto que cada região enfrentava a contaminação do vírus de uma maneira diferente, cada parte do país estava vivenciando diferentes realidades no combate a doença, onde se tinha que analisar e refletir cada situação separadamente, pois assim como o exercício físico poderia servir como uma espécie de “remédio”, também era pensado na comercialização do serviço das academias por parte dos empresários como forma de acumular capital (Pasquim, 2021). O confinamento impacta a relação das pessoas com o movimento (Barreira, et al., 2020). Em relação a prática de atividades físicas, é certo que com o aumento do nível de inatividade física, a qualidade de vida da população teve um declínio, segundo recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) um adulto deve realizar ao menos de 150 minutos a 300 minutos de atividade moderada ou de 75 a 150 minutos de atividade vigorosa, respeitando os limites de cada praticante, e se possível com acompanhamento de um profissional de Educação Física, Entre as atividades que são recomendadas estão o treinamento aeróbico, como caminhada, corrida, pedalada, entre outros. Ou também as atividades de fortalecimento e a prática do treinamento resistido, como a musculação (Rodrigues, et al., 2022).

Dentro do período de isolamento e distanciamento social as atividades envolvendo a promoção de saúde, como o exercício físico se mostraram como um elemento importante para o controle de doenças psicológicas,

cardiorrespiratórias e no sedentarismo, problema que já estava muito presente, mas que teve um aumento preocupante pelo motivo de que as pessoas estavam cada vez mais isentas de atividades físicas no cumprimento do afastamento social imposto pelos órgãos governamentais (Matsudo, et al., 2020). As práticas esportivas mudaram muito durante o período de confinamento, inclusive umas das mudanças mais radicais que aconteceram foram nos tipos de modalidades, em que algumas começaram a ser praticadas com mais frequência, enquanto outras tiveram uma diminuição da adesão por parte dos praticantes. Houve uma busca maior pelo treinamento funcional e também por exercícios físicos dentro de casa, incentivados através das mídias sociais. Contudo as modalidades mais tradicionais perderam força durante a pandemia, com uma baixa procura pela população. Em geral, o impacto do confinamento atingiu a relação entre as pessoas com o movimento (Barreira, et al., 2020). Diante do cenário epidêmico, foi colocado em pauta a importância de se ter locais que favoreçam a promoção de saúde, sejam eles públicos ou privados, entre esses locais estão as academias de ginástica, que se enquadram em ambientes saudáveis. Os casos mais graves de infecção pela Covid-19 que levaram a quadros de internamento e até mesmo a morte estavam diretamente ligados ao nível de saúde do indivíduo, onde os que tinham uma inativa e sedentária estavam mais propensos a sofrer efeitos mais drásticos do vírus, fato que implicou a conscientização sobre a devida importância de se ter um padrão de vida melhor e mais saudável, com uma maior adesão às atividades físicas e uma maior busca por ambientes saudáveis como as academias de ginástica (Carvalho, et al., 2020). As práticas esportivas abrangem uma dimensão maior do que se imagina, indo além dos benefícios fisiológicos, proporcionando a vivência de experiências, emoções, socialização e o bem-estar consigo mesmo. Os esportes se mostram mais eficazes do que somente na manutenção dos corpos, mas também como um desenvolvedor do senso de coletividade e regulação emocional dos mais diversos tipos de praticantes, como jovens, crianças, adultos e idosos (Barreira, et al., 2020).

Os estudos mostram dados em que quase metade da população era adequada a realizar ao menos 150 minutos de atividade moderada por semana em um período pouco antes do enfrentamento à pandemia da Covid-19, esses

dados aparecem em maior evidência na população masculina, entretanto esses dados diminuíram tendo em vista o aumento da contaminação que vinha acontecendo (Rodrigues, et al., 2022). Houve uma diminuição no nível de atividade física daqueles indivíduos que já praticavam antes do período de adoção as medidas de distanciamento social. Ser suficientemente ativo durante a pandemia está associado a ser suficientemente ativo no período anterior. Embora os praticantes tenham reduzido os níveis de atividade física durante a pandemia, uma parte dos que eram considerados insuficientemente ativos, tornaram-se praticantes ativos durante a adoção de medidas de isolamento social (Costa, et al., 2020). Estudos mostraram que pessoas fisicamente ativas apresentaram desfechos relacionados à saúde melhores que pessoas fisicamente inativas. Esses fatores sugerem que pessoas fisicamente ativas possuem menor risco de hospitalização perante as fisicamente ativas. O vírus SARS-CoV-2 ou Covid-19 acomete muito mais os indivíduos que estão com problemas de saúde e piores condições físicas, e a falta de atividade física contribui para o aumento da doença coronariana em (24%) de acidente vascular cerebral em (16%) e de desenvolver diabetes em (42%) segundo os dados da pesquisa (Matsudo, et al., 2020). Segundo De Lira (2021) a chance de pessoas fisicamente inativas serem hospitalizadas em decorrência da infecção do Covid-19 eram (34,3%) menores em comparação a indivíduos fisicamente ativos. Um dos fatores que diminuem o adoecimento mental é o exercício físico, através de estudos foi constatado que durante os primeiros 30 dias de pandemia causaram o aumento dos sintomas e a prevalência de estresse agudo, depressão e ansiedade (Barreira, et al., 2020). Segundo os estudos, indivíduos que praticam atividade física ao menos 3 dias por semana, possuem melhores índices no que tange a saúde e o bem-estar, sendo que os exercícios físicos auxiliam no restabelecimento da rotina e dos parâmetros de tempo e espaço (Barreira, et al., 2020). Uma grande parcela de pessoas relatam ter percebido mudança nos hábitos de vida, sendo eles, hábitos alimentares, hábitos higiênicos e hábitos de atividade física durante o período de isolamento social, sendo que durante o auge do confinamento em que os estabelecimento se encontravam fechados, o nível de atividade física reduziu. Durante o isolamento social (63,3%) dos indivíduos que responderam a uma pesquisa, afirmaram ter realizado atividade física, entre as modalidades estavam a caminhada (59,3%), academia de



ginástica (39,9%) e corrida (32,1%) como sendo as mais apontadas entre os participantes da pesquisa. Podemos refletir a situação da diminuição da realização de exercícios físicos com a dificuldade de se adaptar e de conseguir sair de casa, sendo que (48,5%) dos avaliados disseram ter sentido algumas dificuldades durante o período de confinamento (Ramos, et al., 2022). No mês de maio de 2020 cerca de (60%) dos brasileiros apoiaram as políticas sobre a implementação do “Lockdown” por certa insegurança (Carvalho, et al., 2020). O Brasil teve algumas particularidades nas questões do enfrentamento a pandemia, como dificuldade no acesso a saúde e garantia das leis e direitos fundamentais, devido a uma falta de organização do sistema de saúde em que não se tinha políticas adequadas para enfrentar a desinformação e suprir a necessidade da população (Pasquim, et al., 2021). Dentro do mesmo estudo foi visto que com o crescentes números dos parâmetros de inatividade física, estavam provocando problemas envolvendo dores musculares e dores articulares, sendo que (58%) dos indivíduos avaliados tiveram que tomar remédios para dor muscular. Dos participantes da pesquisa a porcentagem das pessoas que relataram não sentir essas dores antes do período da pandemia foi de (62,6%) o que indica que a falta de exercícios físicos foi a causadora de dores articulares e musculares.

Portanto, o objetivo deste estudo bibliográfico foi analisar a prática de exercício físico em academias de ginástica durante a pandemia da Covid-19. A pesquisa foi desenvolvida através de uma revisão narrativa que faz o mapeamento do conhecimento sobre uma questão ampla, de forma que analisa quais foram as mudanças na prática do exercício físico especialmente dentro das academias de ginástica durante o período que compreendeu a pandemia do coronavírus. A pesquisa foi realizada durante o primeiro semestre do ano de 2024. As buscas das informações compreenderam, os dados entre o período de 2020 a 2022, nas línguas Portuguesa, Espanhol e Inglês, dentro da base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com as seguintes palavras-chaves: (Exercício Físico) OR (Atividade Física) AND (Covid-19).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÃO**

Considera-se que o estudo tem a finalidade de analisar o exercício físico como uma grande ferramenta na promoção de saúde e no controle de doenças, favorecendo o aumento da expectativa de vida, bem-estar e qualidade de vida de todos aqueles que praticam, de maneira, que durante o período de enfrentamento ao isolamento social e a pandemia da Covid-19 foi visto a importância dos indivíduos serem fisicamente ativos e terem uma boa condição de saúde, não somente para o combate ao sedentarismo mas para manter todos os processos biológicos em pleno funcionamento, entendendo o exercício físico como um remédio que previne e ameniza o impacto de doenças transmissíveis e não transmissíveis. A pandemia da Covid-19 transpôs diferentes fases durante seu tempo de duração, tiveram momentos em que o isolamento social e as ordens governamentais exigiram o fechamento dos locais que se tinha a prática de exercícios físicos e também os espaços públicos e privados de lazer. Mas posteriormente a algumas avaliações sobre o efeito do vírus da Covid-19 no corpo humano e dos problemas que o isolamento social trazia, foi colocado em pauta que uma das principais maneiras de encarar as doenças e as pandemias de contaminação viral é mantendo-se saudável, praticar exercício físico regularmente e manter-se com uma boa aptidão física. A prática de atividade nas academias de ginástica são de suma importância levando em consideração que, os casos mais graves de infecção da doença acometeram os indivíduos que tinham as piores condições de saúde. É importante destacar que as práticas corporais são um direito social que deve ser defendido pelos órgãos governamentais e deve ser acessível a toda população, considerando que o movimento faz parte da cultura do ser humano e das nossas produções. A pandemia trouxe uma mudança no aspecto do comportamento, onde a compreensão do exercício físico como um aliado para vida saudável aumentou. O treinamento físico, as academias de ginástica, e outros tipos de atividades começaram a ser mais requisitados e mais praticados por parte da população, assim como, também alguns hábitos saudáveis, conscientes e sustentáveis entraram em vigor demonstrando a relevância da incorporação de uma vida mais ativa com a presença constante de exercícios físicos e atividades que envolvam o movimento humano.

## **REFERÊNCIAS**

BARREIRA, C. R. A; TELLES, T. C. B; FILGUEIRAS, A. Perspectivas em psicologia do esporte e saúde mental sob a pandemia da Covid-19.

**Psicologia: Ciência e Profissão**, 2020. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/1982-3703003243726> Acesso em: 15 mai. 2024.

CARVALHO, F. F. B; SILVA, R. G; OLIVEIRA, R. A essencialidade das academias de ginástica para a saúde da pandemia da Covid-19 no Brasil.

**Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, 2020. Disponível em:

<https://doi.org/10.12820/rbafs.25e0116> Acesso em: 26 abr. 2024.

COSTA, C. L. A; COSTA, T. M; BARBOSA FILHO, V. C; BANDEIRA, P. F. R; SIQUEIRA, R. C. L. Influência do distanciamento social no nível de atividade física durante a pandemia do COVID-19. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12820/rbafs.25e0123>

Acesso em: 10 mai. 2024.

DE LIRA, C. A. B. Desafios para a ciência do exercício no período pós-pandemia. **Arquivo de Ciências do Esporte**, 2021. Disponível em:

<https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/aces/article/view/6378>

Acesso em: 28 abr. 2024.

MATSUDO, V. K. R; SANTOS, M; OLIVEIRA, L. C. Quarentena Sim! Sedentarismo não! Atividade Física em tempos de Coronavírus. **Revista Diagnóstico e Tratamento**, 2020. Disponível em:

<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1129416> Acesso em: 10 mai. 2024.

<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1129416> Acesso em: 10 mai. 2024.

PASQUIM, H. M; MARTINEZ, J. F. N; FURTADO, R. P. Academias de ginástica e exercícios físicos no combate á Covid-19: Reflexões a partir da determinação social do processo saúde-doença. **Revista Movimento**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.111724> Acesso em: 15 mai. 2024.

<https://doi.org/10.22456/1982-8918.111724> Acesso em: 15 mai. 2024.

RAMOS, C. S; PEREIRA, B. G. M; JÚNIOR, J. A. S; SANTOS, F. E; SANTANA, E. G; CARDOSO, M. M; SILVA, A. H. C; BARROS, I. V. S. NEGREIROS, S. P. A; VASCONCELOS, J. D; BRITTO, D. B. L.A. Alterações de vida e saúde em adultos em decorrência do período de isolamento social da pandemia da Covid-19: estudo transversal. **Fisioterapia Brasil**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33233/fb.v23i5.5144> Acesso em: 15 mai. 2024.

<https://doi.org/10.33233/fb.v23i5.5144> Acesso em: 15 mai. 2024.

RODRIGUES, I. P; SANTOS JÚNIOR, F. F. U; ALAITI, R. K; OLIVEIRA, A.S. Restrição de atividade física na pandemia está associada com menor autoeficácia para dor na população com dor musculoesquelética: um estudo transversal. **Fisioterapia e Pesquisa**, 2023. Disponível em:

<https://doi.org/10.590/1809-2950/12371922012015> Acesso em: 20 mai. 2024.

## **SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA: INSEGURANÇA E MEDO NA VIDA ESCOLAR**

Allan Henrique Gomes

UNIVILLE, 0000-0001-5366-8600, allanpsi@yahoo.com.br

Amanda Ponciano

UNIVILLE, 0009-0004-6176-8926, amanda.ponciano@fgg.edu.br

José Isaías Venera

UNIVILLE, 0000-0002-9220-446X, j.i.venera@gmail.com

Maria Claudia Ferreira Barbosa

UNIVILLE, 0009-0008-5413-1600, mcferreira.adv@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

Este texto é uma reflexão inicial que serve de base para duas pesquisas no Mestrado em Educação da Univille, uma voltada à formação de pedagogas(os) frente aos desafios contemporâneos e a outra que investiga as práticas discursivas e as táticas usadas para censura da autonomia do professor em sala de aula.

As duas pesquisas integram o Observatório da Sustentabilidade, um projeto ‘guarda-chuva’ que envolve os programas de pós-graduação stricto sensu da instituição. O ponto de conexão entre os dois projetos com o Observatório é o de desenvolver investigação relacionada à sustentabilidade democrática.

### **METODOLOGIA**

A metodologia é um estudo bibliográfico para identificar articulações próximas para a elaboração do constructo teórico – sustentabilidade democrática. As pesquisas seguem também um movimento interdisciplinar na medida que se propõem investigar os sentidos do significante “sustentabilidade” voltado para a democracia e em sua articulação com o campo da educação. Além disso, as pesquisas integram o Observatório de Sustentabilidade, o que exige um esforço interdisciplinar ainda maior com o conjunto dos programas de stricto sensu da Univille.

Neste momento, em que as pesquisas se encontram em fase inicial, o que se pretende é evidenciar o “Estado do Conhecimento” a respeito do conceito de sustentabilidade democrática.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Até o presente, tem-se como principal referencial teórico Ignacy Sachs (1993), cuja obra, *Estratégias de Transição para o século XXI*, volta-se para o estudo da sustentabilidade desde o início do século XX. Sachs (1993) dimensionou o conceito de sustentabilidade, dentre os quais abordou a perspectiva social como uma de suas dimensões, bem como a sua esfera política.

O termo sustentabilidade emerge na articulação com o desenvolvimento econômico e social em documentos de órgãos internacionais no pós-guerra. A criação da ONU em 1945 e a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 constituem esse início de uma tentativa de depurar os ideais universais da barbárie recém vivenciados.

O enunciado ‘sustentabilidade’ aparece, primeiro, no documento da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, na Suécia, em 1972, com a articulação dos termos “desenvolvimento sustentável”. Depois, outras conferências solidificaram o termo, como a ECO 92 no Brasil ou a Cúpula da Terra sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo, em 2002. Sustentabilidade passa a ser o enunciado que articula uma teia de saber e poder que se desdobra em políticas públicas e em processos de subjetivação.

O termo sustentabilidade articula um conjunto de práticas discursivas em dispositivos de segurança: segurança frente a potencial escassez das reservas naturais, freio aos interesses econômicos acima da dignidade humana ou em defesa da vida. Pode-se dizer que estamos às voltas da noção de biopolítica, conceito formulado por Foucault (2008), enquanto projeto dos Estados Modernos direcionando à vida, mas, na distante de Theodor Adorno (1995), foi também responsável pela produção da morte.

A despeito de conquistas sociais importante para a vida, formuladas em contexto de um desamparo generalizado com as duas grandes guerras mundiais, nossa

atualidade vive o recrudescimento de forças autoritárias. O crescimento de plataformas de governo e de práticas discursivas que flertam com experiências autoritárias têm se apresentado como um dos principais desafios contemporâneos.

A disseminação de discursos de ódio atravessa setores basilares da democracia. Estão presentes no Congresso, no Senado, em governos de Estados e na esfera municipal. Já integram as disputas por um projeto de nação. A educação não fica imune a essa agenda neoconservadora que se levanta, com pautas negacionistas.

A formação de pedagogas(os), responsáveis pela educação básica – educação infantil até o 5º ano – não pode passar à margem desse debate. Discutir a sustentabilidade democrática do país implica, também, na investigação sobre as políticas de formação, a qualidade do ensino e de ouvir relatos das(os) profissionais sobre suas experiências em aula, local em que as tensões sociais se materializam.

Os dados que representam os contornos da formação em nível superior em pedagogia revelam que i) este é o curso com maior número de matrículas em todo o Brasil, ii) as matrículas ofertadas em EAD representam quase quatro vezes o número de matrículas presenciais e iii) o aumento na oferta EAD passou a crescer exponencialmente, de forma inédita, desde o ano de 2017, mesmo período em que reformas educacionais importantes ganharam espaço no campo educacional (BNCC, BNC-Formação/2019).

Nos anos 90, a partir das reformas na formação docente (LDB/96), surgem proposições com foco em preparar os professores para formar as novas gerações para a “nova” economia mundial, bem como de que a escola e os seus professores não estavam preparados para cumprir essa tarefa. É nesse contexto que ganha destaque a “ênfase nas competências a serem desenvolvidas tanto em professores como nos alunos” (Gatti, 2008, p. 62).

Isso serve também para a urgência de investigar tentativas de silenciar professores da educação básica da rede estadual de ensino no Estado de Santa Catarina, como desdobramento de bandeiras neoconservadoras. O objetivo é compreender a relação entre o (neo)conservadorismo e os ataques às práticas educacionais e seus desdobramentos na sustentabilidade do sistema democrático.

Diante da realidade que se desenhou e continua sendo pintada no Brasil e no mundo, existe urgência em buscar compreender qual a razão do renascimento de práticas conservadoras e antidemocráticas, tendo em vista que a escola do início do século XX era um espaço respeitável e seguro e agora, passou a ser um espaço delegado ao segundo plano, desvalorizado em seu papel de desenvolver um ser humano crítico, reflexivo e auto pensante.

Essa desvalorização da Escola está, inclusive, em total contradição com as preocupações e desafios do mundo globalizado. Isso porque, a humanidade atual vive um forte conflito econômico/político/social/ambiental em relação às condições futuras para a sua própria existência, tendo em vista as condições climáticas, ambientais e de extração de recursos que estão em pleno esgotamento, mas que continuam sendo vilipendiados em nome do capital.

É uníssono entre os pesquisadores e estudiosos que se debruçaram e ainda debruçam sobre a temática do Desenvolvimento Sustentável no Brasil e no mundo que a Democracia, não apenas como prática de Governos, mas como mero fator determinante das relações humanas, é o caminho mais adequado a ser seguido na busca por um futuro sustentável.

## **CONCLUSÕES**

Pesquisas dessa natureza são uma forma de trazer evidências e debater a frágil democracia e, ao mesmo tempo, discutir caminhos para fortalecer as práticas democráticas como via para a sustentabilidade democrática, entre elas na educação.

Nunca é demais voltar ao tema elaborado pelo filósofo Theodor Adorno (1985) sobre as metas educacionais após a experiência do nazismo: “que Auschwitz não se repita”. A versão brasileira e atual deveria ser: “que a ditadura

militar não se repita”. O caminho para não se repetir as experiências traumáticas, como aponta Adorno, é pela via da Educação.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro, 3ª edição, Editora: Paz e Terra, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GATTI, Bernadete A. **Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil na última década**. Revista Brasileira de Educação, v. 13, p. 57-70, 2008.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.



## O PAPEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO COADJUVANTE NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

André Leonardo Radeck Maia Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP,  
<https://orcid.org/0009-0003-8221-8539> andreleonardomaia@gmail.com

Rosana Claudio Silva Ogoshi Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP,  
<https://orcid.org/0000-0003-4383-8236> rosana.ogoshi@uniarp.edu.br

### INTRODUÇÃO

A utilização de meios computacionais a fim de contribuir para resolver os principais problemas socioeconômicos e socioambientais não é uma ciência recente visto que há anos adota-se o uso de tais recursos para testar modelos, equações, simulações e até mesmo prever o clima para os próximos dias, semanas, e até meses. Recentemente, tecnologias emergentes ganharam destaque nas mídias e dispositivos inteligentes tornaram-se disponíveis nos lares de famílias em todo o mundo. Neste sentido, conceitos vêm se tornando uma realidade inegável ao passo que as pessoas se veem mergulhadas em um universo totalmente tecnológico, ou seja, na era da ascensão da inteligência artificial.

Há pouco tempo a inteligência artificial era um campo que existia, principalmente, em laboratórios de pesquisa acadêmica e filmes de ficção científica. Uma pessoa sem muitos conhecimentos em tecnologia poderia ter alguma ideia de que a IA tinha a ver com construir robôs que pudessem pensar como humanos, mas quase não havia conexão entre essa perspectiva e nossa vida cotidiana (Lee, 2019).

Os estudos envolvendo a inteligência artificial se iniciaram logo após a Segunda Guerra Mundial, e o próprio nome foi cunhado em 1956, quando o cientista da computação John McCarthy utilizou o termo pela primeira vez em uma conferência realizada em *Dartmouth College*, nos Estados Unidos (Russell e Norvig, 2013).

Segundo Russel e Norvig (2013), é possível organizarmos as definições para IA em dois subgrupos, definições que se relacionam com processos de pensamento e raciocínio (pensar como humano e pensar racionalmente) e definições que se relacionam com processos comportamentais (agir como seres humanos e agir racionalmente). Historicamente, as quatro definições para o estudo da IA têm sido empregadas, uma abordagem centrada nos seres humanos deve ser em parte uma ciência empírica, envolvendo hipóteses e

confirmação experimental, já uma abordagem racionalista envolve uma combinação de matemática e engenharia (Russell e Norvig, 2013). Com a tecnologia de inteligência artificial se desenvolvendo em velocidades antes inimagináveis, surgem questões importantes que devem ser tratadas com certo afinco. Assim, o objetivo central deste texto é entender de que forma a tecnologia de IA poderá contribuir para um desenvolvimento mais sustentável. Por meio de uma revisão bibliográfica, buscou-se realizar uma análise sobre como a IA pode agir direta e indiretamente nos mais diversos setores, principalmente nos principais grupos: sociedade, economia e meio ambiente, grupos estes que abrangem os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) e o quão importante será o papel da IA para que se possa atingir tais objetivos até 2030.

## **A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS IMPACTOS SOCIAIS**

De acordo com um estudo publicado pela revista Nature (VINUESA, 2020), a inteligência artificial pode impactar de forma significativa na grande maioria dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) dentro do grupo sociedade, atuando como um facilitador para todas as metas, apoiando o fornecimento de alimentos, saúde, água e serviços de energia para a população. A IA também pode sustentar sistemas de baixo carbono, apoiando a criação de economias circulares e cidades inteligentes que utilizariam de seus recursos de forma eficiente, abrangendo uma gama de tecnologias interconectadas, como veículos elétricos autônomos e aparelhos inteligentes que podem permitir a resposta à demanda no setor elétrico. Também, a IA pode ajudar a integrar energias renováveis variáveis ao habilitar redes inteligentes que correspondem parcialmente à demanda elétrica nos momentos em que o sol está brilhando e o vento está soprando (VINUESA, et al. 2020). Na área da saúde, a IA também apresenta muitas possibilidades, sendo capaz de analisar e processar informações biológicas de um determinado paciente, chegando, até mesmo, a um diagnóstico. Têm-se, inclusive, a esperança de que tecnologias de Inteligência Artificial sejam capazes de identificar novas drogas, abrindo caminho para medicamentos inéditos (LANNA, 2028). Embora a inteligência artificial possibilite tais avanços, é preciso destacar seus impactos negativos dentro do âmbito social isto porque em alguns casos as melhorias tecnológicas habilitadas pela IA podem ter diferentes interpretações quando implementadas em países

com diferentes valores culturais e riqueza. Por exemplo, se a inteligência artificial for utilizada em regiões onde a transparência e o controle democrático estão ausentes, a IA pode permitir o nacionalismo, o ódio às minorias e enviesar os resultados de eleições, explorando fraquezas psicológicas para orientar decisões, criando problemas como danos à coesão social, princípios democráticos e até mesmo aos direitos humanos (VINUESA, et al. 2020).

Outro problema identificado é a falta de diversidade de gênero, racial e étnica na força de trabalho da IA. Sabe-se que a diversidade é um dos princípios que sustentam a inovação e a resiliência social que, por sua vez se tornarão essenciais em uma sociedade exposta a mudanças associadas ao desenvolvimento da inteligência artificial (VINUESA, et al. 2020). Segundo Lanna (2018) o impacto da IA em nossas vidas será, certamente, avassalador. Não se sabe, porém, se os impactos serão, em suma, positivos ou negativos. Há quem se posicione nos extremos: aqueles que dizem que o advento das novas tecnologias da IA é a nossa salvação e aqueles que, pelo contrário, sustentam que a IA é a condenação da espécie humana.

## **O FUTURO DA ECONOMIA**

Os impactos da IA na economia são promissores, seu rápido avanço têm implicações profundas para o setor e para a sociedade em geral. Estas inovações têm o potencial de influenciar diretamente tanto a produção como as características de uma ampla gama de produtos e serviços, com implicações importantes para a produtividade, o emprego e a concorrência (COCKBURN, et al.,2018). De acordo com um estudo de 2017 conduzido pela empresa global de consultoria de gestão PwC, no qual exprime que o emprego das tecnologias inovadoras de IA poderão elevar o PIB global em até 14% até 2030, contribuindo com um aumento adicional de \$15,7 trilhões para a economia global. Isso é mais do que a produção atual da China e Índia combinada (TWENTYMAN, 2018). Ainda de acordo com o estudo, esta transformação digital generalizada dos negócios e a sociedade irá permitir que as máquinas usem algoritmos poderosos para executar tarefas que anteriormente exigia inteligência humana, como tomadas de decisões baseadas em regras, percepção visual e reconhecimento de fala. Em muitos casos, as máquinas poderão executar estas tarefas mais rapidamente e com maior precisão do que trabalhadores humanos

(TWENTYMAN, 2018). Os efeitos da IA na economia global apenas durante os anos de 2015 e 2016, nos leva ao impressionante número de \$11,45 trilhões de dólares tendendo a aumentar cada vez mais (Lanna, 2018). Isto se dá por dois motivos, o primeiro deles é que a participação da IA na cadeia de produção tende a continuar aumentando e o outro motivo diz respeito ao aumento das capacidades das tecnologias advindas dela, como bem nos lembra a Lei de Moore, teoria que previa o aumento exponencial do número de transistores em um chip a cada dois anos. Em função disso torna-se evidente que a IA está deixando sua marca tanto nos mercados desenvolvidos como nos emergentes. Empresas de tecnologia vêm investindo grandemente, inclusive com implementação de laboratórios de pesquisa com IA em todo o mundo, saindo dos limites dos gigantes da tecnologia do Vale do Silício (TWENTYMAN, 2018). No âmbito das ODS, estima-se que as tecnologias envolvendo a inteligência artificial poderiam favorecer o cumprimento de 42 metas (cerca de 70%) dentro do grupo economia até 2030 (VINUESA, et al. 2020).

## **MEIO AMBIENTE E A TECNOLOGIA EM SINCRONIA**

Além das questões econômicas e sociais, há ainda um terceiro e importante grupo no qual os avanços da IA poderão influenciar direta e indiretamente, o meio ambiente. De acordo com Artaxo et al. (2024) a crescente necessidade de dar início a redução das emissões de gases de efeito estufa, e ao mesmo tempo adaptar nossa sociedade ao clima que já mudou, traz desafios complexos, que impactam em nossa estrutura social, econômica e ambiental. Dentro deste contexto, a inteligência artificial emergiu como uma ferramenta poderosa no esforço global para enfrentar e mitigar os impactos das alterações climáticas. Fenômenos climáticos como *El Niño* e o próprio desflorestamento da floresta amazônica geram não apenas impactos climáticos locais, como também regionais e até mesmo globais, devido ao fato que o sistema terrestre possui padrões e interconexões entre processos que ainda não são evidentes devido à sua complexidade, a inteligência artificial poderia contribuir para esclarecer tais padrões e interconexões (Artaxo et al., 2024).

O resultado de simulações indica que, até 2030, as aplicações da inteligência artificial nos setores como agricultura, energia, transportes e água

têm o potencial de gerar ganhos futuros no PIB de 3,6 a 5,2 bilhões de dólares em relação à linha de base, ou 3,1% a 4,4% (Herweijer et al., 2020). Isto está alinhado com a nossa investigação anterior que sugere que o PIB global poderia ser até 14% maior (equivalente a \$15,7 trilhões adicionais) em 2030 como resultado de aplicações de IA em todos os setores. Além disso, a aplicação da IA nestes quatro setores têm o potencial de reduzir as emissões globais de GEE (Gases de Efeito Estufa) em até 4,0% até o ano de 2030. Há evidências de que os avanços da IA apoiarão a compreensão das mudanças climáticas e a modelagem de seus possíveis impactos. Além disso, a inteligência artificial apoiará sistemas de energia de baixo carbono com alta integração de energia renovável e eficiência energética, todos necessários para lidar com as mudanças climáticas, poderá prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos e combater a desertificação e restaurar terras e solos degradados (VINUESA, et al. 2020). A integração da inteligência artificial nas iniciativas relativas às alterações climáticas tem o potencial de revolucionar a nossa abordagem quanto aos desafios ambientais. Ao aproveitar o poder analítico da IA, pode-se obter conhecimentos mais profundos sobre os padrões climáticos, otimizar a gestão de recursos e desenvolver soluções sustentáveis. No entanto, é imperativo abordar a implantação da IA como um compromisso com considerações éticas e responsabilidade, garantindo que os benefícios da IA contribuam positivamente para um futuro mais sustentável e resiliente (Artaxo et al., 2024).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os avanços da tecnologia de inteligência artificial são realmente promissores, os estudos e simulações já realizados revelam uma necessidade inerente quanto ao seu uso para promover um desenvolvimento mais sustentável impactando de forma profunda os agentes dos grupos sociedade, economia e meio ambiente e suas respectivas metas dentro do contexto das ODS. Porém, destaca-se a necessidade de julgar que os avanços da IA podem não promover apenas benefícios, mas também exacerbar as fragilidades que se encontram dentro destes grupos, como a desigualdade de renda, a discriminação, seja ela de qualquer natureza, o viés político, o acesso à informação e a capacidade de interferência dentro do âmbito social, a pobreza e o acesso tardio de tais

tecnologias em países menos desenvolvidos. Dentro de um contexto econômico nota-se ainda a ascensão de processos industriais automatizados, o que irá impactar diretamente na forma de trabalho e nas profissões ao longo dos próximos anos, as indústrias bem como, todos os processos econômicos deverão adequar-se a uma nova realidade, mais interconectada e tecnológica.

No âmbito do meio-ambiente o emprego da IA nas ciências do sistema terrestre é ainda mais promissor, considerando a enorme quantidade de dados e informações que poderão ser coletadas, processadas e analisadas com o objetivo de promover benefícios em vários setores que hoje geram impacto significativo na poluição do ar, da terra e da água, bem como todos os fatores degradantes dos ecossistemas vivos. A IA poderia ajudar a compreender toda a complexidade que envolve as variáveis e interconexões dos fenômenos climáticos, reconhecendo padrões e o mais importante, ajudando a preveni-los ou mitigar seus efeitos. Como sugestão de continuação da investigação sobre o tema, é importante aprofundar o entendimento de como os impactos negativos da inteligência artificial irão promover alterações no comportamento humano e analisar formas de mitigar tais efeitos ao longo dos próximos anos.

## **AGRADECIMENTO**

Os autores agradecem ao CNPQ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela bolsa de mestrado através do edital 069/2022.

## **REFERÊNCIAS**

ARTAXO, Paulo et al. Inteligência artificial e mudanças climáticas. **Revista USP**, São Paulo, n. 141. p. 29-40. Abril/Maio/Junho 2024. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/225205/204611>.

COCKBURN, Iain M. et al. The Impact Of Artificial Intelligence On Innovation. **National Bureau Of Economic Research**, Cambridge, MA 02138. Março de 2018. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w24449>.

HERWEIJER, Celine et al. **How AI can enable a Sustainable Future**. Microsoft and PwC. Disponível em: <https://www.pwc.co.uk/services/sustainability-climate-change/insights/how-ai-future-can-enable-sustainable-future.html>

LEE, Kai-Fu. **Inteligência artificial**: Como os robôs estão mudando o mundo, a forma como amamos, nos relacionamos, trabalhamos e vivemos. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

LANNA, Antônio B. Os Impactos Socioeconômicos da Inteligência Artificial. **Contextura**, Belo Horizonte, 12, jun. de 2018, p. 21-30.

RUSSELL, Stuart J; NORVIG, Peter. **Inteligência artificial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

TWENTYMAN, Jessica et al. **Intelligent Economies: AI's transformation of industries and society**. The Economist Intelligence Unit Limited. 2018. Disponível em: <https://impact.economist.com/perspectives/technology-innovation/intelligent-economies-ais-transformation-industries-and-society>.

VINUESA, R; AZIZPOUR, H; LEITE, I. et al. The role of artificial intelligence in achieving the Sustainable Development Goals. **Nature**, Nature Communications. 11, art. 233 (2020). Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41467-019-14108-y>.

## **IMPLEMENTAÇÃO DE CIDADES INTELIGENTES EM PEQUENOS CENTROS URBANOS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS**

Felipe Pasqualin  
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), <https://orcid.org/0009-0006-2309-8348>,  
felipepasqualin@hotmail.com

### **INTRODUÇÃO**

O crescimento urbano e os avanços tecnológicos têm impulsionado o surgimento das cidades inteligentes. A implementação de cidades inteligentes em pequenos centros urbanos apresenta desafios únicos e requerem estratégias específicas para superá-los (Arroub et al., 2016).

A rápida urbanização e o avanço tecnológico têm levado ao surgimento do conceito de cidades inteligentes. No entanto, a maioria das pesquisas e implementações nesta área concentram-se em grandes centros urbanos, deixando de lado os desafios específicos enfrentados por pequenas cidades.

Por vezes com estruturas ineficientes, acesso limitado à recursos escassos e barreiras de adesão tecnológica, pequenos centros urbanos se veem à margem da competitividade (nacional e internacional) em seus negócios, dificuldade na captação e retenção de mão de obra especializada, tendência pela centralização de renda e agravamento de problemas na estrutura social. Portanto, visa-se, a partir deste estudo, refletir e propor ações acerca do contexto municipal e por vezes microrregional, para sanar gaps gerados a partir de deficiências no desenvolvimento urbano, social e econômico.

As pequenas cidades podem ter recursos financeiros e infraestrutura técnica limitados em comparação com as cidades maiores (Geldenhuis et al., 2018). No entanto, ainda podem se beneficiar das tecnologias de cidades inteligentes ao adotar uma abordagem personalizada que leve em consideração suas necessidades e limitações específicas (Maeda, 2012). Dessa forma, os pequenos centros urbanos podem enfrentar seus desafios únicos, como recursos e infraestrutura limitados, e implementar efetivamente soluções de cidades inteligentes que melhorem a qualidade de vida de seus residentes.

O objetivo deste estudo é abordar essas lacunas e propor ações para promover o desenvolvimento sustentável em centros urbanos menores. O



estudo tem como objetivo identificar os desafios e oportunidades de implementação de cidades inteligentes em pequenos centros urbanos e fornecer estratégias para promover o desenvolvimento sustentável nessas áreas (Yin et al., 2015).

Apesar do crescente interesse e dos benefícios percebidos das cidades inteligentes, sua aplicação em pequenos centros urbanos apresenta uma série de desafios únicos. Questões como recursos limitados, infraestrutura inadequada, falta de expertise técnica e barreiras socioeconômicas podem dificultar a implementação eficaz de metodologias voltadas para cidades inteligentes. Nesses contextos, existe o comprometimento do desenvolvimento econômico e sustentável de pequenos centros urbanos, gerando esvaziamento de divisas, perda de competitividade, êxodo de mão de obra especializada e agravamento de problemas sociais.

Infere-se a possibilidade de haver uma correlação entre a adaptação bem-sucedida de metodologias de cidades inteligentes em pequenos centros urbanos e a capacidade de desenvolver soluções tecnológicas e estratégias específicas que considerem as limitações de recursos, infraestrutura e necessidades socioeconômicas desses ambientes. Essa hipótese sugere que a capacidade de criar abordagens adaptadas e soluções customizadas para os desafios enfrentados por pequenos centros urbanos é essencial para a implementação eficaz de iniciativas de cidades inteligentes nesses contextos, levando em consideração o alto grau de especialização em cada pequeno centro na geração de competitividade, retenção de mão de obra e captação de investimentos.

A compreensão dos principais desafios enfrentados por pequenos centros urbanos ao tentar adotar estratégias de cidades inteligentes é crucial para o desenvolvimento de abordagens e metodologias adaptadas a esses contextos específicos. Esta pesquisa busca preencher essa lacuna, investigando os obstáculos e propondo soluções viáveis para a implementação bem-sucedida de iniciativas de cidades inteligentes em ambientes urbanos de menor escala.

## **DESENVOLVIMENTO**

A implantação dos conceitos de cidades inteligentes em centros urbanos ao redor do mundo está se tornando cada vez mais relevante nos dias de hoje. Várias pesquisas têm se dedicado a explorar tanto os benefícios quanto os desafios enfrentados ao adotar esses conceitos em diferentes contextos urbanos. Questões como sustentabilidade, o aumento da população e os desafios para conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental têm sido amplamente discutidos.

De acordo com um estudo realizado por Giffinger et al. (2007), as cidades inteligentes são caracterizadas pela aplicação de tecnologias de informação e comunicação com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos habitantes, a eficiência dos serviços urbanos e promover a sustentabilidade socioambiental. Essas cidades têm a capacidade de coletar, processar e analisar dados em tempo real, o que possibilita uma gestão mais eficiente dos recursos e uma tomada de decisão mais embasada por parte dos governantes.

Outra pesquisa desenvolvida por Nam and Pardo (2011) destaca o potencial da aplicação dos conceitos de cidades inteligentes em centros urbanos globais para impulsionar o desenvolvimento econômico, aprimorar a utilização de energia, otimizar o transporte público e fornecer serviços públicos mais eficientes. Além disso, a participação ativa dos cidadãos por meio de plataformas digitais e aplicativos móveis pode contribuir para uma governança mais democrática e inclusiva.

No entanto, a implementação bem-sucedida de projetos de cidades inteligentes em centros urbanos globais também enfrenta desafios significativos. Estudos, como o realizado por Caragliu et al. (2011), ressaltam a importância de considerar aspectos como a proteção da privacidade e segurança dos dados, o acesso digital inclusivo e a participação dos cidadãos, a fim de garantir benefícios equitativos e evitar a criação de divisões e exclusões sociais.

Portanto, é crucial que as cidades globais adotem abordagens abrangentes e sustentáveis ao implementar projetos de cidades inteligentes, levando em consideração não apenas os aspectos tecnológicos, mas também os aspectos socioeconômicos e ambientais. A integração de diferentes setores, como governo, sociedade civil e setor privado, desempenha um papel

fundamental na criação de estratégias colaborativas para alcançar resultados efetivos, conforme mencionado por Silva et al. (2018) em seu estudo.

## **METODOLOGIA**

O estudo pretende ser estruturado em três fases distintas. Inicialmente, conduzir uma pesquisa bibliográfica abrangente, a fim de compreender o panorama das cidades de pequeno porte, com foco no contexto brasileiro e, aprofundando o funil, nas cidades catarinenses, bem como explorar o conceito e a viabilidade das abordagens de Cidades Inteligentes. Além de que se espera que pesquisa bibliográfica forneça o embasamento teórico fundamental para a argumentação apresentada neste futuro estudo.

Em seguida serão realizados estudos de caso detalhados, focalizando algumas possíveis cidades e/ou microrregiões que fomentem análises busquem trazer para a investigação, a implementação de iniciativas relacionadas a Cidades Inteligentes, desde que viáveis.

Por fim, esperamos uma análise crítica e sugestiva dos resultados abordados. Esta fase visará examinar cuidadosamente as informações e dados coletados nas etapas anteriores, oferecendo uma perspectiva crítica sobre os aspectos positivos e as lacunas identificadas.

## **FINANCIAMENTO**

Edital Fapesc 16.2023 – Fundação de Ampara à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina.

## **REFERÊNCIAS**

Arroub, A., Zahi, B., Sabir, E., & Sadik, M. (2016, October 1). A literature review on Smart Cities: Paradigms, opportunities and open problems. <https://doi.org/10.1109/wincom.2016.7777211>

CARAGLIU, A. et al. Smart cities in Europe. *Journal of Urban Technology*, v. 18, n. 2, pp. 65-82, 2011.

Geldenhuis, H J., Brent, A C., & Kock, I H D. (2018, October 1). Literature review for infrastructure transition management towards Smart Sustainable Cities. <https://doi.org/10.1109/syseng.2018.8544416>

Maeda, A. (2012, June 1). Technology innovations for smart cities. <https://doi.org/10.1109/vlsic.2012.6243763>

Yin, C., Zhang, X., Chen, H., Wang, J., Cooper, D., & David, B. (2015, August 26). A literature survey on smart cities. *Springer Nature*, 58(10), 1-18.  
<https://doi.org/10.1007/s11432-015-5397-4>

GIFFINGER, R. et al. *Smart Cities: Ranking of European medium-sized cities*. European Commission, Vienna, 2007.

NAM, T.; PARDO, T. A. Conceptualizing smart city with dimensions of technology, people, and institutions. In: *Proceedings of the 12th Annual International Digital Government Research Conference: Digital Government Innovation in Challenging Times*. ACM, 2011, pp. 282-291.

SILVA, L. C. et al. Smart city as urban innovation: Focusing on management, policy, and context. In: *Handbook of urban innovation*. Edward Elgar Publishing, 2018, pp. 313-332.

## **CONEXÃO ENTRE O 5º OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL**

Nathalia Cristina Pontes

UNIARP, <https://orcid.org/0009-0006-1059-5070>, [ncpontes97@gmail.com](mailto:ncpontes97@gmail.com)

Joel Haroldo Baade

UNIARP, <https://orcid.org/0000-0001-7353-6648>, [baadejoel@gmail.com](mailto:baadejoel@gmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

Inicialmente, a misoginia é vista como um legado de períodos de controle histórico, como o Brasil Colônia e o Brasil Império, durante os quais foram estabelecidas e internalizadas hierarquias de poder que se manifestam através de preconceitos como fascismo, homofobia, racismo, patriarcado e sexismo.

Por outro lado, a igualdade de gênero é entendida como o acesso equitativo e a justiça social, sendo um princípio fundamental da dignidade humana (BRASIL, 1988) e uma meta estabelecida pela ONU para eliminar todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres (IPEA, s.d. online).

Diante de um tema que é considerado um fenômeno cultural e uma questão de responsabilidade pública, uma pergunta relevante surge: os altos índices de violência contra a mulher representam um obstáculo para o desenvolvimento sustentável?

Esta pesquisa justifica-se ao evidenciar que a violência contra a mulher não se limita a eventos isolados, mas constitui um fenômeno contínuo manifestado através de padrões de comportamento abusivo, conhecido como ciclo da violência.

Além disso, o estudo classifica a natureza da violência em cinco categorias e apresenta dados sobre o número de mulheres que afirmam ter sofrido violência doméstica ou familiar por parte de homens. Isso visa aprofundar o entendimento da relação entre misoginia e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5.

Ademais, argumenta-se que os obstáculos incluem a mentalidade colonial como um trauma histórico-cultural e os fatores de vulnerabilidade, que não apenas afetam mulheres de baixa renda, mas também privam indivíduos de

capacidades básicas (SEN, 2010, p. 35). Esses elementos influenciam diretamente tanto o comportamento do agressor quanto o desenvolvimento sustentável, já que desigualdade e sustentabilidade são incompatíveis. Assim, quanto maior o número de mulheres violentadas, menores são as chances de alcançar os requisitos da Agenda 2030.

Neste contexto, Silvana Mariano (2024), coordenadora do Laboratório de Estudos de Femicídios (LESFEM), argumenta que "o desenvolvimento humano só pode ser alcançado através da promoção da autonomia das mulheres, dado que elas representam um grupo extremamente vulnerável".

Ainda, Leonard Boff (2015, p. 13):

Como organizar uma aliança de cuidado para com a Terra, a vida humana e toda a comunidade de vida e assim superar os riscos referidos? A resposta só poderá ser: mediante a sustentabilidade real, verdadeira, efetiva e global, conjugada com o princípio do cuidado e da prevenção.

Por fim, este estudo reflete minha própria trajetória pessoal, sendo que a tragédia que motivou esta pesquisa acadêmica visa transformar experiências em dados que permitam aos leitores compreenderem que as mulheres não estão seguras em nenhum lugar. É fundamental reconhecer que não é possível alcançar um desenvolvimento sustentável ignorando as desigualdades sociais, de gênero e econômicas.

## **VIOLÊNCIA EM GERAL E VIOLÊNCIA DIRECIONADA ÀS MULHERES**

A Organização Mundial da Saúde (OMS) em seu relatório sobre a prevenção da violência (WHO, 1996, p. 27) caracterizou isso como:

Uso intencional de força física ou poder, real ou como ameaça contra si próprio, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tem grande probabilidade de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, desenvolvimento prejudicado ou privação.

No que diz respeito à violência contra a mulher, a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006, Art. 5º) a entende como "qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial".

## **PADRÃO DA VIOLÊNCIA**

Segundo a teoria da psicóloga americana Lenore Edna Walker (1979), a violência de gênero se desenrola em três etapas: aumento da tensão, atos violentos e arrependimento.

No estágio inicial de aumento da tensão, o agressor costuma se irritar por motivos insignificantes, o que causa um distúrbio emocional com acessos de raiva, resultando na quebra de objetos e agressões verbais à vítima. Esta, por sua vez, experimenta sentimentos de tristeza, medo, culpa, desilusão, ansiedade e angústia.

Em seguida, durante os episódios de violência, o agressor perde o controle e comete atos violentos contra a vítima, incluindo agressões físicas, verbais, psicológicas, morais, patrimoniais e sexuais. A vítima, por sua vez, pode ficar paralisada, entrar em depressão, buscar ajuda e denunciar, ou se esconder e até mesmo considerar o suicídio.

Ato contínuo, o agressor manifesta arrependimento, trata a vítima com carinho e demonstra mudança de comportamento. Por sua vez, a vítima é persuadida a perdoar devido a pressões sociais ou por sentir-se culpada, o que a torna emocionalmente dependente e resulta na retomada do ciclo de violência.

## **FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

O artigo 7º, incisos I, II, III, IV e V da Lei 11.340/2006 (BRASIL, 2006), descreve cinco formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, a saber: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

A Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006, Art. 7º, inciso I) define a violência física como “qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher”. O Instituto Maria da Penha (IMP) a descreve em “espancamentos; lesões com objetos cortantes; sufocamento; atirar objetos; ferimentos causados por arma de fogo, dentre outros” (s.d. online).

Com relação a violência psicológica, a Lei (BRASIL, 2006, Art. 7º, inciso II) estabelece:

Entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações,

comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Em seguida, no que diz respeito a violência sexual a referida Lei (BRASIL, 2006, Art. 7º, inciso III), dispõe:

Entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Ademais, no que se refere a violência patrimonial, a Lei supramencionada (BRASIL, 2006, Art. 7º, inciso IV), prevê:

Entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

Ainda, relativo à violência moral, a Lei supracitada (BRASIL, 2006, Art. 7º, inciso V), determina “como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”. O IMP, por sua vez, a entende por “acusações; emissão de juízos sobre a conduta da vítima; críticas mentirosas; exposição da sua vida íntima; xingamentos que incidem sobre a sua índole; desvalorização pelo modo que ela se veste” (s.d. online).

## **RESULTADOS E ANÁLISES**

As informações coletadas e examinadas neste estudo são fundamentadas na 10ª Pesquisa Nacional sobre Violência Contra a Mulher, conduzida em novembro de 2023, em colaboração entre o DataSenado e o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), envolvendo a participação de mais de 21 mil mulheres entrevistadas.

Conforme o estudo (Senado Federal, 2023), 34% das mulheres, especialmente aquelas com escolaridade até o ensino fundamental, foram alvo de violência doméstica ou familiar praticada por homens; 38% das mulheres, especialmente entre 40 e 49 anos de idade, também foram alvo; 31% das



mulheres, principalmente pretas e pardas, estão incluídas nesses números; 34% das mulheres, principalmente da região Norte, relataram experiência similar; 35% das mulheres, especialmente aquelas com renda de até 02 salários-mínimos, foram afetadas; 35% das mulheres, especialmente as sem religião, e 31% das mulheres, especialmente as que residem em áreas urbanas, também foram vítimas dessa forma de violência.

Os resultados da pesquisa (Senado Federal, 2023) também indicam que, em relação aos elementos mencionados anteriormente, 75% das mulheres entrevistadas têm um entendimento restrito sobre a legislação em vigor. Além disso, a visão das mulheres sobre a ocorrência de violência doméstica é fortemente impactada pelo seu nível de renda. Observa-se que à medida que a faixa de renda diminui, cresce a percepção do aumento da violência familiar.

O estudo (Senado Federal, 2023) também destacou que a violência psicológica é a mais comum, impactando 89% das mulheres entrevistadas, em seguida constatou-se a ocorrência da violência moral em 77% dos casos, a violência física em 76%, a violência patrimonial em 34% e a violência sexual em 25%.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa explorou as questões das vulnerabilidades e do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 estipulado pela ONU, cuja meta até 2030 é promover a equidade, eliminar a discriminação de gênero, fomentar a igualdade e fortalecer o empoderamento de mulheres e meninas globalmente.

Além disso, foram identificados dois obstáculos principais: o primeiro, de natureza cultural, representado pela persistência da misoginia como um padrão comportamental; e o segundo, relacionado à desigualdade, evidenciado por diversos fatores de risco como pobreza, crises econômicas, e condições geográficas desfavoráveis, entre outros.

Outrossim, as informações apresentadas demonstraram que há um longo e desafiador caminho a percorrer para reduzir a discrepância entre homens e mulheres. Esta diferença persiste devido aos entraves mencionados

anteriormente, os quais são agravados pelo conflito de interesses acerca deste tema.

Por fim, mesmo que este estudo não tenha abrangido todos os métodos de pesquisa devido à complexidade do tema, nota-se que quanto mais elevado o índice de violência contra mulheres e meninas, menores são as probabilidades de alcançar os objetivos da Agenda 2030. Isso se deve ao fato de que não é viável alcançar o desenvolvimento sustentável sem enfrentar o abismo das desigualdades sociais, de gênero e econômicas. A existência dessas disparidades compromete a sustentabilidade, pois a desigualdade e o desenvolvimento não coexistem.

## REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 09 abr. 2024.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2024.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Ciclo da violência**. Disponível em:

<<https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>>. Acesso em: 13 mar. 2024.

IPEA. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5**. Disponível em:

<<https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html#:~:text=Eliminar%20todas%20as%20formas%20de%20violência%20contra%20todas%20as%20mulheres,sexual%20e%20de%20outros%20tipos>>. Acesso em: 09 abr. 2024.

OPEROBAL UEL. **Além do 8 de março: projeto discute desenvolvimento sustentável e autonomia da mulher**. Disponível em:

<<https://operobal.uel.br/pesquisas/2024/03/08/alem-do-8-de-marco-projeto-discute-desenvolvimento-sustentavel-e-autonomia-da-mulher/#:~:text=A%20falta%20de%20dispositivos%20mais,um%20tipo%20de%20transformação%20estrutural>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

SENADO FEDERAL. **Datasenado aponta que 3 a cada 10 brasileiras já sofreram violência doméstica**. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/21/datasenado->

aponta-que-3-a-cada-10-brasileiras-ja-sofreram-violencia-domestica>. Acesso em: 15 mar. 2024.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WALKER, Lenore. **The battered woman**. New York: Harper and How, 1979.

World Health Organization. **Report of the WHO global consultation on violence and health**. Geneva, 1996.

## LIBERDADE E SEGURANÇA NAS RELAÇÕES

Adriana Pereira Benjamini<sup>28</sup>

UNIARP, iD: <https://orcid.org/0000-0002-1551-7454>,  
adriana.pereira@uniarp.edu.br

Sandra Mara Bragagnolo<sup>29</sup>

UNIARP, iD: <https://orcid.org/0000-0002-1001-8541>,  
sandramara@uniarp.edu.br

Joel Haroldo Baade<sup>30</sup>

UNIARP, iD: <https://orcid.org/0000-0001-7353-6648>, baadejoel@uniarp.edu.br

## INTRODUÇÃO

As palavras têm força, mas seu significado tem ainda mais robustez. Desta forma, dialogar sobre a liberdade e segurança, não é uma atividade fácil na sociedade contemporânea, porque, a todo momento estamos buscando a liberdade e, consciente ou inconscientemente, estamos abrindo “mão” da segurança ou vice-versa. Vivemos num contexto histórico, em que é impossível ter as duas simultaneamente, na mesma proporção. E, o excesso de uma, contrário a bagatela de outra, são os grandes dilemas da vida moderna, seja nas relações pessoais, profissionais ou na própria vivência em comunidade.

Partindo dessa premissa, este resumo expandido tem por objetivo analisar quais as possíveis características das mudanças socioculturais na contemporaneidade, que ocasionaram uma quebra de paradigmas em liame à maneira de como os indivíduos agem entre ter liberdade ou estar seguro, diante de seus relacionamentos. O estudo parte da leitura das obras de Bauman (2021) e Chul Han (2020-2022), os quais apresentam conceitos fundamentais para explicar toda a problemática que permeia a liberdade e a segurança na

---

<sup>28</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, oferecido pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe-UNIARP e Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq. Assistente Técnica da Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Internacionalização da UNIARP, Docente e Advogada. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1551-7454>. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3027468442452838>. E-mail: [adriana.pereira@uniarp.edu.br](mailto:adriana.pereira@uniarp.edu.br).

<sup>29</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade, oferecido pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe-UNIARP e Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1001-8541>. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/9488255816007973>. E-mail: [sandramara@uniarp.edu.br](mailto:sandramara@uniarp.edu.br).

<sup>30</sup> Doutor, pela Faculdade EST. Vice-Reitor Acadêmico da UNIARP, Docente e Pesquisador dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade e Profissional em Educação da UNIARP. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7353-6648>. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/6630678639154905>. E-mail: [baadejoel@uniarp.edu.br](mailto:baadejoel@uniarp.edu.br).

modernidade líquida e nos vínculos voláteis, além de abarcar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS nº. 16.

Outro adendo importante que devemos fazer é que liberdade e segurança são temas fundamentais nesse contexto histórico, sendo considerados princípios essenciais, que norteiam as relações humanas, contratuais, empresariais, entre outras formas.

Insta mencionar que, ambos os vocábulos, são valores resguardados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 5º, que elenca através desses termos inúmeros direitos e garantias fundamentais, esses considerados valores intrínsecos à condição humana, que, por ora, são limitados entre si, ou seja, a busca pela liberdade, inviabiliza em muito a segurança; já, a segurança limita a liberdade.

O que se percebe é que essa relação paradoxal, essa limitação está relacionada a diversos fatores, mas principalmente, as políticas de governo e, as atitudes dos próprios indivíduos, em suas vivências solitárias ou em comunidade.

Eis então, o grande dilema de toda essa situação, que é, justamente, encontrar esse equilíbrio entre esses preceitos dentro de uma comunidade, ou ainda, que esses padrões de ser livre e estar seguro, não afetem as relações sociais e nem produzam uma quebra de paradigmas entre os indivíduos e suas mais diversas relações.

Desta forma, esse estudo ampara-se nas situações da modernidade líquida, ou seja, da sociedade contemporânea, fazendo uma ponte reflexiva entre as dinâmicas da sociedade líquida, pensada por Bauman e, da sociedade do cansaço e da transparência, pensada por Han. Ainda, esse tema destaca-se com relação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), justamente por assegurar direitos abarcados pela ODS de nº. 16, que se refere à paz, à justiça e às instituições eficazes, comunicando assim, com a temática deste IV Seminário Internacional Interdisciplinar sobre Desenvolvimento e Sociedade: O Imperativo da Sustentabilidade, em organizações públicas e privadas, refletindo sobre os desafios em múltiplos contextos, bem como ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento e Sociedade – PPGDS, oferecido pela Uniarp, através da linha de pesquisa de nº 3, que engloba noções de sociedade, cidadania e segurança, pontos culminantes do referido estudo.

## **LIBERDADE OU SEGURANÇA**

Ser livre e estar seguro, um sonho de muitos, mas uma faculdade de poucos. A compreensão sobre o termo liberdade nos faz pensar num grau de independência legítima, em que indivíduos exercem sua vontade dentro das prerrogativas da lei. Temos parcialmente, a liberdade que tanto queremos, imaginamos e projetamos, mas a todo o momento, precisamos respeitar certos limites impostos pelas próprias leis.

Por outro lado, buscamos reduzir ao mínimo as probabilidades de quaisquer riscos ou ameaças, através da segurança, que em linhas gerais, são as medidas que utilizamos para proteção contra os imprevistos e riscos, diligências que nos proporcionam confiança; estabilidade e certeza.

Entretanto, nem tudo é totalmente seguro, é necessário construirmos altos muros para gerar a proteção que tanto queremos; esconder nossas casas; colocar aldravas em portas e veículos; a todo momento, buscamos por segurança, seja: pessoal; eletrônica; empresarial; condominial; escolar, entre muitas outras formas e, a interação e o convívio afetivo vão perdendo espaço, se distanciando pelas barreiras que colocamos, em prol da nossa segurança.

Queremos viver em comunidades, mas fatores como a liberdade e a segurança nos colocam restrições quanto a essa convivência e são um efetivo dilema nos dias atuais.

Bauman (2021), em seu livro “Modernidade Líquida”, explica que, a tríade que permeia essa relação de liberdade, segurança e comunidade, funda-se no contexto histórico da modernidade sólida para a modernidade líquida. Nessa passagem encontram-se muitas amarras que justificam o comportamento dos indivíduos frente a essa dubiedade.

Tudo começou na modernidade sólida, com o capitalismo pesado, que tinha características de ordenação; do trabalho no modelo fordista; dos padrões pré-estabelecidos, todas as relações permeavam a certeza, a concretude. Todavia, a ideia do capitalismo pesado foi perdendo espaço para o capitalismo leve, reflexos da modernidade líquida, que trouxe em oposição ao primeiro, a desordem; o trabalho numa bagagem de mão e a perda dos padrões pré-estabelecidos.

Junto com a ideia do capitalismo leve, veio o consumismo: a idealização de comprar tudo, das múltiplas identidades e da falta de referenciais, que está atrelada ao vício: regado pelas inúmeras escolhas; pela escravidão; pela vida fantasiosa e luxuosa, mas qual é a conexão desses fundamentos com a liberdade e a segurança nas comunidades?

Como dizia o sociólogo Bauman (2021), as comunidades sempre existiram, o que modificou suas formas e tamanhos foi o paradoxo interno do próprio comunitarismo, que em termos sociológicos significa:

uma reação esperável à acelerada “liquefação” da vida moderna, uma reação antes acima de tudo ao aspecto da vida sentido como a mais aborrecida e incômoda entre suas numerosas consequências penosas – crescente desequilíbrio entre a liberdade e as garantias individuais (BAUMAN, 2021, p. 212-213).

Esse contexto permeado entre as estruturas sociais e os vínculos humanos da acelerada liquefação, geraram impactos, fluídos e constantes mudanças nos relacionamentos empresariais e pessoais, tornando cada vez mais as relações instáveis, temerárias e temporárias, oscilando entre o querer e o poder, entre o satisfazer e o ter, mas acima de tudo, na falta de comprometimento nas relações e na busca acelerada por novas experiências.

Essa liquefação da modernidade líquida, é o que gera o colapso na comunidade, nas questões sociais entre a liberdade e a segurança; nas relações afetivas, refletindo assim, na ideia das múltiplas identidades, em que os indivíduos precisam escolher a “comunidade do evangelho comunitário”, que não é uma sociedade fundada numa teoria social, mas num pseudônimo para as inúmeras identidades buscadas e nunca encontradas.

Jamais encontradas, porque justamente a comunidade ideal é um *complet mappa mundi*, um mundo que oferece tudo o que queremos, precisamos e buscamos para levar uma vida feliz, significativa e compensadora. Entretanto, a comunidade sonhada, não nos dá a segurança nas relações pessoais; no trabalho; em nossa casa, vivemos com a estranha impressão de estar numa prisão e não num porto seguro, por isso, projetamos altos muros; edificações rodeadas por câmeras de segurança; alarmes; empresas de vigilância, todo esse arsenal de segurança tem um certo preço, afinal, nossa proteção e segurança, é agora, uma questão de cada um, porque as autoridades Estatais e a polícia estão para aconselhar.

Na longa e inconclusiva busca de equilíbrio entre a liberdade e segurança, o comunitarismo ficou firme ao lado da última. Também aceitou que os dois valores humanos ambicionados estão em oposição, e que não se pode querer mais de um sem renunciar a um tanto, talvez grande parte, do outro (BAUMAN, 2021, p. 227).

Essa ideia clara do comunitarismo não admite que a liberdade e a segurança possam andar juntas e, menos ainda, que uma só pode evoluir em conjunto com a outra. A ideia de comunidade, na modernidade líquida se assemelha mais a orfanatos, prisões ou manicômios, do que a lugares de libertação, porque nós a colocamos a todo o tempo, diante da “não Santíssima Trindade” (expressão retirada da obra “Em busca da política”, Zahar, 2000), de incerteza, insegurança e a falta de garantias.

O que parece que o Estado não cumpre com seu papel básico de resgatar e propiciar a segurança e as garantias aos indivíduos, resultando num conjunto de mudanças subsumidas na rubrica da modernidade líquida. Nos primórdios, o Estado era quem determinava, cuidava e protegia os indivíduos, na era líquida, a nação é a outra face do Estado.

Essa ideia paradoxal entre a liberdade e a segurança construída por Bauman (2021), exemplifica que a liberdade é uma espécie de *habeas corpus* para todos os indivíduos na sociedade contemporânea, isso porque, a liberdade valoriza nossa capacidade de se mover, fazer escolhas, estar sempre em processo de transmutação, o grande detalhe é que essa liberdade gera total insegurança, porque temos a ausência de relações duradouras, estáveis, não sabemos quando efetivamente estamos amando ou sendo enganados, a vida flui num enorme descompasso, porque somos livres para experimentar e explorar várias formas de viver, entretanto, essa liberdade nos custa nosso sossego, estabilidade e a segurança nas nossas relações.

Para Han (2020), toda essa problemática entre a liberdade e a segurança, gerou nas relações comunitárias, uma cobrança intensa pelo ser, pelo ter, pelo trabalho, pela prosperidade, pelo sucesso, mas acima de tudo pela liberdade de escolha, pelas vivências transitórias, o que gerou uma crise social permeada pelo cansaço, pelo esgotamento. Último sentimento esse, que leva os indivíduos a uma autoagressão, inerente à sociedade pré-moderna.

Dessa autoagressão surgem os transtornos depressivos, mal-estares, violência, transtornos psíquicos, baixa autoestima, confusão mental, conjunto



esses de doenças que levam o indivíduo a viver a sociedade do cansaço, isolando-se das comunidades físicas e reais, para viver as comunidades online e em redes, em que duplos cliques resolvem as relações sociais e acima de tudo os conflitos entre a liberdade e a segurança, pois na rede, o indivíduo sente-se seguro e tem a liberdade para consumir a identidade ou imagem que desejar, e, quando esta não lhe for mais agradável ou conveniente, basta com os mesmos cliques, desfazê-la.

Essa sociedade contemporânea, entretanto, cansada, denota as novas configurações da vida e da subjetividade na sociedade, agora considerada da informação, em que o isolamento é o meio de dominação, de liberdade e de segurança.

A loja modelo da Apple em Nova Iorque é um cubo de vidro. É um *templo da transparência*. O que cumpre a função do tornar visível na política é a contra figura arquitetônica da Caaba em Meca. Caaba significa literalmente cubo. Um manto preto cerrado a despoja de visibilidade. Apenas os sacerdotes têm acesso ao interior da construção. O *arcano* que se nega a toda visibilidade é constitutivo da dominação teopolítica. O espaço mais interior, privado de visibilidade, no templo grego se chama *áditio* (literalmente: inacessível). Apenas sacerdotes têm acesso ao espaço sagrado. A dominação se funda aqui no arcano. A loja transparente da Apple, contudo, fica aberta dia e noite. É no subsolo que as vendas acontecem. Como clientes, todos podemos acessá-la. A Caaba com manto preto e a loja de vidro da Apple ilustram duas formas distintas de dominação: *arcana* e *transparente* (HAN, 2022, p. 10).

Nesse contexto, o que o autor quer dizer que, estamos dentro de comunidades de vidros, semelhantes à loja da Apple; espaços esses, que sugerem liberdade e comunicação ilimitada, mas na realidade, temos a autonomia de negar toda a visibilidade, bastando a cada um dos indivíduos em escolher entre a liberdade, a segurança, as vivências e as visibilidades em comunidades.

Outro ponto marcante refletido por Bauman (2021) que envolve a liberdade dentro dessa sociedade líquida são os sentimentos que promovem a felicidade e a realização pessoal, afinal, só existiria felicidade mediante a compra de tudo que lhe causasse alegria, desejo, adrenalina, reflexos do capitalismo, do consumismo desfreado, que após as compras torna os indivíduos refém de seus próprios dilemas, da insegurança da sua vida financeira, da insatisfação, do vazio existencial.

Han (2022) entende que essa sociedade liquefeita é uma sociedade do cansaço, em que os indivíduos estão respondendo comandos em constante pressão, o que impacta além das relações, no esgotamento físico e mental, uma vez que, a liberdade está relacionada com a exigência do desempenho, do estar seguro, de ser livre.

Dentro dessa perspectiva, a sociedade da transparência traduzida por Han (2022), a exemplo, demonstra a visibilidade e a exposição total de estar nas mídias, nas plataformas digitais, minando e construindo relacionamentos, mesmo que, performativos e superficiais, isso satisfaz a ideia do indivíduo de ser livre e estar seguro, ao passo que o coloca numa extrema imparcialidade e insegurança, pois os indivíduos se conectam – sem conexões; se conversam – sem se autoconhecer, se colocam numa necessidade de validação constante – sem se quer saberem exatamente o que estão fazendo ou procurando nas plataformas digitais.

Essa segurança, pensada pela modernidade líquida, é uma enorme insegurança vivida por essa própria modernidade, que como aduz Bauman (2021), num caráter paradoxal, a liberdade nos traz certa insegurança, isso porque, as incertezas traduzidas pela insegurança não refletem vínculos estáveis e duradouros, em qualquer das relações pessoais, familiares, profissionais, ou ainda, nas plataformas digitais.

Por sua vez, Han (2022) entende que essa liberdade em face da segurança, gera nos indivíduos da modernidade líquida, uma sociedade em pressão, que constantemente está constricta a produzir, ser eficiente, competitiva, o que leva os indivíduos ao colapso, ao esgotamento, isso porque, ao passo que o indivíduo tem liberdade para certas decisões e atitudes, sua segurança pode ficar prejudicada, face as inúmeras demandas que acompanham a liberdade.

O que importa extrair desses clássicos, é que os dois autores diante de perspectivas críticas sobre a modernidade líquida, aduzem que a busca por liberdade, e a sua natureza mutável, volátil dos vínculos familiares, amorosos, profissionais e sociais podem levar a inúmeras formas de insegurança, não se processando apenas a segurança como aquela oferecida pelo Estado aos seus entes, mas também, a (in)segurança física, psíquica, emocional e espiritual. A compreensão de Bauman (2021), nesse ínterim entre liberdade e segurança, se explica pela fluidez e transitoriedade da modernidade sólida em face da

modernidade líquida, enquanto que, Han (2020) analisa as dinâmicas de desempenho e transparência que moldam a sociedade, seus sujeitos e respectivas relações.

Por analogia, a ideia dos autores ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável nº. 16, perfaz uma relação entre a liberdade e a segurança, e, a paz, à justiça e às instituições eficazes, isso porque, os desafios enfrentados pela sociedade líquida, as coloca diretamente sobre os aspectos inseguros e voláteis dos vínculos globais, o que causa uma crise não somente nas relações econômicas, sociais ou emocionais, mas no sistema como um todo.

Desta forma, o ODS nº. 16, tende a criar um ambiente, que seja, minimamente, resguardado, para que a liberdade em todas as suas esferas possa ser exercida de maneira segura e eficiente, promovendo, a segurança por todos esperada, a paz e a justiça diante de suas instituições ou relações. Ao que a literatura descreve, esse fortalecimento entre a paz, a justiça e as instituições eficazes, fortalecem a confiança entre os sujeitos, reduzem e minimizam a volatilidade nos vínculos humanos, criando um ambiente ou uma “nova forma de sociedade”, marcada pela liberdade e segurança, em que essas coexistem de forma equilibrada, sustentável e duradoura.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em linhas gerais, extrai-se das ideias apresentadas que, a liberdade é a autonomia de cada indivíduo, o qual tem mais opções de escolha, do que outrora, mas essa autonomia tem um preço opressivo, justamente, porque as escolhas são efêmeras e incertas. Já, a segurança, é a preocupação central de toda a comunidade, que busca diante das incertezas, do medo e da violência, a proteção, o amparo Estatal, e quando não satisfeitos com as políticas públicas, recorrem as estratégias de proteção individual. A comunidade, por sua vez, perdeu o caráter dos vínculos sólidos e tornou-se mais fluída, volátil, o que dificulta quaisquer vivências estáveis.

Todavia, diante de um pensamento de mudanças de paradigmas sociais, esses conceitos são importantes para explicar tal transmutação, porque demonstra com certa sutileza, a afetação da natureza líquida que as relações vêm sofrendo com a transição da modernidade sólida para a modernidade

líquida, das comunidades efêmeras, do contexto de incertezas, da falta de segurança que se tornou uma preocupação latente, num contexto de grandes mutações.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm).

HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis: Vozes, 2022.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da Transparência**. Petrópolis: Vozes, 2020.

## **UM RETRATO NATURAL: IMPACTOS DAS MUDANÇAS AMBIENTAIS NO POTENCIAL TERAPÊUTICO DO CERRADO**

Larissa Gonçalves Cotrim

Universidade Estadual de Goiás/PPGTECCER, <https://orcid.org/0009-0008-5038-1776>,

larissacotrim8@gaill.com

Wisley Micael Soares da Silva<sup>ii</sup>

Universidade Estadual de Goiás/PPGTECCER, <https://orcid.org/0009-0001-4402-5491>,

wisleymicael@hotmail.com

### **INTRODUÇÃO**

Desde o alvorecer de sua existência, a humanidade soube compreender a natureza como meio fundamental à sua sobrevivência e dela extrair cada fragmento de utilidade, a protegendo e explorando-a a cada nova necessidade latente. Nesse passo, observar os efeitos e os usos de cada nova forma vegetal se fez tarefa inevitável para quem almejasse a estabilidade de toda a espécie, como forma de compreender o mundo para melhor se ver inserido nele.,

Através dessa necessidade incessante de cada vez mais entender a realidade que os cercava e, principalmente, colher os frutos e as benesses entregues pelo ambiente, os humanos passaram a usufruir de propriedades naturais para sanar suas doenças. Deste modo, a história passou também a ser contada pelos saberes materiais e imateriais provenientes das gerações que se dedicaram a conhecer as plantas e suas mais diversas aplicações, tomando a natureza como sua própria aliada.

“O uso das plantas medicinais faz parte do convívio humano desde os primórdios das civilizações e trouxe consigo muitos elementos tradicionais, provenientes da herança dos antepassados ]. Com isso, o homem aprendeu a reconhecer, respeitar e usar as propriedades curativas das plantas, sendo empregadas por comunidades para tratamentos das enfermidades humanas e também para os animais” (Oliveira, et al, 2009, p. 2).

Para o Brasil, tratar do papel das plantas e dos cultivos como pilar central do desenvolvimento nacional se faz uma ação inevitável, como se pensasse a própria sociedade como fruto de um mundo particularmente natural.

Nesse passo, explorar os meios naturais se demonstrou tarefa imprescindível ao povo que por anos se miscigenou e compartilhou saberes entre suas várias raízes étnicas, firmando bases entre a exportação de produtos advindos da coleta e da colheita. Dessa forma, se fixou ao conhecimento popular o manejo e o trato da vida através das

plantações, entre ervas medicinais, pequenas hortas familiares e grandes latifúndios do agronegócio.

No entanto, o que fazer quando a busca desenfreada por lucros começa a extinguir as benesses naturais da terra? Tal questionamento se aplica diretamente ao cenário estabelecido no Cerrado Brasileiro, onde a cultura criada ao redor de grandes campos de cultivo e de pecuária está aos poucos minando o desenvolvimento dos bens naturais.

Figurando como o segundo maior bioma do país, o Cerrado tem por característica central a manutenção da vida de diversas espécies animais e vegetais que, em sua maioria, são nativas apenas em seus limites territoriais. Segundo Will McCarry, o Cerrado brasileiro “abriga aproximadamente 5% de todas as espécies do mundo, incluindo mais de 1.600 mamíferos, aves e répteis, juntamente com mais de 10.000 espécies de plantas” (2023).

Tratando fundamentalmente de suas folhas, raízes e ervas, o bioma possibilita ainda um fomento ao ofício prático e teórico das fitoterapias, onde estudos variados de suas propriedades medicinais propiciam a construção de um campo terapêutico mais robusto. Assim sendo, o Cerrado se faz relevante não apenas por suas dimensões territoriais, mas também por conta de todo seu potencial nos campos da saúde.

É nessa circunstância que se centraliza a grande questão que permeia todo o presente trabalho, uma simples dúvida pouco explorada pelos debates do cotidiano, como as mudanças ambientais afetam os futuros avanços terapêuticos viabilizados graças ao Cerrado? Quanto a sua resposta, pode-se concluir de imediato que, em poucos anos as taxas de desmatamento de crescimento vertiginoso irão convergir para o fim da existência do bioma como um todo, encerrando por consequência todo seu potencial científico.

“Em 2022, foram 20.572 km<sup>2</sup> (2.057.251 ha) de desmatamento, um aumento de 22,3% na área desmatada em relação ao ano de 2021. [...] O tamanho médio dos desmatamentos e desmatamentos com mais de 100 ha em 2022 também aumentaram, 14,8% e 19,3% respectivamente em relação a 2021. O maior desmatamento detectado em 2022 no Brasil (alerta código 564317), com 12.272 ha, ocorreu no bioma Cerrado no estado da Bahia, no município de Formosa do Rio Preto” (Azevedo, et al, 2023, p. 12-13).

Um ambiente catastrófico, por vezes tomado como exagerado e pessimista, que aos poucos vai se desenhando em meio aos descasos de um mundo puramente lucrativo. Onde o pouco fomento aos estudos científicos e farmacêuticos não consegue acompanhar

o ritmo em que espécies são apenas dizimadas da existência, que desprovidas de quaisquer proteção governamental, deixam de contribuir ao sustento da vida humana.

É nessa questão que se apoia o presente material, visando elucidar os principais meios de destruição que por anos assolam o território central do Brasil e, em medidas equivalentes, apresentar como estes seguem minando possibilidades de um futuro promissor. A minimamente compreender como o avanço humano desmedido acaba por exterminar todo um mundo científico inexplorado, que não percebe rota de fuga aparente e muito menos encontra amparo em meio a sanha mercadológica.

Isto posto, tratar dos resultados práticos do avanço do desmatamento em áreas de Cerrado implica em primeiramente abordar seus causadores, a apontar os fatores que propiciam fins tão vorazes a um ambiente tão milenar.

### **AMBIENTE EM CONFLITO: FRAGMENTOS DA DEGRADAÇÃO GERAL**

Partindo do princípio, são três os fatores que mais influenciam nas mudanças ambientais que aos poucos transformam o Cerrado brasileiro, estando estes ligados intrinsecamente, em uma teia de fatos que se entrelaça a cada avanço do agronegócio. Queimadas induzidas, grandes lavouras de monocultura (principalmente de soja) e a inserção de espécies exóticas para forragem, são essas algumas das peças que, juntas, propiciaram a formação de um mundo continuamente degradado.

Por característica própria, o Cerrado encontra ciclos de queimada naturais, gerados por tempestades de raios ou pelo atrito das folhas de certas plantas, necessários ao desenvolvimento de novas gerações vegetais e ao fortalecimento do solo. Entretanto, para viabilizar a limpeza de áreas destinadas ao plantio ou a pecuária, são propagados pequenos focos de incêndio, por vezes controlados, que acabam por se mostrarem prejudiciais à fauna e à flora local, além de fomentar o processo de desmatamento.

“Embora o Cerrado seja um ecossistema adaptado ao fogo, as queimadas utilizadas para estimular a rebrota das pastagens e para abrir novas áreas agrícolas causam perda de nutrientes, compactação e erosão dos solos, um problema grave que atinge enormes áreas, especialmente nas regiões montanhosas do leste goiano e oeste mineiro” (Klink, 2005, p. 148-149).

Uma degradação que, somada a baixa umidade dos períodos de seca e a grandes concentrações de material combustível, como capim Gordura e Braquiária, tendem a aumentar as taxas de emissão de carbono e gerar temperaturas extremamente elevadas. Nesse passo, a correlação de fatores começa a se demonstrar de forma mais clara, onde a

inserção de gramíneas africanas ao ambiente do Cerrado em vistas de melhoras na produtividade pecuarista, acabam por facilitar a propagação dos focos de incêndio.

“Incêndios de áreas dominadas pelo capim-gordura são mais quentes, mais prolongados e possuem chamas altas que podem alcançar o dossel das árvores. Essas condições alteram a sucessão na superfície do solo e são mais danosas para a fauna do solo e espécies fossoriais do que queimadas típicas da vegetação do Cerrado” (Klink, 2005, p. 151).

Certo dizer que, a principal qualidade destas gramíneas é também sua maior problemática, sua rápida proliferação viabiliza todo o funcionamento de um mercado ao passo que, em sua rápida expansão, toma o espaço da vegetação nativa. Como resultado prático, não só os campos são afetados em sua dispersão, sendo facilmente encontrada em calçadas, faixas laterais de estradas, terrenos desocupados e áreas de menor manejo governamental.

Ambas contribuem diretamente para a degradação do ambiente em curtas lacunas de tempo, promovendo rápidas guinadas em um meio que pouco consegue se sustentar e se reestruturar. Impactos derivados unicamente da busca por lucros, que pouco se preocupou com a preservação do natural ou com os fins de suas ações, como cicatrizes que por anos serão perceptíveis a qualquer um que busque compreender minimamente o mundo em que se encontra.

Porém, em contraste aos erros do passado que não mais são passíveis de rápida reparação, o Cerrado ainda atravessa um processo mais significativo, que se percebe como nocivo e não encontra qualquer resistência por parte alguma. Tida como uma das lavouras de monocultura mais importantes para o desenvolvimento econômico do país, a soja figura para a região central do Brasil como salvador e carrasco de todo um ambiente complexo.

Graças aos avanços científicos quanto a modificações genéticas, o grão passou a suportar as variações climáticas do Cerrado, beneficiando a agricultura na região por conta de seus baixos custos de produção e seu manejo simplificado. Em contrapartida, sua inserção ao ambiente não se demonstrou tão benéfica, a falta de nutrientes necessários a seu plantio compreende, por consequência, o uso excessivo de calcário e de fertilizantes, que a longo prazo influenciam na inutilização do solo e na poluição de córregos e rios.

Aqui as ramificações do processo de degradação começam a se apresentar novamente, graças ao uso dos incêndios como ferramenta para a limpeza do terreno que,



futuramente, será convertido em grandes latifúndios agrícolas. Uma operação que rapidamente afeta todo o ecossistema de uma região, degradando a biodiversidade local e neutralizando as possibilidades de futuras reestruturações ambientais.

Como parte de um processo de desertificação prolongado, áreas de plantio exclusivo do grão de soja não conseguem alcançar grandes taxas de recuperação futuras, restando apenas um terreno acidentado e pouco fértil. Em zonas de plantio convencional, as tratativas de preservação e de redução dos processos de erosão do solo conseguem alcançar aproximadamente 12% dos valores totais, estimativas baixas se comparadas com todo o espaço de degradação geral (Klink, 2005, p. 150).

Quanto ao olhar político para as questões ambientais aqui debatidas, percebe-se uma tentativa de manejo ecológico equivocada, decretada através da lei nº 12.651 do Código Florestal de maio de 2012. Nela se estipulam as áreas agrícolas preservadas como reservas legais, quantificando as porcentagens de terrenos que obrigatoriamente deverão ser preservadas por cada produtor em larga escala.

A grande questão referente a essa quantificação está relacionada especificamente a discrepância dos valores observados no Cerrado, quando comparado aos demais biomas brasileiros. Tratando especificamente dos primeiro e segundo colocados, se estipulou para a Floresta Amazônica uma quantidade total de 80% de preservação de todo o ambiente original, ao passo que no Cerrado a obrigatoriedade é de apenas 35% das áreas vegetadas.

Níveis destoantes, que demonstram a valorização dos ganhos econômicos em detrimento da manutenção de um ambiente mais saudável, convertendo o segundo maior bioma do país em um cenário cada vez mais desvalorizado. Isto posto, compreendidos os processos, os impactos se demonstram de forma mais clara, onde a extinção de espécies, o enfraquecimento do potencial científico e o futuro que aos poucos se desenha, nada mais são que reflexos de uma desordem vagarosamente alimentada

## **RAIZEIROS: OS IMPACTOS AO CENÁRIO POPULAR**

Afirmações quanto aos resultados dessa degradação do ambiente no Cerrado se demonstram naturalmente, com efeitos que cotidianamente podem ser percebidos por aqueles que convivem nas delimitações do bioma. Entretanto, existe ainda um recorte desses impactos que só se faz perceptível para aqueles que fundamentalmente usam de sua biodiversidade para sobreviver.

Popularmente conhecidos como raizeiros, diversos homens e mulheres dedicam suas vidas e retiram seu sustento de toda uma cultura de trabalho com o natural, em uma trajetória medicinal difundida por gerações. Através de todo seu interesse e empenho, usam das propriedades inerentes a cada erva, folha e raiz para tentar sanar qualquer doença que recaia sobre o corpo humano.

Graças a suas práticas, inúmeros exemplares de plantas se mantêm seguros dos avanços da degradação ambiental cotidiana, entretanto, são quantidades tão reduzidas que mesmo seu cuidado não será capaz de guardá-las da extinção que vai se revelando.

“[...] as plantas mais usadas são de responsabilidade do curador, rezador, raizeiro ou pajé. Eles devem manter os cuidados de preservação, conservação e reprodução para garantir a existência da planta em seu habitat ou fora dele. Algumas plantas são cultivadas nos quintais, hortas e próximas à residência, porém outras são adquiridas em diversas regiões e estados, variando de 200 a 1500 km de distância, o que configura uma das dificuldades desses praticantes da medicina tradicional” (Silva, 2019, p.29).

Novamente uma cadeia de fatos detalha todo o processo de destruição deste micro universo tão próprio, onde todos os meios previamente citados culminam em uma situação hoje exposta. Dizimadas pelo fogo, por químicos e pela disputa de espaço com outras espécies, inúmeras dessas plantas acabam por já se encontrarem em estágios de extinção avançados, desaparecendo da natureza e, conseqüentemente, dos processos medicinais fomentados por décadas.

Em sua produção, Cleonice Maria reúne entrevistas e relatos coletados juntos às comunidades indígenas Pankararu-Pataxó e Aranã acerca deste trabalho dos raizeiros e curandeiros. Acerca da extinção de certas plantas e das perdas materiais deixadas pelo processo, afirma que:

“[...] muitas plantas já não são vistas há muito tempo. Algumas a cinco, outras há dez ou mais anos: “tem jovem e criança daqui que não conhece um pé de araçá”. Culpam os “brancos ricos”, empresários, empresas, o “índio que virou branco” e o governo pelo atual problema com os vegetais e os animais que compromete a vida dos seres vivos” (Silva, 2019, p.29).

Somado aos impactos ambientais, as práticas dessa medicina alternativa se deparam com cada vez menos adeptos, por consequência, menos pessoas dispostas a zelar por um modo de vida que não os representa. Deste modo, sem proteção e sem conhecimento, todo um sistema tão relevante vai aos poucos se encerrando, abandonado as portas de um progresso equivocado e avassalador.

## **O CERRADO QUE CURA: ERVAS E SEU POTENCIAL TERAPÊUTICO**

Neste contexto, compreender a importância da biodiversidade do Cerrado torna-se crucial, uma vez que este bioma abriga uma vasta diversidade vegetal, considerada por muitos como sua única alternativa medicinal no cotidiano. Acerca desta riqueza medicinal, Gonçalo Conceição afirma que se dá graças às características morfológicas das espécies, como xilopódios e cascas, que acumulam reservas e possuem substâncias farmacologicamente ativas (2011, p.1). No entanto, é preocupante constatar que esse recurso se encontra atualmente ameaçado.

“O conhecimento tradicional abrange a utilização de plantas como medicamento, alimento e como componente de rituais e costumes de diferentes populações. Assim, esse conhecimento é aplicado tanto para nutrição em nível domiciliar, como no tratamento de doenças simples ou crônicas graves.” (Bezerra, et al, 2020, P. 392)

De acordo com a Anvisa, um medicamento só pode ser fitoterápico se possuir uma ação terapêutica através da extração de componentes encontrados em plantas medicinais retirados das folhas, caules e raízes. Assim podem ser comercializados, após as devidas validações, em forma de cápsulas, cremes e géis (chás de folhas naturais não são considerados medicamentos).

Segundo levantamentos da revista Informe Agropecuário, aproximadamente 82% da população brasileira faz uso de medicamentos naturais, sendo eles homeopáticos ou fitoterápicos, havendo breves distinções quanto às suas abordagens. Enquanto a homeopatia trata todos os sintomas como uma doença única, já que em seus estudos todo o corpo sempre estará em sintonia, na fitoterapia os sintomas são tratados separadamente, bem como na medicina convencional.

“A homeopatia observa o paciente como um todo, levando em consideração todos os aspectos de sua existência, como a rotina de sono, humor, exercícios, higiene, questões emocionais, além dos sintomas físicos. A base dessa prática é princípio da cura pela semelhança. Isso significa que, as mesmas substâncias que causam sintomas de doenças em um indivíduo, se manipulados de maneira homeopática, ou seja, pela sucussão, dinamização e diluição dos elementos, podem levar à cura. Já a fitoterapia é o estudo das plantas e suas propriedades medicinais, sua aplicação na prevenção, tratamento e cura de diversas doenças. Uma vez identificados os compostos ativos - e comprovados os seus efeitos terapêuticos sobre os humanos - são utilizadas diferentes partes da planta - raiz, casca, flores ou folhas, por exemplo - na composição de medicamentos fitoterápicos, manipulados ou industrializados. Além disso, pode-se usar a planta in natura para o consumo de chás, sendo este o meio mais comum de ingestão das plantas medicinais.” (Academia Brasileira de Terapias, 2020)

Além da fitoterapia e da homeopatia, se estabelece ainda a chamada medicina popular. No geral, através do conhecimento popular passado por gerações, a sociedade não só do cerrado mas de diversos biomas aprenderam formas de usar seus recursos a seu

favor. Tal conhecimento, adquirido graças a evolução das técnicas e das práticas, foi por anos transmitido e retrabalhado graças a miscigenação dos povos tradicionais, indígenas e quilombolas, sendo ainda hoje utilizados como parte dessa medicina popular.

Um conhecimento passado através dos séculos por raizeiros e moradores rurais, que constitui não só no uso de chás, infusões e garrafadas de cascas e folhas mas também de simpatias, benzeções e no uso religioso desta tradição oral e prática.

Quanto a seus usos práticos, é comum a utilização de ervas como o Guaco, Assapeixe, Saião, Agrião e Ipê-caraíba para resfriados e tosses, geralmente misturadas em uma infusão com as folhas, xarope e mel. Em outro exemplo, plantas como pau-de-leite podem ser usadas para questões dermatológicas como alergias, inflamações na pele, coceiras e espinhas. Para tratamento específicos de maior gravidade, como mordidas de cobra e tumores, se popularizou o uso do “cafezinho do cerrado”, lançando mão de várias partes da árvore em meio aos processos medicinais

Como orientação adicional, se faz necessário elucidar que, essas formas de medicina, se não acompanhadas por um profissional, podem gerar consequências negativas para o usuário. Mesmo não sendo medicamentos convencionais, continuam a produzir efeitos colaterais, em escalas consideravelmente menores, mas que em grandes quantidades podem intoxicar o paciente. Pensar sobretudo que, certos grupos de risco como gestantes, idosos e crianças podem ser afetados por seus compostos químicos, se fazendo necessário o conhecimento prévio do histórico do paciente, a fim de detectar doenças graves pré-existentes.

Finalmente, o aspecto mais vantajoso dessa vertente medicinal, dentre os medicamentos de origem majoritariamente natural o índice de dependência de seus usuários se mostra quase nulo. Nesse sentido, tratamentos de longa duração apresentarão menores taxas de degradação das características base do organismo, se tornando uma alternativa bastante viável ao tratamento de certas doenças.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio da desinformação, a humanidade se acostumou a devastar sua realidade gradativamente, munidos de leis falhas e cofres cheios, se fundamentou o lucro em

detrimento da vida. Deste modo, não haveria vida melhor para se findar que não a silenciosa, aquela que por conta da diversidade poderia simplesmente ser apagada e substituída, abandonada aos breves caprichos do destino.

Como agravante, se faz possível destacar que, por conta do desinteresse e das comodidades da vida moderna, a população optou por cada vez mais se afastar do ambiente e de suas raízes mais puras. Permitindo que se apague pouco a pouco o potencial científico e medicinal do Cerrado, abandonando anos de um conhecimento profundo e, de certo modo, simplificado de forma abrupta e desanimadora.

Sob essa ótica, é fundamental reconhecer a importância do Cerrado, como um bioma que se destaca pela sua rica biodiversidade e por seu grande potencial terapêutico enraizado em sua história. Onde as mudanças ambientais, provocadas por atividades humanas como o desmatamento, a expansão agrícola e a urbanização, têm gerado impactos irreversíveis sobre este ecossistema. Alterações que rotineiramente ameaçam o imenso patrimônio medicinal do Cerrado.

Historicamente, as plantas do Cerrado têm sido utilizadas especialmente por comunidades rurais para tratar diversas enfermidades, já que boa parte dessas pessoas não possuem condições financeiras para outros recursos, recorrendo à medicina natural. No entanto, a deterioração do habitat natural dessas espécies coloca em risco a continuidade dessas práticas e o futuro das descobertas científicas nessa área. Com a redução desses campos naturais, algumas espécies estão desaparecendo antes mesmo de serem descobertas e estudadas, desfavorecendo todo um sistema que dela se beneficiaria.

Preservar o Cerrado significa beneficiar a saúde pública, já que muitos dos medicamentos dependem exclusivamente dos recursos próprios ao bioma, demandando assim do apelo popular para se alcançar um desenvolvimento sustentável. Ao investir na conservação do bioma, a humanidade investirá no futuro, em novas descobertas, em novos tratamentos e guardando o que de mais valioso há na vida. Em concomitância, a conservação do Cerrado contribui ainda para a manutenção dos serviços ecossistêmicos essenciais, como a regulação do clima, a qualidade da água e a conservação do solo, que beneficiam diretamente a agricultura e a sociedade.

Portanto, é decisivo que se promovam políticas de conservação, baseadas em pesquisas científicas robustas e em práticas de manejo sustentável. Imprescindível ainda que, se promova a conscientização pública sobre a importância do Cerrado e o incentivo

a iniciativas que promovam sua preservação, essenciais para garantir a integridade do bioma.

Em suma, proteger o Cerrado é uma responsabilidade coletiva que exige ações imediatas e contínuas. Sua preservação como patrimônio humanitário é indiscutível, sendo necessário que existam debates e políticas públicas para que este bioma tão produtivo não se torne futuramente apenas lembranças de um passado glorioso.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Tasso. et al. **RAD 2022: Relatório Anual do desmatamento no Brasil 2022**. MAPBIOMAS: São Paulo, jun. 2023.

Academia Brasileira de Terapias. **Fitoterapia e Homeopatia**: conheça a diferença entre essas duas terapias naturais. Rio de Janeiro, out. 2020. Disponível em: <<https://academiadeterapias.com.br/blog/fitoterapia-e-homeopatia-conheca-diferenca-entre-essas-duas-terapias-naturais>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BARBOSA, Altair Sales. Cerrado Brasileiro: da grande biodiversidade aos sinais do apocalipse. *In*: BARBOSA, Altair Sales. **Cerrado**: a constelação do meio-dia. 1ª Edição. Goiânia: Gráfica e Editora América, 2022. p. 96-102.

BEZERRA, Debborah G. et al. Percepção sobre o uso de plantas medicinais e impactos no Cerrado na região da Cidade de Goiás (GO), **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 15, n 5, ago. 2020. p. 391-408.

BRASIL. Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção de vegetação nativa. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

CONCEIÇÃO, G. M. et al. Plantas do cerrado: comercialização, uso e indicação terapêutica fornecida pelos raizeiros e vendedores, Teresina, Piauí. **Scientia Plena**, v. 7, n. 12, dez. 2011. Disponível em: <<https://www.scientiaplenu.org.br/sp/article/view/23>>. Acesso em: 21 de maio de 2024.

KLINK, Carlos A. MACHADO, Ricardo B. A conservação do cerrado brasileiro. **MEGADIVERSIDADE**, Brasília, v. 1, nº 1, jul. 2005. p. 147-155.

MACHADO, Ricardo B. Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro. **Conservação Internacional do Brasil**, Brasília, jul. 2004. Disponível em:

<[https://jbb.ibict.br/bitstream/1/357/1/2004\\_%20Conservacao%20Internacional\\_%20estimativa\\_desmatamento\\_cerrado.pdf](https://jbb.ibict.br/bitstream/1/357/1/2004_%20Conservacao%20Internacional_%20estimativa_desmatamento_cerrado.pdf)>. Acesso em: 21 de maio de 2024.

MCCARRY, Will. Can tree farms save a forest?. **Conservation International Project**, nov. 2023. Disponível em: <<https://www.conservation.org/blog/can-a-tree-farm-save-a-forest-brazil-about-to-find-out>>. Acesso em: 23 de maio de 2024.

OLIVEIRA, Luciana. et al. Uso de plantas medicinais no tratamento de animais. **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**, Goiânia, v. 5, n. 08, set. 2009. p. 1-8.

SILVA, Cleonice Maria da. **O desaparecimento das plantas medicinais do Cerrado:** as implicações nas práticas de cura dos(as) raizeiros(as), benzedores(as), curandeiros(as) e pajés das comunidades indígenas Pankararu-Pataxó e Aranaã. Alto Paraíso de Goiás: Centro UnB Cerrado, fev. 2019.

<sup>ii</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.